



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 230ª SESSÃO À 234ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 65
12 DE DEZEMBRO A 14 DE DEZEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclides Mello ^{1, 2}

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRICULTURA		dos Ministros da Fazenda e do Banco Central do Brasil. Senador Heráclito Fortes.....	400
Registro da realização no Amazonas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da 5ª Feira de Agricultura Familiar. Senador João Pedro.	119	CÓDIGO PENAL	
		Apelo em favor da votação da emenda de S.Exa. à PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Senador Magno Malta.....	395
ARTIGO DE IMPRENSA		CONCURSO PÚBLICO	
Registro dos editoriais intitulados “A resposta do presidente da FIESP” e “Mendonça de Barros ataca fundo soberano”, edições do dia 5 de dezembro de 2007, e “O comício da saúde”, de 7 de dezembro de 2007, todos publicados no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> . Senador Arthur Virgílio.	224	Defesa da criação de órgão para fiscalização de Concursos Públicos. Senador Paulo Paim.....	481
Registro da matéria intitulada “Na moita com o MST”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição do dia 9 de novembro de 2007. Senador Alvaro Dias.	228	Comentários acerca das fraudes em Concursos Públicos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	483
Registro do artigo intitulado “Mundo, mundo, vasta mundo”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição do dia 7 de outubro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	229	(CPMF)	
Registro da matéria intitulada “Quarenta a Zero”, publicada na revista <i>Istoé</i> , edição do dia 5 de setembro de 2007. Senador Marconi Perillo.....	230	Registro da resposta do neto do ex-Governador Mário Covas, o Deputado Bruno Covas, ao Senador Arthur Virgílio acerca da importância da prorrogação da CPMF. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Eduardo Suplicy.	100
BANCO		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Valter Pereira.....	141
Apresentação de requerimento para realização de audiência pública para discutir a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Banco do Estado do Piauí (BEP), e de outros que se encontram em estudo pelo Banco do Brasil, bem como a transferência a este banco da gestão dos recursos relativos à folha de pagamento dos servidores de Estados como, por exemplo, Bahia e Maranhão, com a presença		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Inácio Arruda.....	144

	Pág.		Pág.
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Gerson Camata.	145	Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Arthur Virgílio.....	152
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador João Pedro.	146	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Paulo Paim.	153
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Antônio Carlos Valadares.	147	Resposta ao pronunciamento do Senador Paulo Paim acerca da CPMF. Senador Arthur Virgílio.....	154
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Ideli Salvatti.	148	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Wellington Salgado de Oliveira ...	156
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Francisco Dornelles.	149	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Jarbas Vasconcelos.	156
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Tião Viana.	150	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Sibá Machado.....	158
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Epitácio Cafeteira.	151	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador José Agripino.....	160
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Epitácio Cafeteira.	151	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senadora Serys Slhessarenko.....	161
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senadora Kátia Abreu.	163

Pág.	Pág.
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Osmar Dias.</p>	<p>Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Heráclito Fortes.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Antonio Carlos Júnior.</p>	<p>Comentários sobre o imposto da CPMF. Senador Paulo Paim.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Magno Malta.....</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Eduardo Suplicy.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Marcelo Crivella.....</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Renato Casagrande.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Alvaro Dias.</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Valdir Raupp.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Aloizio Mercadante.....</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Marco Maciel.....</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senadora Fátima Cleide.</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Mario Couto.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador José Sarney.....</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador César Borges.</p>
<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador José Sarney.....</p>	<p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador José Sarney.....</p>

Pág.	Pág.		
<p>Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Romero Jucá.</p> <p>Considerações acerca das negociações da CPMF e de propostas feitas pelo Presidente Lula. Senador José Agripino.</p> <p>Considerações acerca das negociações da CPMF e de propostas feitas pelo Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Tasso Jereissati.....</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Sérgio Guerra.....</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Marconi Perillo.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Delcídio Amaral.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Flávio Arns.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições</p>	<p>183</p> <p>184</p> <p>185</p> <p>186</p> <p>187</p> <p>188</p> <p>189</p> <p>190</p>	<p>Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Mão Santa.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Raimundo Colombo.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Leomar Quintanilha.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador João Ribeiro.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Pedro Simon.....</p> <p>Resposta ao Senador Pedro Simon e ao seu pronunciamento em favor da prorrogação do imposto da CPMF. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Comentários acerca do pedido feito por S. Exa. para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). Senador Almeida Lima</p> <p>Reflexão sobre o resultado da votação da PEC da CPMF, ocorrida em 12 de dezembro de</p>	<p>191</p> <p>192</p> <p>193</p> <p>194</p> <p>195</p> <p>195</p> <p>198</p> <p>200</p> <p>202</p>

	Pág.		Pág.
2007, no Senado Federal. Senador Antonio Carlos Valadares.....	362	Manifestação sobre o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti e a respeito da votação da PEC da CPMF. Senador Flexa Ribeiro.	405
Reflexão sobre o dia de glória da democracia, manifestado no Senado Federal na sessão do dia 12 de dezembro de 2007, em função do debate sobre a CPMF. Senador Mario Couto.	371	Considerações acerca de afirmativas que o Governo Federal fez com relação à CPMF. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Cícero Lucena ...	407
Comentários acerca do resultado das votações da CPMF. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Expedito Júnior.....	372	Manifestação sobre a votação da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador Valter Pereira.....	410
Comentários sobre a votação do dia 12 de dezembro de 2007, acerca da CPMF. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Mão Santa.....	373	Preocupação com a queda da CPMF, que segundo S. Exa., poderá acarretar cortes de investimentos do Governo Federal. Aparte ao Senador Valter pereira. Senador Delcídio Amaral.....	410
Análise acerca da decisão tomada na discussão do dia 12 de dezembro de 2007, a respeito da CPMF. Senador João Pedro	374	Comentários sobre a votação da PEC da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.	419
Apelo à Casa no sentido de que o debate sobre a CPMF seja desprovido de emoções e partidarismos. Senador César Borges.....	375	Considerações sobre a votação da PEC da CPMF e da DRU, e as conseqüências disso para o Governo, para o Congresso Nacional e para o Brasil. Senador Heráclito Fortes.	428
Manifestação sobre a votação da PEC da CPMF. Senador Paulo Paim.	378	Reflexão sobre a votação da PEC da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	431
Reflexão sobre as providências governamentais após a queda da CPMF. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Delcídio Amaral.	379	Comentários acerca de acontecimentos envolvendo o Senador Pedro Simon durante a votação da CPMF, no dia 12 de dezembro de 2007, em Plenário. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes.	506
Críticas à atitude do Governo Federal por não ter apresentado a tempo opções consideráveis para a votação da CPMF. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.....	379	Cumprimentos ao Senador Pedro Simon por seu pronunciamento acerca da necessidade da reforma tributária, e por ter assumido a responsabilidade de pedir um tempo na votação da CPMF para ler e pensar sobre proposta do Governo Federal. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Paulo Paim.	510
Comentários acerca da votação da CPMF, no dia 12 de dezembro de 2007, e da carta enviada pelo Governo Federal com a informação de que os recursos provenientes do imposto iriam para a saúde. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.....	381	Considerações sobre a votação da CPMF. Senador Paulo Paim.	512
Críticas ao resultado da votação da CPMF. Aparte ao senador Paulo Paim. Senadora Serys Slhessarenko.....	381	DESENVOLVIMENTO	
Considerações sobre a CPMF. Senador Magno Malta.....	395	Considerações sobre o resultado de relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares.	362
Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador Alvaro Dias.	397	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador Renato Casagrande.	399	Registro da visita do Presidente Lula ao Estado do Amapá, no dia 7 de dezembro de 2007, destacando o decreto que transfere terras da União para o Amapá. Anúncio da liberação de recursos para diversos municípios do Estado do Amapá e do encontro marcado com o Presidente da França, para o ano de 2008, a fim de lançar a pedra fundamen-	
Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal. Senador José Agripino.....	401		
Questionamentos sobre as conseqüências da não-prorrogação da CPMF. Senadora Ideli Salvatti.	403		

	Pág.		Pág.
tal da construção da ponte sobre o rio Oiapoque e de outras obras importantes ao Estado. Senador Gilvam Borges.	94	Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Senador Jefferson Peres.....	114
Preocupação com a paralisação das obras de transposição das águas do rio São Francisco. Senadora Rosalba Ciarlini.	96	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.	114
Críticas ao projeto do Governo Federal de transposição das águas do rio São Francisco. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador César Borges.	97	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Senador César Borges.	115
DIREITOS HUMANOS		Registro da lamentável experiência do Estado do Espírito Santo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no episódio da venda da Garoto, a segunda maior fábrica de chocolate do Brasil. Senador Gerson Camata.....	117
Leitura de carta recebida de um cidadão do Estado do Ceará, relatando a prisão de duas mulheres em cela com mais de 30 homens, no Município de Itarema. Senador Paulo Paim.	104	Preocupação com a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Senador Magno Malta.....	118
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, que denunciou a prisão de duas mulheres em cela com mais de 30 homens ocorrida no Município cearense de Itarema, e alerta para a instalação de uma comissão para apurar denúncias de maus tratos contra mulheres. Senadora Ideli Salvatti.	105	Considerações positivas para economia do País, com o fim da CPMF. Senador Mão Santa.	497
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim e a instalação de comissão para apurar denúncias de maus tratos contra mulheres. Senador Neuto de Conto.	105	Críticas a algumas considerações feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, acerca da situação da economia brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Pedro Simon.	499
ECONOMIA		EDUCAÇÃO	
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Junior.	114	Apresentação da proposta de criação de CPI para a investigação das causas do “apagão educacional brasileiro”. Senador Cristovam Buarque.....	39
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.....	114	Apoio à proposta da criação de CPI para a investigação das causas do chamado “apagão educacional brasileiro”.....	41
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de		Preocupação com a perspectiva de fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oxford, o mais conhecido e produtivo centro fora do País. Senador Augusto Botelho.	238
		Alerta para a necessidade de um controle de qualidade rigoroso para as obras do Programa Nacional do Livro Didático, em razão de algumas arbitrariedades encontradas na coleção de livros didáticos “Nova História Crítica”. Senador Gerson Camata.....	438

	Pág.		Pág.
EXPLICAÇÃO PESSOAL			
Explicação pessoal em defesa aos comentários feitos pelo Senador Arthur Virgílio quanto à aprovação de S. Exa. à prorrogação da CPMF. Senador Pedro Simon.....	199	Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Flexa Ribeiro.....	18
GOVERNO FEDERAL			
Ponderações acerca da proposta do Governo Federal, feita em carta do Ministério da Fazenda, sobre a CPMF. Senador Tasso Jereissati.....	206	Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa.....	19
Transcrição de carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, divulgado pelo plantão de <i>O Globo</i> , solicitando a união da Oposição e do Governo Federal, para a realização de uma Reforma Tributária no País. Senador Flexa Ribeiro.....	411	Voto de louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a despeito das graves conseqüências à sua saúde acarretadas pela mucopolissacaridose, doença rara, que causa cegueira, surdez, além de diversos outros comprometimentos. Senador Flávio Arns.....	121
Considerações acerca das Manifestações Governamentais no que diz respeito ao processo de votação da CPMF. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.....	422	Parabenização ao oftalmologista Cláudio Luiz Lottenberg, que foi reencaminhado como Presidente do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Senador Marcelo Crivella.....	134
Considerações acerca das atitudes do Governo Lula com relação ao Senado Federal, à votação da CPMF e aos atletas cubanos que se recusam a voltar ao seu país. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.....	481	Cumprimentos ao novo Bispo da Diocese de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, Dom Zanoni Demettino Castro. Senador Gerson Camata.....	369
HOMENAGEM			
Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Alvaro Dias.....	1	Homenagem pelo transcurso dos 35 anos de sucesso da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, com sede em Canoas, Porto Alegre. Senador Sérgio Zambiasi.....	370
Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Sérgio Zambiasi.....	2	Homenagem ao Senador Mario Couto pela sua postura tanto na tribuna, como nas reuniões do PSDB. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Alvaro Dias.....	373
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Heráclito Fortes.....	5	Justificativa para apresentação de requerimento de Votos de Aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI, que comemora seus 25 anos de fundação. Senador João Pedro.....	374
Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, comemorado em 13 de dezembro. Senador Romeu Tuma.....	6	Homenagem pelo transcurso do Dia do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor, comemorado em 11 de dezembro. Senador César Borges.....	375
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Augusto Botelho.....	10	Congratulações ao pronunciamento do Senador César Borges, que busca um entendimento acerca do que é melhor para o País em relação à política tributária. Aparte ao Senador César Borges. Senador Paulo Paim.....	376
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Marcelo Crivella.....	11	Homenagem a Dom Aldo Gerna, Bispo da Diocese de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, que será substituído por Dom Zanoni Demettino Castro. Senador Renato Casagrande.....	399
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador Sibá Machado.....	15	Apresentação de requerimento de Voto de Aplauso ao Diário Tucano, do PSDB, por sua milésima edição, e ao Senador José Agripino pelo título de cidadão do Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.....	413
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Senador João Pedro.....	17	Voto de Aplauso para a cidadã Raimunda Nonata da Silva, por sua aprovação no vestibular	

	Pág.		Pág.
da Universidade do Pará, aos 81 anos de idade. Senador Flexa Ribeiro.	418	JUDICIÁRIO	
Apresentação de quatro requerimentos de Votos de Aplausos, um ao Professor Doutor Marcos Ávila, outro à Associação Nacional dos Magistrados, o terceiro ao Desembargador Jorge Mussi e o último ao lançamento do livro “Histórias do Piloto e Ajudante-de-Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, escrito por Ernani Fittipaldi. Senador Arthur Virgílio.	419	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Senador Marco Maciel.	126
Saudação ao Senador Arthur Virgílio pelo seu trabalho como Líder da Oposição, e especialmente por alertar o País para a necessidade de uma reforma tributária. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	422	LIVRO	
Homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer pela comemoração do seu aniversário de 100 anos, no dia 15 de dezembro de 2007. Senador José Sarney.	424	Considerações acerca do livro <i>Espírito das Leis</i> de Montesquieu. Senador Mão Santa.	479
Congratulações ao arquiteto Oscar Niemeyer pela comemoração do seu aniversário de 100 anos, no dia 15 de dezembro de 2007. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Mão Santa.	427	MARINHA DO BRASIL	
Homenagem ao Doutor Marcos Ávila, por atender gratuitamente pessoas necessitadas. Senador Paulo Paim.	481	Destaque para alguns dos serviços que a Marinha tem desenvolvido para garantir a defesa da soberania brasileira. Senador Augusto Botelho.	10
Elogios ao Senador Heráclito Fortes e sua postura como político representante do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	496	Comentários acerca da importância da Marinha e dos benefícios em se aprovar o Projeto de Lei da Deputada Rita Camata, que eleva os percentuais de participação da Marinha no País. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Gerson Camata.	13
Homenagem ao centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, e de um ano da criação da Comissão Parlamentar do MERCOSUL. Senador Paulo Paim.	512	MEDIDA PROVISÓRIA	
Leitura do convite enviado pela Ordem dos Parlamentares do Brasil, instituição criada por Ulysses Guimarães, para recebimento do prêmio Destaque Político de 2007. Senador Mão Santa.	524	Medida Provisória nº 404, de 2007, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.	350
IMPRENSA		MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Denúncia de campanha difamatória contra S.Exa., realizada pela imprensa acreana. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	486	Mensagem nº 257, de 2007 (nº 941/2007, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	45
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelas alegações difamatórias que S. Exa. vêm recebendo da imprensa acreana. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.	489	Mensagem nº 258, de 2007 (nº 904/2007, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de três milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e sessenta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.581, de 27 de novembro de 2007.	43
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelas alegações difamatórias que S. Exa. vêm recebendo da imprensa acreana. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Heráclito Fortes.	490	Mensagem nº 259, de 2007 (nº 905/2007, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 6, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal e das Justiças	

Pág.	Pág.
Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatorze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionada e transformado na Lei nº 11.582, de 27 de novembro de 2007.....	
43	(MERCOSUL)
Mensagem nº 260, de 2007 (nº 959/2007, na origem), que informa ao Senado Federal a ausência de S. Exa. do País, no dia 13 de dezembro de 2007, em visita oficial à Venezuela.	
44	Celebração de um ano de criação do Parlamento do MERCOSUL. Senador Sérgio Zambiasi 476
Mensagem nº 261, de 2007 (nº 945/2007, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas.	
45	Comentários acerca da importância de modelos de união como o MERCOSUL. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Mão Santa. 478
Mensagem nº 262, de 2007 (nº 946/2007, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Canoas – RS e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até quinze milhões e setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas” – Fase I.....	
45	MORADIA
Mensagem nº 263, de 2007 (nº 947/2007, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-Árido Potiguar.	
45	Críticas ao Governo do Estado do Piauí pelas ameaças de despejo feitas às pessoas que estão em atraso com a Empresa de Gestão de Recursos do Piauí –ENGERPI. Senador Heráclito Fortes..... 493
Mensagem nº 264, de 2007 (nº 948/2007, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Feira de Santana e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana.....	
45	PARECER
	Parecer nº 1.264, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar. Senador César Borges. 124
	Parecer nº 1.265, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados). Senador Papaléo Paes..... 217
	Parecer nº 1.266, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”. Senador Eduardo Suplicy. 440
	Parecer nº 1.267, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Senadora Marisa Serrano..... 448
	POLÍTICA EXTERNA
	Comentários sobre a situação dos músicos cubanos que estão sendo extraditados do Brasil, e apelo ao Governo Federal para que mantenha os

	Pág.		Pág.
direitos e garantias desses músicos baseado nas leis brasileiras. Senador Heráclito Fortes.	398	Comentários em defesa dos votos que retiravam os recursos da CPMF destinados ao Programa Bolsa-Família. Senador Flexa Ribeiro.	215
POLÍTICA TRABALHISTA		Comentários acerca da baixa no custo de vida da população brasileira devido à queda da CPMF. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Gerson Camata.	362
Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que “altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal”, dando direitos iguais ao seringueiro e ao trabalhador rural. Senador Eduardo Suplicy.	135	Defesa do uso do diálogo em Plenário, para que possam ser feitas melhores análises com relação às propostas de modificações da política tributária do País. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cícero Lucena.	380
Comentários sobre a sanção de lei reivindicada por toda categoria de engenheiros e de profissionais da área, em vários órgãos do Estado da Paraíba, que não tinham um plano de cargos e de carreiras igualitários. Aparte ao Senador César Borges. Senador Cícero Lucena.	377	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Proposta para que seja feito um estudo de reforma salarial para os engenheiros do País. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa.	377	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Sibá Machado.	131
POLÍTICA TRIBUTÁRIA		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Marcelo Crivella.	131
Manifestação favorável ao fim da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Senador José Agripino.	210	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senadora Fátima Cleide.	131
Manifestação favorável ao fim da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Senador Arthur Virgílio.	210	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Mario Couto.	132
Comentários a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU. Senador Francisco Dornelles.	211	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador João Pedro.	132
Comentários a respeito da votação da Desvinculação de Recursos da União DRU. Senador Arthur Virgílio.	211	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132
Votação contrária à continuidade da Desvinculação de Recursos da União DRU. Senador Flexa Ribeiro.	211	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132
Considerações em favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU. Senador Cristovam Buarque.	212	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132
Comentários sobre a importância da Desvinculação de Recursos da União (DRU) para o Brasil. Senador Sibá Machado.	212	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132
Votação, em nome da Bancada PCdoB, a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União - DRU. Senador Inácio Arruda.	213	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132
Votação a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU. Senador Magno Malta.	213	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Tião Viana.	132

primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Edison Lobão..... 133

Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Romeu Tuma. 133

Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Senador Arthur Virgílio. 134

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2007 (nº 2.464/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte..... 273

Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2007 (nº 240/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco. 276

Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2007 (nº 276/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.... 281

Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2007 (nº 285/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará..... 283

Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2007 (nº 290/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte. 318

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2007 (nº 303/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo. 321

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 324

Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2007 (nº 305/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul..... 328

Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará..... 333

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul..... 336

Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas..... 339

Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2007 (nº 335/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro..... 342

Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2007 (nº 338/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná. 344

Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007 (nº 369/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação

	Pág.		Pág.
Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.	347	Comentário sobre a derrubada, pelo Superior Tribunal Federal, de medida provisória que havia sido reeditada pelo Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.....	164
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Arthur Virgílio.	200
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.	127	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senador José Agripino.....	200
PROJETO DE LEI DO SENADO		Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senadora Ideli Salvatti.	200
Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007, que institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro. Senador Flávio Arns	46	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada e da maneira como o Senador Arthur Virgílio se manifestou a respeito do apoio do Senador Pedro Simon à prorrogação desse imposto. Senador Renato Casagrande.	201
Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2007, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Senador Sérgio Zambiasi.	352	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Romero Jucá.	201
Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas. Senador Gerson Camata.	355	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Aloizio Mercadante.	202
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Considerações acerca de pedido feito pelo Senador Pedro Simon para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Heráclito Fortes.	203
Proposta de Emenda à Constituição nº 101, de 2007, que acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica. Senadora Roseana Sarney.	92	Defesa do pronunciamento do Senador Pedro Simon, que solicitou que a votação da CPMF fosse adiada. Senador Valdir Raupp.	204
Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2007, que acrescenta § 2º do art. 52 da Constituição Federal. Senador Pedro Simon.	474	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada. Senador Valter Pereira.	205
REFORMA TRIBUTÁRIA		Comentário favorável ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU. Senador Marcelo Crivella.....	205
Defesa de uma urgente reforma tributária para o País. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	486	Considerações contrárias ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU. Senador José Nery.	205
Defesa da convocação extraordinária do Congresso Nacional para deliberação sobre a reforma tributária no País. Senador Pedro Simon.	503	Considerações contrárias ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU. Senador Tião Viana.....	207
REGIMENTO INTERNO		Críticas ao comentário do Ministro Mantega, em que afirmava que iria retirar do Congresso Nacional o Orçamento de 2008. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Francisco Dornelles.	382
Devolução do requerimento nº 1.447, de 2007, à Mesa. Senador Expedito Júnior.	134	REQUERIMENTO	
Pedido de inversão de ordem na pauta, para a votação do Projeto de Emenda Constitucional nº 5, de 2005, que trata do direito de criar representatividade no Congresso Nacional aos brasileiros que moram no exterior. Senador Cristovam Buarque.....	135	Requerimento nº 1.444, de 2007, que requer que sejam prestadas justas homenagens ao Ilustríssimo Senhor Moisés Zagury, por ocasião de	

Pág.	Pág.
seu falecimento, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro. Senador Papaléo Paes.	
99	
Requerimento nº 1.445, de 2007, que requer Votos de Aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, que comemora os seus 25 anos de fundação, e que esta deferência seja comunicada à Senhora Isa Assef, diretora-presidente da FUCAPI, para que seja compartilhada com seus funcionários. Senador João Pedro.	
109	
Requerimento nº 1.446, de 2007, que requer que o Conselho Editorial aprecie o nome do ex-Senador Fábio Lucena para fazer parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, publicação que homenageia os parlamentares que tiveram assento no Senado Federal ao longo de sua história. Senador João Pedro.	
109	
Requerimento nº 1.447, de 2007, que requer a aprovação de Voto de Aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade no dia 15 de dezembro de 2007. Senador Expedito Júnior.	
109	
Requerimento nº 1.448, de 2007, que requer ao Ministro de Estado da Justiça, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens. Senador Romeu Tuma.	
110	
Requerimento nº 1.449, de 2007, que requer adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, que “altera a redação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios” de autoria do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores e Senadoras, para que possa ser analisada em reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senadora Serys Slhessarenko.	
139	
Requerimento nº 1.450, de 2007, que requer sejam votadas separadamente, por artigos, a PEC nº 89, de 2007. Senador Romero Jucá.	
205	
Requerimento nº 1.451, de 2007, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Louvor a Senhora Raimunda Nonata da Silva, pela aprovação com destaque no vestibular do Centro Universitário Luterano de Santarém, no Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	
223	
Requerimento nº 1.452, de 2007, que requer apresentação de condolências à família de João Calazans, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pingo D’Água – MG,	
	assassinado no dia 11 de dezembro de 2007. Senadora Fátima Cleide.
	224
	Requerimento nº 1.453, de 2007, que requer que o Senado Federal manifeste Voto de Louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a despeito das graves conseqüências à saúde acarretadas pela Mucopolissacaridose, doença rara que causa cegueira, surdez além de diversos outros comprometimentos. Senador Flávio Arns.
	356
	Requerimento nº 1.454, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Professor Dr. Marcos Ávila pelo título de <i>Doutor Honoris Causa</i> a ele outorgado, a ser entregue no dia 13 de dezembro de 2007, no Salão Nobre do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Senador Paulo Paim.
	357
	Requerimento nº 1.455, de 2007, que requer que seja concedida licença dos trabalhos da Casa no período de 17 a 19 de dezembro de 2007, para que S. Exa. possa participar da Segunda Sessão do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai. Senador Efraim Morais. .
	357
	Requerimento nº 1.456, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 14 a 20 de dezembro de 2007, para fins de participar da 8ª sessão do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai. Senador Romeu Tuma.
	357
	Requerimento nº 1.457, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2007, a fim de participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Senador Aloizio Mercadante.
	358
	Requerimento nº 1.458, de 2007, que requer a necessária autorização para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2007, na Cidade de Montevidéu, no Uruguai. Senador Geraldo Mesquita Júnior.
	358
	Requerimento nº 1.459, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007, que cria a Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante no despacho inicial. Senadora Lúcia Vânia.
	358
	Requerimento nº 1.460, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Exmº Senhor Senador José Agripino, agradoado com o título de Cidadão do Es-

	Pág.		Pág.
tado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	358	Considerações acerca de uma PEC paralela que garanta 100% dos recursos da CPMF destinados à saúde. Senador Paulo Paim.	481
Requerimento nº 1.461, de 2007, que requer Voto de Aplauso aos juristas e desembargadores Sidnei Agostinho e Jorge Mussi, os novos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Senador Arthur Virgílio.	359	Protestos contra o comportamento do Secretário de Saúde do Piauí, o Senhor Assis Carvalho, que vêm divulgando que S. Exa. é o responsável por uma futura retirada de recursos federais destinados à saúde no Estado, em decorrência da rejeição da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Senador Heráclito Fortes.	493
Requerimento nº 1.462, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Magistrados, pelo lançamento da primeira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Senador Arthur Virgílio.	359	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento nº 1.463, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Diário Tucano, informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ter posto em circulação, no dia 13 de dezembro de 2007, a sua edição nº 1.000. Senador Arthur Virgílio.	360	Preocupação com a segurança pública em todo o País e a escalada da criminalidade. Senador Romeu Tuma.	386
Requerimento nº 1.464, de 2007, que requer Voto de Aplauso pelo lançamento, no dia 12 de dezembro de 2007, em Brasília, do livro “Histórias do Piloto e Ajudante de Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, do piloto-aviador Hernani Fittipaldi. Senador Arthur Virgílio.	360	Comentários acerca da disparidade entre os órgãos de segurança pública do País, e da necessidade do reaparelhamento e treinamento intensivo da Polícia Federal. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Magno Malta.	387
Requerimento nº 1.465, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Professor Doutor Marcos Ávila, distinguido com o Título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Senador Arthur Virgílio.	361	Comentários sobre a criação da polícia militar temporária no Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	405
Requerimento nº 1.466, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Márcio Montarroyos, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2007, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	361	SENADO FEDERAL	
SAÚDE		Apresentação do nome do Senador Garibaldi Alves Filho como indicado do PMDB à Presidência do Senado. Senador Valdir Raupp.	21
Elogios ao Programa Mais Saúde, também conhecido como o PAC da Saúde, lançado pelo Governo Federal no mês de dezembro de 2007. Senador Augusto Botelho.	99	Discurso de posse na Presidência do Senado Federal. Senador Garibaldi Alves Filho.	24
Alerta para a dificuldade que o sistema de saúde do Brasil vem enfrentando pela falta de material radioativo. Senador Flávio Arns.	117	Esclarecimentos acerca da indicação do nome do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.	27
Registro da convocação de todos os médicos do Brasil, feita pelo Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos, para um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Senador Augusto Botelho.	238	Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho para a Presidência do Senado Federal. Senador Pedro Simon.	29
		Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho para a Presidência do Senado Federal. Senador Magno Malta.	32
		Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador José Agripino.	33
		Cumprimentos ao Senador Tião Viana pela sua atuação enquanto Presidente Interino da Casa, e ao Senador Garibaldi Alves Filho por sua eleição à Presidência do Senado Federal. Senador Gerson Camata.	34
		Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senadora Ideli Salvatti.	35

Pág.	Pág.		
<p>Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Inácio Arruda.</p> <p>Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Manifestação de orgulho do povo do Rio Grande do Norte pela eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senadora Rosalba Ciarlini.</p> <p>Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Congratulações ao Senador Garibaldi Alves Filho pela eleição à Presidência do Senado Federal, e ao Senador Tião Viana pelo trabalho que desenvolveu enquanto Presidente Interino da Casa. Senador Efraim Morais.</p> <p>Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Agradecimentos ao Senador Tião Viana pelo trabalho desenvolvido enquanto ocupou a Presidência da Casa e homenagem ao Presidente eleito, Garibaldi Alves Filho. Reflexão sobre o momento que a Casa está vivendo. Senador Neuto de Couto.....</p> <p>Pedido de inversão da pauta para que o item nº 32 da Ordem do Dia de 12 de dezembro de 2007, referente à um projeto de autoria do Presidente da República de extrema importância para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), possa ser apreciado imediatamente. Senador Marco Maciel.</p> <p>Alerta de que alguns pronunciamentos da sessão do dia 12 de dezembro de 2007, não estão sendo completamente transmitidos na TV Senado. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Explicações para a quebra na transmissão do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio na TV Senado, ocorrido em 12 de dezembro de 2007. Senador Eduardo Suplicy.</p>	<p>36</p> <p>37</p> <p>38</p> <p>38</p> <p>39</p> <p>40</p> <p>41</p> <p>105</p> <p>118</p> <p>157</p> <p>158</p>	<p>Congratulações ao Senador Pedro Simon, por suas atitudes e postura correta em sua trajetória pela Casa. Senador Eptácio Cafeteira.</p> <p>Respeito ao Senador Pedro Simon pela sua história no Senado Federal. Senador Arthur Virgílio....</p> <p>Críticas a maneira desrespeitosa como trataram o Senador Pedro Simon, na sessão do dia 12 de dezembro de 2007. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Comentários sobre os acontecimentos da sessão do dia 12 de dezembro de 2007, na qual a CPMF foi derrubada. Senador Delcídio Amaral.....</p> <p>Críticas à comparação feita pelo Senador Delcídio Amaral, em que afirmou que o Brasil é como uma empresa. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Manifestação sobre o momento de compromisso com o povo brasileiro, vivido pelo Senado Federal, em razão da votação da PEC da CPMF. Senador Jayme Campos.</p> <p>Congratulações ao Senador Jayme Campos por sua conduta partidária e honestidade em relação ao tema da CPMF. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Paulo Paim.....</p> <p>Reflexão sobre o posicionamento de S.Exa. durante a votação da prorrogação da CPMF, na sessão do dia 12 de dezembro de 2007. Senador Pedro Simon.</p> <p>Apoio à construção de um entendimento entre a Oposição e o Governo pela governabilidade. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Expedito Júnior.....</p> <p>Explicações ao Senador Valdir Raupp sobre matéria que não pode ser votada, a respeito de empréstimos bancários. Senador Heráclito Fortes.....</p> <p>Considerações sobre a “oportuna” Nota à imprensa, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a respeito da decisão do Senado Federal de não-prorrogação da CPMF. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Esclarecimentos acerca de acontecimentos envolvendo os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim na sessão de votação da CPMF. Considerações sobre a tentativa de adiar a votação da CPMF. Senador Heráclito Fortes.....</p>	<p>204</p> <p>204</p> <p>382</p> <p>384</p> <p>385</p> <p>389</p> <p>391</p> <p>391</p> <p>406</p> <p>413</p> <p>419</p> <p>524</p>

Ata da 230ª Sessão Especial, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Sérgio Zambiasi

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 12 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Marinheiro, de acordo com os Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; o Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; e o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica.

Ouviremos, todos de pé, o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda de Fuzileiros Navais.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; senhoras e senhores convidados; Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi e todas as Senadoras e todos os Senadores que a ele se aliaram pela feliz iniciativa de propor esta sessão especial em comemoração ao Dia do Marinheiro.

É uma homenagem justa. Acima de tudo, justa. Até porque, como bem lembraram os signatários do requerimento, o 13 de dezembro de 2007 se reveste de especial importância. Nele comemoramos o bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o nosso Marquês de Tamandaré.

Patrono da Marinha, teve sua data natalícia consagrada como o Dia do Marinheiro. Reconhecimento dos brasileiros ao herói da guerra e da paz. Reconhecimento dos brasileiros ao bravo comandante de canhoneiras, ao patriota que lutou pela independência,

pela integridade e pela soberania de nosso País. Reconhecimento, também, ao solidário homem do mar, capaz de salvar tripulantes e passageiros da nau portuguesa Vasco da Gama, perdida ao longo da Barra do Rio de Janeiro, e do navio inglês Ocean Monarch, que se incendiava próximo ao Porto de Liverpool. Reconhecimento, enfim, ao cidadão exemplar que, embora monarquista, permaneceu na ativa após a Proclamação da República, dizendo-se um servidor do Brasil e não de um regime.

Assim como seu patrono, os integrantes da Marinha, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm se comportado como servidores do Brasil, legítimos herdeiros da tradição de Tamandaré.

Com firmeza e lealdade, eles têm apontado aos dirigentes da Nação e à sociedade em geral os fatores que podem comprometer sua atuação. E que, assim, podem colocar em risco a soberania do País. Entre tais fatores, destaca-se a insuficiência dos recursos destinados ao funcionamento, preparo e aparelhamento das Forças Armadas. É certo que, como reconhecem os próprios comandantes militares, desde 2004 tem havido uma gradual recuperação dos níveis orçamentários. Ainda assim, estamos longe do orçamento ideal.

De modo que é fundamental – e também é urgente – que se destinem à Marinha os recursos necessários. É fundamental e urgente, por exemplo, que sejam integralmente repassados à Marinha os valores arrecadados a título de *royalties* sobre a exploração do petróleo. Não se trata de um favor ou de um gesto de boa vontade, pois esse procedimento é amparado na Lei nº 7.990 e na Lei nº 9.478.

Devidamente abastecida de recursos, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderá a Marinha de nosso País dar continuidade a ações de mais alta relevância. Ações, por exemplo, como o Programa de Reaparelhamento da Marinha, que busca evitar o sucateamento de nossos submarinos, navios e aviões de combate ou patrulha. Não se pode aceitar, de jeito nenhum, que praticamente metade de nossos equipamentos estejam imobilizados, sem condições de operar.

Outra ação de grande significado, vital em termos estratégicos e econômicos, é a proteção de nossas plataformas marítimas de exploração de petróleo, principalmente quando mais e mais campos são des-

cobertos e o Brasil passa a ser respeitado como um importante produtor de petróleo.

Também é preciso dar continuidade ao Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo executado desde 1979 e que visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear, desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica.

Há que ter seguimento, ainda, o Programa Antártico Brasileiro. Com 25 anos já completados, o Proantar executa pesquisas científicas e tecnológicas na Antártida, para entender os fenômenos daquela região que possam repercutir sobre o globo terrestre e, mais especificamente, sobre o território brasileiro.

Há que se dar proteção – e falo aqui de uma questão essencial para nossa soberania – à Amazônia Azul, a chamada fronteira brasileira no mar, ou território marítimo brasileiro.

Uma gigantesca área de quatro milhões e meio de quilômetros quadrados que devemos manter sob permanente vigilância, para que a exploração e o aproveitamento de seus recursos naturais permaneçam em nossas mãos.

Além da permanente guarida, a Marinha do Brasil faz um grande trabalho de apoio à população amazônica e, neste ano de 2007, já realizou mais de 200 mil procedimentos médicos, odontológicos e farmacêuticos nas comunidades das áreas navegáveis da Bacia Amazônica.

Enfim, senhoras e senhores visitantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe todo um conjunto de ações – repito: da mais alta relevância – que vem sendo desenvolvido pela Marinha do Brasil.

Compete ao País, portanto, garantir a continuidade dessas ações. Compete ao País, principalmente, fazer com que não falem recursos para o bom andamento dessas ações.

No que couber aos integrantes de nossa Marinha, estou certo de que saberão, como souberam até agora, honrar o admirável legado do Almirante Tamandaré.

No que couber ao Congresso Nacional e, especialmente, ao Senado Federal, sempre estaremos a postos, dispostos a auxiliar a Marinha do Brasil em todas as suas demandas.

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, em seu nome, cumprimento a todos pela passagem deste Dia do Marinheiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, primeiro subscritor do requerimento.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Júlio Sabóia de Araújo Jorge, Chefe do Estado Maior da Armada;

Sr^{as} e Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o Brasil orgulha-se muito de um gaúcho que, ao fazer-se ao mar, fez-se também símbolo, exemplo e patrono da Marinha do Brasil. Refiro-me a Joaquim Marques Lisboa, ou simplesmente o Almirante Tamandaré, como é conhecido na história nacional o patrono de nossa Marinha, que o homenageia no dia de seu nascimento, 13 de dezembro. Desde 1925, por Aviso do então Ministro da Marinha, o 13 de dezembro passou a ser o “Dia do Marinheiro”, mas também o “Dia de Tamandaré”.

Sr. Presidente Alvaro Dias, a história não produz acasos gratuitamente. Tamandaré nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Vila de São José do Norte, então distrito da cidade do Rio Grande, atualmente um dos mais importantes portos de nosso continente, situado no extremo sul de meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Pois no começo do ano seguinte, alguns dias depois, mais precisamente em 22 de janeiro de 1808, Dom João VI, com a família real e sua corte, sob a proteção da esquadra portuguesa, desembarcava no Brasil, transferindo para cá a capital do reino e abrindo caminho para a declaração de independência, proferida 14 anos depois, por Dom Pedro I.

A partir da Independência, Dom Pedro I cria a primeira esquadra brasileira, sob o comando de Thomas Cochrane e com tripulação composta de sua maioria por ingleses. E esse gesto cruza definitivamente o destino do jovem Joaquim Marques Lisboa, então com apenas 15 anos de idade, com o mar e a Marinha. O jovem praticante de piloto da fragata Niterói, a partir daí, jamais abandonaria o mar, tornando-se herói em inúmeras batalhas navais e posteriormente patrono da Marinha nacional.

A vida do Almirante Tamandaré tem sua belíssima trajetória, portanto, entre a declaração da Independência do Brasil, em 1822, e a proclamação da República, em 1889. Foi nesse período de lutas, de afirmação da soberania e dos valores nacionais, que se avultou a figura do velho comandante. Todos os episódios bélicos desse período tiveram a presença sempre marcante do Almirante Tamandaré.

Sua estréia nessas lidas ocorreu já na Guerra da Independência, entre 1822 e 1824, contra o Ge-

neral Inácio Luís Madeira de Melo, na Bahia, e na perseguição da esquadra portuguesa até a foz do rio Tejo, e representou a luta dos patriotas, aqueles que, imbuídos de um forte espírito de brasilidade, se contrapunham à tentativa de recolonização proposta pela corte portuguesa.

Nessas lutas, Tamandaré consagrou-se na História do Brasil graças a sua bravura também nas sangrentas batalhas de Riachuelo, Humaitá, Uruguaiana, Curuçú e Curupaiti, integrando as forças da Tríplice Aliança.

Tamandaré e a Marinha brasileira cresceram e consolidaram-se juntos. O primeiro como verdadeiro herói da Pátria, enquanto a Marinha transformou-se no que é até hoje: guardião da integridade e da Pátria, contribuindo para sua integração interna e manutenção da ordem.

Na carreira de Tamandaré ocorreram diversos exemplos de bravura, de espírito arrojado, de capacidade de liderança e de desprendimento humanitário. Empreendeu uma fuga audaciosa do cárcere argentino durante a Guerra Cisplatina, liderando a tomada do navio que levava oficiais e marinheiros capturados em Carmen de Patagones; lutou contra os cabanos no Pará, contra a Sabinada na Bahia e contra a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul; resgatou mais de uma centena de naufragos do navio inglês Ocean Monarch; auxiliou a pacificação de Pernambuco durante a Revolução Praieira; salvou o navio português Vasco da Gama de um iminente naufrágio, rebocando-o em meio a uma violenta tempestade, próximo à barra do Rio de Janeiro, recebendo por esse feito glorioso a espada de ouro do Governo português. Participou como Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras nas operações do Rio da Prata durante as convulsões no Uruguai, que seriam o prelúdio para a guerra contra o Paraguai. Comandou, nos dois primeiros anos desse conflito, as operações da Esquadra nos rios Paraná e Paraguai, onde obteve vitórias como Riachuelo e Passo da Pátria.

Falecido em 1897, então Ministro do Superior Tribunal Militar, a nobreza desse marinheiro se revela nas palavras finais do seu testamento, em que pede uma cerimônia simples, sem anúncios nem convite, e que seu esquife seja conduzido por seus irmãos em “Jesus Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio”.

E como homenagem à Marinha, pediu que sobre a pedra que cobrisse sua sepultura houvesse a singela inscrição: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados aqui presentes, por felicidade, vivemos hoje tempos de paz, sem nenhum conflito

armado desde a Guerra do Paraguai. Mas, se a Marinha do Brasil mostrou sua importância estratégica em tempos de guerra, não é diferente do que ocorre em períodos de paz.

Recentemente, entre os dias 20 e 25 de janeiro deste ano, tive a honra de acompanhar uma viagem à Antártida, em missão oficial desta Casa a convite da Marinha do Brasil.

A Antártida, como se sabe, é uma das regiões mais importantes para o futuro do Planeta. Nela, estão concentrados 80% da água doce do Planeta e 90% do gelo, essenciais e estratégicos para a sobrevivência humana. A estação brasileira Comandante Ferraz, assim como as demais localizadas na região, realizam pesquisas científicas de grande importância, especialmente no terreno climático. Sobressai, de imediato, a importância deste trabalho magnífico por parte da Marinha brasileira.

O mar, onde estão presentes as riquezas do presente e do futuro, hoje desperta uma importância significativa para o nosso País. Por ele passam cerca de 95% de todo o comércio exterior, entre exportações e importações. Desse mesmo mar são extraídos mais de 80% do petróleo nacional consumido, utilizando-se tecnologia de ponta brasileira para extração a grandes profundidades e de uma outra gama de recursos econômicos que podem ser explorados, como o gás natural, os recursos minerais marinhos, a pesca, o turismo e o lazer marítimo. Estes são alguns exemplos de segmentos econômicos que possuem elevado potencial de fomento no Brasil.

Ao destacar essas inúmeras missões no campo social, educacional, de pesquisa e humanitário que a Marinha desenvolve, é preciso ressaltar a importância e a urgência, como muito bem comentou o Presidente Alvaro Dias, do Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM).

Uma instituição como a Marinha do Brasil, de caráter permanente por mandamento constitucional e de relevante identidade com a Nação brasileira, não pode prescindir de um adequado, exequível e sustentável planejamento de substituição de seus meios, sob pena de não estar minimamente equipada e adestrada para contribuir na manutenção da soberania nacional, quando chamada para tal.

Há vários anos, a Força tenta aprovar o Programa de Reparcelamento da Marinha, elaborado em função das necessidades estratégicas estabelecidas na Política de Defesa Nacional e de outras orientações de nível estratégico, tendo sempre em conta a realidade socioeconômica do País. A aprovação e a execução Programa de Reparcelamento da Marinha produzirá reflexos positivos para a economia nacional,

estimulando um sem número de setores da cadeia produtiva associados à indústria naval e de defesa.

Com o propósito de analisar as prioridades e propor cronogramas e fluxos de recursos necessários aos Programas de Reparcelamento das Forças Armadas, foi instituído, em dezembro de 2005, por Decreto Presidencial, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que encaminhou ao Ministro da Defesa, em 31 de agosto de 2006, um relatório para que, depois de analisado, fosse submetido à deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Por determinação do Ministério da Defesa, uma atualização do Programa de Reparcelamento da Marinha foi enviada em julho de 2007.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Marinha dividiu a programação de reparcelamento em dois períodos, sendo o primeiro, de maior prioridade, atualizado em recente revisão para 2008 a 2014.

As estimativas de custo levantadas se limitaram a esse primeiro período, totalizando o montante de R\$5,8 bilhões, relativos a oito grupos de prioridades de reparcelamento, que englobam a construção, modernização ou aquisição de diversos meios, como submarinos e torpedos, navios e helicópteros para escolta e patrulhamentos fluviais, embarcações do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, entre tantas outras.

Há, ainda, no mesmo sentido, o desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha – também aqui citado por nosso Presidente Alvaro Dias –, que vem sendo executado desde 1979, com enorme sacrifício, e que visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se aí o reator nuclear.

A primeira parte do propósito – domínio do ciclo do combustível – já foi atingida, restando ainda o esforço de conclusão da segunda parte, que é exatamente a planta nuclear. Desenvolvidos e concluídos esses dois projetos e logrado êxito na operação dessa planta nuclear, estarão criadas as condições para que, no futuro, havendo uma decisão de governo para tal, possa ser dado início à elaboração do projeto e a posterior construção de um submarino com propulsão nuclear, que deverá ser antecedido pelo projeto, construção e avaliação de um submarino convencional nacional. Esse foi o caminho percorrido por todos os países que possuem submarinos nucleares nas suas marinhas.

Do início, em 1979, até por volta do princípio da década de 1990, o Programa Nuclear da Marinha contou com aporte de recursos adicionais ao orçamento da Força, provenientes de outras fontes governamentais, que possibilitaram o domínio do ciclo do combustível,

alcançado ao final da década de 1980. A partir daí, o Programa passou a ser custeado, praticamente, com recursos apenas do orçamento da Marinha do Brasil, que, além de declinante, tem de atender a todas as demais demandas da Força.

A solução visualizada para a conclusão desse Programa é a sua transformação em um Programa Nacional, e não apenas da Marinha, garantindo o aporte adicional, regular e continuado dos recursos capazes de fazer face às necessidades de um empreendimento dessa natureza. Desde que haja investimentos anuais de cerca de R\$130 milhões, durante os próximos oito anos, o reator poderá ser testado. Se não houver investimento algum, a consequência será a manutenção do Programa Nuclear da Marinha em estado vegetativo ou até mesmo sua paralisação. E aqui está o compromisso, já assumido pelo Presidente Alvaro Dias, da solidariedade do Congresso Nacional, do Senado Federal, no sentido de garantirmos essa programação, especialmente pelas votações orçamentárias desta Casa.

O Presidente Lula, em visita realizada ao Centro Experimental de Aramar, no dia 10 de julho, motivado pela dimensão do Programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a Marinha e para o Brasil, anunciou que os recursos necessários para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha serão liberados (R\$1 bilhão, distribuídos durante oito anos – cerca de R\$130 milhões/ano). Portanto, já é um compromisso assumido pelo Presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente Alvaro Dias, Srs. Comandantes das nossas três Forças, Senadoras e Senadores, fica aqui, neste momento, consagrada esta homenagem, este compromisso com as nossas Forças Armadas e, especialmente, neste momento, o registro histórico da homenagem cívica que nos impusemos a fazer à Marinha e aos marinheiros do Brasil, bem como o esforço e o apoio desta Casa às reivindicações que são, ao mesmo tempo, vitais para a perenidade da Força mas, também, para o desenvolvimento do País e o bem-estar de todos nós brasileiros.

Salve, portanto, a Marinha do Brasil! Salve o Velho Marinheiro, salve o Almirante Tamandaré!

Obrigado e parabéns a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os nossos cumprimentos ao Senador Sérgio Zambiasi pelo pronunciamento e pela iniciativa de prestar esta homenagem à Marinha brasileira.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada, em primeiro lugar, eu queria agradecer a generosidade sempre crescente do Senador Romeu Tuma, que, possibilitando a inversão na ordem dos oradores, permitiu que eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pudesse me dirigir aos senhores nesta manhã.

Antes dos cumprimentos à Marinha pela sua data, quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dar o testemunho de uma experiência que vivi ao longo deste ano.

O Brasil não tinha conhecimento – e, se alguns o tinham, era muito limitado – da real e grave situação por que passam as Forças Armadas brasileiras. Era um assunto que não se tratava de maneira clara; era um tabu. Eu achava, meu caro Senador Zambiasi, que esse era um sistema que não trazia benefício para as partes. Ao assumir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, propus audiências públicas com os Comandantes das três Forças. E aí vimos, de maneira muito positiva, o resultado dessas audiências. Vimos a situação crítica das três Forças, mas nós vimos uma coisa fantástica: a garra, a determinação e o otimismo do militar brasileiro, e foi exatamente sob esse prisma que nós demos continuidade às três audiências, ouvindo os representantes das três Forças.

A partir daí, vimos que o Brasil está numa posição crítica, disputando, numa indesejável olimpíada, o terceiro ou o quarto lugar na América do Sul. Nós, que fomos preparados para a paz e que temos a convicção de que este é um País de paz, nunca nos preocupamos com nenhum tipo de corrida armamentista. Ainda bem! Porém, circunstâncias nos fizeram olhar com cautela essa questão.

E aí, mais uma vez, Sr. Presidente, o Congresso Nacional exerceu um papel que a sociedade precisa reconhecer. As emendas que competem às comissões setoriais geralmente eram disputadas, legitimamente, por Deputados, por Senadores, para projetos localizados. Pela primeira vez, recebemos as emendas vindas das Forças da maneira que vieram, sem nenhuma correção, Sr. Presidente, exatamente porque tínhamos a convicção de que, neste momento de crise, não cabia nenhuma interferência no projeto de reequipamento das Forças Armadas.

A Marinha, com seu fantástico projeto nuclear, ou seja, o de construção do tão desejado e tão esperado submarino, mostrou-nos que estava preparada não só para construir, mas também para gerir essa tecnologia e, inclusive, exportá-la.

Eu quero citar aqui um exemplo da situação crítica das nossas Forças Armadas, meu caro Senador Alvaro Dias.

O General Enzo, na sua exposição, mostrou, na Amazônia, um dos veículos utilizados, um Jeep Willys 1951, o famoso “Cara Baixa”. Eu sou de uma geração em que quase todos aprenderam a dirigir naquele tipo de carro, uns oriundos da guerra da Coréia, e eles ainda estão – vejam bem – prestando serviço ao Exército brasileiro. Eu me espantei e alguém me disse lá: “Não, nós temos fuzis, nós temos armas de 1945”.

Meu caro Presidente, esta sessão de homenagem à Marinha, além de ser uma homenagem justa, é, acima de tudo, um alerta. Essa experiência que nós vivemos neste ano tem que se repetir, Srs. Comandantes, Srs. Militares. E nós temos que mostrar que a proximidade permanente, não-eventual, entre as Forças Armadas e o Congresso brasileiro é altamente positiva para o País. O diálogo é fundamental. Vocês têm canais naturais, como o Senador Romeu Tuma, que tem sido um defensor permanente de questões relativas às Forças Armadas. Sou apenas um Presidente eventual, mas bastou sentir na pele a questão vivida pelas Forças brasileiras para me sensibilizar e me inscrever espontaneamente nesse mutirão de recuperação.

Quero parabenizar, de maneira muito especial, a nossa Marinha pelo esforço que faz em formar profissionais, enfrentando dificuldades, escassez de equipamentos e tendo pela frente este imenso mar territorial brasileiro.

Recentemente vimos vizinhos mais abastados comprarem seis submarinos. Sr. Presidente, se aqueles submarinos forem funcionar na costa do país que os adquiriu, vamos ter um engarrafamento equivalente ao da Avenida Paulista, dado o espaço e a pouca utilização, a pouca vantagem. E o Brasil, tão grande, lutando para chegar aí.

Portanto, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não poderia deixar de dar este depoimento. E quero também, finalizando, mostrar minha alegria.

Vi, pela primeira vez ontem, o Ministro da Defesa começar a falar do aumento para os militares. Era necessário, mas é preciso que o Ministro não recue, como recuou – ou, pelo menos, está esperando – na questão do espaço entre as poltronas das aeronaves civis. Esse assunto não pode parar.

Estamos vivendo hoje num país que bate recordes de arrecadação. Nomeiam-se, muitas vezes, sem necessidade, cargos de DAS, bem como, meu caro Senador Zambiasi, inexperientes militantes que recebem mais nas suas sinecuras do que os militares que deram sua vida inteira a serviço do Brasil.

Essa é uma questão que não é da Marinha, não é do Exército, não é da Aeronáutica; é do Congresso e do Brasil, e nós não podemos nos afastar dela.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes.

Hoje é um dia também muito especial para uma das autoridades aqui presentes. Cumprimento o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, pelo seu aniversário no dia de hoje. Nossos cumprimentos e nossos parabéns. (Palmas.)

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma. A seguir, os Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, senhores oficiais gerais, Sr. Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe de Estado-Maior da Armada; Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, meus parabéns pelo aniversário, espero que o senhor esteja subtraindo na idade que tem para ficar mais tempo na Aeronáutica – é a nossa esperança; Senador Alvaro Dias, digno Presidente desta Casa, que hoje tem a honra de dirigir esta solenidade em homenagem à Marinha; não poderia deixar de agradecer e cumprimentar também o Senador Heráclito Fortes, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelo trabalho que tem desenvolvido no que diz respeito ao interesse principalmente das reivindicações de verbas pelas Forças Armadas e condições de trabalho. Penso que isto tem uma importância vital: formar-se uma força política para tentar dar o apoio necessário para aqueles que, por vocação, escolhem servir à Pátria com o que é mais sagrado, que é a própria vida, em defesa da nossa soberania, servindo às Forças Armadas.

Eu, Almirante, fiz um discurso, mas vi que está tudo quase igual ao que falaram aqui. A História não se muda. Vai passando o tempo, e o que se pode é acrescentar algo que possa demonstrar o que realmente significa aquela profissão que nos dispomos a homenagear no dia sagrado do Patrono Tamandaré. Eu não sabia se ia para aquele lado, para ficar de frente, ou se ficava deste, para ficar ao lado de Tamandaré, para me inspirar um pouco melhor naquilo que representa a Marinha.

Eu vou pedir depois, Sr. Presidente, que meu discurso seja inserido; mas, se permitir, gostaria de falar alguma coisinha de foro íntimo, de alma, de coração...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a será atendido pelo Regimento.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – ... pela convivência que eu sempre tive com as Forças Armadas.

Diz o Senador Heráclito que eu sou uma ponte permanente. Eu tenho orgulho disso, Almirante, General, Comandante. Desde jovem, eu aprendi a admirar as Forças Armadas. Gostaria de ter sido um oficial, mas, filho de imigrante, tinha grande dificuldade de me separar da família. Como os pais eram foragidos de períodos difíceis, principalmente do Oriente, os filhos tinham de ficar sob a saia da mãe. Atravessavam grandes dificuldades para dar educação, escola e oportunidades e queriam que seus filhos não passassem pelo mesmo sofrimento que suportaram. Então, não tive essa oportunidade. Aliás, mandei carta para todas as Forças pedindo a minha inscrição, mas não consegui comparecer a nenhum dos exames. Não sei se seria aprovado ou não, mas ficou na minha mente. O CPOR eu consegui fazer. Convenci minha família de que era uma forma de aprender, de ter formação, amor ao País, dignidade, respeito e, principalmente, uma coisa sagrada que o militar tem: honestidade e ver o país como sua pátria-mãe, estando pronto a servi-la em qualquer instante e em qualquer lugar.

Em outras atividades, quando um profissional é removido para qualquer lugar, ele reclama, procura politicamente, quer mudar. Na Marinha, no Exército, na Aeronáutica, ninguém reclama da transferência para servir em um comando mais distante ou mais próximo da sua própria família.

Convivi períodos difíceis com as Forças Armadas, no período revolucionário. Tive muito contato pessoal. Hoje, alguns estão na reserva, outros estão no céu nos protegendo, e alguns, como eram segundos-tenentes, hoje são brigadeiros, generais ou almirantes.

Então, essa história está incluída na minha vida. Sempre que tenho oportunidade nesta Casa, refiro-me à dignidade com que os militares trabalham.

Estou vendo ali um companheiro antigo, sentado. Espero vê-lo almirante antes de morrer, Comandante. Já comandou submarino como voluntário. Eu sei que só voluntário comanda submarino, não é isso, Comandante? Felizmente, está sempre sorrindo. Acho que não ficou com a claustrofobia natural que muita gente tem.

Recordo algumas passagens importantes da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, principalmente na Região Amazônica, onde fiquei praticamente dez anos

trabalhando na Polícia Federal. E os alicerces de sustentação da atividade e da manutenção da soberania continuam ainda nas costas das Forças Armadas.

Hoje pela manhã, eu conversava com alguns delegados com quem trabalhei. Liguei para Manaus para saber como estava a operação para garantia de fronteira, visto o crescimento, como se referiu o Senador Heráclito, de alguns países numa corrida armamentista. Isso traz uma grande preocupação para todos os países circunvizinhos. Não vamos ser atacados, mas, por ser uma ameaça a outros países distantes, podemos ser vítimas de ações que queiram impedir o crescimento armamentista de alguns países vizinhos.

Ontem, fiquei um pouco triste, porque, em decorrência de um pedido de vista coletivo, foi retirado da pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos um projeto de isenção de impostos para a indústria de material bélico.

Senador Alvaro Dias, Senador Heráclito Fortes, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Augusto Botelho, temos de lutar pela recuperação de nossa indústria bélica. Para isso, precisamos conceder-lhe vantagens financeiras, apoio financeiro, isenção de impostos, para que possa recuperar a posição que tinha: era a segunda ou terceira indústria bélica.

Viajei com delegações militares para o Oriente, principalmente, onde o Brasil tinha uma clientela enorme para carros de combate – chegou a produzir o Caixias, um tanque que ganhou concorrência no Oriente. Repentinamente, com a Guerra dos Seis Dias, conseguiram quase que eliminar, por completo, a capacidade industrial brasileira de material bélico.

Mais de uma vez, acho que mais de meia dúzia de vezes, fui ao Arsenal de Marinha, onde vi a construção do submarino nuclear. Entusiasmávamo-nos e nos arrepiávamos com as explicações do responsável, à época, pela construção. O submarino nuclear não tem a finalidade somente de navegar à propulsão nuclear, mas o desenvolvimento de reatores para produzir energia e servir as cidades que hoje estão eminentemente próximas de uma apagão.

Não pode cessar, portanto, a pesquisa, o trabalho devotado à proposta da Marinha de desenvolvimento nuclear para a atividade militar e, principalmente, para a atividade civil, porque elas se congregam, casam-se permanentemente. Conheço acordos da Marinha com a Universidade de São Paulo através dos quais são desenvolvidos vários projetos.

Almirante, eu tenho quatro filhos. Um deles é dentista, e outro é médico. O dentista queria fazer um curso superior ligado ao mar, porque ele é apaixonado pelo mar. Em São Paulo não tinha, só tinha um no Rio Grande do Sul, mas era um curso secundário. Ele

foi convencido a fazer um curso universitário para depois fazer a pós-graduação na Universidade de São Paulo. Ficou nove meses nos Estados Unidos estudando todo o trabalho que se faz a respeito do mar – todos nós sabemos da importância do mar para a economia e para a vida. Quando ele terminou o curso de Odontologia, foi à USP, onde lhe disseram que ele não podia ser matriculado no curso de pós-graduação porque ele tinha de ter um curso científico como o de Biologia, por exemplo. Ele praticamente me agrediu: de uma forma carinhosa, veio e disse que eu o havia enganado, porque a devoção dele era pelo mar, e eu o havia colocado numa cadeira de dentista. Ele, então, se matriculou no curso de Biologia para poder depois fazer a pós-graduação em processos de Marinha, mas nós o convencemos de que ele poderia desenvolver seu trabalho na Odontologia. Ele hoje tem o seu trabalho e se devota muito a creches que não podem pagar – praticamente metade de sua semana de trabalho é dedicada às crianças que precisam de tratamento odontológico.

Outro de meus filhos terminou a faculdade de Medicina em São Paulo. Como tinha pedido prorrogação da convocação para servir ao País, inscreveu-se na Marinha para fazer o exame de seleção para ser Oficial de Marinha – não sei a denominação dessa seleção, não é CPOR – e foi o primeiro colocado. Ele tinha feito também o exame, na Universidade de São Paulo também, para a residência médica, que é muito difícil, e passou. Eu conversei com o Almirante Comandante do Hospital Marcílio Dias e contei a ele o que estava acontecendo. Ele disse: “Olha, tem tanta gente que quer servir na Marinha, que vai sobrar. Não tem jeito. Talvez, seu filho, fazendo a residência, especializando-se, tenha oportunidade maior de servir ao País”. Depois, ele foi para os Estados Unidos, mas até hoje se sente frustrado por não ter vestido a farda da Marinha. Graças a Deus, porém, é um grande médico, um neurooncologista preparado nos Estados Unidos!

Eu tinha um Secretário de Segurança, o Coronel Erasmo Dias, que às vezes tinha reações violentas, mas tinha um coração de ouro. Ainda vive até hoje, tem oitenta e poucos anos, e precisa trabalhar, porque o seu salário não dá para pagar as suas despesas nem a prestação da casa que ele vem pagando há mais de trinta anos. Em suas palestras, o Coronel Erasmo Dias dizia sempre que as Forças Armadas Brasileiras eram as mais democráticas do mundo, porque ele, filho de padre – nunca deixou de dizer isto –, teve a oportunidade de ingressar no Exército Brasileiro e chegar a coronel; dizia que, no Brasil, qualquer cidadão, não importando a sua origem, tem a oportunidade, por seus conhecimentos, por sua força de vontade, de ingressar nas Forças Armadas.

Eu perguntava ao Comandante quantos guardas-marinhas se formaram esta semana na cerimônia presidida pelo Presidente Lula. Foram 160, e mais seis estrangeiros; ou seja, 166. Quer dizer, a vocação para servir às Forças Armadas continua, mesmo com um salário que está muito aquém do que é pago a várias atividades de Estado, que recebem mais do que o dobro do que ganha um oficial das Forças Armadas.

Fui relator de uma medida provisória que propõe a transformação do problema de idade. Nós pedimos muito a regra de contagem de tempo para uma promoção, que era um direito anteriormente adquirido. Pois está com veto presidencial há mais de cinco anos, sem que se possa trazê-la a plenário para se discutir se deve ou não ser atendida a reivindicação da emenda apresentada a pedido das três Forças.

Lembro aqui, Almirante – e aí é um apelo que faço ao Presidente da República e também a V. Ex^a –, que patrulhamos muito a Região Amazônica. Lá, há uma área que chamamos de tríplice fronteira. Não me refiro à tríplice fronteira em Foz do Iguaçu, que também precisa da Marinha. Com Itaipu tão importante e com a eleição no Paraguai, hoje temos lá uma vigilância maior. Quando houve a transferência de várias unidades militares do Sul para o Norte, ficou em Foz do Iguaçu uma força militar forte. Eu disse: “Mas por quê? Não tem inimigos”. Tem. Itaipu, sob o ponto de vista da logística, é a área mais importante para o progresso do País. Então, tem de ter uma força que garanta que não haja nenhum tipo de intervenção capaz de desligar o País por inteiro.

Mas essa tríplice fronteira de que falei anteriormente abrange os territórios do Peru, da Colômbia e do Brasil. No Peru, temos a Vila de Santa Rosa; na Colômbia, Letícia; e, no Brasil, Tabatinga. Navegando pelo Rio Solimões, várias vezes fizemos alguns tipos de patrulhamento na região. Isso é feito sazonalmente, porque não há equipamento, não há lanchas equipadas para patrulhar permanentemente. Hoje, praticamente todas as Superintendências têm lanchas equipadas para fazer o patrulhamento contra a pirataria do mar, próximo aos portos brasileiros. Mas lá não tem. O navio NaPaFlu, que flutua na Amazônia, tem uma visão social muito grande. Lembro-me das operações em Labre, onde a malária era violenta e só a Marinha podia levar assistência à saúde e odontológica para atender os ribeirinhos. E essa situação continua até hoje, Sr. Presidente. Mas, às vezes, cortam a verba para que a Marinha possa dar continuidade a esse trabalho social importantíssimo.

As Forças Armadas têm valor tanto na guerra quanto na paz. Somos um País pacífico, mas nessa região do Peru, Colômbia e Brasil é por onde passam todo o contrabando, praticamente a maioria da produção de cocaína e o que é derrubado da floresta.

As madeiras correm pelo Rio Solimões em jangadas amarradas. Portanto, se não houver um patrulhamento permanente, infelizmente não vamos conseguir vencer a guerra, porque os bandidos têm uma organização muito mais forte, com mais dinheiro e com mais força de correr risco para enganar aqueles que têm a obrigação de patrulhar, vigiar e não permitir que cresça a criminalidade na região de fronteira.

Acho que falei demais. Mas acredito nas Forças Armadas e naqueles jovens que ainda sentem a vocação e a importância de pôr uma farda sobre o corpo. Tenho certeza de que as colunas mestras de sustentação da soberania, da democracia, da dignidade do homem e da honestidade estão nos bancos escolares das escolas das Forças Armadas.

Que Deus nos proteja, para que elas tenham a firmeza e o caráter de agüentar o período difícil por que estão passando! Que Deus abençoe vocês nessa luta, senhores!

Desculpem a emoção! (Palmas.)

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Almirante Moura Neto, Comandante da Marinha, reunimo-nos hoje para homenagear os homens do mar, pois no dia 13 de dezembro se comemora o “Dia do Marinheiro”. Essa data foi escolhida, em setembro de 1925, pelo então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, como reconhecimento aos feitos e legado do Almirante Joaquim Marques de Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil e Herói da Pátria, que nasceu em Rio Grande de São Pedro do Sul, na Província do Rio Grande do Sul, em 13 de dezembro de 1807.

Portanto, as comemorações deste ano se revestem de especial relevo, pois é o bicentenário de nascimento do Almirante Tamandaré.

O Almirante Tamandaré ingressou na Marinha em 04 de março de 1823, como voluntário da Armada, embarcando na Fragata *Niterói*. Nela, exerceu a função de ajudante de navegação do Comandante Taylor, quando participou da Guerra da Independência, do Bloqueio da Bahia e da perseguição à Esquadra Portuguesa até a boca do Rio Tejo.

No ano seguinte, ingressa na Academia Imperial da Marinha e embarca na *Nau Pedro I*, Capitânia de Lord Cochrane, Primeiro Almirante da Armada Imperial. Já em 31 de julho de 1826, em atenção aos seus conhecimentos profissionais e a bravura demonstrada em combate, recebe seu primeiro comando, a Escuna Constança.

Esses senhores foram os momentos iniciais de uma longa e profícua carreira naval. Porém, o Almirante Joaquim Marques de Lisboa não ficou conhecido apenas pelos seus feitos em combate, mas também, por sua coragem e espírito de um verdadeiro homem do mar demonstrado ao resgatar os passageiros e tripulantes do navio inglês Ocean Monarch, nas proximidades de Liverpool, e quando do salvamento da nau portuguesa Vasco da Gama, que estava em iminente perigo de naufrágio, nas imediações da Barra do Rio de Janeiro, submetida a um violento temporal.

Em 1860, o Almirante Marques de Lisboa recebe o título de Barão de Tamandaré, homenagem de D. Pedro II, que relembra assim a bravura do irmão do Almirante, o Major Manoel Marques de Lisboa, que havia tombado quando chefiava a defesa do Porto de Tamandaré, na costa pernambucana, em 1824.

O Almirante Tamandaré faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1897, antes, porém, demonstrou toda a sua sensibilidade e nobreza ao registrar em seu testamento: “Exijo que não se faça anúncios nem convites para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e, deste, à cova por meus irmãos em Jesus Cristo, que hajam obtido fórum de cidadãos pela Lei de 13 de maio. Isso prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo sofrimento durante o estado de escravidão...”

Não esquecendo seu amor à Marinha, terminou seu testamento expressando que: “.sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: “Aqui jaz o velho marinheiro.”

Senhores, não nos resta dúvida sobre a vocação marítima de nosso País. O mar sempre esteve presente no destino do Brasil. Pelo mar fomos descobertos e por ele chegaram nossos primeiros invasores. O que levou o Brasil a participar das duas Guerras Mundiais foram os ataques ao nosso tráfego marítimo.

Agora, quando incorporamos a Plataforma Continental à nossa Zona Econômica Exclusiva, estamos estabelecendo a nossa última fronteira. Essa fronteira marítima acrescenta ao nosso território continental uma área de 4,5 milhões de Km², a nossa “Amazônia Azul”.

A Amazônia Azul guarda inúmeras riquezas brasileiras, sejam elas minerais, como o petróleo, que tem atualmente cerca de 80% da produção brasileira no mar, com uma grande capacidade de expansão, como demonstrado pela recente reserva de “Tupi” divulgada pela Petrobras; ou seja, os nossos bens que por ela transitam, pois 95% do comércio exterior brasileiro é realizado pelo modal marítimo; ou ainda, pelo nosso estoque pesqueiro.

Estrategicamente o mar é vital para o Brasil. Na Amazônia Azul, os limites das águas jurisdicionais são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que as define é a existência da Marinha do Brasil realizando ações de presença, vigiando e protegendo essa rica área.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que os membros desta Casa têm plena consciência de que a Marinha precisa estar bem aparelhada e equipada com os meios e os recursos financeiros que se fazem necessários para que ela cumpra com sua missão constitucional. A recuperação do Poder Naval Brasileiro, bem como das demais Forças, está e deve sempre permanecer na ordem do dia.

Dentro de poucos dias, o Congresso aprovará o Orçamento para o ano de 2008, que já apresenta um melhor quadro financeiro para nossa Força Naval. Porém, ainda não o necessário para a condução dos seus programas, como o de reaparelhamento e o Nuclear. Apesar dessa melhoria, ainda persiste o contingenciamento da verba destinada, por lei, à Marinha, proveniente da exploração do petróleo, os **royalties**, verba essa que o Governo usa para compor o superávit primário, o que muito prejudica a Força.

Para que a Marinha conduza o seu Programa de Reaparelhamento, é estimado um investimento total da ordem de R\$5,8 bilhões para o período que vai 2008 até 2014. O Programa especifica oito grupos de prioridades, que englobam a construção, a modernização ou a aquisição de diversos meios, sendo as principais prioridades submarinos e torpedos, navios-patrolha e helicópteros.

O Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo executando desde 1979 com enorme sacrifício, visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear. O arrasto tecnológico produzido para o Brasil por esse programa é enorme, além do que essa planta nuclear tem um emprego dual, uma vez que tanto pode ser empregada para a propulsão de um submarino, quanto na geração de energia para uma cidade. O aporte financeiro para a conclusão desse programa, que não é apenas da Marinha, mas do Brasil, é da ordem de R\$130 milhões por ano, por um período de oito anos.

Vale ressaltar que, além da presença na Amazônia Azul, cuja área equivale a metade do território nacional, os navios da Marinha atuam na calha dos rios da bacia do Rio Paraguai e da bacia Amazônica, onde, além do trabalho de vigilância e proteção, realizam importante ação social ao prestar atendimento médico-odontológico aos ribeirinhos.

Senhores, ao encerrar minha justa homenagem aos marinheiros do Brasil, cito as palavras de Rui Barbosa, que permanecem atuais:

“Esquadras não se improvisam.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pois o Senador Sibá Machado está ausente neste momento.

Convido, com muita honra, para assumir a Presidência desta sessão o Senador Sérgio Zambiasi, que é o principal responsável por esta solenidade.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, Sr^{as} e Srs. Senadores, Almirante Moura Neto, Comandante da Marinha; General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Almirante Julio Saboya, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr^{as} e Srs. Oficiais da Marinha, Srs. Marinheiros, amanhã, dia 13, Senador Sérgio Zambiasi, o Brasil comemora 200 anos do nascimento do Almirante Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil. Neste mesmo dia, comemora-se o Dia do Marinheiro, em homenagem aos bravos homens e mulheres que fazem parte da Marinha do Brasil.

Quero parabenizar a Marinha do Brasil, aqui representada pelo Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares Moura Neto, e todos os marinheiros pelos bons serviços prestados ao Brasil.

Mas, além de fazer uma homenagem, também quero aproveitar este discurso para destacar alguns importantes serviços que a Marinha tem desenvolvido para garantir a defesa da nossa soberania.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, sou de Roraima, do extremo norte do Brasil. Sei da importância da Floresta Amazônica, conheço a importância da defesa de nossas fronteiras. Mas quando pensamos em fronteiras, imaginamos apenas a divisão terrestre entre nossos países. Porém, o Brasil possui uma outra zona de fronteira tão importante quanto a nossa fronteira terrestre: o mar.

A Amazônia Legal tem uma área aproximadamente de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a 61% da área continental do Brasil. No mar, a Zona Econômica Exclusiva brasileira, nossa fronteira marítima, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, os quais somados aos cerca de 950 mil quilômetros quadrados da Plata-

forma Continental reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfazem um total de 4,4 milhões de quilômetros quadrados.

Esses mais de quatro milhões de quilômetros quadrados são chamados de Amazônia Azul, uma extensa área oceânica adjacente ao continente brasileiro que corresponde a 52% da nossa área continental.

Nessa imensa área oceânica, o Brasil possui importantes interesses. Cerca de 95% do nosso comércio exterior brasileiro passa por essa massa líquida, movimentando os nossos mais de 40 portos nas atividades de importação e exportação.

Por outro lado, é no subsolo marinho, no limite da Zona Econômica Exclusiva, mas, futuramente, no limite da Plataforma Continental estendida, que o Brasil retira a maior parte do seu petróleo e gás, elementos de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Quero também destacar a importância da atividade pesqueira.

Não devemos esquecer que o Brasil, nos limites de sua Amazônia Azul, poderá explorar e aproveitar futuramente os recursos minerais do solo e do subsolo marinho.

Atualmente, é preciso destacar a necessidade de se gerenciar e controlar as atividades nos espaços marítimos adjacentes ao litoral dos Estados costeiros. Países tecnologicamente mais bem-sucedidos que o Brasil já adotaram algumas iniciativas concretas nesse sentido. Por isso, mais do que nunca, precisamos nos envolver no esforço que a Marinha faz para, de fato, tomar, em nome do Brasil, desse imenso mar que nos pertence: a nossa Amazônia Azul.

Tenho certeza de que a Marinha está pronta para isso, mas precisa estar bem aparelhada e equipada, com os meios e os recursos financeiros para realizar tal atividade.

Além da questão da defesa da costa marítima brasileira, a Marinha também desenvolve outros importantes trabalhos sociais, como, por exemplo, o Navio Hospital, exclusivo da Amazônia, principalmente da Amazônia. Neste ano, a Marinha realizou 200 mil atendimentos médico-odontológicos nas populações ribeirinhas da Região Amazônica, um número recorde de atendimentos para os navios de assistência hospitalar da Marinha. Os navios foram apelidados pelos ribeirinhos de navios da esperança e estão sob a responsabilidade do 9º Distrito Naval.

Infelizmente, esses navios da esperança não atuam em todo o Estado de Roraima. Os nossos rios são rasos e não têm a profundidade necessária para os navios entrarem, mas parte da nossa população do baixo Rio Branco é atendida pelos navios hospitalares e os Estados do Acre, Pará e Amazonas os têm pratica-

mente como único atendimento médico-odontológico, principalmente tratamento odontológico. Isso porque o pescador, o ribeirinho não tem recursos para ir a uma cidade onde haja tratamento odontológico. A Marinha vai até lá e resolve.

Quando estive em Manoel Urbano, no Acre, venho um projeto do Senador Tião Viana, chegou pelo rio um navio da Marinha que estava atendendo em Boca do Acre. Fiz, então, uma pergunta curiosa: existe alguma diferença entre a população do Amazonas e a do Acre? E vou falar isso aqui, embora seja ruim para o Amazonas, porque é a verdade. Os dentistas me falaram que os habitantes de Boca do Acre, principalmente as crianças, tinham mais cáries do que as de Manoel Urbano, porque em Manoel Urbano chegava assistência médico-odontológica, e em Boca do Acre só chegava a Marinha. E a Marinha não pode ficar permanentemente. Se ela passa hoje, passará novamente naquele ponto depois de três ou seis meses.

Para continuar atuando nessas diversas áreas, Senhoras e Senhores, a Marinha precisa receber recursos suficientes. Estou informado de que, nos últimos dez anos, o orçamento da Marinha tem ficado aquém do que é preciso, o que impossibilita um ótimo funcionamento, preparo e aparelhamento das diversas áreas onde atuam.

Porém, sabendo das deficiências, o Governo brasileiro definiu recursos destinados à Marinha para 2008 da ordem de R\$2,1 bilhões, fora os convênios e as emendas parlamentares que venham a ser aprovadas.

Esse investimento permitirá retomar o desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha, garantir a quase totalidade das necessidades mínimas e iniciar a recuperação do poder naval brasileiro.

O nosso Programa Nuclear realmente estava precisando de uma injeção, e o Presidente Lula, depois que visitou Aramar, entusiasmou-se e dará os recursos para concluirmos nosso reator.

O Senador Valdir Raupp e eu colocamos uma emenda na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Tecnologia e Informática de R\$50 milhões justamente para montar nosso reator, porque só teremos nosso submarino quando tivermos o reator, que poderá ser usado em pequenas comunidades para gerar energia. Ele não tem exclusiva finalidade militar, tem finalidade social também. Por isso, temos de investir, para resolver esse problema e para captar o conhecimento nuclear.

Uma instituição como a Marinha do Brasil, de caráter permanente por mandamento constitucional e de relevante identidade com a Nação brasileira, não pode deixar de ter um planejamento de reaparelha-

mento, sob pena de não estar minimamente equipada e adestrada para contribuir na manutenção da soberania nacional.

O Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), elaborado em função das necessidades estratégicas estabelecidas na Política de Defesa Nacional e de outras orientações de nível estratégico, começou a ser discutido em 2005 por um grupo de trabalho interministerial.

A partir de um relatório produzido por esse grupo de trabalho, a Marinha dividiu a programação de seu reaparelhamento em dois períodos, sendo o primeiro período de 2008 a 2014.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, Sr^{as} e Srs. Oficiais da Marinha, a Marinha do Brasil precisa de R\$5,8 bilhões para investir nesse reaparelhamento, que engloba a construção, modernização ou aquisição de submarinos, navios ou helicópteros, por exemplo. Esse investimento é para o período 2008-2014, sem considerar os custos adicionais dos programas cujas execuções se estenderão para além de 2014, como é o caso da modernização de submarinos e de outros projetos.

Esses investimentos geram empregos e conhecimento e fazem com que nossa indústria naval, nossa indústria bélica se desenvolva. Não se vende conhecimento da indústria bélica, temos de adquirir conhecimento e produzir emprego aqui. Se precisamos reaparelhar, vamos reaparelhar fabricando nossos navios e submarinos no Brasil.

O Brasil já exerce vigilância estratégica sobre seu vasto território continental, mesmo nas regiões escassamente povoadas, cujas lacunas de proteção foram preenchidas pelo Sistema de Proteção da Amazônia. Precisamos agora de um modelo de vigilância semelhante para nossa Amazônia Azul. E sabemos que isso só será possível com o adequado aparelhamento da nossa Marinha.

Parabéns à Marinha e muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas.)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao nobre colega Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo os Exm^{os} Srs. membros da Mesa: Sr. Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha;

Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, demais oficiais e praças que abrilhantam, com suas presenças, o plenário desta Casa. Também quero saudar os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, dizer algo sobre este momento, sobre a nossa Marinha e prestar a minha homenagem. Aproveitamos o 13 de dezembro para celebrar o Dia do Marinheiro. Figura simbólica de toda a hierarquia que integra as funções da Marinha Brasileira, seu lugar no panteão de nossos heróis é de estimadíssima consideração. Não é para menos, os marinheiros do Brasil expressam historicamente a satisfação de compartilhar os desafios multifacetados de defender a Pátria. Não por furtiva coincidência, a escolha do dia é uma justa homenagem que o povo brasileiro presta ao vultoso Almirante Tamandaré, seja pelo heroísmo em batalhas, seja pelo sentimento de humanismo.

Não vou traçar uma biografia esquematizada desse vulto brasileiro. Outros já o fizeram com brilhantismo e com a acuidade de que eu não seria capaz. Todavia, gostaria de dizer que o Patrono da Marinha brasileira e Ministro do Supremo Tribunal Militar, Joaquim Marques Lisboa, nasceu no Rio Grande do Sul, em 1807 – há 200 anos, portanto. Ao ingressar na Academia da Marinha, participou de vários movimentos internos, selando de vez seu heroísmo não somente em batalhas, mas também em época de paz. Prova disso foi seu envolvimento na operação de salvamento do naufrágio da nau portuguesa Vasco da Gama, bem como da tripulação e dos passageiros de um navio inglês em chamas.

Ninguém é capaz de mencionar com mais propriedade o valor de um homem do mar do que um afogado, do que alguém que, tendo seu barco tombado no terror de uma tempestade com ventos violentos, de repente, vê o socorro surgindo na força do braço amigo da Marinha.

Nesse espírito, a escolha do seu nome para patrono não podia ser melhor. Não por acaso, quando foi proclamada a República, Tamandaré continuou na ativa, considerando-se um servidor do Brasil e não do regime.

Vale registrar que, segundo os historiadores, o Marquês de Tamandaré deixou registrada sua homenagem à Marinha em testamento. Seu derradeiro desejo foi o de que, sobre a pedra que cobriria sua sepultura, fosse gravado simplesmente: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Essa simbiose, essa relação do homem com o mar é que eu, como militar dos menores, dos últimos

do Exército, não saberia dimensionar. Mas sei também que o nosso Comandante Enzo, um dos primeiros e dos maiores vultos da história das Forças Armadas, também teria dificuldade. É uma coisa sublime e extraordinária. É impressionante como são apegados na alma aqueles que, nos tombadilhos desses navios, das frotas, de todas as marinhas do mundo, galgam as ondas pelos oceanos. São memórias, são momentos, são coleções de lembranças que não lhes saem da alma, numa vida despojada, longe da família, difícil, de momentos de solidão, mas, ainda assim, de alguma forma, prazerosa, realizadora, extraordinária, difícil de ser afastada.

Essa coisa do homem com o mar, que não é de agora, vem dos fenícios e de muitas civilizações passadas, é algo extraordinário; essa relação que existe do mar com esses heróis. Por isso, ele escolheu a frase: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Tamandaré morreu em 1897, na cidade do Rio de Janeiro e, em 2003, por iniciativa deste Congresso, entrou para o **Livro dos Heróis da Pátria**.

Sr. Presidente, voltemos a nossa atenção à realidade da Marinha brasileira atual. Segundo as notícias mais auspiciosas, ela vem comprando navios e aeronaves, modernizando meios, desenvolvendo sistemas de controle e de armas. Desse modo, dota-se o País de um poder naval adequado, pelo menos qualitativamente, para atendimento das diretrizes contidas na Política de Defesa Nacional. São cerca de quarenta navios, agrupados administrativamente de acordo com o ambiente em que seus meios operam, mediante as três forças básicas: força de superfície, força de submarinos e a força aeronaval.

Sr. Presidente, quando o Brasil fixa seu olhar reverencial na figura do marinheiro, não se pode furtar a igualmente render homenagem à essência da natureza marítima, à imensidão valorosa do mar. É lá onde estão as riquezas do presente e do futuro; é lá que, hoje, o Brasil deposita larga porção de sua esperança de desenvolvimento, representando o mar para o Brasil, hoje, uma importância econômica significativamente inédita no País.

Não é acidental que, por ele, passe cerca de 95% de todo o comércio exterior, entre exportações e importações. Desse mar são extraídos mais de 80% do petróleo nacional consumido, valendo-se de tecnologia brasileira de ponta para extração a grandes profundidades. E isso não é tudo. Um outro e extraordinário leque de recursos econômicos pode ser explorado, como o gás natural, os recursos minerais marinhos, os nódulos polimetálicos, a pesca, o turismo e o lazer marítimo.

Trata-se de alguns exemplos de segmentos econômicos que possuem elevado potencial de fomento no Brasil. E a Marinha, consciente das promessas desenvolvimentistas ainda na década de 80, preocupou-se com essas perspectivas futuras. Em junho de 1987, segundo as diretrizes estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, instaurou-se o levantamento da Plataforma Continental. Atualmente já concluído, permitirá que o Brasil incorpore e tenha direitos de soberania, para efeitos de exploração econômica numa extensa área para além das 200 milhas marítimas.

Já apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, tal levantamento inspira a forte perspectiva de que sua aprovação aconteça em abril de 2008, consolidando o País como o primeiro do mundo a alcançar tal feito – mais um feito no Governo do nosso Presidente Lula, que, em todos os setores, tem tido a ventura, eu diria até sorte, de alcançar metas tão sonhadas, mas não atingidas por governos anteriores.

Cumprindo a missão de contribuir para a manutenção da integridade territorial, a Marinha oferece ao Brasil e ao mundo potencial excepcional de exploração futura da “Amazônia Azul”, com seus 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que representam mais de 50% da extensão territorial brasileira – que coisa extraordinária!

Sr. Presidente, em realidade, mais do que a defesa das nossas águas, a atuação de nossos marinheiros se materializa na assistência social levada pelos “navios da esperança”, convocados para atender aos necessitados das populações ribeirinhas que vivem e se sustentam às margens das águas barrentas da Amazônia. Em 2007, três navios da assistência hospitalar da flotilha do Amazonas operam simultaneamente na região, alcançando a marca expressiva de mais de 100 mil procedimentos médicos e odontológicos para quase 36 mil ribeirinhos isolados na Amazônia.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Claro, Senador Gerson Camata. Com prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Crivella, primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua fala. V. Ex^a aborda temas referentes à história e ao momento presente em que vive o Brasil. Sou de um Estado que deve até sua essência à Marinha, o Estado do Espírito Santo. Primeiro, ele foi colonizado pelo mar – foi do mar que veio a colonização. Depois, durante séculos, o Espírito Santo serviu de barreira para que não houvesse tentativa de entrada de outros países europeus nas minas de Ouro Preto. Então, todo o ouro

só podia sair pelo Rio de Janeiro, e os colonizadores subiam pelo Rio de Janeiro. O Espírito Santo era uma barreira natural de montanhas, e o governo português proibiu a abertura de caminhos no Espírito Santo para o interior. Mas houve invasões de holandeses, expulsos com o apoio, na época, da incipiente Marinha colonial, uma marinha de voluntários; depois, dos franceses, com o corsário Duguay-Trouin; depois, os piratas ficaram por ali, assediando, como assediaram o seu Rio de Janeiro durante muitos anos – a cobiça. De forma que o Espírito Santo deve muito à Marinha. Existe, lá, também, a Escola de Aprendizes-Marinheiros, talvez uma das mais tradicionais e uma das melhores do Brasil. E, na Baía de Vitória, aconteceu um episódio muito importante da história universal, que registra a importância da Marinha brasileira para o Brasil. Dom Pedro II, Imperador do Brasil, estava na cidade de Linhares. É interessante dizer – e abro aqui um parêntese para proclamar isto – que Dom Pedro II percorreu mais o Espírito Santo a cavalo e de barcos da Marinha do que todos os Presidentes da República juntos até hoje de avião e helicóptero. Ele percorreu todo o Estado do Espírito Santo assim. Vinha ele, então, de Linhares, quando estava fundeada na Baía de Vitória a esquadra austríaca e francesa. Essa esquadra foi utilizada numa aventura da França e da Áustria, com o apoio dos Estados Unidos, para invadir o México e criar o império mexicano. A bordo, estava Maximiliano, que era príncipe da Áustria e que poderia ter sido o Imperador Maximiliano IV, da Áustria, mas resolveu ser, nessa aventura, ser Maximiliano I, Imperador do México. Ele ofereceu, na nau capitânia, diz o historiador Levi Aguiar, um jantar ao seu tio – Dom Pedro II era tio do Imperador Maximiliano I, da Áustria – e solicitou a Dom Pedro II que ele oferecesse navios da Marinha do Brasil para ajudar a invadir o México. E, aí, Dom Pedro II fixou a doutrina da Marinha do Brasil, dizendo: “Imperador, a Marinha do Brasil é para defender o Brasil, e não é para invadir países estrangeiros. E se eu lhe pudesse dar um conselho, como tio, eu diria: ‘Não se meta nessa aventura que ela não termina bem’”. Está aí a história, por uma descrição feita por Dom Pedro II. Ocorreu o seguinte: invadiram o México, ele foi proclamado Maximiliano I, Imperador do México; veio a Revolução de Juárez e ele foi fuzilado. Assim, deixou de ser o Imperador Maximiliano IV, da Áustria, para ser o falecido Maximiliano I, do México, porque não ouviu o conselho de D. Pedro II e a doutrina que este fixou para a Marinha do Brasil. Portanto, o Espírito Santo é muito ligado à Marinha, deve muito à Marinha e é um Estado que está ali, fixado e amarrado na história da Marinha do Brasil. Está tramitando aqui, no Senado, um projeto – e deveríamos dar atenção a ele – da

Deputada Rita Camata, do Espírito Santo, que eleva os percentuais de participação da Marinha, como tropa de defesa do mar continental, em cima dos *royalties* de petróleo. Foi apresentado quando um barril de petróleo valia US\$6,00; hoje, vale US\$90,00. Teríamos a marinha mais potente e mais forte da América do Sul e com maior possibilidade de prestar serviços ao povo brasileiro se esse projeto, que tramita há dez anos, já tivesse sido aprovado. De modo que convido nossos companheiros Senadores para que aproveitemos este dia para proclamar um ato de fé, demonstrando nossa vontade de que a Marinha esteja à altura do Brasil – e friso que ela o é pelo valor dos seus soldados, mas ainda não pelos equipamentos que merece ter –, aprovando esse projeto que já tramita aqui. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Parabéns! Incorporo o aparte de V. Ex^a, com tanta riqueza histórica, ao meu pronunciamento. E agradeço também a homenagem que faz ao meu conterrâneo, D. Pedro II, que, nos quatro decênios do seu Império, estruturados na austeridade, na luta, no estudo, no saber, permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a unidade material, territorial e cívica da nossa Pátria.

Mas quero lembrar a V. Ex^a, que falou tão bem aqui sobre o ouro negro, que V. Ex^a, hoje, tem o ouro doce do chocolate do seu Estado e o está devendo a mim, porque prometeu a este Senador trazer aquelas caixas no Natal. Podíamos até distribuí-las aqui aos nossos companheiros das Forças. S. Ex^a é um grande defensor do chocolate da terra dele!

Sr. Presidente, para não esquecer nenhum outro grande momento da Marinha, quero falar também um pouquinho sobre o programa antártico.

Além dessas ações mais regionalizadas, cabe reconhecer e enaltecer outras tantas desempenhadas pela Marinha, como, a título de ilustração, as de socorro e salvamento no mar, de apoio à prevenção de ilícitos no mar e em águas interiores e da poluição marinha por navios. De mérito ainda mais significativo, as atividades no programa antártico brasileiro – Proantar, de reconhecimento nacional e internacional, carregam o selo da competência e da seriedade de nossos marinheiros.

Por fim, registro sua contribuição à segurança da navegação marítima e fluvial, resultando em menores custos de frete e seguro e, conseqüentemente, em um menor custo Brasil.

Nesse contexto, não há o menor cabimento político e econômico contestar matéria aprovada no Senado Federal, ainda no mês de novembro, autorizando crédito suplementar à Marinha do Brasil. Com tais recursos em

mão, ela adquire condições satisfatórias para atender às necessidades em programas estratégicos.

Quero fazer um depoimento à Nação do esforço do Comandante da Marinha junto a esta Casa; um esforço exaustivo, devotado, incansável, para defender os interesses da força, estando presente a diversas audiências nas Comissões desta Casa.

V. Ex^a falou em aumentar os **royalties**. Quem dera que o Governo descontingenciasse os *royalties* atuais, e a Marinha pudesse... Sei que o Presidente Lula, agora, com a folga fiscal que obteve, baixando esses juros, vai implementar o nosso programa nuclear, que estava em estado vegetativo. Nós poderemos concluir – o que é estratégico e, eu diria, extraordinário mesmo – o desenvolvimento tecnológico do Brasil, que poucos brasileiros, no fundo, conhecem. Por falta de recursos, deixamos de completar o ciclo, mas o faremos agora. Repito que a folga fiscal dos juros, que baixaram de 24% para 11%, é também uma grande conquista do Senhor Presidente Lula, mantendo a inflação sob controle – a meta, neste ano, é de 4,5%, mas não chegará a 4%. Se Deus quiser, vamos aprovar a CPMF, hoje, e não vamos voltar ao problema inflacionário ou ao clima de sonegação que havia no País, ou à balbúrdia fiscal. Nós vamos garantir recursos à Marinha, para que ela possa continuar desempenhando a sua função constitucional, de tão grande relevância.

Sr. Presidente, termino o meu pronunciamento e me atrevo a fazer um pedido ao nosso comandante, inspirado pelas palavras do Senador Gerson Camata, que voltou 200 anos na história. Vou voltar 500 anos, porque há uma coisa que sempre me inspirou certa perplexidade. Sei que a Marinha é a casa da tradição; já nasceu tradicional a Marinha, mas nunca entendi por que a nossa Escola Naval fica na Ilha Villegagnon. Por que não na Ilha Tamandaré?

A minha discussão sobre Villegagnon é que esse almirante francês veio para cá para fundar a França Antártica e acabou fazendo, aqui, o primeiro martírio, porque trucidou religiosos, missionários, pessoas da Bíblia, que deixaram ali um grande tributo, a Confissão de Fé da Guanabara. Essas pessoas foram por ele lançadas ao mar, depois de serem trucidadas. Dessa maneira, existe sangue na mão desse almirante, enquanto temos vultos tão importantes. Aliás, quem sabe, até o nome do nosso comandante poderia ser uma sugestão. Tenho até vontade de apresentar um projeto de mudança do nome da ilha para Ilha de Tamandaré.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Com muito prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a apresentar o projeto, Senador Marcelo Crivella, com o maior prazer estaremos ao seu lado para fazer essa correção histórica.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Para fazer essa insubordinação cívica. No entanto, não posso fazê-lo sem antes consultar o nosso comandante.

Sr. Presidente, as nacionalidades, todas elas, dependem muito da sua configuração física. As nacionalidades dependem muito dos acidentes misteriosos e imprevisíveis da sua formação, dos nomes telúricos que lhe vincam a índole e a vocação, mas não há notícias, na História, de que se haja formado uma nação forte, culta, poderosa, influente no mundo sem a presença dos seus líderes, sábios, generosos, honrados, dignos, aqueles que, no seu despojamento, no exemplo da sua conduta, formam-na, como um comandante faz com a sua tropa, um sargento com o seu grupo, um tenente com o seu pelotão, um capitão com a sua companhia, um coronel com o seu batalhão, o nosso comandante com o Exército e o nosso almirante com a sua esquadra. Eles formam cidadãos valentes, altivos, com o olhar fito no futuro, para rasgar, nos horizontes sem fim da nossa Pátria, a perspectiva iluminada do nosso destino de grande Nação, de potência, de País que não deve nada a ninguém, que não se deve curvar, agachar-se, intimidar-se ou entibiar-se diante dos grandes desafios do mundo moderno.

Por isso, não posso deixar de vir aqui para me emocionar e saudar o celeiro de vultos, de heróis do presente e do passado, das mais dignas tradições da minha Pátria, que enchem todos nós, brasileiros, de orgulho e de ardor.

À nossa Marinha, a homenagem mais sincera do PRB, Partido do Vice-Presidente da República e deste Senador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Sibá Machado.

Lembro que, ao meio-dia, haverá a sessão especial de eleição do novo Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades das Forças Armadas do nosso Brasil, quero saudá-los

nas pessoas dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Eu falaria de improviso, Sr. Presidente, mas, para não cometer riscos com algumas lembranças históricas, vou fazer ler meu pronunciamento.

Como sabemos, celebramos, nesta data, o bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Evidentemente, a glória que a História registra em torno da figura do Almirante Tamandaré é a consolidação de uma cadência de feitos heróicos, muitas vezes ignorados pelos próprios brasileiros. Foi ele protagonista em sucessivos episódios, vividos junto a bravos homens, no mar ou nos cursos fluviais, que, em seu conjunto, forjaram a consciência de um poder naval nacional.

O nome de Tamandaré está, merecidamente, escrito no Panteão dos Heróis da Pátria.

Em 1823, na Bahia, já lá estava o jovem Joaquim Marques Lisboa lutando para defenestrar do território nacional as forças portuguesas recalitrantes, em face da declaração da nossa independência do jugo lusitano. De igual forma foi na Campanha da Cisplatina, de 1825 a 1828.

Por longo período, durante o Império, Tamandaré se destaca na difícil tarefa de garantir a integridade nacional ante os movimentos de secessão ocorridos em todos os quadrantes do País. Da mesma forma, marcante é a sua presença nas ações obstativas à constituição de um único Estado no estuário platino, no espaço correspondente ao antigo Vice-Reinado do Prata.

A sua assunção ao posto de Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras, por ocasião da Campanha Oriental, em 1864, e, em seguida, na Guerra do Paraguai, é corolário natural de toda uma vida devotada à preservação da grandeza do nosso Brasil, grandeza que se veio configurando como elemento constitutivo de nossa nacionalidade desde os tempos do Brasil Colônia.

Com efeito, não podemos olvidar que, nas escaramuças que levaram à derrocada do projeto da França Antártica, com emprego de gente e meios navais indígenas, nos idos de 1567, já se articulava uma armada nativa.

Mais tarde, na expedição liderada por Alexandre Moura, seria decisivo o comando de uma esquadilha de navios por um mestiço brasileiro, Jerônimo de Albuquerque, para que fosse posta por terra a empreitada da França Equinocial. Como sabemos, a tarefa de resguardar os domínios portugueses em território americano não constituía política prioritária da dinastia filipina. Particularmente Filipe II, de Portugal, e Filipe III, da Espanha, não fizeram caso da ocupação

do Maranhão por Daniel de la Ravardière, durante a União Ibérica.

Assim, cumpre-nos dar o devido relevo ao heroísmo de Albuquerque, bem como ao de Martim Soares Moreno, também participante de destaque nos embates travados na Baía de São Marcos e na conquista de São Luís, no ano de 1615.

Perturbações políticas, restrições financeiras, atraso industrial levaram a nossa Marinha – que chegou a ser a sexta esquadra mundial, por ocasião dos enfrentamentos com o regime de Solano López – a entrar, pouco a pouco, em declínio.

Na alvorada republicana, como se sabe, os ventos não sopraram a favor de nossa Marinha. Não é necessário tecer maiores considerações sobre os lamentáveis conflitos que envolveram os Almirantes Saldanha da Gama, Eduardo Wandenkolk e Custódio de Mello. O fato é que, em 1903, nossa Esquadra não contava com mais do que dez navios de guerra, com alguma capacidade de dissuasão.

O Programa Naval de 1904/1906 levou a que o Brasil se reposicionasse melhor no cenário comparativo de poderes Navais. Mas o reaparelhamento levado a efeito na ocasião, fulcrado em encomendas estrangeiras, revelou um problema que constitui, até hoje, um grande desafio para nós. Tínhamos importado equipamento de elevado valor tecnológico, mas, acima de nossas capacidades operacionais, em termos de infra-estrutura e de pessoal habilitado. Ficou disso a grande lição: a empregabilidade imediata de vasos de guerra requer a inequívoca disponibilidade de uma logística de pronto acionamento, vale dizer, uma rede de apoio e uma indústria naval nacional permanentemente aptas.

Essas dificuldades mostraram sua trágica face nos eventos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Naquela, chega a ser risível pensar que nossos navios só foram considerados preparados para os embates, às vésperas da assinatura do armistício. Nessa, não fosse a ajuda militar norte-americana, iniciada com a instalação da Missão Naval, em 1922, certamente teríamos tido maiores reveses, ante as ameaças representadas pelos submarinos alemães.

De toda forma, restou, mais uma vez, patente nossa subordinação estratégica, que, devemos reconhecer, ainda perdura.

É certo, desde o Programa Decenal de Renovação de Meios Flutuantes, de 1967, especialmente após o fim da vigência do Acordo Militar de 1952, denunciado em 1977, no Governo do General Geisel, voltamos os nossos olhares para o mercado europeu. Ainda assim, a dependência dos norte-americanos persiste. E, mesmo que não persistisse, melhor sorte não nos reserva a subordinação aos europeus, no que concerne à

afirmação de um poder naval brasileiro soberano em todos os sentidos.

Sr. Presidente, estão aí as nossas riquezas na Amazônia e no Mar Territorial, também chamado de Amazônia Azul, a indicar a imprescindibilidade de uma Marinha com capacidade de dissuasão. Isso traz à tona a necessidade de dispormos – com o menor grau possível de dependência tecnológica estrangeira – dos instrumentos indispensáveis para projetar e construir meios e sistemas de armas navais; da propulsão nuclear em submarinos e aviação diversificada sobre o mar.

É preciso reafirmarmos que o resgate de nossa dívida social não pode significar abrir mão do desenvolvimento econômico que se lastreia também em nossas potencialidades, que mitigam nossos problemas sociais, só poderemos contar, se contarmos com o poder naval, com a Marinha do Brasil.

Sr. Presidente, neste Dia do Marinheiro e da Marinheira – agora as nossas Forças Armadas também adotam o papel da mulher em seu meio – o sonho de um Brasil soberano, de um País independente de fato e de direito, completa, podemos dizer, o seu bicentário. Esperamos estender esse sonho ao nosso 7 de setembro de 2022, a exemplo da decisão tomada por Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, do apartamento do Brasil dos interesses de Portugal. Que esse gesto eminentemente político possa também avançar como um gesto na área da tecnologia, possa avançar como um gesto na área da superação das grandes dificuldades nacionais, especialmente para que o Brasil tenha um espaço de representação no cenário mundial, que o mundo também espera.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de visitar o Submarino Tamoio – quero agradecer a gentileza da visita e, para tanto, tive uma aula sobre o papel de um submarino –, e fiquei muito impressionado. Eu pensava que um submarino fosse uma arma como tantas outras. Inclusive, naquela ocasião, explicaram-me que, na Guerra das Malvinas, em que os argentinos contavam com um único submarino ancorado, tendo o submarino sido levado daquele lugar para um outro – o submarino havia desaparecido do lugar onde estava –, os ingleses recuaram toda a sua frota e ficaram aguardando o paradeiro do submarino argentino. Imaginem se chegarmos a ter o nosso submarino – o qual gostaria muito de visitar – com tecnologia em energia atômica! É um cenário brasileiro de uma inteligência nacional que aflora. Acho que isso merece ser divulgado um pouco mais. Soube agora que a Marinha evita essa patente, porque teria de divulgá-la. O mundo inteiro gostaria de saber demais o que os brasileiros estão fazendo de bom por aqui.

O nosso propósito é a paz; o nosso propósito é a soberania dos povos e, como tal, um dos caminhos, uma das pontes para a ligação a esses projetos é,

claro, o grande investimento na área de tecnologia e do conhecimento.

Portanto, um abraço a todos.

Parabéns à Marinha do Brasil!

Parabéns ao Exército brasileiro e à Aeronáutica por ensinar também, acima de tudo, uma escola de cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Obrigado, Senador Sibá Machado.

Este é o momento de celebração da Marinha. Percebemos, realmente, todo um compromisso do Congresso Nacional com relação às nossas Forças Armadas.

Eu havia anunciado o último Senador inscrito, mas este momento está tão prestigiado que temos mais dois colegas inscritos, a quem passaremos a palavra, exatamente como forma de manifestar aqui o respeito, a solidariedade e a forte representação que as Forças Armadas conquistam no Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Senador João Pedro, que representa o Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Julio Saboya, Chefe do Estado-Maior da nossa Armada; Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, eu não poderia deixar de manifestar o meu reconhecimento à Marinha, como cidadão da Amazônia, como brasileiro e Senador da República, nesta sessão solene proposta pelo nosso querido Senador Zambiasi.

Sr. Presidente, eu já estava vaidoso por ser o último orador, mas parece-me que será o nosso Senador Flexa Ribeiro, que certamente fará jus à mesma constatação: esta solenidade começa com o Sul – com o Senador Sérgio Zambiasi, do nosso Rio Grande do Sul – e termina com o nosso Norte, com o meu Amazonas e com o Pará do Senador Flexa Ribeiro. Portanto, todo o Brasil representado.

Nossa homenagem à Marinha, instituição que faz parte da nossa História, neste 13 de dezembro, data tão significativa, que também faz parte da nossa História.

Conversava com o meu colega Senador Augusto Botelho, também da Região Norte – ainda mais ao norte, que é Roraima –, que, na realidade, o Brasil começa com os marinheiros. Foram eles que romperam paradigmas. O século XV é marcado pela ousadia dos marinheiros, e a Europa chega aqui com a bravura, com a força, com o esforço, com o des-

temor dos marinheiros. Ou seja, o Brasil nasce com os marinheiros.

Sr. Presidente, não vou me ater ao papel estratégico da Marinha, já que alguns Senadores já se reportaram a ele, mas não podemos pensar numa pátria, numa nação, num estado democrático e soberano, sem que essa instituição seja verdadeiramente forte, presente.

Desejo um mundo de paz. No sábado, refletimos sobre a perda de um grande artista, que foi John Lennon, que falava de paz. Eu desejo um mundo de paz, mas não podemos pensar em um país soberano sem uma Marinha forte, principalmente com as características do nosso País, com esta costa, com esta riqueza que pertence ao povo brasileiro na profundidade de nossos mares. A Marinha tem um papel estratégico na defesa de um mundo de paz, um Brasil de paz. Mas o País não pode defender a paz sem uma Marinha forte, presente, com navios.

Faço um parêntese aqui para dizer que o Senador Sibá Machado, meu companheiro de Partido, falou com orgulho de ter visitado o submarino Tamoio. Eu não gostaria de visitar o submarino, mas gostaria de, um dia, navegar, tomar um café naquele veleiro todo branco que vejo nos mares da Guanabara. Este é o meu sonho: não é visitar o submarino, mas um dia navegar naquele veleiro.

Nesta sessão, gostaria de parabenizar a Marinha, já que amanhã é dia 13, e dar o testemunho da importância da Marinha em minha região, a Amazônia, e em meu Estado, o Amazonas. Seus navios sobem e descem rios, como o Rio Purus, o Rio Madeira, o Rio Solimões, lá na fronteira com a Colômbia e o Peru. É a presença da Marinha trazendo saúde, trazendo vida, salvando vidas, construindo sonhos, construindo o Brasil.

Já disse aqui – e aproveito para dizer de novo – que o Brasil precisa conhecer mais a nossa Amazônia. Nós, brasileiros, precisamos inclusive cobiçar mais a Amazônia, na medida em que ela é cobiçada além-Brasil.

Meu testemunho é da importância da Marinha, fazendo a vacina, fazendo a consulta, ouvindo os brasileiros ribeirinhos, mulheres ribeirinhas, jovens ribeirinhos. Como amazonense e Senador pelo Estado do Amazonas, quero dar o testemunho do papel relevante e da importância da Marinha nas políticas públicas naquele Brasil distante, naquele Brasil verde. São navios da Marinha, médicos da Marinha, enfermeiros, marinheiros e marinheiras, no dia-a-dia da Amazônia, com seu calor, com sua chuva, mas com um povo muito bonito, que é o povo da Amazônia e do Amazonas.

Parabéns pelo trabalho que vocês vem realizando! É um trabalho de Estado, um trabalho que dignifica e

engrandece essa instituição, à qual, no dia de amanhã, o Brasil todo renderá homenagens.

Parabéns à Marinha pela importância e dimensão de seu papel estratégico para o Brasil, destacando o trabalho que vem realizando nos rios da Amazônia, junto aos povos da região! Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro, solicitando que seja o mais breve possível, em função da sessão, já convocada para o meio-dia, para a eleição do novo Presidente desta Casa, o Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, pelo Estado do Pará, pela Liderança de sua Bancada, o PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Júlio Sabóia de Araújo Jorge, Chefe de Estado-Maior da Armada; senhores oficiais das três Forças; senhores convidados; Sr^{as} e Srs. Senadores, se existe um ofício dos mais valorosos, que exige não apenas profissionalismo para seu exercício, mas também coragem, abnegação e, acima de tudo, paixão, é o ofício de marinheiro.

Desde tempos imemoriais, ser marinheiro significa ser destemido, buscar novos rumos, novos horizontes, enfrentar a fúria dos oceanos, com seus mistérios e suas ondas, muitas vezes traiçoeiras. Por definição, o marinheiro precisa ser desapegado, estar disposto a permanecer meses em alto mar, em benefício da pátria. Só se consegue isso com profunda paixão pelo mar, pelos encantos e pelos perigos que ele oferece.

Nenhum brasileiro encarnou com maior propriedade esse espírito de marinheiro do que o Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil. Nascido a 13 de dezembro de 1807, desempenhou inúmeros e gloriosos serviços em prol de nossa Força Naval. Sua paixão pelo que fazia era tamanha que, em seu testamento, deixou as seguintes instruções: “Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha Pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: ‘Aqui jaz o velho marinheiro’”.

Na simplicidade de quem tinha como um dos lemas de vida a fé, a esperança e a caridade, o Marquês de Tamandaré, apesar dos inúmeros títulos que colecionou ao longo de sua carreira, não se definia como outra coisa a não ser marinheiro.

É no seu exemplo de bravura, de coragem, de dignidade e de caráter, senhoras e senhores, que devem se mirar todos os marinheiros de hoje. A figura do Patrono deve ser o seu mestre, o seu farol, a apontar o rumo para onde devem navegar.

Sobretudo nos dias atuais, em que, por vezes, os valores parecem esquecidos, devemos sempre trazer à tona os grandes nomes de nossa história, nomes que nos mostraram ser possível, sim, construir uma Nação com dignidade, com dedicação e com espírito público.

Quando falo de marinheiros, não me refiro apenas aos militares, mas também àqueles que, valorosamente, labutam em nossa Marinha Mercante, transportando mercadorias, contribuindo para o bem-estar de nosso povo e para o progresso do Brasil.

Neste Dia do Marinheiro, devemos aproveitar a oportunidade não apenas para exaltar aqueles que, destemidamente, abraçam essa valorosa carreira, mas também para alertar, mais uma vez, as autoridades deste País para a situação de penúria em que se encontra nossa Marinha – melhor dizendo, em que se encontram as Forças Armadas.

Somos um País que possui 3,6 milhões de quilômetros quadrados de território marítimo. Estamos pleiteando, junto às Nações Unidas, um acréscimo de 950 mil quilômetros quadrados a essa área, em regiões onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Caso nossa proposta seja aceita, as águas jurisdicionais brasileiras totalizarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais do que a Amazônia Legal brasileira.

Trata-se, então, de um vasto patrimônio, tanto do ponto de vista econômico quanto no que se refere à biodiversidade. Quanto mais qualificados e valorizados forem os nossos marinheiros, mais condições terão de defender aquilo que é nosso, de permitir que exploremos as potencialidades de nossas riquezas marítimas de modo sustentável e de garantir o progresso e a prosperidade das futuras gerações de brasileiros e brasileiras. Sobretudo agora, em que foi anunciada a descoberta de reservas de petróleo em alto mar, no Campo de Tupi, que logo se tornará, tenho certeza, nova fonte de cobiça internacional.

Portanto, senhoras e senhores, neste dia em que o Senado Federal presta sua justa homenagem ao Dia do Marinheiro, concluo o meu pronunciamento saudando a todos os marinheiros do Brasil...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu poderia participar por um instante do seu pronunciamento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se o Presidente me autorizar, concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu queria apenas dizer que o Piauí não poderia se ausentar. O Piauí tem o menor território de mar deste País, são 66 quilômetros, mas eu queria dar um testemunho. Primeiro, na história, a gente não ia falar de São Pedro, de Cristo, ou dos fenícios, mas ficaríamos lá na minha Parnaíba. O Ministro Amorim do Vale foi Capitão dos Portos da minha Parnaíba. E, talvez, o melhor currículo da Marinha, o Almirante Pena Boto. Ele fez um curso de balística em Paris, teve um desencontro com o Ministro, foi para o Piauí e escreveu o livro **Meu Exílio no Piauí** – ele, que tinha saído de Paris para aprender balística. Mas eu quero dizer que, para o Brasil, basta aquela frase que eles nos ensinaram: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. E eles são exemplo. Eu dou o testemunho porque convivi com eles. Não são os deveres funcionais, mas os exemplos que eles deram à sociedade. A minha cidade, que é a cidade de Evandro Lins e Silva, de Reis Velloso e de Alberto Silva, viu, em todos eles que lá passaram – eu citei dois –, esse exemplo de grandeza, esse exemplo de patriotismo. Então, já que V. Ex^a é o poeta do Pará, eu vou buscar outro poeta, Fernando Pessoa, para mostrar a grandeza deste dia e dessa gente. Ele disse: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. E dizia que o mar é salgado pelas lágrimas das viúvas e dos órfãos por aqueles que fizeram a primeira globalização. Mas quero lhe dizer o seguinte, a propósito dessa farda branca: assim a amizade é representada no mundo, a Deusa da Amizade. Os gregos amam a mulher vestida de branco; os romanos também, mulher vestida de branco, traduzindo a pureza. E é com muita justiça que esses homens brasileiros têm a sua farda branca, porque eles representam o melhor de nossa gente. Quero dizer que tive o privilégio de fazer o CPOR, e me orgulho. Se nós ainda temos aquela expressão “Ordem e Progresso”, é graças a eles. Eles são o povo do Brasil, e o melhor povo do Brasil, de que nos orgulhamos e a quem rendemos a homenagem do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa e incorporo o aparte de S. Ex^a, que enriquece o pronunciamento que faço em homenagem ao Dia do Marinheiro.

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento saudando a todos os marinheiros do Brasil, na pessoa do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto. Que nossos marinheiros, Almirante, sigam destemidamente seu curso, inspirados nos dignificantes exemplos do Marquês de Tamandaré!

Para finalizar, quero aqui render as minhas homenagens, como representante no Senado Federal do meu querido Estado do Pará e da Amazônia brasileira, e dar o meu testemunho. Ao dar esse testemunho, reitero os meus agradecimentos pelo trabalho das Forças Armadas na nossa Amazônia. Marinha,

Exército e Aeronáutica fazem um trabalho que, sem sombra de dúvida, é da maior importância para que a Amazônia ainda continue fiscalizada e brasileira. Todos nós sabemos da cobiça internacional por essa região tão rica, que tem, incontestavelmente, um papel importante no processo da continuidade do mundo, do nosso planeta Terra.

Refiro-me ao trabalho das nossas Forças Armadas, de todas elas – no caso, a homenageada de hoje é a Marinha do Brasil –, na nossa região, Almirante, em que dizemos que as nossas ruas são os rios. A presença das Forças Armadas, a presença da Marinha, defendendo o nosso Brasil naqueles rincões afastados, cuidando não só da questão da vigilância, mas também atuando na área social, levando a toda aquela população sofrida da nossa região o atendimento na área da saúde, na área da cidadania, para que eles, embora distantes, possam ter a oportunidade e o direito de se tornarem cidadãos.

Quero dizer que o Senado Federal se coloca sempre em defesa das Forças Armadas brasileiras. Em todas as oportunidades que temos aqui, tratamos do assunto. Na Comissão de Defesa Nacional, temos uma Subcomissão, presidida pelo Senador Romeu Tuma, que trata exatamente da revitalização, da necessidade de alocação de recursos para que as Forças Armadas brasileiras possam se reequipar, possam ter condições de estarem prontas. Pedimos a Deus que não haja necessidade, queremos realmente ter a paz permanente, mas não podemos esquecer que temos de estar sempre alerta. A presença e o fortalecimento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são, sem sombra de dúvida, aquilo que garante a soberania do nosso País.

Parabéns à Marinha do Brasil pela comemoração do Dia do Marinheiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Agradecemos às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; o Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; e o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada. Como dizia, agradecemos o comparecimento de todos, saudamos os homens e mulheres do mar e das águas, não apenas das águas salgadas, mas das águas doces também, onde estão presentes, e encerramos a presente sessão, ouvindo a execução do hino Cisne Branco, pela Banda de Fuzileiros Navais. (Palmas.)

(Execução do hino Cisne Branco.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 19 minutos.)

Ata da 231ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Tião Viana

ÀS 12 HORAS E 58 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 12:00 HORAS

Período : 12/12/2007 07:23:53 até 12/12/2007 15:25:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS LHESSARENKO	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X					

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Faço um apelo às Sr^{as} e Srs. Senadores que ocupem seus lugares para darmos início à sessão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores se assentam, eu poderia usar a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Regimento Interno proíbe nesta sessão, que é especial, qualquer encaminhamento, qualquer intervenção, qualquer fala antes da eleição do Presidente. Sendo assim, eu pediria a V. Ex^a que me assegurasse, após a eleição, cessados todos os trâmites, pelo menos dois minutos para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, que tem sido um leal defensor do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A presente sessão destina-se a dar cumprimento ao disposto nos §§ 1º e 3º do art. 59 do Regimento Interno, ou seja, a eleição do Presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008.

De acordo com o disposto no art. 60 do Regimento Interno, a eleição para a Presidência do Senado Federal far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, para indicação de candidatura.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB, no dia de ontem, reuniu a sua Bancada e, por meio de votação, escolheu o nome do Senador Garibaldi Alves para indicar ao Plenário do Senado como futuro Presidente da Casa. Assim, é com muita satisfação que comunico à Casa que o PMDB apresen-

ta o nome do Senador Garibaldi Alves Filho, para ocupar a Presidência do Senado Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, a todos os Líderes que, em conversas mantidas comigo, permitiram que houvesse o entendimento para que o nome do Senador Garibaldi Alves seja votado nesta Casa por consenso.

Então, agradeço, publicamente, ao líder do Democratas, Senador José Agripino, pela compreensão, pelo entendimento; ao Senador Arthur Virgílio Neto, líder do PSDB, à Senadora Ideli Salvatti, líder do PT; ao Senador José Nery, líder do P-SOL; ao Senador Eptácio Cafeteira, líder do PTB; ao Senador Francisco Dornelles, líder do PP; ao Senador Jefferson Péres, líder do PDT; ao Senador João Ribeiro, líder do PR; ao Senador Marcelo Crivella, líder do PRB; ao Senador Renato Casagrande, líder do PSB; ao Senador Inácio Arruda, líder do PCdoB; ao Senador Demóstenes Torres, líder do Bloco da Minoria; e, ainda, ao Senador Romero Jucá, líder do Governo no Senado, bem como à Senadora Roseana Sarney, líder do Governo no Congresso Nacional.

Foi muito importante o entendimento de todos os líderes para que chegássemos neste momento com apenas um nome, o do Senador Garibaldi Alves Filho, para presidir o Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, apresenta a candidatura do Senador Garibaldi Alves Filho, que tem o apoio dos demais líderes partidários.

Havendo único candidato, a Presidência propõe ao Plenário, tal como foi feito em ocasiões anteriores, que a eleição para o cargo de Presidente do Senado Federal seja realizada por meio do painel eletrônico de votação, que permite a identificação do nome do candidato e preserva o sigilo do voto, bem como de todo o processo.

Se não houver objeção do Plenário, será adotado o procedimento sugerido. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está adotado o procedimento sugerido.

A Presidência solicita à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o painel eletrônico. (Pausa.)

A Presidência esclarece que o voto SIM aprova o nome do indicado, Senador Garibaldi Alves Filho, e o voto NÃO, rejeita-o.

Se todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores já estão esclarecidos, o painel eletrônico estará aberto para votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de assegurar a palavra no momento em que V. Ex^a achar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Transferirei a solicitação de uso da palavra de V. Ex^a ao Presidente eleito, Senador Garibaldi Alves Filho, dentro de alguns segundos.

Está aberto o painel eletrônico para votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que exerçam o direito ao voto. Temos apenas 62 votos registrados no painel eletrônico.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

O Senador Eptácio Cafeteira pede alguns minutos de tolerância, pois S. Ex^a está a caminho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, esclareço a V. Ex^a que foi combinado, antes de V. Ex^a chegar, que, assim que tivermos concluído o processo e que o Senador Garibaldi Alves

assumir, ele dará a palavra aos Senadores. Formalmente, nesta fase, há impedimento regimental.

Agradeço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem Sem revisão do orador.) – Inscreva-me, Sr. Presidente, em primeiro lugar, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a estará inscrito. (Pausa.)

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência aguarda apenas o registro de voto do Senador Eptácio Cafeteira, que está com dificuldades de locomoção. Aguardaremos alguns minutos. (Pausa.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, se puder, espere mais cinco minutinhos, pois há três Senadores que estão chegando e que gostariam de votar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência aguardará os cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se todas as Sr^{as} e Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Valdir Raupp, há uma solicitação do Plenário para que se proceda à apuração dos votos.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA**Senado Federal****ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL - GARIBALDI ALVES FILHO**

(PERÍODO REMANESCENTE DO BIÊNIO 2007/2008)

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 12/12/2007Num.Votação: 1
Hora Sessão: 12:00:00Abertura: 12/12/2007 13:03:42
Encerramento: 12/12/2007 13:20:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALÁDARES	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou	PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHÉSSARENKO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	Votou	PMDB	MS	WALTER PEREIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 68
 Votos NÃO : 08 Total : 78
 Votos ABST. : 02


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se ao resultado:

Votaram SIM 68 Srs. Senadores; e NÃO, 08 Srs. Senadores.

Houve 2 abstenções.

Total: 78 votos.

(Palmas.)

Proclamo eleito para o cargo de Presidente do Senado Federal, para o período remanescente do biênio 2007/2008, o Senador Garibaldi Alves Filho.

Convido o Senador Garibaldi Alves Filho para assumir a Presidência do Senado da República Federativa do Brasil e desejo-lhe todo êxito e toda sorte.

O Sr. Tião Viana, Presidente interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente Eleito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, assumindo a Presidência do Senado da República graças à confiança de meus ilustres Pares, certamente haveria eu de agradecer a generosidade dos que me escolheram e de prestar, aqui, o preito de gratidão a quantos contribuíram para a construção deste momento, ponto culminante, Sr^{as} e Srs. Senadores, de mais de quatro décadas de vida pública.

É de meu dever, contudo, antes de dirigir-me às pessoas, tributar à Instituição, ao próprio Senado da República, a expressão de minha homenagem cívica, na plena convicção de que o Senado, mais uma vez, se mostra credor do respeito nacional.

Chego à Presidência, não há por que ocultar, em momento traumático para a Casa. Os últimos acontecimentos, que levaram à convocação de eleição para Presidente em pleno curso do mandato, aproximaram o Senado de limites que jamais poderiam ser ultrapassados, sob pena de se fraturar gravemente a credibilidade da instituição perante a opinião pública. Sem pretender, Sr^{as} e Srs. Senadores, debater em torno do mérito do quanto já decidido pela maioria do Plenário, devo tirar desses episódios lições que certamente serão valiosas para a Presidência que agora se inicia.

A legitimidade do poder, penso eu, nasce e repousa no incondicional respeito com o qual se impõe o mandatário aos destinatários do mesmo poder. A prática democrática, é certo, exige que as escolhas republicanas feitas pela maioria sejam sempre acatadas, mas a própria vivência republicana é um contínuo exercício, um evoluir permanente na manutenção e preservação da legitimidade da escolha. Desgarra do poder dessa renovação de confiança, diuturnamente reiterada, a legitimidade da escolha se perde,

e poder e mandato se tornam ilegítimos, na mesma medida do esboroamento do respeito que de todos deveriam merecer.

Por isso, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a primeira palavra do novo Presidente do Senado é de convocação, é de apelo e acolhida: os que me elegeram – e foram tantos, e o painel ainda conserva, para minha emoção, os que me elegeram, comparecendo 78 Senadores, e destes 78 Senadores, quase todos me dando a honra do seu voto – estejam sempre atentos, meus caros Colegas, estejam sempre vigilantes, estejam sempre perto de mim, prontos para me advertir se fraquezas humanas ou políticas me tentarem a desviar-me, mesmo que involuntariamente, da permanente renovação da legitimidade nascida desta eleição.

Não agradeço somente a confiança, essa manifestação exuberante de apreço, pois, convoco a todas as Senadoras e Senadores a partilharem comigo a árdua missão de devolver ao Senado, perante o País, toda a credibilidade que conquistou em sua quase bicentenária trajetória histórica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos sabem, venho de um Estado pequeno, mas de efetiva e valiosa contribuição à melhor prática política brasileira.

Ocupo hoje, na grata companhia do Senador José Agripino e da Senadora Rosalba Ciarlini, Cadeira de Senador pelo Rio Grande do Norte, representando um Estado que tem dado ao Senado e ao Brasil Senadores de provado patriotismo e devotado espírito público. Ainda no Primeiro Reinado, com Brito Guerra; com Almino Affonso, na República Velha, e depois José Augusto Bezerra de Medeiros, Georgino Avelino, Dinarte Mariz, Monsenhor Walfredo Gurgel, nomes que eu, deixando o meu torrão, peço licença para acrescentar o nome de um homem que conviveu comigo nesta Casa, mas que faleceu há poucos dias, o nosso Senador Antonio Carlos Magalhães. Portanto, o Rio Grande do Norte sempre teve papel de destaque no Senado, Casa que, de 1951 a 19554, foi presidida pelo ilustre norte-riograndense João Café Filho, Vice-Presidente, e depois Presidente da República.

Ao me referir a esta ininterrupta tradição de serviços prestados pelo Rio Grande do Norte ao Senado e ao Brasil, no momento em que expresso minha pequenez diante do desafio, manifesto a confiança de que, com o apoio de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, não terei de deslustrar a crônica histórica do meu Estado no Senado da República.

Aos partidos, expresso a certeza de que, pelas suas bancadas na Casa, são os legítimos canais de manifestação das diversas parcelas da opinião pública.

Ao meu Partido, o PMDB, quero prestar especial reconhecimento pela demonstração de solidariedade e confiança.

Quero destacar o papel exercido pelo Senador José Sarney para que hoje eu estivesse aqui falando a todos na qualidade de Presidente do Senado Federal. Quando todos diziam que ele seria candidato, ele me dizia o que terminou dizendo a todos: “Eu não serei candidato porque quero dar oportunidade aos mais novos”. Senador José Sarney, vou me credenciar entre os mais novos, apesar de não ser tão novo, mas quero agradecer a V. Ex^a pela maneira como V. Ex^a comandou todo o processo, articulou, de maneira nenhuma deixando de lado todos aqueles que postulavam esta cadeira, este honroso dever, esta grande missão. O certo é que o Senador José Sarney é, hoje, credor da nossa confiança, como da confiança de todos aqueles que acompanharam de perto esse processo.

Diante de mim, está o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, a quem tive de contrariar, porque a S. Ex^a foi reservada a missão de conter o processo sucessório enquanto o Senador Renan Calheiros tomava sua decisão, ele que esteve diante de circunstâncias, eu diria, dramáticas, mas que nunca deixou de dar mostras, na nossa convivência – e, agora, faço questão de declarar –, de solidariedade e compreensão ao encarar uma atitude tomada por mim nesse processo. Mas eu dizia que Valdir Raupp tinha essa missão. E fui eu que contrariei o Líder na busca incessante dos votos.

Valdir Raupp, se eu fosse atender o seu conselho, talvez eu não tivesse desfrutado daquela situação eleitoral que desfrutei; mas também, se não fosse a sua autoridade, a sua isenção, eu certamente não estaria nesta cadeira, como Presidente do Senado. Sua isenção durante o processo não foi fácil. Postulações legítimas de Valter Pereira, de Leomar Quintanilha; postulações legítimas também de um outro companheiro nosso, Neuto de Conto; e, finalmente, do nosso Senador Pedro Simon, que vai me perdoar por eu ter sido o seu competidor, enquanto que eu agradeço a Deus por ter tido um competidor como V. Ex^a, um homem tão respeitado por todos nós.

Asseguro às demais bancadas da base do Governo e da oposição a minha lealdade intransigente à Constituição e ao Regimento. A Presidência não será partícipe do entrechoque partidário, mas será atuante no debate político, pretendendo ser o fermento para que, das discussões, surjam idéias e caminhos que levem o Senado a estar sempre presente e atuante nas grandes decisões em torno do interesse público.

O instante é de arrostar desafios, o instante é de enfrentar, sem dúvida, com árdua luta e ingente dificuldade, este momento de trauma, mas também de renovação de fé na força democrática de nossa Instituição.

Repito, e o faço com profunda consciência, ter necessidade de contar com o decidido apoio de todos, especialmente dos senhores líderes.

Estou à frente do Líder Arthur Virgílio, que ainda ontem me entregou uma carta para que eu assumisse determinados compromissos com o poder, trazidos pelo PSDB. Neste instante, digo que, com relação a esses compromissos, não tive e não tenho nenhum momento de vacilação ao assinar todos eles, porque são compromissos para elevar o nome do Poder Legislativo em uma hora como esta.

Portanto, meus caros colegas do PSDB, fiquem certos de que estou, neste instante, apondo minha assinatura ao lado da do Senador Arthur Virgílio, e vamos procurar zelar por esses compromissos, que é o que há de melhor para zelar por nossa Casa. Dizem respeito a estabelecer procedimentos em relação às medidas provisórias. Vou ler apenas alguns. Peço permissão ao Líder do PSDB para não ler todos: “Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias; exigir igualdade de todos para todos na execução orçamentária”, e uma série de outros compromissos que eu, neste instante, determino que sejam incluídos nos Anais da Casa, a fim de que haja uma permanente e constante vigilância.

Não tenho a veleidade de lançar idéias prontas. A reforma tributária, que passa pelo novo desenho do pacto federativo, precisa ocupar nossa atenção, assim como a reforma política. Com relação a essa reforma, o Senado elaborou uma proposta, aprovou e mandou para a Câmara. Constituía-se na tentativa de buscar o real fortalecimento dos partidos, fortalecimento que não se confunde com a força arbitrária das cúpulas, mas a legitimidade das diretrizes e decisões surgidas das bases partidárias.

Antes de seguir adiante, gostaria de, neste instante, também prestar meu reconhecimento ao Presidente do meu partido, o Deputado Michel Temer. Reconhecimento à sua conduta, que também foi de lealdade a todos os candidatos. (Palmas.)

Michel Temer – permitam-me dizer os outros candidatos, e não fiquem irados, não tenham queixa disto –, V. Ex^a, desde o início, sempre teve uma palavra de carinho para com a minha postulação, a minha reivindicação.

Sr. Presidente, o Parlamento é lugar de decisão – “Sr. Presidente” não sei por que... –, é lugar onde

as decisões surgem dos debates fecundos e do consenso harmônico de divergências que se aplacam.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a vai se acostumar rápido, Senador Garibaldi Alves Filho. Não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se o Parlamento se omite neste ou naquele tema, não é por indolência ou incapacidade técnica, mas porque democraticamente ainda não terá sido possível construir uma solução de compromisso consensual.

Ao trabalho, portanto. Permitam-me V. Ex^{as}, ao reiterar-lhes a gratidão pela escolha, compartilhar este momento feliz com outros norte-rio-grandenses.

Lembro todos os meus conterrâneos na saudosista homenagem que presto ao Deputado, Governador e Ministro Aluizio Alves, que o Presidente Sarney tão bem conheceu, na solidariedade partidária de todas as horas, na solidariedade não apenas partidária, mas sobretudo afetiva, porque ele e eu começamos a vida pública juntos. Agora, ali está o Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, meu primo.

Quero, ao terminar as minhas palavras, agradecer o apoio que recebi de todos os meus conterrâneos, desde a Governadora do Estado até o mais humilde norte-rio-grandense. Todos vieram ao meu encontro para me dizer da sua absoluta emoção e alegria pelo fato de eu estar assumindo a Presidência do Senado Federal. Todos. Por meio de telefonemas, por meio de recados de outros conterrâneos e conterrâneas que estão há algum tempo aqui em Brasília ou há muito tempo.

Sei, meus caros Senadores e minhas caras Senadoras, que, nesta hora – não sou pretensioso –, milhares de norte-rio-grandenses gostariam de estar aqui para dizer da sua honra, do seu orgulho e da sua alegria por verem um conterrâneo tão modesto ocupar uma cadeira tão importante como esta, a da Presidência do Senado Federal.

Há muita coisa a fazer. E, se há muita coisa a fazer, peço a todos que comecemos o nosso trabalho. Contem com este Presidente, mas sobretudo contem com este que é um colega de V. Ex^{as} e que espera que todos possamos nos dar as mãos para dizer que o Senado vai escrever uma nova página na história do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos art. 210, inciso Iº e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 11 de dezembro de 2007

Senhor Senador
Garibaldi Alves

Reunida hoje, a Bancada do PSDB no Senado Federal decidiu apoiar a indicação do nome de V. Ex^a para a Presidência da Casa, com a condição de que V. Ex^a assumira clara, e publicamente o compromisso de:

1. Reerguer a combatida imagem da instituição perante a opinião pública, não permitindo que atos ou comportamentos indevidos lhe causem dano.

2. Atuar com harmonia, mas com independência em relação aos demais Poderes, especialmente em relação ao Palácio do Planalto.

3. Empenhar-se para que sejam feitas as reformas política e partidária e para que o Presidente da República cumpra as reiteradas promessas de encaminhar ao Congresso Nacional proposta de reforma tributária e de revisão do pacto federativo.

Quanto à atividade legislativa, o PSDB quer seu compromisso, claro e público, de:

1. Convocar sessões conjuntas do Congresso Nacional para votar os vetos presidenciais.

2. Por imediatamente em votação o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38/07, que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e as PEC nºs 38/04, 50/06 e 86/07, que tornam ostensivas votações hoje secretas, pois ambos os itens fazem parte de compromisso ético que esta Casa tem com a Nação.

3. Estabelecer procedimento em relação às medidas provisórias, de forma a, liminarmente, não dar curso às que visivelmente não atendam aos requisitos constitucionais da urgência e da relevância.

4. Reavaliar a atuação da Comissão de Orçamento à luz da nova resolução sobre a tramitação de matérias orçamentárias, tendo em vista rumores de que estariam voltando práticas de corrupção amplamente condenadas pela sociedade.

5. Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias, de forma a se obter resultado mais realista e de execução garantida.

6. Por meio da Mesa Diretora, exigir igualdade de tratamento, para todos, na execução orçamentária.

7. Estabelecer rodízio na designação de relatores para as medidas provisórias, observando o critério das bancadas matematicamente definidas.

8. Exigir dos Ministros de Estado o cumprimento dos prazos e exatidão nas respostas aos requerimentos de informações formulados pelos Senadores.

9. Alterar o Regimento Interno, até o fim de março de 2008, para nele incorporar as propostas aqui indicadas.

V. Ex^a, que, como Relator da CPI dos Bingos, soube se conduzir com elogiável isenção e correção, não terá nenhuma dificuldade em assumir esses compromissos – que são todos do interesse da instituição e da Nação – e ter todos os votos da Bancada do PSDB.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer uma saudação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode me inscrever também como Líder do Partido Socialista Brasileiro?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Inácio Arruda, do PCdoB, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu já estava inscrito. Eu estava inscrito com a Presidência, antes de V. Ex^a assumir, e o Presidente teria me dito que eu seria o segundo; a primeira seria a Líder do PT, e eu estaria inscrito em segundo lugar.

O ex-Presidente, Senador Tião Viana, está confirmando isso, Sr. Presidente. Ele disse que o primeiro seria a Líder do PT, e eu estava inscrito em segundo lugar. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos reexaminar a lista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço desculpas a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e asseguro que V. Ex^a será chamado logo em seguida ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se o Senador Pedro Simon quiser falar antes, para mim tanto faz, porque, sinceramente, na minha matemática política, a ordem dos fatores não

altera o produto. Eu simplesmente tenho um recado a dar pelo meu partido e vou dá-lo com clareza.

V. Ex^a prefere inverter? Ou não prefere? (Pausa.)

Não ouço V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Para mim, é indiferente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É indiferente? Então, eu cedo a V. Ex^a e falo em seguida. V. Ex^a prefere ou não?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É indiferente, Sr. Presidente. V. Ex^a já está na tribuna. Não há problema algum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sou Presidente. Infelizmente, não sou Presidente. O Presidente é ele. Sou Líder do PSDB, por ora, pelo menos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a, querendo falar primeiro, é com o maior prazer que o ouço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Devo a V. Ex^a todas as deferências.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB deve explicar à Nação, com muita clareza, as razões por que apoiou o seu nome e deixou de lançar a sua anticandidatura – e a anticandidata seria, precisamente, a Senadora Marisa Serrano.

A Senadora chegaria e diria: “Não vim para vencer; vim para expor à Nação o que precisa ser feito do Senado soerguer sua imagem combatida e bastante arranhada perante a opinião pública”. A Senadora Marisa Serrano viria para propor uma revolução administrativa interna, tornando transparentes, até às vísceras, a vida do Senado Federal, ao lado dessa revolução para fora, que torne outra vez o Senado uma Casa respeitada perante a opinião pública brasileira.

Não lançamos a Senadora Marisa Serrano como anticandidata por algumas razões. Uma delas, o apelo feito a nós, por razões potiguaras e por afinidades políticas que cultivamos juntos, os três, apelo que fez a nós o Senador José Agripino Maia, dizendo que dificilmente seu partido poderia fazer algo diferente do que acompanhar V. Ex^a, Sr. Presidente, e dizendo que ele, pessoalmente, não teria como não sufragar o nome de um companheiro, de um aliado tão prezado e tão querido.

Mas, Senador Garibaldi Alves, nós não lançamos a anticandidatura porque V. Ex^a vinha de um passado bastante construtivo na relação conosco. V. Ex^a presidiu a CPI dos Bingos do Senado Federal, que investigou

corrupção grossa, apontou culpados, exigiu providências; foi relator e tomou atitudes que o engrandeceram perante a Nação. E foi precisamente nesse homem que o PSDB votou.

Apresentamos a V. Ex^a uma carta-compromisso, que V. Ex^a acabou de perfilhar. V. Ex^a se referiu a alguns tópicos da parte administrativa, mas eu me permito, Sr. Presidente, ler alguns outros tópicos que julgo essenciais.

1) Reerguer a combatida imagem da instituição perante a opinião pública, não permitindo que atos ou comportamentos indevidos lhe causem dano.

2) Atuar em harmonia, mas com independência em relação aos demais Poderes, especialmente em relação ao Palácio do Planalto.

3) Empenhar-se para que sejam feitas as reformas político-partidária e a tributária, esta como uma exigência de V. Ex^a e do Senado ao Senhor Presidente da República.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço um pouco de tempo para concluir, porque julgo essencial que o ponto de vista do PSDB seja exposto com clareza à Nação, porque aqui não se trata de nenhum jogo de compadres. Votamos em cima de um programa, de um projeto. V. Ex^a endossou esse programa e esse projeto e, nessa condição, haverá de ter a nossa colaboração.

Prossigo:

4) Convocar sessões conjuntas do Congresso Nacional para votar, finalmente, os vetos presidenciais. Entra presidente, sai presidente e ninguém coloca para apreciar vetos presidenciais, o que dá, a quem quer que esteja na Presidência da República, de plantão, poderes ditatoriais.

5) Pôr imediatamente em votação o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38/07, que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e as PECs nºs 38, de 2004; 50, de 2006; e 86, de 2007, que tornam ostensivas votações hoje secretas, pois ambos os itens fazem parte de compromisso ético que esta Casa deve à Nação brasileira.

6) Estabelecer, Sr. Presidente, procedimento em relação às medidas provisórias, de forma a, liminarmente, não dar curso às que visivelmente não atendam aos requisitos cons-

titucionais da urgência e da relevância. Se não há urgência, se não há relevância, mande a medida provisória para a lata do lixo da história, literalmente, para que esta Casa não fique com a sua pauta atravancada pelo bel-prazer do Planalto, que acaba ditando o que se faz e o que não se faz no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, prossigo:

7) Reavaliar a atuação da Comissão de Orçamento à luz da nova Resolução sobre a tramitação de matérias orçamentárias, tendo em vista rumores, rumores recorrentes, de que ali se produziram, podem estar sendo produzidos e, afirmo – a não se mudar –, produzir-se-ão mais escândalos de corrupção, a enlamear de novo a imagem do Congresso Nacional.

8) Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias – V. Ex^a já citou.

9) Por meio da Mesa Diretora, exigir igualdade de tratamento, para todos, na execução orçamentária. Isso é justo, e V. Ex^a já citou.

Agora acrescento:

10) Estabelecer rodízio, por critérios matemáticos, para designação de relatores nesta Casa. Ou seja: se a Oposição tem o peso numérico e político que tem, é justo que estabeleçamos critérios matemáticos para os rodízios nas relatorias. Não dá para continuarmos aturando que a destinação de um relator vise atender à conveniência palaciana ou vise atender a alguma simpatia do Presidente que esteja no lugar que V. Ex^a haverá de ocupar com honra, com destemor e com independência.

A oposição exige e requer critérios matemáticos para ter direito às relatorias que lhe caibam, seja isso conveniente ou não ao poder estabelecido no País.

11) Exigir dos Ministros de Estado o cumprimento dos prazos e exatidão nas respostas aos requerimentos de informações formulados pelos Senadores. Hoje é uma pândega, é um desrespeito que mereceria que o Senado Federal enquadrasse diversos Ministros em crime de responsabilidade por desacato à autoridade do Congresso Nacional.

12) Alterar o Regimento Interno, Sr. Presidente, finalmente, até o fim de março de 2008, para nele incorporar as propostas aqui indicadas.

Encerro, homenageando o Senador Tião Viana, que exerceu com honra, com altivez, com rigor, com discordâncias nossas – e isso faz parte do jogo –, mas com enorme reforço da minha admiração pessoal por ele, a Presidência do Senado Federal.

Desejo a V. Ex^a, pela amizade que lhe dedico e pela esperança que tenho de que V. Ex^a honrará esses compromissos e outros... Será um magistrado. Jamais será um homem de partido. Será um magistrado. Sabe V. Ex^a do peso que está nas costas de quem vem para substituir o Presidente Tião Viana ou, antes disso, substituir o Presidente Renan Calheiros, depois de toda crise moral, ética em que este Senado foi mergulhado. V. Ex^a sabe que lhe espera uma tarefa hercúlea, e nós queremos ajudá-lo, permanecendo à disposição de V. Ex^a, a ser o Senador parecido com aquele da CPI dos Bingos, o Senador de passado honrado, o Senador que merece a nossa consideração, o Senador que transita nesta Casa pela situação e pela oposição. A permanecer esta disposição, V. Ex^a terá no PSDB uma bancada de aliados, assim como uma bancada vigilante de oposição que estará pronta para apontar quaisquer deslizes que porventura possam ocorrer à nossa memória, à nossa percepção.

Nossa bancada estará aqui independente, estará aqui vigilante, estará aqui valente, defendendo uma instituição acima de pessoas, defendendo a independência de uma instituição que está no seu pior nível do ponto de vista da avaliação da opinião pública. E a hora de soerguê-la é agora. Estaremos aqui para ajudá-la, mas V. Ex^a será fundamental na tarefa de liderar este processo.

Seja feliz e conte conosco em tudo que servir ao bem deste País e da sociedade brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, meu carinho e minha admiração por V. Ex^a na Presidência desta Casa. Tive muita honra de votar em V. Ex^a e tive muita honra, desde o primeiro momento, de dizer que V. Ex^a era um nome que merecia o nosso respeito e merecia a nossa admiração.

A meu ver, o Senado vive um grande dia, notadamente porque, com essa unanimidade, com o pronunciamento feito pelo Líder do PSDB, onde V. Ex^a diz, e com muita competência, que o que ele propõe V. Ex^a assina com a maior tranqüilidade – e assinou de público – porque é o que V. Ex^a sempre defendeu, e eu sou testemunha disso, estamos vivendo uma hora realmente muito importante.

Felicito o ilustre 1º Vice-Presidente, que – disse muito bem o Senador Arthur Virgílio – teve um desempenho excepcional, se impôs à nossa admiração, ao nosso respeito, pela sua seriedade, pela sua competência, pela sua respeitabilidade.

Mas eu venho a esta tribuna porque foi tão comentado o meu nome e a minha atuação, em face de todo esse momento, que eu não tinha como não vir a esta tribuna e fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, eu já há algum tempo sou uma pessoa que – todos sabem – tenho restrições ao comando do PMDB, e o PMDB tem muitas restrições a mim. De modo muito especial à liderança do PMDB nesta Casa, aos líderes, às pessoas que vêm comandando, desde o Jader Barbalho, passando pelo Sr. Sarney, passando pelo Sr. Renan, passando pelo Líder Suassuna, passando pelo atual Líder, tenho muitas restrições; restrições que são profundas – e eu venho lutando nesse sentido.

Fui, durante muito tempo, maioria no MDB no tempo do Dr. Ulysses, do Dr. Tancredo, do Dr. Teotônio, das grandes lideranças do MDB, na época áurea das grandes lutas, quando o MDB era um partido que parecia um grupo de malucos imaginando que podiam mudar o Brasil. Mas quem são essas pessoas? E esse movimento militar, com esses generais um atrás do outro, com o apoio do regime empresarial, com o apoio da Igreja, com o apoio da mídia, com o apoio de todos vai durar uma eternidade, e só podemos pensar em derrubá-lo com uma guerra civil, com uma luta, com uma rebelião!

E nós, do MDB, não, não aceitávamos; defendíamos a tese de que tínhamos que lutar dentro da democracia, dentro do campo democrático, e buscar essa transformação; e conseguimos.

Houve um determinado momento em que fomos esmagados pelo voto em branco. Em 1970, parecia que o MDB iria desaparecer. A Arena tirou o primeiro lugar; o voto em branco tirou segundo lugar; e o MDB ficou lá atrás, em último lugar; ficamos com sete Senadores nesta Casa. Ali era para implosão; não tinha mais o que fazer. E, na verdade, nós conseguimos dar um rumo para o MDB. Foi lá no Rio Grande do Sul. Reunimos o MDB de todo o Brasil. Assim não dá! Temos que saber o que é o MDB! Recebe gente das mais variadas ideologias? Sim. Comunistas, de esquerda? Sim. Mas temos que ter um conteúdo. O MDB é um partido que luta pela democracia, luta pela Assembléia Nacional Constituinte, luta pelas Diretas Já, luta pelo fim da tortura e luta pela anistia. Fora disso, não é PMDB. E fomos adiante; e fomos para a rua.

Derrotada a Emenda das Diretas Já, parecia que o MDB iria desaparecer; e não desapareceu. Fizemos

um absurdo considerado na época: fomos para o Colégio Eleitoral e derrotamos a Arena, derrotamos a revolução, derrotamos a ditadura, e, no Colégio Eleitoral, ganhou o Dr. Tancredo.

Esse é o meu MDB. É o MDB do qual eu vim; o MDB que eu defendi, o MDB das nossas idéias, da nossa bandeira, da nossa luta. Não é o de hoje. Lamentavelmente as nossas lutas ficaram no caminho.

O mesmo grupo que estava no PMDB apoiando o governo do Sr. Fernando Henrique está no PMDB apoiando o Sr. Lula. A mesma gente! O Renan foi ministro do Fernando Henrique; é o homem de confiança do Lula. Então as divergências eram naturais.

Eu respeito os meus adversários e creio que mereço respeito. Então, não tinha por que eu entrar. Já entrei duas vezes. Nas duas últimas eleições, brigamos para ter candidato próprio, e parece mentira: todo o Brasil querendo que o MDB tenha candidato próprio...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) e uma convenção do PMDB para dizer que o PMDB não teria candidato próprio. Esse é o PMDB que está aí; essa é a nossa luta.

Então, neste movimento atual, eu estava fora, não pensava em nada. O Senador Suplicy e o Senador Cristovam me procuraram dizendo que a hora que estamos vivendo é tão complicada, tão complexa, que seria muito importante que se fizesse um movimento suprapartidário, um entendimento pelo qual encontraríamos um presidente. Falaram comigo. Eu disse: “Eu não tenho chance”. Disseram: “Mas se for para o Plenário, tu ganhas”. Mas eu não vou para o Plenário. “Não, mas é normal uma candidatura avulsa em Plenário. Muitas vezes aconteceu isso”. Mas eu não vou, pelo meu estilo, pela minha maneira de ser, não.

Então, fizeram um requerimento – mais de trinta assinaturas – ao Líder do PMDB, propondo a candidatura do Pedro Simon. Alguém se rebelou. Um Senador disse: “Mas é uma barbaridade! Por que os outros partidos têm que se meter?” A Senadora Patrícia deu uma resposta que achei muito importante: “Não, quem indica é o PMDB, quem escolhe é o PMDB, mas somos nós, Senadores, que vamos votar. Se nós vamos votar, temos o direito de fazer uma proposta. Nós não estamos impondo, não estamos dizendo o que é, mas nos tirar o direito de poder fazer uma proposta?” E foi feita a proposta.

Eu disse a eles: “Eu não vou para o Plenário”. Mas disputei no PMDB. Aí, aceitei disputar, sabendo que não ia ganhar, mas aceitei disputar. Aí aconteceram fatos. Que não ia ganhar eu sabia, mas que sairia

uma mensagem do Palácio dizendo que o Pedro Simon não era de confiança e dizendo que o Pedro Simon era imprevisível nas atitudes que iria tomar.

Perdão, Presidente Lula, mas eu mereço uma explicação. Sou um político muito mais velho que Vossa Excelência: quando Vossa Excelência nem era líder sindical, eu já era político. Vinte e cinco anos eu tenho nesta Casa. Nas horas difíceis de Vossa Excelência, quando estava lá na cadeia, em São Paulo, Teotônio e eu fomos lá; quando tinha aquela loucura na praça, fomos lá e conseguimos a calmaria, para que não acontecesse uma catástrofe; quando Vossa Excelência ia ser julgado pelo tribunal militar, nós – Ulysses, Teotônio e eu – estávamos lá, defendendo-o; quando Vossa Excelência foi candidato pela primeira vez contra o Collor, o único Governador que subiu ao seu palanque fui eu, do Rio Grande do Sul; quando Vossa Excelência foi eleito pela primeira vez, jantou na minha casa e convidou-me para participar do seu governo. Então, sempre fui da sua amizade e parece que sempre gozei da sua confiança!

O que aconteceu? Sim, porque o meu problema é mais sério, não é nada com V. Ex^a, mas tem que ter explicação. Por que o Lula não confia no Pedro Simon? Quem é o Pedro Simon? O Pedro Simon é um irresponsável? Quem é o Pedro Simon? Um agitado que vai lá e gesticula e não dá para ter confiança? Por que o Lula não confia mais no Pedro Simon? Ontem podia ser Ministro; hoje não pode. Isso tem de ser esclarecido.

Eu, Pedro Simon, só tenho um motivo para ter me afastado do Lula. Qual é o motivo? Waldomiro. Quando saiu na televisão o Waldomiro recebendo o dinheiro, a gorjeta, botando no bolso e dando as explicações de qual era o percentual, que a televisão repetiu mil vezes, Suplicy, falei com V. Ex^a. Eu falei com o Governo, falei com o 1º Vice-Presidente; eu fui ao Lula. Só tem uma saída: o Lula tem que demiti-lo imediatamente. Bota para rua, pode até mandar prender. Se a Justiça quiser soltar, que o solte. Tem que dar o rumo do seu governo, mostrar que o seu governo veio para ser sério, para ser honesto, para ser íntegro – isso foi o que eu disse para o Lula.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Surpreendentemente para mim, o Lula não fez isso. Como o Lula não fez isso, nós pedimos uma CPI. Pedimos uma CPI na Casa para investigar.

Na ditadura militar, eu estava aqui. Na ditadura militar, criamos várias CPIs, inclusive uma gravíssima no governo Geisel, que foi autor do acordo atômico Brasil-Alemanha, para investigar o acordo atômico

Brasil-Alemanha. Criamos a CPI. O Sr. Lula não deixou criar. Não deixou criar!

E uma nota cruel, assinada pelo Líder do PMDB da época e pelo Líder do PT da época, dissera o seguinte: “Não sai CPI. Nós não vamos indicar os nomes dos nossos partidos para a CPI. CPI só sai quando as lideranças da maioria desejarem. Parlamentares queriam a CPI...”

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) a maioria elege o Presidente, elege o Relator. Acontece como está acontecendo agora na reunião sobre as entidades não-governamentais, onde a maioria não deixa convocar, não deixa chamar. Está boicotando o trabalho; mas criaram a CPI.

Quando os líderes não indicaram, nós fomos ao Presidente, Senador Sarney. Se os líderes não indicam, cabe ao senhor indicar. “Eu não indico” – e não indicou. Pressão do Sr. Lula. Entramos no Supremo, e o Supremo, por unanimidade, mandou criar. Primeira vez que isso aconteceu! O Supremo interveio nos trabalhos do Senado dizendo que tinha de ser criada a CPI, e a CPI foi criada, mas só foi criada um ano e três meses depois. Depois de um ano e três meses, não foi criada uma CPI, mas foram criadas sete CPIs! E os escândalos estavam aí. Isso aconteceu.

É por isso que o Presidente Lula diz que o Senador Sarney é homem da sua confiança e que, nas horas mais difíceis, ele esteve do lado dele? E o Pedro Simon não é homem de confiança?!

Senhor Lula, se é isso, é verdade! Eu não sou homem da sua confiança, mas não dá para dizer que o Pedro Simon é imprevisível. Não é não, Doutor Lula! Eu sou previsível, absolutamente previsível! Fiz isso no governo Fernando Henrique, fiz isso na ditadura e fiz isso no seu governo, porque Vossa Excelência é que não foi fiel ao seu passado. Então, que isto fique claro: o Doutor Lula entrou, interveio no processo, através dele e do Dr. Sarney, para criar uma posição, porque o Simon não era confiável. Nesse sentido, não sou confiável.

Agora, no sentido do Senado, que eu tenho a emoção de dizer – inclusive o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, assinou o requerimento indicando a minha candidatura –, eu era confiável. O líder disse que o partido se reuniria para escolher quem tenha trânsito livre no meio dos outros parlamentares, dos outros partidos. Se o líder fosse sincero, ele já tinha um requerimento na sua mão indicando um nome com mais de trinta assinaturas – mais de trinta assinaturas! E o Líder...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a.

Que fique claro, Doutor Lula, que o Senhor interveio no processo de uma maneira grosseira. Interveio na escolha do Presidente de uma maneira vulgar. Mas o motivo foi que o Pedro Simon não é de confiança, porque na hora de pedir, pediu? Muito obrigado, eu lhe agradeço. Mas explique. Daqui falo à Nação, dirigindo-me ao Presidente da República. Se ele tem outra razão, diga qual é. Se ele tem algum motivo que não esse para não confiar no Pedro Simon, diga qual é! Não pode ficar no ar, sem resposta.

Com relação ao PMDB, não teria dúvida. Disse ao Senador Cristovam e ao Senador Suplicy que não tenho dúvida alguma: esse MDB que está aí não é o meu. Esse, o atual líder, o Sarney... Aliás, o Senador Sarney é o que vem sempre na frente. Era o Sarney e o homem lá do Pará, o Jader, que renunciou porque ia ser cassado por corrupção...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Sarney e o Suassuna, que foi cassado pelo povo. Aí, ficaram o Sarney e o Renan. O Renan renunciou. Agora, é o Sarney. Ele está sempre em todas.

Só tem um lado positivo, que vai constar da Ata. Quando eu disse que o Sarney não queria ser presidente este ano para ser, daqui a um ano, dois anos, mais dois, quero pedir desculpas, porque, na reunião da bancada, ele disse que não vai ser em hipótese nenhuma! Eu pedi ao líder para constar em ata. Líder, eu pedi que conste em ata que o Senador José Sarney disse que não vai ser. Já foi uma grande vitória. Eu acho que já foi muito positivo nós termos essa tese de que o Dr. Sarney não é candidato hoje, o que já foi uma vitória, e não será candidato daqui a dois anos.

Com todo prazer, eu lhe darei o aparte, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, espero contar com a compreensão de V. Ex^a, porque, neste momento, não é possível ao orador conceder aparte.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço para ficar inscrito então, quero falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

Continua com a palavra o Senador Pedro Simon.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) o Senador Renan, o Sarney *in perpetuum*. Aí me perguntam: “Mas o que tu estás fazendo nesse partido? Por que tu não saís?” Ora, porque o partido não são eles. Seria uma coisa que eu não teria como explicar aos meus filhos; eu não poderia dizer: “Saí do PMDB, deixei o Sarney na Presidência, porque não era mais o mesmo partido”. Eu não posso fazer isso. O Dr. Sarney passa, o PMDB fica. O Dr. Sarney passa, nós ficamos.

Eu tenho convicção de que o velho MDB haverá de voltar. Vimos erros históricos acontecerem em nosso País. O MDB teve a glória de derrubar a ditadura... Quando chegou no Governo, Dr. Tancredo fez uma maldade com a gente: ele não podia ter morrido. O Dr. Tancredo não podia ter morrido, mas morreu. Dr. Sarney foi um bom Presidente: sério, honesto, decente, digno – sou obrigado a dizer isso e estaria mentindo se dissesse diferente –, fez a Constituinte, foi um grande Presidente!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não representava o PMDB, não tinha estímulo para levar nossa questão adiante. De lá para cá, nós temos vivido...

O PSDB saiu do PMDB. Criaram o PSDB, o partido dos puros, dos sérios, dos bacanas, mas deu no que deu! Aí entrou o PT, o grande PT, espetacular, e o Dr. Lula, infelizmente, está indo por esse caminho.

Eu acho que nós temos um lugar vazio que deve ser preenchido. Eu chamo a atenção do Brasil: vocês se lembraram, meus irmãos brasileiros, o que aconteceu na Venezuela? Vocês repararam que, na Venezuela, meses atrás, a oposição estava tão ridicularizada, tão desmoralizada, que nem concorreu ao Congresso Nacional? O governo teve vitória total, porque a oposição não existia praticamente mais, mas agora caiu. No referendo, foi derrotado por quê?

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem fez a oposição, quem comandou a oposição lá na Venezuela foi a UNE de lá, foram os estudantes, foram os jovens. Os jovens é que foram para as ruas, levanta-

taram o povo, e o povo esteve presente. Eu acho que isso tinha de acontecer no Brasil. O Brasil não pode esperar que a mudança venha do Congresso. Eu não acredito nisso. Infelizmente, não se pode esperar do governo, do Executivo, a mudança. Não acredito nisso. Se o povo sair às ruas, nós vamos atrás.

Eu agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e lhe desejo um feliz mandato. Conte conosco nas boas e necessárias atitudes. Mantenha a independência, Sr. Presidente. Não vá, pelo amor de Deus, querer romper com o Governo Federal, não vá fazer promover a divergência entre V. Ex^a e o Presidente da República.

A propósito, quando eu era Líder da Assembléia Legislativa, nós tínhamos 34 Deputados, e a Arena tinha menos de vinte. Nas horas difíceis, porém, a tese do MDB era a seguinte: “O que é bom para o Rio Grande é bom para o MDB”.

O que é bom para o Brasil deve ser bom para o Senado Federal. Isso eu defendo e acho que V. Ex^a deve defender também, mas com independência. V. Ex^a não poder ser um apêndice do Presidente da República – ele tem de entender isso, Sr. Presidente. Vejo que V. Ex^a fala, e fala muito bem, no sentido de diminuir as medidas provisórias. Que bom se isso acontecer!. Eu confio na independência de V. Ex^a.

Eu entendi, Sr. Presidente. Muitos jornalistas me perguntaram o que eu achava de V. Ex^a ter ido correndo falar com o Presidente. Eu disse: “Ele não foi correndo. Ele foi chamado”. O Líder do PMDB, esse sim – não saberia dizer por quê –, fez isso. Não vejo problema nenhum nisso, Sr. Presidente. Apenas que se entenda: V. Ex^a representa um Poder, é Presidente do Senado e Presidente do Congresso Nacional. Ajudar sim, mas ajudar não significa submissão.

Conte comigo, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Partido Democratas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna, gostaria de dizer algumas palavras muito rapidamente. Estou inscrito, Senador José Agripino, mas não vou poder esperar para falar, pois sou Vice-Presidente da Comissão Mista de Condições Climáticas, e ela depende de mim agora.

Gostaria apenas de, ao me dirigir à Casa, transmitir o meu abraço ao Senador Tião Viana, que já se

retirou da Casa. Durante esse período, o Senador Tião Viana portou-se de maneira muito digna e honrada na Presidência, honrou o Parlamento, esta Casa e todos nós. Agradeço à família dele por tê-lo cedido. S. Ex^a dedicou tempo exclusivo à Casa em um momento extremamente difícil.

Nós que compomos a Mesa ao lado dele – eu, o Senador Gerson Camata, o Senador Efraim Moraes, o Senador Papaléo Paes, o Senador César Borges –, nesse período, podemos testemunhar que o Senador Tião mostrou integridade e grandeza.

O apoio, o carinho e a lealdade que dedicamos a S. Ex^a e também ao Presidente Renan será agora, certamente, dedicado a V. Ex^a. Quero abraçá-lo e, abraçando V. Ex^a, Senador Garibaldi, quero abraçar os meus amigos do Rio Grande do Norte: o Adson, o Mano, aquela família que me acolhe todos os anos, que não deixa de ser a sua família, porque a sua família, o seu filho me acolhe muito bem ali todos os anos, a família do Senador Garibaldi. Lembro também o Omerson, meu amigo, o Públio, meu amigo, o Paulo, meu amigo, essa família toda do Rio Grande do Norte, que, certamente, festeja agora que V. Ex^a assume a Presidência desta Casa.

Receba o meu abraço e, certamente, na Secretaria, a minha lealdade. Ajudarei V. Ex^a a fazer um grande mandato, para colocar esta Casa, esta instituição, debaixo da luz da melhor maneira possível, Sr. Presidente.

Deus o abençoe no exercício da Presidência!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço desculpas ao Senador Tião Viana pela omissão de não ter destacado o seu trabalho durante o período em que exerceu a Presidência, em decorrência da renúncia do Senador Renan Calheiros.

Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, o nosso Rio Grande do Norte, com certeza absoluta, está orgulhoso de V. Ex^a, como eu estou.

Eu precisava vir a esta tribuna para trazer algumas palavras de reflexão. Desejo o sucesso de V. Ex^a, quero que V. Ex^a seja exitoso nesses dois anos de mandato que lhes são entregues nesta hora.

Tenho certeza de que V. Ex^a tem consciência de que assume a Presidência num momento de extrema tensão que vem vivendo o Senado da República. O

trauma dos sucessivos processos do ex-Presidente Renan Calheiros, que provocaram tensões dentro deste plenário, e o próprio processo sucessório que produziu a candidatura de V. Ex^a são elementos que têm de ser objeto de reflexão.

A V. Ex^a é entregue a missão de presidir o Senado num momento de recuperação. V. Ex^a não vai assumir num momento de vôo de cruzeiro, mas num momento em que o Senado precisa se reencontrar.

V. Ex^a foi eleito pelo Governo e pela oposição e sabe, inclusive, que eu pedi ao Senador Arthur Virgílio para que desse uma palavra aos seus companheiros de PSDB a fim de que, neste momento de transição, de reencontro do Senado, não houvesse uma disputa no plenário, para que pudéssemos fazer uma confraternização na sua posse, para que pudéssemos abrir um crédito de confiança à imagem que V. Ex^a desfruta diante de seus pares, de homem afável, racional, habilidoso do ponto de vista político e comprometido com o interesse público.

O Rio Grande do Norte está, com certeza, orgulhoso de V. Ex^a. Agora, quem precisará estar orgulhoso de V. Ex^a daqui a um ano será a Nação brasileira. Para isso, V. Ex^a vai contar com a minha colaboração. Eu, que sou seu conterrâneo, como Rosalba também o é, vou trabalhar no sentido de ajudá-lo. Se me for permitida a oportunidade de dar um conselho, Garibaldi, eu quero lhe dizer que procure agir com isenção.

V. Ex^a foi eleito por Governo e oposição, e V. Ex^a é Presidente de uma instituição. V. Ex^a é mais do que norte-rio-grandense, V. Ex^a é Presidente de uma instituição de um dos Poderes do Brasil. Procure dar legitimidade ao seu mandato, que já foi obtido pelo voto, com um desempenho à altura da expectativa do povo brasileiro. O que legitima a vitória não é a contagem dos votos, mas o desempenho do mandato. E o desempenho do mandato, que V. Ex^a ora inicia, vai depender – e o Brasil espera e também os seus pares – fundamentalmente da isenção e da altivez que V. Ex^a dê ao Poder Legislativo, ao Congresso Nacional, ao Senado da República.

Não tergiverse com os compromissos que assinou a respeito da rotatividade das medidas provisórias. Não permita que os requerimentos de informação que os seus pares fazem chegar à Mesa Diretora demorem dois meses para que o Ministro responda. Isso pode estimular incompreensões dos seus pares e práticas inconvenientes daqueles que são demandados. Senador Gerson Camata, os cartões corporativos foram

objeto de inquirição à Mesa e nunca tiveram qualquer tipo de resposta. E, porque não tiveram, Senador Garibaldi, é que até hoje se questiona onde está se gastando o dinheiro dos cartões corporativos. Isso e tantas outras demandas.

Os vetos apostos pelo Presidente da República, se não forem apreciados pelo Congresso Nacional, significarão diminuição na dimensão do Congresso. O Congresso vota, o Presidente veta, e o Congresso se acocora. Esperamos que V. Ex^a recupere a dignidade do Congresso para que o aplauso que, hoje, venho à tribuna lhe destinar – e estou seguro de que também em nome do povo do Rio Grande do Norte –, daqui a um ano, seja o aplauso do Brasil.

Que Deus lhe proteja! Conte com seu companheiro e seu amigo e vamos, juntos, melhorar a imagem do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo ser breve, mas, primeiro, gostaria – e tenho certeza de que o faço em nome de todos os membros da Mesa – de cumprimentar o Senador Tião Viana pelo excelente trabalho que exerceu à frente do Senado Federal nesses dois últimos meses. O Senado começou a funcionar, a cumprir horários, a votar. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, havia um ano que eu não tinha um projeto meu sancionado pelo Presidente da República. O Senado funcionou tão bem que, numa semana, duas leis de minha autoria foram sancionadas pelo Senhor Presidente da República. Foi eficiência do Senado, mas também quero agradecer ao Presidente, aqui, a rapidez com que o Presidente Lula sancionou as duas leis.

O Senador Tião Viana se credenciou perante nós como Vice-Presidente, como um homem de eficácia, um executivo à frente do Legislativo, fazendo a Casa funcionar nos horários, cumprindo seu Regimento, votando matérias; enfim, credenciou-se perante seus companheiros pelo excelente trabalho que aqui exerceu.

Quero cumprimentá-lo também, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe que lá no PMDB não votei em V. Ex^a, pois tinha um compromisso com o Senador Pedro Simon; aqui no Senado, cumprindo aquilo que estabelecemos lá, viemos votar com o PMDB, que decidiu majoritariamente pela sua candidatura. E, como membro da Mesa, quero dizer que sempre vou apoiá-lo e auxiliá-lo

nas suas decisões e em tudo aquilo que for necessário para o bom desempenho da missão de V. Ex^a. Coloque-me à sua disposição.

Mas gostaria de colocar um ou dois assuntos aqui. É claro que, nesta hora – e o Senador José Agripino disse isso aqui muito claramente, e outros companheiros também o disseram –, V. Ex^a precisa desfraldar a bandeira do choque ético e do choque moral. O Senado precisa dessa bandeira desfraldada.

Mas o choque ético e o moral é obrigação do homem público. E V. Ex^a, na sua vida, tem demonstrado o exercício da ética e da moral em todas as funções às quais a população do seu Estado o guindou.

No entanto, precisamos um pouco mais aqui. Precisamos modernizar o Regimento Interno do Poder Legislativo, e V. Ex^a tem na mão a bandeira para fazer isso. Temos cláusulas, itens, artigos e parágrafos do nosso Regimento Interno que são do século XIX, não são nem do século XX.

Esse negócio de interstício, segundo turno, cinco sessões para votar uma matéria, tudo isso era na época em que as comunicações iam de navio. O *Diário Oficial* ia de navio do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, quando eram necessários aqueles interstícios, aqueles espaços. Hoje, temos rádio, Internet, televisão. A população, às vezes, toma conhecimento de um fato acontecido aqui antes de um Senador. Eu, por exemplo, não tinha na minha agenda a sessão do Dia do Marinheiro. Alguém, lá de Vitória, da Marinha, telefonou-me para me avisar que estavam homenageando o Dia do Marinheiro no Senado. Quer dizer, tudo é rápido hoje.

Então, o Regimento Interno precisa ser modernizado, para que ele possa dar resolutividade e eficácia ao Poder Legislativo. Temos comissões demais, acabando por não dar quórum numa comissão ou em outra; há muitas subcomissões. Enfim, está cheio de cacique e está faltando índio. Temos de aumentar o número de índios e diminuir o número de caciques para que a Casa possa funcionar. Com duas ou três Comissões: de Justiça, Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura, e uma comissão geral – de emendas, aglutinação, redação final, antes de a matéria vir a plenário –, isso seria muito eficiente e rápido; as matérias tramitariam com muito mais rapidez.

Veja, Sr. Presidente, que, nesses últimos dias, o Senado parou a Câmara. Ou seja, é um Poder interferindo no outro. Porque se for votada uma medida provisória naquela Casa, empaca a nossa pauta aqui, por exemplo, para votar a CPMF. Isso não pode acontecer.

Enquanto os Poderes deveriam trabalhar juntos, estão, isto sim, guerreando um com o outro pela ineficácia, pela irresolutividade, para não resolver nada, para não fazer nada. Temos de modernizar o Regimento Interno para que, efetivamente, ele possa funcionar.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania temos mais de mil projetos sem relator. Mais de mil! O Senador trabalha, vai à consultoria, o eleitor procura, apresenta projeto, mas pára tudo lá na Comissão. Só passam medidas provisórias, muitas vezes até pedidas por nós. E por quê? Porque sabemos que somos lentos. Já ouvi vários colegas dizendo que vão pedir as medidas provisórias ao Lula, caso contrário o assunto não se resolve. E tudo isso porque somos lentos. Temos de ser mais rápidos para responder as provocações que a sociedade faz com relação a nós.

Então, Sr. Presidente, creio que seria muito eficiente se V. Ex^a designasse uma comissão apolítica, ou seja, não de políticos nem de Senadores, mas de técnicos, presidida por um de nós, para fazer um profundo estudo do Regimento Interno, na sua modernização, para dar eficácia, resolutividade e rapidez nas decisões que o Congresso Nacional vai tomar. E a par disso, a bandeira do choque ético e do choque moral que V. Ex^a vai fazer e com a qual terá o apoio do Senado.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Gerson Camata. Fique certo que as suas sugestões serão ouvidas.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero deixar consignado nesta sessão que a interinidade do Senador Tião Viana na Presidência desta Casa, num momento tão delicado – ele assumiu, num primeiro momento, com a licença e, depois, com a renúncia do Senador Renan Calheiros –, encheu de orgulho a Bancada do Partido dos Trabalhadores, pela demonstração inequívoca, por parte do Senador Tião Viana, da capacidade, da firmeza e do respeito a cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, aos Partidos, aos Líderes e, principalmente, ao Regimento desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho. Naquele momento, precisávamos mesmo de alguém que proporcionasse à Casa um funcionamento dentro da sua normalidade, até porque vivenciamos momentos difíceis e não faltaram insinuações ou até torcidas,

eu diria, para que nada se ajeitasse, porque o funcionamento na normalidade do Congresso Nacional ainda preocupa determinados espíritos que não admitem o funcionamento normal das instituições democráticas.

Muitas vezes, achamos que determinados períodos já estão absolutamente superados na história da democracia brasileira. Mas, infelizmente, exatamente em situações em que as disputas partidárias se acirram, em que determinadas situações acabam gerando uma conturbação maior no cotidiano de uma instituição como o Senado da República, percebíamos que havia os que torciam para que as coisas não se normalizassem e faziam determinadas cobranças e exigiam pressa muito mais para desgastar a instituição em si do que para que pudéssemos resolver os problemas de responsabilidade de um ou de outro.

Por isso o período de interinidade do Senador Tião Viana nos orgulhou. E tenho a certeza absoluta de que S. Ex^a tem o respeito e o reconhecimento unânime desta Casa, como já foi manifestado aqui por vários outros Senadores, inclusive o Senador Gerson Camata e o próprio Senador Garibaldi Alves Filho.

Com relação à eleição de V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, em primeiro lugar, deixo registrado que, tão logo foi anunciada a renúncia do Senador Renan Calheiros, e, portanto, foi aberto o processo sucessório, na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores, tive um posicionamento claro e firme de que o Partido dos Trabalhadores respeitaria a regra estabelecida nesta Casa, que não é regimental na sua íntegra, porque no Regimento se coloca que preferencialmente a Casa será presidida por um Senador indicado pela maior bancada. Mas nós, do PT, entendíamos – e fiz questão absoluta de, desde o primeiro momento, expor de forma clara – que quem o PMDB escolhesse teria o apoio integral da Bancada.

Sabíamos que a disputa estava acirrada dentro do PMDB. Vários nomes se apresentaram para a disputa. Tive atuação inclusive no sentido de que não ocorresse interferência externa, porque a soberania e as regras internas de cada partido, de cada bancada têm de ser respeitadas. Se queremos que respeitem a nossa regra e a nossa condução como PT, temos de respeitar as regras e a forma de se conduzir dos demais partidos. Portanto, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a é testemunha de que tivemos atuação para que as interferências externas na discussão não ocorressem.

Hoje, tivemos aqui algo muito importante, porque não houve unanimidade. A eleição de V. Ex^a não foi por

unanimidade. V. Ex^a não teve os 78 votos; teve 68. Mas o fato de não ter tido outra candidatura, de não ter tido disputa, de não termos tido confronto mais uma vez dentro do Senado da República, num momento como este, é importante para o que será feito daqui para frente: resgatar a imagem do Senado, para que o povo brasileiro continue sentindo orgulho desta Casa.

Durante os últimos meses, período mais conturbado que vivemos, eu disse que muitos dos discursos acirrados, das polêmicas e das cobranças tinham mais a ver com a coceira pela cobiça da cadeira que V. Ex^a, Senador Garibaldi, agora legitimado pelo voto de 68 Senadores, tomou assento, porque é uma cadeira que representa um poder da nossa República. V. Ex^a está na condição de chefe do Poder Legislativo do nosso Brasil. Por isso, a coceira por essa cadeira é muito grande. A coceira por essa cadeira acirrou apetites, ânimos e a disputa interna que, muitas vezes, não tenho dúvida, não era a questão falada, mas a questão mais ansiada, mais desejada por muito do que passamos no último período.

Por isso, só posso, em nome do PT, desejar a V. Ex^a todo o sucesso, porque o sucesso de V. Ex^a será o sucesso do Senado na condução com mão firme, com a calma necessária, com o respeito aos parlamentares, aos partidos, aos líderes e ao Regimento, para que esta instituição de quase 200 anos tenha novamente o respeito da população brasileira.

E, às vezes, Senador Garibaldi Alves Filho, outras personalidades poderiam ter qualidades diferenciadas e, num comparativo, até superiores se cotejarmos um a um. A melhor qualidade que V. Ex^a deverá primar para exercer na sua plenitude é a capacidade de coordenar, de juntar todas as oitenta outras lideranças, pois aqui todos são líderes – dizem, inclusive, que no Senado temos 81 instituições. Então, o trabalho mais importante será o de coordenar. Tenho certeza de que V. Ex^a tem essa condição e essa capacidade.

Desejo sucesso, em nome da Bancada do PT, para V. Ex^a e para todos nós neste complemento de mandato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, quero congratular-me,

em meu nome e em nome do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, com a eleição de V. Ex^a.

Sempre nos encontramos, somos vizinhos de gabinete e vizinhos de Estado: Ceará e Rio Grande do Norte. E nós consideramos um pouco isto, o fato de que V. Ex^a representa o sentimento da necessária unidade do Senado para conduzir não os interesses do Governo nem da oposição, mas os interesses do Brasil. É o nosso País que está sempre a nossa frente como causa maior, principal, a mais importante de todas, na qual nos devemos mirar sempre.

V. Ex^a foi prefeito daquela bela cidade de Natal, governou o seu Estado por duas oportunidades e teve um convívio muito fraterno com os governadores, com quem sempre conversávamos. Eles sempre se referiam a V. Ex^a mostrando o seu papel de firmeza, mas também de um mediador, que buscava encontrar uma solução para os dilemas que vivia o Rio Grande do Norte, que vivia o Nordeste e o Brasil, pois estávamos ali irmanados num único solo pátrio.

Então, registro a posição do Partido Comunista do Brasil de contribuir em tudo de que V. Ex^a precisar para alcançar esse objetivo. Não fizemos nenhuma carta para V. Ex^a, não exigimos nenhum compromisso, porque considerávamos que o PMDB tinha a responsabilidade de indicar o candidato a presidente nessa condição. Escolhido o candidato do PMDB, iríamos apoiá-lo, para cumprir nossa tradição no Senado e na Câmara dos Deputados de que as maiores bancadas indicam o candidato a presidente da Casa.

Então, não fizemos uma exigência a V. Ex^a, e considero-a desnecessária, absolutamente desnecessária, porque sei que V. Ex^a cumprirá um mandato muito ajustado como um grande mediador das causas nacionais. V. Ex^a não vai colocar com primazia os interesses nem do Governo, nem da oposição, mas os interesses do Brasil. Se V. Ex^a fizer isso, estaremos mais do que satisfeitos com a sua eleição para comandar o Senado da República.

É essa a mensagem que queremos deixar, para que V. Ex^a cumpra este um ano e pouco de mandato com o apoio de todos os Senadores. Tenho a convicção de que V. Ex^a, com essa facilidade de mediador das causas mais importantes do povo brasileiro, conduzirá o Senado com apoio majoritário sempre, com a maioria esmagadora do Senado e, muitas vezes, com unanimidade, porque tenho certeza de que V. Ex^a vai mirar-se sempre nos interesses mais importantes do povo brasileiro e da nossa Nação.

Receba nosso abraço, um abraço meu, particularmente, mas um abraço do PCdoB, do Partido Comunista do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a manifestação do Senador Inácio Arruda e concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, senhores visitantes, senhores ouvintes da Rádio Senado, em nome do PRB, do Partido Republicano Brasileiro, e por honrosa delegação do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para saudar V. Ex^a num dos momentos de maior alegria, quando V. Ex^a assume a cadeira depois de uma crise, de um momento difícil. O Senado sangrou, houve momentos de perplexidade, fomos capa de todos os jornais em todas as capitais do País, praticamente em todas as cidades.

Agora, o desafio é grande, Sr. Presidente. É enorme. V. Ex^a tem nas mãos a oportunidade – e, se assim fizer, poderá disputar com legitimidade sua reeleição, porque toda a Nação brasileira aguarda por isto –, o pressuposto para implementar mudanças efetivas.

A nossa burocracia é imensa, o que já foi dito aqui por Gerson Camata. Nossos projetos demoram a ser aprovados. Existe aqui, Sr. Presidente, muitas comissões e subcomissões que acabam fazendo de nós Senadores faltosos. Ainda que estejamos o tempo todo correndo de um lado para o outro, não conseguimos estar presentes em todas as comissões ou acompanhar todos os projetos. Isso ocorre, Sr. Presidente, porque precisamos reformar nosso Regimento Interno; precisamos mesmo nos reunir mais, debater as questões. Outra coisa, Sr. Presidente: é necessário que o Governo Federal entenda que não é possível sermos a Casa das medidas provisórias; precisamos ser a Casa da nossa legislação.

Lembro-me, Senador Pedro Simon – a quem presto minhas homenagens –, de que V. Ex^a tinha, sim, e tem, todo os méritos para ocupar a cadeira não só deste Senado, mas de qualquer Senado democrático do mundo: biografia impecável, seu discurso é veemente e verdadeiro.

O povo brasileiro o aplaude. No entanto, Sr. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que cabe ao partido – é tradição –, ao principal partido a indicação; o maior

partido indica o Presidente. V. Ex^a bem disse das dificuldades que existem no seu partido. Porém, não o diminui em nada o fato de não ser Presidente. Talvez – queira Deus esteja eu certo – V. Ex^a, aí, dessa cadeira, seja sempre não uma árvore de Natal, que ilumina a si mesmo, mas um farol, que lança um fecho de luz na noite escura sobre as ondas bravias do mar. E esse farol, com certeza, haverá de iluminar nosso Presidente, que, com humildade, no seu discurso de posse, disse que, se por acaso, nas armadilhas da vida, nas tentações – que todos temos, até Cristo no deserto –, houvesse necessidade, gostaria de contar com a palavra sincera e amiga de alguém mais experiente como V. Ex^a.

Sai fortalecido o Senado Federal, sai fortalecida a Nação brasileira, e o PRB vem festejar isso aqui; vem festejar nossa divergência, o confronto das idéias, democraticamente; vem festejar, Sr. Presidente, a eleição de um nordestino.

Uma das coisas que me preocupavam, quando Renan pediu demissão, quando se afastou, era termos um representante do Nordeste. De alguma forma, preocupava-me eleger um Senador de outra região, porque acho que o Nordeste não é melhor do que nenhuma outra região, mas não merecia perder um Presidente do Senado, pelas dificuldades que enfrenta por condições geográficas, embora tenha um povo altivo, de caráter sobranceiro e que, na verdade, tem sido um grande arsenal, um grande celeiro de lideranças para este País. O Nordeste ainda vive momentos difíceis no seu desenvolvimento meramente por questões geográficas; eu diria naturais, e não antropológicas. O homem nordestino é valente, é bravo, é culto, é extraordinário, dizem até que pela proximidade com a Europa, primeiro epicentro do mundo civilizado.

Sr. Presidente, preocupava-me que o Nordeste não perdesse o Presidente que tem aqui: homem experiente, Prefeito, Governador, servidor do povo, amigo de todos e que tem essa inflexível determinação de preservar os valores perenes da Pátria e a missão de resgatar nossa imagem.

Sr. Presidente, Deus o abençoe e o ilumine. Receba a saudação e os votos de sucesso do Partido Republicano Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, quero cumprimentá-lo por em V. Ex^a. E acho importante que eu possa aqui lhe dizer isso, porque eu havia sua eleição. Quero aqui revelar, apesar de ser secreto e reservado o voto, que votei assumido o compromisso de respeitar a vontade majoritária do seu partido.

V. Ex^a sabe que eu, com outros Senadores, como o Senador Cristovam Buarque, avaliamos que poderíamos transmitir aos Senadores do PMDB, que são nossos colegas e amigos aqui dentro, e às Senadoras do PMDB, que seria muito bom se pudessemos um dia ter como Presidente do Senado o Senador Pedro Simon, por sua história, sua trajetória. Já falei bastante sobre isso aqui. Ele reúne condições excepcionais para presidir esta Instituição, inclusive tem um relacionamento com o Poder Executivo que é o melhor para a Nação.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a governou o Estado do Rio Grande do Norte e, aqui, no Senado, por dois mandatos, construiu uma relação com todos os seus colegas, assumiu posições importantes, inclusive na chamada CPI dos Bingos, que teve o Senador Efraim Morais como Relator – a pessoa que mais de perto trabalhou com V. Ex^a. E, em muitas situações, V. Ex^a também pôde, por meio da sua forma de ser, do seu equilíbrio, demonstrar que reúne as condições para muito bem presidir o Senado Federal. Quero transmitir a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, que procurarei colaborar com V. Ex^a, que me poderá solicitar as mais diversas funções e formas de colaboração.

Ao Senador Pedro Simon digo que o movimento que se desencadeou de forma natural, aqui, alcançou a receptividade da opinião pública. V. Ex^a pôde observar que o **Globo Online**, a **Folha Online**, diversos **blogs** e **sites** fizeram pesquisas a esse respeito e, por exemplo, na **Folha de S. Paulo**, V. Ex^a foi considerado, por mais de 17 mil internautas, como a pessoa que, com 77% dos votos, poderia muito bem estar conduzindo esta Casa.

Com respeito à palavra de V. Ex^a sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na primeira oportunidade que eu tiver de dialogar com o Presidente Lula, e espero que seja em breve, vou dizer-lhe que, por tudo que conheço de V. Ex^a, ele pode ter certeza de que se um dia o Senado Federal tiver V. Ex^a como Presidente – e isso poderá acontecer, porque a cada dois anos escolhemos um Presidente – ele poderá

ficar completamente despreocupado com respeito a qualquer ação de V. Ex^a, que sempre será em defesa do interesse maior do povo brasileiro e do interesse público, em defesa do aperfeiçoamento das instituições democráticas, em defesa da ética na vida política, de maneira muito afim com o que conheço da história do Presidente Lula, desde que nos tornamos companheiros e que fui convidado para participar da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Eu, que era do MDB e fui convidado, por afinidade de propósitos, a juntar-me aos que estavam formando o PT, considero-me um membro para a vida do Partido dos Trabalhadores. Reconheço em V. Ex^a uma pessoa que, historicamente, é para a vida do PMDB. Todos os seus colegas de Partido me informaram como V. Ex^a tem honrado, ao longo da sua vida, o Partido a que pertence. De forma elegante, V. Ex^a transmitiu ao próprio Senador Garibaldi Alves e aos seus colegas de PMDB: “Eu só serei candidato se for do Partido.” Ao ser escolhido outro companheiro, no caso, o Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a, inclusive, confirmou: “Eu votei no Senador Garibaldi Alves.”

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluindo, Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Senador Tião Viana, que, ao longo desses 63 dias à frente da Presidência do Senado Federal, conduziu-se muito bem.

Espero, Senador Garibaldi, colaborar com V. Ex^a para dignificar, cada vez mais, a nossa instituição, o Senado Federal, inclusive no diálogo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy a manifestação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Após a palavra do Senador Cristovam Buarque, iremos encerrar a presente sessão, tendo em vista que vamos realizar outra sessão, com pauta já definida.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, no fim de semana passado, como faço,

normalmente, praticamente em todos os fins de semana, estive no nosso Estado. Fui a vários Municípios: Macaíba, Natal, Mossoró, Alexandria, Pau dos Ferros. Por onde eu passava, o cidadão comum, o cidadão simples procurava-me e dizia-me: "Rosalba, o Senador vai ser o Presidente?". Eu sentia, naquela interrogação, o sentimento do povo norte-rio-grandense, que o conhece, que sabe da sua luta e da sua história, que conhece o Senador Garibaldi, sereno, homem de diálogo, sem radicalismo, que tive a grata satisfação de ter como aliado e como companheiro de luta na campanha passada, fazendo a famosa dobradinha "Garibaldi no Governo; Rosalba no Senado". Nesses momentos, conheci-o melhor e, a cada dia, venho admirando-o mais pela sua capacidade de diálogo, de união. V. Ex^a sabe ouvir.

Neste momento, Sr. Presidente, trago esse sentimento do povo do Rio Grande do Norte, que é também meu sentimento de orgulho, de satisfação, de alegria. O Estado todo está em festa. É um momento histórico para nosso Estado: o Presidente do Senado é um conterrâneo, um irmão nosso, Garibaldi Alves.

Sr. Presidente, V. Ex^a assume o cargo em um momento de extrema responsabilidade, de responsabilidade redobrada, porque temos de fazer com que a credibilidade desta Casa, que foi abalada, volte a ser cada vez maior, para que o respeito da população do nosso País pelo Senado Federal possa ser resgatado. Essa missão, eu sei, é árdua, é difícil, mas, confiando nas suas características de trabalho – V. Ex^a age sem muito alarde, com conversa, com diálogo, com serenidade e com equilíbrio, dando oportunidade a todos, independentemente de cores partidárias, e respeitando cada um dos Partidos –, temos a certeza de que sua posição e seu trabalho não somente vão trazer para o Senado e para o Brasil uma nova página, mas também vão fazer com que nossa democracia seja fortalecida.

Parabenizando-o, mais uma vez, em nome do Rio Grande do Norte e do povo que, ao seu lado, fez-me a primeira Senadora do Estado, quero transmitir-lhe nossa alegria, nosso orgulho e nosso respeito. Fique certo da nossa torcida para que V. Ex^a tenha um mandato profícuo, realizador, que, realmente, traga muitos e muitos benefícios ao nosso País e à nossa democracia!

Com essas palavras, peço a iluminação de Deus para que V. Ex^a possa bem conduzir os destinos do nosso Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, minha conterrânea, as palavras.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta sessão, é claro, tem por objetivo manifestar o sentimento de cada um de nós diante do novo Presidente. Quero aqui lembrar que defendi, apoiei, sugeri, recomendei o nome do Senador Pedro Simon como candidato do PMDB à Presidência. No mesmo momento em que o PMDB escolheu o Senador Garibaldi, percebi que, mesmo que um número grande de Senadores tenha assinado um documento, uma mudança, de qualquer forma, no PMDB. Havia uma mudança na procura de independência em relação ao Poder Executivo e da tentativa de recuperar a credibilidade que estamos perdendo a cada dia.

O Presidente Garibaldi, para mim – faço questão de dizer; disse isso a S. Ex^a ontem –, representa, sim, um passo no sentido de "desajoelharmos" o Senado. Refiro-me às três ajoelhações, Senador Garibaldi, de que tenho falado. A primeira é aquela em que pedimos perdão ao povo. Senador Tuma, a gente vive, hoje, ajoelhado diante do povo, com vergonha de não estarmos cumprindo plenamente aquilo que o povo espera da gente. Há também a ajoelhação diante do Poder Executivo, porque a gente vive ajoelhado, reagindo a medidas provisórias e a interferências do Presidente. O discurso do Senador Pedro Simon, hoje, falando inclusive, em interferência do Presidente da República contra ele, é, de certa maneira, a manifestação dessa ajoelhação nossa em relação ao Poder Executivo, o que, acho, o senhor tem condições de desfazer. A terceira ajoelhação se dá diante do Poder Judiciário. Nós não legislamos, e o Poder Judiciário legisla. As decisões que aqui são tomadas, muitas vezes, são evitadas, são preteridas ou são executadas por determinação de fora e não de dentro, Senador Borges.

É por isso que tenho a esperança de que, hoje, esteja começando um novo momento. É, Senador Garibaldi, na esperança de que esteja começando um novo momento que quero retomar as sugestões que fiz ontem e fazer uma sugestão hoje. Ontem, as sugestões que fiz – e, de certa maneira, elas complementam o que falei aqui o Senador Arthur Virgílio – deram-se no sentido de que mudássemos um pouco a forma dos Regimentos

que nos regem. Sobretudo, Senador, quero insistir, mais uma vez, em algo que pode parecer ingênuo, impossível, utópico, quixotesco: tentemos nos reunir! Eu queria ver a liderança do Presidente – sei que é difícil – fazendo com que o Senado se reunisse, Senador Efraim, mas não nos dois diazinhos em que a gente se reúne aqui, em que não temos tempo sequer de almoçar, de conversar, de jantar, de visitar um ao outro. Nada é mais importante para um Parlamentar do que estar junto com sua base, mas não vamos desempenhar plenamente o trabalho de Parlamentares se ficarmos só nas bases e se não nos reunirmos aqui.

Vamos fazer um esforço no sentido deste Senado fazer um anti-recesso: vamos ficar aqui reunidos durante uma, duas ou três semanas, para que a gente possa fazer aquilo que é o mais importante do Parlamentar, que é parlamentar.

Também temos de trazer aqui para dentro os temas fundamentais e de buscar soluções. Por que a gente não busca, aqui, uma proposta para levar ao Presidente, sugerindo como enfrentar a crise da educação, a crise da pobreza, a crise do desemprego, as contas públicas que criticamos no Governo? V. Ex^a é um dos especialistas nisso. Por que não trabalhamos uma maneira de reduzir os gastos excessivos, que a gente sabe que o Governo tem?

Há uma pauta sendo esperada, Senador, mas não vou falar sobre isso. Vim dizer que trago aqui a primeira proposta de CPI sob sua Presidência. Tenho, aqui, assinada, por um número mais do que suficiente, a proposta de uma CPI. Coletei as assinaturas há seis meses e as guardei. Não quis dar entrada, porque achava – são quase 40 assinaturas; são precisamente 38 assinaturas – que o Senado não vivia um momento favorável para isso. Vou dar entrada, hoje, a essa proposta de CPI na Mesa. Mas é uma CPI diferente, Senador Garibaldi. É uma CPI que não é contra nenhum ato específico de nenhum governante. É uma CPI que não busca – talvez, por isso, alguns digam que ela se desclassifica – punir ninguém. É uma CPI para apurarmos as causas do apagão educacional brasileiro. Foi assinada, não convocada, quando saíram resultados do anterior Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E vimos a vergonha da educação brasileira. Seis meses depois, com as assinaturas guardadas, a gente vê o resultado do chamado Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), feito por uma instituição internacional, que nos põe lá atrás. E o Presidente não fez nenhuma reunião de Ministério para discutir isso.

O Presidente não tomou nenhuma decisão, nenhuma medida, não deu a menor atenção.

Nós, aqui, fizemos uma CPI dos Aeroportos, fizemos uma CPI do Apagão. Por que a gente não faz uma CPI do apagão intelectual que o Brasil atravessa? Como é que a gente se preocupa tanto com algo importante, como são os aeroportos, mas não nos preocupamos também com algo, no mínimo, igualmente importante, que é a educação das nossas crianças?

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, concluo, dizendo: conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continue V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas vou encerrar. Conte comigo, como um dos Senadores, para colaborar para que, nesse ano, a gente consiga “desajoelhar” o Senado. Mas também conte comigo para, tanto quanto possível – e essa é uma forma de “desajoelhar” o Senado –, cumprirmos nosso papel. E um desses papéis é esse. É óbvio que não espero que o senhor convoque essa CPI nestes dias desta semana. É claro que isso pode ficar para o começo do próximo ano. Mas vou deixar em suas mãos a primeira CPI, pelo menos o primeiro pedido de CPI, sob sua Presidência: uma CPI para analisar o apagão educacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a pela nova missão nesta Casa.

Evidentemente que, como membro da Mesa, estaremos todos nós à disposição de V. Ex^a, sob o comando de V. Ex^a nesta Casa.

Também nesta oportunidade quero parabenizar o nosso Vice-Presidente, Senador Tião Viana, que, na interinidade, deu seqüência às matérias a serem votadas nesta Casa e ao andamento administrativo.

Na realidade, o importante é que esta Casa sai fortalecida com a eleição de V. Ex^a. Fortalecida porque Bancadas do Governo e da Oposição se uniram em busca de um consenso. E V. Ex^a é o consenso desse resultado que, sem dúvida, fortalece o nosso Poder.

Portanto, parabenizo V. Ex^a ao dizer que é uma missão de todos os 81 Senadores e Senadoras reerguermos o nosso Senado Federal, mas sob o comando de V. Ex^a.

Que Deus o ilumine, e que a nossa Santa Luzia, amanhã é o seu dia, possa iluminar e clarear os destinos de V. Ex^a à frente desta Casa.

Parabéns!

Tenha a certeza de que os seus companheiros de Mesa estarão à sua disposição para realizarmos essa dura tarefa de reerguermos o Senado Federal.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Efraim Morais. Realmente, conto com a colaboração de V. Ex^a como 1º Secretário da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, último orador desta sessão.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, pedi a V. Ex^a um minuto porque não poderia, assim como o Senador Efraim Morais, deixar passar este momento histórico por que passa o Senado.

Ouvimos a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador José Agripino falarem de um conterrâneo que é de outro partido com entusiasmo, com amor e com respeito, pelo passado que ele representou e que tão bem, mais do que qualquer um de nós, V. Ex^{as} conhecem. Portanto, praticamente nada poderia ser acrescentado.

O Senador Garibaldi Alves Filho, democraticamente, submeteu-se à sua Bancada com outros Senadores de nome e de respeito desta Casa: o nosso Senador Valter Pereira, Pedro Simon, que aqui se encontra, e Neuto de Conto. Portanto, V. Ex^a, democraticamente, foi escolhido e indicado pelo Partido. Ainda brinquei: “Como vamos votar secretamente em alguém que já foi denominado Presidente da Casa?”. Disseram que o Regimento obrigava a ter a votação para constar da Ata.

Senador Cristovam Buarque, se V. Ex^a me permite, eu diria que teríamos de nos erguer e ficar eretos para mostrar que este Senado tem o poder de representar o Poder Legislativo, que tem de viver em harmonia com o Poder Executivo e Judiciário, mas não submisso a nenhum deles. Temos de enfrentar as adversidades e, sem dúvida, mostrar que o comportamento ético da grande maioria poderá, sim, ser respeitado e aplaudido pelo povo.

Concordo com V. Ex^a: hoje, estamos de joelhos, ou por vergonha ou por submissão.

Está na hora de nos erguermos, de levantarmos a cabeça e mostrar que o Presidente Garibaldi Alves Filho vai recuperar a imagem do Senado, com a colaboração dos 80 Senadores da Casa.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a mencionou uma proposta que, se eu não a assinei, gostaria de assinar. Minha esposa é diretora de escola. Há alguns anos, ela se aposentou – a Senadora Rosalba Ciarlini deve saber isso tanto quanto ela, porque também foi diretora. Ela dizia: “O ensino público está caindo. Vai ser o pior do continente, provavelmente pela falta de estrutura e de apoio aos professores”. Hoje, os professores chegam com má-formação e sem condições de trabalho. Para que tenham um trabalho que dê para sobreviver, eles têm de dar aula em quatro, cinco escolas, sem tempo de preparar nenhuma das aulas. Ela diz que saiu entristecida, sem mais condições de comer giz. O tempo passou, e ela sentia, a cada tempo, a deterioração do ensino pela falta de apoio dos governos. Isso não é de hoje, Senador. Isso já vem de há algum tempo. Portanto, a sua reação, a sua bandeira é uma bandeira que os 81 Senadores têm de seguir.

Quando falaram em CPMF, eu perguntei: “Por que não para a saúde e para a educação? Por que para outras coisas que não trazem nenhum resultado à sociedade que vem atrás de nós, para as crianças e para o amanhã?”. Em todas as provas a que V. Ex^a se referiu e nas quais o Brasil se faz representar, é o último colocado, meu Deus do céu! E o que vamos sentir? Vergonha? Não. Desejo de melhorar. Que se volte a ter condições de enfrentamento para que a educação prevaleça, meu Presidente, sob a égide de V. Ex^a. Que dentro desta Casa se comece a pensar na educação e na saúde. E V. Ex^a tem ao lado um homem que pensa nas minorias, que tanto sofrem: o Senador Paulo Paim.

Só peço a Deus que o abençoe. E não tire esse sorriso de sua fisionomia, com a certeza da tranqüilidade, da ética e do equilíbrio que sempre demonstrou em todas as funções que aqui exerceu. Sei porque participei de algumas delas, sob sua direção, e sei que V. Ex^a representa dignidade e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Dentro de um minuto, terá início a próxima sessão do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 24 minutos.)

Ata da 232ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes e Paulo Paim

ÀS 15 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/12/2007 07:23:53 até 13/12/2007 01:43:12

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X	Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	X					

Compareceram: 80 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 429/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 365, de 2007, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 430/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 740, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- Nº 434/2007, de 21 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 296, de 2007, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 439/2007, de 7 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 287, de 2007, do Senador Romero Jucá.
- Nº 253/2007, de 29 de novembro último, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2007, do Senador Mário Couto;
- Nº 436/2007, de 22 de novembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 2.017, de 2007, do Senador Tasso Jereissati; e
- Nº 1.134/2007, de 20 de novembro último, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 470, de 2007, da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações aos Requerimentos nºs 287 e 296, de 2007, foram também juntadas, em cópias, aos Projetos de Lei do Senado nºs 278 e 280, de 2004, respectivamente, que retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de suas tramitações.

O Requerimento nº 1.017, de 2007, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a complementação das informações solicitadas.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 2.008/2007, de 22 de novembro último, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 874, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante.
- Nº 476/2007, de 22 de novembro último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.016, de 2007, do Senador Tasso Jereissati; e
- Nº 495/2007, de 23 de novembro último, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 727, de 2007, do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações ao Requerimento nº 874, de 2004, foram também juntadas, em cópia, ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, que retorna à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento de sua tramitação.

Os demais Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 258, de 2007 (nº 904/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de três milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e sessenta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.581, de 27 de novembro de 2007; e
- Nº 259, de 2007 (Nº 905/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 6, de 2007-CN, que abre ao

Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatorze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.582, de 27 de novembro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

As Mensagens nºs 258 e 259, de 2007, juntadas aos processados dos Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2007–CN, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 260, DE 2007

(Mensagem nº 959/2007 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no próximo dia 13 de dezembro em visita oficial à Venezuela.

Brasília, 12 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.298 - C.Civil

Em 12 de dezembro de 2007

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no próximo dia 13 de dezembro em visita oficial à Venezuela.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– **Nº 101, de 2007** (nº 1.693/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis

irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7);

– **Nº 102, de 2007** (nº 1.744/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8);

– **Nº 104, de 2007** (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008; e

– **Nº 106, de 2007** (nº 1.640/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macro-avaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho.

Foram encaminhadas cópia dos Avisos nºs 101 e 102, de 2007, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foi juntada cópia do Aviso nº 101, de 2007, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007.

O **Aviso nº 101, de 2007**, vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle e de Assuntos Econômicos; e o de nº 102, de 2007, às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais.

Os **Avisos nºs 104 e 106, de 2007**, vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 105, de 2007** (nº 444/07, na origem), de 29 de novembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas dos Estados foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 257, de 2007** (nº 941/2007, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 82, de 2007**, de autoria do Senador Adelmir Santana, que altera o art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o quorum para o início da Ordem do Dia.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente da República, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

– **Nº 261, de 2007** (nº 945/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas;

– **Nº 262, de 2007** (nº 946/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Canoas – RS e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até quinze milhões e setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas” – Fase I;

– **Nº 263, de 2007** (nº 947/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento Parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar; e

– **Nº 264, de 2007** (nº 948/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Feira de Santana e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2007

Institui a Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser comemorada anualmente entre os dias 4 e 10 de dezembro.

Parágrafo único. As comemorações da Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência terão cunho informativo-cultural, visando promover em toda a sociedade brasileira o debate da inclusão e ampliação da cidadania da Pessoa com Deficiência, e favorecer o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem por objetivo inserir na agenda nacional um espaço cativo para o debate sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, questão de importância central na construção de uma sociedade mais inclusiva, sem o que não há verdadeira democracia.

Com efeito, só se pode conceber a existência de um Estado Democrático num contexto de participação, de exercício pleno da cidadania, o que pressupõe o acesso irrestrito de todos os cidadãos brasileiros a espaços, serviços e informações. Infelizmente, porém, milhões e milhões de pessoas neste País estão alijadas dessa realidade, fato que coloca em xeque a democracia brasileira.

Reporto-me nomeadamente à pessoas com deficiência e também àquelas com mobilidade reduzida, que se acham privadas de exercer sua

cidadania por falta de condições para utilizar – com segurança e autonomia, total ou assistida – os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos; as edificações, os serviços de transporte e os meios de comunicação e de informação. Impedidas de se locomover, de se informar e de se comunicar, muitas acabam vendo subtraído o reconhecimento de sua dignidade humana. Menciono também, e com acentuada relevância, o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, tudo isso em condições dignas de existência.

A necessária e imediata reversão desse quadro lamentável só é possível por meio da ação consciente e concertada de todos, como produto da informação e do debate acumulados. Daí porque proponho fixar um momento no calendário para que o conjunto da sociedade e os órgãos do poder público possam se concentrar na reflexão do tema, avaliar os avanços já alcançados no campo da acessibilidade e valorização desses cidadãos, e formular estratégias para vencer os desafios ainda existentes. Um momento privilegiado em que se discutam, por exemplo, fórmulas de popularização e divulgação das ajudas técnicas, campanhas informativas e educativas, incentivos à formação de ortesistas e protesistas, avaliações do Programa Nacional de Acessibilidade e boas práticas para a concessão do Selo Nacional previsto em lei.

Ressalto, em conclusão, que a escolha do período para a promoção desse debate nada tem de aleatória. O mês de dezembro foi eleito por ser aquele em que as pessoas estão mais inclinadas a pensar no seu semelhante com espírito de fraternidade, possivelmente por conta do aniversário do símbolo maior da cristandade. Foi eleito, também, por ser aquele em que boa parte dos diplomas legais pertinentes ao tema foi editada, como a própria Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098 de 2000 e o seu regulamento; o decreto que regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989; a Lei nº 8.213, de 1991; e a Lei nº 8.742, de 1993. O intervalo escolhido, por seu turno, começa logo após a comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro) e encerra-se na data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Diante desses cuidados e do elevado alcance social da medida proposta, conto com o apoio de todos os Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.



• Senador FLÁVIO ARNS

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei 10.098 de 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

capítulo I

disposições gerais

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à

maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 8º Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9º Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;

II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;

!!! – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Lei nº 7.853, de 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos

Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.

Art. 12. Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que esta Lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no

Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16. O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18. Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta Lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

João Batista de Abreu

Lei nº 8.213, de 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

I - universalidade de participação nos planos previdenciários;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;

IV - cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;

V - irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;

VI - valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;

VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;

VIII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Parágrafo único. A participação referida no inciso VIII deste artigo será efetivada a nível federal, estadual e municipal.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Nacional de Previdência Social—CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - seis representantes do Governo Federal;

II - nove representantes da sociedade civil, sendo:

a) três representantes dos aposentados e pensionistas;

b) três representantes dos trabalhadores em atividade;

c) três representantes dos empregadores.

§ 1º Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

§ 2º Os representantes dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais.

§ 3º O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (quinze) dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.

§ 4º Poderá ser convocada reunião extraordinária por seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros, conforme dispuser o regimento interno do CNPS.

§ 6º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores em atividade, decorrentes das atividades do Conselho, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 7º Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao CNPS os meios necessários ao exercício de suas competências, para o que contará com uma Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social.

§ 9º O CNPS deverá se instalar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS:

I - estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II - participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária;

III - apreciar e aprovar os planos e programas da Previdência Social;

IV - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias da Previdência Social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da Seguridade Social;

V - acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos no âmbito da Previdência Social;

VI - acompanhar a aplicação da legislação pertinente à Previdência Social;

VII - apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas da União, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;

VIII - estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida a anuência prévia do Procurador-Geral ou do Presidente do INSS para formalização de desistência ou transigência judiciais, conforme o disposto no art. 132;

IX - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. As decisões proferidas pelo CNPS deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 5º Compete aos órgãos governamentais:

I - prestar toda e qualquer informação necessária ao adequado cumprimento das competências do CNPS, fornecendo inclusive estudos técnicos;

II - encaminhar ao CNPS, com antecedência mínima de 2 (dois) meses do seu envio ao Congresso Nacional, a proposta orçamentária da Previdência Social, devidamente detalhada.

Art. 6º Haverá, no âmbito da Previdência Social, uma Ouvidoria-Geral, cujas atribuições serão definidas em regulamento.

TÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo Único DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 9º A Previdência Social compreende:

I - o Regime Geral de Previdência Social;

II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

· § 1º O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo I DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

Seção I Dos Segurados

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social ;

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

V - como contribuinte individual:

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura.

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea g do inciso I do caput ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações

Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.

§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

§ 2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.

Art. 13. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

Art. 14. Consideram-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional;

II - empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;

V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;

VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.

Seção II Dos Dependentes

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Seção III Das Inscrições

Art. 17. O Regulamento disciplinará a forma de inscrição do segurado e dos dependentes.

§ 1º Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado.

§ 3º A Previdência Social poderá emitir identificação específica, para os segurados referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 11 e no art. 13 desta Lei, para produzir efeitos exclusivamente perante ela, inclusive com a finalidade de provar a filiação.

Capítulo II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção I Das Espécies de Prestações

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-família;
- g) salário-maternidade;
- h) auxílio-acidente;

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão;

III - quanto ao segurado e dependente:

- b) serviço social;
- c) reabilitação profissional.

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos nos incisos I, VI e VII do art. 11 desta Lei.

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

§ 3º O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

§ 4º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) a inerente a grupo etário;
- c) a que não produza incapacidade laborativa;
- d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexa técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.

§ 1º A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexa de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A empresa poderá requerer a não aplicação do nexa técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

§ 5º A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do caput do art. 21-a

Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

Seção II Dos Períodos de Carência

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

· Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.

III - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei.

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

III - os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei;

IV - serviço social;

V - reabilitação profissional.

VI - salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I - referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos I e VI do art. 11;

II - realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos II, V e VII do art. 11 e no art. 13.

Seção III Do Cálculo do Valor dos Benefícios

Subseção I Do Salário-de- Benefício

Art. 28. O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.

Art. 29. O salário-de-benefício consiste:

I - para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;

II - para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 2º O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

§ 4º Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

§ 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

§ 6º No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste:

I - para os benefícios de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

II - para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 7º O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei.

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos.

§ 9º Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados:

I - cinco anos, quando se tratar de mulher;

II - cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;

III - dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS sobre as remunerações dos segurados.

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente.

Art. 29-B. Os salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 31. O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria, observado, no que couber, o disposto no art. 29 e no art. 86, § 5º.

Art. 32. O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as normas seguintes:

I - quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição;

II - quando não se verificar a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponde à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício calculado com base nos salários-de-contribuição das atividades em relação às quais são atendidas as condições do benefício requerido;

b) um percentual da média do salário-de-contribuição de cada uma das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completo de contribuição e os do período de carência do benefício requerido;

III - quando se tratar de benefício por tempo de serviço, o percentual da alínea "b" do inciso II será o resultante da relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço considerado para a concessão do benefício.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário-de-contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo desse salário.

Subseção II Da Renda Mensal do Benefício

Art. 33. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 45 desta Lei.

Art. 34. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados:

I - para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;

II - para o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, nos termos do art. 31;

III -) para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas.

Art. 35. Ao segurado empregado e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado mas não possam comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

Art. 36. Para o segurado empregado doméstico que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. 37. A renda mensal inicial, recalculada de acordo com o disposto nos arts. 35 e 36, deve ser reajustada como a dos benefícios correspondentes com igual data de início e substituirá, a partir da data do requerimento de revisão do valor do benefício, a renda mensal que prevalecia até então.

Art. 38. Sem prejuízo do disposto nos arts. 35 e 36, cabe à Previdência Social manter cadastro dos segurados com todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou

II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.

Art. 40. É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Parágrafo único. O abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.

Seção IV

Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41-A. O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 2º Os benefícios serão pagos do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento.

§ 3º O 1º (primeiro) pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação pelo segurado da documentação necessária a sua concessão.

§ 4º Para os benefícios que tenham sido majorados devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser compensado no momento da aplicação do disposto no caput deste artigo, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência Social.

Seção V

Dos Benefícios

Subseção I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

a) ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias;

b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.

Art. 44. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei.

§ 2º Quando o acidentado do trabalho estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

- a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;
- b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;
- c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento:

I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará:

a) de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

Subseção II Da Aposentadoria por Idade

Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

· § 1º Os limites fixados no *caput* são reduzidos para sessenta e cinqüenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

Art. 49. A aposentadoria por idade será devida:

I - ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir:

a) da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo previsto na alínea "a";

II - para os demais segurados, da data da entrada do requerimento.

Art. 50. A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

Art. 51. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

Subseção III Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

Art. 52. A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino.

Art. 53. A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de:

I - para a mulher: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço;

II - para o homem: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 54. A data do início da aposentadoria por tempo de serviço será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:

I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II - o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo;

IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social;

• V - o tempo de contribuição efetuado por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava no art. 11 desta Lei;

VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos artigos 8º e 9º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no artigo 11, inciso I, alínea "g", desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência.

§ 1º A averbação de tempo de serviço durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana só será admitida mediante o recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento, observado o disposto no § 2º.

§ 2º O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o Regulamento.

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo.

Art. 56. O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

Subseção IV Da Aposentadoria Especial

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

§ 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.

§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no caput.

§ 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei.

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

§ 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo.

§ 3º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei.

§ 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.

Subseção V Do Auxílio-Doença

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.

§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º, somente devendo encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 (quinze) dias.

Art. 61. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei.

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.

Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

Subseção VI
Do Salário-Família

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

Parágrafo único. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 66. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I - Cr\$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta cruzeiros) , para o segurado com remuneração mensal não superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros); *(*)Nota: Valores atualizados pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98 a partir de 1º.6.98, para respectivamente, R\$ 8,65 (oito reais e sessenta e cinco centavos) e R\$ 324, 45 (trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).*

II - Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros). *(*)Nota: Valores atualizados pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98 a partir de 1º.6.98, para respectivamente, R\$ 1,07 (um real e sete centavos) e R\$ 324, 45 (trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).*

Art. 67. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do regulamento.

Art. 68. As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º A empresa conservará durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 2º Quando o pagamento do salário não for mensal, o salário-família será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês.

Art. 69. O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.

Art. 70. A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

Subseção VII

Do Salário-Maternidade

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 2º A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

II - em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;

III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas.

Subseção VIII Da Pensão por Morte

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33 desta lei.

Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 desta Lei.

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

§ 2º A parte individual da pensão extingue-se:

I - pela morte do pensionista;

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido;

III - para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.

§ 3º Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á.

Art. 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.

§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 79. Não se aplica o disposto no art. 103 desta Lei ao pensionista menor, incapaz ou ausente, na forma da lei.

Subseção IX
Do Auxílio-Reclusão

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Parágrafo único. O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

Subseção XI
Do Auxílio-Acidente

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 4º A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Seção VI
Dos Serviços

Subseção I
Do Serviço Social

Art. 88. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

§ 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

Subseção II
Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;

b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 90. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 91. Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 92. Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este exerça outra atividade para a qual se capacitar.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Seção VII Da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço

Art. 94. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita ao sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, conforme dispuser o Regulamento.

§ 2º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em regimes próprios de previdência social, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se complementadas as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo.

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

Art. 97. A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo na forma desta Seção, será concedida ao segurado do sexo feminino a partir de 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, e, ao segurado do sexo masculino, a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. 98. Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 99. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da respectiva legislação.

Seção VIII Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

Art. 101. O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.

§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior.

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 103-A. O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 104. As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 5 (cinco) anos, observado o disposto no art. 103 desta Lei, contados da data:

I - do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social; ou

II - em que for reconhecida pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas do acidente.

Art. 105. A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para recusa do requerimento de benefício.

Art. 106. Para comprovação do exercício de atividade rural será obrigatória, a partir 16 de abril de 1994, a apresentação da Carteira de Identificação e Contribuição—CIC referida no § 3º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Redação dada pela Lei nº. 9.063, de 1995)

Parágrafo único. A comprovação do exercício de atividade rural referente a período anterior a 16 de abril de 1994, observado o disposto no § 3º do art. 55 desta Lei, far-se-á alternativamente através de:

- I - contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II - contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III - declaração do sindicato de trabalhadores rurais, desde que homologada pelo INSS;
- IV - comprovante de cadastro do INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- V - bloco de notas do produtor rural.

Art. 107. O tempo de serviço de que trata o art. 55 desta Lei será considerado para cálculo do valor da renda mensal de qualquer benefício.

Art. 108. Mediante justificação processada perante a Previdência Social, observado o disposto no § 3º do art. 55 e na forma estabelecida no Regulamento, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato do interesse de beneficiário ou empresa, salvo no que se refere a registro público.

Art. 109. O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a doze meses, podendo ser renovado.

Parágrafo único. A impressão digital do beneficiário incapaz de assinar, aposta na presença de servidor da Previdência Social, vale como assinatura para quitação de pagamento de benefício.

Art. 110. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Parágrafo único. Para efeito de curatela, no caso de interdição do beneficiário, a autoridade judiciária pode louvar-se no laudo médico-pericial da Previdência Social.

Art. 111. O segurado menor poderá, conforme dispuser o Regulamento, firmar recibo de benefício, independentemente da presença dos pais ou do tutor.

Art. 112. O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 113. O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 114. Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

- I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;
- II - pagamento de benefício além do devido;
- III - Imposto de Renda retido na fonte;
- IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial;

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício.

§ 1º Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em parcelas, conforme dispuser o regulamento, salvo má-fé.

§ 2º Na hipótese dos incisos II e VI, haverá prevalência do desconto do inciso II.

Art. 116. Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas com o período a que se referem e os descontos efetuados.

Art. 117. A empresa, o sindicato ou a entidade de aposentados devidamente legalizada poderá, mediante convênio com a Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Social;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e posterior concessão de benefício que depender de avaliação de incapacidade;

III - pagar benefício.

Parágrafo único. O convênio poderá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, do sindicato ou da entidade de aposentados devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II e III, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pela empresa.

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Art. 119. Por intermédio dos estabelecimentos de ensino, sindicatos, associações de classe, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO, órgãos públicos e outros meios, serão promovidas regularmente instrução e formação com vistas a incrementar costumes e atitudes prevencionistas em matéria de acidente, especialmente do trabalho.

Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

Art. 121. O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Art. 122. Se mais vantajoso, fica assegurado o direito à aposentadoria, nas condições legalmente previstas na data do cumprimento de todos os requisitos necessários à obtenção do benefício, ao segurado que, tendo completado 35 anos de serviço, se homem, ou trinta anos, se mulher, optou por permanecer em atividade.

Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

I - aposentadoria e auxílio-doença;

II - mais de uma aposentadoria;

III - aposentadoria e abono de permanência em serviço;

IV - salário-maternidade e auxílio-doença;

V - mais de um auxílio-acidente;

VI - mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Parágrafo único. É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 125. Nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 126. Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da Seguridade Social caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º Em se tratando de processo que tenha por objeto a discussão de crédito previdenciário, o recurso de que trata este artigo somente terá seguimento se o recorrente, pessoa jurídica ou sócio desta, instruí-lo com prova de depósito, em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de valor correspondente a trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão.

§ 2º Após a decisão final no processo administrativo fiscal, o valor depositado para fins de seguimento do recurso voluntário será:

I - devolvido ao depositante, se aquela lhe for favorável;

II - convertido em pagamento, devidamente deduzido do valor da exigência, se a decisão for contrária ao sujeito passivo.

§ 3º A propositura, pelo beneficiário ou contribuinte, de ação que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto o reajuste ou a concessão de benefícios regulados nesta Lei cujos valores de execução não forem superiores a R\$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) por autor poderão, por opção de cada um dos exequêntes, ser quitadas no prazo de até sessenta dias após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do caput.

§ 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

§ 4º É facultada à parte exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma ali prevista.

§ 5º A opção exercida pela parte para receber os seus créditos na forma prevista no caput implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

§ 6º O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo.

§ 7º O disposto neste artigo não obsta a interposição de embargos à execução por parte do INSS.

Art. 129. Os litígios e medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho serão apreciados:

I - na esfera administrativa, pelos órgãos da Previdência Social, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações, com prioridade para conclusão; e

* II - na via judicial, pela Justiça dos Estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumaríssimo, inclusive durante as férias forenses, mediante petição instruída pela prova de efetiva notificação do evento à Previdência Social, através de Comunicação de Acidente do Trabalho–CAT.

Parágrafo único. O procedimento judicial de que trata o inciso II deste artigo é isento do pagamento de quaisquer custas e de verbas relativas à sucumbência.

Art. 130. Na execução contra o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, o prazo a que se refere o art. 730 do Código de Processo Civil é de trinta dias.

Art. 131. O Ministro da Previdência e Assistência Social poderá autorizar o INSS a formalizar a desistência ou abster-se de propor ações e recursos em processos judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual haja declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, súmula ou jurisprudência consolidada do STF ou dos tribunais superiores.

Parágrafo único. O Ministro da Previdência e Assistência Social disciplinará as hipóteses em que a administração previdenciária federal, relativamente aos créditos previdenciários baseados em dispositivo declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, possa:

- a) abster-se de constituí-los;
- b) retificar o seu valor ou declará-los extintos, de ofício, quando houverem sido constituídos anteriormente, ainda que inscritos em dívida ativa;
- c) formular desistência de ações de execução fiscal já ajuizadas, bem como deixar de interpor recursos de decisões judiciais.

Art. 132. A formalização de desistência ou transigência judiciais, por parte de procurador da Previdência Social, será sempre precedida da anuência, por escrito, do Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, ou do presidente desse órgão, quando os valores em litígio ultrapassarem os limites definidos pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

§ 1º Os valores, a partir dos quais se exigirá a anuência do Procurador-Geral ou do presidente do INSS, serão definidos periodicamente pelo CNPS, através de resolução própria.

§ 2º Até que o CNPS defina os valores mencionados neste artigo, deverão ser submetidos à anuência prévia do Procurador-Geral ou do presidente do INSS a formalização de desistência ou transigência judiciais, quando os valores, referentes a cada segurado considerado separadamente, superarem, respectivamente, 10 (dez) ou 30 (trinta) vezes o teto do salário-de-benefício.

Art. 133. A infração a qualquer dispositivo desta Lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, à multa variável de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). *(*)Nota: Valor atualizado pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98, a partir de 1º de junho de 19, para respectivamente, R\$ 636,17 (seiscentos e trinta e seis reais e dezessete centavos) e R\$ 63.617,35 (sessenta e três mil seiscentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos)*

Parágrafo único. A autoridade que reduzir ou relevar multa já aplicada recorrerá de ofício para a autoridade hierarquicamente superior.

Art. 134. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos valores dos benefícios.

Art. 135. Os salários-de-contribuição utilizados no cálculo do valor de benefício serão considerados respeitando-se os limites mínimo e máximo vigentes nos meses a que se referirem.

Art. 136. Ficam eliminados o menor e o maior valor-teto para cálculo do salário-de-benefício.

Art. 137. Fica extinto o Programa de Previdência Social aos Estudantes, instituído pela Lei nº 7.004, de 24 de junho de 1982, mantendo-se o pagamento dos benefícios de prestação continuada com data de início até a entrada em vigor desta Lei.

Art. 138. Ficam extintos os regimes de Previdência Social instituídos pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e pela Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, sendo mantidos, com valor não inferior ao do salário mínimo, os benefícios concedidos até a vigência desta Lei.

Parágrafo único. Para os que vinham contribuindo regularmente para os regimes a que se refere este artigo, será contado o tempo de contribuição para fins do Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no Regulamento.

Art. 142. Para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24 de julho de 1991, bem como para o trabalhador e o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial obedecerá à seguinte tabela, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício: (Artigo e tabela com nova redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

Ano de implementação das condições	Meses de contribuição exigidos
1991	60 meses
1992	60 meses
1993	66 meses
1994	72 meses
1995	78 meses
1996	90 meses
1997	96 meses
1998	102 meses
1999	108 meses
2000	114 meses
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

Art. 149. As prestações, e o seu financiamento, referentes aos benefícios de ex-combatente e de ferroviário servidor público ou autárquico federal ou em regime especial que não optou pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, bem como seus dependentes, serão objeto de legislação específica.

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionadas no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Art. 153. O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especial, a ser submetida à apreciação do Congresso Nacional dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

*Art. 154. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da sua publicação.

Art. 155. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 156. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Antonio Magri

Lei nº 8.742, de 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**CAPÍTULO I****Das Definições e dos Objetivos**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CAPÍTULO II**Dos Princípios e das Diretrizes****SEÇÃO I****Dos Princípios**

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

CAPÍTULO III

Da Organização e da Gestão

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

Parágrafo único. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Bem-Estar Social.

Art. 7º As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social.

Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

§ 1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 4º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Art. 10. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

Art. 11. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 12. Compete à União:

I - responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;

III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Art. 13. Compete aos Estados:

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

Art. 14. Compete ao Distrito Federal:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

Art. 15. Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

Art. 16. As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I - o Conselho Nacional de Assistência Social;

II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;

III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 17. Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

§ 2º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.

Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I - aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III - observado o disposto em regulamento, estabelecer procedimentos para concessão de registro e certificado de entidade beneficente de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais;

IV - conceder registro e certificado de entidade beneficente de assistência social;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI - a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VIII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX - aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

XII - indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

Parágrafo único. Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério da Assistência e Promoção Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência Social, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato no Diário Oficial da União, por parte da entidade interessada, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social:

I - coordenar e articular as ações no campo da assistência social;

II - propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III - prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei;

IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social;

V - propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei;

VI - proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta lei;

VII - encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

VIII - prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;

IX - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;

XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

XII - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

XIII - expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

XIV - elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

SEÇÃO I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

SEÇÃO II

Dos Benefícios Eventuais

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no **caput**.

SEÇÃO III

Dos Serviços

Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005)

II – às pessoas que vivem em situação de rua.

SEÇÃO IV

Dos Programas de Assistência Social

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa portadora de deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta lei.

SEÇÃO V

Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

CAPÍTULO V

Do Financiamento da Assistência Social

Art. 27. Fica o Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac), instituído pelo Decreto nº 91.970, de 22 de novembro de 1985, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, transformado no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 28. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social gerir o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob a orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 2º O Poder Executivo disporá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta lei, sobre o regulamento e funcionamento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 28-A. Constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Art. 29. Os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à medida que se forem realizando as receitas.

Parágrafo único. Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, previstos no art. 20, poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

“III”- Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 31. Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei.

Art. 32. O Poder Executivo terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta lei, obedecidas as normas por ela instituídas, para elaborar e encaminhar projeto de lei dispondo sobre a extinção e reordenamento dos órgãos de assistência social do Ministério do Bem-Estar Social.

§ 1º O projeto de que trata este artigo definirá formas de transferências de benefícios, serviços, programas, projetos, pessoal, bens móveis e imóveis para a esfera municipal.

§ 2º O Ministro de Estado do Bem-Estar Social indicará Comissão encarregada de elaborar o projeto de lei de que trata este artigo, que contará com a participação das organizações dos usuários, de trabalhadores do setor e de entidades e organizações de assistência social.

Art. 33. Decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta lei, fica extinto o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), revogando-se, em consequência, os Decretos-Lei nºs 525, de 1º de julho de 1938, e 657, de 22 de julho de 1943.

§ 1º O Poder Executivo tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a transferência das atividades que passarão à sua competência dentro do prazo estabelecido no caput, de forma a assegurar não haja solução de continuidade.

§ 2º O acervo do órgão de que trata o caput será transferido, no prazo de 60 (sessenta) dias, para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que promoverá, mediante critérios e prazos a serem fixados, a revisão dos processos de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos das entidades e organização de assistência social, observado o disposto no art. 3º desta lei.

Art. 34. A União continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executadas diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nesta lei, por prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 35. Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social operar os benefícios de prestação continuada de que trata esta lei, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. O regulamento de que trata o caput definirá as formas de comprovação do direito ao benefício, as condições de sua suspensão, os procedimentos em casos de curatela e tutela e o órgão de credenciamento, de pagamento e de fiscalização, dentre outros aspectos.

Art. 36. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos terão cancelado seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sem prejuízo de ações cíveis e penais.

~~Art. 37. Os benefícios de prestação continuada serão concedidos, a partir da publicação desta lei, gradualmente e no máximo em até:~~

Art. 37. O benefício de prestação continuada será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências de que trata este artigo.

I - 12 (doze) meses, para os portadores de deficiência;

II - 18 (dezoito) meses, para os idosos.

^Párrafo único. No caso de o primeiro pagamento ser feito após o prazo previsto no **caput**, aplicar-se-á na sua atualização o mesmo critério adotado pelo INSS na atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso.

Art. 38. A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á para sessenta e sete anos a partir de 1^º de janeiro de 1998.

Art. 39. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos no § 3º do art. 20 e **caput** do art. 22.

Art. 40. Com a implantação dos benefícios previstos nos arts. 20 e 22 desta lei, extinguem-se a renda mensal vitalícia, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral existentes no âmbito da Previdência Social, conforme o disposto na _

§ 1º A transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social deve ser estabelecida de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.

§ 2º É assegurado ao maior de setenta anos e ao inválido o direito de requerer a renda mensal vitalícia junto ao INSS até 31 de dezembro de 1995, desde que atenda, alternativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do § 1º do art. 139 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Jutahy Magalhães Júnior

(Á Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, proposta que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 101, DE 2007**

Acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte inciso XLIX, renumerando-se os demais:

“Art. 5º

XLIX – é assegurado à mulher presa, em qualquer circunstância, o recolhimento exclusivo em cela feminina, de acordo com a natureza do delito, o estado de saúde e a idade;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição da República, em seu art. 5º, inciso XLVIII, concedeu a garantia e o direito às mulheres, para que possam cumprir suas penas em estabelecimentos prisionais distintos dos reservados aos homens, como também a separação, entre elas, em consonância com o delito praticado e à idade da detenta.

Não obstante, a mesma carta garante aos homens o respeito à integridade física e moral (inciso XLIX) e, às presidiárias, condições de permanência com seus filhos no período amamentação (inciso L).

Ocorre, nobres Pares, que o constituinte se esqueceu, como toda a Nação brasileira, de que a mulher é passível de ser presa, sem que seja condenada, como prevê a legislação processual penal, enquanto aguarda o julgamento. Na realidade, o que se previu

em relação às mulheres na Constituição é a de que estivessem cumprindo pena, ou seja, em decorrência de sentença transitada em julgado.

Ao alvitre do legislador, os carcereiros têm demonstrado muita insensatez em relação ao público feminino quando detido ou preso. Em caso recente, no Estado do Pará, uma jovem foi presa pela polícia e permaneceu em uma cela com mais de vinte homens, onde foi vítima de toda espécie de covardia e barbárie, conforme veiculado na imprensa.

Por que isso, nobres Parlamentares? Falta um dispositivo constitucional que impediria todo e qualquer ato que viesse a ser praticado com tamanha perplexidade diante do povo brasileiro, indo além, pelo respeito aos princípios maiores dos Direitos Humanos.

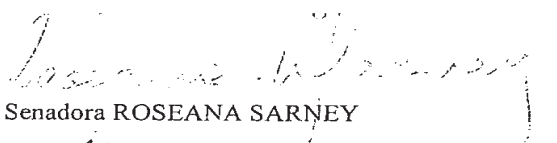
Na presente proposta de Emenda à Constituição, pretende-se assegurar à mulher presa ou detida por qualquer agente seja colocada em cela própria para mulheres, cabendo ao Estado providências no sentido de adaptação dos novos estabelecimentos prisionais à nova ordem constitucional.

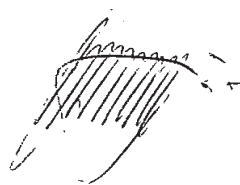
Para que fatos dessa natureza não venham mais a acontecer em nosso País, o direito da presa deve ser respeitado acima de tudo, como ora se propõe. Para tanto, esta iniciativa objetiva impor à autoridade responsável que a mulher seja colocada em cela distinta da dos homens, tanto as condenadas quanto as presas ou detidas pelo órgão policial.

A atenção à encarcerada deve ser contínua, de modo que nenhuma mulher que esteja em risco de saúde, venha a dividir celas com outras que não possuem doença. É fato mulheres aidéticas dividem uma mesma cela com mulheres sãs, o que torna um grande risco para a comunidade carcerária.

Corrigir tais desvios é o objetivo primordial desta proposição.

Sala de Sessões, 12 de dezembro de 2007.


Senadora ROSEANA SARNEY



1	Handwritten signature	VALDIR RAUPE
2	Handwritten signature	ADELSON SANTANA
3	Handwritten signature	SUNIL
4	Handwritten signature	CELIVAN BORGES
5	Handwritten signature	JOSÉ MARQUES
6	Handwritten signature	JAIR ANGULO
7	Handwritten signature	DIRA PEREIRA
8	Handwritten signature	EDUARDO M. S. SILVA
9	Handwritten signature	AC VALADARES
10	Handwritten signature	FÁTIMA CRISTINA
11	Handwritten signature	GERALDO M. M. M. M.
12	Handwritten signature	ALMEIDA LIMA
13	Handwritten signature	PORCELO JUAN
14	Patricia Saboya	Patricia Saboya
15	Leonora Quintanilha	LEONORA QUINTANILHA
16	Sibis Machado	SIBIS MACHADO
17	Handwritten signature	ERNESTO DOS SANTOS
18	Handwritten signature	PAULO FAIEN
19	Handwritten signature	VALENTIM PEREIRA
20	Handwritten signature	CARLOS
21	Handwritten signature	DECI
22	Handwritten signature	ROBERTO TEIXEIRA
23	Handwritten signature	EDUARDO CELESTINO
24	Handwritten signature	FRANCISCO
25	Handwritten signature	ANTONIO M. M.
26	Handwritten signature	FLAVIO ARNS
27	Handwritten signature	FAMÍLIA
28	Handwritten signature	ROBERTO C. S.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dentro do período destinado ao Expediente, concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por dez minutos.

Passo a Presidência de nossos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo de todos que aqui manifestaram seus votos, homologando o nome do Presidente Garibaldi Alves Filho, desejo a S. Ex^a sucesso, paciência e empenhamento. Neste mandato de um ano, há muita coisa a ser feita, mas acreditamos em sua capacidade administrativa e no seu bom senso político. Por esse motivo, nós nos perfilamos, dentro do PMDB, entre os treze votos que apoiaram o Senador Garibaldi Alves Filho, bem como aqui no plenário.

Sr. Presidente, trouxe um pronunciamento, mas, como o tempo é pouco, deixarei para dele tratar em ou-

tra oportunidade. Gostaria de fazer um registro histórico e de muita importância para o Estado do Amapá.

O Presidente Lula esteve conosco na última sexta-feira. Foi uma grande festa! E lá estavam presentes o Presidente José Sarney, o Presidente Jorge Amantim, o Governador Valdez Góes, todas as autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo, recepcionando o Presidente Lula. Tratou-se de matéria muito importante para nosso desenvolvimento e para nossa emancipação política. O Presidente levou um decreto, passando as terras da União para o Estado do Amapá. Esse sempre foi um gargalo, um problema muito sério, em que a maioria de nossos produtores e de nossos agricultores, da gente da terra, não tinha a titularidade da terra. Isso inviabilizava, e muito, nosso desenvolvimento. O Presidente levou o decreto, que foi assinado, e o Estado, então, a partir daquela sexta-feira, começou a viver novos ares e novos desejos de desenvolvimento. Acredito que, agora, o Amapá irá estruturar-se muito mais do que se tem estruturado, sob a liderança do Governador Valdez e do Presidente Jorge Amantim, e terá as condições necessárias do desenvolvimento.

Também já há um encontro marcado com o Presidente Lula, no Amapá, possivelmente em fevereiro ou em março, com o Primeiro-Ministro da França. Trata-se do início do lançamento da pedra fundamental da construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que também é a interligação com o mercado europeu. Fazemos fronteira com a Guiana Francesa, e é por essa ponte que milhares de turistas europeus haverão de chegar pelo portal da Amazônia, lá pelo Oiapoque.

O Presidente também anunciou o início de obras importantes, já para o ano que vem, mostrando – e já está publicada no Diário Oficial – a autorização para a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, além da BR-156, e mais de R\$40 milhões de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), devidamente conveniados com a Caixa Econômica. Acredito que esse próximo semestre, já que este ano está prestes a se encerrar, será de muito progresso, com uma infra-estrutura básica do Estado do Amapá, para que possamos buscar o que sempre almejamos: nosso desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, não vou fazer o pronunciamento – eu o deixarei para outra oportunidade – e vou a um assunto que sempre me interessa muito, que é a política de resultados, com recursos chegando às prefeituras e ao Governo, porque isso significa geração de empregos, geração de riquezas. Por isso, trabalhamos muito aqui no campo da doutrina, da filosofia, da retórica, do discurso – aliás, esta Casa é o Parlamento –, mas também trabalhamos bastante objetivando sempre os recursos que são liberados para o Estado.

Aproveitando os quatro minutos de que ainda disponho, quero anunciar algumas liberações de recursos.

No Governo do Estado do Amapá, a Ordem Bancária é a de nº 2007OB904022; o emitente é o Ministério dos Esportes; a Agência do Banco do Brasil é a de nº 3575; a Conta Corrente é a de nº 58270, e o valor liberado é o de R\$339.747,76. Esse dinheiro já está na conta. O objeto é o seguinte: implementação de núcleos de esporte educacional do Programa Segundo Tempo, liderado pelo Ministério dos Esportes.

Para o Município de Porto Grande, quero dizer que há dinheiro na conta. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3990; a Conta Corrente é a de nº 110051. O valor depositado – é pouco, mas importante – é o de R\$67.221,86, destinados à construção de canteiro central na entrada do Município, Rodovia Perimetral.

Para a Prefeitura Municipal de Macapá, quero dizer que há dinheiro na conta. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 0658; a Conta Corrente é a de nº 66470570. O valor depositado foi de R\$106.842,99, destinados à construção habitacional para famílias de baixa renda na Região Norte.

Também para a Prefeitura Municipal de Macapá, foi destinado um valor importante. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 0658; a Conta Corrente é a de nº 60000741. O valor de R\$313.267,51 é destinado a obras de desenvolvimento urbano.

Novamente para a Prefeitura Municipal de Macapá, foi destinado o valor de R\$50 mil, para projeto de promoção de inclusão produtiva, destinado à realização de cursos de capacitação e geração de renda às pessoas portadoras de deficiência auditiva. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3575, e a Conta Corrente é a de nº 60844.

Para o Município de Calçoene, há dinheiro na conta. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3985; a Conta Corrente é a de nº 90484. O valor liberado é de R\$400 mil. O objeto é: construção do muro de arrimo.

Para a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari – Srs. Vereadores e Sr^{as} Lideranças, é muito importante o acompanhamento da aplicação desses recursos públicos –, o valor destinado foi de R\$740 mil, para a construção do Estádio de Futebol Querogão, com drenagem, com rede geral de água fria, com muro, com plantio de grama, com lanchonetes e com dois bancos de reserva. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 4109; a Conta Corrente é a de nº 104272. O dinheiro está na conta.

Para a Prefeitura Municipal de Santana – a Agência do Banco do Brasil é a de nº 3346; e a Conta Corrente, a de nº 198579 – o valor destinado foi de

R\$2.098.110,00, para a primeira etapa da construção do Centro Administrativo da Prefeitura. O dinheiro está na conta.

Para a Prefeitura Municipal de Pracuúba, o valor destinado foi de R\$108 mil. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3985; e a Conta Corrente, a de nº 9109X. O dinheiro está na conta. O valor é destinado para o sistema de abastecimento de água.

Novamente no Município de Santana, o dinheiro está na conta. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 3102; e a Conta Corrente, a de nº 66470035. O valor de R\$1,2 milhão é destinado à implantação de restaurante popular. O Município de Santana lidera o *ranking* de recursos liberados.

Para finalizar, Sr. Presidente – há cerca de duas semanas, eu me encontrava em recuperação, e foi por isso que aumentou muito –, quero dizer que o Estado do Amapá também recebe R\$1.124.905,24, na Agência do Banco do Brasil nº 3575, na Conta Corrente nº 59072, destinados à implementação de projetos básicos ambientais para a construção da BR-156/AP.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alegro-me muito o coração não só quando posso embalar as palavras e conjugá-las, formando frases e elaborando idéias, mas, principalmente, quando, no meu gabinete, tenho uma equipe especializada, juntamente com a bancada federal, acompanhando cada real que chega ao Estado do Amapá e aos Municípios. Esse é um trabalho de acompanhamento da ação do Executivo e de recursos que colocamos sempre, de um ano para outro, no Orçamento. Então, o Amapá é um Estado que prospera e em que grandes obras de saneamento ocorrem.

Por esse motivo, Sr. Presidente, alegro-me muito estar na tribuna novamente para informar ao meu Estado que nem só de pão vive o homem. Há os grandes discursos, as grandes idéias. Este é o celeiro dessas grandes idéias e de grandes líderes, mas fazemos parte de um elenco de políticos que acredita no trabalho de política de resultados: obras chegando, trabalhos chegando.

Por esse motivo, o Amapá estará a postos, daqui a pouco, para votar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e integrarei todo o elenco de votação para dar apoio ao Presidente Lula. Essa é uma via de mão dupla na qual os investimentos chegam ao meu Estado e ao Brasil. E eu não poderia faltar a uma matéria tão importante e decisiva para a saúde, para os programas sociais. Seria um absurdo e uma violência se eu não pudesse aqui hipotecar meu apoio...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a, se quiser passar a palavra, poderá fazê-lo, porque sou um homem prático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a, se quiser, terá mais um minuto ainda.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– De imediato, passamos a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini, que falará como Líder, por cinco minutos.

A Presidência informa à Casa que o Presidente, Senador Garibaldi Filho, pediu que às 16 horas em ponto abrissemos a Ordem do Dia, para iniciarmos os encaminhamentos sobre a CPMF.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela Liderança do DEM. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu vou tentar, em cinco minutos, resumir uma questão tão importante.

Eu acho que todo o Brasil, principalmente nós, nordestinos, estamos bastante preocupados com as últimas notícias que tratam da paralisação das obras de transposição do rio São Francisco.

Quero confessar aos senhores que, agora, no mês de novembro, durante o feriado do dia 15, tive a oportunidade de retornar, depois de cerca de duas décadas, à região de Petrolina, lá no semi-árido de Pernambuco, às margens do rio São Francisco. E, naquela região, Petrolina–Cabrobó, fiquei surpreendida com as transformações que vi. Na época em que lá estive, há mais de 20 anos, os canais de irrigação, o Canal Nilo Coelho, a Barragem de Sobradinho já existia, mas o seu aproveitamento começa a ser feito. Foi surpreendente a mudança, Senador Paim, que encontramos naquela região! A transformação, os projetos de irrigação no entorno de Sobradinho, nas áreas do Canal Nilo Coelho, que se estendem desde a barragem no Município de Casa Nova, na Bahia, até o Município de Petrolina, antes tímidos, agora dava gosto de ver! O contraste entre as áreas verdes irrigadas e as secas, de vegetação escassa e cinzenta, nos dá a certeza da assertiva do projeto.

Esse quadro nos mostra quilômetros e quilômetros de parreiras, mangueiras, diversas vinícolas que hoje representam 15% do vinho produzido no Brasil. Aeroporto novo de cargas e de passageiros, transportando em média mil pessoas por dia e semanalmente um jumbo com 200 mil quilos de frutas, decolando de Petrolina para Bruxelas, levando fruta fresca para ser vendida no mercado europeu.

Na infra-estrutura da região – estradas, cursos técnicos, universidades –, encontrei as pegadas da ação do nobre colega Senador Marco Maciel, do seu trabalho, da sua luta, do Senador Jarbas Vasconcelos e do Senador Nilo Coelho, de saudosa memória.

Mas a mais grata satisfação que tive naqueles dias foi chegar ao canteiro de obras lá no Município de Cabrobó, acompanhada pelo Prefeito Eudes, Prefeito daquela cidade, um grande amigo, ter chegado naquela área onde o Exército brasileiro, por intermédio do Batalhão de Engenharia, já havia iniciado as obras. Então, ali, eu tive aquele sentimento de nordestina que sabe o quanto é importante a água para a região do semi-árido, a transformação que ela representa para os nossos Estados – Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte. Ao ver aquele canal imenso, que, de frente, tinha 200 metros, uma obra gigantesca, ao ver o início dessa obra, tive a convicção de que, realmente, finalmente, ela poderia acontecer.

Mas hoje fico preocupada, porque sei... Aqui não estamos para fazer crítica alguma; muito pelo contrário. Quero elogiar e dizer que compreendo o trabalho da justiça, do Ministério Público. É necessário que tudo esteja de acordo com a lei, conforme a lei determina. Mas precisamos que essas ações sejam agilizadas, que não criem entraves para uma obra que é de importância vital para o nosso semi-árido.

A história nos conta que, desde o Brasil Império, Senador Paulo Paim, em 1847, já o Deputado Provincial de Crato (Ceará), Marco Antonio de Macedo, imaginou a primeira transposição das águas desse rio para o riacho dos Porcos, afluente do rio Jaguaribe, numa extensão de 200 quilômetros. A partir daí, o projeto foi adaptado para atender às características de cada Estado e foi aprovado por bons governos, como o de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso. Hoje está sendo desenvolvido por um nordestino, o Presidente Lula, a quem quero reconhecer o mérito dessa grande obra e dizer que merece o apoio de todos nós. Apesar de eu ser de um Partido que faz oposição, eu sempre disse que a nossa responsabilidade é estar ao lado das boas ações, daquelas que vêm beneficiar o nosso País.

Digo ao Presidente Lula que ele tem o meu aplauso pelo incentivo, pela agilização, para que a transposição do rio São Francisco possa acontecer, levando água para matar a sede de milhões de nordestinos, criando oportunidades de trabalho, como vi às margens do São Francisco, no canal de irrigação Nilo Coelho, como vi em Petrolina e Juazeiro, cidades do semi-árido com maior PIB, com Índice de Desenvolvimento Humano que mais cresceu. Quero ver chegar essa água ao nosso Rio Grande do Norte, ao nosso Ceará,

à Paraíba, diminuindo o sofrimento de tantos e tantas que precisam de um pouco de água para matar sua sede e para criar condições de produzir.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Um minutinho, Senador.

Sei o que isso representa. V. Ex^a já foi Governador e eu fui Prefeita de uma cidade no semi-árido. Fiz um esforço muito grande para que aposentássemos o carro-pipa, que ainda é uma chaga existente no nosso interior, da Bahia, do Nordeste de uma maneira geral.

Algo que me deixou realmente bastante feliz foi poder perfurar inúmeros poços, recuperar outros, conseguir fazer adutoras, partindo de poços profundos que a Petrobras tamponava, fazendo todo um esforço. Mas ainda não foi suficiente. Vi surgir a Barragem Santa Cruz, que precisa da transposição para fazer com que o nosso rio, que é seco, rio Apodi–Mossoró, seja um rio já perene, dando condição desde o alto oeste, onde a região é mais castigada, cortando todo o médio oeste, chegando também à cidade de Mossoró.

Pois não, Senador César Borges, concedo-lhe um aparte.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Prezada Senadora Rosalba Ciarlini, sei o quanto V. Ex^a deseja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, faço um apelo a V. Ex^a. Permitirei sua fala, mas o tempo da Senadora já foi ultrapassado em dois minutos. Não poderia mais, pelo Regimento, conceder-lhe a palavra, mas darei um minuto a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Serei bastante sucinto. Sei como V. Ex^a deseja o desenvolvimento do seu Estado e aplaudo a maneira veemente como o defende. Entretanto, V. Ex^a sabe que há muita água disponível no seu Estado, cujas obras a jusantes, obras de infra-estrutura, não foram realizadas, tipo Armando Ribeiro Gonçalves, que ainda tem muita água para ser utilizada, mas que não está sendo. Nesse projeto faraônico, megalomaniaco, vai-se gastar R\$6,5 milhões inicialmente, mas não se sabe qual será sua viabilidade econômica quando pronto. Ele prevê 70% para irrigação, 26% para uso industrial e apenas 4% para a população difusa. Somente 4% serão usados para matar a sede do nordestino. Então, o próprio Governo tem, por meio da Agência Nacional de Água, um atlas que mostra como esse dinheiro pode ser gasto bem melhor, atendendo a todo o Nordeste e a todo o semi-árido brasileiro, e não apenas a essa obra, porque se não houver os investimentos a jusantes não resolverá absolutamente nada.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, entendo a sua posição, a defesa que faz do rio São Francisco, e a sua preocupação, que também é nossa. Alguns recursos hídricos não estão sendo devidamente utilizados. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves já é utilizada, mas é necessário criar mais condições e ampliar os canais para maior aproveitamento. Ela já é utilizada levando inúmeras adutoras. A adutora que, inclusive, abastece a nossa cidade de Mossoró e tantas outras cidades próximas, bem como outras regiões também do Estado, iniciou-se no governo do Senador Garibaldi Alves. Temos também a Barragem de Santa Cruz, que foi uma luta de cem anos, no rio Mossoró, na cidade de Apodi, numa região onde temos as áreas mais férteis do Nordeste, que é a Chapada do Apodi, que está precisando de complementação no Orçamento deste ano. Já por iniciativa da bancada do Rio Grande do Norte, colocamos recursos para esse aproveitamento.

Mas não podemos deixar de defender a transposição, porque 4% da água podem ser para matar a sede, mas esses 4% do volume que tem o rio São Francisco...

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA. *Fora do microfone.*) – São 4% do total que vai ser transportado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... do total que vai ser transportado, isso não chega a 2% – muito menos do que se perde no mar todo dia. Isso é algo que deixa a gente... É mais uma ação. Nós não podemos abrir mão disso. Nós temos de lutar. Enquanto isso, cobrar do Governo que complemente as outras que já foram feitas. Mas que não deixe essa obra, que eu considero importante. E sei que esse é o sentimento do nosso povo e do nosso Estado.

Trago aqui a defesa que faz Dom Heitor de Araújo Sales, num artigo em que coloca com muito propriedade, com muita sabedoria, conhecimento de causa e vivência, a necessidade da defesa da transposição do rio São Francisco. Dom Heitor de Araújo Sales é o arcebispo emérito de Natal e tem de todo o norte-riograndense a confiança e o respeito.

Sr. Presidente, eu acho que o tempo já... Se o Presidente permitir, eu gostaria de ler o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá mais dois minutos para concluir seu brilhante pronunciamento, que tem a solidariedade desta Presidência.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Vou deixar para outra oportunidade a leitura do artigo de Dom Heitor e dou como lido este artigo, para que seja anexado ao nosso pronunciamento.

Presidente Efraim, V. Ex^a, que agora assume a direção dos trabalhos, também é nordestino e sabe o

quanto vai representar a transposição para a sua região. Peço seu apoio...

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA. *Fora do microfone.*) – Também sou nordestino.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sei que o senhor é nordestino e que o seu Estado também tem regiões muito áridas; as que ficam distantes do São Francisco também passam questões de seca desesperadoras. Sei que o senhor conhece esse sentimento.

Então, nós precisamos de água. Venha de onde vier, como vier, nós precisamos é da água, e a transposição vai trazer água para melhorar o nosso Nordeste.

Eu sou a favor e quero aqui levantar, mais uma vez, essa bandeira de luta de todos nós, principalmente nordestinos, e dizer: a transposição do rio São Francisco é um ato de solidariedade do povo brasileiro. E como o baiano é um povo solidário, um povo bom, eu tenho certeza de que vai se somar a essa necessidade, a essa agonia, a essa angústia dos que não têm água e dela precisam para ter o direito à vida.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A “TRANSPOSIÇÃO” DO SÃO FRANCISCO

O modo comum de nos comunicarmos uns com os outros é a palavra. Infelizmente, a palavra é muito limitada em comparação com as idéias, pois estas podem ter nuances quase infinitas. A polêmica da chamada “transposição do Rio São Francisco” vem, em boa parte, da limitação da palavra com que se denominou esse importante empreendimento. A outra parte da polêmica vem de razões ideológicas ou políticas. Segundo o mais conhecido dicionário da língua portuguesa, o Aurélio, transposição é Ato ou efeito de transpor(-se) que ele mesmo explica no verbete transpor como Pôr (algo) em lugar diverso daquele em que estava ou devia estar. Então, a transposição do São Francisco seria pôr o Rio em outro lugar que eram os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Outra parte da expressão “Transposição do São Francisco” que gera mal entendido é aquela pequena partícula “do” que nos leva a pensar que vão transpor o Rio São Francisco todo. Se fosse “de águas do Rio São Francisco” nos aproximaríamos da idéia que as palavras querem fazer-nos entender. E se fosse apenas “de parte mínima” daquelas águas, ainda ficaria mais claro o que se pretende.

O Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, em artigo publicado no jornal A Tarde, de Salvador, no dia 3 deste mês de Setembro, fala que só na semana anterior o Ministério gastou R\$32.000.000,00 com carros-pipa para o socorro de 299 municípios. Enquanto em Petrolina(PE) e Juazeiro (BA) a transposição de águas do São Francisco feita nas últimas décadas colocou estas duas cidades entre as de maior PIB(Produto Interno Bruto) e de maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do semi-árido.

Houve, certamente, vários projetos para esta chamada transposição do Rio São Francisco. Às vezes, estão criticando projetos que não foram escolhidos para serem executados. O projeto que está sendo realizado visa o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos como Fortaleza, Juazeiro do Norte, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa, Crato, além de centenas de outras cidades. A água que vai ser retirada do São Francisco é 1,4% da vazão equivalente a 26,4m³/s atendendo à população urbana de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos quatro Estados do Nordeste Setentrional (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Essa água seria despejada no Oceano. Por que não trazê-la para a região onde tantos passam sede? Será que a falta desta água doce não despejada no Oceano vai torná-lo mais salgado?... A Região Nordeste possui 28% da população brasileira e apenas 3% da disponibilidade de água. Para a Organização das Nações Unidas, a oferta de água por pessoa deve ser de 1500 m³hab/ano (metros cúbicos por habitante por ano). A disponibilidade no Nordeste Setentrional é de em média 450 metros cúbicos. O projeto prevê a construção de dois canais: o eixo Norte que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte; e o eixo Leste que beneficiará parte do sertão e as regiões agreste de Pernambuco e da Paraíba.

Cerca de 150 militares do 2º Batalhão de Engenharia do Exército estão nos municípios de Cabrobó e Floresta desde o começo de junho. Encontram-se em fase de construção os primeiros trechos de canal ligando o rio São Francisco às primeiras estações de bombeamento de cada Eixo. Os trabalhos do Exército estão programados para conclusão em agosto de 2009.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senadora Rosalba Ciarlini, agradeço a V. Ex^a e a cumprimento pelo pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.444, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com a tradição desta Casa Legislativa, que sejam prestadas justas homenagens ao Ilustríssimo Senhor Moisés Zagury, por ocasião de seu falecimento, ocorrido hoje, dia 12 de dezembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, a saber:

- a) inserção em ata de voto de pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Justificação

Moisés Zagury chegou a ser um dos maiores comerciantes do Estado do Amapá. Acreditou no Estado e sobretudo o serviu e, ao afirmar isto, quero dizer que mesmo sendo comerciante não se serviu, pois muito ajudou a comunidade, abrindo oportunidades de empregos e proporcionando melhores condições de vida ao povo.

Há pessoas que passam na vida e não fazem história, não porque não querem, mas porque condições não os favorece a tal. Entretanto, há pessoas que pelo seu exemplo, atitudes e propósitos conseguem deixar registrado na história as suas vidas. É o caso de Moisés Zagury.

Homem simples, sempre amigo de todos, sensível às causas humanitárias, razão pela qual no momento do seu passamento, não poderíamos deixar de evidenciar a figura de um homem que viveu no Extremo Norte do Brasil e que deu parcela de contribuição para o desenvolvimento do hoje Estado do Amapá.

Não é só a família de Moises Zagury que está de luto mas todos aqueles que tiveram oportunidade de conviver e acompanhar o trabalho de um empresário empreendedor e honesto.

Moisés Zagury morreu na cidade do Rio de Janeiro na data de hoje e expresso, assim, o meu reconhecimento, bem como o do povo amapaense, a esta singular personalidade que nos deixou fisicamente, porém seu exemplo permanecerá vivo em nossas me-

mórias. Aproveito para transmitir aos seus familiares minha solidariedade fraterna.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Será feita a devida comunicação à família por esta Mesa.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia, com matéria já anunciada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero fazer um elogio ao Programa Mais Saúde, também conhecido como PAC da Saúde, que foi lançado pelo Governo este mês e que representa enorme avanço na gestão da saúde, não só porque aumenta os recursos de maneira significativa, mas também porque otimiza e redistribui os recursos em programas e em regiões. Tenho a certeza de que, em alguns anos, muitas das dificuldades atuais estarão eliminadas.

O setor, no quadriênio 2008/2011, receberá investimentos de R\$90 bilhões. Do total de recursos, cerca de R\$65 bilhões serão garantidos pelo Plano Plurianual 2008/2011, que acabamos de aprovar; e cerca de R\$24 bilhões são da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da regulamentação da Emenda nº 29. Como médico, acredito que o Programa irá melhorar a gestão da saúde no Brasil como um todo. O PAC da Saúde irá ajudar a reduzir filas em hospitais e a criar uma rede de proteção à família, incluindo nossas crianças, mulheres e idosos. O mais importante é que prevê maior igualdade no acesso à saúde, algo que estamos reivindicando há décadas, Senador Papaléo, principalmente nos nossos Estados pequenos.

Uma das idéias mais bonitas do Programa é a de começar a prevenção e a atenção à saúde nas escolas. Vinte e seis milhões de crianças do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão acompanhadas por equipes da Saúde da Família e terão, no mínimo, duas consultas por ano. Serão efetuadas cinco milhões de consultas oftalmológicas, com a distribuição de 460 mil óculos, e 1,6 milhões de consultas com otorrinolaringologistas, que cuidam dos males que acometem o nariz, a garganta e os ouvidos. Com os recursos investidos nas crianças, especialmente na prevenção, e com a saúde indo até onde está o povo, não tenho dúvidas de que haverá um enorme avanço.

Outra novidade é que será criada uma política específica voltada para a saúde dos homens, com a ampliação de exames e de consultas médicas. As equi-

pes do Saúde da Família passarão a cobrir 130 milhões de brasileiros contra os 90 milhões atuais.

Além disso, a mulher e o bebê terão melhoras significativas no seu atendimento. Até 2011, a meta é garantir seis consultas de pré-natal a todas as mulheres grávidas e reduzir a mortalidade materna e neonatal em 5% ao ano; aumentar de 138 para 275 os Municípios com rede de atenção à mulher e ao adolescente em situação de violência; qualificar dois mil profissionais em maternidade – isso é muito importante; reduzir o número de cesarianas; ampliar a oferta de métodos contraceptivos; aumentar 15% ao ano o número de bancos de leite humano, destinados a fornecer leite às crianças que nascem com pouco peso e que têm dificuldades de alimentação.

As mulheres terão aumentada a cobertura de procedimentos diagnósticos de câncer de colo de útero de 65% para 80% e de câncer de mama de 42% para 80%.

Os medicamentos também estarão mais acessíveis, com a ampliação do programa Farmácia Popular do Brasil, com o aumento da participação dos genéricos e com a oferta gratuita de medicamentos. Serão criadas também parcerias, para que haja mais pesquisa e inovação em saúde na área de farmoquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além da expansão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em seis unidades. Hoje, não há unidades da Fiocruz no Norte, mas ali será criada uma unidade.

Idosos, diabéticos e hipertensos terão atendimento ampliado – será dada mais atenção também à saúde do trabalhador –, com a implantação de 140 novos Centros de Referência da Saúde.

As doenças endêmicas, como dengue, hanseníase, tuberculose e malária, serão atacadas. Com relação à malária, houve, no ano passado, 320 mil casos na Amazônia. Este ano, a curva mostra que haverá menos malária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mais Saúde foi desenhado de forma a abranger a complexidade do setor Saúde. São quatro os pilares estratégicos do Mais Saúde: o primeiro é a promoção e a atenção; o segundo, a gestão, o trabalho e o controle social; o terceiro, a ampliação do acesso com qualidade; e o quarto, o desenvolvimento e a inovação em saúde.

O primeiro pilar envolve ações de saúde para toda a família, desde a gestação até os idosos. O segundo qualifica os profissionais e gestores, forma recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e garante instrumentos para o controle social e para a fiscalização dos recursos. O terceiro reestrutura a rede, cria novos serviços, amplia e integra a cobertura do SUS. O quarto trata a Saúde como importante setor

de desenvolvimento nacional, na produção, na renda e no emprego.

Senador Suplicy, concedo um aparte a V. Ex^a, com todo prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, como médico e estudioso da Saúde, aqui registra como é que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo na área da Saúde, poderá beneficiar o Brasil e seu Estado de Roraima com programas específicos. Obviamente, isso está relacionado à decisão que vamos tomar em breve, na tarde de hoje, sobre a CPMF. Na tarde de anteontem, com repercussões na tarde de ontem, quando debatíamos esse assunto, o Senador Arthur Virgílio, num aparte feio ao meu discurso, disse que, se o ex-Governador e ex-Senador Mário Covas, que muitas boas lembranças nos deixou, dissesse a ele que votasse a favor da CPMF, ele o faria – chegou a mencionar que estaria dialogando com Mário Covas. Fiquei, então, pensando muito no que diria o Governador e nosso colega Mário Covas, ao lado de quem eu me sentava neste plenário. Muitas vezes, interagi com ele, inclusive por conhecê-lo bem. Quando o Senador Mário Covas, então candidato ao Governo de São Paulo, foi para o segundo turno – disputou com minha então esposa, Marta Suplicy –, fui uma das pessoas dentro do PT que, com a Marta, avaliaram que seria importante, ainda que houvesse resistências, que apoiássemos o Governador Mário Covas, que, inclusive, foi à minha residência e dialogou longamente comigo e com a Marta. Daí resultou nosso apoio público a ele. Digo isso para evidenciar nosso respeito, nosso conhecimento. Também sou testemunha de que o Governador Mário Covas sempre teve excelente relação de amizade com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, gostaria de dizer ao Senador Arthur Virgílio, com toda amizade, que tenho a convicção de que Mário Covas, se pudesse dialogar efetivamente com ele, diria: “Faça um entendimento com o Governo do Presidente Lula e vote a favor da CPMF”. Pois bem, há duas notícias de extraordinária relevância. A primeira se relaciona ao diálogo que o neto de Mário Covas teve efetivamente a respeito dessa conversa de Arthur Virgílio com Mário Covas. Se me permite, dada a importância desse assunto, reproduzirei parte dele. Está no *blog* do Josias a informação de que o Presidente Lula assumiu o compromisso de enviar uma carta ao PSDB informando que os recursos da CPMF seriam para um ano agora – segundo esse novo entendimento – e para a Saúde especialmente. Não conheço os detalhes, mas haverá uma nova carta compromisso que poderá resultar num bom entendimento. Mas isso vai depender muito, segundo o Senador Arthur Virgílio, da conversa que

ele tiver com Mário Covas. Então, permita-me aqui registrar o diálogo que o neto de Mário Covas teve com a jornalista Mônica Bergamo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Suplicy, o aparte de V. Ex^a já consumiu seis minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me ainda, brevemente, registrar esse diálogo, para, então, ouvir a reflexão do nosso querido Senador Augusto Botelho. Diz a matéria: “Arthur Virgílio está falando com o seu avô?”. “Eu li isso”, respondeu Bruno Covas. “Eu fiquei até com vontade de ligar e pedir para o Arthur Virgílio perguntar para o meu avô o que ele está achando da minha atuação como Deputado estadual”. “Vocês já falaram com o ex-Governador?”. “Eu não consigo falar”, disse Bruno Covas, “mas uma tia da minha mãe, que é espírita, falou para a minha avó [Lila Covas], um dia, que uma entidade falou sobre o Mário Covas, que ele estava bem. E aí foi um telefone sem fio, ficou todo mundo ligando. Mas eu acho difícil que o Arthur Virgílio converse com o Mário Covas, como também acho difícil que ele realmente bata no Presidente Lula, como ele falou certa vez, não é?”. Aqui ele está lembrando que Mário Covas era muito amigo do Presidente Lula. “O Covas votaria contra a CPMF?”. “Ah, olha, aí pergunta para o Arthur Virgílio, que conversa com ele”. “Qual a sua posição?”. “A carga tributária é alta, mas eu não escolheria a CPMF para cortar, escolheria outros impostos”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador, conclua seu aparte, porque o tempo do Senador Augusto Botelho está esgotado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só quero concluir, Sr. Presidente. Faltam quatro linhas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a deveria respeitar o orador da tribuna.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu o estou respeitando. Vou concluir: “A CPMF tem o caráter de permitir que se investigue quem está sonogando. Agora, é uma questão de momento. A oportunidade que tem a oposição de combater a carga tributária é com a CPMF. Então, eu votaria contra”, diz Bruno. “Mas o que diria Mário Covas?”. Bem, espero que tenha havido uma boa conversa do Senador Arthur Virgílio com o Senador e Governador Mário Covas, que era amigo do Presidente Lula. Acho que, conforme os Governadores José Serra e Aécio Neves estão dizendo, bom será chegarmos a um entendimento. Desculpe-me por ter feito um aparte tão longo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tem a palavra. É la-

mentável que o Governador Covas não tenha convenido, na época, o Senador Suplicy a votar na CPMF.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dado como lido o restante do meu discurso. Farei outros pronunciamentos sobre o PAC.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Para assegurar que o dinheiro será efetivamente gasto em saúde, o Mais Saúde traz inovações como a contratualização dos Estados e dos Municípios. A contratualização significa que, para receber os recursos, os gestores farão uma espécie de contrato com o Ministério da Saúde, que estabelece objetivos e indicadores de saúde que devem ser atingidos. Assim, ficará mais transparente para a população em geral como estão sendo utilizados os recursos públicos, e a população será capaz de cobrar o seu gestor local.

O programa também prevê a criação de fundações públicas de direito privado que darão mais eficiência na administração dos hospitais públicos. Os gestores públicos poderão atender com mais agilidade às necessidades dessas instituições e melhorar os serviços prestados à população.

Além dos recursos do Ministério da Saúde, o Plano Mais Saúde traz uma importante parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Essa união de esforços colocará mais R\$3 bilhões no setor produtivo da Saúde para financiar as indústrias do setor, que incluem de equipamentos e medicamentos a material de consumo da saúde. A estratégia se apoiará também no poder de compra do Estado para incentivar a produção nacional de insu-
mos para a saúde.

Além disso, o sistema de ouvidoria será ampliado para atender – muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente – mais de dez milhões de pessoas que queiram denunciar, criticar ou receber informações do SUS.

Outros números poderiam ser trazidos: a geração de três milhões de empregos diretos e indiretos; a qualificação de centenas de milhares de profissionais da saúde, sejam técnicos, sejam gestores; a implantação de 81 novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia; a ampliação dos serviços de hemodiálise e de terapia renal substitutiva, de cardiologia, de trauma-ortopedia, de oftalmologia e de saúde auditiva; o aumento do número de transplantes em 30%, o que é outro objetivo do PAC; o atendimento a um milhão de pessoas que esperam uma órtese ou prótese, que hoje estão na lista de espera; a construção, a ampliação ou

a reforma de 244 unidades de saúde que integrarão uma estratégia de regionalização da saúde; enfim, um número de ações estratégicas bem planejadas que exigem competência, fôlego e comprometimento com o bem público.

Acredito, Sr. Presidente – já estou encerrando –, e faço questão de frisar que o Programa Mais Saúde irá promover uma grande transformação na atenção à saúde no Brasil. Tenho orgulho de defender o Programa desta tribuna e de estar ao lado de uma boa causa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero fazer um elogio ao Programa Mais Saúde, também conhecido como PAC da Saúde, lançado pelo governo federal na semana passada. Ele representa enorme avanço na gestão da Saúde. Não só porque aumenta os recursos de maneira significativa, mas porque otimiza e redistribui os recursos em programas e regiões. Tenho a certeza de que, em alguns anos, teremos muitas das dificuldades de hoje eliminadas.

O setor, no quadriênio 2008-2011, receberá investimentos de cerca de 90 bilhões de reais. Do total de recursos, cerca de 65 bilhões estão garantidos no Plano Plurianual 2008-2011, que acabamos de aprovar; e cerca de R\$24 bilhões da CPMF e regulamentação da Emenda 29. Eu, como médico, acredito que o programa irá melhorar a gestão da Saúde no Brasil como um todo. O PAC da Saúde irá ajudar a reduzir filas em hospitais, criar uma rede de proteção à família, incluindo nossas crianças, mulheres, homens e idosos. Mais importante: ele prevê maior igualdade no acesso à Saúde, algo que estamos reivindicando há décadas, principalmente Estados como o de Roraima, em que o acesso é muito dificultado.

Uma das idéias mais bonitas do Programa é começar a prevenção e a atenção à saúde nas escolas. Um total de 26 milhões de crianças do ensino fundamental e médio serão acompanhadas por equipes da Saúde da Família e terão, no mínimo, duas consultas por ano. Serão efetuadas 5 milhões de consultas oftalmológicas, com a distribuição de 460 mil óculos/ano, 1,6 milhões de consultas com otorrinolaringologistas. Com recursos investidos nas crianças, especialmente na prevenção, e a saúde indo até onde o povo está, não tenho dúvidas de que teremos um enorme avanço.

Outra novidade é que, pela primeira vez, será criada uma política específica voltada para a saúde

dos homens, com ampliação de exames e consultas médicas. As equipes de Saúde da Família passarão a cobrir 130 milhões de brasileiros, contra os 90 milhões de hoje.

Além disso, a mulher e o bebê terão melhorias significativas no seu atendimento: até 2011, a meta é garantir seis consultas de pré-natal para todas as mulheres grávidas, reduzir a mortalidade materna e neonatal em 5% ao ano, aumentar de 138 para 275 os municípios com rede de atenção à mulher e adolescente em situação de violência, qualificar dois mil profissionais em maternidades, reduzir o número de cesarianas, ampliar a oferta de métodos contraceptivos, aumentar 15% ao ano o número de bancos de leite humano.

As mulheres terão aumentada a cobertura de procedimentos diagnósticos de câncer de colo de útero de 65% para 80% e de câncer de mama de 42% para 80%.

Os medicamentos também estarão mais acessíveis, com ampliação do Programa Farmácia Popular do Brasil, aumento da participação dos genéricos e da oferta gratuita de medicamentos. Serão criadas também parcerias para que haja mais pesquisa e inovação em saúde na área de farmoquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além da expansão da Fiocruz em seis unidades, levando-a, pela primeira vez, para a Região Norte.

Os idosos, diabéticos e hipertensos terão atendimento também ampliado, bem como a saúde do trabalhador, com a implantação de 140 novos Centros de Referência.

As doenças endêmicas, como dengue, hanseníase, tuberculose e malária serão atacadas.

Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mais Saúde foi desenhado de forma a abranger a complexidade do setor saúde. São quatro pilares estratégicos:

- 1 – Promoção e atenção,
- 2 – Gestão, trabalho e controle social,
- 3 – Ampliação do acesso com qualidade, e
- 4 – Desenvolvimento e Inovação em Saúde.

O primeiro envolve ações de saúde para toda a família, desde a gestação até os idosos. O segundo qualifica os profissionais e gestores, forma recursos humanos para o SUS e garante instrumentos para o controle social e fiscalização dos recursos. O terceiro reestrutura a rede, cria novos serviços, amplia e integra a cobertura no Sistema Único de Saúde. O quarto trata a saúde como um importante setor de desenvolvimento nacional, na produção, renda e emprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para assegurar que o dinheiro será efetivamente gasto em saúde, o Mais Saúde traz inovações como a contratualização dos estados e municípios. A contratualização significa que, para receber os recursos, os gestores farão uma espécie de contrato com o Ministério da Saúde, que estabelece objetivos e indicadores de saúde que devem ser atingidos. Assim, ficará mais transparente para a população em geral como estão sendo utilizados os recursos públicos e a população será capaz de cobrar o seu gestor local.

O programa também prevê a criação de fundações públicas de direito privado, que darão mais eficiência na administração de hospitais públicos. Os gestores públicos poderão atender com mais agilidade as necessidades dessas instituições e melhorar os serviços prestados à população.

Além dos recursos do Ministério da Saúde, o plano Mais Saúde traz uma importante parceria com o BNDES e a Finep. Essa união de esforços colocará mais R\$3 bilhões no setor produtivo da saúde para financiar as indústrias do setor, que incluem de equipamentos e medicamentos a material de consumo da saúde. A estratégia se apoiará também no poder de compra do Estado para incentivar a produção nacional de insumos para a saúde.

Além disso, o sistema de ouvidoria será ampliado para atender mais de 10 milhões de pessoas que queiram denunciar, criticar ou receber informações sobre o SUS.

Como o PAC da Saúde é muito complexo, senhor presidente, não pretendo esgotar aqui todas as informações que tenho sobre o assunto.

Mas, quero falar ainda sobre quatro pontos que são de total interesse da população brasileira:

1. O PAC da Saúde prevê fim do prazo de carência para os Planos de Saúde Privados em caso de mudança de operadora do plano. Também estabelece novas formas de ressarcimento dos planos de saúde pelos serviços prestados no Sistema Único de Saúde (SUS) a usuários dos planos privados.

2. A meta do PAC da Saúde é que o Programa Saúde da Família aumente, até 2011, para 40 mil equipes de médicos, enfermeiros e auxiliares que atendam a 130 milhões de pessoas. De acordo com a assessoria do Ministério da Saúde, atualmente o programa conta com 27 mil equipes que prestam assistência a 87 milhões de brasileiros.

3. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) será ampliado, com mais 4,2 mil ambulâncias, chegando à universalização. E

serão criadas também 132 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) que funcionarão 24 horas para atendimentos de emergência.

Outros números poderiam ser trazidos: a geração de 3 milhões de empregos diretos e indiretos; a qualificação de centenas de milhares de profissionais da saúde, sejam técnicos, sejam gestores; a implantação de 81 novos Centros de Atenção de Alta Complexidade em Oncologia; ampliação dos serviços de hemodiálise, terapia renal substitutiva, cardiologia, traumatologia, oftalmologia e saúde auditiva; o aumento do número de transplantes em 30%; atender a 1 milhão de pessoas que esperam uma órtese ou prótese e estão hoje na lista de espera; a construção, ampliação ou reforma de 244 unidades de saúde que integrarão uma estratégia de regionalização da saúde; enfim, um número de ações estratégicas, bem planejadas, que exigem competência, fôlego e comprometimento com o bem público.

Eu acredito, Sr. Presidente, e faço questão de frisar: o Programa Mais Saúde irá promover uma grande transformação na atenção à saúde no Brasil. Tenho orgulho de estar defendendo o Programa desta tribuna, de estar ao lado de uma causa do bem.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Neuto de Conto

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de ver se há possibilidade de tempo para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Pela inscrição, Senador Neuto de Conto, o próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Paulo Paim.

Queremos adiantar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que temos de iniciar a Ordem do Dia, pois já passamos um pouco do horário, mas é evidente que não temos número de Parlamentares em plenário para votar a matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Ideli Salvatti, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não sei o que V. Ex^a irá encaminhar, mas estou pedindo a palavra pela ordem porque gostaria de fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Então V. Ex^a terá de aguardar. Pensei que era sobre a questão da Ordem do Dia.

Temos o Senador Paulo Paim, a quem vou conceder a palavra para uma comunicação inadiável; em seguida, vamos conceder a palavra ao Senador...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ainda há espaço para outra comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, gostaria de me inscrever. Pode ser? Então, por favor. Assim, não o faço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a fica inscrita. E logo que a Presidência visualize a presença de mais de 41 Senadores,...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– ... iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Paulo Paim, vou pedir a V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Presidente, Presidente....

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Não temos mais vagas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Lamento, Senador Gerson Camata.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tendo em vista que teremos de aguardar o quórum, sugiro a V. Ex^a que inscreva outros oradores se porventura houver espaço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A campanha está ligada e eu espero que as Sr^{as} e os Srs. Senadores venham ao plenário para que possamos iniciar a Ordem do Dia.

Senador Paulo Paim, vou pedir a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, talvez eu use menos do que cinco minutos.

Eu insisti muito para esta comunicação parlamentar, Sr. Presidente, porque foi a partir de uma denúncia aqui no plenário que convoquei uma reunião de emergência da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ideli Salvatti, para discutir aquela questão do Pará sobre a menina que estava presa com 20 homens durante um mês.

E por que a minha pressa para vir à tribuna neste momento? Por esta carta que recebi hoje. Senadora Ideli Salvatti, como V. Ex^a vai presidir essa subcomissão, é importante que saiba que a carta que recebi hoje é datada do dia 20 de novembro. E liguei para quem me escreveu – vou preservar o nome – e perguntei se o fato ainda acontecia hoje. Ao que ele me respondeu que eu poderia ligar para a delegacia.

E a carta que recebi não é mais do Pará; agora é do Ceará.

Exm^o Sr. Presidente da Comissão dos Direitos Humanos [estou resumindo], Sr. Senador,

Venho por meio do presente instrumento, mui respeitosamente levar ao conhecimento de V. Ex^a fatos de suma importância, em relação à existência de duas mulheres que estão presas, juntamente com mais de 30 homens, na cadeia pública do Município de Itarema.

Ora, precisamos tomar medidas urgentes devido a esta questão que, segundo ele, assiste todos os dias porque vai lá visitar parentes.

Eu estou simplificando, não vou ler toda a carta, mas está aqui o nome da pessoa que faz a denúncia: é de uma entidade. Mas não posso divulgar.

Senadora Ideli Salvatti, como V. Ex^a entrou com um requerimento, na semana passada, para criarmos uma subcomissão especial para discutir a questão das mulheres em linha de risco, por assim dizer, é importante que tome conhecimento. Essa situação é grave. Para tanto, já estou convocando uma audiência pública para amanhã pela manhã. Vejam bem, a carta é do dia 20; hoje, dia 12 de dezembro, confirmei por telefone e o fato continua. Ele, neste momento, está assistindo à TV Senado no Estado do Ceará. São duas mulheres na mesma prisão, na mesma cela, com 30 homens.

A Senadora Ideli Salvatti é quem vai coordenar esta subcomissão especial.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senadora Ideli Salvatti, lamentavelmente não se pode conceder apartes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Será dentro dos meus cinco minutos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Nem dentro dos cinco minutos de V. Ex^a. A Senadora irá falar logo em seguida.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, como fui citada, peço para falar pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu pediria que a Senadora falasse dentro dos meus três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Logo em seguida, se V. Ex^a desejar, após a Ordem do Dia, eu darei o tempo a V. Ex^a pelo art. 14.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, a denúncia que o Senador traz é da maior... Será apenas um minuto do Senador Paulo Paim. E o art. 14 vem logo em seguida. Então, estarei dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senadora Ideli Salvatti, eu estou sendo tolerante.

Peço ao Senador que cumpra o Regimento, que não permite aparte em qualquer fala por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou usar os meus dois minutos que faltam. O que diz aqui:

Sr. Senador, é preciso que façamos alguma coisa, pois se só falarmos e nada for feito para resolvermos, porque isso é corriqueiro no meu Estado, aqui no Ceará. **[sic]**

Espero eu que essa comissão tão importante por V. Ex^a preside faça algo para acabar com essa situação caótica.

Sem mais para o momento [...] [e subcreve].

Não vou ler o nome nem da entidade nem da pessoa que mandou este documento. Mas a cidade é Acaraú, no Ceará. Peço à Polícia Federal e ao Ministério Público que visite a cadeia já neste momento.

Sr. Presidente, como prometi a V. Ex^a, termino antes do meu tempo, sabendo que amanhã estarei aprovando a audiência pública, convocando o Secretário de Segurança do Estado do Ceará, o Presidente da OAB, o representante do Ministério Público, o Secretário de Segurança e o delegado que efetuou a prisão e que é responsável por essa cadeia.

Era essa a denúncia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti pelo art. 14.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei bastante breve.

Senador Paulo Paim, como eu disse hoje pela manhã na audiência conjunta, a Casa se manifestou e atuou de forma contundente em vários casos – como foi a questão do juiz de Sete Alagoas, que considerou a Lei Maria da Penha inconstitucional e fez aquelas sentenças todas; como na situação da menina presa no Pará –, com um relatório que dizia que a situação acontecia em vários outros Estados do País, outros fatos têm aparecido, como este agora, confirmando a prisão de mulheres em celas masculinas numa cidade do Ceará. É um reconhecimento do trabalho da Casa, do trabalho do Senado, da nossa atuação, caso contrário não chegariam esses apelos como aconteceu hoje, de manhã, e que aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa documentos a serem encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, da longa duração do julgamento da Roberta Carneiro. Ela está, há mais de nove anos, aguardando a condenação do seu ex-companheiro, que tentou assassiná-la. A morosidade da Justiça, infelizmente, não permitiu ainda que houvesse a punição. Nós vamos tomar todas as providências.

A comissão ainda não está instalada, mas tenho certeza de que, da mesma forma como as mulheres atuaram juntamente com vários Senadores no combate a esse tipo de situação, tomaremos todas as medidas. Acionaremos a Polícia Federal, o Ministério Público, o Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para que, ainda hoje, essa cadeia seja imediatamente visitada e as duas mulheres retiradas desse ambiente, porque não podemos tolerar mais, no Brasil, esse tipo de procedimento, em que mulheres fiquem encarceradas, submetidas a toda e a qualquer forma de violência, juntamente com criminosos do outro sexo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senador Neuto de Conto, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nossa manifestação é sobre o momento que vive a Casa, a nova Presidência e, principalmente, para agradecer o brilhante trabalho executado pelo Senador Tião Viana na Presidência até hoje.

Vou ler alguns tópicos, Sr. Presidente. De pronto, já peço que todo o pronunciamento seja transcrito

nos Anais da Casa, porque é mais longo que o tempo que V. Ex^a nos dá.

O momento é de afirmação, daí julgar necessário, de pronto, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá ser confundido com desarmonia entre os Poderes. Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a sociedade politicamente organizada.

Rendo aqui minhas homenagens ao companheiro de bancada, Senador Garibaldi Alves Filho, em sua nova missão nesta Casa.

Esteja certo V. Ex^a de que uma das lições que nós políticos aprendemos desde cedo é saber aceitar com serenidade resultados adversos numa disputa eleitoral, que, a rigor, não representam tragédia, fazem parte do percurso e são perfeitamente superáveis.

E é com a responsabilidade de quem não pode se omitir que venho a esta tribuna reafirmar: temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes.

O Brasil espera muito de nós. Não vamos decepcioná-lo.

Abre-se uma janela de oportunidades para que prossigamos na construção de um país poderoso, rico, socialmente mais justo. Esta é uma chance histórica.

O Congresso está acima dos interesses individuais. O Congresso Nacional é uma instituição inatacável.

Somos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, instrumento do Senado e do Congresso para fortalecer-los, modernizá-los para que a instituição exerça plenamente suas potencialidades.

Devemos ser severos e inflexíveis contra abusos ou qualquer forma de corrupção. Obstinação, intransigentes na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções.

Nesta Casa estão reunidas as mais notáveis biografias do País: ex-Presidentes da República, ex-Governadores, ex-Ministros, experientes Parlamentares, homens e mulheres que vêm intensamente as lutas em favor dos interesses nacionais em todas as frentes.

Aqui a moralidade não é ideal a ser perseguido. É dever de cada um. Que cada um faça a sua parte. E Deus nos ajude a todos a procedermos assim.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço que meu pronunciamento seja transcrito na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEUTO DE COUTO

O SR. NEUTO DO COUTO (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento é de afirmação, daí julgar necessário, de pronto, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá se confundir com desarmonia entre os Poderes.

Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a sociedade politicamente organizada.

Rendo aqui minhas homenagens ao companheiro de bancada Garibaldi Alves Filho em sua nova missão nesta Casa.

Esteja certo V. Ex^a, uma das lições que nós, políticos aprendemos desde cedo, é saber aceitar com serenidade resultados adversos numa disputa eleitoral, que, a rigor não representam tragédia, fazem parte do percurso, e são perfeitamente superáveis.

E é com a responsabilidade de quem não pode se omitir que venho a esta tribuna reafirma: temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes.

O Brasil espera muito de nós.

Não vamos decepcioná-lo.

Abre-se uma janela de oportunidade para que prossigamos na construção do país poderoso, rico e socialmente mais justo.

Esta é uma chance histórica.

O Congresso está acima dos interesses individuais.

Digo, taxativamente: o Congresso Nacional é uma instituição inatacável.

Aqueles que pensam que podem eliminá-lo sem seqüelas para qualquer sociedade estão profundamente enganados.

Em 181 anos, atravessamos muitas crises na história desta Casa.

Partilho do sentimento de revolta em relação aos abusos e desacertos cometidos.

Por ser uma Instituição inatacável ela não pode fazer desse fato um meio para práticas desabonadoras a qualquer um.

“Ou mudamos ou seremos mudados”, já nos advertiu o mestre Ulysses!

Quando esse zelo não existe, pode-se ter certeza que não há ética.

É com demonstrações de decência, integridade e eficiência no desempenho de nossas tarefas que vamos nos impor.

Já faz parte das nossas crenças a idéia de que CPIs, apesar do barulho que causam, não servem para muita coisa.

Outra crença: a impunidade é a recompensa habitual para os crimes dos ricos e poderosos.

O diagnóstico de que a atual avalanche de irregularidades administrativas vem exasperando a população e erodindo cada vez mais a escassa credibilidade do Poder Público é correto.

Mas não é por falha da legislação ou por deficiência da estrutura administrativa que a corrupção e a impunidade ocorrem no país, mas sim porque não se utilizam os instrumentos e não se acionam as inúmeras instâncias para combatê-las.

É preciso colocar em prática as disposições vigentes.

Apurar com rigor as denúncias e punir – sem exceção – todos os culpados de desviar o dinheiro dos contribuintes.

Existem leis e órgãos públicos mais do que suficientes para acabar com a corrupção.

Minhas Senadoras e meus Senadores, caros jornalistas.

O Brasil só estará liberto do garrote da impunidade se tiver informação séria, responsável e corajosa – e é preciso sublinhar a participação vigorosa e decisiva da imprensa brasileira que tem desempenhado papel fundamental no esclarecimento dos últimos escândalos em nosso país.

É inquestionável a força da imprensa como o quarto poder vigente, vital para o aperfeiçoamento das instituições verdadeiramente democrática.

Nesse contexto, não é por acaso: o povo se queixa dos políticos.

Contudo, o respeito à ética e a sua cobrança são imperativos universais.

Servem para todas as categorias profissionais e todos os cidadãos.

Sem exceção.

É dever de cada membro da comunidade.

Existem saídas sim, até porque no buraco em que está metida a política se percebem sinais de vitalidade e de solução.

Minhas Senadoras e meus Senadores, julgo importante ressaltar: o governo, num regime presidencialista, é distribuído – vale dizer, é exercido – por três poderes, independentes e harmônicos.

Que cada um faça sua parte!

Há um novo conceito social no país.

As pessoas têm assumido compromissos.

Têm desejo de participar.

O Brasil vive um período de avanços significativos que abrem portas para um novo conceito de par-

ticipação da sociedade civil, um repensar dos nossos destinos.

É neste Brasil que eu confio e que me dá bons motivos para ter esperança.

As soluções exigem coragem e renúncia, ação firme.

Não há lugar para a demagogia.

Um Parlamento eficiente significa, acima de tudo, um Parlamento ágil, dinâmico, independente, capaz de adiantar-se aos fatos e às peculiaridades regionais.

Cumprir-me sublinhar um problema recorrente: o número excessivo de medidas provisórias.

Ao diminuir a esfera de influência dos legisladores, com a edição tantas MPs, o Executivo pratica interferências indevidas.

É erro pensar que o Brasil pode viver ao sabor apenas de regras de um Executivo onipotente e onisciente.

Enquanto o Congresso não pode renunciar às prerrogativas, compete ao Executivo intensificar o diálogo com os parlamentares, facilitando a tramitação de suas propostas sob a forma de projetos de lei.

É desse saudável equilíbrio que nascem a prosperidade nacional e o progresso social.

Seria leviano ignorar as condicionantes políticas, geradoras de toda sorte de dificuldades práticas na consecução das reformas estruturais que a Nação requer.

Mas, perante a História, seria absolutamente imperdoável deixar escapar a possibilidade de um definitivo rompimento com o atraso.

Dentre as questões prioritárias, em que se destaca a melhor distribuição de renda, a reforma Tributária, por exemplo, é essencial para que se promova a divisão justa dos nossos tributos, desonere a produção e incentive os investimentos.

Temos outra questão vital, que é a reforma política.

Aliás, por falta de reforma política, corre-se o risco de ver castigados uns poucos corruptos, enquanto a corrupção permanece ileso.

Eis que é chegada a hora de se rever ao fundo os obstáculos que emperram o funcionamento do Judiciário e, a partir daí, esculpir um projeto que seja capaz de dar ao país instrumentos de justiça mais eficientes – e mais condizentes com as necessidades da época em que se vive.

O Brasil não pode adiar a reforma que sua Justiça tão dramaticamente precisa.

A estatística é assombrosa: um em cada três brasileiros tem algum tipo de ação tramitando nos fóruns.

É preciso, de uma vez por todas, banir a incomoda sensação de impunidade decorrente da excessiva morosidade da Justiça.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Senadores e Senadoras

Qual seria outra grande questão nacional a nos desafiar?

Para mudar a Nação é preciso um novo pacto federativo que defina as atribuições e competências da União, Estados e Municípios.

Após a Constituição de 1988 a desigualdade aumentou muito.

A União fica com 65% dos recursos arrecadados, incluindo impostos e contribuições financeiras, enquanto os Estados ficam com 22% e os municípios ainda menos, 13%.

Queremos uma reforma fiscal e tributária que seja eficaz.

É completamente inútil tentar pactos sociais sem ouvir a voz das ruas.

As transformações ocorrem no mundo real, não nos gabinetes oficiais.

Urge dotar o Poder Executivo de instrumentos necessários para as mudanças.

O Brasil está se transformando e tem pressa!

Em um mundo cada vez mais veloz e competitivo, atrasos são intoleráveis.

É nosso dever encarar, de frente, já, dois problemas que nos afligem, e exigem pronta resposta do poder político: os desequilíbrios sociais e regionais, com pobreza crescente nas camadas populares, e a concentração de riqueza.

O número de homicídios nas grandes cidades e dos casos de seqüestro, o crescimento do tráfico de drogas, as explosões de violência nos presídios são prova incontestada de que o país está assustado. Reafirmo: a prioridade é acabar com as desigualdades, melhorar a distribuição de renda nacional.

Vivemos a Era do Conhecimento.

Os olhos do planeta se voltam para a valorização de uma nova matriz energética sustentável e limpa.

O Brasil toma a dianteira da utilização das novas tecnologias energéticas, e assume lugar de destaque no cenário mundial como o os biocombustíveis – em especial o etanol.

O que temos hoje pela frente é uma economia com um vasto potencial de expansão.

O país é rico e já dispõe de uma boa infra-estrutura – mas ainda resta muito mais a ser feito, tanto em infra-estrutura quanto na área do mercado de trabalho, nas quais o enorme contingente de brasileiros hoje assistidos pelos diversos programas sociais, possa ser definitivamente inserido no setor produtivo.

Nossa meta é gerar novas riquezas em uma Nação moderna e eficiente.

Dar assistência é muito importante, mas é preciso criar o ambiente propício para novas oportunidades de trabalho e renda.

A ação do Executivo não estará completa se os programas assistencialistas não forem acompanhados de ações capazes de logo inserir estes novos brasileiros no setor produtivo.

A modernidade não é uma utopia.

Ela é um processo político e econômico vitorioso, invenção das grandes democracias.

Sr. Presidente, falar mal do governo sempre se falou.

É tão gostoso que certa feita o Milton Campos, governador de Minas, sustentava que não podia ser privilégio da oposição.

Mas é preciso remar contra essa onda de opinião que vem desacreditando a ação política e as medidas que se impõem para melhorar a qualidade de vida da população.

Reconheço, com louvor, o trabalho do Presidente Luis Inácio Lula da Silva à frente do Governo da República.

Nestes cinco anos de Governo, o Presidente Lula conseguiu importantes feitos tanto na política interna como na externa, fazendo por merecer o aplauso da maioria do povo brasileiro e o reconhecimento internacional.

Todavia, o trabalho do Presidente Luis Inácio Lula da Silva não estará completo se as ações de governo não forem acompanhadas por um austero programa de corte de despesas, capaz de eliminar as causas do déficit público.

Para concluir, Sr. Presidente, minhas Senadoras e Senadores, somos instrumento do Senado e do Congresso para fortalecer-los, modernizá-los, para que a instituição exerça plenamente as suas potencialidades.

Devemos ser severos e inflexíveis contra abusos ou qualquer forma de corrupção.

Obstinados, intransigentes, na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções.

Nesta Casa estão reunidas as mais notáveis biografias do País: ex-presidentes da República, ex-governadores, ex-ministros, experientes parlamentares, homens e mulheres que vivem intensamente as lutas em favor dos interesses nacionais em todas as frentes.

Aqui, a moralidade não é ideal a ser perseguido.

É dever de cada um.

Que cada um faça sua parte.

E Deus nos ajude a todos a procedermos assim.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.445, DE 2007

Requeiro, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, que comemora os seus 25 anos de fundação. Que esta deferência seja comunicada à senhora Isa Assef, diretora-presidente da Fucapi, para que seja compartilhada com seus funcionários.

Justificação

Uma das características mais fortes da Fucapi é a busca da inovação em todas as suas áreas de atuação. Instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de pesquisa e serviços tecnológicos e incremento à competitividade de empresas e organizações na região amazônica, a Fucapi foi instituída em 1982, a partir de iniciativa conjunta da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM e Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais – GEICOM, ligado ao Governo Federal.

Desde sua criação, a Fucapi tem se pautado pelo pioneirismo também em nível nacional.

Foi destacada, na primeira Lei de Informática, como a principal instituição tecnológica da Região Norte, por sua atuação voltada para o apoio técnico às empresas instaladas em Manaus. Implantou um laboratório de testes em brinquedos que é o único instalado fora dos grandes centros. Credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, o laboratório recebe solicitações de vários Estados.

Finalista do Prêmio Melhores Universidades 2007 na categoria Pesquisa Científica e com a indicação de três estrelas na avaliação do Guia do Estudante da Editora Abril, para o curso de Ciência da Computação, o Instituto de Ensino Superior Fucapi – CESF, tem registrado uma intensa procura pelas 530 vagas nos seis cursos de graduação que oferece no processo seletivo 2008.

Norteia sua atuação a partir das diretrizes traçadas por um Conselho Diretor, formado por representantes da Presidência e dos órgãos que a instituíram,

além de profissionais de notoriedade reconhecida nacionalmente.

Sala de Sessões, 12 de dezembro de 2007. – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2007

Requeiro, nos termos do Regimento do Senado Federal, que o Conselho Editorial aprecie o nome do ex-Senador Fábio Lucena para fazer parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, publicação que homenageia os parlamentares que tiveram assento no Senado Federal ao longo de sua história.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

– Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.447, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de Voto de Aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade nesta semana, no dia 15 de dezembro.

Justificação

Oscar Niemeyer é o mais importante arquiteto do Brasil, e orgulho dos brasileiros pelo reconhecimento internacional do seu exuberante trabalho.

Lúcido aos 100 anos de idade, Oscar Niemeyer concedeu entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, anunciando seu desejo de seguir trabalhando, quem sabe brindando o Brasil e o mundo com um belíssimo estádio de futebol para a copa de 2014, que acontecerá no Brasil.

Nessa entrevista Oscar Niemeyer definiu a vida em uma só palavra: “solidariedade”.

O legado de Oscar Niemeyer ultrapassa a 600 obras arquitetônicas no Brasil e no mundo, e a sua grande marca foi a construção da nossa Capital Fede-

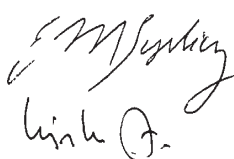
ral, Brasília, que foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

São inúmeros os exemplos da maravilhosa obra de Oscar Niemeyer: o prédio do Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, a Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal, entre tantos outros.

Merecem destaque, ainda, o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói/Rio de Janeiro; o Memorial da América Latina, em São Paulo; e o Sambódromo (a passarela do samba do Rio de Janeiro), conhecido mundialmente.

Nesta semana em que este grande brasileiro completa 100 anos de idade, o Brasil se orgulha de poder comemorar essa data tão importante e rara, e por isso entendemos como sendo de grande justiça que o Senado Federal aprove este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.



Senador EXPEDITO JUNIOR

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.448, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, 1, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, para que providencie, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os respectivos documentos comprobatórios, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CCDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes:

1) Era do conhecimento do Ministério Público do Estado do Pará a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens?;

2) Quais foram as providências adotadas pelo Ministério Público para sanar o problema ao tomar conhecimento da situação?;

3) A suposta falta criminal da menor, furto de aparelho de celular, justificaria sua prisão, de acordo com as leis penais vigentes?;

4) Em caso positivo, a prisão deveria ocorrer em cela comum?;

5) A família foi alertada sobre o encarceramento da menor, conforme exige as normas penais comuns, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas de direito internacional de proteção aos direitos humanos?;

6) Constatado o irregular exercício das normas penais vigentes para o caso, a indiferença quanto à menoridade da vítima e à especial condição de vulnerabilidade que é o fato de ser confinada com vários homens encarcerados, e a negligência do Poder Público em proteger a cidadã, o caso seria passível de representação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos?;

7) Os funcionários públicos envolvidos no encarceramento da menor foram identificados e já tiveram processo administrativo-disciplinar e penal aberto contra si para apurar a extensão de suas respectivas faltas?;

8) Foram mapeadas e identificadas as detentas que estão sob condição similar à da menor? Elas já foram separadas das celas masculinas?;

9) O problema da falta de unidades carcerárias femininas no Estado do Pará foi identificado desde que ano?;

10) Qual é o universo carcerário feminino no Estado do Pará?;

11) Quantas unidades prisionais femininas existem no Estado do Pará? Quantas estão previstas para serem construídas?;

12) Se apresentado o caso da menor presa em Abaetetuba ao sistema interamericano de proteção aos direitos da pessoa humana, o Brasil poderá ser internacionalmente responsabilizado por sua leniência?;

13) Caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos condene o Brasil, quais seriam as possíveis conseqüências?

Justificação

A sociedade brasileira assistiu, comovida e indignada, o descortinar do caso do encarceramento de menor em cela com 20 homens, alguns dos quais, durante mais de um mês, perpetraram todo tipo de

violência sexual, psicológica e moral contra a adolescente, de maneira sistemática e impiedosa.

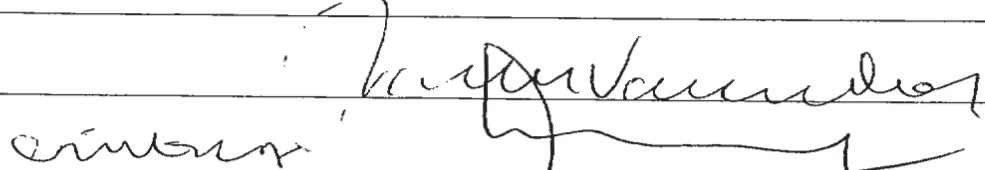
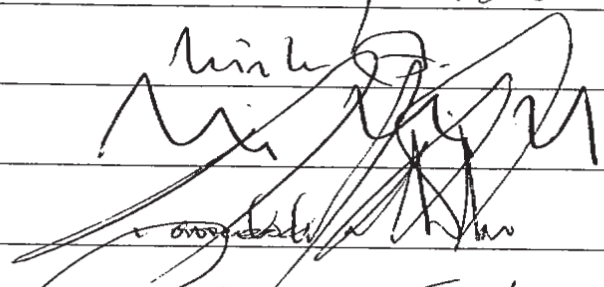
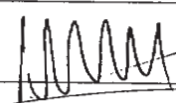
As justificativas exaradas pelas autoridades públicas envolvidas no caso para a prisão flagrantemente irregular, porquanto desproporcional e indiferente a qualquer norma legal, costumeira e moral de decência e compaixão, quando da publicidade do fato, foram consideradas lacunosas, senão repulsivas, por parte do cidadão médio, laborioso e cumpridor de seus deveres perante a sociedade, que tem a esperança de que sua obediência à ordem constituída será recompensada pela proteção e diligência do Estado em assistir seus direitos.

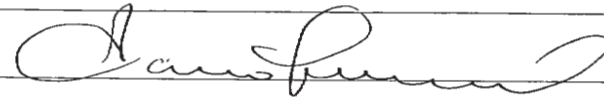
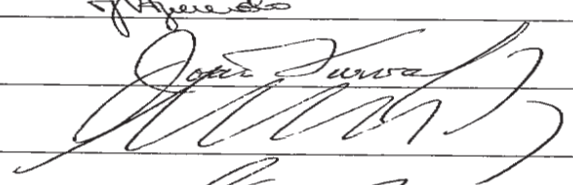
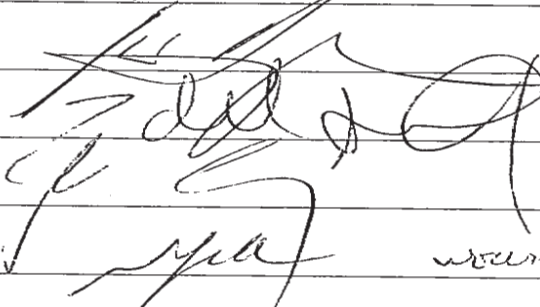
No exercício de sua função fiscalizatória, cabe a este Congresso Nacional – sobretudo em virtude da exaltação, em sede constitucional, da proteção dos direitos da pessoa humana como princípio regente não apenas do Estado de Direito vigente no âmbito doméstico, mas das relações exteriores entabuladas pelo Brasil – acompanhar detida e diligentemente o caso ocorrido no Pará, bem como quaisquer outros de idêntica magnitude humanitária, para além da dimensão política, a qual é, no caso, a de menor importância.

Assim sendo, confiamos no apoio da Mesa do Senado Federal para encaminhar, o quanto antes, o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

em 12/12/07
D. D. Amaral
M. C. Caspary
José Sarney
F. M. Sarney (Mes. Sarney)
Cláudio Torres
Artemísio
W. Sarney
E. Sarney


 ...
 - Flávio Azevedo
 ...
 Patrícia Saboga

 DEMOSTENES TORRES


 ...
 ANTONIO CARLOS JUNIOR
 ...
 ...

 ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência comunica que os Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti foram designados para representar o Senado Federal nas exéquias do Sr. Otomar Pinto, Governador do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Ma-

galhões, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6 – CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6 – CCJ, e apresentando a Emenda nº 7 – CAE.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é da maior importância, porque dá poderes ao Cade para influir em fusões, aquisições do sistema financeiro, ou seja, para avaliar todas as transações de fusões e aquisições que se fazem. Para cuidar da economia, o Cade tem competência, mas não tinha para cuidar do sistema financeiro. E como o Banco Central, na prática, não toma conhecimento desse assunto, não entra a fundo nessas avaliações, esse projeto dá poderes ao Cade para fazê-lo. É um projeto da maior importância.

Portanto, peço que os Srs. Senadores levem em consideração essa questão, porque a concentração no Sistema Financeiro tem de ser avaliada por um órgão governamental competente. É claro que, se houver risco sistêmico, fica com o Banco Central. Tem essa salvaguarda. Mas, de qualquer maneira, é um projeto importante para dar suporte às fusões e aquisições do sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero aqui homenagear o Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi o autor desse projeto.

Também entendo que é um projeto importante, porque o Sistema Financeiro passa por um processo de fusão, concentração extremamente relevante. Isso tem implicações na cartelização de decisões. Está aí o debate sobre tarifas bancárias, que hoje representam 37% dos custos administrativos e 56% da folha de pagamento dos bancos.

O Governo, felizmente, tomou medidas preliminares no sentido de disciplinar e evitar o abuso tarifário. E esse projeto prevê que o Cade deve se pronunciar sempre que houver uma fusão ou aquisição bancária, desde que não haja risco sistêmico, porque, nessas condições, evidentemente, o Banco Central do Brasil é que teria o papel de opinar e tomar decisões, para impedir a contaminação do sistema financeiro, como já aconteceu em alguns momentos, em alguns países.

Por isso, quero aqui manifestar o meu apoio e terminar, como iniciei, homenageando o Senador Antonio Carlos Magalhães por essa iniciativa que interessa à defesa do consumidor, à concorrência e à qualidade do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, da mesma forma, vou votar a favor deste projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, embora me fique uma dúvida: que órgão vai decidir se há risco sistêmico. O Conselho Monetário Nacional? Não sei se está definido no projeto. Realmente, o sistema financeiro, Sr. Presidente, em qualquer país, é um gigante frágilimo, porque, a qualquer corrida bancária, desaba e, em face disso, muitas vezes, na análise do Banco Central, pode ser necessário fazer fusões exatamente para fortalecer o sistema que está em risco. De qualquer modo, creio que o Cade apreciar também se não se está formando um cartel pode ser útil para o País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta do Senado Antonio Carlos Magalhães tem por objetivo estabelecer a competência do Cade no que tange à prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica e a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

O autor, o saudoso Senador Antonio Carlos, pretende transferir para o Cade a competência do Banco Central, que hoje é quem possui competência fiscalizadora sobre todas as questões relativas ao Sistema Financeiro Nacional, inclusive aquelas que dizem respeito à defesa da concorrência.

São as seguintes alterações aqui propostas:

a) inserção de novo artigo, o 45-A, na Lei 4.595, de 1964, dando competência ao Cade para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos estabelecidos na norma legal que criou o Cade, ou seja, a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

b) extensão das atribuições de defesa da concorrência do Sistema Financeiro Nacional para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, nos termos da Lei nº 8.884, de 1994;

c) modificação da alínea **c**, do inciso X, do art. X, da Lei nº 4.595, de 1964, para submeter à prévia aprovação do Cade qualquer

transformação, fusão, incorporação ou alteração do controle acionário das instituições financeiras;

d) revogação do §2º do art. 18 da Lei nº 4.495, de 1964, de modo a retirar do Banco Central a atribuição de zelar pela defesa da concorrência, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A presente proposição não se coloca contra o Banco Central e a favor do Cade. Ela cuida apenas de dar maior efetividade à defesa da livre concorrência, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Recebeu pareceres sob os nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões: CCJ, Relator eminente Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6, CCJ, que apresenta; e CAE, Relatora Ilustre Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao projeto e às emendas nºs 1 a 6, CCJ, e apresentando a Emenda nº 7, da CAE.

Portanto, além de se poder hoje fazer uma homenagem justa ao Senador Antonio Carlos, reconhece-se aqui o mérito de um projeto que moderniza a perspectiva de defesa da livre concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito me honra, porque eu fui o Relator deste projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, o Projeto de Lei do Senado nº 412, de Lei Complementar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Arthur Virgílio acaba de fazer um relato quase completo, ou completo, do projeto, das emendas, do relato que foi feito por mim e pela Senadora Serys Slhessarenko.

Penso que o Senador Antonio Carlos, naquele espírito que ele tinha de estar preocupado com as grandes questões nacionais e de exercer plenamente o seu mandato, sempre devotado a essas questões que dizem respeito à economia popular e àquilo que agrava a situação do povo brasileiro, teve essa iniciativa. Verificando que o Banco Central não cumpre as suas obrigações de fiscalizar as instituições financeiras em suas relações com seus clientes e seus consumidores, ele quis dar ao Cade essa atribuição.

Ainda ontem, aprovávamos aqui conselheiros para o Cade. A minha indagação era se realmente o Cade estaria preparado para essa ação. O que me interessa não é a eficiência da lei, que eu sei que ela tem, mas a eficácia da lei e ela será colocada em prática pelo Cade.

Então, o Senador Antonio Carlos, em seu projeto original, dá competência ao Cade para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos estabelecidos pela Lei nº 8.884. Entretanto, esse projeto foi passível de uma negociação feita com o Governo Federal, em particular com o Banco Central.

Aqui, bem disse o Senador Jefferson Péres, quem iria fazer essa avaliação. Pelas emendas que foram acrescentadas inclusive, na negociação com o Governo Federal, seria o Banco Central, a quem ficaria, no exercício de sua competência, após concluído o exame do Cade, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e a segurança do Sistema Financeiro, encaminhando imediatamente a matéria às autoridades responsáveis.

Quer dizer, o Banco Central vai entrar quando houver fusões, incorporações que possam alterar o Sistema Financeiro Nacional, única e exclusivamente, nessa questão. No mais, no que diz respeito à relação do Sistema Financeiro com o consumidor, fica o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com a responsabilidade de fazer a fiscalização, de impor as penalidades e de fazer a cobrança das multas necessárias, para que a população seja protegida.

Esse é o posicionamento que gostaria de fazer neste momento. Tenho a certeza de que este Plenário vai aprovar esse projeto – já devia tê-lo aprovado. Espero que tenha uma tramitação rápida na Câmara dos Deputados.

Cito aqui o orçamento impositivo, que foi proposto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e que aprovamos, mas que está dormitando nas Comissões da Câmara dos Deputados.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – É um congelador.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É um congelador, como diz o Senador Jefferson Peres. Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados está servindo de congelador para essas iniciativas importantes. Esta aqui é mais uma. Espero que a Câmara dos Deputados não aja dessa forma, porque já houve uma negociação com as autoridades monetárias e financeiras.

ras do Governo Federal. Tendo o Governo uma base larga na Câmara dos Deputados, havendo interesse – e não há por que não existir esse interesse –, acredito que esse projeto possa tramitar celeremente na Câmara dos Deputados. É esse o posicionamento.

Gostaria de, mais uma vez, elogiar o Parlamentar Antonio Carlos Magalhães, que teve tantas boas iniciativas! Recordo-me de uma delas, Sr. Presidente: o Fundo de Combate à Pobreza, de que hoje poucos se lembram, que se transformou em Bolsa-Família etc. Mas foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que o criou. E não se lembram mais disso; outros, hoje, estão se jactando de executar programas, mas foram, na verdade, a criatividade e o compromisso público do Senador Antonio Carlos Magalhães que trouxeram a aprovação de projetos tão importantes! Este aqui, com certeza, será mais um deles, não menos importante do que os demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, por um minuto, fazer uma correção: a cidade que denunciei é Itarema. Recebi a denúncia da cidade de Acaraú. Então, a cidade onde estão duas mulheres presas com 30 homens é Itarema. Já recebi telefonema aqui da Polícia Federal e disse que justificaria, com a tolerância de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Está feita a correção de V. Ex^a e o esclarecimento, Senador Paulo Paim.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra a, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do projeto sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra a Senadora Ideli, para orientar a bancada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, voto “sim”, pela bancada do PT e do Bloco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “sim” a esse projeto meritório, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que trata de atribuições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre assuntos relativos a empresas financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Jefferson Péres, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Wellington Salgado, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, na ausência do Líder, o Vice-Líder orienta a bancada. O voto do PMDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O PMDB vota “sim”.

Senador Zambiasi, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB também recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero encaminhar aqui o voto “sim”, Sr. Presidente, parabenizando o autor por um projeto relevante, sobretudo se for aplicado ao sistema financeiro, em que tanto as tarifas bancárias como as taxas de juros são escorchantes. Muito obrigado, Sr. Presidente. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Crivella.

Senador Expedito Júnior, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só uma informação: apresentei um requerimento ontem e gostaria de saber se será votado hoje ou não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Espere um momento, que a Mesa informará a V. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, o requerimento que apresentamos diz o seguinte: “Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeiro aprovação de voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade no dia 15 de dezembro”. Apresentei o requerimento ontem e gostaria de defendê-lo depois. Então, quero saber se vai ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência colocará em pauta o requerimento justo de V. Ex^a, em homenagem ao grande Oscar Niemeyer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de se processar à votação. Quero falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é meritória a emenda. Há que alguém que não pertença ao sistema bancário regular as ações, as fusões, os conglomerados bancários, mas preciso registrar que nós, do Espírito Santo, temos uma triste experiência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, no episódio da venda da segunda maior fábrica de chocolate do Brasil, a Garoto, que foi vendida a Nestlé, tentou dizer, três anos depois da venda, como aquela empresa deveria ser vendida, retalhada, para destruir a fábrica, para que suas máquinas fossem levadas para fora do Espírito Santo e para que, assim, nosso Estado ficasse privado de ter em seu território a segunda fábrica de chocolate do Brasil, que, daí a um pouco, passaria a ser a maior fábrica de chocolates do Brasil e a maior exportadora.

Faço só esse registro, mas voto a favor da matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, lembro ao Senador Gerson Camata a promessa que tem feito conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Flávio Arns, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os colegas Senadores estão votando, quero dizer que,

ontem, no microfone, mencionei a dificuldade que o sistema de saúde do País vem enfrentando pela falta de material radioativo.

A **Folha de S. Paulo**, no dia de ontem, divulgou que hospitais e clínicas brasileiras começaram a reduzir pela metade o número de cintilografias, exames usados no diagnósticos de várias doenças, inclusive o câncer, por falta do material radioativo importado do Canadá. Por dia, o País realiza pelo menos oito mil cintilografias nos quatrocentos serviços de medicina nuclear. E o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) diz que isso ocorre em função da manutenção dos problemas do reator nuclear no Canadá.

O questionamento que se faz, inclusive por parte de vários médicos, como publicou o jornal **Gazeta do Povo**, é o seguinte: “Nunca houve uma crise assim. É um sinal para que o País avalie a dependência de um monopólio da área da Medicina”. Ou seja, o País em relação à Bolívia, para a questão do gás, construiu uma relação de dependência; as prioridades da Bolívia mudaram, a filosofia mudou, e o País ficou também em graves dificuldades. Agora, também os exames para detectar câncer, problemas renais, problemas cardíacos estão suspensos pela falta de um produto que vem unicamente do Canadá. Há um problema no Canadá, e os milhares de pacientes brasileiros têm de enfrentar graves dificuldades, como atrasos, falta de atendimento e insegurança.

Por essa razão, Sr. Presidente, estamos entrando em contato com o Ipen, subordinado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), do Ministério da Ciência e Tecnologia, chamando essas pessoas, se possível, para o Congresso Nacional, para que expliquem e, ao mesmo tempo, achem, de imediato, uma solução para esse grave problema de saúde que o País vem enfrentando. É inacreditável que, neste estágio da tecnologia, um país como o Brasil tenha de se submeter ainda a um único fornecedor internacional, o que, dentro desse quadro de dificuldades, acaba causando graves problemas para o sistema de saúde em nosso País.

As explicações têm de ser dadas, e as medidas têm de ser tomadas, para que casos semelhantes não ocorram. Queremos chamar o Ipen, o Cnen, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde, para que as explicações sejam dadas e as providências a serem tomadas sejam explicitadas para todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

A Presidência vai encerrar a votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Marco Maciel e, em seguida, o Senador Magno Malta.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Efraim Morais, venho solicitar a V. Ex^a a inversão de pauta, de sorte que o Item nº 32 da Ordem do Dia de hoje possa ser apreciado após a matéria que estamos votando, porque se trata de tema extremamente importante para o Superior Tribunal de Justiça. Refere-se a projeto de iniciativa do Presidente da República, relatado pelo Líder do PMDB no Senado Federal, Senador Valdir Raupp, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no dia 24 de outubro passado. A proposição, portanto, encontra pronta para votação há mais de um mês e meio.

Não sendo, Sr. Presidente, aprovada ainda nesta sessão legislativa, a medida não entrará em vigor no próximo ano, redundando então em graves prejuízos para o bom andamento da prestação dos serviços judiciários por parte do Estado.

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça fez questão de salientar na sua justificativa que a proposta não altera os dispositivos em vigor sobre a gratuidade dos atos processuais, de modo que não representa qualquer obstáculo ao acesso à Justiça, tampouco às prerrogativas conferidas pelo legislador à Administração Pública. Diz S. Ex^a que se trata de medida semelhante à prevista para as demais Cortes, isto é, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça é o único órgão judiciário do País que ainda não regulamentou a cobrança de custas, iniciativa que se impõe em função da necessidade da ampliação dos investimentos visando à modernização da prestação dos serviços judiciários pelo Estado brasileiro.

Sr. Presidente, a proposição há de contar com o apoio das lideranças, de modo especial, do Senador José Agripino, Líder do DEM, do Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB, bem como dos demais Líderes de agremiações partidárias nesta Casa.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG)

– Sr. Presidente, o Líder Valdir Raupp apóia o pedido do Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a inversão de pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas apóia integralmente o pedido de inversão de pauta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O Democratas apóia a inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o próximo item é uma proposta de emenda à Constituição de autoria da Senadora Marina Silva. Temendo ainda pelo baixo quórum aqui, sugiro também a inversão de pauta, para que possamos apreciar o item com a presença de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A decisão tem de ser dos Srs. Líderes. A Mesa concordará com a unanimidade dos líderes, desde que haja a decisão.

Está em discussão a inversão de pauta, para que possamos concluir a votação da matéria solicitada pelo Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É o Item nº 32.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu queria ir para o próximo item; nisso, nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Eu pediria a V. Ex^a que procurasse entendimento com os demais líderes.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Depois do Senador Magno Malta, V. Ex^a terá a palavra, Senador João Pedro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Gerson Camata, dentro deste processo de votação, acabou de falar sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nossa experiência é negativa, é ruim em relação ao Cade. Aliás, algumas decisões tomadas pelo Cade carecem de muita atenção, de muito cuidado. O Ministério da Justiça precisa estar atento para alguns comportamentos, porque nossa experiência com o Cade mostrou que houve desvio de comportamento.

Quando a Nestlé comprou a nossa querida Garoto – e não houve concentração de mercado, porque não foi uma grande empresa que comprou outra grande empresa, para tomar conta do mercado –, a Garoto estava à venda por causa de problemas, com centenas de funcionários diretos e indiretos no Espírito Santo. Ninguém queria comprar a Garoto, pois era o “garoto feio”. A Nestlé comprou a empresa, que estava quase quebrando. A Garoto, em dois anos, ficou superavitária, com geração de emprego. A marca já era forte por si só. Depois, ainda houve a proposta de se construir uma fábrica para exportação de café solúvel, para geração de emprego em Colatina, no norte do Estado, o nosso lado mais pobre. Café é a vocação do Estado do Espírito. O Cade, depois de dois anos, mandou desfazer o negócio. O Senador Gerson Camata, o Senador Motta, a bancada federal, na época, e eu – o Senador Casagrande aqui não estava – fomos ao plenário do Cade e ouvimos as mais tremendas barbaridades e os argumentos dos mais esdrúxulos.

Senador Camata, sabíamos o que estava ocorrendo nos bastidores, as movimentações de bastidores para tirar a Garoto da Nestlé, ou seja, para babar, para colocar água em um negócio que tornou a Garoto superavitária e aumentou a geração de emprego e a segurança dos funcionários do Estado do Espírito Santo, para poder favorecer outras empresas.

Então, não são essas mil maravilhas, não! Não é essa cocada toda, não! Não é essa nota dez toda, não! É preciso que estejamos de olho! Tenho confiança nessa posição. Todo mundo, por unanimidade, toma uma posição, até porque é um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, uma pessoa por quem tivemos a maior consideração do mundo. Acabei de falar aqui com Júnior baiano, nosso querido Senador Antonio Carlos Júnior, da nossa consideração ao seu pai. Eu dizia que seu maior adversário, politicamente, no embate, era o Pinheiro, que ele mais respeitava. V. Ex^a falava disso comigo, do respeito que ele lhe dedicava, Pinheiro. E ele já falou para você, aqui mesmo, nos corredores, porque tinha essa grandeza o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, voto, Senadora Ideli e Senador Tião, confiando que o Governo vai estar de olho no Cade e nos conselheiros indicados lá. Aqueles que estavam na época da Nestlé/Garoto lá eram babões, que estavam agindo nos bastidores para tirar do Estado do Espírito Santo aquilo que era dele, aquilo que lhe pertencia.

Há outro projeto lá. Há outro processo dentro do Cade que trata da questão da resina. Uma grande multinacional, a que mais vende, está se juntando com a

segunda, para virar uma só na produção de resina no Brasil. É um troço que já está cheirando mal. É preciso cuidado. E quero avisar aos conselheiros do Cade que estou de olho. Por quê? Porque é a maior fábrica. O Estado que mais consome resina é o Espírito Santo. Atualmente, a maior fábrica de caixa d’água está no Espírito Santo e na Bahia. É a Fortlev. Está lá no Espírito Santo, especificamente no Município de Serra, e na Bahia. Gera muitos empregos no meu Estado. Essa empresa fabrica resina.

Estou dizendo aos conselheiros do Cade que estarei esperto, que ficarei de olho. Peço ao Governo que também o faça. Na época da Garoto/Nestlé, lá havia, com exceção – para toda regra, há a exceção –, alguns babões que agiam no escuro para inviabilizar a vida do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Vou encerrar a votação. Antes, porém, concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a realização no Amazonas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da 5^a Feira de Agricultura Familiar, que reúne 25 Municípios e mais de quarenta projetos em que o Incra trabalha com economia familiar.

Registro, com satisfação, a presença do Presidente do Incra, Rolf Hachbart, anunciando a permanência de unidades do Incra no interior do nosso Estado, bem como recursos para a infra-estrutura. S. S^a assinou, na tarde de hoje, um convênio de R\$8 milhões com o Governador Eduardo Braga, para trabalhar a regularização fundiária no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Incra, sua Superintendente no Amazonas, Socorro Marques; o seu Presidente Rolf Hackbart e – por que não dizer – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vem realizando um grande trabalho lá no Estado do Amazonas, um trabalho principalmente inovador, de reforma agrária com as populações ribeirinhas, criando projetos nas áreas de várzea no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, parabéns ao Incra pela V Feira da Agricultura Familiar!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência vai encerrar a votação.

Todos os Srs. Senadores e Senadoras já votaram?

Senador Romero Jucá, já votou? (Pausa.)
Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 - COMPLEMENTAR

ESTABELECE A COMPETÊNCIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE), PARA PREVENIR E REPRIMIR INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E CONTRA A CONCORRÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 12/12/2007 16:41:45
Encerramento: 12/12/2007 17:00:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM	DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM	PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM	PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM	PDT	CE	PATRICIA SABOYA	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM	PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 01 Total : 58
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e, NÃO, 01.

Não houve abstenções.

Total: 58 votos.

A matéria foi aprovada.

Votação, em globo, das Emendas de nºs 1 a 6 – CCJ, e de nº 7 – CAE.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

A votação é nominal.

A matéria requer **quórum** qualificado e maioria absoluta.

Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que votem.

(Procede-se à votação)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, orientando a Bancada do PT e o Bloco de apoio, digo que o voto é “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, estamos votando as emendas de parecer contrário. Portanto, o voto dos Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Parecer favorável.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o PMDB indica o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Todas as emendas de 1 a 6 foram apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Emenda nº 7, pela Comissão de Assuntos Econômicos. São emendas que receberam parecer favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores, pela orientação dos Líderes, devem votar “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O PTB recomenda o voto “sim”.

Em seguida, após a votação deste projeto, por acordo das Lideranças, votaremos o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo externar

neste momento o nosso agradecimento pela decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Decisão dos Líderes.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Creio que a matéria realmente teve a adesão dos Líderes. É, como disse há pouco, algo fundamental para melhorar a prestação jurisdicional por parte do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos encerrar a votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto as Sr^{as} e Srs. Senadores estão votando, eu gostaria de requerer a V. Ex^a, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a despeito das graves conseqüências à sua saúde acarretadas pela mucopolissacaridose, doença rara, que causa cegueira, surdez, além de diversos outros comprometimentos.

Para que os pacientes da doença recebam seus medicamentos de alto custo do SUS, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal estabeleceu entendimentos com o Ministério da Saúde, no início de 2007, que, infelizmente, ainda não surtiram o efeito esperado.

Luiz Eduardo, que recebe sua medicação por decisão liminar da Justiça, tem sido um valoroso companheiro nessa caminhada, estando ao nosso lado em audiências públicas e em reuniões. A despeito da pouca idade – 17 anos –, Luiz Eduardo apresenta qualidades que fazem da deficiência um detalhe de menor significado em sua existência. Exemplo de vida para tantos outros, é uma dessas pessoas que fazem a diferença, superando barreiras e vencendo os desafios que a vida lhe tem apresentado.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde tem uma tabela de medicamentos de alto custo, excepcionais, para doenças raras, que,

nos últimos cinco anos, não vem sendo atualizada, causando dificuldades sérias para muitos portadores de doenças raras em nosso País, um dos quais esse estudante Luiz Eduardo, portador de mucopolissacaridose. Pela via judicial, ele vem recebendo os medicamentos, que são autorizados no Brasil, registrados na Anvisa e que ainda não fazem parte dessa tabela no Ministério da Saúde, que deve, na verdade, ser mais ágil, mais flexível, para incluir os novos medicamentos.

Tanto o Senador Tião Viana como eu temos projetos de lei nesse sentido sendo avaliados pelo Senador Tasso Jereissati. Os dois projetos, tanto o do Senador Tião Viana como o meu, vão convergir para um projeto único para resolver esse grave problema que o Brasil vem enfrentando e que não pode persistir.

Então, gostaríamos, nos termos regimentais, Sr. Presidente, que a esse requerimento de voto de louvor fossem dados os encaminhamentos adequados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, nobre Senador Flávio Arns.

Senador Expedito Júnior, esta Presidência comunica a V. Ex^a e ao Plenário que já foi encaminhado o requerimento de V. Ex^a pedido no sentido de apresentar de voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade nesta semana.

O requerimento já foi encaminhado e dado conhecimento dele ao Sr. Oscar Niemeyer. Parabéns a V. Ex^a. O requerimento recebeu o número 1.447.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se os partidos já fizeram as indicações para compor a Comissão que vai visitar todos os Estados brasileiros para verificar a situação das mulheres presas.

Já foram feitas as indicações? Precisamos dessa informação para que, logo após, seja instalada a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Esclareço a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, que falta apenas a indicação do PMDB. A Mesa aguarda para fazer a leitura e a composição final.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a e solicito do Líder do PMDB que faça a indicação ainda no decorrer desta sessão.

Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Tem a palavra o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Deixe-me votar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Eu vou aguardar que V. Ex^a vote. (Pausa.)

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e Senadoras se todos já votaram.

Vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

EMENDAS NºS 1 A 6-CCJ E 7-CAE AO PLS Nº 412, DE 2003 - COMPLEMENTAR

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

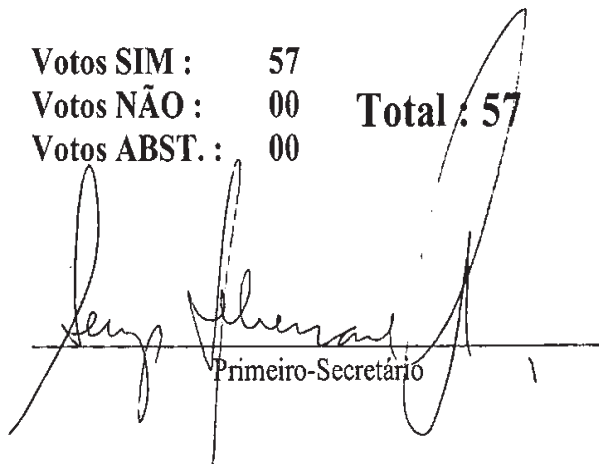
Abertura: 12/12/2007 17:00:56
Encerramento: 12/12/2007 17:08:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUP LICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 57


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e nenhum voto contra.

Não houve abstenções.

Total de votos: 57.

Foram aprovadas as Emendas de nº 1 a 6 da CCJ e a nº 7 da CAE.

SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.264, DE 2007

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, que estabelece a competência do Conselho Administrativa de Defesa Econômica – CADE, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências, consolidando as emendas aprovadas pelo Plenário, consolidando as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e 7-CAE, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de dezembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 1.264, DE 2007

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar.**Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. Compete ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), observado o disposto no § 3º do art. 10, prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.”

Art. 2º A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

.....

Parágrafo único. Compete, também, ao Plenário do Cade zelar pela defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

“Art. 14.

.....

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

“Art. 38.

.....

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

Art. 3º As alíneas **c** e **g** do inciso X do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

X –

.....

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou ter alterado, por alienação ou transferência a qualquer título, seu controle acio-

nário, respeitado o exercício da competência do Cade;

.....
g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário, respeitado o exercício da competência do Cade;

.....”(NR)

Art. 4º O art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do inciso XIV e do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....
 XIV – decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a confiabilidade e segurança do Sistema Financeiro Nacional.

.....
 § 3º No exercício da competência a que se refere o inciso XIV deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e segurança do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro e 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-B:

“Art. 46-B. Compete ao Banco Central do Brasil o exame dos atos de concentração e a punição das condutas lesivas à concorrência praticadas por instituições financeiras anteriormente à vigência desta Lei Complementar.”

Art. 6º O art. 53 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, alterado pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Em qualquer das espécies de processo administrativo, o Cade poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, entender que atende aos interesses protegidos por esta Lei.

§ 1º Do termo de compromisso deverão constar os seguintes elementos:

I – a especificação das obrigações do representado no sentido de fazer cessar a prática investigada ou seus efeitos lesivos, bem como obrigações que julgar cabíveis;

II – a fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas;

III – a fixação do valor da contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando cabível.

§ 2º Tratando-se da investigação da prática de infração relacionada ou decorrente das condutas previstas nos incisos I, II, III ou VIII do art. 21, entre as obrigações a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo figurará, necessariamente, a obrigação de recolher ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos um valor pecuniário que não poderá ser inferior ao mínimo previsto no art. 23.

§ 3º A celebração do termo de compromisso poderá ser proposta até o início da sessão de julgamento do processo administrativo relativo à prática investigada.

§ 4º O termo de compromisso constitui título executivo extrajudicial.

§ 5º O processo administrativo ficará suspenso enquanto estiver sendo cumprido o compromisso e será arquivado ao término do prazo fixado, se atendidas todas as condições estabelecidas no termo.

§ 6º A suspensão do processo administrativo a que se refere o § 5º dar-se-á somente em relação ao representado que firmou o compromisso, seguindo o processo seu curso regular para os demais representados.

§ 7º Declarado o descumprimento do compromisso, o Cade aplicará as sanções nele previstas e determinará o prosseguimento do processo administrativo e as demais medidas administrativas e judiciais cabíveis para sua execução.

§ 8º As condições do termo de compromisso poderão ser alteradas pelo Cade se comprovar sua excessiva onerosidade para o representado, desde que a alteração não acarrete prejuízo para terceiros ou para a coletividade.

§ 9º O Cade definirá, em resolução, normas complementares sobre cabimento, tempo

e modo da celebração do termo de compromisso de cessação.”(NR)

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 (noventa dias) após a sua publicação.

Art 8º É revogado o § 2º do art. 18 da Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Conforme acordo da Liderança para inversão de pauta, passa-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007.

Item 32:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça*.

Parecer favorável, sob nº 971, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Desejo apenas reiterar que a referida proposição – aliás, de iniciativa do Presidente da República – atende a uma antiga reivindicação do Superior Tribunal de Justiça, no que diz respeito ao problema das custas judiciais. Devo também dizer que o STJ é o único, dentre os tribunais superiores, que ainda não exercita esse novo mecanismo, e passará a fazê-lo a partir da aprovação do referido Projeto de Lei.

De mais a mais, se a proposição não for aprovada até o encerramento desta sessão legislativa, a matéria somente poderá entrar em vigor no ano de 2009, impedindo o Tribunal de aprimorar a prestação de seus serviços judiciários e, conseqüentemente, de aumentar a celeridade do julgamento dos feitos.

Quero dizer também que o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o nobre Líder Valdir Raupp, não somente elogiou a iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, como a considerou legal, constitucional e regimental. Daí por que faço um apelo aos colegas, seguindo, aliás, a posição dos Líderes partidários, para que aprove a referida proposição, posto que assim procedendo estaremos concorrendo para dar continuidade ao processo de reforma do Poder Judiciário Brasileiro.

Era essa a minha manifestação, Sr. Presidente, nobre Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 75, DE 2007

(nº 7.570/2006, na Casa de origem)
(De iniciativa do presidente da República)

Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a incidência e a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de competência originária ou recursal.

Art. 2º Os valores e as hipóteses de incidência das custas são os constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Os valores das custas judiciais do Superior Tribunal de Justiça constantes das Tabelas do Anexo desta Lei serão corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, observado o disposto no art. 15 desta Lei.

Art. 3º As custas previstas nesta Lei não excluem as despesas estabelecidas em legislação processual específica, inclusive o porte de remessa e retorno dos autos.

Art. 4º O pagamento das custas deverá ser feito em bancos oficiais, mediante preenchimento de guia de recolhimento de receita da União, de conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e por resolução do presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 5º Exceto em caso de isenção legal, nenhum feito será distribuído sem o respectivo preparo, nem se praticarão nele atos processuais, salvo os que forem ordenados de ofício pelo relator.

Parágrafo único. O preparo compreende todos os atos do processo, inclusive a baixa dos autos.

Art. 6º Quando autor e réu recorrerem, cada recurso estará sujeito a preparo integral e distinto, composto de custas e porte de remessa e retorno.

§ 1º Se houver litisconsortes necessários, bastará que um dos recursos seja preparado para que todos sejam julgados, ainda que não coincidam suas pretensões.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, o assistente é equiparado ao litisconsorte.

§ 3º O terceiro prejudicado que recorrer fará o preparo do seu recurso, independentemente do preparo dos recursos que, porventura, tenham sido interpostos pelo autor ou pelo réu.

Art. 7º Não são devidas custas nos processos de *habeas data*, *habeas corpus* e recursos em *habeas corpus*, e nos demais processos criminais, salvo a ação penal privada.

Art. 8º Não haverá restituição das custas quando se declinar da competência do Superior Tribunal de Justiça para outros órgãos jurisdicionais.

Art. 9º Quando se tratar de feitos de competência originária, o comprovante do recolhimento das custas deverá ser apresentado na unidade competente do Superior Tribunal de Justiça, no ato de protocolo.

Art. 10. Quando se tratar de recurso, o recolhimento do preparo, composto de custas e porte de remessa e retorno, será feito no tribunal de origem, perante as suas secretarias e no prazo da sua interposição.

Parágrafo único. Nenhum recurso subirá ao Superior Tribunal de Justiça, salvo caso de isenção, sem a juntada aos autos do comprovante de recolhimento do preparo.

Art. 11. O abandono ou desistência do feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensa a parte do pagamento das custas nem lhe dá o direito à restituição.

Art. 12. Extinto o processo, se a parte responsável pelo pagamento das custas ou porte de remessa e retorno, devidamente intimada, não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, o responsável pela unidade administrativa competente do órgão julgador a que estiver afeto o processo encaminhará os elementos necessários ao relator e este à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União.

Art. 13. A assistência judiciária, perante o Superior Tribunal de Justiça, será requerida ao presidente antes da distribuição e, nos demais casos, ao relator.

Parágrafo único. Prevalecerá no Superior Tribunal de Justiça a assistência judiciária já concedida em outra instância.

Art. 14. O regimento interno do Superior Tribunal de Justiça disporá sobre os atos complementares necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos respeitando-se o disposto nas alíneas b e c do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal.

ANEXO

TABELAS DE CUSTAS JUDICIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TABELA A
RECURSOS INTERPOSTOS EM INSTÂNCIA INFERIOR**

RECURSO	VALOR (em R\$)
I - Recurso em Mandado de Segurança	100,00
II - Recurso Especial	100,00
III - Apelação Cível (art. 105, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal)	200,00

**TABELA B
FEITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA**

FEITO	VALOR (em R\$)
I - Ação Penal	100,00
II - Ação Rescisória	200,00
III - Comunicação	50,00
IV - Conflito de Competência	50,00
V - Conflito de Atribuições	50,00
VI - Exceção de Impedimento	50,00
VII - Exceção de Suspeição	50,00
VIII - Exceção da Verdade	50,00
IX - Inquérito	50,00
X - Interpelação Judicial	50,00
XI - Intervenção Federal	50,00
XII - Mandado de Injunção	50,00
XIII - Mandado de Segurança:	
a) um impetrante	100,00
b) mais de um impetrante (cada excedente)	50,00
XIV - Medida Cautelar	200,00
XV - Petição	200,00
XVI - Reclamação	50,00
XVII - Representação	50,00
XVIII - Revisão Criminal	200,00
XIX - Suspensão de Liminar e de Sentença	200,00
XX - Suspensão de Segurança	100,00
XXI - Embargos de Divergência	50,00
XXII - Ação de Improbidade Administrativa	50,00
XXIII - Homologação de Sentença Estrangeira	100,00

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2001**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.

Parecer favorável, sob nº 784, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador José Eduardo Dutra.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A proposta foi desarquivada nos termos do Requerimento nº 280, de 2007.

A discussão da matéria, em primeiro turno, foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 12 de dezembro de 2002.

Passa-se à votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, agradeço a V. Ex^a por encaminhar esta matéria, fazendo justiça a um dos setores do trabalho, especialmente da Amazônia, equiparando a aposentadoria dos trabalhadores dos seringais, os extrativistas vegetais, ao que a Constituição já prevê ao trabalhador rural, ao garimpeiro e ao pescador artesanal.

Portanto, eu queria pedir a atenção de todos os Srs. Senadores para aprovar esta matéria, fazendo, assim, justiça a uma importante categoria profissional da região amazônica brasileira. Aproveito para pedir, então, Sr. Presidente, o voto de todos os nossos colegas a esta importante matéria que estamos a apreciar neste momento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Marcelo Crivella, tem a palavra para a encaminhar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria não somente de encaminhar o voto “sim”, mas também parabenizar o trabalho deste Senador que representa os maiores valores da região amazônica, sobretudo do Acre, sua terra, Senador Sibá Machado. V. Ex^a, mais uma vez, conquista para o povo da sua terra, seus conterrâneos, uma vitória extraordinária. Parabéns, Senador. O PRB vota “sim”.

Eu gostaria, também, Sr. Presidente, de acusar aqui, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Crivella, estamos no encaminhamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sim, Sr. Presidente, vou encerrar já. Mas é um ofício que recebi da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, carta encaminhada ao Sr. Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, a respeito da situação da produção teatral brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, com a qual me solidarizo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha satisfação. Há muito tenho esperado este momento de votar esta proposta de emenda constitucional que vai contribuir muito para, primeiro, conceituar no Instituto Nacional de Seguridade Social, quem são os extrativistas. Até hoje, a lei garante a aposentadoria apenas aos trabalhadores rurais, e há uma enorme confusão em relação a isso. Quero parabenizar a nossa querida Senadora e Ministra Marina Silva por essa iniciativa, que, naquela época, apresentou a proposta de emenda constitucional respondendo a um apelo dos seringueiros e seringueiras do Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar e solicitar ao Plenário desta Casa, aos nossos Senadores e Senadoras o voto “sim” a esta matéria, que é de grande expectativa dos seringueiros e seringueiras de toda a Amazônia brasileira e, principalmente, daqueles poucos que conseguem sobreviver nas florestas do Estado de Rondônia, todos os dias pressionados pelo grande capital, pelo latifúndio e por grandes madeireiras.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar a votação e dizer a V. Ex^a que vou votar “sim”.

Quero dizer ao Senador Sibá que as providências por ele tomadas são úteis, porque o aposentado extrativista merece todas as considerações e o respeito pelas suas atividades.

Mas quero aqui externar, Sr. Presidente, meu sentimento de que todos nós possamos ajudar não só o aposentado extrativista, mas os aposentados brasileiros, que, neste momento, sofrem.

E através do PL nº 58, do Senador Paim, que tramita nesta Casa, todos os Senadores deveriam colaborar. Aqui peço a colaboração do Senador Sibá Machado, que, neste momento, tem o seu projeto encaminhado, projeto que, com certeza, vai ser aprovado, para que o Senador Mercadante possa cobrar do Senador Romero Jucá, exatamente o relator dessa matéria, que essa matéria possa vir para a pauta, Sr. Presidente. E que V. Ex^a tenha condição de colocar essa matéria em discussão, porque ela já está há muito tempo tramitando, e os aposentados brasileiros estão há muito tempo sofrendo.

Era essa a minha consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador João Pedro.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Peço a V. Ex^a que me inscreva também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a está inscrito, nobre Senador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar essa iniciativa da Senadora Marina, da Ministra Marina Silva, que é uma cidadã lá da Amazônia, que, com sua sensibilidade, corrige, sem dúvida alguma, essa injustiça contra a categoria de trabalhadores que trabalham com a seringa.

O Brasil assistiu há bem pouco tempo, na televisão, ao seriado *Amazônia, de Galvez a Chico Mendes*, que focava a economia da seringa, o trabalho com o látex, com a borracha. É importante dizer que, até hoje, lá na Amazônia, esses trabalhadores e trabalhadoras continuam trabalhando o látex, a produção da borracha.

Essa categoria de trabalhadores compõem a história da Amazônia e o fazem de forma muito dura. Penso que o Senado da República vai votar essa matéria, corrigindo uma injustiça, reparando um erro histórico. O Senado encontra-se com os seringueiros, encontra-se com a Amazônia, encontra-se com brasileiros e brasileiras que trabalham a borracha na floresta brasileira, que é a floresta da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria mesmo de homenagear a Ministra Marina, autora dessa Proposta de Emenda à Constituição, que vem de uma inspiração dos trabalhadores da floresta lá da região de Rondônia.

Trata-se de uma matéria que diz respeito à proteção social que o Estado brasileiro assegura aos trabalhadores extrativistas. Quem conhece a Amazônia, quem conhece o coração da floresta amazônica sabe a dimensão humana que essa matéria tem.

Estamos falando de vinte milhões de pessoas que moram na nossa região e, desses, algumas centenas de milhares em plena floresta, com uma expectativa de vida muito menor, a uma distância de dias ou quilômetros para chegar a um serviço médico, para buscar informação sobre proteção legal, para ter o direito de ter ajuda para o filho nascer, porque, em regra, a proteção de quem mora na área florestal pura é o acesso a uma parteira, que muitas vezes não teve qualquer treinamento técnico do Estado brasileiro – e aí se somam as dificuldades.

Agora, começa a chegar um programa chamado Luz para Todos a essas regiões mais isoladas, mas em geral o saneamento básico é precário, a informação sobre educação sanitária é precária do mesmo jeito, principalmente em função da distância e do isolamento. Não há possibilidade de conservação dos documentos, em regra pela alta umidade da região, e há pouca informação da importância de que aquilo assegura uma proteção social ao longo da vida dessas pessoas.

Sr. Presidente, tivemos um processo de migração para a floresta amazônica pautado no convite à economia tradicional, gerando riqueza para o País. Foi assim com a borracha, foi assim com os ciclos minerais do ouro, foi assim com os ciclos das reservas minerais que servem à metalurgia, foi assim com outras atividades estratégicas da nossa região, e o Estado brasileiro não

respondeu à altura, em que pesem algumas medidas de avanço na proteção social dessas pessoas.

Entendo que esta matéria vem assegurar uma correção que a norma constitucional não estabelecia adequadamente aos trabalhadores que vivem nas áreas de floresta em plena região amazônica.

Tínhamos isso para trabalhadores que trabalham na pesca e em outras atividades econômicas das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, mas os trabalhadores da atividade extrativista florestal pura da Amazônia não tinham a proteção do Estado.

Então, esta matéria traz uma homenagem a eles quando garante um regime de proteção previdenciária especial, reduzindo em cinco anos a expectativa deles ao direito ao recurso da aposentadoria.

Por essa razão, solidarizo-me com este projeto. Tenho certeza de que o Plenário do Senado Federal saberá fazer homenagem aos homens e às mulheres, aos trabalhadores e às famílias que vivem na região amazônica, em meio à floresta, nos nossos rios, nos nossos Estados.

Meus cumprimentos à Ministra Marina e a todo esse movimento amazônico, que cada vez encontra mais reconhecimento do Brasil.

Parabéns, Senadora Fátima Cleide, porque foi da sua Rondônia que surgiu a inspiração desta Emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lastimavelmente, o Brasil é um país que ainda consagra em sua legislação grandes injustiças.

Temos uma Constituição volumosa, com cerca de 182 mil leis. E, todavia, vamos corrigindo injustiças que se perpetram ao longo do tempo com leis especiais.

Agora, por exemplo, esta é uma lei justa, atende os seringueiros do Brasil, mas se esqueceu dos garimpeiros, garimpeiros que estão também na Amazônia. E são centenas de milhares de garimpeiros espalhados por este País afora que não foram contemplados por uma lei desta natureza.

Temos o Estatuto do Garimpeiro, que acaba de ser votado na Câmara, mas ainda não foi votado no Senado. O ideal é que tivéssemos juntado todas essas categorias merecedoras dos cuidados dos Senadores, dos Deputados e do Presidente da República para praticar de uma só vez a justiça que a elas é devida pelo Poder Público brasileiro.

Cumprimento os autores desta emenda, que estiveram bem inspirados no instante em que puderam apresentá-la ao exame do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Votação da proposta.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pode encaminhar ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, mas, com esse tumulto que está na Casa, às vezes não se percebe o que se está discutindo. Consultei agora o Senador Tião Viana, e a matéria é sobre seringueiros, e não sobre garimpeiros, como disse o nosso Senador Edison Lobão.

Os seringueiros têm uma importância vital, assim como o tem o seu sofrimento, a sua história. Conheço alguma coisa, porque andei muito por aquela região. Outro dia, fiz uma constatação aqui, Senador Edison Lobão, meu querido amigo: a luta do seringueiro pela auto-independência financeira.

Um seringueiro conseguiu fazer a bola perfeitamente sem uso de material poluente. Ele fez a manta artificial para fabricação da bola. Então, aquela comunidade hoje vive da indústria da bola, que não polui e é própria da natureza.

Portanto, se não reconhecemos a atividade do seringueiro e darmos a eles o apoio que eles merecem, sem dúvida alguma o sofrimento será permanente. E vamos discutir depois o problema dos garimpeiros, que também nos preocupa bastante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Não mais havendo quem queira encaminhar a matéria, vamos à votação da proposta.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira orientar as Bancadas...

Senador Sibá Machado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O PT encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar, lembrando que a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, ou seja, 49 votos favoráveis.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o oftalmologista Cláudio Luiz Lottenberg, que acaba de ser reencaminhado como Presidente do Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Gostaria de dar os parabéns em meu nome, em nome do Senador Tião Viana, em particular, e em nome de todos os Senadores desta Casa. Cláudio Lottenberg presidirá por mais um termo, por mais um mandato, aquele glorioso Hospital Albert Einstein, da terra de V. Ex^a, lá de São Paulo, que presta relevantes serviços à população do nosso País, porque vem gente de todo o Brasil para se tratar ali. É um refúgio, é um abrigo, é um hospital de Primeiro Mundo.

Gostaria de desejar a ele um grande mandato, que seja auspicioso, que seja promissor, que seja efetivo, que seja realizador o mandato do oftalmologista reconduzido à Presidência do Hospital Albert Einstein.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar que, na última votação, estávamos em trânsito e gostaríamos de registrar nosso voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata conterà a manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para encaminhar em nome do Democratas.

O voto do Democratas é “sim”. Essa matéria beneficia os seringueiros do Brasil.

O voto do Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto do Democratas é “sim”.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Ex^a por presidir a nossa Casa.

A escolha foi sábia e cumprimos o seu Partido por nos dar um nome que, com certeza, além de orgulhar o seu Estado, vai orgulhar muito o País.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento e esse documento, inclusive, já foi dado providências pela Mesa, mas, em respeito ao Senador Suplicy e também ao Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de fazer registrar que o voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemayer, que estávamos propondo, leva também a assinatura desses dois Senadores, que com certeza, para fazer uma indicação dessa, eu tinha que pedir licença ao Senador Cristovam Buarque. E a assinatura dos dois enriquece muito o nosso requerimento. Eu gostaria, então, de devolver à Mesa o requerimento que tem o número de 1.447 de 2007. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir a matéria. É um assunto ligado à minha região...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para encaminhar a matéria, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposta de Emenda Constitucional de autoria da Ministra atual e à época Senadora Marina Silva, proposta justa porque equipara ao nível de trabalhador rural o seringueiro. E o seringueiro não

é outra coisa a não ser um trabalhador rural sofrido, desvalido, abandonado à própria sorte por seguidos governos deste País.

Viveram momentos épicos no Brasil. Conquistaram o Acre, a Bolívia, pela bravura de Plácido de Castro e pela coragem de tantos nordestinos, na sua maioria, cearenses que migraram para aquela região e viveram uma verdadeira epopéia. Veio a debacle dos preços internacionais da borracha. Os seringueiros sofreram! Veio, depois, o período do regime autoritário, a Sudam distribuía dinheiro a rodo para implantarem a pata do boi no local dos seringais. E, se havia a condição de trabalho injusta nos seringais, é verdade que houve a dilapidação ecológica, houve o fracasso econômico de todos daqueles empreendimentos. Eu me lembro de que a Volkswagen tocou fogo em uma área de terras que chamou atenção do mundo já àquela altura e, hoje, nós discutimos, com muita consciência, as queimadas e, à época, nem tanto. À época, poucos tinham a consciência de hoje. À época, se dizia que o desenvolvimento deveria ser a qualquer preço e que se devia queimar a natureza para criar desenvolvimento, como os europeus fizeram com a Floresta Negra, por exemplo. Não havia consciência ecológica.

Mas, até sob esse aspecto, os seringueiros sempre conviveram bem, harmoniosamente, com a natureza. Eles não destruíram a natureza. Ela está intata a depender deles. Se não está intata, é porque a destruição dependeu de outras forças. Portanto, Sr. Presidente, eu aqui, irmanado ao Senador João Pedro, que é colega de Partido da Ministra Marina Silva – minha querida amiga –, encaminho o voto, pelo PSDB, entusiasmadamente a favor da aprovação desta matéria, porque é o resgate de um passado, é justiça que se faz, é abertura de perspectiva de vida para segmentos desvalidos da nossa população.

Portanto, que nós equiparemos os seringueiros à condição de trabalhadores rurais, em termos salariais e em termos de assistência previdenciária, porque eles merecem. Eles fazem parte de uma das horas mais nobres da História que este País já viveu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB/ RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma inversão de ordem na pauta

para que a gente pudesse votar o Projeto de Emenda Constitucional nº 5/2005, pelo qual esperam hoje 3 ou 4 milhões de brasileiros. Trata-se de uma PEC que apresentei dando o direito de criar representatividade no Congresso aos brasileiros que moram no exterior. É o Item nº 8 da pauta. Gostaria de solicitar que o projeto seja votado antes tendo em vista que estamos com tempo, enquanto chegam os assuntos consideramos mais urgentes.

É o pedido que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Cristovam Buarque, vou consultar as Lideranças para saber se concordam com a sugestão de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao mesmo tempo, agradeço a presença do artista Ney Matogrosso, que veio participar da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal. Ney Matogrosso irá participar, ainda, de um debate sobre hanseníase. Dou as boas-vindas a Ney Matogrosso. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero também cumprimentar Ney Matogrosso por sua extraordinária contribuição à música popular brasileira e à causa das pessoas com deficiência.

Gostaria, Sr. Presidente, de também encaminhar favoravelmente à proposta da ex-Senadora Marina Silva, que tem o parecer favorável de nosso ex-líder José Eduardo Dutra. E lembro que, se vamos conceder ao extrativista, o trabalhador na floresta, direitos iguais aos trabalhadores rurais, justamente pessoas que não puderam, ao longo de suas vidas de trabalho, dar a contribuição para o INSS, mais relevante ainda se torna a contribuição de 0,10% da CPMF, que vai para a Previdência exatamente para fazer frente a essas responsabilidades.

Então, como o Senador Arthur Virgílio se entusiasmou tanto pela proposta da Senadora Marina Silva, que ele possa também abrir o seu coração, a sua alma, para a proposição da CPMF, para que pague a contribuição tanto para os trabalhadores rurais quanto aos extrativistas da Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, consulto V. Ex^a se é possível também fazer uma inversão da pauta dos Itens 26 e 27. São dois itens da CLT para os quais há entendimento. São dois projetos da Câmara: um é Relator o Senador Suplicy e o outro eu sou o Relator.

Este é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para cumprir um dever de justiça e o PRB apresentar as congratulações à Ministra Marina Silva por um projeto tão relevante em benefício do povo da sua terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Consulto as Lideranças partidárias sobre se concordam com a proposta de inversão da ordem dos trabalhos apresentada pelo Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador José Agripino.

V. Ex^a não tem objeção?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sobre o que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Sobre a proposta feita pela Senador Cristovam Buarque, de inversão da pauta, do Item 8.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presi-

dente, a minha preocupação é a de que se coloque em pauta de votação a PEC da CPMF. Se começarmos a fazer manobra, inverte-se daqui, inverte-se de lá, vamos chegar às 9 horas da noite sem que essa matéria não tenha entrado ainda em apreciação.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, até pela celeridade dos trabalhos, para que cheguemos, conforme foi acordado ontem, à apreciação e à votação da matéria CPMF.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr.

Presidente, meu pedido era se houvesse um espaço

meio vazio, mas, se já está começando a CPMF, retiro o meu pedido sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Infelizmente, Senador Cristovam Buarque, não existe esse espaço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mui-

to bem. Está retirado o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Aproveitando a proposta de inversão da Ordem do Dia do Senador José Agripino, vamos votar logo a CPMF.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Aplauso

à decisão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Logo após o encerramento deste item, votaremos a CPMF.

Pergunto aos outros Líderes partidários se concordam.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB concorda.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT concorda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Lideran-

ça do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB concorda.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN.) – Atenção, como vota o PMDB?

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Lí-

der. Sem revisão do orador.) – Vai-se votar o Item 1, depois a CPMF, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN.) – Não. Vamos votar o item cujo processo de votação já iniciou e, depois, a CPMF.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR concorda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como

Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PT e o Bloco também.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB concorda.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB propõe votar mais um item, mais uma PEC, o Item 3, e depois a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Mais um item, além deste que está sendo votado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Mais um item além deste que está sendo votado e concluído.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Consulto os Líderes sobre se aceitam a proposta do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro concorda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que a CPMF fosse votada logo após esta votação. Agora, se eu não tiver a maioria dos Líderes, vou submeter-me à maioria, mas a minha proposta é a de que, encerrada esta votação, entre em encaminhamento de votação, porque a discussão foi encerrada, a Proposta de Emenda à Constituição que trata da prorrogação da CPMF.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Item 3 será de votação rápida, não é Senador Valdir Raupp? Então, acho que até ganharíamos tempo, se não houvesse o debate do encaminhamento e fizéssemos a votação rapidamente, aproveitando o quórum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB entende que a votação da CPMF certamente promoverá uma sessão polêmica e demorada. Por isso, opinamos que V. Ex^a inicie, assim que concluir esse item, imediatamente, o processo de deliberação sobre a CPMF.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos votar a CPMF hoje. Então, votando mais uma PEC ou menos uma PEC... Se o PMDB quer votar mais uma PEC – e concordo que se vote –, acho que não faz diferença para o nosso processo de votação aqui na Casa.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Expedito Júnior, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Líderes do Democratas e do PSDB no sentido de que votemos rapidamente essa outra matéria do PMDB. Em seguida, adentraremos logo a CPMF, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Vou atender o apelo do Senador Expedito Júnior, do PR.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – O PTB concorda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR está de acordo, entendendo que mais meia hora ou 40 minutos... Todos estamos preparados para votar a CPMF, varando a noite, se necessário.

Concordamos que façamos rapidamente essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência, depois de ouvir as Lideranças partidárias, comunica que vai encerrar esta votação; depois, votaremos o Item 3 e então votaremos a CPMF.

Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

Consulto se algum Senador não votou?

Encerrada a votação, vamos apresentar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2001 (1º TURNO)

ALTERA O INCISO II DO § 7º DO ARTIGO 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA REGULAMENTAR A APOSENTADORIA DO EXTRATIVISTA VEGETAL

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 12/12/2007 17:28:13
Encerramento: 12/12/2007 17:45:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	ABST.
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

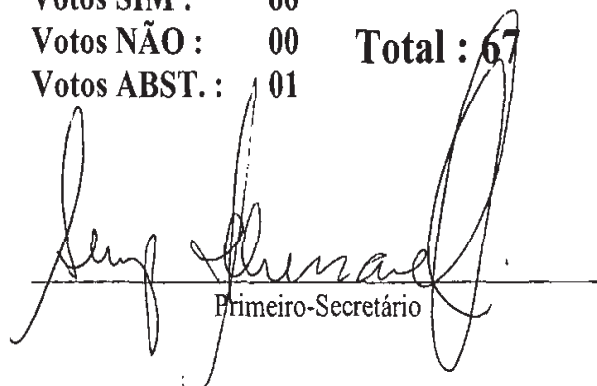
Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 66

Votos NÃO : 00

Votos ABST. : 01

Total : 67


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 66 Senadores; e, NÃO, nenhum.

Houve uma abstenção apenas.

Total: 67 votos.

Portanto, a Proposta de Emenda à Constituição de nº 56, de 2001, no primeiro turno, está aprovada por unanimidade.

Comunicamos que a matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

Vamos passar, agora, ao Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos passar, agora, ao Item 3.

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nº 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria, Sr^{as} e Srs. Senadores, constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que foram apresentados os Requerimentos nºs 67 a 69, de 2007, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando informações aos Ministros de Estado das Cidades, da Integração Nacional e da Fazenda, referentes à matéria, cujas respostas foram encaminhadas através dos Ofícios nºs 11 e 6.124, de 2007, e do Aviso nº 160, de 2007, dos respectivos Ministérios.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.449, DE 2007

Nos termos do art. 315, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13 de 2003, que “altera a redação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios” de autoria do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores e Senadoras, para que possa ser analisada em reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

Apesar da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania já ter se pronunciado sobre a matéria, inclusive em reexame, a União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE, que elaborou a minuta desta proposta apresentada ao Senado, entendeu haver mudanças necessárias a serem incluídas no texto da proposta, sendo necessário discutir estes pontos na Comissão que regimentalmente tem esta prerrogativa.

É preciso dotar a emenda constitucional de mecanismos mais eficazes no combate à criação desnecessária de municípios, criando cidades débeis financeiramente, o que trará prejuízos inestimáveis às populações locais.

Posto isto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, pois acredito ser salutar maior análise, principalmente destas sugestões a serem apresentadas pela UNALE, que merece todo nosso respeito e consideração, desta forma possamos aprovar o projeto de forma totalmente clara e capaz de lograr maior êxito em sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de adiamento da votação da matéria, para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apenas queria saber quem está pedindo o reexame.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está bem. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item nº 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).*

Pareceres sob nºs 1.080 e 1.183, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), favorável, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu; e 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 1 a 19, de Plenário), contrário, apresentando a Emenda nº 20, de redação, com votos favoráveis dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati e José Agripino.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço vênha para ler todo o enunciado.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A discussão da matéria, em primeiro turno, Srs. Senadores, já foi encerrada na sessão deliberativa do último dia 3, com a apresentação das Emendas de nºs 1 a 19, de Plenário.

Vamos passar, então, à votação.

Vamos ao encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a nos inscrevesse para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de estar inscrito para fazer o encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, Senador Valter Pereira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR.) – Peço a V. Ex^a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Marcelo Crivella, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Marcelo Crivella já está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Magno Malta está inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Magno Malta já está inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sibá Machado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sibá Machado já está inscrito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, Expedito Júnior. Já devo estar inscrito.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Fátima Cleide, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fátima Cleide.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Epitácio Cafeteira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Epitácio Cafeteira.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eduardo Suplicy, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eduardo Suplicy.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Renato Casagrande, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Renato Casagrande.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – João Pedro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – João Pedro.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, só para checar, já estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Expedito Júnior está inscrito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a quer se inscrever?

Já está inscrito. Já está inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, vou encaminhar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá a palavra para encaminhar pela Liderança do PDT.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, desejo também inscrever-me para falar no encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a já está inscrito.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, por cinco minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no balanço das discussões e de embates acerca da CPMF, o que se vislumbra é o fracasso do diálogo, o triunfo da intransigência e a imprevisibilidade do futuro.

Pela lei do menor esforço, o Governo deixou de lado a reforma tributária, que poderia efetivamente corrigir distorções fiscais e lhe garantir receita permanente; e absteve-se de fazer o seu dever de casa, que era criar alternativas para enfrentar o fim previsto e anunciado da Lei do Cheque.

Acostumado a navegar em águas plácidas, não se apercebeu de que, no Senado, a voz rouca das ruas produz o seu eco.

E o clamor popular resulta das pressões de uma das maiores cargas tributárias do planeta!

Pelo menos, foi isso o que se constatou das audiências públicas realizadas para conhecer os fundamentos de quem veio defender e de quem veio criticar a política tributária nacional.

Ministros de Estado e técnicos do Governo não conseguiram afastar a imputação de que a Fazenda Pública é movida por um insaciável apetite que parece não ter fim.

Já os agentes econômicos que se engajaram nos debates demonstraram de forma cabal que a excessiva incidência de impostos acarreta graves prejuízos, graves seqüelas ao País. A principal delas é a atrofia do desenvolvimento econômico.

Basta comparar o desempenho da nossa economia com a prosperidade dos demais países emergentes.

Nos últimos 10 anos, a expansão do PIB no Brasil foi da ordem de 22%. Nesse mesmo período, o PIB mundial cresceu 44%, ou seja, cresceu exatamente o dobro. Por aí, se conclui que o Brasil ficou 50% mais pobre em relação ao resto do mundo.

Comparar o PIB do Brasil com o dos países da América Latina, incluindo o Caribe, deixa qualquer um desapontado. A taxa de crescimento de 2,35% da nossa economia em 2005 superou apenas a do Haiti, um país destruído pela guerra civil, que não ultrapassou 1,5%.

Na tribuna desta Casa, inúmeros discursos foram feitos, advertindo que, com essa carga tributária, o Brasil vai continuar perdendo a corrida do crescimento econômico.

Em 2006, pela metodologia anterior, o IBGE constatou um crescimento econômico de 2,9%. Com isso, o País está deixando de gerar os empregos que a sociedade reclama. E quanto mais desemprego, maior a necessidade de proteção estatal, mais dependência de programas sociais e maiores gastos públicos para o contribuinte pagar.

A maior indignação da sociedade decorre dessa monumental carga tributária que o brasileiro é compelido a pagar. Daí a minha convicção de que é preciso reduzir o estômago da Fazenda Pública. Só uma carga tributária civilizada poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico nos patamares dos demais países emergentes.

O cerco contra a renovação da CPMF é a trincheira que restou para proteger o lombo do contribuinte, esfolado, contra tantos impostos, taxas, emolumentos, que a Fazenda Pública, em todos os níveis e esferas, não se cansa de criar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a dispõe apenas de um minuto. Desejo a compreensão de V. Ex^a para poder obter a compreensão de todos os oradores inscritos. Já temos 25 Senadores inscritos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o assunto é da maior relevância. Gostaria que V. Ex^a tivesse um pouquinho mais de tolerância, mesmo que a sessão se arraste por um pouco mais à noite, porque hoje é um dia decisivo para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, vou consultar as Lideranças se desejam elastecer o tempo, porque o tempo regimental é de cinco minutos.

O Senador Valter Pereira está querendo mais tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, a opinião do Democratas é que se deve restringir aos cinco minutos regimentais, até porque a quantidade de oradores é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou responder à questão que V. Ex^a levantou: pelo PSDB, o encaminhamento da votação deve ser de cinco minutos, até porque não se trata de sessão de discussão.

A discussão está vencida. O que está sendo feito é encaminhamento da votação. Portanto, cinco minutos sem prorrogação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estamos com 30 inscritos. Se cada um tem cinco minutos, serão 150 minutos só para encaminhar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Trinta minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria encaminha cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trinta minutos para cada orador?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Temos que intensificar a discussão, Sr. Presidente. É uma noite importante.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os Líderes. Eles não têm poder, não podem mudar o Regimento e agiram de acordo com o Regimento, com a lei e com a prudência, para o bom andamento da sessão. Cumprimento os Líderes pela atitude que tomaram.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência vai dar dois minutos ao Senador Valter Pereira, pedindo sua compreensão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a e aos Líderes a compreensão.

Mas, Sr. Presidente, a despeito de todas as restrições que faço a essa monumental carga tributária, não

posso me iludir, pensando que a falta da CPMF não vai gerar impacto nas contas públicas, na prestação de serviços, na realização de programas e na construção de obras. Mesmo que se concretize todas as expectativas de excesso de arrecadação, ainda assim serão inevitáveis os efeitos da incerteza, a necessidade de metas, os atrasos nos cronogramas, além de outros fatos imprevistos.

Foi alicerçado em tais convicções que apresentei emenda que previa a extinção da CPMF em quatro anos: para o ano de 2008, uma alíquota de 0,30%; para 2009, 0,22%; 2010, 0,14%; a partir de 2011, 0,08%, com destinação exclusiva para o Fundo Nacional de Saúde.

Lamentavelmente, a ilustre Relatora não acolheu nenhuma proposta de redução gradativa, optando pela extinção abrupta, de uma só vez!

O Governo, por seu turno, age com a mesma rigidez e nega concessões que torne palatável o texto que quer aprovar.

Em resumo, Sr. Presidente: a ilustre Senadora Kátia Abreu, que produziu uma extensa discussão da matéria, na condição de Relatora na CCJ, não abriu nenhuma janela para facilitar a digestão do projeto, e o Governo fechou suas portas para mudanças capazes de agregar apoio social e político, necessário à aprovação de sua proposta.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, não tenho mais possibilidade de conceder tempo. Só um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Estamos numa situação de perplexidade. O que resta é escolher entre derrubar uma receita de R\$40 bilhões de uma só vez, com todas as conseqüências que ela pode acarretar, ou aceitar a negociação apalavrada com o Governo.

Nessa negociação, o Governo concordou com alguns pontos que todos nós conhecemos. Alguns estão praticamente balizando as mudanças de opinião ainda nesta sessão e deverão ser confirmados pela Liderança do Governo.

Em tais circunstâncias, Sr. Presidente, nesta saia justa que estamos vivendo, que estamos passando neste momento, vou anunciar a V. Ex^a que, com muita contrariedade, vou acompanhar a minha Bancada e votar a favor da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda e agradeço ao Senador Valter Pereira a compreensão.

Senador Valter Pereira, V. Ex^a já ultrapassou todos os prazos concedidos. Vou lhe conceder mais um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Nem mais um minuto, Excelência. Não vou abusar do direito dos meus companheiros, dos demais Senadores. Vou passar às mãos de V. Ex^a todo o meu posicionamento, porque isto deverá ficar nos Anais desta Casa, a fim de que amanhã, em eventual cobrança, esteja devidamente registrado o posicionamento que tomei diante deste assunto de tamanha relevância.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VALTER PEREIRA.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no balanço das discussões e embates acerca da CPMF, o que se vislumbra é o fracasso do diálogo, o triunfo da intransigência e a imprevisibilidade do futuro.

Indiferente aos clamores levantados contra uma obrigação provisória, criada com destinação específica para a saúde, o governo preferiu apostar na subserviência atávica do Congresso.

Pela lei do menor esforço, deixou de lado a reforma tributária, que poderia efetivamente corrigir distorções fiscais e lhe garantir receita permanente;

e absteve-se de fazer o seu dever de casa que era criar alternativas para enfrentar o fim previsto e anunciado da lei do cheque.

Acostumado a navegar em águas plácidas, não se apercebeu que no Senado, a voz rouca das ruas produz o seu eco.

E o clamor popular resulta das pressões de uma das maiores cargas tributárias do planeta!

Pelo menos foi isso o que se constatou nas audiências públicas realizadas para conhecer os fundamentos de quem veio defender e de quem veio criticar a política tributária nacional.

Ministros de Estado e técnicos do Governo, não conseguiram afastar a imputação de que a fazenda pública é movida por um insaciável apetite que parece não ter fim.

Já os agentes econômicos que se engajaram nos debates, demonstraram de forma cabal que a excessiva incidência de impostos acarreta graves seqüelas ao País.

A principal delas é a atrofia do desenvolvimento econômico.

Basta comparar o desempenho da nossa economia com a prosperidade dos demais países emergentes.

Nos últimos dez anos a expansão do PIB no Brasil foi da ordem 22%.

Nesse mesmo período o PIB mundial cresceu 44%, ou seja, cresceu exatamente o dobro.

Por aí se conclui que o Brasil ficou 50% mais pobre em relação ao resto do mundo.

Comparar o PIB do Brasil com os países da América Latina, incluindo o Caribe, deixa qualquer um desapontado.

A taxa de crescimento de 2,35% da nossa economia em 2005, superou apenas a do Haiti um país destruído pela guerra civil, que não ultrapassou 1,5%.

Na tribuna desta Casa, inúmeros discursos foram feitos advertindo que com essa carga tributária o Brasil vai continuar perdendo a corrida do crescimento econômico.

Em 2006, pela metodologia anterior, o IBGE constatou um crescimento econômico de 2,9%.

Com isso, o país está deixando de gerar os empregos que a sociedade reclama.

E quanto mais desemprego, maior necessidade de proteção estatal, mais dependência de programas sociais e maiores gastos públicos para o contribuinte pagar.

Na minha visão pessoal, não é a CPMF em si a fonte da discórdia entre governo e contribuinte!

A maior indignação da sociedade decorre da monumental carga tributária que o brasileiro é compelido a pagar!

Daí a minha convicção de que é preciso reduzir o estômago da fazenda pública!

Só uma carga tributária civilizada poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico nos patamares dos demais países emergentes.

O cerco contra a renovação da CPMF é a trincheira que restou para proteger o lombo do contribuinte esfolado contra tantos impostos, taxas, emolumentos que a fazenda pública, em todos os níveis e esferas não se cansa de criar.

Quando o projeto tramitou na Câmara, o governo foi implacável e impediu qualquer mudança capaz de torná-lo mais palatável.

Conseguiu aprová-lo em sua integralidade.

Não tenho dúvida alguma de que é preciso reduzir o peso dos tributos, mas não posso esconder, também, o profundo receio quanto ao impacto da extinção abrupta da CPMF.

E essa inquietação não é de hoje.

Desde o momento em que a PEC dessa contribuição deu entrada no Congresso entendi que a extinção é necessária, mas precisava ser promovida por etapas, com gradualismo.

O que me levou a esse receio, foi a experiência que adquiri na administração direta e na empresa pública.

Nas duas vezes que tive a responsabilidade de administrar um orçamento conheci os perigos que acarretam a frustração brusca de receitas e os gastos imprevistos ou mal planejados.

Eu sei e todos nesta Casa que passaram pelo Executivo sabem o que pode significar a eliminação de uma só vez de receita de grande magnitude.

Não compartilho com aqueles que ameaçam com a sinistrose da esterilização do governo na hipótese da rejeição da medida.

Passando ou não o projeto, o governo vai sobreviver e continuar exercendo as funções que lhe são reservadas.

Todavia, não posso me iludir de que não haverá impacto nas contas públicas e na prestação de serviços, na realização de programas e na construção de obras.

Mesmo que se concretize toda expectativa de excesso de arrecadação, ainda assim serão inevitáveis os efeitos da incerteza, a necessidade de reprogramação de metas, os atrasos nos cronogramas, além de outros fatos imprevistos.

Foi alicerçado em tais convicções que apresentei emenda que previa a extinção da CPMF, em 4 anos.

Para o ano de 2008, uma alíquota de 0,30%;

Para 2009, uma alíquota 0,22%;

Para 2010, uma alíquota de 0,14%;

e a partir de 2011, 0,08%, com destinação exclusiva para o Fundo Nacional de Saúde.

Lamentavelmente, a ilustre relatora não acolheu nenhuma proposta de redução gradativa, optando pela extinção abrupta, de uma só vez!

O governo, por seu turno, age com a mesma rigidez e nega concessões que torne palatável o texto que quer aprovar.

Em resumo: a Ilustre Senadora Kátia Abreu, que produziu uma extensa discussão da matéria, na condição de relatora na CCJ, não abriu nenhuma janela para facilitar a digestão do projeto.

E o governo fechou suas portas para mudanças capazes de agregar apoio social e político, necessário à aprovação de sua proposta.

Na situação de perplexidade que se criou o que resta é escolher entre derrubar uma receita de 40 bilhões de reais, de uma só vez, com todas as consequê-

ências que ela pode acarretar ou aceitar a negociação apalavrada com o governo.

Nessa negociação, o governo concordou com os seguintes pontos:

1 – Reduzir a alíquota em 0,02% ao ano durante o próximo quadriênio para chegar em 2011 com uma incidência de 0,30%.

2 – Desonerar os contribuintes com renda até R\$ 2.850,00 dessa obrigação. Essa medida desonera, aproximadamente, mais 11 milhões de trabalhadores brasileiros.

3 – Renegociação das dívidas do setor agrícola do país.

No entanto, o governo não cumpriu o compromisso de enviar o projeto de reforma tributária como tinha prometido.

Exatamente aí reside a ferramenta capaz de incentivar os negócios, aliviar o contribuinte da massacrante carga de impostos que hoje pesa sobre ele e resolver em caráter permanente os problemas fiscais do governo.

Se essa ou outra proposta laborada no mesmo sentido tivesse tido acolhida, com certeza o governo não estaria sendo compelido a interromper a tramitação da PEC como está sendo desenhado.

Na esteira dessa instabilidade, medra o risco de incertezas que poderiam ser evitadas caso houvesse uma negociação madura entre governo e oposição.

Mas há tempo para isso. É isso o que se espera.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Por igual tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez a tribuna, esta tarde, devesse ser entregue exclusivamente a Senadores e Senadoras que já tiveram a responsabilidade de governar Municípios e Estados em nosso País. Esses compreendem muito melhor o significado da CPMF para programas sociais que têm permitido melhorar – muitos têm dito melhorar pouco, mas melhorar – a vida do povo brasileiro. São recursos destinados à assistência social, à Previdência Social e, majoritariamente, à saúde.

Faz-se uma discussão com o Governo, que propõe que esses recursos para a área de saúde cheguem até a 100% da CPMF.

No repasse, muitas questões têm sido levantadas sobre os efeitos desse tributo, que é regressivo, que é um tributo na forma de contribuição. Portanto, não seria repassado aos Municípios e aos Estados.

Tem-se levantado a idéia da carga tributária elevada em nosso País, com o que todos – absolutamente todos – concordam no Senado Federal.

Mas ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que seria impensável – e digo isso porque passei oito anos na oposição ao governo anterior ao de Lula. Na primeira oportunidade de debate e discussão da CPMF, como sabem aqui os Srs. ex-Governadores de Estado, reunimo-nos com o Ministro da Saúde e o Ministro da Fazenda em debates no Congresso Nacional, lá em 1996. E reafirmamos naquela hora: “Nós somos da oposição. O PCdoB faz oposição ao Governo de Fernando Henrique Cardoso”. Mas, naquela hora e naquele primeiro instante, dissemos: “Nós não fazemos oposição ao nosso País. Não podemos fazer oposição ao nosso País”. E retirar R\$40 bilhões do Orçamento não é oposição ao Governo; essa oposição é ao Brasil, ao nosso povo. Por isso, lá atrás, na primeira oportunidade, nós dissemos: “Temos de votar a favor não de Adib Jatene, mas da saúde; votar a favor de uma contribuição vinculada a essa área da saúde”.

Por isso, Sr. Presidente, nós que já votamos favoravelmente também já votamos “não”, argüindo exclusivamente a política, tendo somente um posicionamento partidário, político, de enfrentamento ao Governo. Nossa votação contrária deu-se nesse episódio, já quando o imposto passava de Fernando Henrique para Lula, já em um período entre 2002 e 2003, para que acabássemos antes que começasse o Governo Lula. Não era mais para beneficiar o Governo anterior porque já havia se beneficiado sobejamente da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Sr. Presidente, talvez pudéssemos dizer que temos de apelar ao bom senso. Ora, a carga tributária é alta? Mas é nesse período que estamos assistindo à desoneração mais larga de determinados setores da atividade econômica do Brasil. Se há uma desoneração larga de determinados setores, por que vamos negar? Negar ao Governo de Lula, agora, a CPMF é negar ao País, é negar ao Brasil. É como se fosse um ato criminoso que quiséssemos cometer sem punição. Não há punição para esse ato. Cometeríamos uma insanidade, Sr. Presidente.

Quero dizer que falo em nome do meu Estado, do povo do Ceará, que me mandou aqui para o Senado. Conversamos com o Governador e com os Prefeitos.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou concluir, Sr. Presidente, para dar oportunidade a todos que querem falar.

Muitos que estão aqui são médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, que estão se dirigindo ao Congresso Nacional, ao Senado da República. Não votem para Lula; não votem para este Governo; votem para o Brasil, para o nosso povo, para a saúde pública brasileira, para o Sistema Único de Saúde, que foi uma grande vitória do povo brasileiro.

Por isso estou aqui. Pouco tenho falado sobre este assunto, mas quero me dirigir aos nossos Senadores nesta hora. Não votem para Lula, não votem para o Governo; pensem no povo brasileiro, pensem no Brasil. Se fizerem assim, com certeza haverá grande compreensão do povo brasileiro em relação à posição daqueles que, mesmo contrários ao Governo, foram capazes de dar o seu voto porque pensaram no povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a compreensão do Senador Inácio Arruda e concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que as palavras que o Senador Inácio Arruda acabou de colocar são definitivas. Esse voto não é o voto a favor do Governo ou contra o Governo. Com as palavras do Inácio Arruda deveríamos encerrar a discussão e começar a votação. Ele colocou de uma maneira clara que não está aqui a oposição se digladiando com a situação. Estamos aqui o povo brasileiro inteiro, pelos seus representantes, querendo que um tributo que vai para a saúde, para o social, para a merenda escolar, continue a ser cobrado dos que têm mais para ser levado para os que têm menos. É o tributo *Hobin Hood* a CPMF, pois tira de quem tem muito e leva para quem tem quase nada.

Não estamos aqui, neste momento, discutindo se queremos atrapalhar o Governo, porque não vamos, se votarmos contra, atrapalhar o Presidente Lula. Vamos criar dificuldades para os mais pobres, os mais humildes e sofridos deste País, e o Lula continuará a crescer perante a opinião pública.

Há outro ponto, Sr. Presidente. Quero dizer da minha coerência. Estava como Presidente o Itamar Franco, recebi apelos do PSDB, do Democratas, então PFL – eu do PMDB –, para votar pela CPMF. Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República, e eu no PMDB. O PSDB me convenceu de que era necessário prorrogar e aumentar a alíquota da CPMF. E agora os companheiros do PSDB, que me conven-

ceram solidamente para votar a favor, pretendem me convencer a votar contra. Eles mudaram de opinião, eu continuo coerente com a minha opinião a favor da população do Brasil.

É necessário que os membros de um partido entendam que um partido não é um bloco sólido, que ele é composto de seres humanos e que, neste momento, podemos fazer oposição ao Presidente, mas não podemos fazer oposição ao Brasil e aos brasileiros. É isso que está em jogo neste momento. O partido não pode ficar acima da condição social de milhares de brasileiros.

Ora, dizem que o Governo agora está arrecadando mais. Parabéns para o Governo! Queremos punir o Governo por que ele é eficiente? Queremos punir o Governo por que ele melhorou a arrecadação? Queremos punir o Governo por que está implementando programas sociais? Isso não é correto, isso não é fazer oposição. Temos de aplaudir o Governo que consegue cumprir essas metas e fazer com que ele continue a cumpri-las pelo bem da maioria dos brasileiros.

Não devemos punir a eficiência, mas premiá-la, dar apoio e força à eficiência, para que o Governo continue realizando mais. Nós sabemos que, apesar da melhoria da arrecadação no País, Sr. Presidente, a nossa situação não é das melhores.

Vimos, há poucos dias, o problema das prisões. Temos de melhorar as prisões; precisamos de recursos para melhorar as prisões. Alguns dizem que vão jogar todos os recursos na saúde. Ótimo! A saúde, no Brasil, não é a melhor da América Latina. Temos de ajudar a melhorar a saúde no Brasil.

E a maneira de fazê-lo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente apoiando e aprovando a prorrogação da CPMF, este imposto “Robin Hood”, que vai tirar de quem tem mais e levar para quem menos ou quase nada.

Essa é a posição que temos agora. Vamos fazer oposição ao País? Não podemos. Vamos fazer oposição ao Presidente Lula? Podemos, mas não é o momento, porque não podemos fazer oposição aos mais pobres do Brasil.

Por isso, coerente no voto com Itamar Franco, coerente com o voto do PSDB de Fernando Henrique, coerente com o voto do PT de Lula, voto sim à CPMF, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço ao Senador Gerson Camata. E concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, está chegando o

momento de nós definirmos esta votação. Provavelmente, a votação não vai encerrar esta discussão. Quero chamar a atenção para isso. Esta discussão vai além de qualquer que seja o resultado de hoje da votação da prorrogação da CPMF.

Quero chamar a atenção desta Casa, quero chamar a atenção do Brasil que acompanha este debate, para o fato de que votações iguais a esta já aconteceram aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado da República, por seis vezes, Sr. Presidente. Por seis vezes, esse debate já consumiu o Senado da República e a Câmara.

A primeira Emenda Constitucional, de nº 3, foi de 1993; a segunda Emenda Constitucional foi a de nº 12. A primeira criou o IPMF, o imposto. Três anos depois, em 1996 – e aqui no Congresso Nacional houve a batalha de Waterloo –, a segunda Emenda Constitucional. Em 1999, a terceira Emenda Constitucional. Em 2002, a quarta Emenda Constitucional, e discutia-se a mesma CPMF de agora. Em 2003, mais uma votação, a Emenda Constitucional de nº 42.

E nós estamos mais uma vez votando a prorrogação. Não é novidade. A novidade é não prorrogar pela sétima vez. Essa é a novidade. Porque esta Casa já votou as prorrogações que acabei de mencionar. Cinco vezes. Esta é a sexta votação. A novidade é não prorrogar.

Neste debate, eu gostaria de ilustrar a discussão. O momento importante deste debate. Quero ler, aqui, a carta de Adib Jatene, quando deixou o Ministério da Saúde. Ele escreveu a seguinte carta ao então Presidente da República:

“À Sua Excelência Senhor Doutor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República do Brasil.

Repito a frase aprendida de V. Ex^a: ‘A política não é a arte do possível; é a arte de tornar o possível necessário’.

Estou tranquilo, porque dei minha contribuição com lealdade e no limite de minha capacidade, sem trair os ideais dos que lutam no setor saúde pela equidade e pela garantia de acesso às camadas mais sofridas da população. Outros complementarão o trabalho, sob a liderança de Vossa Excelência, para que seja possível atender ao necessário que detectamos.

Aproveito para manifestar-lhe o meu melhor apreço.

Cordialmente,
Adib Jatene.”

O então Presidente Fernando Henrique responde:

“Meu caro Jatene,

Exatamente porque acredito que é preciso tornar possível o necessário, apoiei a CPMF e fiz, junto consigo, os esforços para aumentar a dotação do Ministério da Saúde. Só assim foi possível quase dobrar, em dois anos, os recursos do SUS. Ainda sim, eles são insuficientes. O que fazer? Continuar lutando, como continuarei: pena que sem você, embora com sua inspiração.

Resta agradecer, muito sinceramente, sua colaboração, sua coragem para diagnosticar os problemas do Ministério e enfrentar as soluções, e o ânimo que você infundiu em todos nós. Tenha a certeza de que suas declarações mostrando a disposição de continuar a luta pela saúde não ficarão nas palavras. O Brasil precisa de gente como você.”

Quero fazer justiça a Adib Jatene, porque continua defendendo a CPMF, porque o Brasil continua com o SUS, porque o Brasil continua com a parcela de sua população pobre, porque 75% da população do Brasil, Sr. Presidente, este País de milhões, freqüente e precisa do SUS. Esse é o suficiente para diminuirmos a politização da CPMF e votarmos aqui em defesa do povo que faz fila na frente dos hospitais.

É preciso que o Senado diminua este debate tão politizado. Lula vai continuar. Quem precisa da CPMF é o povo brasileiro, o povo da Amazônia, os povos indígenas, aqueles que precisam combater a malária, aqueles que precisam combater a hanseníase, aqueles que precisam ter, no Brasil, a esperança.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós debatemos com profundidade; nós debatemos com calor.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quem sabe até exageramos no contraditório, mas é preciso que, nesta hora, e nós, no Senado, que representa os Estados, com a sua serenidade, com o seu olhar de brasilidade, com o seu olhar de Estado, façamos com que uma luz possa romper com a arquitetura de Oscar Niemeyer, sem destruir, e faça iluminar aqui a esperança do povo brasileiro, que quer, sim, votar a CPMF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe de cinco minutos, com a prorrogação de um minuto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, ouço o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para encaminhar a matéria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, ouço o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero lembrar a V. Ex^a que eu estou inscrito. Eu fui um dos primeiros a pedir a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tentamos tudo o que foi possível para o convencimento daqueles que são contra radicalmente a CPMF e não admitem sequer uma queda paulatina, gradual da alíquota da CPMF até o ano de 2011, quando seria extinta definitivamente. Foi essa a proposta que o Governo recebeu do Senador Antonio Carlos Valadares, no que foi apoiado por todos os Senadores e Senadoras da base aliada. Com essa proposta aprovada, o compromisso do Governo de reduzir substancialmente a carga determinada pela CPMF, uma renúncia da ordem de R\$20 bilhões.

É lógico, Sr. Presidente, que, na época em que esta emenda constitucional foi aprovada, no ano de 2006, de que fui o primeiro signatário – nacionalmente, ela era conhecida como Emenda Jatene, mas, no meu Estado, por motivos estratégicos dos nossos adversários, ela era conhecida como Emenda Valadares –, ela era voltada exclusivamente para a saúde. Dois ou três meses depois de aprovada, no entanto, Sr. Presidente, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais de perto o Ministro Malan, pegou dois ou três bilhões da CPMF e, ao invés de depositar no Fundo Nacional de Saúde como estava previsto na legislação, colocou no cofre do BNDES, para financiar empresários.

A partir dali, ele não só perdeu o Ministro, que renunciou – o Ministro Jatene renunciou ao Governo e saiu do Ministério da Saúde –, como também votei contra todas as prorrogações, inclusive a ocorrida no Governo do Presidente Lula.

Entretanto, Sr. Presidente, enquanto no Governo passado, a alíquota de 0,20% foi aumentada para 0,38%, ou seja, houve um aumento substancial de 0,18%, neste Governo, pela primeira vez, sinaliza com o compromisso que vai ser cumprido: vai haver uma redução paulatina até 2011, chegando a 0,30%; também haverá sua extinção com a aprovação de uma nova reforma tributária, que é o que nós mais queremos.

Sr. Presidente, eu perguntaria se por acaso a CPMF for derrubada nesta sessão – hoje é quarta-feira – de hoje a oito, quarta-feira que vem, o preço do feijão, o preço da farinha, o preço do arroz e o preço da carne do povão vai ser reduzido. O preço vai ser reduzido? Eu aposto meu mandato que, se a CPMF cair nesta sessão, não vão cair os preços dos produtos da cesta básica. Até podem ser aumentados em razão de um ou outro fenômeno da atividade econômica aqui ou no Nordeste do Brasil.

É uma balela dizer que a CPMF, Sr. Presidente, atinge os mais pobres. Pelo contrário. Se a CPMF, neste momento, atinge, atinge sim, de forma positiva, os 140 milhões de brasileiros que dependem do SUS, que não podem pagar o seguro saúde, como podem pagar os mais ricos.

Os mais ricos podem, em função de um seguro de R\$300,00 ou R\$400,00 mensais, ou até de mil reais, pegar um jatinho aqui em Brasília e ir para São Paulo, para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro, ser atendidos por um médico especialista.

Entretanto, Sr. Presidente, em uma operação de rins, por exemplo, que custa uma fortuna, o pobre, se estiver na fila, pode extrair o rim, substituir o rim, que é uma operação especialíssima. E quem vai pagar, Sr. Presidente? Quem vai pagar é a CPMF. Quem vai pagar é o SUS, que foi criado única e exclusivamente para atender de forma universal a pobreza do Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, cumprindo o horário religiosamente, quero dizer: lembrem-se de Pirro, que teve uma vitória retumbante contra os romanos, mas depois disse aos seus generais: Se eu tiver uma vitória desse mesmo tipo, eu estarei derrotado.

Este é um recado para a Oposição. Vocês podem ganhar esta batalha.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A Oposição pode ganhar esta batalha. Mas uma outra vitória desse tipo acabará com a Oposição, porque estará toda a Oposição votando contra a pobreza do Brasil.

Eu recebi telefonemas de pessoas que andam nos bairros de Aracaju, no interior do Estado, de pessoas que estão preocupadas.

Quem recebe a cesta básica, que é atendido nos postos lá do interior da zona rural de Sergipe e do Nordeste não tem *e-mail* para passar, não tem nem telefone para falar comigo, não tem nem computador.

Por isso, Sr. Presidente, ouvindo a voz rouca das ruas do interior da zona rural, é que vou votar, pela última vez, na CPMF, porque ela vai ser extinta em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores desta sessão histórica, hoje, tivemos acesso à divulgação da pesquisa CNI-Ibope, relativa a dezembro, feita agora nos últimos dias, de 30 de novembro a 5 de dezembro, da qual quero ler apenas três tópicos: 79% dos brasileiros afirmam que 2007 foi muito bom ou bom, enquanto apenas 20% avaliam o ano como ruim ou muito ruim; 36% dos brasileiros acreditam que 2008 será muito bom e 52%, que será bom, ou seja, 88% de otimismo no povo brasileiro.

Pela percepção dos brasileiros, em 2007, os programas sociais, o desenvolvimento econômico e a qualidade da educação foram os que mais melhoraram.

Esta é a percepção do povo brasileiro. É por isso que o povo brasileiro está muito atento ao que vamos fazer no dia de hoje.

Também no dia de hoje, saiu o PIB do terceiro trimestre, e o acumulado do PIB, que representa o crescimento da riqueza brasileira, de janeiro a setembro é de 5,3%.

Manchetes de jornais agora do dia 10 de dezembro dão conta de que a massa salarial teve 30% de ganho real, 30% de ganho real nos últimos três anos. Portanto, o brasileiro está vivendo melhor, está tendo uma condição de vida mais digna. Este País cresce e distribui renda. É a primeira vez que temos essa conjugação.

Houve outros momentos em que o Brasil cresceu mais. Houve ano em que o Brasil chegou a crescer 14% do PIB, mas não teve distribuição de renda. O crescimento da riqueza ficou para poucos e não foi distribuído com a grande maioria da população. Eu já trouxe para a tribuna vários relatórios de organismos internacionais que comprovam o Brasil liderando no continente latino-americano a inclusão social, a distribuição de renda pelas políticas públicas adotadas de recuperação do salário mínimo, bolsa família, atendimento às necessidades básicas da população. É por isso que não tenho dúvida: todos vão estar observando que cada um vai votar.

Hoje o Brasil cresce e distribui renda.

A arrecadação que vem da CPMF é: 72% vem de empresas, 28% vem de pessoa física; mas desses 28%, 17% vem de pessoas que ganham mais de R\$100 mil por ano. Portanto, é uma arrecadação que vem dos que mais detêm a riqueza. A CPMF sustenta o SUS, 85% da rede hospitalar, as aposentadorias rurais da nossa população pobre e humilde de todo o País e o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza.

Se não prorrogarmos a CPMF, este País continuará crescendo e distribuindo renda. Não tenho dúvida, porque o Presidente Lula não mudará a sua política de fazer o País crescer distribuindo renda. Talvez o ritmo não seja este que tanto está animando e deixando a população brasileira otimista, com esta avaliação de que o Brasil pode, sim, ainda ser melhor. Mas no ritmo em que está, nós alcançaremos muito mais rapidamente condições dignas para a maioria da população e não apenas para alguns. Não voltaremos mais à época de que era preciso primeiro crescer para depois distribuir. Queremos continuar neste ritmo, crescendo e distribuindo renda, atendendo ao anseio e à expectativa da maioria da população.

Por isso, prorrogação da CPMF, com tudo o que já foi negociado: aumento da isenção de R\$1.200,00 para R\$2.800,00; ou seja, quem ganha até R\$2.800,00 não pagará mais CPMF; diminuição da alíquota: 0,36%, 0,34%, 0,3% e 0,3%; recursos a mais já aprovados na Câmara para a regulamentação da PEC nº 29, dos gastos da saúde. Tudo isso que já foi negociado até agora, inclusive o compromisso de destinar toda a arrecadação da CPMF para a saúde, é um avanço significativo e portanto não há justificativa para não prorrogar junto com todas as medidas já apresentadas e de concordância do Governo. A não ser que não se queira que este País continue crescendo e distribuindo renda para manter o otimismo da população brasileira, que está com grande expectativa em relação ao que vamos decidir na noite de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado vota hoje a prorrogação da CPMF e da DRU até o ano de 2011.

Vários Senadores já abordaram com profundidade o tema CPMF, e meus comentários sobre ele serão muito breves.

Reconheço as disfunções da CPMF, mas reconheço também que o compromisso do Governo Federal de não cobrar a CPMF de pessoas com renda mensal de até R\$2.900,00 elimina a regressividade direta dessa contribuição, fazendo com que aproximadamente 30 milhões de pessoas fiquem isentas do pagamento da CPMF.

A CPMF responde por uma arrecadação de aproximadamente R\$40 bilhões, o correspondente a 6% da arrecadação do Governo Federal, e a sua eliminação, neste momento, 20 dias antes do início do ano fiscal, traria enormes dificuldades para a administração financeira do País, exigindo três posicionamentos: um corte drástico nos investimentos, com reflexos extremamente graves no processo de crescimento, com reflexos também nos Estados e Municípios; um corte também drástico nos programas sociais do Governo, atingindo as pessoas de baixa renda; um aumento do endividamento, com reflexo sobre a taxa de juros e o equilíbrio fiscal.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a prorrogação da DRU. Nos anos 80, aproximadamente 70% da arrecadação da União provinha de dois impostos: o Imposto de Renda e o IPI. O capítulo Da Seguridade da Constituição abriu caminho para contribuições que, na realidade, são impostos disfarçados.

A União, com base no capítulo mencionado, criou uma série de contribuições que hoje propiciam uma arrecadação maior do que aquela derivada dos impostos. Foi no bojo dessas contribuições que foram criadas a Cofins, a Contribuição sobre os Lucros e a CPMF.

Posteriormente, foi criado o Fundo Social de Emergência, conhecido como DRU. Para o seu orçamento vêm sendo destinados 20% das receitas vinculadas. Isso permitiu que o percentual das receitas das mencionadas contribuições fossem alocadas ao orçamento fiscal. Isso significa que a não prorrogação da DRU traria enormes dificuldades para setores que não têm receitas vinculadas, como é o caso das áreas da defesa nacional, da segurança, da habitação, do saneamento e da infra-estrutura.

A não aprovação da CPMF e da DRU traria um déficit do orçamento da seguridade podendo afetar a área da saúde, o Bolsa-Família, o Programa de Combate à Fome e provocaria também um déficit do orçamento fiscal, afetando fortemente os investimentos.

Isso significa, Sr. Presidente, que a não prorrogação da CPMF e da DRU exigirá uma profunda engenharia financeira o que impedirá, de imediato, a aprovação do orçamento ainda este ano, entrando 2008 sem ter o orçamento aprovado, trazendo enormes incertezas para a administração financeira do País e para a trajetória do ajuste das contas públicas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu me posiciono favoravelmente à prorrogação da CPMF e da DRU.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Tião Viana, antes de V. Ex^a usar da palavra, eu queria que V. Ex^a me desculpasse pela omissão que cometi no meu discurso, quando deveria ter registrado a passagem de V. Ex^a por esta Presidência, com um descortino que deixou todos os Senadores admiradores de V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, V. Ex^a não tem que se desculpar em absolutamente nada, porque a emoção de V. Ex^a, a homenagem que fazia ao povo do Rio Grande do Norte, a história do Senado brasileiro e as responsabilidades que assumia são mais do que compreensíveis para qualquer pessoa que não se lembre de um amigo em determinado segundo. V. Ex^a tem todo o respeito e todo o desejo de êxito de minha parte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho pela primeira vez debater este assunto porque a condição de estar na Presidência até o dia de hoje me impedia de debater, pelo menos em razão da elegância que deveria ter nessa função, embora Ulysses Guimarães, na Constituinte, tenha ido à tribuna e debatido alguns temas. Mas eu me reservava o direito de não entrar no debate de maneira direta.

Falo com muita tranqüilidade sobre o tema CPMF, Senador Renan Calheiros, porque as duas vezes que votei essa matéria eu votei “sim”. Então não tenho absolutamente qualquer dívida, Senador Mário Couto, com a minha coerência e com a minha construção em defesa da saúde pública.

Esta matéria, em minha opinião, não é uma matéria de ordem econômica; é uma matéria de ordem humanitária. É uma matéria de Estado. É uma matéria de responsabilidade absoluta do Poder Público com a vida das pessoas.

O debate econômico tem seu lugar quando o assunto é CPMF, mas, quando se envolve a sobrevivência do sistema de saúde deste País, tenho certeza de que esse envolvimento deve ser muito maior, deve ser uma questão suprapartidária; não deve ser uma disputa eleitoral, não pode se pautar em uma luta de vaidades ou na luta de um enfraquecer o outro.

Eu compreendo todas as dificuldades por que pode estar passando a Oposição em uma relação com o Governo na hora em que está bem. Acho que a Oposição tem uma história. Faz parte do destino dela

momentos de não estar tão forte e momentos de virar o jogo e ocupar o seu espaço.

Tenho certeza de que a alternância de poder está em curso neste País. Não tenho nenhuma dificuldade em compreender isso. Agora, tenho dificuldade, sim, por ser um médico, por conhecer a alma de qualquer doente deste País, o sentimento de qualquer doente deste País, de compreender o que seria a perda da aprovação da CPMF. Conheço de uma pneumonia a um cálculo renal, à ruptura de um aneurisma, a um enfarte, a um acidente vascular cerebral, a uma encefalite, a uma septicemia, a uma tuberculose, a uma Aids, a uma doença hemorrágica grave. Conheço a fundo a história da Medicina e a situação de saúde por que passam todos os brasileiros. Sou um idealista quando o assunto é política de saúde neste País. E olhem os números! Senador Antonio Carlos Valadares, como seria possível um Estado, por exemplo, como a nossa querida Bahia, do Senador César Borges, que recebe R\$2,524 bilhões por ano de CPMF e só arrecada R\$2,036 bilhões, pode ficar sem os recursos da CPMF? Como a Bahia vai ficar sem R\$2,5 bilhões por ano, que a CPMF gera para ela? É um Estado que não gera aquilo que a CPMF dá. Quando eu olho para o poderoso Estado de São Paulo, fico pensando como São Paulo vai ficar sem R\$6,649 bilhões que a CPMF gera todos os anos para que sejam investidos.

Olho para o Estado do Pará, dos meus amigos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro, que gera anualmente R\$797 milhões de receita e recebe da CPMF R\$1 bilhão por ano. Como vai sobreviver e manter a saúde pública funcionando sem R\$4 bilhões nos próximos quatro anos? Como vão ficar os hospitais? Oitenta e cinco por cento do financiamento da estrutura hospitalar do Brasil corre por conta dos recursos da CPMF. Vemos 6 mil unidades hospitalares no Brasil, 63 mil ambulatorios, 150 milhões de pessoas tratadas em alta complexidade neste País. São trezentos milhões de exames laboratoriais, 12 mil transplantes por ano. Quem vai financiar isso?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT) – Vou pedir os sete minutos – V. Ex^a deu-me dois a mais – só para concluir o meu raciocínio, contanto os cinqüenta e um segundos que estão aí.

A história da saúde pública é penosa para quem a conhece a fundo. O Ministério da Saúde só surgiu neste País em 1953. Até 1975, apenas os funcionários públicos eram atendidos pelo Estado brasileiro. Se não fosse funcionário público, o paciente teria de contar com a generosidade de governantes, porque não era uma norma legal obrigatória. Foi a criação do sistema

nacional de saúde em 1975, foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977, que demarcaram a separação para que o Brasil pudesse olhar, de maneira formal e responsável, para a saúde de todas as pessoas, não importando a condição social, não importando se eram funcionários públicos ou se eram pessoas indigentes. E pegamos o quê naquele momento, em 1977? Todo o dinheiro para financiar a saúde pública no Brasil foi transferido para o Ministério da Previdência Social. O sistema de saúde, por meio do Ministério da Saúde, não tinha fonte de financiamento. Foi uma luta deste Congresso Nacional, dos partidos políticos, da Oposição e do Governo, que construiu uma busca de financiamento da saúde.

E vem uma das mais belas histórias da Medicina do mundo: o Dr. Adib Jatene engenhosamente cria a CPMF, cuja contribuição era de 020%, para a área de saúde. Depois, no Governo do Presidente Fernando Henrique, em 2001, a Proposta de Emenda à Constituição – art. 76, incisos I, II e III – transferiu para o Fundo de Combate à Pobreza um aditivo; depois, recursos para o Fundo de Combate à Miséria. Então, esse recurso foi dividido, indo uma parte dele para a saúde e outra não, em virtude da aprovação de uma emenda constitucional por este Congresso.

E o que temos agora? Podemos tirar R\$160 bilhões do orçamento da saúde deste País? Quem conhece um hospital, quem sentou na enfermagem de um hospital ao lado de um doente, que muitas vezes chega ali com uma sacolinha de plástico, com uma sandália de borracha, deixou cinco filhos para trás e, se sua vida não for salva, não haverá quem salve seus filhos. Pode entender que se possa tirar R\$160 bilhões em quatro anos da CPMF, que seriam destinados essencialmente à saúde pública?

Como Estados que arrecadam menos do que aquilo que a CPMF gera, como a Bahia, que arrecada R\$2 bilhões e recebe R\$2,5 bilhões...

(Interrupção do som.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma questão humanitária, é um questão de Estado, uma responsabilidade com a vida dos hospitais brasileiros.

Erros o nosso Governo tem. A CPMF impõe riscos. Há o risco da cumulatividade e outros riscos com a incidência progressiva de imposto, que pode trazer prejuízo. Nessa questão econômica não entro. Estamos sujeitos a concordar, mas votar contra a CPMF hoje é votar esquecendo o valor que esse dinheiro tem para a vida. Eu não condenaria qualquer Senador pelo seu voto de consciência. Eu condeno a consequência do voto no dia de hoje.

Então, pelo respeito que tenho à Oposição, pelos amigos que tenho na Oposição do Senado Federal, pela confiança nos homens de grande importância que não são em nada inferiores aos que fazem parte da Base do Governo – alguns admiro até mais – é que acho que esse imposto deveria contar com o “sim” no dia hoje, para que a briga política ficasse num canto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Valdir Raupp, ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, saí daqui ontem, depois de uma longa sessão no Senado, com a certeza de que iríamos votar rapidamente porque os que estão contra a CPMF disseram ontem no plenário que os seus correligionários estavam prontos para votar.

Eu me lembro de que o Senador José Agripino proclamou que estava pronto para votar. Então pensei: “Não vai ter ninguém contra; só a favor.” E me espanto hoje porque a lista dos que são contra é igual à dos que são a favor.

Espero ser breve, Sr. Presidente. Espero não usar nem o tempo que me foi destinado.

Olho a CPMF de maneira diferente. Olho a CPMF como um imposto que fiscaliza os sonegadores, cobra de quem ganha muito, de quem utiliza muitos recursos e dá a quem não tem muito, a quem não tem nada, a quem não tem um hospital, a quem não tem sequer onde cair morto.

Vejo na televisão os hospitais deste País cheios de gente em macas. E a CPMF vai ajudar essa gente. Então, quero dizer a V. Ex^a que não tenho dúvida de que não podemos fechar questão em torno de um imposto humanitário.

É uma contribuição humanitária. Então, o PTB não fechou questão. O PTB deixou a questão em aberto. Temos Senadores que são contra e os que são a favor.

Então, penso em ajudar os brasileiros, aqueles que precisam de ajuda do Governo. Ajudarei Governadores que nem elegi e até fui contra, mas sei que o dinheiro não é para o Governo, mas para ajudar a saúde pública dos Estados.

Sr. Presidente, eu me emociono com essas coisas, porque já fui Governador. O atual Governador do Maranhão foi meu Secretário de Saúde e sei quanto custa cuidar do povo, cuidar da saúde do povo. Se eu puder fazer algum apelo para os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras... Sei que é difícil fazer o apelo. Estamos, aqui, chovendo no molhado. Os que são a

favor já estão a favor; os que são contra até fecharam questão.

Mas quero dizer ao Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se eu pudesse dar uma parte minha em benefício do povo do Brasil e do Maranhão – porque, exatamente, os Estados mais pobres são os que mais precisam – eu daria.

Concluo, portanto, dizendo que o meu voto será “sim”, será a favor. O voto é aberto e meu voto é a favor do povo de minha terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Epitácio Cafeteira e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ouvido argumentos de bom coturno e argumentos que trazem a política para seu nível menor: essa história de que vai acabar o País, de que vai acabar a saúde. Já houve negativa de aprovação da CPMF no Governo passado e o País não acabou e ele estava cercado de crises sistêmicas internacionais. Aqui está o Senador Geraldo Mesquita, em cujo lugar eu falei, com o compromisso de dizer que V. Ex^a se mantém firme com a idéia de votar contra a aprovação desta PEC.

No quadro que aí está, com excesso de arrecadação acima de R\$60 bilhões, crescimento do PIB estimado para este ano em 5%, na contrapartida de gastos correntes que vão à média de 9% acima do Produto Interno Bruto, na média de cada ano do Governo do Presidente Lula, na contrapartida e na contramão de uma carga tributária que é extorsiva e que não deixará o Brasil pensar em crescimento sustentável. Nós discutimos com o Ministro Guido Mantega de maneira muito humilde. Ele vem aqui? Não, nós vamos lá. Propusemos redutor de gastos públicos, que, aliás, foi prometido ao Senador Jefferson Péres, e eu não vi até agora a materialização dessa promessa. Prometeram-nos desonerações que não vieram; ofereceram-nos desoneração no próprio imposto da CPMF, que equivalia a praticamente nada.

Se multiplicarmos 5% de crescimento econômico por 42 bilhões, que será o piso de arrecadação da CPMF, se aprovada aqui, nós temos cinco vezes quatro, dois bilhões de crescimento vegetativo, ou seja, zero, na verdade, de qualquer efetiva desoneração. E o meu partido, pagando o preço de ser um partido de diálogo, tem vivido momentos muito tensos. Não que o DEM não seja um Partido de diálogo, porque é. Mas o meu partido, pelos seus cacoetes próprios, tem passado momentos muito tensos.

Nós, hoje e ontem e pela madrugada de ontem, inclusive conversando com pessoas do Governo, como o Governador Eduardo Campos, como o ex-Ministro Antonio Palocci – não nos digam que não negociamos –, procuramos, o tempo inteiro, quaisquer janelas que nos abrissem possibilidades efetivas de credibilidade na negociação.

O Governo opta pela prepotência, opta por imaginar que há uma hierarquia e que, a partir dela, Senador obedece ao que diz Governador. Eu quero respeitar os meus Governadores sempre, mas jamais abrirei mão da autonomia da minha bancada, enquanto Líder dela for. Eu posso ser Líder dela por dez minutos ou por um ano inteiro, eu que já sou por cinco anos Líder do PSDB, mas quebrar a minha coluna dorsal, ninguém quebra.

A negociação foi equivocada. Numa hora de bonança, o Governo “cigarra” se recusou a fazer o papel de “formiga” e quer deste Congresso, que ele colocaria de joelhos, o direito de gastar o máximo e o direito de arrecadar tudo, sob a chantagem de que vai retaliar Governadores da oposição, sob a chantagem de que hospital vai paralisar. E não vai paralisar, até porque o Governo tem remendos a fazer, ser quiser, entre este momento de uma eventual derrota e uma negociação efetiva conosco a partir de janeiro, sentar, com honestidade, sem demagogia, sem tergiversar em relação a seus propósitos.

E digo mais: de minha parte, se começarem amanhã os dichotes, os desrespeitos, aí, fica impossível negociar. Eu não consigo negociar com quem não fala a verdade, não consigo negociar com quem não me trata com seriedade, não consigo negociar com quem me chantageia, não consigo negociar com quem me ameaça!

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa bancada teve momentos muito duros.

Peço ao Sr. Presidente um mínimo de tempo, porque quero fazer aqui uma clara explicação ao Plenário desta Casa.

A nossa bancada viveu momentos bastante tensos, que eu, inclusive, debito parte ao nosso caráter democrático e parte à forma sibilina, meio de réptil com que o Governo gosta de fingir que negocia. Parte da bancada queria abrir para um acordo agora. E o acordo era tecnicamente ruim? Eu nem acho. Seria, Senador Geraldo, um ano de prorrogação da CPMF. Bom, seria alguma redução de alíquota da CPMF; seria um reforço neste ano à saúde, e teríamos o ano inteiro para obrigar o Governo a fazer uma reforma tributária. A mesma proposta fizemos ao Ministro Mantega e ele disse que não podia aprová-la, porque dois meses e meio atrás não havia tempo hábil para fazer tudo isso, e

agora quer nos convencer de que há tempo hábil hoje, quando estamos às vésperas do Natal, às vésperas do encerramento da sessão legislativa.

Eu, pessoalmente, negocio com o Governo na hora que o Governo quiser. Aqui está o benefício concedido à sociedade brasileira. Eu quero saber qual é a medida provisória, qual é a medida legislativa, qual é o compromisso respectivo que vai...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...garantir a palavra empenhada pelo Governo. Queria saber exatamente isso. Não vou cair em canto de se-reia, não vou cair em conto de CPMF, não vou cair em conto qualquer.

Pensei, e para mim foi doloroso, está sendo doído. Tenho contrariado figuras estimadas, Governadores do meu Partido. Tenho tido conversas que não têm sido as melhores com companheiros que são estimados e que me têm dado um prestigiamento absolutamente excepcional ao longo da minha passagem pelo Senado. Isso tudo pode ser verdade. Agora, é verdade também que eu deixei todas as condições na mão da bancada para que facilitassem, se quisessem, de outro jeito, até mesmo com a minha ausência da Liderança do PSDB aqui. Não sou obrigado a continuar Líder do Partido por mais nem um segundo. Não sou obrigado. Não nasci Líder do PSDB, não preciso continuar como Líder do Partido para falar para o meu País.

Eu digo com o que eu possa ter de boa fé no meu coração, e eu tenho muita boa fé no meu coração: eu não consigo dar para trás da palavra que empenhei. Não consigo dar para trás do compromisso que assumi. Eu não teria moral de olhar para as pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...o que seria desnecessário se o Governo cortasse gastos públicos – se eu hoje aparecesse com qualquer desculpa. Haja o que houver, se eu estiver certo, essa posição deve ser dividida com a minha Bancada. Se eu estiver errado, se acontecer um caos no País, se houver uma invasão de Marte, se acontecer alguma coisa muito grave, a responsabilidade é completamente minha. Minha e só minha.

Mas o fato é que não dou para trás e recomendo à minha Bancada que, com muita honradez, dê o seu voto firme, de coerência, no que combinou: a favor da derrubada desse imposto, para que o Governo seja obrigado a descer ao nível terrestre e negociar conosco o que seria uma verdadeira reforma tributária, o que seria o corte de gastos, o que seria a disciplina fiscal, o que seria um tratamento sério à sociedade brasileira, que está sendo enganada e não sabe que

esses números fictícios todos desaparecerão se sobrevier uma crise sistêmica ao que está se desenhando no horizonte.

De minha parte estou aliviado. Estou aliviado. Fiz exatamente o que eu sabia que tinha que fazer. Fiz aquilo que eu deveria ter feito. Se for algo muito ruim para o País, repito, a culpa é completamente minha. Se ao final e ao cabo eu estiver correto, eu devo dizer que isso é para ser partilhado com o meu Partido e com as pessoas dos diversos partidos que acreditaram que tem horas que se paga qualquer preço, mas não se ajoelha; paga-se qualquer preço, menos o de quebrar a espinha dorsal; paga-se qualquer preço, menos o de desmontar as nossas crenças. Não desmonto as minhas crenças, ainda que isso possa ser nocivo à minha própria carreira pública.

Então, pela minha crença, voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Paulo Duque; logo a seguir, o próximo inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Duque está aqui aprendendo as lições econômicas que estão sendo proferidas desta Bancada.

Desisto da minha inscrição; assim, terminaremos mais cedo esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Em seguida, ao Senador Wellington Salgado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Presidente da Casa, Senador Garibaldi, quero ser muito rápido.

Eu gostaria, Senador Arthur Virgílio, de dizer que, hoje, pela manhã, fiquei muito feliz porque eu ouvia, na Rádio Gaúcha, no programa Ana Amélia, uma entrevista brilhante do Governador Aécio Neves, com o qual tive a alegria de ser Deputado Federal no Congresso Nacional. Ele defendia com força, com respeito e com carinho ao povo brasileiro que esta Casa, no dia de hoje, não rejeitasse a CPMF. Eu queria me dirigir ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. Senador, estou na Casa há vinte e um anos. Convivi com o seu pai, com o qual sempre tive uma grande relação e tive a alegria de estar na comissão montada por ele. V. Ex^a conhece o respeito que tenho por ele. É a ele que devo – pois não houve nenhuma obstrução e ele descumpriu todos os prazos – a aprovação do Estatuto do Idoso, a meu pedido, o da Igualdade

Racial, a meu pedido, e o dos Deficientes, também a meu pedido.

Foi numa comissão montada por ele, sob a orientação dele, que aprovamos o Fundo de Combate à Pobreza. Acabando a CPMF, acaba o Fundo de Combate à Pobreza, ninguém tem dúvida quanto a isso. Eu quero fazer essa reflexão com todo carinho. Quero dizer também que todas as entidades relacionadas às cinco mil prefeituras deste País, todas, todas, remeteram requerimento pedindo a aprovação da CPMF.

Não me recordo aqui de um único Governador que tenha pedido para que derrubássemos a CPMF, porque eles conhecem a repercussão da CPMF nos seus Estados. Não vejo uma única entidade ligada aos trabalhadores, do campo ou da cidade, nenhuma associação de bairro que não tenha consciência do que significam mais de R\$ 40 bilhões de investimento na área social.

Eu diria mais aos senhores e senhoras: nós temos planos de saúde. Eu tenho plano de saúde. Eu poderia até não pagar plano de saúde, porque o Senado garante tudo o que gastarmos com saúde. O Senado nos repõe. Mas tenho um plano de saúde e isso não quer dizer que eu não use o Senado quando preciso. Pergunto: e quem não tem plano de saúde? Como disse Aécio Neves, tirem 15 bilhões... Ele falava em 15 bi. Nós vamos falar em 20 bi. Quando temos a oportunidade de regulamentar as Emenda 29 e ter mais 25 bilhões – são 45 bilhões para a saúde – o Senado vai dizer “não”, “não aceitamos”. Porque na luta agora não está em jogo o povo brasileiro, mas Oposição contra a Situação.

Não consigo entender, com todo o respeito que tenho por todos os meus amigos da Oposição! Fiz um discurso escrito, estou pegando alguns tópicos somente. Alguém aqui nesta Casa – e eu vi Senadores que respeito, como a Senadora Kátia, eu respeito muito V. Ex^a e V. Ex^a sabe disso – Senador Mão Santa, que, reduzindo a CPMF, vai reduzir o preço do arroz, do feijão, do leite, do pão. Isso é história da carochinha, quando sabemos que imposto criado incorpora no valor final e não volta mais. Ou alguém acredita nisso? Duvido! Duvido que alguém acredite que vai baixar. Não ouvi ninguém que defende a CPMF dizer para mim que vai baixar o preço do pão, do leite.

Ora, meus amigos, ouvi também: “Ah, de cada R\$ 30,00 na compra de um produto, R\$10,00 são impostos” Realmente é imposto, mas deveriam dizer que a CPMF ali é R\$0,09, e não R\$10,00.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo apenas: sobre o nosso salário, a CPMF pega. Ah, pega sim o nosso salário. O nosso salário, que quer dizer R\$6,5 mil, claro que a CPMF dói. Dói por uma causa justa,

e pago com muito orgulho. Agora, o que quero saber é o que está na proposta: que quem ganha até R\$2,8 mil não vai pagar CPMF. É isso que me interessa, e não quanto meu salário vai pagar.

Quero terminar com essa parte: quando o Governo diz que é o sonho do Jatene, o homem que criou ou que articulou a CPMF, é que daqui para frente todo dinheiro da CPMF vai para a saúde. E assim mesmo há quem não queira votar a favor! E o Governo diz: bom, vamos prorrogar para mais um ano, quem sabe. Também não querem votar a favor! Não dá para entender!

Por isso, meus amigos e minhas amigas, com o maior carinho que tenho a todos vocês, faço um apelo, um apelo não de quem tem razão, de quem não tem, mas um apelo em nome do povo brasileiro, dos mais pobres, que estão assistindo a esse debate. Eles estão sonhando que amanhã as filas dos hospitais, as filas do SIS, como diz o meu companheiro do Rio Grande do Sul, e que me disse: “Paim, diga lá, por favor, que é em nome de todos os secretários de Estado que estamos pedindo a aprovação da CPMF e exigindo que todo o dinheiro vá para a saúde”.

Senador Garibaldi, sei que falei muito alto, forcei a voz, mas a causa é justa. Por isso, com muita força, com muita garra, faço um apelo a todos os senhores e senhoras: vamos votar a favor não do Governo, não me interessa aqui governo nenhum. O que me interessa é o interesse do povo brasileiro. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e concedo a palavra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Paulo Paim e peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a foi citado pelo Senador Paulo Paim e invoca o benefício do art. 14.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, de acordo com o art. 14, por três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Pois não. É o bastante. Tenho pelo Senador Paulo Paim uma estima enorme. E S. Ex^a fala como se o PT, em época de crise brasileira, tivesse colaborado com a votação da CPMF.

Vou ler para o Senador Paulo Paim algumas coisas, Sr. Presidente:

Em 1998, ele saqueou o dinheiro dos municípios com o FEF, saqueou com a CPMF, com a Lei Kandir e com o Fundão da Educação – Lula, em Fortaleza, se referindo ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. *Folha de São Paulo* (13/05/2002)

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o nosso sistema tributário tem muitos defeitos. Eles começam pelo alto grau de cumulatividade, impostos em cascata, como a CPMF, a COFINS e o PIS. Lula, de novo.

Antes do fim do prazo legal para o término da CPMF, nosso governo vai encaminhar projeto para que essa contribuição seja mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização do processo de arrecadação. Programa de Governo do PT sobre a reforma tributária.

A CPMF hoje arrecada 0,38% das movimentações financeiras. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza fica com 0,08%. Com essas alíquotas, a CPMF vai durar até 2004. A partir daí, somente o valor de 0,08% destinado ao combate à pobreza será mantido. (*Site do PT*. 29/10/2002. José Graziano).

A CPMF é um imposto válido até 2004, a partir de então, Lula pretende mantê-lo como taxa simbólica para efeito fiscalizador com uma quota de 0,08% destinados à educação e à saúde. (26/09/2002. Lula em entrevista ao *Jornal Nacional*).

Sr. Presidente, outra balela que tem que ser desmontada de que a CPMF é boa para o pobre, como se pudéssemos fazer algo parecido com a mediocridade chavista, como se pudéssemos imaginar que o empresário, sendo prejudicado, e os custos Brasil crescem na medida em que se mantém um imposto injusto como esse, como se isso não afetasse o emprego, não afetasse a competitividade, não afetasse o crescimento econômico.

E mais, aquele que não tem conta em banco, quando ele recebe uma gorjeta enrolando carne para os outros no supermercado, quando ele vai pagar a própria carne com a qual ele sustentará a sua família, ele não sabe que, mesmo não tendo conta em banco, ele está pagando CPMF naquela carne que está comprando depois de ganhar dinheiro com pessoas que têm conta em banco.

Sr. Presidente, eu creio que, já posso imaginar se acontecer a derrota do Governo qual será o nível da discussão. Se uma figura cavalheiresca, como o Senador Paulo Paim, diz isso, imagine o que não será o próprio Presidente Lula, se contrariado. E digo mais, se o Presidente Lula não se portar como Presidente da República, ele não dialoga conosco nunca mais. É bom que fique claro, que ganhar ou perder é do jogo

democrático. Ditador é que não aceita perder. Se o resultado der favorável ao Presidente Lula, ao Governo, eu me curvo ao resultado, eu me curvo à soberania do Plenário.

Agora, não vou aceitar dialogar com quem tem a chantagem como proposta fundamental.

Vou ler aqui, Sr. Presidente, pesquisa da USP:

A carga tributária sobre a renda das famílias pobres representa 51% na renda das mais pobres, dos quais 2,19% se devem ao pagamento da CPMF. Nas famílias mais ricas, esses percentuais são de cerca de 27% e 0,96%, respectivamente. Ou seja, ocorre exatamente ao contrário do que diz o Presidente Lula. A CPMF penaliza proporcionalmente mais os pobres do que os ricos, portanto, votar a favor da CPMF é votar contra os pobres.

Não foi nenhum Tucano que escreveu, não foi nenhum Democrata. Quem escreveu isso foi pesquisador da USP em trabalho científico, para ser discutido no debate econômico, para ser trazido ao conhecimento da Nação. Mas o fato é que eu quero propor argumentos sérios, e aqui disse. O Brasil já viveu sem CPMF. Se houver decência, se houver compromisso e isso aqui não passar hoje, eu estou aberto para negociar a partir de janeiro, com as desconfianças naturais e com a exigência da comprovação de que o Governo vai cumprir a palavra empenhada, porque, se nós fôssemos aqui avaliar quantas vezes o Governo não cumpriu com a palavra que empenhou, nós estaríamos aqui, sinceramente, a nos perder em contas de Malba Tahan.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro agradecendo – e muito – a oportunidade que me dá V. Ex^a para dizer à Casa que, ao contrário dessa balela de que tem imposto de rico e tem imposto de pobre, este imposto aqui penaliza mais os pobres. Se tem imposto justo neste País é o Imposto de Renda. Este penaliza os mais ricos e não cobra de quem não tem renda. Então, vamos procurar, neste debate, seja qual for o resultado a ser espelhado no painel eletrônico, vamos procurar respeitar a verdade...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Fora do microfone.) – ... o debate, elevá-lo e procurar combater, porque esse não é o parlamento de Hugo Chávez e tem que ser respeitado! O Brasil é democrático. E haja o que houver, custe o que custar e doa a quem doer, estamos defendendo a verdade...

Por enquanto, falo minhas verdades e delas não arredo o pé.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado. Depois, concederei a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tentar falar bem calmamente porque acho que os discursos estão muito inflamados. Com 1, 95m não vale a pena. Creio que meu tamanho já declara minha força. Então, irei bem devagar. Estou até com medo de tomar a água que o Senador Arthur Virgílio deixou aqui.

Quero dizer, Sr. Presidente, que tudo o que está acontecendo diz que o Presidente Lula está errado. Sua Excelência está errado e sobe na pesquisa? Como é que alguém pode estar errado e ganhar mais o apoio do povo? Não consigo entender.

Durante os debates, comecei a participar, comecei a estudar a CPMF, comecei a mostrar a origem da CPMF. De repente, virei inimigo da Oposição. Quer dizer, inimigo, não, porque são meus amigos, mas alguém que deveria ser atacado. Só porque eu disse onde nasceu, como aumentou, como foi instituída, atacaram-me na CCJ.

O Presidente Lula tentou de tudo para negociar, verdade seja dita. Todo mundo está chegando aqui e falando que está sendo enganado, que está sendo passado para trás. Isso não é verdade. O Presidente Lula negociou e ainda está negociando porque há telefones tocando aí. Há telefones tocando. Sua Excelência ainda está negociando. Até abrirem o placar, a negociação está aberta. Aqui tem gente falando muita coisa, mas não é verdade. Minas vai perder R\$3 bilhões. O Governador Aécio Neves, uma grande estrela do PSDB, está ligando toda hora aqui para os Senadores tentando um acordo, tentando ver se a gente aprova isso.

No meu Partido, no PMDB, ninguém diz como é que eu tenho de votar. O meu Líder, Senador Raupp, me orienta, mas ninguém me agarra e diz: "Tem de votar assim." Ninguém pega na minha mão e diz qual é o local onde tenho de votar.

Pelo menos, desta votação, saio orgulhoso do meu Partido.

O meu Partido discute. E olha que, no meu Partido, há ex-Vice-Presidente, há tudo, todos que já passaram por lá, e sentamos à mesa. Há, inclusive, gente que faz gol contra e corre para a torcida adversária. No entanto, é sempre respeitado.

Ninguém diz para mim como vou ter de votar ou que tenho de votar em bloco. Isso é o maior absurdo do mundo! Estou aqui representando os votos que os mineiros deram para o Ministro Hélio Costa, 3,5 mi-

lhões de votos! E não vai ser ninguém que vai dizer para mim como é que tenho de votar. Vou votar, ouvindo o Ministro Hélio Costa e Minas; não vou vir aqui para votar por menos R\$3 bilhões para Minas.

E Minas se enforcou pela liberdade. Então, ninguém me diz como tenho de votar; voto como quero. Já votei contra o Governo, como queria. Agora, aqui todo mundo faz acordo e diz assim: "Tem que me seguir". Vou cair como camicase, vou morrer, e todo mundo tem de morrer comigo?

Quem tem responsabilidade é o Presidente Lula. A responsabilidade do Governo é do Presidente Lula; é ele que ganhou para Presidente e que conduz o povo. Há gente falando pelo povo que tem 3% nas eleições. Que povo é esse? Eu estudo, vejo. Quem é que representa o povo? O homem só sobe. Está aqui a pesquisa, Sr. Presidente. O homem só sobe.

Está aqui, a Senadora Ideli Salvatti já falou: subiu de 48% para 51%; regular, caiu de 32% para 31%; ruim e péssimo, recuou de 18% para 17%. E vão falar o quê? Que o Presidente Lula está errado?

Pelo amor de Deus, tem de ter a coragem de liberar a Bancada! Tem-se de deixar o Senador de Minas, que tem quatro milhões de votos, votar como é bom para Minas. Tem-se de votar como o Governador quer, o Governador que é uma estrela da Oposição e que pode ser um dia Presidente.

Mas isso não acontece. Isso não acontece!

Aqui é todo mundo juntinho: "Para cá". Vamos para o inferno? Vamos juntinho. Vamos para o céu? Vamos juntinho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não é mole não, Sr. Presidente! Não é mole não! Esta Casa está difícil de entender. Está difícil de entender, Senador Heráclito, está difícil de entender. Quanto mais falam mal do Presidente... O Presidente foi humilde, ao tentar negociar pessoalmente, mas tudo bem. Na hora de procurar o votinho, não vai achar, não vai achar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. Em seguida, daremos a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não procede esta discussão de que se vai votar, mais uma vez, uma questão fundamental com a Casa dividida ou quase dividida entre Governo e Oposição. Nunca

ouvi dizer, na minha vida, que votar pela redução da carga tributária fosse uma luta contra Governo, contra Lula, contra o PT.

A oportunidade que se tem agora é de extinguir a CPMF, que tem validade até o dia 31 deste mês. E, se alguém perguntar por que não o Imposto de Renda, este não está em discussão. Quando estiver, vamos reduzir essas alíquotas, pois faz tempo que nelas não se mexe.

Esta é a terceira vez em que subo a esta tribuna para tratar da prorrogação da CPMF. Do primeiro discurso no dia 22 de agosto passado até hoje, o Governo Federal manteve a mesma estratégia: mentir, manipular, mentir e, ao contrário do que disseram outros oradores aqui, agredir a Oposição. Agrediu a Oposição de todas as formas, dizendo que, há 500 anos, determinados partidos de Oposição mantêm a elite no poder.

É preciso enfrentar essa falsa discussão, porque esse falso palavreado é uma tentativa de que isso vire verdade, aqui neste Plenário, nesta Casa de discussão.

O Governo diz que precisa da CPMF, Sr^{as} e Srs Senadores, para combater a sonegação. É lorota! Se o objetivo fosse esse, o Presidente deveria enviar uma nova mensagem, fazendo uma proposta de 0,001%, para que a Casa toda votasse. O Governo não precisa de 0,38%, se o objetivo é simplesmente combater a sonegação.

Há mais de dez anos, quando foi criada a CPMF, temporária, destinada apenas à saúde, lá em Pernambuco, por exemplo, ninguém levantou a voz para dizer que o Presidente Lula estava defendendo sonegadores, que o PT era um partido que abrigava e defendia sonegadores. Agora, o Presidente da República, na sua soberba, diz – e ameaça a Oposição – que a população deve guardar os nomes daqueles que vão votar. “Guardem os nomes!” Essa perseguição já foi feita na eleição próxima passada.

Quem não se lembra aqui – o DEM, os tucanos – de pessoas que não eram simpáticas ao Governo e que sentiram na pele, lá nos seus Estados, quando o Governo, de forma irresponsável e mentirosa, dizia que determinado candidato era contra o Bolsa-Família? Ele vai repetir esse mesmo expediente, e o fará mais ainda, se a Oposição entender que essa luta para reduzir a carga tributária é de Governo contra Oposição. Aqui devemos votar contra a CPMF, para reduzir minimamente a carga tributária.

O Governo também afirma que só paga CPMF quem tem conta corrente. É outra mentira, outra lorota! Todo mundo paga CPMF, e quem paga mais é o pobre. Hoje, uma pesquisa da USP divulgada em São Paulo revela isso, como disse ontem, em brilhante comentá-

rio, o colunista de *O Globo* Merval Pereira, mostrando, por intermédio de estudos, que é a classe mais baixa, a classe mais despossuída que paga mais CPMF.

Também faz parte da argumentação governista a justificativa de que a manutenção da CPMF é essencial para melhorar a qualidade do serviço público de saúde. Aqui foi dito por vários Senadores que me antecederam, Senadores da base do Governo, Senadores que votarão a favor da manutenção da CPMF: o mais importante para o Sistema Único de Saúde é a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, Estados e Municípios. Esta, sim, Sr. Presidente, é uma solução permanente e não-provisória e precária, como a CPMF. Tenho certeza de que a Oposição se unirá no esforço para aprovar a Emenda nº 29 no menor tempo possível.

O Governo Federal garante que ampliará seus investimentos na área da saúde. Difícil acreditar, pois a verdade é que, até o final de outubro, o Ministério da Saúde executou apenas 27% dos R\$4,6 bilhões que estão previstos no Orçamento Geral da União para este ano.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, é que encaminho contrariamente à prorrogação da CPMF, dizendo que não será nenhum fim de mundo, nenhuma coisa ruim votar contra a CPMF, para que um Governo gastador como é o Governo Luiz Inácio Lula da Silva procure ajustar-se, gastar menos.

Vamos procurar, inclusive, reduzir outros impostos, quando chegar a época de reduzi-los, porque a carga tributária, esta sim, é que está imoral, indecente e insuportável, na casa dos 38%. E ninguém está acusando Lula, nem o PT, de que ambos são responsáveis por essa carga tributária. Ela se formou ao longo dos anos, ao longo de Presidentes da República que passaram pelo Palácio do Planalto, mas isso não serve de argumento. Nesta oportunidade, derrubemos isso pelo voto livre e soberano desta Casa, que precisa, sim, reafirmar-se perante a opinião pública, impor uma derrota ao Governo, impor uma derrota à carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de receber o telefonema de uma figura respeitável, o

Deputado e ex-Ministro Paulo Renato, dizendo que acompanhava os pronunciamentos e que grande parte de vários deles, inclusive dos meus, não teria sido reproduzida pela televisão. Não vou nem entrar em sinistrose de censura, mas simplesmente peço a V. Ex^a, que está entrando com o pé direito na Presidência do Senado, que providencie para que não aconteçam erros técnicos que pareçam uma censura, porque esta Casa tem de ser aberta nas suas entranhas para a sociedade e tem de ser a expressão da vontade democrática, livre e soberana dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, determino providências urgentes no sentido de apurar a denúncia de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Sibá Machado. Em seguida, usará da palavra o Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tenho a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a observação do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, tendo em conta que o Deputado Paulo Renato Souza observou que, por alguns instantes, o Senador Arthur Virgílio falou sem que houvesse a transmissão da sua voz, é importante que seja esclarecido que V. Ex^a, parece-me, está procurando ser bastante rígido na disciplina, em igualdade de condições para todos os Senadores.

Portanto, o tempo dado ao Senador Arthur Virgílio foi o regimental. O tempo além, pela disciplina que V. Ex^a está impondo, é que saiu sem som. Salvo engano, foi isso que aconteceu e é importante que o Deputado Paulo Renato possa compreender.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, por outro lado, Sr. Presidente, já não me importo que V. Ex^a conceda tempo além do regimental para o Senador Eduardo Suplicy. Pode fazê-lo à vontade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou técnico, mas eu aconselharia ao Dr. Renato que ele ligue o volume da televisão. Quem sabe ele vai escutar tudo que estamos falando aqui.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de 1º Secretário, para ajudar a Mesa e para que não haja nenhuma dúvida em relação à questão da comunicação, solicito que seja encaminhada, de imediato, no final desta sessão, a fita para que a Mesa tome conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a intervenção do Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Antes, Senador Sibá Machado, eu gostaria de prorrogar os nossos trabalhos, tendo em vista a necessidade que temos de ouvir todos os oradores inscritos.

Assim, prorrogo por mais duas horas a sessão de votação da CPMF.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tinha vindo à tribuna até agora para tratar do assunto por considerá-lo extremamente técnico, e, como não faço parte dessa área e entendo quase nada, minha contribuição ia ser muito insignificante. Hoje, porém, o que me traz à tribuna é a emoção do debate que está sendo feito. Acredito que a emoção do Senador Paulo Paim e de outros Senadores que aqui vieram é muito válida, porque estamos tomando uma decisão que vai mexer, inevitavelmente, com a vida de muitos brasileiros.

Todo o esforço de argumentação aqui apresentado ao longo dos debates nesta Casa, na CCJ e, especialmente, no plenário, não foram suficientes para esclarecer as dúvidas e para que ambas as partes já pudessem estar aqui com o assunto amadurecido e com a certeza do voto favorável ou contrário. Portanto, é natural que hoje nos estendamos o máximo possível para externar senão a compreensão lógica do assun-

to, pelo menos nossa emoção. É a respeito disso que quero tratar, Sr. Presidente.

Acompanhei, como tantos outros brasileiros, durante as décadas de 1970 e 1980, a cultura da inflação, a cultura da dívida externa, a cultura da fraca balança comercial brasileira, o problema da instabilidade da moeda e tantas outras coisas que chamavam, diariamente, a atenção do povo brasileiro.

Era freqüente a chegada de missões do FMI ao Brasil para ditar as regras das aplicações financeiras do País na área da saúde, na área da educação, na questão social, etc.

No penúltimo debate que fizemos na CCJ, houve uma conversa muito qualificada entre o Senador Tasso Jereissati e o Senador Wellington Salgado, quando o Senador Tasso Jereissati fez uma excelente retrospectiva da história da CPMF, desde sua criação até o dia atual.

Foi muito interessante, porque pudemos entender – eu não havia acompanhado até então – todo o trâmite da CPMF naquela apresentação que S. Ex^a fez. Na base da argumentação, o que S. Ex^a nos disse naquele momento? Que o País passava por todos estes problemas aqui, falou dos percalços da economia interna e, principalmente, dos percalços da economia externa e que, portanto, justificava-se, à luz do Governo de então, de Itamar Franco, e de dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a CPMF.

Inauguramos nossa presença aqui no Senado Federal em 1990, com o Senador Eduardo Suplicy. E qual foi a nossa posição até então? Em 1993, em 1994, no ano de 1996, no ano de 1999 e no ano de 2002, a participação do PT em todas as votações, com exceção do ano de 2002, foi contrária, e tenho aqui o resultado de cada uma das votações, nominais, com a posição de cada Senador.

Em 2002, entendeu-se que a prorrogação, já de 0,38%, se fazia necessária porque se instalava ali a aplicação da base social dos recursos da CPMF.

Quando se decidiu que a alíquota seria de 0,38%, 0,20% iriam para aplicação na área de saúde, mesmo com a participação da DRU nesse pedaço da área da saúde; 0,10% seriam para investimentos, para cobrir o problema do rombo da Previdência, especialmente porque há trabalhadores, no Brasil, que não têm como comprovar a sua contribuição para a Previdência, principalmente trabalhadores do campo; e 0,08% seriam destinados ao programa de transferência de renda, ao Bolsa-Família.

Devolvo a pergunta que o Senador Tasso nos fez naquele momento: o Brasil já pode abdicar desses recursos? É claro que a cultura da inflação alta, dos percalços da economia mundial, das dificuldades por

que o Brasil estava passando está superada em tese; o que não sabemos é se a saúde do País já comporta uma turbulência que poderá chegar em breve, embora esperamos que não venha nunca.

Então, nós, da base do Governo do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que é impossível o Brasil abdicar desses recursos, porque ainda precisamos, minimamente, de mais 15 anos de investimentos assegurados nessas lógicas para que o Brasil possa chegar a 2022 ou 2025 como um País de fato promissor no cenário mundial.

É preciso fazer um grande dever de casa. E o grande dever de casa que está sendo feito, Sr. Presidente, é o investimento principalmente nos mais pobres. O dinheiro da CPMF é, inevitavelmente, para os mais pobres, porque vai para a saúde, para o SUS; parte dele vai para a Previdência e parte vai, por meio de transferência, para o Bolsa-Família.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só mais um instante.

A outra pergunta é: quem paga a CPMF?

Quando o Governo acenou que haveria uma desoneração da ordem de R\$2.892,00, cerca de 30 milhões de brasileiros deixariam de contribuir com a CPMF – 30 milhões de brasileiros. Quanto isso ia se somar em dinheiro, Sr. Presidente? Três bilhões de reais. Então, se estamos falando de R\$40 bilhões de receita da CPMF, os mais pobres do Brasil contribuem com R\$3 bilhões; e R\$37 bilhões ficam com os mais ricos. Portanto, a CPMF dá uma de Robin Hood do século XXI.

Qual é o Robin Hood do século XXI? É a transferência de recursos dos que têm mais para aqueles que têm menos. Então, Sr. Presidente, neste momento, não se trata mais de querer agredir ninguém.

Digo ao Senador José Agripino, ao Senador Arthur Virgílio e à Senadora Kátia Abreu que admirei a forma da argumentação que S. Ex^{as} utilizaram, especialmente a Relatora, a Senadora Kátia Abreu, porque defendeu brilhantemente as teses apresentadas pelo Partido Democratas, o Partido de S. Ex^a. Mas, hoje, o Partido que foi Governo, que é o PSDB, sabe perfeitamente que nós ainda precisamos da CPMF por um período não tão pequeno – ainda imagino cerca de, no mínimo, 10 anos –, para que o Brasil atinja o estado necessário, para que tenha as condições necessárias para, de fato, abdicar de um tributo dessa natureza.

O que o Brasil está precisando, e é justo para todos nós, é de uma redução da carga tributária linear, porque o empresariado brasileiro, todas as pessoas que participam, que contribuem com recursos para

que se financie este País, todo mundo reivindica a redução da carga tributária.

Portanto, o Brasil dos nossos sonhos, Sr. Presidente, precisa que a gente transfira recursos para que os mais pobres entrem nas universidades, para que os mais pobres tenham saúde de qualidade, para que os mais pobres tenham renda no seu bolso, para poder comprar o mínimo para o seu filho ou filha.

Portanto, a emoção do Senador Paulo Paim, com certeza, é a emoção dos mais pobres do Brasil.

Parabéns, Senador, pela brilhante defesa que fez pela manutenção da CPMF.

Encaminho, Sr. Presidente, o voto favorável à prorrogação da CPMF.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço o cancelamento de minha inscrição, uma vez que os Senadores já usaram os argumentos. Vou votar contra a CPMF. Então, já está plenamente declarado o meu voto. Acho que devemos votar o mais rapidamente possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, que é o quadragésimo inscrito.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessa-renko.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho, cumprimento-o, inicialmente, pela condução correta desta sessão.

Gostaria de começar por onde o Senador Sibá Machado, meu dileto amigo, terminou. Passaram para ele um papel com algumas informações sobre Robin Hood, referindo-se à que a CPMF era um imposto em que o rico subsidiava o pobre. Deixe-me responder com números.

A Federação do Comércio de São Paulo, instrumentalizada com boa equipe de estatísticos, de compiladores de elementos, levantou recentemente, há uma semana, dados que o Brasil todo – acho, Senador Sibá, que o Brasil todo está nos vendo e nos ouvindo, inclusive os pobres – deve ter tomado conhecimento, ou muitos brasileiros.

São dados curiosos e interessantes: a arrecadação, este ano, da CPMF deve chegar beirando os R\$40 bilhões. V. Ex^a sabe que rico come filé, peixe

de boa categoria, come até caviar, come espaguete italiano; pobre come arroz e feijão e toma leite. Sabe o quanto significa o consumo do Brasil inteiro de arroz, feijão e leite? Vinte e cinco bilhões de reais, dos brasileiros todos – que é comida do pobre. Quarenta bilhões é a arrecadação da CPMF. A comida do pobre – arroz, feijão e leite – chega a R\$25 bilhões. Ou seja, a União arrecada mais em CPMF do que o pobre naquilo que come.

Então, esse dado mostra a V. Ex^a que nossa discussão precisa ser conceitual e embasada em números.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a fez uma belíssima oração, uma emocionada oração, falando sem precisar justificar. V. Ex^a e seu Partido não têm que justificar nada, têm história e altivez para tomar posição e vê-la respeitada.

Quero dizer a V. Ex^a que o meu Partido foi o primeiro a fechar questão sobre a CPMF por motivos de ordem programática.

Senador Paulo Paim, nos estatutos do meu Partido está escrito que a luta do Democratas se fará em torno de alguns campos, entre eles a luta contra o aumento de carga tributária. Por isso, nós lutamos contra a MP nº 232, nos batemos contra as propostas da Cofins de importados, de aumento da CSLL sobre prestadores de serviços, porque entendemos que quem está puxando este País para baixo é carga tributária.

Há os que acham, Senador Lobão, que governar é arrecadar e gastar. Há os que arrecadam e gastam bem e há os que arrecadam e gastam mal. Eu acho que governar é, fundamentalmente, hoje, para uma Nação como Brasil, tornar o País competitivo, Senador Expedito.

O mundo está globalizado, Senador Papaléo, e, analisando os parceiros do Brasil, aqueles com quem o Brasil disputa oportunidade de emprego, não de Bolsa-Família, não de emprego com paternalismo e dependência, mas emprego em que você se emprega para ganhar um salário pela sua competência, pelo serviço prestado – o país gera emprego quando é competitivo –, lamentavelmente o Brasil, que está crescendo muito menos do que poderia, mas está crescendo, está caindo no **ranking** da competitividade no plano internacional.

De 2005 para 2006 e para 2007, caiu de 56º para 66º e para 72º lugar. Está caindo, enquanto aqueles que competem conosco na geração de emprego, Rússia, Índia, China, Argentina, Colômbia, México, estão subindo no *ranking* da competitividade. Por quê? Carga tributária.

É a nossa vez de dar oportunidade ao Brasil de ter não um vôo de nambu, mas de ter um vôo de águia. É agora, depende de nós, depende do nosso voto.

É mudar a Constituição, é encerrar a contribuição da CPMF – que é provisória – no dia 31 de dezembro. A mais, é irresponsabilidade.

Senador Papaléo Paes, a luta da CPMF, para nós, é conceitual. Infelizmente, o Presidente da República entendeu que era uma luta entre governo e oposição. Não é. Para nós, não é luta entre governo e oposição. É uma luta conceitual, é uma luta que objetiva dar ao Brasil a oportunidade de vôo de águia, diminuir a carga tributária por meio de um gesto dos Parlamentares, dos Senadores.

Por essa razão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é que o meu Partido não aceita os argumentos que vêm sendo usados, inclusive pelo Senhor Presidente da República, quando diz que quem está a favor do fim da CPMF é sonegador e irresponsável. Sonegador e irresponsável. Então, é irresponsável quem quer que o Brasil cresça com vôo de águia? Dizem, com atitude de terrorismo, que, se a CPMF acabar, a saúde se arrasa.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe tanto quanto eu que, até outubro, desprezando a arrecadação de Estados e Municípios, o excesso de arrecadação só da União, aquilo que a União não esperava arrecadar e arrecadou atingiu R\$36 bilhões. A CPMF atingiu R\$30 bilhões. Se a CPMF não tivesse existido nunca ou se tivesse sido encerrada, só com aquilo que o Brasil não esperava arrecadar e arrecadou tinha arrecadado tudo que a CPMF deveria ter destinado para a educação, para a saúde, para o Fundo de Pobreza, para a Previdência, para tudo, e ainda sobravam R\$6 bilhões.

Então, se a saúde vai acabar porque a CPMF vai acabar, é porque o Governo pretende aplicar o excesso de arrecadação, certamente, em coisas que não nos interessam: TV pública; contratação de 26 mil petistas; criação de 38 Ministérios. Aí não! Aí é ganância irresponsável. Aí é irresponsabilidade de quem não sabe governar. E cabe a nós criticar e aplicar as reprimendas e as correções de rumo.

Ah, vai acabar o Bolsa-Família! O Bolsa-Família está dentro desses 36 bilhões de excesso de arrecadação. O Governo tem condições de abrir mão da CPMF, porque está com excesso de arrecadação, porque a economia vem crescendo graças a Deus e ao plano internacional.

Ah, os investimentos vão diminuir! Senador Papaléo, deixe-me dar um dado aqui a V. Ex^a. Senador Arthur Virgílio, os investimentos programados no Orçamento até dezembro de 2007 atingiram 14,37% do programado – 14,37%. Isso porque foram puxados

para cima pelos investimentos na área da educação, que atingiram 14,98%; na área da fazenda, 53,7%; na área de trabalho e emprego, 38%; na área de Relações Exteriores, 33%; na área de Ciência e Tecnologia, 24%. Deputado Pannunzio, no rol dos 14,37% do que o Governo foi capaz de gastar, sabe quanto foi investido em saúde? Três vírgula oitenta e nove por cento. E é esse o Governo que nos acusa de estar solapando o instrumento para melhorar a saúde do Brasil.

Eu quero que o Governo – está desafiado! – conteste esses números, que são do Siafi, são do Governo. Estamos agindo, Sr. Presidente, com responsabilidade. Nós queremos ver este Brasil crescendo competitivo. E o direito de votar é nosso.

O meu Partido, por questões conceituais, e não por luta de governo com oposição, vai votar “não”! Vai votar pelo fim da prorrogação da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, mais uma vez estamos nesta tribuna falando de CPMF. Já disse aqui algumas vezes: Imposto é ruim! Ninguém gosta de imposto. E precisamos da reforma tributária. Ponto. Vamos estabelecer isso aí. Mas os recursos da CPMF são investidos na saúde e em programas sociais. E programa social é saúde, sim! Se há impostos que não contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população não é a CPMF. Ela contribui clara e definitivamente para a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente dos mais necessitados.

Eu vou repetir aqui algumas perguntas que já venho fazendo. Primeiro: Por que a CPMF é importante? Porque o equilíbrio fiscal concorre para a elevação da confiança dos investidores e para a redução da vulnerabilidade da nossa economia a choques externos. Contribui para a redução do risco país e dos juros internos e externos.

O aumento da arrecadação dos últimos anos não torna a CPMF financeiramente dispensável porque quase a totalidade do aumento de arrecadação é absorvida, Srs. Senadores, pelo aumento dos programas sociais e pelo aumento dos investimentos.

Reclama-se muito que precisamos aumentar os programas sociais. Reclamamos que precisamos aumentar os investimentos. Na hora que essa possibilidade existe concretamente tentam negá-la ao povo brasileiro.

Quero ainda dizer quais são as vantagens da CPMF. Sr^{as} e Srs. Senadores, atentem para o fato de

que a CPMF promove a redistribuição de renda; combate a lavagem de dinheiro; combate a sonegação; tem baixo impacto nos preços dos produtos; tem facilidade de recolhimento e facilidade de fiscalização.

O fim da CPMF comprometeria, se viesse a acontecer, a estabilidade fiscal e a política de redução de juros; exigiria um ajuste de despesas em programas sociais e em investimentos; principalmente, colocaria por terra o adicional de R\$24 bilhões da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, assim como a possibilidade de retirar a educação da DRU; comprometeria o combate à sonegação e à lavagem de dinheiro.

Nós que combatemos tanto a corrupção, a lavagem de dinheiro e a sonegação, temos de votar pela continuidade da CPMF. A Contribuição é realmente um imposto que não permite a sonegação e a lavagem de dinheiro.

A CPMF é redistributiva sim. Setenta e dois por cento da CPMF é arrecadada pelas empresas. Dos 28% arrecadados pelas pessoas físicas, 17% são arrecadados entre as pessoas com renda anual superior a R\$100 mil, os 10% mais ricos deste País. Quem tem mais paga mais sim. E a CPMF é o único imposto que permite fazer esse tipo de distribuição. Cinquenta por cento da classe mais pobre é responsável pelo pagamento de somente 2% da CPMF arrecadada. Dois por cento! Cinquenta por cento do povo mais pobre deste País só paga 2% da CPMF!

As regiões Norte e Nordeste, as mais pobres, são responsáveis por 24% da arrecadação da CPMF, porém são beneficiadas por 42% dos recursos, que são direcionados à saúde e aos programas de transferência de renda. Os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, por exemplo, contribuem com 5,6% do total arrecadado e recebem 11,7% dos recursos da CPMF aplicados em saúde e no Bolsa-Família. Os Estados do Pará e Amazonas são beneficiários de 5,2% dos recursos da CPMF para o Fundo de Combate à Pobreza e para o Fundo Nacional de Saúde e contribuem, no entanto, com 3,4% do total arrecadado.

É importante realmente frisar aqui que precisamos manter a CPMF. Votar pela CPMF é votar pela redistribuição da renda. Não adianta ficarmos fazendo discursos de que os pobres e os necessitados estão com carência de políticas sociais se querem derrubar, no momento da votação da prorrogação de um imposto, uma contribuição que concretamente traz essas políticas sociais para os mais despossuídos deste País. Querem derrubar por que, meus senhores e minhas senhoras? Por quê? Não é Lula que vai ganhar com isso, não. É o povo mais pobre deste País, é o povo

que precisa realmente que a distribuição da renda seja feita. Chega de egoísmo!

Não há um Governador que tenha se aproximado de mim, um Prefeito, um Vereador ou entidade organizada neste País que não nos dissesse da fundamental importância da aprovação da CPMF.

Vou votar pela distribuição de renda neste País! Vou votar pelo povo brasileiro, que necessita de programas públicos de saúde! Vou votar pelo Bolsa-Família! Votarei pelos mato-grossenses, pelo povo do meu Estado, principalmente o povo mais pobre, o povo que realmente precisa das políticas públicas. Quem não precisa de políticas públicas realmente tem de ser contra a CPMF, e quem precisa de políticas públicas, quem sabe da necessidade daqueles mais despossuídos, precisa votar a favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A hora é decisiva, senhores e senhoras. O momento é importante.

Faço um apelo à Oposição – que eu diria que é vitoriosa, sim, porque, no Senado da nossa República, trabalhou para que se aperfeiçoasse a CPMF, e ela está mais aperfeiçoada. Então a vitória também é, com certeza, da Oposição. Não tenho dúvida disso.

Precisamos dizer com clareza ao povo brasileiro a quem serve a CPMF. A CPMF serve realmente para distribuir a renda. CPMF é distribuição de renda. Outros impostos, não; muitos deles não. Vamos trabalhar juntos a reforma tributária, para reduzirmos para dois, três ou, no máximo, quatro os impostos, mas vamos colocar lá, sim, um imposto do tipo da CPMF, para que não possa haver sonegação e que, realmente, possa haver distribuição. Quem ganha muito paga muito; quem ganha pouco paga pouco; quem tramita pouco recurso no banco não paga nada.

Estará livre de pagar a CPMF quem ganha até R\$2.800,00. Isso tem de ficar claro para a população brasileira. Você que está nos ouvindo: se você ganha até R\$2.800,00, não vai pagar nada de CPMF. Agora, quem ganha mais do isso, como eu ganho... Quero pagar, sim! Quero pagar CPMF. Chega de egoísmo! Vamos buscar a fraternidade e a solidariedade. Chega! É a cooperação, é a solidariedade, é a fraternidade que têm de contar. Chega de egoísmo! Porque eu tenho muito quero mais e mais!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Em seguida, o Senador Osmar Dias usará da palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, ouvimos argumentos de toda natureza no dia de hoje, mas principalmente ameaças e enganos. Quero acreditar que alguns Senadores possam ter tido informações erradas e truncadas por parte do Governo Federal.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de repetir aqui o quanto a CPMF é nociva à sociedade brasileira. Ela não distribui renda! Nós não estamos sendo egoístas! Egoísta é o Governo, que tem uma arrecadação a mais de R\$60 bilhões e ainda quer ficar com R\$40 bilhões do trabalhador, da trabalhadora, do pai e da mãe de família brasileiros.

Ela é regressiva, sim! Está aí a pesquisa da Fipe, encomendada pela Fecomércio de São Paulo, que demonstrou claramente que quem ganha dois salários mínimos, R\$760,00, no final do mês, quando passa pela mercearia, pela farmácia, pela loja de roupa para os filhos, deixa, em todas essas lojas, R\$387,00, Senador Paulo Paim. São 51% de impostos indiretos sobre quem ganha dois salários mínimos.

Lembro aqui aos brasileiros e brasileiras que lhes estão prometendo que será isento da CPMF quem ganha R\$2.700,00. Lembro que essa mesma pesquisa da Fipe, ligada à FGV, encomendada por uma instituição de respeito deste País, mostra que você, brasileiro e brasileira, que ganha R\$2.700,00 e estão lhe prometendo isentar sua conta bancária da CPMF, vai gastar, ao final do mês, quando for à loja, ao supermercado, à farmácia, à padaria, ao açougue, deixará, nesse percurso todo, R\$760,00. Ou seja, 33% do seu dinheiro, do seu salário ficará nas lojas, e o comerciante vai recolher, pagar ao Governo Federal a parte que lhe cabe e ficar com a outra parte, para continuar comercializando. É assim que se cobram os impostos. Os impostos estão no consumo!

Estamos lutando contra a CPMF. Não apenas contra ela em si, isoladamente, apesar de ser nociva, regressiva, fascista, pois é cobrada indiretamente, sem o cidadão brasileiro notar. Mas queremos uma reforma tributária. E quando ouço, desta tribuna, um Senador do Governo dizer que quando abaixarmos os impostos o preço do produto não baixar, fico escandalizada!

É um sinal de que esse Senador não conhece a livre concorrência e nunca ouviu falar dela, nunca ouviu falar em livre mercado, nunca leu os boletins de economia, que demonstram que apenas menos 0,38% da CPMF, apenas essa pequena alíquota, significa um crescimento do PIB de 0,4% e a criação de meio milhão de empregos neste País. A cada 1% tirado na carga

tributária, temos a criação de um milhão de empregos. É a isso que nós temos de visar, e não ficar atrás das chantagens que aqui ouvimos no dia de hoje. Não é o rico que paga o imposto, não. Está provado pelos estudiosos, pelas pesquisas que é muito simples o raciocínio. O que existe mais no Brasil em número de pessoas? Existem mais pobres ou existem mais ricos? Pelo que me consta e que o Brasil inteiro sabe, o número de ricos é muito menor e o número de pobres e da classe média é muito maior. Então, minha gente, isso é o sinal de que a maioria dos pobres, a classe média brasileira é a grande maioria que consome neste País e, portanto, é a grande maioria esmagadora pagadora de impostos.

O restante que aqui foi dito está enganando o povo brasileiro e nós não podemos fazer isso. Agora há pouco, um colega Senador da base do Governo ameaçou, dizendo que em vários Estados vão faltar os recursos para a saúde. Não é verdade, Senador César Borges, como foi citada a sua Bahia. Fique tranqüilo, porque a Emenda Constitucional nº 29, votada por nós, Senadores e Deputados, garante à Bahia, no ano que vem, R\$2,4 bilhões, Senador Antonio Carlos Júnior. Porque, neste ano, foram para a Bahia R\$2,2 bilhões, não porque o Presidente da República quis, mas porque a Constituição exige e obriga que ele mande esses recursos para os nossos Estados.

Da mesma forma, o Rio Grande do Sul, dos nossos colegas Senadores. Este ano, a Emenda Constitucional obrigou a destinação de R\$2,3 bilhões para a saúde do Rio Grande. E, no ano que vem, o Presidente Lula, querendo ou não, os recursos para o Rio Grande, graças à emenda constitucional nº 29, serão R\$2,5 bilhões para a saúde.

Mas aqui, Sr. presidente, não quero apenas fixar na carga tributária como um todo, mas na CPMF, que é cobrada em cascata. Para o Governo arrecadar R\$36 bilhões de CPMF, ele tem de tributar o PIB quatro vezes, ou seja, tributar R\$10 trilhões.

É confiscatória, porque o pobre, pai de família, vende a sua casa por R\$10 mil, e, quando ele vai comprar outra casa, pois ele depositou o dinheiro em sua conta, ele não teve ganho financeiro, mas a CPMF abocanha um pedaço do seu patrimônio. Isso é confisco de patrimônio das famílias pobres do Brasil. E ainda tributa imposto, tributa o IPVA, tributa o ISS, tributa o IPTU, tributa a Cofins. É tributo em cima de tributo. E agora vêm dizer os Senadores da base do Governo que a CPMF não é nociva ao País e que não é regressiva, como mostrou a pesquisa que aqui citamos.

Vêm aqui os Senadores da base alegar a saúde no Brasil, quando nós, principalmente nós Senadores

do interior deste País, que conhecemos muito bem os nossos Municípios. Os 139 Municípios de Tocantins, de Axixá a Talismã, conheço todos, e sei como está a saúde. Os hospitais, abarrotados, não têm equipamentos. Quando os têm, são obsoletos, quebrados, sem manutenção. Faltam remédios nas farmácias básicas. Mas eu não preciso dizer isso aqui.

As pesquisas estão aí e o povo brasileiro está respondendo à altura. A saúde no Brasil, apesar dos bilhões e bilhões tirados do bolso dos brasileiros, está um caos. Não é falta de dinheiro, não, colegas Senadores e Senadoras. É falta de competência, é falta de gerência. Aqui, quero lembrar o PAC e os investimentos neste País. O Governo vem ameaçando que vai findar com o PAC. Quero lembrar ao Presidente da República e aos seus Ministros que, à disposição do PAC, têm R\$16 bilhões. Não temos culpa de que, pela ineficiência, pela incompetência do Governo, tenham-se executado apenas R\$3 bilhões. O problema não é dinheiro! O problema é competência, o problema é eficiência, Sr. Presidente, que o Governo, infelizmente, não tem demonstrado.

Eu quero que o Governo venha aqui, ao Congresso Nacional, não para nos chantagear e ameaçar. Eu quero que o Governo explique ao Congresso Nacional, com números e dados, como pode um País suportar, com um crescimento de despesas em 9% e aumento de receitas em 7%, crescer 4,7%. Expliquem-me apenas esses três números que vão me convencer do contrário do que estou fazendo agora.

Estamos votando, porque os impostos são importantes. Todos os países do mundo cobram impostos, mas o imposto não pode custar o sangue do brasileiro. Ele só pode custar o nosso suor e estamos dispostos a dá-lo. Todos aqui que são médicos sabem que, se os impostos custarem o sangue, morreremos de anemia profunda logo, logo.

Estamos perdendo a competitividade em relação aos países em desenvolvimento. Apenas no ano passado, Senador Tuma, perdemos em exportações para os Estados Unidos, perdemos para a China, o nosso concorrente, R\$1 bilhão, em exportação para os americanos. Por quê? Porque a China já sai de lá com seus produtos com a carga tributária de 19%, e o empresário brasileiro, esse herói, sai daqui com uma carga tributária de 36%. É desumano o que estamos fazendo com a economia nacional. Nós estamos propondo, neste momento, essa grande reforma tributária, justamente porque...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, faço um apelo a V. Ex^a

para que possa encerrar o seu pronunciamento. Vou dar um minuto agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente, pela compreensão.

Apenas para encerrar. O que queremos é liberdade para crescer, porque, quando nós temos e damos ao Brasil liberdade para crescer, o empresariado responde como respondeu até agora, o empresário rural e urbano. Os empregos serão gerados para milhares, milhões de brasileiros que não têm onde ir de manhã cedo, que não têm trabalho, que não têm a garantia de renda no final do mês. A cada 1% a menos, não se esqueçam, são milhares e milhares de empregos criados neste País. E por isso nós, Democratas e o PSDB e os Senadores independentes, vamos votar, não pelo gosto do Governo Federal nem dos Governadores dos Estados. Vamos votar pela vontade da maioria. Vamos votar com a sociedade brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu. Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Mário Couto com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma informação a V. Ex^a. Qual é a minha colocação por ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito no 36º lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falo amanhã, então.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já falaram 18. Vão falar mais 18, e aí V. Ex^a nos brindará com a sua palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ao amanhã, eu falo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leio para V. Ex^a noticiário da **Folha Online**, do **blog** de Joias de Souza:

STF derruba medida provisória que Lula reeditou

Num instante em que tenta evitar uma derrota no Senado, o governo padeceu um sério revés no plenário do STF. Por sete votos contra dois, os ministros do Supremo derrubaram na tarde desta quarta-feira uma das medidas provisórias que, a pretexto de acelerar a votação da CPMF na Câmara, Lula revogou e reeditou em seguida. A manobra foi considerada pelo tribunal como uma fraude ao texto da Constituição.

A medida provisória revogada pelo STF trata da prorrogação dos prazos para o registro de armas de fogo. A MP trancava a pauta da Câmara no momento em que o governo decidiu priorizar a votação da emenda que prorroga o imposto do cheque até 2011. Para desobstruir o caminho da CPMF, o governo revogou a medida, reeditando-a depois que os deputados aprovaram o tributo”.

Deve-se ao PSDB o recurso ao Supremo. Ao julgar a ação, os ministros consideraram que a Constituição veda “a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”. Prevaleceu o entendimento de que, por analogia, as regras constitucionais aplicam-se também às medidas provisórias revogadas.

Ou seja, Sr. Presidente, uma vitória das minorias. E vitória das minorias, numa República que se pretende democracia, é uma vitória das liberdades, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

Em seguida, teremos a palavra do Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pertencço ao PDT, e o PDT, através da sua Executiva Nacional, fechou questão há mais de um mês, há dois meses: vota o PDT favorável à CPMF.

Indignei-me com a posição do PDT e expressei aqui, durante várias oportunidades, que não aceitava que a executiva do PDT fechasse questão sem antes permitir que a bancada de Senadores debatesse esse assunto e esgotasse com o Governo todas as possibilidades de negociação séria daquilo que pudesse ser publicado, daquilo que pudesse ser anunciado e escrito, porque o PDT, em nenhum momento, por

meio de nenhum Senador, pediu cargo ao Governo ou aprovação de qualquer “emendinha” para trocar o seu voto em troca disso. De jeito nenhum! Aliás, o que o PDT fez é a regra que faz jus à sua história, de fazer política séria, de negociar com o Governo avanços em relação ao tema e que pudessem significar ganhos para a população brasileira.

Falam aqui de pressão para votar a favor, mas o tamanho da pressão que recebi para votar a favor é o mesmo da que recebi para votar contra. Pressão dos dois lados; quem não quiser receber pressão tem que procurar outra coisa para fazer na vida, porque pressão, para quem faz política, é todo dia, o dia todo.

E estou aqui na tribuna para fazer um anúncio de uma coisa muito séria que aconteceu. Segunda-feira, fiz um pronunciamento aqui, daquela tribuna, e disse que se o governo não documentasse os compromissos com o PDT, não assinasse os compromissos com o PDT, eu não teria condição de voltar para o meu Estado e dizer:

“Votei a favor da CPMF porque o Governo prometeu que vai fazer tal e tal coisa”. Não!

O PDT decidiu, com a liderança do Senador Jefferson Péres, a participação da Senadora Patrícia, do Senador Cristovam Buarque, do Senador João Durval que tínhamos uma agenda, uma agenda para atender os interesses nacionais, do País. Pedi licença ao meu líder para colocar aqui algo que atende os interesses do Paraná, dos paranaenses, mas atende o interesse também dos brasileiros.

Disse aqui que, se não obtivesse um documento assinado pelo representante indicado pelo Presidente Lula, eu não votaria a CPMF. Recebi um documento hoje assinado pelo Senador Romero Jucá, líder do Governo. Disse: “Esse não é o Governo, é o líder no Senado, mas quero de um Ministro”, e o Senador Romero Jucá, ele próprio, que, para mim, não precisava assinar porque comigo cumpriu todos os compromissos sempre, buscou a assinatura do José Múcio, o Ministro das Relações Institucionais.

O que traz esse documento? E aí que se diferencia aquele negócio de disserem: “Ah, virou uma feira, virou uma barganha”. Não. O PDT escreve, o PDT assina e o PDT exige compromisso por escrito, que pode ser publicado na imprensa. Isso aqui pode ser publicado em qualquer jornal do País.

O que exigimos? Exigimos a redução da alíquota da CPMF, emenda apresentada por mim. Claro que apresentei uma emenda que reduzia até 0,15% em 2011 e, depois, acabava com a CPMF. Depois de muita negociação, conseguimos uma redução de 0,02 que vai chegar em 0,30 em 2011.

O Governo atendeu, portanto, parte da nossa reivindicação.

O PDT entrou com uma proposta séria de redução da incidência da DRU na verba de educação até acabar com a incidência da DRU. E conseguimos. Está aqui assinada pelo Governo. O Governo assinou que vai reduzir até acabar com a incidência da DRU. O que significa isso para quem está me vendo e me ouvindo em casa? Significa que, a partir de 2011, não vai ser mais tirado 20% da educação. Isso significa R\$5 bilhões a mais por ano na verba da educação. Então, todos aqui não defendem mais recursos para a educação? São R\$5 bilhões a mais. Conseguimos negociando seriamente.

E o PDT, por proposta do Senador Jefferson Péres e apoiada pela bancada, conseguiu que o Governo dissesse como fará, não a redução dos gastos correntes, mas a contenção dos gastos correntes. Queremos que o Governo cumpra o que estabeleceu e tinha prometido. Nós não nos conformamos com a promessa, mas fomos buscar um documento assinado e aqui está. O Governo se compromete a aprovar na CAE a Mensagem nº154, de 2000, que coloca limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Isso é muito importante. E atende, inclusive, a apelos de Senadores que estão dizendo que é preciso reduzir os gastos correntes.

O Governo assinou que vai apresentar o PRS 83/2007, que dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo, ou seja, endividamento. O Governo assinou que vai aprovar na CAE o projeto que estabelece que os gastos com pessoal não vão mais crescer acima da inflação mais 2,5% ao ano. Coloca um limite. E o Governo assinou que, na LDO de 2008, vai estabelecer limites mais específicos para a redução das despesas correntes da União – na proposta da LDO.

Pontualmente, pedi que o Governo atendesse o Hospital de Clínicas de Curitiba, que o Senador Flávio Arns também defende. Não podemos permitir que o Hospital de Clínicas feche as portas; um hospital que fazia quarenta cirurgias e hoje faz cinco e atende gente que precisa da CPMF. Estamos falando de dinheiro da saúde? Que o Governo então resolva o problema do Hospital de Clínicas de Curitiba. Isso aqui está assinado. Quero que a Mesa guarde isso e fique como avalista desse compromisso assumido pelo Governo.

Para finalizar, Sr. Presidente, vou entregar isso aqui assinado pelo Governo para que a Mesa seja avalista, mas quero também dizer, ao encerrar, que o compromisso do Governo que está sendo negociado e que pode avançar para ser concretizado, colocar todo o dinheiro na saúde, é aquilo que a sociedade brasileira

espera. Mais: também dentro da CPMF, estão os recursos que pagam a aposentadoria dos trabalhadores rurais, e ainda não me disseram de onde vão tirar os recursos para pagar a aposentadoria de trabalhadores rurais se acabar a CPMF.

Também é preciso dizer aqui, para encerrar...

Sr. Presidente, meu tempo vai acabar, mas peço a V. Ex^a só mais um minuto, tempo que já foi concedido a outros, só para eu dizer uma coisa até para lavar minha alma.

Estão dizendo o seguinte: tem que forçar o Governo a fazer a reforma tributária, acabando com a CPMF. Mas será que o raciocínio é lógico? Acabando com os R\$40 bilhões, o Governo vai fazer uma reforma tributária para tirar mais R\$40 bilhões ou para colocar R\$40 bilhões em outros impostos? Não entendo essa lógica, essa matemática.

Outra coisa: estão dizendo que a saúde está um caos – e está; mas ela vai melhorar, tirando-se dinheiro da CPMF, ou vai piorar? Vai piorar. Mas não vai piorar para quem pode pegar um avião e ir para a Europa ou para os Estados Unidos fazer tratamento ou cirurgia; vai piorar para quem precisa de dinheiro da CPMF, para quem precisa ser atendido pelo SUS.

Então, Sr. Presidente, o Partido fechou questão, e todo mundo é a favor da fidelidade partidária, mas, quando se diz que o Partido fechou questão, dizem que isso não significa nada. Significa, sim. No meu Partido, fidelidade partidária tem que ser obedecida. Quem não obedecer é expulso e pode ter o mandato cassado. Quero manter o meu mandato para continuar defendendo o povo do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Osmar Dias e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior. Em seguida, falará o Senador Magno Malta.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o crescimento do Brasil, que é aquilo que todos mais querem, depende de investimento, e investimento depende de infraestrutura – e a nossa é caótica –, de marcos regulatórios, que também temos fracos, de carga tributária adequada e de juros mais baixos.

Vamos pegar esses dois últimos pontos.

A carga tributária nossa é brutal, é estúpida, e os nossos juros são altos porque as nossas contas públicas estão numa situação extremamente frágil. As nossas contas públicas não estão bem, por isso os juros são altos. Precisamos de reforma tributária para baixar essa carga e precisamos de ajuste fiscal para fazer com que os juros baixem.

Ora, o Governo não quer fazer nem ajuste fiscal, nem fazer reforma tributária. Por quê? Por que tem a CPMF para dar colchão ao caixa do Governo e continuar expandindo gastos correntes sem investir.

Ora, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nós temos a oportunidade de ouro para provocar ajuste fiscal e reforma tributária. E qual é essa oportunidade de ouro? É hoje, é agora. Temos toda a chance do mundo de forçar um ajuste fiscal e uma reforma tributária. Isso vai induzir uma menor carga tributária, juros menores e, aí, investimentos maiores no setor privado.

Temos a faca e o queijo na mão para operar uma mudança radical na economia brasileira. E, já que o Governo não faz, temos condições de começar a fazer isso hoje. Chegou a hora de fazer. Além do mais, o Senado tem a grande oportunidade hoje de se afirmar, depois de momentos não muito bons para o Senado durante este ano. Chegou a hora de o Poder Legislativo se afirmar. A Câmara não consegue. Tudo se aprova na Câmara. A Câmara não se opõe a nada que o Governo quer, mas chegou a hora de o Poder Legislativo se afirmar. Hoje teremos a grande chance de mostrar que, sem negociar com o Poder Legislativo, as coisas não são tão fáceis, com o Senado principalmente.

Então, o Senado precisa ser respeitado, e o momento é este. Nós temos a grande chance de fazer com que o Governo passe a nos respeitar, passe a negociar conosco medidas polêmicas, para que então o Poder Legislativo passe a exercer efetivamente o seu papel de legislar e não ser legislado por meio de medidas provisórias.

Chegou a hora, chegou o momento de fazer ajuste fiscal, reforma tributária e de o Senado se impor, impor respeito, colocar-se no mesmo nível do Executivo. Nós não somos subordinados ao Executivo. Isso pode mudar, e vai mudar.

Chegou a hora. É só os Srs. Senadores quererem. A vontade dos Senadores é decisiva para isso. Chegou o momento da mudança radical de procedimentos do Governo. Está em nossas mãos essa mudança, depende das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Vamos sentir orgulho do Senado. Essa decisão está nas nossas mãos, depende das Sr^{as} e dos Srs. Senadores! Eu não espero outra coisa desta Casa hoje. Eu tenho certeza de que nós vamos mudar radicalmente o posicionamento do Executivo frente a nós. Nós vamos agora discutir, de igual para igual, com o Executivo. Nós não somos subordinados ao Executivo. Nossa independência começa hoje.

Gente, vamos votar “não” à CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e

concedo a palavra ao Senador Magno Malta. Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PRB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a importância deste momento obriga e faz com que todos nós, por mais cansativa que seja esta sessão, nos dirijamos à tribuna para apresentar à Nação nosso posicionamento.

Uns têm o viés técnico e o fazem com muita competência, apresentam com competência, até por conhecerem Economia, conhecerem contas e conhecerem o técnico desta discussão. Outros o fazem com seu entendimento. E alguns com o coração, com o viés do sentimento, principalmente aqueles que vieram e que tiveram origem muito pobre e simples, como é a minha. Em uma matemática dessa natureza, por mais que tentem provar à minha cabeça, meu coração rejeita.

Eu fico imaginando. Eu era Deputado Federal. A lógica é muito infame, e acho que, por isso, a sociedade, a cada dia, debita credibilidade na classe política. Porque a mim me parece que quem está na Oposição não tem compromisso em manter a sua verdade no dia em que for Situação. E quem é Situação não tem compromisso de manter a sua verdade no dia em que for Oposição.

Digo isso porque, quando eu era Deputado Federal e o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou para o Congresso o projeto de reforma da Previdência, todos os Parlamentares que defendiam a matéria na Câmara se manifestaram de modo contrário quando aqui chegou o projeto de reforma enviado pelo Presidente Lula; os que eram contrários à reforma da Previdência proposta por Fernando Henrique, depois, defendiam a reforma do Lula.

Acho que um debate como esse precisa nos ensinar que a nossa verdade tem de valer sempre, estando nós na Oposição ou na Situação.

Todo partido tem um projeto de poder, caso contrário não seria um partido. O partido que criou a CPMF o fez muito bem, interpretando um sentimento do coração de Jatene, não imaginando os números, mas imaginando o sentimento do coração dele, pensando que certamente esses recursos atingiriam os menos favorecidos, aqueles que mais precisam da visão e da direção daqueles que estão no poder e têm a chave do cofre. Ela veio e foi bem recebida, foi bem abraçada, com alguns discursos contrários de quem hoje está na Situação. Veio interpretando o sentimento dele.

Imagino que todo partido tem um projeto de poder. Ao final dos oito anos do mandato do Presidente Lula, os projetos de poder do PSDB e do DEM se manterão os mesmos, bem como os de outros partidos que que-

rem chegar ao poder. Penso que é por isso que Serra, quando fala, se posiciona a favor de uma CPMF que seja totalmente para a saúde. Aí alguns fazem a interpretação que querem de saúde. Alguns dizem que alimentação, feijão e arroz, faz parte da saúde. Leite em casa faz parte de saúde. E distribuem o dinheiro, como disse o Presidente Lula, com o Bolsa-Família. E ele disse que o Bolsa-Família contribui para a saúde. Eu também creio, porque o meu viés é do coração, por mais números que me dêem, interpretações de técnicos e de pesquisas feitas por brilhantes que estudaram em Harvard e fizeram cursinho no Brasil com carro importado e nunca pisaram no chão e são brilhantes e voltam com um plano na cabeça. Se der certo, eles são gênios; se não der certo, o povo não contribuiu com nada. O povo não colabora nunca.

Então, vejamos: se há um projeto de poder, acho que é mais razoável votar a CPMF agora, manter a CPMF, do que depois fazer uma medida provisória para ela voltar. Acho isso mais razoável. E, se Deus quiser, se for da vontade d'Ele e eu estiver aqui...

Eu agora dei uma risada, porque me lembrei de uma conversa no telefone com um político, ex-Governador do Rio de Janeiro e candidato a Presidente da República, meu amigo Garotinho. Na primeira eleição, ele teve 17 milhões de votos. E ele me perguntou, no telefone: "E, aí, você vai votar a favor?" Respondi: eu vou. "Mas por que você vai votar a favor?" Eu disse: vou votar a favor porque, se você tivesse sido Presidente da República, talvez hoje eu estivesse defendendo você e o seu plano para manter o cheque-cidadão que você distribuía no Rio quando era Governador.

A Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Santa Rita de Vitória, o Hospital Evangélico, a Santa Casa de Vitória e o Hospital Infantil sabem como é importante a CPMF, e jamais as mães, e jamais as pessoas simples do meu Estado, que dependem da Santa Casa e do Hospital Evangélico, entenderiam essas lógicas e essas pesquisas feitas pelos técnicos dos institutos, que têm seus números e suas colocações, porque as pessoas só entendem o gesto, e o gesto é que, em havendo dinheiro, certamente elas serão atendidas.

Eu queria manifestar aqui, Senador-Presidente, as minhas razões como representante do Estado do Espírito Santo, embora, nesses dois ou três meses que antecederam este momento, tanta especulação, tanta piada, tanto gracejo tenham surgido.

Uns dizem: "É para liberar uma emendinha". As emendas do Orçamento são postas para serem liberadas. Não vamos tratar disso hipocritamente, porque, quem não quer emenda liberada poderia nem colo-

cá-la. Por que coloca? Todo mundo coloca. Poderia nem colocar. Não podemos tratar essas coisas com leviandade, com hipocrisia. A emenda é colocada para ser liberada, razão pela qual seu pai, Senador Antonio Carlos Júnior, votou o Orçamento impositivo, para que se libere o recurso, independentemente de qualquer coisa.

O Município menor do meu Estado, Presidente Kennedy, ou o Município de Pedro Canário, precisam, sim, de uma emenda de R\$100 mil. E ela foi colocada foi para ser liberada. E faz-se uma tremenda hipocrisia, dizendo que as pessoas votam para favorecer o Palácio. E quem já esteve no poder votava para favorecer quem, o povo ou o Palácio?

Não podemos brincar com essas coisas, porque as pessoas que ouvem entendem. Elas sabem, elas não são néscias. É preciso lidar com seriedade com essas coisas. Para tanto, é necessário que as emendas sejam liberadas, sim. Presidente Kennedy precisa; Olho D'água das Flores precisa; Castelo precisa; Pedro Canário precisa; Vitória precisa; Vila Velha precisa que as emendas de Gerson Camata sejam liberadas, que as emendas de Casagrande sejam liberadas, que as minhas também sejam.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O seu Mato Grosso precisa, Senador Delcídio, das suas emendas. Todo mundo precisa. Por que as colocaram, se não precisa liberá-las?

E aí se faz jogo, se empurra para lá e diz que fulano está pedindo isso, sicrano está pedindo aquilo. Este é um momento de se tratar a matéria com consciência. Eu precisava dizer isso para o Estado do Espírito Santo.

Se Deus quiser que eu esteja de volta a esta Casa para ter mais oito anos... Não sei se essa é a vontade d'Ele. Se a vontade de Deus não for de que eu esteja aqui, será de que eu esteja em outro lugar, porque Deus quer sempre o melhor para mim. Mas, se eu estiver aqui, não quero ter o dissabor de ter de votar uma medida provisória que traga de volta a CPMF.

Sei que o Aécio, se for Presidente, vai querer a CPMF; o Serra, se for Presidente, vai querer a CPMF. E eu vou votar. Vou fazer um discurso triste, dizendo que eu estive aqui anos atrás, que disse isso, mas que iria votar. Sei que R\$40 bilhões, por mais conta que se faça, pobre não entende; pobre entende é o gesto, é o sentimento do coração.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes no plenário, Brasília é mesmo essa forja onde se retempera a nacionalidade brasileira.

Este debate tem sido, eu diria, um debate de posições, um debate sincero e honesto. Porém, todos sabemos que a Economia não é uma ciência exata. Não é como a minha Engenharia, pois sabemos exatamente que, construindo aqui, na Ásia ou na África, a resistência do concreto, da madeira, do vidro, do alumínio, do ferro, do que for, será a mesma. Sabemos que a tração, a compressão, a torção, a flexão... Não é isso! Economia é uma ciência humana e tem, sim, Sr. Presidente, variáveis imprevisíveis na sua equação. Eu diria que a pior delas é retirarmos do orçamento do Governo R\$40 bilhões, de uma hora para outra.

Sr. Presidente, artigo assinado pelo lúcido jornalista Merval Pereira diz o seguinte: “Pobre paga mais CPMF”. E publica, encomendado pela Fecomércio, um estudo de economistas, matemático, cartesiano, inegável. Porém números percentuais acabam iludindo, Sr. Presidente, o leitor incauto, porque uma coisa é número percentual, outra coisa é número absoluto.

Diz ele que, nas famílias que recebem até dois salários mínimos, o imposto representa 2,9%; acima de trinta, menos de 1% – 0,94%. Em números percentuais, é mais do que o dobro. Em número absoluto, basta uma análise simples para vermos que quem ganha R\$760,00 vai pagar R\$16,64, enquanto quem ganha 30 salários mínimos, ou seja R\$11.400,00, vai pagar R\$113,00. Isso mostra, Sr. Presidente, que é muito mais!

E tenho outro argumento: se nos fixarmos em números proporcionais contra os absolutos... Também não dissemos, por razões de argumentação, onde se vai gastar isso. E vai-se gastar com os pobres.

Mesmo que percentualmente paguem mais, o resultado da arrecadação toda será gasto com eles, com os pobres.

A proposta do Governo de isentar aqueles que ganham até R\$2,9 mil perde a pequena regressividade que tem, e é, portanto, imposto na nossa carga tributária dos mais progressivos.

E digo mais, Sr. Presidente: nós não podemos deixar de reafirmar aqui que os Estados brasileiros vão perder muitos recursos. E é por isso que os Governadores reclamam. Nós não podemos acreditar que esses recursos serão garantidos pela Emenda 29, porque a Emenda 29 tem seus recursos retirados

em grande parte da CPMF que vamos tirar agora, que vamos cancelar.

De onde virão esses recursos, Sr. Presidente? Virão de onde? Ninguém é a favor de carga tributária. Ela é anômica, muito grande, muito alta. Mas por que não discutirmos, Sr. Presidente, o imposto de renda? A maioria dos brasileiros paga 27,5%, mas os muito ricos, que, talvez neste ano, com esta nossa taxa de juros muito alta... E, se nós reduzirmos a arrecadação do Governo dessa forma desastrosa, será um argumento fatal, fulminante, no mercado para subir a taxa de juros, porque vão dizer que o Governo perdeu o controle fiscal. Vamos ter que pagar juros mais altos, que é a maior transferência de recursos de pobre para rico na história do capitalismo mundial.

Sr. Presidente, nós vamos seguramente levar o nosso País ao caos. Nós vamos, sim, Sr. Presidente, tirar recursos dos Estados. O meu Rio de Janeiro vai perder R\$4 bilhões.

O que será, Sr. Presidente, daqueles hospitais do meu Estado, onde filas de pessoas carentes aguardam hoje, com esses recursos, pelo tratamento? O que será da Bahia, que vai perder R\$3 bilhões? O que será do Pará, que vai perder mais de R\$2 bilhões? E repito, Sr. Presidente, vão perder para valer. Não terão recursos de outras fontes para suprir a CPMF.

Portanto, Sr. Presidente, desde que o Vice-Presidente da República, José Alencar, esteve no Senado Federal, falando em nome do meu Partido – ele que é a nossa maior Liderança, a Liderança maior da minha legenda –, o Partido fechou questão, e os dois Senadores votarão, como sempre, fechados em uma questão de interesse nacional. É bem verdade que temos disputas com o Governo; é bem verdade que temos questões a resolver no Governo, mas isso jamais, Sr. Presidente, seria argumento para votar contra os interesses nacionais.

Então, quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, que hoje vamos tomar uma decisão histórica no plenário desta Casa. Nós não podemos deixar de aprovar a CPMF. Eu clamo, Sr. Presidente, em nome do Bolsa-Família; eu clamo em nome da saúde pública do meu País; eu clamo em nome do PAC; eu clamo em nome dos bons resultados da nossa política econômica, que levou o País a voltar a crescer com distribuição de renda; eu clamo em nome de uma inflação controlada, que não é só a deste Governo, mas vem do Governo anterior; eu clamo, Sr. Presidente, por um ajuste fiscal que nos deu a oportunidade de reduzir os juros de 24% para 11%; eu clamo em nome do superávit comercial que temos, série inédita, e que já acumulamos quase US\$200 bilhões como saldo da nossa balança comercial acumulada, e que nos dá uma folga fiscal.

Portanto, lamento que um espaço nobre de um jornal tão – eu diria – lúcido traga um artigo no dia da votação, sem os dados reais, comparando números...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V. Ex^a.

Comparando números percentuais com absolutos – ainda que, apenas em números percentuais, pobres paguem mais que ricos, embora, em números absolutos, seja incomparavelmente menor –, não é citado, nesse artigo, que o resultado dessa arrecadação é, na grande parte, na maior parte, na totalidade, com exceção da DRU, gastos com os mais pobres do nosso País.

O PRB, Sr. Presidente, vota a favor da prorrogação da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dos dois pastores que me antecederam, devo falar com pureza de alma. É assim que procedo nesta hora.

Creio, Senador Magno Malta, que podemos, nesta noite, marcar o nosso reencontro com a sociedade brasileira, proclamando a independência do Legislativo em relação às imposições do Executivo e nos reencontrando com as aspirações da sociedade.

O debate se prolonga há tanto tempo, os argumentos, repetitivos, cansam, mas, necessariamente, são repetitivos em razão do momento de tensão que vivemos, sobretudo em razão da necessidade que todos temos de justificar nossa posição. A CPMF foi instituída para acabar e não para permanecer. Se foi instituída para acabar, deve acabar agora, porque não há momento mais adequado do que este para extinção da CPMF: equilíbrio fiscal, equilíbrio orçamentário, superávit e, sobretudo, excesso de arrecadação. Já se falou inúmeras vezes, mais de R\$60 bilhões de receita excedente nos cofres da União.

Por que acabar? Esse imposto foi instituído provisoriamente, e o foi exatamente por não ser ideal, por não ser adequado. Se foi instituído provisoriamente, não organiza, não oferece segurança. Ao contrário, o que é provisório pode desorganizar e semear a insegurança.

O Brasil, por intermédio do Parlamento, precisa ousar; a Oposição precisa aceitar a convocação

do Governo para debater um novo modelo tributário para o País.

E nós não vemos como o Governo nos convocar para esse debate se assegurarmos a ele os recursos oriundos da CPMF, um imposto injusto, porque em cascata, e, sobretudo, porque penaliza, sim, os mais pobres, ao contrário do que se falou aqui.

Robin Hood? A CPMF Robin Hood, que tira dos ricos para beneficiar os pobres? Ao contrário. A CPMF é Robin Hood às avessas, porque penaliza, sim, mais os pobres, proporcionalmente, em benefício, quem sabe, dos ricos que podem embutir nos preços dos produtos que comercializam aquilo que recolhem de impostos para o Erário.

O Brasil tem um sistema tributário ultrapassado, que impede o crescimento econômico. O que cresce o Brasil é muito pouco diante das suas potencialidades. Não há como nos conformarmos com um crescimento que suplanta apenas um país como o Haiti. Não crescemos sobretudo em razão da exorbitância da carga tributária brasileira. Todos reconhecemos ser exorbitante, todos devemos contribuir para reduzi-la. A cada 1% de aumento da carga tributária corresponde 6,7% de prejuízo no Produto Interno Bruto do País.

O nosso horizonte temporal não pode ser o de um mandato. O nosso horizonte deve ir muito além do que o término do mandato do Presidente Lula e de qualquer Governador deste País.

O futuro deve ser a razão das nossas decisões de hoje. As alternativas que buscamos agora dizem respeito ao que viveremos amanhã. O Brasil precisa de um modelo tributário que estimule o crescimento econômico e que distribua melhor a riqueza entre todos os brasileiros; um modelo tributário que se aproxime daqueles modelos praticados na Europa, nos Estados Unidos, nos países avançados. O nosso modelo é de quinto mundo; precisamos dar um salto de qualidade e instituir um modelo de primeiro mundo, até para que aqueles que produzem e comercializam não o façam com a desvantagem de termos aqui que pagar impostos que exorbitem.

Sr. Presidente, ouvimos muito que esse dinheiro é para a saúde. Onze anos! Duzentos e cinquenta e oito bilhões de reais confiscados do povo brasileiro! Com esses recursos, foram comprados hospitais, reformados hospitais, compraram remédios, pagaram melhor os médicos, compraram UTIs, instrumentos cirúrgicos? Ou esse dinheiro pagou os juros da dívida e alimentou a burocracia?

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente!

Certamente, pagou os juros da dívida, pagou o pessoal, alimentou a burocracia estatal e estimulou o aparelhamento do Estado brasileiro.

Falar que todo o dinheiro da CPMF vai agora para a saúde? Esse dinheiro, quando chega aos cofres da União, não tem carimbo. Não há carimbo de CPMF, ICMS, PIS, Cofins, Pasep, Imposto de Renda – é um caixa só.

Os recursos para a saúde são obrigação constitucional, dizem respeito a um dispositivo constitucional que estamos regulamentando no Congresso Nacional. E este ou qualquer outro Governo terá que repassar os recursos para a saúde independentemente desse ou daquele imposto. Portanto, essa argumentação, Sr. Presidente, não pode nos convencer.

O que nós queremos é que o Governo nos convoque para um entendimento no ano que vem, para discutirmos, de forma elevada, envolvendo a sociedade, um novo modelo tributário para o nosso País. E, certamente, estaremos plantando um futuro melhor para o povo brasileiro, com desenvolvimento econômico, justiça social e melhor distribuição de renda.

O voto do PSDB, o voto do Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, é o nosso voto, exercitando a liberdade de convicção pessoal e pensando, sobretudo, no futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, falará a Senadora Fátima Cleide.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estou entre aqueles que consideram que a CPMF e a DRU são absolutamente indispensáveis à estabilidade econômica do País e ao crescimento econômico que atravessamos.

Ouvi de Lideranças da Oposição a menção de que o cenário internacional é um cenário que aponta para a possibilidade de uma crise financeira. Hoje mesmo estão os grandes bancos centrais do mundo tomando medidas para evitar que esse quadro se aprofunde. E a recessão nos Estados Unidos, na União Européia e no Japão demonstram que estamos em um momento da história econômica quando este País, que sabe o passado que teve de instabilidade, de inflação, de crise fiscal, não pode abdicar do conceito de responsabilidade fiscal, de equilíbrio das contas públicas. Não vi uma única menção desta tribuna a uma dívida pública de R\$ 1,2 trilhão, que não foi este Governo que fez, mas que veio sendo construída ao longo da história. E temos que saber administrá-la com competência. Seremos competentes, se conseguirmos continuar

rebaixando a taxa de juros. E ela não cairá, se o mercado, o sistema financeiro, os credores desta Nação não olharem para as contas públicas com a segurança da solvência do Estado brasileiro.

Pergunto, com alguma racionalidade, como abrir mão da DRU? Como abrir mão de R\$40 bilhões de receita em um País que saiu há pouco tempo da grave vulnerabilidade? É verdade, a estabilidade econômica que aí está começou no Governo anterior, o conceito de responsabilidade fiscal também, mas foi preservado neste Governo e é indispensável para a estabilidade econômica da Nação.

Dizem aqui tribunos da Oposição: “Há um excesso de arrecadação. Vamos abrir mão da CPMF”. O excesso de arrecadação era uma conjuntura econômica internacional muito favorável e muito especial. Não é sustentável, não é garantido e, portanto, não podemos abrir mão da CPMF como fonte de tributo.

Há outro debate fundamental neste plenário: o debate se a CPMF é ou não um instrumento de distribuição de renda na Nação. O argumento básico dito é que, como é um imposto indireto e incide sobre os produtos, ele é regressivo. É verdade o argumento. Mas se esquecem de dizer que o ICMS é sete vezes mais regressivo que a CPMF, que o PIS e o Cofins são quatro vezes mais regressivos que a CPMF. Ou seja, quanto mais regressivo for o imposto, mais são os pobres que pagam mais do que os ricos. E também se esquecem de dizer que, no sistema financeiro, os 10% mais ricos desta Nação recolhem 61% da receita da CPMF. E nisso ela é progressiva. E muito mais progressivo – como grande instrumento de distribuição de renda – é o destino desse imposto. O destino é o Bolsa-Família, que foi construído pelo Congresso Nacional no Fundo da Pobreza por Antonio Carlos Magalhães, quando Presidente desta Casa, o Bolsa-Família, que é o prato de comida de 11 milhões de famílias desta Nação.

Vamos olhar o que representa essa CPMF para os hospitais públicos. E pergunto aos Senadores do Nordeste. O Nordeste contribui com 24% da receita da CPMF, mas recebe, junto com a Região Norte, 42% do que é repassado. Todos os Estados do Nordeste ganham mais do que contribuem. O seu Maranhão, Senador Edison Lobão, recebe o dobro do que contribui. O Ceará, R\$500 milhões a mais. E mesmo o meu São Paulo, que contribui muito mais do que recebe, não tem como abrir mão de R\$4,5 bilhões para os hospitais públicos. Vá na Zona Leste e veja quanto tempo demora um cidadão, uma mulher grávida para fazer um exame de tomografia ou de ecografia, ou veja uma fila do câncer no hospital de Barretos. E as pessoas não podem esperar na fila porque elas não

vão ter tempo até janeiro. O tempo da doença, o tempo da cirurgia, o tempo do parto, é o tempo da vida. Por que adiar essa decisão? Por que não construímos o entendimento nesta Casa? E tivemos um pré-acordo com a Bancada do PSDB.

Houve uma evolução na redução das alíquotas, na isenção de quem recebe até R\$2.840,00 – em quatro anos menos R\$20bilhões. Houve uma evolução no gasto da saúde. Cada um que apertar “não” não estará só tirando os R\$16bilhões dos hospitais, das cirurgias; estará também impedindo que os R\$24bilhões pactuados na PEC 29 deixem de existir nesta noite.

Com que direito nesta Nação este Plenário pode retirar dinheiro da saúde? Cada um aqui já foi à porta de um hospital e já viu o depoimento de mães da periferia para chegar num posto de saúde. Cada um sabe a responsabilidade que é defender a saúde pública.

Termino e peço desculpas pela minha veemência. Poderia citar – não para constranger, mas para ajudar a argumentar – o Governador Cássio Cunha Lima: “A saúde está ruim com a CPMF, pois ficará muito pior sem a CPMF”. Posso citar Yeda Crusius: “A CPMF é uma necessidade indispensável à saúde”. Posso citar o Governador José Serra, que hoje no Jornal Nacional pedia: “Se houver vinculação à saúde, vamos votar”. Ou o Governador Aécio Neves: “É na verdade uma vitória do País a CPMF voltar às origens e complementar os investimentos na saúde”.

Faço aqui um apelo público, primeiro ao procedimento: vamos votar a DRU separado da CPMF, porque se derrubarmos a DRU e a CPMF, vamos viver uma instabilidade financeira absolutamente preocupante e que este Congresso não pode patrocinar.

E, segundo, faço um apelo ao meu Governo, ao Líder Romero Jucá: que o Governo assuma o compromisso público de colocar integralmente os recursos da CPMF na saúde. Essa é uma negociação que foi pública, porque ouvi de vários Senadores daqui do PSDB, quinta-feira passada, que, se essa vinculação fosse feita, votariam a favor da CPMF.

Peço, portanto, àqueles que são médicos, que deixem o terno e a gravata e vistam seu jaleco, que falem para onde saíram e que, sobretudo, este Plenário, com esse debate plural, rico – e, aqui, ninguém quer quebrar a espinha, aqui ninguém quer que se ajoelhe, aqui ninguém quer constranger; cada um, na sua convicção, quer construir o melhor para o Brasil. E o melhor para o País, neste momento, é a oposição demonstrar que ajudou a reduzir a carga tributária, ajudou a vincular verba para a saúde, ajudou a proteger os mais pobres da carga tributária.

E o Governo tem o instrumento. E quando falo Governo, não falo só do Governo Federal, falo de to-

dos os Governadores desta Nação, todos os Secretários de Saúde desta Nação. E todos os Prefeitos deste País sabem o preço que o povo pagará se amanhã de manhã já não tiver no caixa do Brasil R\$40 bilhões de reais, que estão integralmente vinculados à saúde do povo, ao Bolsa-Família e à Previdência Social.

O meu apelo é veemente, mas espero sinceramente, ainda que tenha dúvida disso, que essas palavras possam mover alguma coisa neste Plenário, no sentido do diálogo, da negociação e do interesse nacional, que é suprapartidário.

Quem pode votar contra o entendimento que já foi construído por Lula, José Serra, Aécio Neves, Roberto Arruda e todos os Governadores da Nação? Eles representam seus Estados, eles estão governando o hospital, o posto de saúde. Cada um deles sabe, e sabe muito, o que representará para a Nação a decisão desta noite. Votem, vamos construir um acordo no debate, vamos aprofundar, mas não vamos jogar o País numa situação que eu diria de grave crise na saúde pública, de risco de instabilidade financeira num momento em que nós poderíamos construir um amplo entendimento nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. Em seguida, falará o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB nesta Casa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é uma responsabilidade muito grande a que nós temos hoje nesta noite, aqui no plenário do Senado Federal. E é uma dupla responsabilidade falar logo após o discurso veemente e emocionado do Senador Aloizio Mercadante.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer da voz das ruas que não tem voz aqui dentro. Eu tenho participado, no meu Estado, de eventos relacionados ao Bolsa-Família, seja entrega de cartões, sejam novos cadastros, e tenho participado, também, na minha cidade, Porto Velho, que tem o maior programa de regularização fundiária deste País, o maior programa de habitação de moradia popular deste País, na ajuda ao Governo Federal.

Sr. Presidente, eu tenho tido a oportunidade de discutir com a mulherada que deixa sua casa, carregando três ou quatro filhos no colo e mais um na barriga, a questão da prorrogação da CPMF. O que eu escuto dessas mulheres, dos donos-de-casa, dos homens de baixa renda que levam sua família até esses eventos, o que eles nos cobram é que nós aproveemos, o mais

rápido possível, a prorrogação da CPMF. Porque o povão, esse que precisa, Senador Paim, de moradia popular, esse que precisa do Bolsa-Família, não quer saber de muitos dados técnicos, não. Eles querem saber é que o Governo e a Nação não podem abrir mão da arrecadação de R\$40 bilhões, porque eles estão recebendo o benefício da moradia, eles estão recebendo o benefício do Bolsa-Família, que – como bem disse o Senador Aloizio Mercadante que me antecedeu – é o que garante um prato de comida dentro de casa em muitos lares brasileiros.

Essas famílias também querem saber, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, como acessar uma vaga no Programa Universidade para Todos, porque os seus filhos não tiveram, durante a educação básica, informações suficientes que os faça disputar uma vaga em uma universidade federal e não têm, também, recursos para manter o filho em uma universidade privada. Portanto, essas pessoas sabem e compreendem muito bem o que significa uma política pública bem desenvolvida como as que estão sendo desenvolvidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, eu quero dizer aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, que sou representante de um Estado onde a saúde é um caos. No meu Estado, não há atendimento de alta complexidade. Na maioria dos Municípios, a saúde funciona em um táxi-ambulância. Joga-se o cidadão ou a cidadã dentro de uma ambulância com destino à capital, Senador Flexa Ribeiro, que fica no extremo norte do Estado. V. Ex^a conhece. Essas pessoas arriscam as próprias vidas durante o trajeto. Temos muitos casos em que as pessoas, em busca de um atendimento melhor, morreram em acidentes de trânsito.

Os recursos da CPMF, para a saúde, hoje, destinam para o Estado de Rondônia cerca de R\$90 milhões. As pessoas ficam extremamente preocupadas com a possibilidade de faltar essa quantia para a saúde.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui dizer que o programa Bolsa-Família, na minha cidade, Porto Velho, atende mais de 20 mil famílias. Esse recurso está em torno de R\$1,6 milhão, que circula na capital do Estado de Rondônia. Todo mundo que está no programa Bolsa-Família sabe que, na hora em que pega o dinheiro, vai fazer circular a economia no boteco próximo à sua casa, na periferia da cidade. Portanto, o recurso da CPMF que atende o Bolsa-Família, implementa a economia da nossas cidades, implementa a economia do nosso País.

Sr. Presidente, quero reafirmar aqui, pela saúde do nosso povo, pelo programa Bolsa-Família e pela implementação de quantas políticas públicas sociais forem necessárias neste País, o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, vota “sim” para a prorrogação da

CPMF. Eu voto “sim”, convicta de que isso é o melhor para a população do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por permuta com o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou fugir do tradicional discurso de improviso e vou fazer um discurso escrito. Acho que o momento merece reflexões dessa natureza. Portanto, vou discorrer sobre o porquê de ser contra a CPMF.

Primeira questão: votamos contra a CPMF porque não confiamos no atual Governo. Como consequência, nem que fosse arrecadado todo o imposto previsto sobre o cheque esse recurso seria aplicado na saúde. A história mostra que o Governo é especialista em aprovar um tributo e destinar essa verba para outro fim.

De mais a mais, poderíamos ainda citar, no mínimo, várias razões que nos levariam a votar contra esse famigerado imposto. Primeiro, o Governo não prioriza os investimentos públicos nessa área, porque não quer. Seu projeto, diferentemente de um ano atrás, é privatizar. Vou reduzir um pouco, para não cansá-los.

Acreditar num Governo que tem pautado sua atuação sobre verdade divulgada – divulgando dados enganosos – e que usa o dinheiro do Fundo de Emergência menos para sobrevivência e, além disso, comete o crime de banalizar o uso de medidas provisórias? Nunca nenhum Governo, Sr^{as} e Srs. Senadores, banalizou mais a medida provisória do que o atual, que chegou, por motivos banais, a emitir mais de uma medida por dia, batendo todos os recordes.

Sr. Presidente, na verdade, o trabalhador, somente ele, pagará essa conta. Afirmamos que ele será prejudicado três vezes – Senador Paulo Paim, três vezes vamos prejudicar o trabalhador; V. Ex^a é um defensor dele –: quando receber seu pagamento, quando fizer uma compra ou quando precisar de tratamento na área de saúde – evidentemente não será atendido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu poderia continuar, mas vou suspender este discurso. A única coisa que não quero, Senador Aloizio Mercadante, na minha vida, é apropriar-me das idéias alheias, dos discursos dos outros. Trago aqui a transcrição de um discurso feito por uma figura extraordinária, por quem tenho o maior apreço; feito com muita empolgação pelo meu querido amigo Paulo Paim, que perdeu a voz, em uma terça-feira, 16 de julho de 1996. O discurso é exatamente contrário ao que V. Ex^a disse hoje

– V. Ex^a, que sensibilizou a todos nós na questão da contribuição sindical.

Este aqui, Senador Paulo Paim, é o discurso que me dá argumentos para votar contra a CPMF. Baseado na coerência dos mais de 20 anos de mandato de V. Ex^a, pergunto: o que mudou de lá para cá? Daí por que não podemos enganar o povo brasileiro. Os argumentos de ontem não servem para hoje? O que mudou? Será que esse imposto não continua saindo do bolso do trabalhador, aliás, como disse V. Ex^a três vezes? Estou mostrando isso pelo apreço e pelo carinho que tenho por V. Ex^a. Fiquei preocupado com sua saúde.

V. Ex^a chegou a emocionar-se, defendendo hoje a prorrogação da CPMF, como naquela data se emocionou – tive o prazer até de ver a fita hoje –, como naquele discurso de 1996.

Daí por que, brasileiros que nos escutam neste momento, é preciso que se veja que a questão da CPMF está posta de maneira perversa pelo Governo, que não fala a verdade, que diz que é um imposto do rico. E Paulo Paim, profeticamente, naquela época, já previa que era um imposto que massacrava o pobre. Ninguém com mais autoridade, pelas origens, do que V. Ex^a.

Se o tivesse ouvido naquela data, Senador Paulo Paim, eu o teria seguido. Lamentavelmente, não tive essa oportunidade. Mas o assunto é o mesmo. O assunto é exatamente este, meu caro Senador João Pedro, alguns anos depois.

Portanto, falece aos representantes do Governo nesta Casa criticar quem quer que seja; condenar quem quer que seja pela posição que se vai tomar nesta noite.

Senador Paulo Paim, a Líder do Governo disse aqui – cantou em prosa e verso – o excesso de arrecadação. Senador Aloizio Mercadante, pensei que V. Ex^a, como economista, tivesse sido escalado para tal. Mas o discurso da Líder aqui mostra que esse imposto é supérfluo e que o problema no Brasil, hoje, não é de arrecadação, mas de gestão: o caos aéreo vem atormentando o Brasil, há tempo; as estradas, esburacadas; a educação, envergonhando a todos. E nenhum desses setores dispõe da CPMF. Será que o Governo agora, com essa sua fome arrecadotória, criará impostos específicos, para salvá-lo de um buraco que ele mesmo criou? Não aceitamos isso, nem concordamos com isso, Sr. Presidente.

Minhas senhoras e meus senhores, o que estamos vendo aqui é uma corrida da insensatez. O Governo não tem o direito de acusar a Oposição – essa Oposição que pediu ao Governo, desde quando o projeto estava na Câmara, alternativas para que ele fosse votado. E o que vimos foi o Governo virando as costas, esse mes-

mo Governo, Deputado Miro Teixeira, que paralisou a votação da CPMF na Câmara, até que uma demanda política de ocupação de cargos em Furnas fosse preenchida. Quanto custa Furnas por ano ao Governo? Digam V. Ex^{as}. E o que vi aqui durante esses dias de discussão? O que se discutiu aqui? Cargo para fulano votar, pressão na Bancada, liberação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está com o tempo esgotado, mas lhe dou um minuto a mais, para que conclua seu raciocínio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Graças a Deus, não esgotei sua paciência.

Vejam bem: o que vemos aqui é exatamente um Governo sem argumento, usando da prepotência, de argumentos falsos e de meias verdades, para tentar jogar a opinião pública contra a Oposição.

Quanto àquele argumento da Avenida Paulista, dito aqui pelo meu amigo João Pedro – o imposto da Avenida Paulista –, fiz um desafio: vamos andar na Avenida Paulista; vamos ver quem está de braços dados com a Avenida Paulista, se somos nós, do Democratas, ou se é o PSDB, ou se é o Partido dos Trabalhadores, que hoje abarrotam as suas burras de dinheiro nos financiamentos públicos de campanha dos banqueiros e dos abastados da Avenida Paulista.

Portanto, não venham com este argumento; não venham com o argumento de que é um imposto do rico ou do pobre. Ele é um imposto de todos. Apenas temos mais capacidade de fiscalizar um do que o outro.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

A insensatez é porque o Governo não apresentou proposta. E a Oposição não quer acabar com esse imposto, por acabar; quer a reforma tributária. Exatamente essa será a salvadora e que resolverá, de uma vez por todas, o problema deste País. Daí por que lá atrás o imposto foi transitório.

Na primeira campanha, o Presidente Lula garantiu que faria, em um primeiro momento, a reforma tributária. Se tivesse cumprido, hoje não estaríamos aqui, passando por este constrangimento.

Diante disso, meu caro amigo Paulo Paim, na sua coerência, seguindo V. Ex^a, vou votar “não” pela CPMF. Ninguém entende mais de bolso de pobre e do trabalhador do que o caro amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como fui citado algumas vezes, menciono o art. 14. Tenho o maior carinho pelo meu amigo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, o art. 14 só pode ser invocado duas vezes e já foi, pelos Senadores Ideli Salvatti e Arthur Virgílio.

Porém, eu concedo dois minutos a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, porque temos 46 inscritos e só falaram 26.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de menos de um minuto.

Nós já tivemos, no Congresso Nacional – estou aqui há mais de vinte anos –, cinco votações da CPMF. Votei uma vez contrariamente e quatro vezes favoravelmente. Mas quem ouve o meu amigo na tribuna tem a impressão de que quem inventou a CPMF foi o PT. Esses que hoje são contrários é que a inventaram e a defenderam ao longo da história!

Sr. Presidente, eu sempre soube – e votei contra na primeira vez, naquele momento – que a CPMF acabaria sendo um imposto permanente. É um imposto permanente, mas, felizmente, no Governo Lula, ele está indo para o social. Isso para mim é fundamental, Sr. Presidente!

Hoje, apresentamos uma proposta revolucionária: todo o dinheiro para a saúde. Na primeira vez, quando votei contra, eu me lembro do Ministro Jatene. Houve um debate na Bancada do PT e eu fui contrário, mas disse que votaria a favor por uma única razão: se fosse garantido que todo o dinheiro iria para a saúde. Hoje, isso está proposto, Sr. Presidente, e faço um apelo ao meu amigo Heráclito Fortes para que vote conosco. O sonho dele será realidade. O Governo Lula está mandando, neste documento, ao Plenário do Senado Federal, um documento garantindo que todo o dinheiro vai para a saúde.

Heráclito, vote comigo desta vez! Tu sabes o carinho que eu tenho... Pela quinta vez, vamos votar juntos, mediante essa posição.

Sr. Presidente, valeu o aparte. Ganhei o voto do meu amigo Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou atender ao Paulo Paim e dizer que hoje serei ele ontem.

Serei você ontem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Garibaldi Alves, solicito que V. Ex^a seja tão rigoroso comigo quanto foi com o Senador Arthur Virgílio se porventura eu exceder o meu tempo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ver se é possível que venhamos a trazer aqui, em homenagem ao Senador Arthur Virgílio, o Governador Mário Covas, porque ele diz que tem muito conversado com Mário Covas, que foi objeto de diálogo hoje com Bruno Covas, seu neto, que relembrou que muito dificilmente teriam o Presidente Lula e o Senador e Governador Mário Covas uma relação que não fosse da maior amizade, respeito e construção. Acredito que, como os Governadores Aécio Neves e José Serra, que hoje estão recomendando que possa o PSDB fazer um entendimento com respeito à CPMF, que também Mário Covas hoje estaria assim se pronunciando e recomendando ao PSDB e ao Líder Arthur Virgílio.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com a maior respeito pelos Senadores do Democratas e do PSDB, de, primeiro, dizer que respeito seus argumentos. É fato o que, muitas vezes, eles têm apontado, de que nós, do Partido dos Trabalhadores, votamos contrariamente – eu próprio – à criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e à CPMF ao tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, naquela época, não havia a garantia, como hoje há, de que os recursos captados com esse tipo de contribuição seriam destinados, como são hoje, para a saúde, para a Previdência Social e para o Programa de Combate à Pobreza, com a clareza e efetividade que hoje acontece.

Não estive na análise dos Senadores do PSDB e do Democratas, inclusive na da Relatora Kátia Abreu, não foi enfatizado que, ainda que possa haver alguma regressividade na forma como são captados os recursos, na hora de se examinar como eles são utilizados, não cabe dúvida de que 0,20% destinados à saúde, 0,10% destinados para a Previdência e, sobretudo, e mais ainda, o 0,08% destinados ao Fundo de Combate à Pobreza vão, efetivamente, para os mais pobres.

Para salientar, com maior ênfase, o que é feito do programa Bolsa-Família, hoje, em 2007, nada menos do que 11 milhões de famílias, pelo menos 44 milhões de brasileiros – número de famílias relativamente mais pobres que não alcançam uma renda familiar **per ca-**

pita da ordem de R\$120,00 por mês –, têm direito a esses recursos, sendo que 92,11% são financiados pela CPMF.

Principalmente, há que se salientar que Estados mais pobres, como os Estados do Piauí, do Pará, de Tocantins, do Maranhão, e assim por diante, Estados do Nordeste e do Norte, são, em termos líquidos, os mais beneficiados.

Eu, que sou do Estado de São Paulo, estou perfeitamente consciente de que São Paulo arrecada muito mais recursos do que obtém no que diz respeito aos gastos destinados pela CPMF. Mas é importante que tenhamos a consciência de que essa é a nossa contribuição para uma maior equidade e justiça no País.

Presidente Garibaldi Alves, eu gostaria apenas de perguntar se, tal como os demais, em termos de equidade, V. Ex^a considera só um minuto a mais para concluir, porque eu gostaria de convidar todos os Senadores para examinar o seu extrato bancário desde o início de novembro até o dia 12 de dezembro.

Eu, que tenho uma remuneração, no extrato do Banco do Brasil, depositada mensalmente, da ordem de R\$16.500,00, aproximadamente, como todos nós Senadores, tive uma cobrança de CPMF, nesse período, da ordem de R\$160,00, o que me parece perfeitamente razoável no que diz respeito àquilo que é minha própria contribuição para maior equidade, para que haja gastos de saúde muito importantes para o povo brasileiro, para a Previdência e para o Fundo de Combate à Pobreza, o Programa Bolsa-Família.

Por isso, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a encerrou e eu agradeço a sua colaboração, que foi generoso comigo, que estou presidindo hoje, pela primeira vez, os trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Em seguida, falará o Senador Jefferson Péres.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre a CPMF promove um esclarecimento profundo sobre a política fiscal do Governo. Acho importante. Tivemos um grande debate na Câmara dos Deputados e estamos tendo um grande debate no Senado da República.

É verdade, não podemos discordar que a carga tributária no Brasil é elevadíssima. Há concordância de quem é do Governo, de quem é da Oposição. Mas também é verdade que o Governo faz muito poucos investimentos em infra-estrutura. E o Governo precisa de mais recursos para a política de assistência social. Também é verdade que o Governo e os governos gastam com pouca qualidade. Às vezes, gastam muito em

alguns itens de despesa, sem necessidade, esbanjam, exageram e não gastam onde há necessidade.

Então afirmativas são verdadeiras e merecem, por parte do Governo, uma reflexão com relação ao perfil e à qualidade do gasto da Administração Pública.

Também é verdade que, sempre que houve a prorrogação da CPMF ou o seu debate, pela primeira vez se coloca itens, interesses, claramente apontados e conquistados, interesses da sociedade brasileira. Por exemplo, chegou-se, até o presente momento, à extinção gradativa da Desvinculação da Receita da União vinculada à Educação. Trata-se de uma luta de muitos anos do setor de educação, de professores, de lideranças da área da educação do Brasil. Pela primeira vez, coloca-se isso como uma alternativa.

Pela primeira vez, o Governo aponta efetivamente para uma possibilidade de redução da alíquota da CPMF de 0,38% para 0,30%. Também nunca se discutiu a redução da alíquota.

Pela primeira vez também, discute-se efetivamente um aumento de recurso para a área de saúde. Agora estamos efetivamente num debate, que está ocorrendo no Senado, com relação à aplicação desse recurso na área da saúde. Havíamos conquistado, a Base Aliada, no debate com o Governo, um aumento, uma ampliação de R\$24 bilhões para a área da saúde para os próximos quatro anos. Agora, com o debate que se faz, a notícia que nos chega, que naturalmente deverá ser anunciada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e que já está circulando é que o Governo se compromete com a aplicação de todo o recurso da CPMF para a área da saúde.

Então, essa conquista é importante para nós, porque ela aponta uma melhora na qualidade de gasto de um recurso importante.

Outra questão que acho relevante é que, quando, de forma repentina, se retira R\$40 bilhões do Orçamento da União, primeiro, a União não vai poder efetivamente se comprometer com uma ampliação de recurso para a saúde, e vamos continuar sobrevivendo e convivendo com o subfinanciamento na área da saúde.

Segundo, Sr. Presidente, a União certamente terá dificuldade em aprovar o Orçamento este ano, porque o Orçamento terá que ser reajustado, refeito.

O Orçamento da União certamente só será aprovado no início do ano que vem ou no meio do ano que vem, porque o Governo terá que refazer o seu orçamento, e refazer orçamento é, primeiro, cortar despesas necessárias para poder equilibrar a redução da sua receita; terá que verificar como poderá aumentar a sua receita. E acho que esse é o tempo que o Governo terá para poder tentar ajustar. Terá que fechar

por alguns meses para balanço em 2008, com a ausência de R\$40 bilhões.

Outro ponto que eu acho fundamental é que, naturalmente, numa retirada de R\$40 bilhões, haverá uma redução do tempo da implementação de programas importantes na área de infra-estrutura, especialmente, como o Programa de Aceleração do Crescimento e outros programas importantes que foram lançados.

Hoje, de fato, pesquisa sobre o crescimento da economia brasileira mostra que, comparado com o mesmo período do ano passado, crescemos quase 6%. Então, o Brasil está num ritmo adequado.

Acho importante que todos nós possamos entender que é necessário que tenhamos condições de fazer a redução da carga tributária, mas é necessário também, Sr. Presidente – mais um minuto e encerro –, que, além da redução da carga tributária, nós possamos melhorar o gasto da Administração Pública. E melhorar o gasto da Administração Pública é fazer mais investimentos em infra-estrutura, na área da saúde e na área de educação, e, pela primeira vez, o debate sobre a CPMF nos leva a essa melhora do perfil do gasto da Administração Pública.

Então, o que estamos pretendendo neste momento é fazer com que o Governo possa assumir compromisso efetivo de mais investimento e desse aperfeiçoamento dos gastos da Administração Pública.

A área de saúde precisa desse investimento. Se conseguirmos fazer uma negociação, vamos estabelecer um fato histórico de aprovação de um recurso para a área de saúde que nunca tivemos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

Antes de ouvirmos a palavra do Senador Valdir Raupp, prorrogo sessão por mais uma hora e trinta minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso está diante de uma decisão crucial para a política econômica do País: se aprova ou não a prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, CPMF.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este não é o momento para eliminarmos, de uma só vez, essa contribuição, sob pena de prejudicarmos toda a população brasileira que utiliza o Bolsa Família e os serviços de saúde pública, em especial os Estados e Municípios.

Todos hão de concordar que, infelizmente, nenhum imposto é bom. A CPMF não é o único tributo

ou contribuição que distorce as decisões de alocação na economia brasileira.

Há outros impostos sobre o investimento e sobre a folha que podem ser considerados piores. São os impostos indiretos e as contribuições que mais oneram os preços dos produtos que são consumidos pelos pobres. Nesse grupo, temos o Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI; o Imposto sobre a Importação, a CONFINS, o PIS/PASEP, a Contribuição para a Previdência, o ICMS, e assim por diante.

Atualmente, os impostos indiretos e as contribuições representam cerca de 70% da nossa carga tributária. Não é somente a CPMF! Dos 37% do PIB de carga tributária, apenas 1,4% do PIB representam a arrecadação da CPMF. A CPMF é disparada o menor tributo contribuição deste País.

Eu estou vendo que a carta que deve ter chegado do Palácio do Planalto está desviando toda a atenção dos oradores da tribuna. Já começou com o Casagrande, e está acontecendo agora comigo. A discussão, daqui para frente, vai ser a carta. Espero que essa carta realmente venha a resolver o problema da CPMF.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o aumento dos gastos sociais nos últimos cinco anos mais do que justifica a maior arrecadação da CPMF.

A saúde consome 1,7% do PIB, acima da receita de CPMF, que é de 1,4%.

De 2002 até 2008, a arrecadação da CPMF terá aumentado em R\$20,4 bilhões. Esse é o mesmo valor do aumento dos gastos com saúde no mesmo período. Isso sem contar o novo aumento, que estava sendo combinado, de mais R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões que estavam sendo acordados no âmbito do Orçamento para 2008. Que está vencido, Sr. Presidente! A carta, agora, pelo que me informaram, vem dizendo – o melhor compromisso do Palácio do Planalto – que 100% da arrecadação da CPMF irá para a saúde. Essa já foi uma proposta do Senador Aloizio Mercadante há poucos minutos aqui desta tribuna e deve ser anunciada pelo Líder Romero Jucá daqui a pouco.

A despesa com o Bolsa-Família aumentou significativamente nos últimos anos. Para 2008, estão previstos gastos da ordem de R\$10,4 bilhões com o Programa. Portanto, Bolsa-Família e Saúde, que são programas sociais, apresentaram aumento de despesa maior do que o aumento da receita com CPMF.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho andado todos os finais de semana pelas ruas nas cidades do meu Estado. Tenho recebido cobranças quanto ao preço da energia elétrica, quanto ao preço do telefone e até mesmo, por parte dos comerciantes, quanto ao aumento da carga de ICMS. Mas nunca recebi uma

cobrança para não votar pela CPMF. A CPMF não está sendo cobrada para não ser votada pelos mais fracos, e sim pelos mais fortes. Isso é a pura verdade!

Assim, acredito que a CPMF deve ser rediscutida no bojo de uma reforma tributária que deve acontecer o ano que vem no Congresso Nacional. Temos de elaborar uma nova estrutura de impostos, principalmente de impostos indiretos. A simples eliminação da CPMF não garante uma carga tributária mais justa porque há outros impostos que também são perversos e prejudiciais às pessoas de baixa renda. Todos os impostos indiretos são repassados aos preços e oneram mais os pobres e a classe média deste País.

Então faço um apelo, em especial à minha Bancada, aos Senadores do PMDB para que dêem um voto de confiança ao seu Líder e a toda a Bancada deste Partido, porque no ano que vem vamos discutir a reforma tributária e poderemos resolver a questão da CPMF. Que se discuta, Sr. Presidente, a reforma tributária. Agora não é o momento de se eliminar a CPMF de uma única tacada, e sim de garantirmos mais recursos para a saúde, para o combate à pobreza. Não existe nada mais justo do que investir na saúde e no combate à pobreza neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero fazer um apelo para que todos os líderes e todos os Senadores e Senadoras abram mão das inscrições de encaminhamento do voto, para podermos iniciar efetivamente a votação da PEC da CPMF. Eu gostaria que V. Ex^a consultasse as Lideranças para que pudéssemos iniciar imediatamente a votação.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar o meu voto contrário à prorrogação da CPMF – e o Brasil inteiro já conhece o meu voto –, mas eu abriria mão da minha fala se todos o fizessem, para adiantarmos os trabalhos e entrarmos direto na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 47 inscritos; falaram 28. Só dois pediram para retirar a inscrição. Mas eu consultaria as Lideranças.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se os outros aceitarem e abrirem mão, eu também aceito. E acho que a maioria o fará, porque o assunto está desgastado já há muito tempo, ninguém vai mudar o voto. Eu concordo plenamente e acho que é uma questão de bom senso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu seria o próximo orador, mas os Senadores e até os telespectadores devem estar literalmente saturados. A minha posição é conhecida, o PDT vai votar conscientemente a favor da prorrogação. Eu abro mão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de manter a minha inscrição. Minha posição é notória, clara, contra a CPMF, mas gostaria de dizer algumas breves palavras até por imperativo de consciência.

Aprendi com os romanos que a consciência vale por mil testemunhas, **conscientia mille testes**. Por isso eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marco Maciel, por coincidência, depois do Senador Jefferson Péres, V. Ex^a é o próximo inscrito.

Já que o Senador Jefferson Péres desistiu de usar a palavra, concedo a palavra a V. Ex^a.

O próximo orador é o Senador Flexa Ribeiro. Consulte se V. Ex^a desiste de usar da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desisto, para votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desiste de usar a palavra.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar votação. Com revisão do orador.) – Caro Presidente Garibaldi Alves Filho, quero aproveitar a ocasião para cumprimentá-lo pela eleição à Presidência

do Senado. Sufraguei o seu nome certo de que V. Ex^a se desincumbirá adequadamente no desempenho das elevadas funções.

Desejo fazer apenas três raciocínios. O primeiro, Sr. Presidente, é lembrar que o Senado, além de compartilhar com a Câmara a função legiferante, possui uma característica que lhe é peculiar: ser a Casa da Federação. Ou seja, uma instituição preocupada com os chamados entes federativos: a União, os Estados e os Municípios. Além disso, exercita peculiarmente a condição de Casa revisora, competindo-lhe examinar as proposições vindas da Câmara dos Deputados.

Essa função revisora cresce de importância, de transcendência quando se sabe que estamos discutindo uma emenda à Constituição. A Constituição, segundo os romanos, é a lei fundamental, a *lex fundamentalis*. Ou seja, a lei das leis. Por isso, em qualquer alteração da Constituição se exige uma tramitação especial prevista não somente no seu próprio texto, mas até no Regimento Interno da Casa. Daí por que é uma matéria que não pode ser votada sem ampla reflexão, sem interstícios e submetida a dois turnos. Com isso quero chamar a atenção para a importância da decisão que vamos tomar a seguir.

Em segundo lugar, eu gostaria de entrar no mérito da proposta de emenda constitucional, que diz respeito à DRU e à CPMF. É bom lembrar o passado que fica do que passou.

Eu me lembro dos idos de 1994. Eu era Senador, estava na Liderança do meu Partido e acompanhei o surgimento do mais bem sucedido programa de estabilização que o País já conheceu, o Plano Real, que indubitavelmente transformou a economia brasileira.

Aquela ocasião, como convivíamos com taxas – para usar a expressão de Mário Henrique Simonsen – não civilizadas de inflação, era fundamental que as colocássemos sob controle. Para isso foi necessário que aprovássemos uma emenda constitucional de revisão chamada Fundo Social de Emergência, que não tinha outro objetivo senão o de promover a desvinculação de recursos da União, sigla que, tecnocraticamente, passou a ser chamada de DRU.

A DRU não é outra coisa senão a possibilidade que tem o Executivo de, em caráter excepcional, poder remanejar recursos da União, para que, por esse caminho, venha a colocar a economia sob controle. Então, àquela época, isso era fundamental para a implementação do Plano Real. E o foi, na verdade, na medida em que o Congresso Revisor entendeu que não poderíamos ter outra conduta. Isso permitiu que o Plano Real, em 1º de julho de 1994, entrasse em vigor.

Uma vez a economia estabilizada, robusta, como hoje é a economia brasileira, depois que aprovamos o

Plano de Estabilização Econômica, fizemos um significativo processo de privatização e votamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a DRU perdeu significação, porque, na realidade, hoje convivemos com taxas de inflação de primeiro mundo. E aí não poderemos deixar de reconhecer o grande trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Analisemos agora, em rápidas palavras, a questão da CPMF. A CPMF, inicialmente surgida como um imposto, o IPMF, e depois transformado em contribuição que não se transfere a Estados e Municípios, diferentemente do que acontece, por exemplo, com o IPI ou com o imposto de renda da pessoa física e jurídica. Ela é apropriada integralmente pela União, o que penaliza os demais entes federativos – e é bom lembrar aqui na Casa da Federação –, os Estados e Municípios. A CPMF – evidentemente, alguns afirmaram isso, mas é bom reiterar – é uma contribuição altamente regressiva, isto é, penaliza os pobres, que a pagam, muitas vezes sem perceberem...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse concluir meu raciocínio.

Pois bem, penaliza os pobres. Por isso que, além de regressiva, é insidiosa, pois os pobres pagam CPMF muitas vezes sem saber que estão pagando um tributo que afeta a sua sobrevivência. Não vejo outro caminho senão rejeitarmos esta Proposta de Emenda Constitucional e criarmos condições para que, a partir daí, possamos pensar num verdadeiro ajuste fiscal com redução da carga tributária e criando condições para que o País possa crescer a taxas mais elevadas.

Por fim, Sr. Presidente – estou fazendo uma síntese –, gostaria de dizer que, muitas vezes, se alegou que a CPMF ajudava a combater a sonegação. O Governo Federal tem instrumentos para combater a sonegação.

Em fins do ano de 2001, ainda na administração de Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 105, que permitiu e que permite, sobretudo nos seus arts. 5º e 6º, se não estou equivocado, o acesso do Fisco às informações protegidas pelo sigilo bancário, o que chamam de controle sistêmico da arrecadação, para usar uma expressão utilizada pelos tributaristas, como também um acesso chamado incidental sobre pessoas que estejam sob fiscalização da Receita Federal.

Então, os instrumentos necessários para combater a sonegação prescindem da CPMF. Temos já um aparato legal para assegurar que não haja sonegação. Daí por que concluo minhas palavras, renovando a mi-

na expectativa de que o Congresso Nacional rejeite essa Proposta de Emenda Constitucional, mesmo porque os economistas têm dito – economistas de grande reputação nacional, e eu não vou citá-los aqui – que uma revogação da CPMF não será o fim do mundo. Eu diria até que será o início de um mundo novo, porque, somente com a rejeição da CPMF, poderemos ter o ajuste fiscal que a sociedade reclama e, quem sabe, fazer as reformas institucionais. Sem isso, Sr. Presidente, não vai haver governabilidade.

Por isso, tenho mais do que convicção, tenho certeza de que, se o Congresso deixar de acolher esta emenda, vamos iniciar um novo dia, vamos iniciar novos tempos e, certamente, vamos melhorar a governabilidade do País, criando condições para que a sociedade cresça a taxas mais altas, como é da vocação do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer ao povo brasileiro que o Senador Mário Couto, por muitas vezes, esteve nesta tribuna, defendendo os interesses deste povo querido e amado do Brasil.

Mão Santa, nós fizemos aqui desta tribuna mais de quinze pronunciamentos, em favor da derrubada desse imposto maldito. Nós suamos as nossas camisas em favor da sociedade brasileira. Nós estamos cumprindo nosso verdadeiro papel. Eu vi muitos oradores hoje – e não sei por que – muito diferentes daqueles oradores normais, no dia-a-dia, forçando uma eloqüência e até batendo nesta tribuna, Senador Mão Santa, como nós – temos de cobrar os nossos direitos autorais, Mão Santa –, na ansiedade, Senador Valdir Raupp, de conquistar alguns votos. Os votos estão definidos. Nós dissemos aqui, Mão Santa, por muitas vezes, que a sociedade brasileira poderia acreditar em nós. Dissemos aqui desta tribuna por muitas vezes que nós íamos, de verdade, não de mentirinha, como muitos fizeram em épocas passadas, ouvir a voz da rua.

Vou mostrar, Sr. Presidente, por que falo assim. Esse negócio de dizer aqui que temos de aprovar a CPMF porque, senão, acaba o Bolsa-Família é balela, é historinha para inglês ver. O que se precisa fazer neste País é uma coisa muito simples, Presidente Sarney: é o Presidente Lula diminuir seus gastos. Esses, sim, esse gastos, sim, Valdir Raupp, é que deveriam ir para o Bolsa-Família, não aquele que está saindo do bolso

do brasileiro, que é o imposto. Não assim! Quem está pagando as despesas do Presidente Lula...

Se formos somar, Presidente Sarney, o total dessas despesas dá para pagar três vezes o Bolsa-Família, Presidente Sarney! Como é que querem culpar a CPMF pela perda do Bolsa-Família?

Olhe, Sr. Presidente, R\$1,5 bilhão com propaganda. R\$1,3 bilhão com gastos de viagem e diárias; 37 ministérios. Calculem quanto custa cada ministério, calculem quanto custa cada ministério!

E eu pergunto, Cristovam Buarque: “Será que o Presidente Lula não poderia diminuir tantos ministérios?” Quando Geisel bateu o recorde de 19 ministérios, foi um escândalo na sociedade brasileira. Hoje há 37 ministérios, e o Presidente Lula quer tirar mais dinheiro do bolso da população, da rica e da pobre.

E ouçam o que diz a rua, as vozes da rua, Presidente Garibaldi. Ouçam as vozes da rua, Senador Flexa Ribeiro, na minha mão. Aqueles que diziam, lá quando eram oposição – já vou terminar, Sr. Presidente –, que votavam com a voz da rua, olhem aqui, Senadores, peço à TV Senado que mostre este gráfico tirado agora do *site* da Globo, agora, às 18h40, Senador Romero Jucá. Olhe o que diz a população brasileira. O eleitor vota, Senadores e Senadoras: 78,14% não querem a CPMF – *site* da Globo, agora, quentinho. Como é que eu não vou votar com essa voz, Senadora Kátia Abreu?

Querem aqui defender o indefensável. Não tem defesa! Olha o que é que diz a minha cidade querida do Estado do Pará. Olha o que é que diz Belém, Senador Jarbas Vasconcelos. Em Belém, as ruas dizem, *Jornal Liberal*: “Não à CPMF!” Essa é a verdadeira voz da rua, que nós estamos aqui defendendo. Quando aparecer naquele painel o nome de um paraense, de um humilde paraense, filho da Ilha do Marajó, quando aparecer ali Mário Couto “Não à CPMF”, é o Mário Couto dizendo que defende cada um, que defende cada cidadão deste País, que está cansado, cansado de pagar tanto imposto e de ver o Lula gastar tanto dinheiro. Esse dinheiro que o Lula gasta deveria ser dado aos pobres; não é o dinheiro tirado do bolso da sociedade.

Não há mais o que discutir, Senador, prometemos à sociedade brasileira que iríamos derrubar esse imposto. Lutamos, lutamos, lutamos, e quero gritar bem ali na frente: viva o Brasil, porque nós vamos ganhar hoje essa discussão. Não à CPMF!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. Em seguida, falará o Senador José Sarney.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a havia anunciado o meu nome em seguida ao Senador Mário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas, a bem do andamento da nossa sessão, ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Eu peço desculpas a V. Ex^a. O Senador César Borges já concordou que V. Ex^a é quem deverá ocupar a tribuna.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não. Com certeza absoluta, o Senador César Borges falará. Eu queria apenas, para o bem da nossa sessão, renunciar ao meu tempo, não sem antes, reiteradamente, declarar aqui, com toda responsabilidade, meu voto contrário à CPMF. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de apresentar aqui algumas avaliações muito pessoais sobre a questão que tanto está “emocionalizando” este Plenário, a da CPMF, agora que se aproxima a votação do primeiro turno.

Eu quero começar, Sr. Presidente, dizendo que lamento que o debate tenha tomado esse viés tão emocional. Infelizmente, a negociação em torno da prorrogação dessa contribuição foi muito politizada. O debate que poderia ser eminentemente técnico sobre o que era possível ao Governo ceder, sobre o que era possível obter de redução da carga tributária em favor da sociedade não houve. Pelo menos, não houve no momento oportuno. Comenta-se em chegada de propostas de última hora, mas não houve no momento oportuno. Ao contrário, o País assistiu a uma verdadeira queda-de-braço entre o Governo e a Oposição, porque pareceu sempre que ninguém estava disposto a ceder verdadeiramente.

Esse reducionismo não ajuda a melhorar o País, Sr. Presidente. A nosso ver, leva a uma radicalização que inviabiliza um acordo que possa favorecer o País e seu crescimento.

Acho que estamos perdendo um momento único de dar um passo importante na direção de um projeto de reforma tributária, de um projeto tributário racional para o País, que permita, por um lado, a redução da carga fiscal e que estimule a iniciativa privada por outro lado.

Como está colocado aqui hoje ou o Governo ganha tudo ou o Governo perde tudo; ou a Oposição ganha tudo ou a Oposição perde tudo. Mas vejo a verdade de outra forma: quem deve ganhar ou perder é o País. E se o País perde, o Governo ganha, e ganha tudo, aí perde a sociedade. E se o Governo perder, também prejuízos poderão existir.

O que queremos e sempre defendemos é o equilíbrio. Nós, Senadores, vamos fazer aqui uma escolha difícil hoje, uma “escolha de Sofia”, pois vamos decidir por um mal menor, quando poderíamos reduzir as perdas e melhorar as condições de atendimento para o nosso País.

Sabemos também que o Governo, se não ganhar os recursos da CPMF aqui no Congresso, vai compensar a sua receita no aumento de alíquota de outros impostos e contribuições que não dependam da aprovação do Congresso. Isso já conhecemos, já foi feito no passado. E receio que seja feito novamente agora.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este era o momento para o Congresso e o próprio Governo darem um passo para a nova política fiscal para o País.

O Brasil vive um bom momento econômico, com crescimento, com equilíbrio fiscal, com acumulação de reservas acima da dívida externa, com sucessivos recordes de arrecadação. Aí pergunto, Sr. Presidente: por que o Governo, então, não divide com a sociedade os ganhos fiscais que o País vem obtendo?

Meu temor é que o Governo, decidindo sozinho – como fariam todos os governos, de qualquer partido –, prefira flexibilizar a política fiscal pelo lado dos gastos, não pelo lado da redução da carga dos impostos. O que poderíamos fazer era chamar a decisão para o Congresso. Pactuar, talvez, uma redução efetiva da alíquota da CPMF, em médio prazo ou curto prazo, permitindo que o Governo tivesse tempo de melhorar a qualidade de gastos públicos sem comprometer um equilíbrio que pudesse trazer prejuízo ao País.

Vejo que não se trata de punir este ou aquele Governo. Os gastos correntes, especialmente pagamento de pessoal, cresceram acima do PIB nos últimos 17 anos. Entra governo e sai governo, e sempre o povo brasileiro paga a conta. A carga fiscal, nos últimos 20 ou 30 anos, sempre avançou no Brasil. Nos anos 80, era em torno de 20% do PIB. Ela cresceu, e vamos em direção aos 40% do PIB no próximo governo, se não colocarmos um freio nisso.

É fato também que as despesas correntes aumentaram bastante nos últimos anos sem proveito para a sociedade. Vejamos a situação da saúde, da educação, da conservação das estradas. O País não

está melhorando porque o Brasil não precisa de mais arrecadação, precisa é de melhor gasto público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu saí do Democratas e me filiei ao Partido da República no mês de outubro e nunca me foi cobrada nenhuma posição prévia sobre a questão da CPMF, um imposto a que, pelo caráter injusto de alcançar igualmente ricos e pobres, sempre me coloquei contrário aqui neste Senado, durante cinco anos.

Ao mesmo tempo, o meu Partido é liberal e tem a percepção de que o Estado não pode ser maior que a sociedade. O papel do Estado é dar condições para que a sociedade produza a riqueza de que o País necessita.

Sempre defendi, nesta Casa, a redução da carga fiscal, não por ser contra o Governo, mas por acreditar na força da livre iniciativa para criar riquezas. Fiz isso como Governador diminuindo impostos e aumentando as receitas.

Por isso, Sr. Presidente, mantendo a minha coerência, votarei contra a CPMF.

Há quatro anos, votei pela prorrogação, Sr. Presidente, com a promessa do Governo de realizar uma transição para um sistema mais racional de tributos. Fiz, na época, uma concessão com muitos dos companheiros que aqui estão, mesmo com a certeza de que havia impostos demais no País. Junto com outros Senadores, dei uma prova de confiança a este Governo. Infelizmente, a expectativa não foi atendida.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Por isso, essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar o prazer em vê-lo presidir esta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero esta questão não uma questão política, mas uma questão de Estado e, por isso, resolvi fazer estas breves considerações. O assunto politizou-se e, ao mesmo tempo, passionalizou-se. Isso fez com que desaparecesse a racionalidade na discussão da matéria.

Quando a CPMF foi criada, pelo Senador Antonio Carlos Valadares na sua emenda constitucional, eu era Presidente desta Casa. Havia uma certa dúvida sobre a qualidade deste imposto, que não é uma boa qualidade.

Sr. Presidente, todos nós desejamos reduzir a carga fiscal. Quando Presidente da República, na votação da Constituição de 1988, tive a oportunidade de advertir que, da maneira como estava sendo formulada, o País iria se tornar ingovernável. E o que houve foi a necessidade de uma disparada constante para os gastos que foram acrescentados pela nova Constituição.

Se não estou errado nos números, se me minha memória não falha, naquele tempo, a carga fiscal era de 24%, hoje ela está em 38%, e a tendência é realmente crescer porque os gastos criados pela Constituição de 88 tornaram o País, sem dúvida, de difícil governabilidade. Os diversos Presidentes têm, na realidade, procurado maneiras de realmente encontrar esse caminho da governabilidade.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero dizer que não se pode reduzir carga fiscal por um decreto, nem pela extinção de uma lei. Esse é um trabalho que se tem que fazer em termos de Estado, permanente, organizado. Não é a suposição que se pode acabar por uma simples recusa de um projeto de lei, e com isso se retirarem R\$40 bilhões do Orçamento da República.

Com o tempo, Sr. Presidente, verificamos que este imposto passou a ser um imposto de boa qualidade, passou a ser um imposto justo. Vou dizer por quê. Sr. Presidente, falou-se muito aqui sobre a incidência deste imposto. Eu quero ser muito objetivo: 72% da arrecadação deste imposto é feito por empresas, não por pessoas físicas; são empresas que pagam 72%. Dos 28% restantes, Sr. Presidente, a população mais pobre paga somente 1,8%. Então, o imposto passou a ser, na realidade, um imposto que foi e está sendo bem empregado.

E está sendo destinado a que, Sr. Presidente? Primeiro, pelo lado social, ele está sendo destinado ao Bolsa-Família, ele está sendo destinado à saúde, ele está sendo destinado à transferência de renda, ele está sendo destinado à aposentadoria rural e a outros programas sociais de grande necessidade.

Também, Sr. Presidente, devo dizer o outro caráter que tem tido este imposto: ele tem sido usado para melhor redistribuição entre os vários Estados da Federação, entre as regiões mais pobres e as regiões mais ricas. E vou dar um número: 42% da CPMF vai para o Nordeste, embora a arrecadação dele seja muito maior em outras regiões. Isso significa que ele passou a ser também um imposto que tem o seu lado de redistribuir recursos entre as diversas regiões do

País. Assim, Sr. Presidente, ele também evitou R\$6,1 bilhões de sonegação fiscal a partir de 2001. E nós não podemos deixar de considerar esses aspectos.

Ele não foi criado agora; ele foi criado há bastante tempo. Como eu disse, eu era Presidente desta Casa quando ele foi criado. E não é, de repente, que se diz: “Vamos reduzir a carga fiscal”. Isso não vai acontecer. Isso vai apenas desarticular a Administração Pública. Por isso, eu digo que é uma questão de Estado e que se deve ter um pouco de razão nesta discussão.

Como é que, a 18 dias do novo orçamento, podem-se retirar R\$40 bilhões desse orçamento e querer que ele seja cumprido? Vamos criar uma desorganização federal, estadual e municipal.

Então, sinto-me na obrigação, com as responsabilidades que Deus já me deu neste País, de advertir que não estou votando politicamente; estou votando por razões de Estado, acreditando que, na realidade, não podemos encarar esta questão somente em uma base política e irracional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Sarney.

Concedo a palavra ao Relator. S. Ex^a pediu para falar neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estava inscrito para me pronunciar ao final do debate, mas resolvi antecipar a minha fala. Gostaria de pedir a atenção de todos, especialmente dos Líderes da Oposição, dos Partidos que estão encaminhando a votação contra a CPMF.

Não quero aqui repetir os argumentos econômicos de que a CPMF permeia toda a economia na cobrança de 0,38%, que evita a sonegação, que evita o achaque fiscal, que já está incluído na matriz econômica de custos de nosso País. Não quero falar nada disso. Nem quero falar na destinação dos recursos da CPMF, que já foi aqui definida.

Quero começar as minhas palavras registrando o respeito do Governo para com o Senado, porque foi aqui no Senado que abrimos o debate e conseguimos avançar na discussão da votação da CPMF. A proposta chegou aqui, da Câmara dos Deputados, com a cobrança de 0,38%. Tivemos reuniões com o PSDB, com diversos partidos da Base, houve o bom debate e conseguimos, até essa votação, avançar em pontos importantes para a sociedade brasileira.

Negociamos e aprovamos, no entendimento, o limite de isenção da CPMF para assalariados até R\$2.894,00; aprovamos, no entendimento, a redução da carga tributária da CPMF, reduzindo 0,02% a cada

ano nos próximos quatro anos; aprovamos, no entendimento, a redução da DRU da educação em debate comandado pelo Senador Cristovam Buarque, importante para o País – quem sabe da importância da educação no Brasil hoje sabe que essa medida é extremamente importante –, e avançamos mais na regulamentação da Emenda nº 29, com o PAC para a saúde, que aloca então R\$24 bilhões a mais do que o PIB nominal por ano, nos próximos quatro anos, para investimentos na saúde pública.

Tudo isso foi feito aqui no Senado. Então não é verdade que não houve o debate, que não houve a abertura e que não houve a busca do entendimento. Fechamos esse entendimento, mas, mesmo assim, o Governo continuou aberto em busca do entendimento, não simplesmente por conta do voto, mas por conta de uma prática. Aqui, no Senado, temos votado as matérias importantes para o País com o apoio da oposição, com a contribuição da oposição, com o voto da oposição. A nossa ação aqui não é dobrar a oposição; nossa ação aqui é construir com todos. Nós fizemos isso e estamos tentando continuar a fazê-lo.

Nesta semana, outras questões foram levantadas. Duas propostas permearam a ampliação do debate. A primeira delas, do Conselho de Secretários de Saúde. Qual é o desafio da saúde? É tirar dinheiro? Vamos melhorar a saúde do Brasil reduzindo recursos da saúde? Vamos melhorar a saúde do Brasil mantendo o Orçamento da Saúde somente com o PIB nominal? Não. Vamos ter de fazer um esforço e colocar mais recursos na saúde, assim como teremos de colocar mais recursos na educação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Foi isso a que o Governo se dispôs.

A proposta dos Secretários de Saúde era de mais recursos do PAC para a saúde, de R\$24 bilhões em quatro anos para R\$29 bilhões em três anos, nos próximos três anos do Governo Lula, e, mais do que isso, a destinação de todos os recursos da CPMF para a despesa em saúde. Essa proposição foi estudada pelo Governo.

Surgiu outra proposição: vamos discutir a reforma tributária. É importante, temos nos batido. Fui relator da reforma tributária quatro anos atrás.

O País tem que fazer uma reforma tributária. O Governo quer fazer uma reforma tributária. Lançou-se o desafio: então, vamos aprovar a CPMF apenas por um ano, enquanto se faz a reforma tributária, e, nesse ano, daremos à saúde o recurso que está previsto na proposta dos Secretários de Saúde. Mais recursos para a saúde neste ano.

O Governo também estudou a proposta. Quero aqui registrar e colocar na mesa estas duas propostas: ou renovamos por um ano a CPMF, dando à saúde os recursos propostos pelos Secretários de Saúde, para o exercício de 2008, ou renovamos a CPMF por quatro anos, dando todos os recursos de arrecadação da CPMF para a saúde. Destinamos 0,30% no final para a saúde e discutimos paralelamente na reforma tributária um mecanismo que garanta recursos para a saúde, a fim de enfrentarmos o desafio que o Brasil está vivendo.

Não é cortando recursos da saúde que vamos melhorar a situação. E quero registrar, Presidente Garibaldi Alves, que trago em mãos duas cartas: uma carta do Ministro da Fazenda Guido Mantega e outra, do Ministro da Coordenação Política do Governo José Múcio Monteiro, que concorda, que aprova e que apóia a proposta do Conasem para destinar todos os recursos da CPMF para a saúde.

E tenho aqui uma carta do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destinada ao Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, que eu quero ler porque é curta.

É a seguinte:

Exmº Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informar-lhe que determinei ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República que por intermédio do Comunicado Conjunto anexo divulgassem a posição do Governo relativa à PEC 50/2007 e aos recursos para a saúde.

Atenciosamente,
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Vou entregar esses documentos à Mesa e pedir que se tirem cópias para serem entregues aos Líderes.

Quero, aqui, com o coração completamente aberto, dizer que sei que esse é um fato novo. Foi conversado com segmentos da oposição. Não quero, aqui, retomar que tipo de conversa teremos; ou tivemos. Mas quero propor, para frente, uma sistemática.

É um fato novo. Se é um fato novo e se há boa vontade na discussão, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, Senadores e Senadoras dos partidos de oposição, proponho, se houver boa vontade na dis-

cussão, que encerremos os encaminhamentos, para discutir as propostas e votar amanhã esta matéria, se os senhores concordarem.

(Manifestação de Senadores fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Essa é uma proposição que estou fazendo. Se eu precisar de tempo para discutir essa proposta... Fica a sugestão. Se não, nós votaremos hoje. Eu estou dizendo isso com muita tranquilidade: poderemos perder? Poderemos perder. É uma decisão que o Senado vai tomar. Se essa decisão é a melhor ou a pior para o País, a sociedade brasileira vai avaliar. O Governo vai respeitar a decisão do Senado.

Está aqui, sem dúvida nenhuma, para quem milita na saúde, principalmente, uma oportunidade ímpar de se investir recursos e retomar uma ação de saúde pública condizente com as necessidades deste País. Uma oportunidade ímpar!

O Governo cedeu. O Governo avançou e avançou muito. Está aqui a palavra do Presidente da República. Espero que os senhores e senhoras levem isso em conta. Pensem na situação dos Estados e Municípios.

Registro que a ausência de recursos... Não me venham falar em PIB nominal, porque o PIB nominal será cumprido, mas nós já estávamos avançando no PAC mais R\$24 bilhões além do PIB nominal e acrescentando no limite para daqui a quatro anos ser um limite de mais de R\$80 bilhões, definidos constitucionalmente para a saúde. Nós estaremos perdendo a oportunidade grande e estaremos, de certa forma, condenando Governos Estaduais e Municipais, que têm responsabilidade com a ponta do Sistema Único de Saúde, a terem menos condições na atuação para atender à população.

Então, fica aqui este apelo. Creio que todos os Senadores e Senadoras têm sua consciência, sua circunstância política. Respeitamos isso, mas neste momento eu pediria a reflexão, porque não podemos desperdiçar esta oportunidade de dar uma volta grande na recuperação da saúde em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino e, depois, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o maior apreço, estima pessoal e

consideração pelo Líder Romero Jucá. Tenho-os franca e sinceramente.

A proposta que V. Ex^a traz e que parece simpática deveria ter sido apresentada lá atrás, na época em que esta matéria foi discutida na Câmara dos Deputados, quando o Governo, de forma intransigente, negou-se a discutir qualquer tipo de abertura, qualquer tipo de negociação.

Os entendimentos foram levados a efeito, as tratativas, as tensões se estabeleceram, as posições partidárias foram colocadas.

A essa altura, Sr. Presidente, o meu Partido não tem a menor condição. Já conversei e senti a manifestação individual de cada um deles: de recuar da posição que estamos prestes a tomar, de votar, sem que isso signifique indisposição para dialogar o interesse nacional num futuro próximo ou distante. Repito: num futuro próximo ou distante. O meu Partido estará sempre à disposição da discussão tempestiva do interesse nacional. Agora, entendo que essa proposta que chega na última hora, nos últimos minutos, é intempestiva e, por parte do Democratas, não deve merecer apreciação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nem tecerei comentários a respeito das razões que delongaram por tanto tempo uma efetiva negociação. Eu diria apenas que, na Câmara, só com o Deputado Eduardo Cunha foram dois meses. E nada parecido com isso chegou à mesa de conversa com o Ministro Guido Mantega e a direção do PSDB, quando nos dispusemos a atravessar a rua para conversar com S. Ex^a, compelidos pelo nosso cacoete, que eu julgo benigno, de negociar e de discutir o que seja legítimo.

Eu recebo com respeito e simpatia a carta dos Ministros. E vejo que o pleito é justo. Eu recebo com o máximo respeito e a máxima reverência a carta do Presidente da República. Eu não a leva pouco a sério; eu a levo muito a sério.

E digo mais: o PSDB, tão logo se fira esta votação, abrirá, se for este o desejo do Governo, do Líder Romero Jucá, imediato processo de negociação, visando a adaptarmos à realidade concreta dos fatos o que vem arrolado pelo Senador Romero Jucá. Portanto, eu digo que isso é uma homenagem que faço ao Presidente da República, neste momento. Acredito perfeitamente em sua boa intenção.

Digo que, a partir de amanhã, se votarmos hoje, que estou às ordens, que o PSDB estará às ordens para discutirmos o que são as conquistas, colocando

no papel o veículo que vai viabilizar a efetivação daquela conquista. Nada etéreo, nada no ar, nada que não seja palpável, tudo que seja absolutamente bem compreensível a olho nu de qualquer cidadão brasileiro. Vamos manter a nossa preocupação com a questão social. E não é por falta de preocupação social que estamos votando contra a CPMF hoje. Foi um debate bonito, em que cada um arrolou aqui a sua razão.

Espero, por outro lado, do Presidente da República, um gesto de respeito, porque eu tenho disposição e sei que isso se aplica aos meus companheiros de Bancada e se aplicará certamente a qualquer Senador – ninguém aqui é melhor do que ninguém. Eu tenho muita dificuldade em dialogar com quem me agride, muita dificuldade em dialogar com quem usa armas subalternas, tentando criar inimigos fictícios para fazer valer seus princípios políticos. Eu me sinto um democrata para valer, da raiz dos cabelos a ponta dos pés. Respeito meus adversários.

E é, portanto, dentro destas condicionantes – cobrança de respeito por parte do Senhor Presidente da República e, ao mesmo tempo, demonstração de máximo respeito por ele – que eu digo que o PSDB, sem dúvida, aceita, tão assim o painel, espelho resultado desta sessão, eu me disponho a negociar imediatamente.

E, sendo isso praticável, sendo isso transformável em letra de lei, em letra de verdade prática, o PSDB ajudará em tudo: em quebra de interstícios, em corte de prazo, o PSDB estará pronto para procurar agilizar, a partir da votação desta sessão, o que for necessário para que se chegue a essa conquista. Estamos – e disse bem o Senador José Agripino – em processo avançado. A esta altura, não caberia. Entendo e não menosprezo, não.

O Presidente da República manda uma carta. Isso é pouca coisa? Não. Para mim, é muito; recebo com humildade e com reverência. Agora, essa carta do Presidente é o marco inicial para começarmos a negociação. Ela em si não traz a negociação. Ela é um marco inicial para começarmos uma conversa, que será respeitosa, e, desta vez, acredito que vai dar certo. Até porque agora tem a palavra e o empenho de Sua Excelência o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem homenageio, neste momento, e com quem me disponho a dialogar tão assim tenhamos o resultado desta votação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, vou prorrogar novamente o tempo da sessão, desta vez, pelo tempo que for necessário.

Vou retomar o encaminhamento da votação, concedendo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O próximo orador será o Senador Marconi Perillo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de saudar essa iniciativa do Governo de enviar essa carta, principalmente a carta do Senhor Presidente da República, como uma iniciativa que recebemos também com a maior simpatia e à qual damos a importância devida. O nosso Líder, Arthur Virgílio, fez muito bem em colocar que nós estamos à disposição para iniciar um processo de negociação sério, amplo e que seja feito de maneira abrangente e profunda.

É importante essa iniciativa, porque eu mesmo estava disposto a abrir mão da minha palavra em função do adiantado da hora. Mas como eu participei de um processo de discussão da CPMF e da reforma tributária e ouvi aqui alguns discursos bastante eloqüentes feitos sobre esta questão, eu gostaria de fazer um pequeno histórico para os Senadores que não acompanharam esse processo de discussão que tivemos aqui em 2003 com o Governo Federal, com as lideranças da base do Governo nesta Casa.

Àquela época, no ano de 2003, o Governo Federal enviou para esta Casa um projeto de reforma tributária e o pedido de prorrogação da CPMF. Vivíamos então um momento de extrema crise fiscal e não se apontava para nenhuma solução de curto prazo. O crescimento do País era medíocre, o crescimento externo era medíocre, e as perspectivas de resolver a questão fiscal não apresentavam nenhuma solução.

Nós, do PSDB, então, juntamo-nos ao Governo, com o Senador Rodolpho Tourinho, do DEM, que hoje já não é mais Senador, fizemos uma proposta e votamos a aprovação da prorrogação da CPMF, junto com todas as propostas de aumento de carga tributária, enviadas e colocadas pelo Governo Federal nesta Casa. Implicava o aumento de carga, aumento de alíquotas, criação de alguns impostos, de algumas tarifas, e nós demonstramos ao Governo Federal a boa vontade e o sentido de grandeza que a Oposição tinha, fazendo com que isso fosse possível.

Nessa mesma ocasião, o Governo Federal, por meio do seu Ministro da Fazenda e da sua Liderança aqui nesta Casa, concordou conosco que a CPMF era um imposto maléfico, um imposto que fazia mal à economia brasileira por dois motivos principais: era regressivo e tinha efeito cascata, acumulando-se um sobre o outro, provocando o encarecimento dos produtos, principalmente dos produtos que se destinavam

à exportação, àquela época tão importantes para a economia brasileira.

Fizemos, então, um acordo, não de iniciativa do PSDB, mas de iniciativa nossa, PSDB, DEM e Governo Federal, em que faríamos uma redução gradual da CPMF, à medida que determinados parâmetros fossem alcançados, por exemplo, se a arrecadação subisse mais do que o PIB, ou se a relação dívida/PIB fosse positiva na sua evolução. E assim foram criados vários outros parâmetros.

Essa CPMF teria uma redução gradativa e sairia de 0,038% até chegar a 0,08%, quando seria um imposto meramente fiscalizatório.

Repito aqui que foi feito um acordo entre Governo Federal, Sr. Ministro da Fazenda; Base do Governo, pelo seu Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; Senador Rodolfo Tourinho, do DEM; e, pelo PSDB, eu, Senador que agora vos fala.

Esse acordo, no entanto, não foi cumprido, apesar de que, de lá para cá, ao contrário daquilo que esperávamos, todos aqueles parâmetros que colocávamos como mínimos para que o gatilho de redução da CPMF fosse começado a ser acionado estouraram positivamente, muito mais do que se esperava.

Para se ter uma idéia, a arrecadação total do Governo com a CPMF naquele ano equivale à arrecadação total do Governo hoje sem a CPMF. Essa é uma demonstração eloqüente da mudança que aconteceu daquele momento para o dia de hoje. No entanto, o Governo Federal, infelizmente, ignorou de maneira solene toda aquela discussão e todo aquele acordo que foi feito naquela época.

Por outro lado, também tivemos do Ministro da Fazenda da época e do próprio Governo Federal, dentro daquelas tratativas, a promessa de que não haveria 0,001% sequer de aumento da carga tributária e que, se isso viesse acontecer, o Governo imediatamente reduziria a carga tributária por meio da CPMF. Não aconteceu. O aumento foi feito. Aumentou-se a carga tributária, e a CPMF, cuja PEC está ainda tramitando entre esta Casa e a Câmara Federal, foi parada e paralisada pelo Governo Federal.

É inaceitável qualquer argumento do Governo favorável à prorrogação da CPMF em função da necessidade de recursos. O próprio Governo foi quem montou o esquema e o planejamento dizendo que não necessitaria desses recursos se aqueles parâmetros acontecessem.

E vou aqui demonstrar que isso é verdade mesmo no dia de hoje, mesmo que o Governo tenha gastado muito mais do que deveria. Existem hoje, Senador Arthur Virgílio, Senador Flexa Ribeiro, mais de R\$200 bilhões de reservas financeiras, de superávit financeiro.

Na LDO de 2008, o próprio Governo previu – e gostaria de ter a atenção de todos aqueles Senadores que estão preocupados com a questão da saúde, Senador Paulo Paim, por obséquio –...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a me dá dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder um minuto a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) –... Senador Paim, R\$200 bilhões de reserva financeira. E existe, com a liberação da DRU, que é defendida pelo Senador Cristovam, cerca de R\$36 bilhões fiscais para que sejam aplicados em recursos sociais.

Quem previu isso, Senador Paim, foi o próprio Governo Federal, quando tomou a iniciativa de incluir regra inédita: que o superávit do Tesouro será, automaticamente, alocado para os programas que no Orçamento têm como fonte a CPMF. Aqui estão! E eu gostaria que alguém pudesse me dizer que isso não é verdade.

Existem os recursos para a saúde continuar tranquilamente recebendo seus recursos, para que os hospitais recebam seus recursos e, muito mais do que isso, possam até ter recursos aumentados, tranquilamente. Enquanto isso, teremos a oportunidade, como disse o Senador Arthur Virgílio, de proximamente, assim que o Governo quiser, discutir essa questão de maneira tranquila, equilibrada e profunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra. O próximo orador será o Senador Marconi Perillo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o dia de hoje não é um dia qualquer. Nosso voto é extremamente importante. Não decidimos sobre R\$2 bilhões, R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões; decidimos sobre R\$40 bilhões, sobre como vai ser o Orçamento de 2008, qual vai ser a real condição financeira do Estado e dos Estados, no plural, em 2008.

Tenho a consciência tranquila, nos limites da minha autoridade, de que fiz todo o esforço para que essa questão tivesse um encaminhamento racional e lógico, com a minha consciência limpa, sem me afastar um minuto das minhas atribuições, sem invadir um centímetro das atribuições dos outros. Fiz o que estava ao meu alcance para que tivéssemos condições de resolver essa questão de forma construtiva, de uma

forma que nos levasse a uma reforma tributária, que nos conduzisse a uma situação de redução da carga fiscal e a uma transição positiva para a economia brasileira.

Não sou levado pelo vento nem sou sensível a ele. Sou hierarquizado, sou subordinado, mas tenho a minha própria consciência, da qual não me afasto. Penso que cometemos vários erros nesse processo. O primeiro e principal erro foi a primeira negociação havida, negociação na qual estivemos nós do PSDB no Ministério do Planejamento, e houve uma evidente subestimação, senão do problema, da força que poderia se reunir aqui contra a CPMF.

As propostas que foram apresentadas eram elementares, insuficientes, não tinham, de forma alguma, condição de justificar uma mudança de atitude do PSDB e do DEM, que é nosso aliado e que consideramos.

Ao término de três ou quatro sucessivas reuniões, absolutamente públicas, eu disse ao Senador Tasso Jereissati, que era Presidente do Partido nesse momento, e disse ao Ministro Guido Mantega, ao Senador Arthur Virgílio, que estava junto conosco, evidentemente, ao Senador Romero Jucá e ao Senador Aloizio Mercadante, que, por mais que o desejasse, o Senador Tasso Jereissati não teria como andar um centímetro com a proposta que lhe tinha sido apresentada.

E usei uma expressão muito simples, mas muito clara: “O Governo não botou a mão no bolso”. Era uma proposta que não teríamos condições políticas gerais de sustentar, nem na Casa, nem para nós mesmos, nem para a sociedade, nem para o DEM, que é o nosso aliado.

Aconteceu efetivamente a confirmação dessa expectativa. Nossa Bancada se reuniu e decidiu por nove votos contra quatro. Dos quatro Senadores vencidos, um era o Presidente do Partido e o outro era o provável Presidente do Partido, e nós acatamos a decisão dos nove democraticamente para mantermos a nossa unidade como Bancada de Senadores.

Depois daí, houve efetivamente extrema dificuldade no encaminhamento da proposta. A emoção cresceu, as palavras avançaram além da emoção, e chegamos ao dia de hoje.

Penso que a lição desse tempo deve nos levar a um outro padrão. Seja qual for o desdobramento desses acontecimentos de hoje, que eles não se reflitam em truculência, em agressivamente, em radicalização.

Que todos entendam que estamos tratando de um País que está muito longe de se desenvolver, muito longe de se estruturar, País no qual milhares de pessoas estão morrendo de fome de um lado, e outras tantas estão aí nas portas de hospital sem ter serviço médico. De uma saúde que não corresponde a um mínimo

de conceito de dignidade para a população brasileira. Estamos diante de uma situação, de fato, de extrema dificuldade. Não vou entrar nos pormenores desses desentendimentos, que isso é uma lição de como não devemos fazer de novo.

Mas eu faço o meu apelo, não somente aos companheiros do PSDB, não somente aos nossos Governadores que legitimamente deram o seu ponto de vista ao Partido e aos Senadores, e o fizeram muito bem. Eu quero dizer, com toda a tranquilidade, que não vamos repetir os fatos que nos levaram ao dia de hoje, com essa situação de emergência, com falta de planejamento que faz o Presidente da República, legitimamente, escrever uma carta a 30 minutos da votação.

Por que não há dois meses, por que não há quinze dias? Por que não antes? Por que chegarmos a esse ponto? Por que tantas pessoas sensatas se desentendem tanto? Sinceramente, para mim, isso não serve. Eu não gosto do aplauso fácil, não gosto de falar o que os outros querem ouvir apenas. Até prefiro. Mas importante falar é que cometemos muitos erros e que não devemos transformar esse cenário de hoje num cenário que possa construir no futuro uma sociedade democrática entre nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra e concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo. Em seguida, falará o Senador Delcídio Amaral.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não resta dúvida de que esta é uma sessão histórica. Sobretudo, Líder Arthur Virgílio; Presidente Sérgio Guerra, porque, caso se confirme o resultado desta votação, com certeza, esta decisão será uma decisão pedagógica para a Casa e para o futuro relacionamento entre a Oposição e o Governo. Eu estou seguro disso, Líder Agripino.

Até uma semana atrás, não havia disposição alguma do Governo em negociar quaisquer termos que pudessem trazer à mesa, concretamente, a Oposição para um diálogo que resultasse em uma saída, em uma solução que, efetivamente, pudesse resolver algumas questões que nos afligem e que nos trazem, permanentemente, a esta tribuna para o debate democrático, colocando, com clareza, nossas opiniões e nossas idéias.

Não havia, portanto, nenhuma disposição para o diálogo. Os Deputados tentaram o tempo todo buscar o entendimento com o Governo. Não foram ouvidos. Muitas foram as tentativas da Oposição, na Câmara, para que pudessemos construir uma saída que resultasse, efetivamente, na destinação dos recursos para

a saúde. Os Deputados não podem ficar desmoralizados com suas posições.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Governo não acenou, em nenhum momento, com a viabilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, em nível federal, com o objetivo de colocar um freio na gastança, de limitar as despesas, de reduzir as despesas correntes. O Governo traz hoje à tribuna o discurso de que não haverá recursos para o Bolsa-Família, mas se o Governo acena com a possibilidade de destinar todos os recursos da CPMF para a saúde é porque existem outras fontes para financiar o Bolsa-Família.

Fui Governador de Goiás por oito anos. Atendia, com transferência de renda, a 300 mil famílias. Nunca precisei criar imposto para garantir a continuidade dos repasses às famílias necessitadas. Portanto haverá, sim, dinheiro para que o Governo continue a custear o Bolsa-Família.

É importante registrar que hoje os pobres gastam 1,8% de seu orçamento com a CPMF, enquanto os ricos gastam apenas 1,2%. Um outro dado, Senador Arthur Virgílio, é que, em 1998, quando a CPMF foi criada por conta da realidade econômica do momento, 80% dos recursos eram destinados à saúde. Hoje, apenas 40% dos recursos são destinados à saúde. Não houvera a radicalização, a disposição da Oposição em buscar até a última hora um entendimento e depois radicalizar nessa posição, o Governo não teria enviado para cá esse tipo de proposta, submetendo à apreciação o repasse total dos recursos para a saúde.

O Governo terá, no ano que vem, quase R\$70 bilhões de excesso de receita. Portanto terá dinheiro suficiente para cobrir os R\$40 bilhões, caso efetivamente não tenhamos uma outra negociação a partir da data de hoje, em caso de derrota do Governo. Os investimentos públicos caíram, entre 2001 e 2006, 57%; as despesas do Governo subiram 112%; portanto, há um descompasse claro que precisa ser corrigido. A CPMF mascara o déficit previdenciário e o Governo não envia para cá um pacote de emendas que possa significar efetivamente a conclusão das reformas tão demandadas pela sociedade brasileira. É preciso recuperar a eficiência do Estado. O Governo gasta muito e gasta mal.

É preciso também destacar o caráter cumulativo e autofágico, é um imposto de baixa qualidade; é preciso recuperar a liquidez do mercado, prejudicado pela migração das aplicações financeiras para os fundos. É preciso, por fim, Sr. Presidente, colocar para valer em discussão uma reforma tributária que signifique redução da carga, aumento da competitividade do produto brasileiro, redução do Custo Brasil. Enfim, é necessário que o Governo efetivamente acene com a possibilidade

de termos uma situação tributária em que quem produz, em que quem trabalha, em que quem gera empregos tenha condições de competir com a China, com a Índia e com outros mercados emergentes. O Brasil efetivamente não tem feito o seu dever de casa.

Eu tive a experiência de, como Governador, conseguir, com a parceria do setor produtivo, com a redução dos impostos em mais de 200 produtos, multiplicar por três, em sete anos, o PIB do Estado do Goiás; tivemos condições de saltar do último lugar, em termos de dívida com a União, para o sétimo lugar entre os oito Estados mais endividados, graças aos ajustes fiscais sistemáticos que realizamos.

Portanto, há condição sim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fazer ajustes. O Governo precisa gastar melhor, gastar com mais eficiência. O Governo precisa efetivamente fazer o seu dever de casa, como os Governadores Aécio Neves, como Tasso Jereissati fez no Ceará, como Serra faz em São Paulo, como eu fiz em Goiás, e Yeda Crusius, Teotônio Vilela e Cássio Cunha Lima fazem em seus Estados. Enfim, é preciso tirar das lições do Governo de Mário Covas as lições para, efetivamente, reduzir gasto público e garantir eficiência, para que possamos oferecer os serviços que a sociedade espera de Governos eficientes, sem onerar o bolso do empreendedor, sem onerar o bolso do pobre e sem tirar condições de competitividade para aqueles que carregam esse Brasil na mão.

Ouvi aqui hoje vários discursos emocionados. Procurei fazer um discurso equilibrado e racional. Não dá para ficarmos apenas no racional, Senador Arthur Virgílio, porque efetivamente vemos as potencialidades deste País, o quanto este País pode crescer, o quanto este País pode ser competitivo, e ficamos no debate que, na minha opinião, tem apenas o objetivo jogar para a platéia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Estamos aqui, queremos sentar à mesa, dispostos a sentar à mesa, mas precisamos de tempo. Não dá para gente levar em consideração uma proposta que chega aqui no último minuto do segundo tempo. Tivemos o ano inteiro para negociar a CPMF, para negociar uma saída com o Governo. O Governo quer que o PSDB resolva o seu problema em um dia apenas; o Governo quer que a Oposição resolva um problema que ele não conseguiu resolver em um ano. Em um dia apenas, não dá. Há disposição para discutir.

Precisamos de tempo. Precisamos dialogar com os nossos Pares; precisamos efetivamente ter ciência e convicção de que o Senado hoje não vai ficar joga-

do ao vento, como em outras vezes, como em outras negociações.

Por isso, Sr. Presidente, mantendo a coerência que Mário Covas teria nesta sessão, meu voto será contra a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo e concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Em seguida falará o Senador Flávio Arns.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo e desejar muito sucesso. Que Deus o ilumine na Presidência do Senado.

Quero cumprimentar também o Senador Tião Viana pelo trabalho que fez na interinidade.

Sr. Presidente, vários Senadores abordaram esse assunto da CPMF com profundidade. Portanto, meus comentários serão muito breves.

Entendo que o momento que vivemos hoje é uma autêntica marcha da insensatez. Quando vejo, e normalmente procuro ter bom senso nas avaliações que faço... Mas imaginemos que o Brasil fosse uma empresa. Que empresa resistiria a um corte imediato de R\$40 bilhões? Que empresa constrói seu orçamento para 2008, projeta seu orçamento para os anos subsequentes e, de uma hora para outra, vê-se absolutamente sem parte dos recursos que são fundamentais para seu desenvolvimento e, acima de tudo, para sua saúde e seus programas sociais?

E nós estamos hoje, no meu ponto de vista, cometendo um grande equívoco, independentemente dos erros que foram aqui comentados, das duas partes: os do Governo e também os que cometemos aqui no Senado Federal.

Precisamos buscar a racionalidade nesta discussão. Não podemos perder esta oportunidade. Recebemos aqui uma carta do Ministro da Fazenda e do Ministro da Coordenação Política, endossada a proposta pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se ela veio agora, ou se ela poderia ter vindo antes, infelizmente foi uma sucessão de erros que ocorreram nessa discussão entre o Governo e o Senado Federal. Mas quero, mais do que nunca, pedir aos Senadores e às Senadoras que façamos um esforço, ainda ao longo desta e da próxima semana, para buscar a aprovação da PEC que hoje aqui votamos, compatibilizando a aprovação desta PEC com as propostas apresentadas pelo Governo.

É um grande avanço direcionar todos os recursos da CPMF para a saúde. Ou, então, atender um ano, Senador Garibaldi, e apresentar e discutir a reforma tributária.

Eu me surpreendo quando vejo os debates aqui. Parece que a CPMF é o fim do mundo, quando o grande problema que estamos enfrentando é a reforma tributária – esta, sim, absolutamente necessária para o Brasil.

Não podemos desperdiçar, a despeito dos erros, dos equívocos cometidos, esta oportunidade. A proposta está na Mesa. E não tenho dúvida, como qualquer empresa, Senador Papaléo, de que, se cortarem os recursos, vamos perder na saúde. Ou será que o Brasil é um país de Primeiro Mundo, que pode dar-se ao luxo de perder R\$40 bilhões da noite para o dia?! Vamos perder na saúde, nos programas sociais e na infra-estrutura, no momento em que o País, neste último trimestre, comparado com o último trimestre do ano passado, cresceu 5,7% – um recorde, uma coisa que não se via no Brasil há muitos e muitos anos.

Portanto, meu pedido é o de que venhamos a discutir essas questões com razoabilidade, a aproveitar esta oportunidade a despeito de todas as falhas, de todos os erros na condução desta discussão.

E, Sr. Presidente, quero aqui afirmar que vejo como altamente temerário o seguinte: se a decisão for votar a medida provisória hoje, existe a DRU nesta medida provisória, que são exatamente os 20% das receitas que vão ser investidas em infra-estrutura, em saneamento, na defesa nacional. Não podemos cometer essa verdadeira insensatez.

Portanto, Sr. Presidente, minha posição é clara: pela votação favorável à CPMF, à DRU.

Para concluir, digo que estou com o meu Estado. O meu Estado enfrenta uma situação financeira de extrema dificuldade. E é importante registrar, Sr. Presidente, que hoje a CPMF representa para o meu Estado R\$232 milhões.

Então, a despeito desta discussão política – e procurei fazer uma abordagem técnica, isenta –, eu fico com o meu Estado; eu fico com a população do Mato Grosso do Sul; eu fico com o meu povo.

Portanto, vou votar favoravelmente à CPMF e à DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que esta noite de discussão da CPMF é principalmente de aprendizagem para todos nós, qualquer que seja o nosso Partido.

A discussão da CPMF começou aqui no Senado, na verdade, há cerca de um mês e meio, com a presença do Vice-Presidente José Alencar, por iniciativa

do então Presidente Tião Viana e com a participação maciça de todos os Senadores e Senadoras.

E, naquela reunião, ficou evidente a disposição do Governo de negociar com a Oposição. Esse já foi um grande equívoco, porque a primeira negociação, sem sombra de dúvidas, deveria ser com os Partidos da base de sustentação do Governo. Os Partidos da base, naquele momento, foram colocados de lado, como já o haviam sido na própria Câmara dos Deputados. A grande aprendizagem que tem de haver é no sentido de valorização da base aliada.

O PSDB, como relatado pelo Senador Sérgio Guerra, foi ao Ministério do Planejamento, a pedido do Planalto, e a negociação se estabeleceu em bases superficiais, ou seja, não com a profundidade e com as orientações que estão vindo no dia de hoje. Isso também dificultou a convergência para um resultado final.

Se estamos vendo mudanças hoje na CPMF, temos de dizer que isso é fruto do trabalho dos Partidos da Oposição: PSDB, PFL. Apesar de o PFL não ter participado da negociação, a posição de ser contra a CPMF obrigou que acontecesse um processo de negociação com o Senado Federal. Isso a sociedade tem de saber. Ela tem de perceber com clareza como é importante, num sentido de convergência, de buscar soluções, de achar caminhos, ter uma oposição atuante, uma Oposição que obrigue quem esteja no poder a se sentar, dialogar, conversar e achar as melhores soluções. Isto é uma aprendizagem, algo que devemos aprender, não só com partidos de oposição atuantes, mas no sentido da construção de um diálogo, de uma prática entre Executivo e Legislativo numa situação de democracia, o que nunca aconteceu de uma maneira tão intensa no Brasil como está acontecendo neste episódio da CPMF.

Contudo, também quero dizer que o que foi negociado é fundamental: R\$7 bilhões para a área da educação, essencial para o Brasil, R\$20 bilhões a mais por ano para a área da saúde, R\$80 bilhões em quatro anos. Posso assegurar que isso vai para a área da saúde, para um direito fundamental, que vem sendo negado há décadas em nosso País. É tanto que o ex-Ministro Jatene disse que uma das razões que o levaram a sair do Governo foi o fato de se retirar da saúde o dinheiro regular do Orçamento, o normal, já que a CPMF foi para a saúde.

Há disposição de negociar a carga tributária, há disposição de discutir os gastos que são aprovados por nós aqui no Congresso, criação de ministérios, criação de cargos em comissão e tantas coisas contras as quais temos que nos insurgir. Não poderia pensar em novos aspectos que pudessem ser negociados.

Por isso, todos nós que somos contra a CPMF, mas que reconhecemos a importância desse processo de negociação e dos seus resultados, temos de pensar, na minha opinião – este é o apelo que faço aos Partidos de Oposição e também ao PDT, que já manifestou o voto favorável, que teve uma participação fundamental nesse processo –, em dar uma chance ao processo de negociação, em dar uma chance à saúde, em dar uma chance à educação, em abrir uma perspectiva para o Brasil, para não colocar o Brasil numa situação de dúvida no momento em que o Brasil tem perspectivas de crescer, de se desenvolver, de criar novas oportunidades, de ter saúde, de ter educação. Não vamos criar essa dúvida. Nós temos condições, dentro do Senado Federal, pela correlação de forças, de fazer que esses compromissos sejam seguidos no próximo ano.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, conversando com os Partidos de Oposição, vejo dois argumentos principais que são levantados.

O primeiro deles é de que não dá para se confiar na palavra do Executivo. Existem muitos exemplos que confirmam essa preocupação. Inclusive, os jornais dizem e também usam a expressão “vamos nos fazer novamente de bobos nessa negociação, vamos dar uma chance, pela correlação de forças, pelos compromissos assumidos”.

O outro argumento que escuto é que isso é uma coisa simbólica. Acho que não pode ser simbólico. O povo precisa de coisas concretas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flávio Arns, lamento comunicar a V. Ex^a que o tempo está esgotado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, um minuto para concluir.

Não podemos dizer para o povo que é simbólico o problema da saúde: R\$20 bilhões por ano resolvem o problema da saúde, R\$7 bilhões melhoram a questão da educação. A negociação tem que ser estabelecida e nós temos condições de fazer isso no Senado, pensando não no Governo, mas nos desafios que o Brasil tem que enfrentar neste momento importante de desenvolvimento para a nossa Pátria.

Por isso, faço um apelo à Oposição para aprovarmos a CPMF e estabelecermos, com firmeza, com autoridade, uma marca no sentido do entendimento, da negociação, de se forçar a busca de soluções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. O próximo orador será o Senador Raimundo Colombo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, Parlamentares, brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, temos fato novo, Senador Romero. Trouxe uma carta, fato novo.

Fato novo é o Presidente novo aqui. E eu perdi, perdi o melhor vizinho que tive em sessenta e cinco anos, meu vizinho, mas vamos ganhar aqui, em nome do povo do Brasil, enterrando essa CPMF.

Fato novo é o Senado aqui, ó Demóstenes, com moral, com força, liberto. Este é que é o fato novo; não é aquele Senado envergonhado, das medidas provisórias, que impedem... Rui: “a salvação é a lei e a justiça”. Não fazemos leis, o Governo, o Executivo não deixa. Isto é que é fato novo. Fato novo quando o Presidente, meu vizinho do Nordeste, buscar o veto do Presidente, que vetou a lei boa e justa para os aposentados velhinhos, que era de 16,4% e o Presidente Luiz Inácio baixou e vetou, inspirado pelos aloprados, para 4%.

Aí sim é que a dificuldade fazer esse orçamento para os nossos velhinhos. Não, Luiz Inácio, pois o Tasso disse que tem R\$200 bilhões no cofre.

Então, ó Delcídio, uma das melhores inteligências... Cadê o Delcídio? Eu disse que ia falar nele. Delcídio, inteligência. Ele disse que vamos perder. Delcídio, V. Ex^a é um homem inteligente. Olha que para pinçar inteligência no PT é difícil. Lavoisier: “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Como ousa contestar? Não vai perder nada não, César Borges. O dinheiro vai sair da mão irresponsável dos aloprados para as mãos das mães de família.

Garibaldi, nós fomos prefeitos. Luiz Inácio, confia aqui no PMDB de verdade. Isso não vai desaparecer não, Luiz Inácio. Estão lhe enganando, Luiz Inácio. Na natureza, nada se cria, nada se perde. O dinheiro vai ficar com a dona de casa, a mãe, honesta, honrada, vai comprar pães, comprar remédios, vai dar proteção, vai melhorar a alimentação. O dinheiro vai circular. Luiz Inácio, aí tem o ICMS. A maioria de nós foi prefeito. Aumenta o ICMS: 25% vão para os prefeitos e 75% vão para os governadores de Estado.

Agora, a vergonha, eu posso dizer. Ô aloprados que estão aí! Eu, Governador do Estado – ô José Agripino, V. Ex^a era Senador –, fui chamado, o César deve ter sido chamado, os Governadores, o Azeredo, o próprio Garibaldi – Medida 29. Eu gastava 7% como Governador de Estado para a saúde. E quase todos. A Emenda 29. E apenas disse aos Senadores: não vamos abruptamente elevar para 12%; vamos devagar. E hoje é uma vergonha! Atentai bem! Hoje, ô Inácio Arruda, dos 27 Estados, 17 continuam nos 7%. Os Prefeitos, eram para 15%, e ninguém obedece.

Olha, nesta Casa, por isso que Rui disse que só há um caminho: a lei e a Justiça. Deus: Moisés, toma as leis, para o mundo melhorar. Deve haver lei. Por que há uma lei para a educação – 25% do Orçamento –, e não há uma lei para a saúde?

Há Copa do Mundo, de quatro em quatro anos, não há? Agora é a copa da malandragem, da pilantragem, da picaretagem. De quatro em quatro anos. Em 2003, vieram aqui. Demos crédito, porque Luiz Inácio disse que ia fazer uma reforma tributária. Há 76 impostos no Brasil. Setenta e seis! O brasileiro e a brasileira pagam cinco meses de tributos e um mês, ao banco: a metade do ano. Essa é a verdade.

E vamos enterrar, Sr. Presidente, porque é mentira que a CPMF vai para a saúde. É mentira que é provisória e é mentira que eles quiseram defender que só branco paga. Negócio de branco... Pelé paga mais do que nós. Quiseram enganar o povo. Uma mentira não vence a verdade. A verdade vence a mentira. Vamos enterrar. Não vai haver apocalipse, não.

Eu, testemunho da história, estive aqui em 1976. Ô Jefferson, um apocalipse. Ô Garibaldi, aprenda, Petrônio Portella Presidente desta Casa, houve, como hoje, ô Mercadante, reforma do Judiciário. Petrônio mandou votar, os militares não queriam. Fizeram, fecharam o Congresso com canhões. Eu, do lado do Petrônio, ouvi o que ele disse: “Este é o dia mais triste de minha vida”.

Os militares mandaram reabrir este Congresso. E houve a reforma judiciária que possibilitou a anistia, a transição democrática...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, o tempo de V. Ex.^a está esgotado. Um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, o que queremos dizer é o seguinte: um quadro vale mais do que dez mil palavras. Eu os convido, Luiz Inácio: dia 16 de dezembro, eu faço 41 anos de médico, médico mesmo de Santa Casa. Aqui, brasileiros e brasileiras, somos quatro médicos – e falo por Mozarildo Cavalcanti, que não está aqui, mas queria enterrar. O destino quis que ele enterrasse o melhor homem público do PSDB de hoje. Mas vamos fazer um enterro maior aqui da CPMF. Mão Santa, Papaléo Paes e outros: quatro médicos aqui, Luiz Inácio. Agora, eu me ofereço ao PMDB e ao Raupp para, em 60 dias, fazer uma lei boa e justa para a saúde. Não a essa mentira, mentira que é provisória, mentira que vai para a saúde e mentira que só pagam brancos e ricos.

Vamos dizer – Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma” –, que possamos gritar: o Senado e o povo do Brasil vão enterrar a mentira da CPMF e fazer nascer uma lei boa e justa neste País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo e, em seguida, ao Senador Leomar Quintanilha. E teremos os quatro oradores finais.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Senador Mão Santa, que, a esta hora, ainda mantém a energia e, sobretudo, a mesma posição, o que agrada a todos nós.

Na verdade, é uma questão de coerência, para mim, a manutenção do meu voto contra a CPMF. É da ideologia do nosso Partido, é a forma que vejo de construir uma sociedade melhor: diminuir a carga tributária.

O nosso Partido, em Santa Catarina, fez um trabalho já há bastante tempo. Está aqui o Paulinho, que liderou esse movimento. Fomos às ruas e tentamos conscientizar as pessoas. No começo, era até meio engraçado, as pessoas ironizando, mas este debate chegou aqui. O Senador Flávio Arns falou muito bem: a Oposição cumpre muito bem o seu papel.

É importante para a sociedade que a Oposição adquira respeito e construa credibilidade com as propostas.

A grande verdade é que o Governo achou que iria, como fez em todas as outras votações, levar goela abaixo. Esta é uma Emenda Constitucional, que impõe um **quorum** de três quintos, e este **quorum** o Governo não alcançou. Como nosso aliado, funcionou também o elemento da fidelidade partidária, que impediu a compra individual de quem quer seja e passou-se a respeitar e valorizar os Partidos políticos. Esse é, de fato, um dos resultados que nós estamos colhendo aqui.

O Governo diz que está perdendo ou estão lhe tirando R\$40 bilhões – vezes quatro anos, R\$160 bilhões. Está bom! Tirando de quem? Se esse dinheiro fica com o povo, está em muito boas mãos. Aliás, nas melhores mãos. E é exatamente isso que acontece, porque o cidadão comum, quando vai à farmácia comprar um remédio e dá um cheque, ele paga CPMF; e, quando a farmácia compra do distribuidor, ela paga o CPMF; e, quando o distribuidor compra do laboratório, ele paga CPMF. E é na gasolina, é no telefone e é em qualquer operação, sobre qualquer produto. Portanto, toda a sociedade é penalizada. Essa é a verdade.

O Governo teve cinco anos para apresentar uma proposta de reforma tributária. Como os outros que passaram, essa reforma não veio. E os índices chegam a números absurdos para um País com a qualidade do serviço que presta. E o que nós vemos é inchar o custo do Legislativo, do Judiciário e, sobretudo, do

Executivo, em todos os níveis. Essa é a realidade. O serviço público, o Estado brasileiro está de costas para as pessoas, sobretudo, para as pessoas mais pobres. E essa mudança se impõe acima das ideologias, como uma forma prática, porque democracia não é só o ato de votar, mas, sobretudo, o resultado que se devolve à sociedade. E o resultado é muito ruim.

No dia-a-dia, nas comunidades mais pobres, é comum a gente ver o pessoal fazer jantares beneficentes, para poder assistir àquele membro da família, que, doente, está a três, seis, nove meses, esperando na fila para poder ter um exame de maior complexidade e não é atendido.

Falar da saúde é falar da saúde que é prestada à sociedade brasileira, sobretudo àqueles que dependem do SUS, que são carentes. É a remuneração que se paga ao médico, que é vergonhosa; é a remuneração que se paga aos hospitais, sobretudo os filantrópicos, que estão todos falidos.

Aprovar a CPMF e não discutir, não permitir a transformação é dizer que está tudo bem. E não está bem! É necessário ter a coragem de impor a mudança, e o Governo está tendo esta oportunidade. Não é uma carta que chega agora, ao apagar das luzes, no desespero de uma derrota, que vai mudar nosso posicionamento. Pelo contrário, ela confirma que nós estamos certos. Agora estamos também abrindo mão e estendendo a mão para que se construa o diálogo, para que se construa o entendimento e para que se possa, de fato, apresentar à sociedade um projeto moderno e eficaz, que, principalmente, reduza a carga tributária e distribua melhor a renda.

Esse é o subproduto deste debate que aqui se faz na Casa correta, onde se constroem, com o debate contraditório das idéias, as propostas que sentimos no dia-a-dia do povo.

Estamos abertos! De minha parte, não há nada contra o Governo nem o desejo de impor derrota a qualquer Governo; pelo contrário, há o desejo de contribuir para a sociedade. No Brasil, a Oposição tem sido uma resistência, e nós estamos aqui cumprindo, na trincheira democrática, nosso dever. Acho que hoje mudam a figura e a relação de forças entre o Governo e esta Casa, e é possível que se construa uma nova proposta, não com uma carta aos 48 minutos do segundo tempo, mas com a intenção de, em fevereiro, conseguir, por meio do diálogo, construir uma nova forma, transparente, com índices bem definidos de recursos que, de fato, vão para a saúde, mas a saúde lá na ponta da linha, a saúde para os Municípios, para os hospitais filantrópicos, que são aqueles que, de fato, atendem o povo.

É este o nosso dever. Estou confiante de que estamos cumprindo bem o nosso compromisso. Para mim é muito claro, é absolutamente coerente. Vou votar contra a CPMF e tenho certeza de que estou falando em nome do povo que represento. Foi com esse discurso, durante toda a campanha, que consegui a maior votação que um político conseguiu em Santa Catarina, dizendo que ia lutar para reduzir a carga de impostos. Estou aqui cumprindo com o meu dever. Meu voto é consciente; a escolha é bem amadurecida. Tenho a certeza de que, assim, estamos contribuindo para que, de fato, as coisas se aperfeiçoem. Que a gente deixe de dar as costas às pessoas, ao povo. Que o Estado brasileiro tenha a noção de que não adianta apenas mudar de governo, fazer alternância de poder. É fundamental manter o Estado e os princípios que o sustentam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Raimundo Colombo.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Em seguida falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas homenagens ao Presidente Garibaldi. V. Ex^a acaba de assumir e o faz com uma prova de fogo, um debate muito interessante e inflamado que toma conta da Casa. Trata-se de um debate no qual podemos ouvir as manifestações oportunas, as mais variadas, com posições diversas, algumas inflamadas, mas que nos remetem a uma verdade inarredável: o País clama e espera por uma reforma tributária; o País clama e espera por desoneração da produção; o País clama e espera pela redução da carga tributária. Estou consciente, Sr. Presidente, de viver debates ricos como o de hoje em tentativas anteriores de promovermos uma ampla reforma tributária neste País, e vi que não foi possível. Tenho um sentimento muito forte de que a desconstrução, a redução dessa brutal carga tributária somente conseguiremos da maneira como foi construída, de forma gradual, aos poucos. E é só dessa forma que acredito que poderemos resolver esse grande problema fiscal que o País tem.

Com relação à CPMF, Sr. Presidente, voto com muita convicção pela aprovação da sua renovação. E o faço por várias razões, por perceber que é um imposto que impacta muito menos do que a grande maioria dos impostos hoje praticados neste País. Um imposto que o rico paga e o pobre também, o pobre paga menos e o rico paga mais. E o resultado dos recursos auferidos com a CPMF beneficia sobretudo os mais pobres. Vai

para a área da saúde, vai para os programas sociais, cuida especificamente daqueles que precisam mais da ação do Governo. E também, Sr. Presidente, por entender que a retirada abrupta de um recurso tão expressivo do Orçamento federal pode provocar uma desorganização administrativa, pode provocar uma desorganização financeira, cujos resultados podem ser inimagináveis, cujos prejuízos podem ser inimagináveis, atingindo principalmente a população mais pobre e a mais necessitada.

É por essa razão, Sr. Presidente, que voto pela prorrogação da CPMF, acreditando que este debate polêmico e acalorado de hoje nos estimulará a continuar esta discussão, para que possamos fazer uma ampla reforma administrativa no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, falará o Senador João Ribeiro, já que o Senador Almeida Lima renunciou ao seu direito de falar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a esta hora da noite o mais sábio seria renunciar de fato à fala, mas creio que esta é uma eleição em que não gostaria que o meu voto ficasse escondido. Daqui a alguns dias, semanas, meses, anos esta sessão será analisada pelas conseqüências que ela vai trazer, e quero que o meu voto fique registrado, para que se saiba se eu errei ou se acertei.

E vou votar com algumas razões que uso sempre quando quero tomar uma decisão na hora do voto. A primeira é o meu sentimento de responsabilidade com o futuro do meu País.

E eu não estou convencido, absolutamente, de que este País pode abrir mão de R\$40 bilhões e nada vai acontecer. Ninguém me convenceu disso.

Segundo, é uma questão de compromisso. Ninguém me convenceu de que a CPMF tira dinheiro dos pobres e dá para os ricos. O meu sentimento, as minhas análises são exatamente ao contrário. Mesmo que seja a mesma proporção para todos na hora de pagar. Não consigo entender os argumentos que dizem que esse é um imposto perverso do ponto de vista social, que a CPMF é um Robin Hood ao contrário.

Terceiro, é uma questão de coerência. Eu não sou uma metamorfose ambulante. Eu defendi a CPMF quando foi criada. Eu falei a favor disso. Eu falei com o Dr. Adib Jatene que esse era um projeto positivo. Não mudei de lado.

Mas havia uma razão pela qual, apesar da responsabilidade, apesar do compromisso social, apesar da coerência, eu não votaria na CPMF. É o fato de que o Governo criou a armadilha de amarrar a CPMF e a tal da DRU. E esta, sim, é perversa, porque tira dinheiro diretamente dos projetos que, ao longo de anos, por lutas, se conseguiu vincular na Constituição.

A DRU é a segunda morte de João Calmon, que conseguiu vincular e pôr na Constituição, no art. 212, que 18% da receita tem que ir para a educação. A DRU baixava os 18% para 14,6%, e eu disse: não posso votar pela prorrogação da CPMF, porque está vinculada à DRU.

Mas, felizmente, conseguimos, ao longo desse período, negociar. E o Governo assumiu o compromisso de que a DRU será reduzida, na educação, ao longo dos próximos anos, até desaparecer. E os primeiros 5% que caem – de 20% para 15% – já são suficientes para fazer com que os 18% sejam cumpridos.

Aí, alguns argumentam que não podemos confiar no Governo do Presidente Lula. Eu até entendo esse sentimento, mas até 2010 o Presidente é Luiz Inácio. Eu não posso negociar com outro.

Alguns dizem que se fizermos isso teremos problemas, porque a CPMF será um imposto que tirará dinheiro dos pobres. E isso não é o que me convence.

Por isso, vim aqui dar o meu voto sem me esconder, a favor da CPMF, assumindo o compromisso do Governo de que a DRU da educação desaparecerá. E lamento que outros não tenham colocado essa condição também para a saúde e para as outras receitas vinculadas.

Eu quero aqui, primeiro, votar aberto. Segundo, cobrar do Governo, dos Líderes do Governo, Senador Raupp, Senador Jucá, Senador Mercadante e Senadora Ideli, o compromisso que foi assumido. Esse compromisso, espero que seja cumprido.

Mas vim aqui também para outra coisa. Não para convencer nenhum de vocês. Ninguém vai ser convencido nessa idade e nessa hora da noite. Mas vim fazer um pedido para que, na hora de votar, se dispam dos preconceitos. Não votemos pensando no partido, mas no Brasil.

Não votemos pelas mágoas dos descompromissos passados do Governo. Votemos pensando no Brasil. Vim aqui pedir que a gente seja capaz inclusive de abrir mão da raiva, da arrogância do Governo, que deixa para ler uma carta aqui, propondo que o dinheiro se destine à saúde, Senador Romero Jucá, a essa hora do campeonato. Isso podia ter sido feito há 15 dias. Isso podia ter sido feito há um mês. Foi uma arrogância.

Mesmo assim, faço um apelo: não votem por causa da arrogância do Governo. Votem pela necessidade do Brasil e, por essa necessidade, creio que, apesar de tudo, ainda vale a pena votar pela prorrogação da CPMF, com o compromisso de acabarmos com a DRU, pelo menos na educação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo a palavra, sucessivamente, aos Senadores João Ribeiro e Pedro Simon.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já no adiantado da hora, faltando apenas dez minutos para a meia-noite e depois de ouvirmos muitas argumentações técnicas, políticas, uma coisa me deixou muito preocupado. Ovi a oposição dizer que o Governo não apresentava uma proposta que fosse boa para o País.

E ninguém, nesta Casa, pode dizer que a saúde vai bem no Brasil. Eu posso falar principalmente do meu Estado, o Tocantins. Se a saúde não está boa no Brasil, no Tocantins ela está péssima, está horrível. Falta até esparadrapo nos hospitais. E quando eu vejo, Sr. Presidente, o Governo fazer uma proposta de que o dinheiro da CPMF vá todo, toda a sua arrecadação, para a saúde, eu vejo a oposição radicalizar e não aceitar a proposta, dizendo que foi de última hora.

Ora, Sr. Presidente, esta é a Casa do diálogo e do entendimento. Nós ainda não apertamos o painel de votação. Qualquer entendimento pode ser feito até na hora de se apertar o painel de votação. O importante é que esse entendimento seja bom para o País.

Sr. Presidente, como Líder de um partido da base – e tenho dito sempre que o meu partido é pequeno no Senado, porque nós somos apenas quatro –, eu disse, esta semana, nas várias conversações que tivemos com os Senadores César Borges, Expedito Júnior e Magno Malta, que o nosso bloco no Senado cabe no velho fusca, e não precisa nem de motorista. E, se tiver motorista, ainda assim, cabe dentro do fusca, nós, infelizmente, vamos ficar divididos no meu partido, lamentavelmente. Apesar de todos os apelos que fiz ao Senador Expedito Júnior, ao Senador César Borges, não pude, infelizmente, convencê-los.

Sei que o Governo não termina, nem o nosso relacionamento. Não vai ser a primeira vez que o Governo e o País vão precisar de nós. Que cumpramos com o nosso dever e com a nossa obrigação.

Portanto, vejo com tristeza. Estou fazendo um relato do meu partido, para dizer que nós fizemos o maior esforço, que o Governo fez o maior esforço, ao ponto de, hoje, o Presidente da República encaminhar uma carta a esta Casa, fazendo duas propostas inte-

ressantes à oposição, para que se resolvesse o problema da prorrogação da CPMF.

Sr. Presidente, há dois anos, fui relator dos programas sociais do Governo. Eu, que sou de um Estado pobre, que sou um Parlamentar que vivo muito no Município – sou muito ligado à base –, que acompanho a importância dos programas sociais do Governo, Senador Renan, que relatei esses programas sociais há dois anos, fico triste ao ver que nós poderemos ter problemas de recursos para os programas sociais, já que nem mesmo a proposta do Governo, colocando todos os recursos para a saúde, foi aceita pela oposição. O radicalismo chegou a este ponto. Não podemos, Senador Raupp, dar outro nome a não ser o de radicalismo político, do embate político. “O Governo precisa perder”, é isso, parece-me, que pensa a oposição. “Nós temos de impor uma derrota ao Governo”, mesmo que isso custe caro ao País. É o que percebo.

Portanto, Sr. Presidente, eu também não poderia, já que os três companheiros meus de partido usaram da tribuna para declarar o seu voto e a sua posição. Eu que sempre fui muito claro e transparente, até nos momentos mais difíceis, nas votações mais impopulares, eu sempre me posicionei de forma clara e transparente. Por isso, vim à tribuna para dizer que voto favoravelmente à CPMF, voto favoravelmente à melhoria da saúde no Brasil, voto favoravelmente ao Bolsa-Família e àqueles, os mais carentes do País, que precisam verdadeiramente do apoio do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador João Ribeiro e concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Pedro Simon se dirige à tribuna, quero comunicar ao Senador Romero Jucá que ele obtém agora a primeira vitória, o que mostra inclusive que a oposição não é intransigente. Ele pediu, há poucos minutos, que a votação fosse realizada apenas amanhã, e será atendido, fique absolutamente tranquilo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria, se fosse possível, que, antes de me conceder a palavra, V. Ex^a suspendesse por alguns minutos, para terminarem as reuniões que estão sendo realizadas, porque eu vou atrapalhá-los e eles vão me atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu faço um apelo aos Srs. Senadores para que colaborem com esta Presidência, para que possamos ouvir o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há uma pessoa que tinha de estar tranqüilamente, nessa altura, com uma posição definida, se votassem questões pessoais, é o Senador Pedro Simon.

Agora era hora de eu falar, de falar deste Governo, de seus equívocos. E, segundo dizem, inclusive com muita propriedade o Líder do PSDB, eu mandei uma carta ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e inclusive a S. Ex^a, dizendo que eu tinha sido retirado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas que, no plenário, eu votaria contra. É.

E S. Ex^a pergunta se eu mantenho ou se eu não mantenho. Em primeiro lugar, é a primeira vez que me fazem esse tipo de pergunta. Eu tenho 77 anos. S. Ex^a não tinha nascido e eu estava junto com o pai dele na luta política e todo mundo me respeita e sabe quem eu sou.

Mas o que eu vou dizer aqui é muito simples. Nós não podemos fazer aqui uma vitória de Pirro: ganhe quem ganhar. A oposição: Mas o Lula está mandando agora! Ficamos 10 dias, 20 dias esperando, e ele não falou, não deu bola, não respondeu, não deu atenção a nós.

A oposição tem razão, é um absurdo o que o Governo fez. Perdoe-me, Líder do Governo, perdoe-me, mas é um absurdo. Eu sempre dizia: O Governo vai ganhar tranqüilamente. Vai ganhar porque tem argumento, argumento daqui e argumento de lá. Vai ganhar.

E nunca imaginei que chegasse a essa altura, e até os votos que já estavam garantidos, de um lado, como o do Senador, ex-Democratas, da Bahia, e outros tantos mudaram de voto. O Governo agiu mal!

Mas será que é por isso que não vamos parar agora para pensar e refletir? Uma época, o Dr. Fernando Henrique ia privatizar a Petrobras, ia porque ia. E deu uma guerra aqui no Congresso. Foi nesta época do ano tal. E deu uma confusão. E nós exigimos: “Não, para votar, tirar da Constituição, porque já está na lei, e depois tira da lei e não tem mais nada!”, porque a Petrobras era um monopólio. Ele mandou uma carta e assumiu um compromisso de honra. Ninguém vai mexer na Petrobras, e nós acreditamos. E eles, que já falavam em mudar, que já davam outro nome para a Petrobras, já estavam mudando tudo, pararam, e nunca mais se falou nisso.

Então eu acho que, querendo ou não querendo, aqui tem documentos que, para mim, valem. Eu acredito, mas o Lula diz que não acredita, que eu sou um cara que muda, e não sei o quê, mas eu acredito na palavra dele, ainda mais escrita!

O que está escrito aqui? Que nós vamos dedicar esse imposto todo para a saúde, primeiro; segundo, vale um ano. Ano que vem, vamos discutir a reforma tributária. Nós estamos discutindo isso há dez anos, e não acontece. Não aconteceu no Governo anterior, não aconteceu neste Governo, não aconteceu na Constituinte, porque a Constituinte deveria ter feito na Constituição a reforma tributária, mas não teve coragem de fazer. E agora nós temos um compromisso. Vamos decidir agora. Vamos decidir o quê? Primeiro, vai tudo para a saúde.

Ora, pelo amor de Deus, tudo para a saúde quando o nosso querido Senador de Sergipe... Votamos a emenda, era para tudo ir para saúde e não foi. E até hoje não foi. Agora, ele dizendo que vai. É uma grande vitória.

Segundo, é um ano. Terceiro, nesse ano, vamos fazer a reforma tributária. Mas será que isso não vale? Será que isso não é importante? Isso não tem significado?

O Senador Arthur Virgílio “mas tu prometeu!”. “Sim, mas eu não tinha isso aqui”. Vai dizer: “mas o Governo prometeu, prometeu e agora que mandou”. Mas mandou. A verdade é que mandou antes da última hora, mas mandou.

Eu faço um apelo que é o mais singelo. O Heráclito Fortes disse uma grande verdade: o líder do Governo já conseguiu uma vitória. Estamos a um minuto da quinta-feira. Quem está a um minuto, fica mais doze horas, e marcamos uma reunião para as duas horas da tarde de hoje. É o apelo que faço, é o mínimo que temos que fazer é levar esse documento para casa, ler, reler, reunir os líderes, debater. Não deu nada? Não deu nada. Não deu nada? Vamos votar.

Agora não querer... Isso aconteceu no Rio Grande do Sul. No Governo da querida Yeda... A Yeda tinha uma proposta de reforma para o Governo. Os líderes da Oposição fizeram um apelo para ela dar mais uns dias de prazo. Ela deu. Ela era contra. Eu estava na reunião e disse: “Mas, Governadora, a senhora tem que ser a favor. Se a Oposição está pedindo [não digo tanto como o meu querido amigo Arthur Virgílio] mais um pouquinho”. Ela deu. Foi para o Plenário, a Oposição não concordou em adiar e votou à revelia, derrubou o projeto. Derrubou o projeto.

Achei um absurdo. Falei desta tribuna.

Acho que votar agora ou votar daqui a 14 horas, mentira, 13 horas e 57 minutos não vai mudar. Agora,

nessas 13 horas e 57 minutos, eu vou dormir, o meu querido Arthur Virgílio vai dormir, nós vamos raciocinar, vamos refletir, vamos ler isso, vamos debater e vamos votar amanhã.

É um apelo que faço, porque achei... Podemos não gostar do Líder do Governo ou do seu Lula. Ele diz que não acredita em mim, pois eu acredito nisso, porque é uma palavra séria e é uma carta endereçada ao Presidente do Congresso Nacional numa hora como essa em que estamos vivendo talvez – e até isso é muito bonito depois de um ano trágico, cruel, cheio de mil coisas – uma sessão histórica neste Senado. Parece até que estamos numa democracia; até parece que é um baita Senado e é um baita Congresso. É uma grande sessão esta que estamos vivendo! (Palmas.) É uma grande sessão, é da maior importância. Estamos mostramos, debatendo, analisando, mostrando que o Congresso Nacional, que os políticos brasileiros têm classe, têm respeito, têm credibilidade.

É no meio disso que faço um apelo, meu querido Líder. Vamos deixar para amanhã, vamos deixar para amanhã. Eu mesmo quero ler isso com calma, quero analisar, quero debater, quero ouvir a opinião de V. Ex^a, e vamos votar. É pedir demais? Ah, é hoje, perdão, não é para amanhã, já falei bobagem, para daqui a 12 horas, mentira, 11 horas e 56 minutos.

É um apelo, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o Líder do PSDB está entendendo, que o Presidente do PSDB está entendendo, e que a Oposição está entendendo.

É uma votação de Pirro. Ninguém ganha, seja qual for o resultado. Não quero saber qual é o resultado. Ninguém ganha! Agora, amanhã, amanhã todo mundo refletiu. Todo mundo refletiu. Hoje, todo mundo refletiu. Faço um apelo dramático, modéstia à parte, com a autoridade que tenho. Porque se há uma pessoa que tem que estar machucada aqui, hoje, é o Pedro Simon. Se há uma pessoa que tinha que está com uma outra linguagem, hoje, é o Pedro Simon. Que devia está falando diferente, era o Pedro Simon. Mas, na hora mais dura, mais cruel do MDB do Rio Grande do Sul, da ditadura, da violência, eu sempre dizia na tribuna da Assembléia Legislativa: o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB. E temos que dizer agora: o que é bom para o Brasil é bom para o Senado da República.

É o apelo de irmão que faço, como irmão mais velho, aos meus irmãos de todos os partidos. (Palmas)

Se eu puder dar o aparte, com todo o prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, lamentavelmente não podemos dar a V. Ex^a a oportunidade de conceder apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Se, revisão do orador.) – Sr. Presidente... E o Senador sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, logo depois...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. Isso é uma questão de justiça, já que não tenho direito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Logo depois da intervenção de V. Ex^a, ouviremos os Líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não. Já está esgotado o art. 14. Então, eu falarei a seguir por uma questão de justiça, e V. Ex^a vai me ouvir como eu o ouvi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Será um prazer. O normal é V. Ex^a me ouvir de vez em quando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria um prazer se ele permitisse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O normal é V. Ex^a meu ouvir de vez em quando. Ouço V. Ex^a dez, quinze vezes ao dia sempre com a maior alegria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez V. Ex^a esteja trabalhando menos do que devia. Se trabalhasse o que devia, talvez falasse tanto quanto eu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço aos Senadores que colaborem com esta Presidência, que inclusive está começando hoje. Não podemos ter apartes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para dizer, Sr. Presidente, que o PRB apóia a proposta do Senador Pedro Simon. Acho lúcida, acho que devemos votar isso daqui a pouco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu não tenho direito ao art. 14. Por uma questão de justiça, e V. Ex^a abriu uma exceção...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não posso mais conceder a palavra pelo art. 14.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, eu não tenho direito. Peço por uma questão por uma questão de isonomia já que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, mas V. Ex^a terá dois minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, enquanto ele se dirige à tribuna, uma pergunta: quantas páginas compõem esse documento que o Presidente Lula mandou e que precisa de 12 horas para ser lido pelo inteligente Senador Pedro Simon? Quantas páginas? Curiosidade minha, Sr. Presidente, V. Ex^a recebeu. São quantas páginas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou fazer chegar às mãos de V. Ex^a os documentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Gostaria de saber, porque pode ser que, na realidade, precise de uma junta para decifrá-la. É a metamorfose ambulante na prática.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, a decisão é grave. A voz da experiência nos dá um chamamento ao bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon poderia se assumir como uma pessoa parecida com as demais. S. Ex^a se acha acima do bem e do mal, e não é. S. Ex^a comete equívocos, S. Ex^a estava decidido a votar esta matéria muito antes de a carta do Presidente da República chegar aqui. Nós sabemos disso, sabe disso a Governadora Yeda Crusius e sabe disso a consciência dele, no seu mais recôndito esconderijo.

Agora, fiquei feliz porque, por duas vezes, eu o provoquei para um debate quando eu tinha tempo de sobra para que eu o aparteasse e ele me aparteasse, e ele me concede um aparte quando eu não podia apartear-lo.

Mas fico feliz com os minutos que V. Ex^a me concede para dizer que, Senador Pedro Simon, peço muito respeito para o Senado. V. Ex^a continua merecendo meu respeito pelo seu passado. E não precisaria ficar se justificando: vote a favor da CPMF, porque tem muita gente decente que vota a favor da CPMF por achar que é bom fazê-lo.

Não fique dando justificativa. V. Ex^a foi o único Senador que deu explicação. Não dê. Vote com a sua consciência. Vote achando que isso é bom para o

equilíbrio fiscal. Vote dizendo que isso é bom para a economia. Vote dizendo que isso é bom para a saúde – vou desmontar isso quando chegar no debate sobre a DRU. Agora, não arranje desculpas para V. Ex^a, porque senão o Senador Heráclito Fortes vai lhe trazer um tradutor de hieróglifos para V. Ex^a compreender qual foi a mensagem tão magnificamente complicada enviada pelo Presidente Lula.

Portanto, Senador, digo a V. Ex^a que prezo muito as coisas frontais. Por duas vezes, tentei e não consegui este debate com V. Ex^a. Hoje, infelizmente, ele não foi completo. Amanhã tem sessão. Se V. Ex^a quiser amanhã esmiuçar, amanhã estaremos juntos. A gente pede a alguns colegas para nos cederem tempo, e vou poder ouvir V. Ex^a de maneira maviosa, vou ficar encantado.

Agora, faça algo. Não é conselho, não posso dar conselho a um homem da sua maturidade. Se eu pudesse dar uma opinião a um homem que admirei, um dos que me estimulou a entrar na vida pública, eu diria: não arranje desculpas para suas atitudes! Vote, pura e simplesmente, e não invente essa história de adiar, porque não há nenhum Senador aqui que possa mudar sua opinião por causa de telefonema de Casa Civil. Não vai acontecer isso. Cada um vai votar com a sua consciência. A hora de votar é esta. V. Ex^a é digno, e seja digno confiando em V. Ex^a mesmo. Seja digno do jeito que V. Ex^a é, e respeito V. Ex^a como tal. Não se explique, diga simplesmente: eu vou votar a CPMF porque é bom para o País.

V. Ex^a diz assim: eu voto a CPMF, apesar de não ser boa para o País. Isso está doído no Pedro Simon; como é doloroso no Pedro Simon!... Como se V. Ex^a estivesse acima daqueles que, como V. Ex^a, vão votar a favor da CPMF. V. Ex^a não é melhor do que nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, eu não ouvi a campanha. Mas encerro, Sr. Presidente.

Portanto, eu gostaria muito de não ter ouvido V. Ex^a dar justificativas. V. Ex^a deixa mal os outros. Parece que o Mercadante não foi convicto, e eu sei que ele foi convicto. Parece que a Ideli não foi convicta, e não tem ninguém mais convicta do que ela aqui. Parece até que V. Ex^a, em nome do País e por ser uma figura tão especial, abriu um exceçãozinha. Aí o velho Pedro Simon dessa vez conseguiu votar “não”.

Encontramos-nos amanhã e vamos debater. V. Ex^a me apartando, eu o apartando; será um prazer.

Posso garantir a V. Ex^a que debater não faz mal. V. Ex^a não deve correr...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB –RS) – Sr. Presidente, pela ordem, fui citado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, em nome do Pcdob, eu quero dizer que nós concordamos com a proposta defendida pelo Senador Pedro Simon de adiarmos a votação, já oferecida aqui pelo Senador Romero Jucá, porque há uma proposta absolutamente nova do Presidente da República que merece a nossa atenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A minoria não concorda, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito aos Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu não fui citado! Eu fui agredido e peço o direito de responder. Não é citado; é agredido. E quero o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Solicito aos Srs. Senadores tranqüilidade.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra por dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Sr. Presidente, outros dois minutos para mim, para ficarmos iguais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é verdade! V. Ex^a já falou; eu falo em seguida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu peço pela ordem depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Srs. Senadores, não me deixem em uma situação constrangedora de encerrar esta sessão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja como é a diferença de sorte, veja como esta sessão é interessante. Hoje de manhã, eu fui à tribuna para não aceitar essa afirmativa do Senhor Presidente da República com relação a mim; e hoje eu estou aqui para responder ao Líder da Oposição com relação a mim.

S. Ex^a se dirigiu a mim, Pedro Simon! Por que eu? Eu não me dirigi a S. Ex^a! Eu falei ao líder da Oposição, ao importante Líder que é! Não é V. Ex^a quem vai ditar o meu comportamento, Senador! V. Ex^a era um gurizinho de calças curtas; seu pai já era um grande homem... E eu vivia... O que eu tenho de errado e de certo o Brasil conhece! Não é V. Ex^a quem vai dizer o

que é e o que não é! Não é V. Ex^a quem vai me ditar o que eu devo fazer e o que eu não devo fazer.

O que eu falei hoje não é nem a favor nem contra a CPMF. O que eu disse é que o Presidente da República agora, tarde ou cedo, mas antes de votar, apresentou uma proposta nova que é a que nós defendíamos há 11 anos: tudo para a saúde! Uma! Duas: o Líder do Governo diz que é para valer durante um ano. Neste ano, vamos fazer a reforma tributária... Se isso não é novo, pelo amor de Deus! Mas isso não é um fato importante? Do maior significado? Da maior importância?

Ora, meus amigos, pelo amor de Deus!... Agora, levar picuinhas!? “Não, porque é isso aqui, porque é não sei o quê!” Eu podia ficar na picuinha. Podia dizer a esta altura também: “Este Governo mandou na última hora! Tinha um mês, tinha quinze dias, tinha vinte dias e agora foi que ele mandou?” Não é por aí... Pelo amor de Deus, não é por aí!

E se, de repente, vamos ter um imposto só para a saúde? E se, de repente, for por um ano só? E se, de repente, formos ter um ano decisivo em que poderemos votar a reforma tributária! Estou pedindo doze horas para pensarmos sobre isso. Onde é que está o crime? Por que mereço a agressão que recebi aqui? Qual foi o pecado que cometi?

Esta sessão estava muito bonita, bonita demais, em um termo elevado demais! Não vou baixar. Vou ficar no estilo em que ela estava.

Nobres Líderes, é o apelo que faço. Não é a picuinha de que temos de votar hoje. Ninguém vai ganhar, votando hoje. Ganhe quem ganhar. Todos vão ganhar de agora até às 14 horas se refletirmos e viermos aqui votar, se as Lideranças sentarem-se à mesa e analisarem a carta que veio para cá, a proposta que veio para cá. Tudo para a saúde e um ano de prazo. Neste ano, faremos a reforma tributária. Analisem se vale ou se não vale. Dá para acreditar ou não dá para acreditar; mas analisem. Negar-se a analisar não tem lógica! Negar-se a debater não tem justificativa! Podem até dizer que não querem. Amanhã, venham para esta tribuna e digam: “Analisem, vi. Não acredito nesse tal de Lula, não sei o quê.” Podem fazer isso. Agora, negar-se a analisar, juro por Deus, não entendo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, vamos ordenar melhor os nossos trabalhos

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É por isso peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu também peço pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, fazendo um apelo aos Líderes, principalmente, para que eles dêem o exemplo, e possamos continuar esta sessão com a maior tranqüilidade e serenidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se por um lado fiquei triste de o mensageiro dessa manobra ter sido o Senador Pedro Simon, fico feliz por V. Ex^a, porque, se ele tivesse feito esse discurso ontem, o Presidente teria sido ele, e não V. Ex^a; ele teria tomado o seu lugar pelo ângulo da confiança que passaria a merecer do Planalto. Mas o importante mesmo é dizermos que o PSDB e o DEM estão aqui para votar.

Se o Governo achar que não é hora de terçar suas armas, se acreditar em alguma poção mágica que possa sair da Casa Civil, se achar que tem algum Senador aqui que pode mudar de idéia porque tem o cargo tal vago não sei onde, que faça obstrução, é um direito que lhe cabe. Agora, nosso papel é este: é o de estar aqui para votar e cobrar que seria então a segunda vez que estariam inadimplindo com o acordo. Terça-feira era para terem votado e não votaram; estamos hoje na quarta-feira, e não se esqueçam de que o prazo está se esgotado. Daqui a pouco, entra em cena uma figura muito mais importante do que todos nós, se continuar este trabalho de obstrução, que se chama Senador Marco Maciel; daqui a pouco, o Senador Marco Maciel será dono dos prazos e das situações a partir do poder que detém como Presidente legitimamente eleito da Comissão de Justiça.

Mas V. Ex^a é um homem de sorte: um pouco mais adiantado esse discurso do Senador Pedro, o Presidente seria ele, e não V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com toda atenção a palavra do Senador Pedro Simon, como ouvi com atenção a palavra de todos aqueles que falaram, nem com mais atenção, nem com menos atenção. Ele me merece respeito, mas não me merece respeito mais do que nenhum outro Senador. A palavra de S. Ex^a, portanto, para mim não significa nenhum dogma, não significa nenhuma palavra nem nenhuma opinião especial. O que eu queria é ouvir a opinião do Líder do Governo. Esse sim, porque com este temos entendimentos de fazer no dia de hoje, quarta-feira, a votação da CPMF.

Quero dizer a V. Ex^a que em jogo está aqui a credibilidade da palavra entre Líderes. Se não votarmos agora, quem perde é o Senado, quem perde é a instituição Senado. Não é que ganhe Lula ou perca Lula, não é que ganhe a Oposição ou ganhe o Governo. A instituição Senado perde, porque se pactuou, depois de cinco, seis, sete horas de discussão, uma votação combinada e, de repente, um Senador entre 81 propõe o adiamento para amanhã...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...e de repente surge uma polêmica como se isso fosse um dogma.

Quero ouvir a palavra do Líder do Governo e quero dizer desde já: se não votarmos esta matéria hoje, as relações, pelo menos entre Democratas e Governo, vão azedar definitivamente. Quero dizer e deixar bastante claro: fomos magnânimos, colocamo-nos à disposição. Se ganharmos a tese da CPMF encerrada em 31 de dezembro, em nome do interesse nacional, estamos prontos para sentar à mesa de negociação.

Agora, se é para esticar a corda, se é para blefar, se é para combinar coisas e descombinar com desfaçatez, não contem conosco. As relações ficam desde já anunciadas como definitivamente azedadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon fez um apelo a esta Casa. É um apelo que chama obviamente à reflexão e à possibilidade de realizarmos no dia de hoje – e estamos falando no dia de hoje, desta quinta-feira, não agora, não daqui a alguns minutos –, mas daqui a algumas horas, para que uma proposta que chegou oficializada, mas que já

estava colocada, que já houve reunião, que já houve debate, que já foi inclusive apresentada anteriormente a vários representantes da Oposição, que essa proposta possa ser não lida, porque obviamente a leitura se faz em 30 segundos, mas não é em 30 segundos que se mede a consequência de acatar ou não uma proposta assinada pelo Presidente da República.

Portanto, o apelo que o Senador Pedro Simon fez tem lógica, que tem bom senso e que não modifica em nada a disposição de que nós tenhamos o resultado desta votação para o bem do País, de forma tranqüila, calma e amadurecida, e não no clima que está instalado hoje, agora, neste momento, no Plenário, porque os Líderes vêm aqui, manifestam a sua posição. E todos nós sabemos, aqui dentro deste Plenário, que não há tranqüilidade, mesmo nas palavras mais firmes dos líderes que vêm aqui e dizem que está tudo certo dentro das suas Bancadas, porque todos sabem que não está.

Por isso, estava certo o Senador Pedro Simon quando propôs que a gente tivesse algumas horas para apreciar uma proposta que já estava sendo debatida e que veio agora oficializada pelo Presidente da República.

Por isso, é uma proposta que tem coerência e bom senso. E aqueles que têm esse compromisso com o País, não podem se recusar...

Por isso, nós estamos acolhendo integralmente o apelo feito pelo Senador Pedro Simon. E que tenhamos tranqüilidade para as decisões que precisamos tomar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder do PSB, Senador Renato Casagrande. Depois, falará o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para fazer uma observação sobre esse momento de ânimos mais acirrados aqui no Senado.

Primeiro, achei natural o Senador Pedro Simon, da tribuna; fazer um apelo, pela sua experiência. Isso não desmerece a biografia dele, em nada. Não o coloca numa posição de inferioridade, em nada.

Então, é natural que um Senador como Pedro Simon se manifeste, pelo que já acompanhou aqui – não tenho a idade dele, estou aqui pelo primeiro ano – mas vejo que ele tem a legitimidade de ter a sua posição. Achei que o Senador Arthur Virgílio extrapolou na agressividade ao Senador Pedro Simon. Sou amigo do Senador Arthur Virgílio. Tenho o direito de, num episódio público como este, manifestar a minha opinião. O apelo que o Senador Pedro Simon fez pode

ser acatado ou não por todos nós. Eu, pessoalmente, o acato, mas é um direito que ele tem de tomar essa medida e essa posição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção dos Líderes da Oposição, Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, dos Líderes da Base do Governo e todos os Srs. e Sr^{as} Senadores.

Construímos o entendimento para votar esta matéria hoje. E tentamos, de todas as formas ampliar o debate e construir uma votação que pudesse ter a participação dos membros da Oposição.

O Senador Pedro Simon, cujas palavras agradeço, procurou, na minha visão, colaborar dentro de um clima de entendimento. Lamento, inclusive, os fatos que ocorreram a partir dessa fala do Senador Pedro Simon. Mas ressalto o seguinte, Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, quero votar hoje, honrar o compromisso que nós fizemos. Temos que ter elegância para ganhar ou para perder. O adiamento seria uma forma de buscar o entendimento. Se os Partidos de Oposição entendem que não há espaço para buscar esse entendimento, postergar esse clima não faz bem ao Senado. Estamos indo por um caminho que não é bom para nenhum de nós.

Agora, faço o apelo para que se cumpra o entendimento no sentido de votarmos hoje; de votarmos separadamente os artigos para votarmos a DRU. Faço um apelo para que aprovemos a DRU, porque é a fonte para o superávit primário do Orçamento. Se a DRU cair, nós não teremos como fazer o superávit primário, e para que nós possamos votar hoje com tranqüilidade.

E, retomando o começo da minha fala e da fala dos Líderes, que amanhã possamos retomar um clima de entendimento, para continuar a discutir os problemas deste País. O Brasil não vai acabar hoje. Nós vamos ter um problema sério se rejeitarmos a CPMF, mas eu acredito no poder da convergência e do entendimento da política.

Portanto, Sr. Presidente, se depender de mim, em não havendo o entendimento dos Líderes, nós iremos votar as matérias hoje, tanto a CPMF, como a DRU, separadamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Aloizio

Mercadante. Eu faço um apelo para que, pela ordem, só se possa falar por dois minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu gostaria de ser muito objetivo. O Senador Arthur Virgílio, anteriormente, quando veio à tribuna, reconheceu que essa carta e a proposta que estava sendo feita era um passo importante, que deveria ter sido feita com antecedência, mas era um passo relevante; um passo que, pelo menos o PSDB, e imagino que a Oposição, levaria em consideração e permitiria a retomada de uma negociação, a partir de um futuro próximo. Mencionou inclusive que, com a retomada dos trabalhos em janeiro, seguramente já a partir de amanhã, as negociações começariam a se processar.

Eu acho que o Senador Pedro Simon, com a vivência e a experiência dele, que são muito longas – acho que todos aqui reconhecem -, fez uma mediação importante. Se há possibilidade de conversarmos e construirmos uma alternativa, num ambiente de diálogo e de respeito mútuo, a partir do início do próximo ano, por que não podemos antecipar isso, para saber exatamente a decisão que vamos tomar?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria ponderar, para concluir, Sr. Presidente, duas questões. A DRU representa R\$80 bilhões do superávit primário do País – insisto -, num cenário financeiro internacional delicado, num País que está tentando atingir a condição de grau de investimento. É uma decisão que tem implicações sobre a rolagem da dívida pública. Tomarmos uma decisão como essa, junto com a outra decisão, que é a de termos possibilidade de avançar na reforma tributária e de vincular integralmente os recursos para a saúde, é um fato novo. Talvez seja uma proposta que poderia ter sido apresentada anteriormente. Infelizmente, não foi, mas foi apresentada neste momento e a Oposição a reconheceu como uma proposta relevante.

Eu não sei se amanhã, mas pergunto, sinceramente, se não deveríamos dar mais um tempo, para vermos se conseguimos construir um entendimento público, transparente, de um grande debate político que tivemos nesta noite.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

Eu acho que não devíamos apegar o momento político que o Senado viveu hoje, um debate intenso, político, programático, de construção de saídas, de alternativas, com cada um apresentando sua

convicção. Nós deveríamos esgotar a possibilidade de entendimento.

Termino, portanto, reconhecendo, publicamente, que a intervenção do Senador Pedro Simon foi absolutamente relevante, assim como a proposta que o Governo apresentou.

Peço a consideração das Lideranças se nós não poderíamos dar um prazo, se não é amanhã, para tentar ainda esgotar o processo de negociação e de construção política. Acho que seria um gesto de grandeza e um gesto necessário, do meu ponto de vista, ao País, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, que renunciou à renúncia de não falar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, para encaminhar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu havia pedido pela ordem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá a palavra na oportunidade devida.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^{as} terão a palavra pela ordem na oportunidade devida.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu havia renunciado ao direito de uso da fala até porque imaginava que, depois de tantos pronunciamentos, nada mais havia a ser dito. Mas entendo que a palavra do Senador Pedro Simon merecia o devido acatamento, pois um minuto a mais de reflexão, horas a mais de reflexão para buscar o entendimento fazem muito bem ao País e à democracia.

Mas sinto que até o presente momento não há clima para aceitação dessa ponderação do nobre Senador Pedro Simon, embora o tempo não esteja ainda esgotado.

Portanto, eu quero trazer à tribuna, basicamente, como um dos últimos oradores, ou o último orador a encaminhar,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O último orador é V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...o fato de que basicamente eu não vi na tribuna do Senado,

no dia de hoje, discutirem as despesas, como cortar as despesas. Eu só ouvi aqui discussão quanto às receitas. Eu só ouvi falar aqui de tributos, de contribuições, e que o Governo já tem superávit. Eu ouvi atentamente o pronunciamento dos senhores, e especialmente o do nobre Senador José Sarney, quando S. Ex^a disse aqui da tribuna que via essa questão não como uma questão de Governo, mas como uma questão de Estado. E eu quero ratificar o raciocínio de S. Ex^a, dizendo que nós que integramos a classe política é que devemos saber qual é o tamanho do Estado que nós queremos.

Ora, definido o tamanho do Estado, definida a despesa é que iremos buscar a receita. Como estamos querendo eliminar uma receita do Estado brasileiro, sem antes estabelecer quais as despesas que deveremos cortar, diante da anulação da prorrogação da CPMF?

Ouvi aqui Senadores justificarem os gastos do Governo, inclusive o número excessivo de ministérios, embora eu não me esqueça de que, em 2003, quando da votação de medida provisória criando o número de ministérios que hoje existe, o Democratas, antigo PFL, votou a favor, por unanimidade; o PSDB votou a favor, por unanimidade; e, nesta Casa, registrou-se apenas um único voto contrário àquela proposta.

Como os partidos de oposição votam para criar despesas e para aumentar o tamanho do Estado, criando um montante de despesa que hoje aí se encontra, e agora deseja falar no corte de receitas?

Com toda certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem vai perder é o povo, embora entenda que quem deveria perder com o corte da CPMF deveria ser a classe política, Sr. Presidente.

E a classe política, aqui representada na noite de hoje, poderia muito bem dar o grande exemplo, aproveitando um projeto que tramita por esta Casa, que diminui o Parlamento do ponto de vista numérico, de forma a contrabalançar essa receita, se porventura for negada a prorrogação da CPMF na noite de hoje.

Os Senadores poderiam aprovar, sim, a redução do Senado Federal de 81 para 54 Senadores, 25% na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, e de sessenta mil Vereadores para 27 mil, eliminando 5.560 Vice-Prefeitos. Não seria bonito? Mas não vejo a opinião do Democratas nem do PSDB nesse sentido. Eliminar a receita, tudo bem? Poderíamos, sim, negar a receita da CPMF, dizendo que nós iríamos cortar a despesa executada pela classe política, diante da estrutura que essa mesma classe política ao longo dos anos criou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Vou-lhe conceder um minuto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, para dizer de forma conclusiva: nós da classe política daríamos um bom exemplo à população brasileira. Temos de cortar receitas e tributos? Há uma carga tributária elevada? Sim, existe. E a fórmula é diminuí-la? Sim, mas não o povo pagando a conta, porque tenho certeza, Sr. Presidente, que, rejeitada a prorrogação da CPMF, nesses próximos oito dias nenhum brasileiro vai sentir a sua extinção no bolso, nem a partir de janeiro, pois o custo de vida continuará o mesmo, mas tenho certeza de que a população brasileira vai sentir a diferença nas filas dos hospitais e dos postos de saúde porque elas estarão, sem dúvida alguma, aumentadas em seu volume, em sua grandeza.

Pois bem, é esta a conclusão do meu pronunciamento e do meu encaminhamento. Se desejam não prorrogar a CPMF, cortando tributos, porque temos muitos tributos no País, concordo sim. Mas e a despesa? Qual será cortada? Aquela que se destina aos benefícios do povo? Não! Que se corte na própria carne, diminuindo a estrutura do Estado brasileiro, cortando na própria classe política. Era esse o exemplo que gostaria de ver neste Plenário, sobretudo daqueles que fazem oposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrado o encaminhamento da votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Em seguida, darei a palavra ao Líder Valdir Raupp e ao Senador Epiácio Cafeteira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, permita-me que me dirija a V. Ex^a não como partidário, mas pelo coração, pela amizade que temos, pelo respeito que nutro por V. Ex^a, por toda a trajetória política que V. Ex^a percorreu neste País. Fiquei bastante preocupado com a proposta feita por V. Ex^a e peço que reflita sobre ela.

O pedido de adiamento de 12 horas feito por V. Ex^a foi movido pela melhor das intenções. Quem lhe conhece sabe disso. Mas tenho uma preocupação. Vamos admitir que, na pior das hipóteses, nesse intervalo, um ou dois votos sejam mudados. Vamos admitir. Eu não acredito. Recairá a responsabilidade sobre V. Ex^a, perante a opinião, de ter participado, de ter colaborado para a inversão desses votos. As versões serão as mais variadas possíveis. E aí pergunto: por que não partiu de alguém do Governo essa proposta? Fizeram

com que partisse logo de V. Ex^a, que apanhou o dia inteiro deste Governo. E V. Ex^a, conheço bem, não tem vocação para mulher de malandro.

Daí por que apenas quero que V. Ex^a, quero que o amigo reflita sobre a responsabilidade de assumir esse adiamento, por esse simples fato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o amigo que lhe pede: reflita sobre isso. Sua biografia e sua história não merecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todo o respeito ao Líder do PSDB, com quem tive muitas conversas nos últimos dias, inclusive no entendimento, no consenso para eleger V. Ex^a como Presidente desta Casa, para o que contamos com a compreensão de todos os partidos, inclusive os da oposição, quero dizer que acredito que o Senador Pedro Simon foi à tribuna com as melhores intenções, pedindo o adiamento, não de ontem para hoje, mas de hoje para hoje mesmo, pois já não é mais o dia que começou esta sessão, já é o dia seguinte, já é quinta-feira, no sentido de que, quem sabe, com a cabeça fria, com algumas horas, os Senadores pudessem raciocinar um pouco melhor, porque esta sessão, Sr. Presidente, está muito tensa.

Eu que nunca discuti nesta Casa com ninguém, mas quase que tive um desentendimento com a Senadora Kátia Abreu quando ela falou que, se o Senador Pedro Simon fosse à tribuna, ele seria vaiado. Eu falei: “Senadora, é um direito do Senador Pedro Simon ir à tribuna e pedir o adiamento da sessão”. Já outros Senadores, como Papaléo e o Tião Viana, tiveram um pega aqui, se estranharam e outros fatos já ocorreram aqui.

Então, quero fazer a defesa do Senador Pedro Simon que foi à tribuna com as melhores das intenções no sentido de adiar esta sessão para que pudéssemos votar, com a cabeça fria, algumas horas à frente.

Sr. Presidente, era esse o apelo que desejava fazer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira. Em seguida, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Faço um apelo aos Srs. Senadores porque precisamos iniciar a votação, a não ser que as Lideranças cheguem a uma decisão em contrário.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um nome político só se consegue com atitudes. E esse é o caso de Pedro Simon. Pedro Simon tem um nome. Por quê? Porque ele tem uma história, ele tem uma vida. Sofreu na oposição, agüentou tudo e não mudou.

Então, quando vejo um homem como Pedro Simon fazer um apelo a esta Casa, eu me sensibilizo. É verdade que já iria votar a favor, mas foi tão importante que o Senador Marcelo Crivella imediatamente mudou seu voto. E a posição do Senador Marcelo Crivella estremeceu a base da oposição.

Pedro Simon concorreu à Presidência da Casa. Não ganhou, mas, quando quiseram fazer dele o estandarte da oposição à eleição de V. Ex^a, ele se recusou, se recusou porque ele não anda atrás de cargos nem de honrarias.

Quero me congratular com Pedro Simon. É bom saber que ainda existem políticos como Pedro Simon, que vale à pena seguir.

Sou aqui o Senador mais antigo e conheço de perto a história de Pedro Simon. E como gostaria de um dia na minha vida ter o mesmo respeito que hoje tem Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a disposição do PSDB é votar, mas eu não me sentiria bem se não fizesse aqui uma reposição. A gente sempre diz que “chumbo trocado não dói” e o debate às vezes leva a um certo calor. Mas eu quero aqui, de público, ressaltar e repetir o meu respeito pelo Senador Pedro Simon e dizer que, de fato, ele tem toda razão, diante do seu passado, de sua vida e, se Deus quiser, do seu presente e do seu futuro. Eu tenho a honra de me sentir um político de calças curtas perto dele. Quero dar um abraço no Senador Pedro Simon e reconhecer que o seu passado de democrata, que ajudou a implantar essa democracia que me permite hoje debater com ele, faz com que isso mereça ser dito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valter Pereira. Em seguida iniciarei a votação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa, pelo perfil de seus componentes, é a Casa que deve ser orientada pela serenidade. O que nós ouvimos hoje do Senador Pedro Simon foi exatamente o resultado da sua experiência de vida e da serenidade que, a essa altura da sua idade, deve sempre prevalecer. Não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente, que oposição e governo aqui agem de boa-fé. Há uma inquietação, sim, e é essa inquietação que leva à busca de uma solução.

No momento em que chega um documento da Presidência da República, é claro que ele precisa ser analisado e refletido.

Não morro de amores pela CPMF, como todos aqui testemunham. Mas há uma proposta que muda, substancialmente, a orientação que vinha sendo dada à tramitação do projeto aqui nesta Casa. No momento em que se tem um documento, é preciso, sim, analisá-lo com a frieza necessária para entender sobre sua viabilidade, se é efetivamente possível ser utilizado dentro desta discussão e dentro do processo de votação que se vai instalar. De sorte que a proposta do Senador Pedro Simon tem toda pertinência e deveria ser devidamente analisada pelas Lideranças, a fim de que a decisão que nós venhamos a tomar seja a mais acertada para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos iniciar o processo de votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Inácio Arruda.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 300, inciso 12 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam votadas separadamente, por artigos, a PEC nº 89, de 2007.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as Lideranças se há acordo para que possamos votar a matéria de acordo com este requerimento do Senador Romero Jucá. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu voto é contrário, Sr. Presidente.

Voto contra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o voto do Democratas é a favor de que se vote, em primeiro lugar, a CPMF e, em seguida, a DRU, conforme o requerimento do Líder do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, do mesmo modo, o PSDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, infelizmente, apesar do risco de a CPMF ser reprovada, essa é a maneira mais salutar de votarmos essas duas matérias. Estamos correndo o risco de perder dinheiro para a saúde e, por outro lado, para a educação.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, confio na tradição de moderação desta Casa. Confio nas mais altas tradições de bom senso, de equilíbrio, de diálogo, na controvérsia das idéias, da defesa e, acima de tudo, do interesse nacional.

Sr. Presidente, um Governo que numa noite perde R\$80 bilhões – R\$40 bilhões de CPMF e R\$40 bilhões de DRU – sofre uma instabilidade no sistema econômico e financeiro, nos investidores, com risco de haver uma forte evasão cambial, de os juros subirem e de termos problemas de toda ordem com a volta da inflação, com a volta do processo inflacionário, desarrumando todo o sacrifício que fizemos ao longo do Governo Fernando Henrique e deste Governo.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o último apelo, o último momento, o último suspiro de quem não perde a esperança.

O PRB votará a favor da renovação da CPMF e da DRU, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto a Senadora Ideli Salvatti se concorda com o requerimento. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres, o requerimento pede a votação artigo por artigo, e a proposta do Senador José Agripino é para que se vote inicialmente a CPMF.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT não tem objeções, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Liderança do Governo concorda.

Então vamos iniciar a votação pelo art. 2º.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho acompanhado atentamente este debate e, no momento do encaminhamento da votação, percebo que há aqui uma manobra que, para mim, é das mais perversas com o País: ao discutir o projeto que trata da CPMF e da Desvinculação das Receitas

da União, votar aqui um requerimento para que esta votação seja feita artigo por artigo e até inverter, ou seja, votar primeiro a DRU e depois a CPMF.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O contrário.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Tanto faz. O certo é que, se a CPMF tem os seus efeitos danosos, a DRU é um instrumento, o mecanismo mais perverso que permite que os recursos públicos sejam drenados para pagar a dívida pública impagável.

Portanto, o Senado tem de dizer ao País que aceita e se ajoelha diante dos banqueiros para pagar juros impagáveis e se recusa... Aqui quero estabelecer claramente um posicionamento: o P-SOL é contra a CPMF, é contra a Desvinculação das Receitas da União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta que apresentou aqui o Senador Pedro Simon, para que pudéssemos refletir e votar o projeto no início da tarde, garantindo, segundo a carta que enviou o Governo, que... – peço respeito ao que estou expondo, assim como ouvi atentamente a todos.

Então, a questão fundamental é: se há uma proposta que diz que 100% da CPMF em 2008 deve ser vinculada à saúde, com o compromisso de efetivamente fazer a reforma tributária, que é o essencial nessa questão, em 2008, acho que os Líderes deveriam pensar... Sei que estamos aqui no momento de encaminhamento da votação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, Sr. Líder, estamos na votação, na consulta aos Líderes.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Certo. Mas queria dizer que, se a CPMF tem aqui a avaliação e o voto contrário de vários Partidos – e creio que, no atual momento, da maioria dos Senadores –, se o Senado aceitar aqui e agora votar este requerimento, aprovar este requerimento, permitindo que 20% dos tributos, de todos os tributos que arrecada a União, sejam drenados para pagar os juros dívida, para pagar os banqueiros, este Senado estará fazendo o maior desserviço ao País, às políticas sociais, que é de onde são retirados esses recursos.

Portanto, Sr. Presidente, não é questão de votar contra ou a favor. É questão de analisar uma proposta, que está sobre a mesa para exame de todos. Portanto, Sr. Presidente, voto contra este requerimento, porque ele é muito mais danoso do que o conjunto que se quer aprovar aqui.

Portanto, DRU e CPMF...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peça a V. Ex^a, Senador José Nery, que conclua.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Sou contrário à aprovação do requerimento, porque, se a CPMF é perversa, a DRU é nociva, porque é ela que retira 20% do orçamento da República, para pagar os banqueiros. Isso, aqui, será a declaração de que o Senado prefere os banqueiros a discutir efetivamente as políticas sociais que servem ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino e, especialmente, o Senador Pedro Simon, gostaria muito que V. Ex^a, Senador Pedro Simon, prestasse atenção no motivo por que temos as maiores restrições em acreditar nas propostas desse Governo.

Eu, agora, chamada a atenção por um colega, fui ler, com mais atenção, a carta que chegou do Ministério, assinado pelos Ministros Guido Mantega e José Múcio Monteiro Filho.

Vou ler com atenção o seguinte parágrafo:

Uma vez aprovada a prorrogação da CPMF, nos termos da PEC 50/2007, o Governo respaldará um acordo parlamentar que dirija valores correspondentes da CPMF [atenção, Srs. Secretários de Saúde aqui presentes], que não são dirigidos hoje à saúde, para que possam sê-lo, a partir de 2008, de forma progressiva até 2010, à exceção dos recursos abrangidos pela DRU.

Senador Pedro Simon, aquela proposta que V. Ex^a...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu recebi, com o maior respeito, a proposta de V. Ex^a. Por isso eu disse: “Vamos esperar até às duas horas para ler e decidir.” Não disse que temos de aprovar. Se acharmos que não devemos aprovar, não aprovamos. Agora, V. Ex^a foi ler. E leu bem, mas a maioria ainda não leu. Quero que todo mundo leia e tome uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não pode ser concedido aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É progressiva. A proposta que nos foi encaminhada era a proposta no primeiro ano do total, tudo para a saúde. O Senador Pedro Simon conversou comigo, e eu disse que a proposta era muito interessante. Não, não é. A proposta que foi feita a nós, do PSDB, e que foi dita aqui: era tudo para a saúde. Confirma, Senador? Há uma desinformação aqui. Tudo para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Desculpe-me, mas isso é importante. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, é isto que eu queria ponderar: há um erro fundamental na informação que nos foi dada, o que demonstra que é difícil confiar no que está sendo proposto pelo Governo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, vamos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, para apresentar uma proposta.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada das Emendas de Plenário nº 16 e 17, de minha autoria. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida.

Vamos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves Filho, de maneira muito objetiva, respeito a intenção do Senador Romero Jucá. Ele tem sido um gigante nessa caminhada a favor de um entendimento, tem respeitado tudo, o diálogo e o debate com a Oposição. Então, não faria qualquer crítica a ele. Entendo apenas que este procedimento de separação dos itens vai antecipadamente facilitar a intenção da Oposição aqui de exterminar a CPMF. Entendo que é muito triste olharmos o fim do financiamento dos hospitais em R\$40 bilhões e facilitarmos a vida dos

banqueiros internacionais, pagando os juros da sua DRU na desvinculação.

Entendo que o dinheiro da seguridade social – o Senador Tasso Jereissati tem a preocupação que tenho – deveria ter outra destinação. Nós deveríamos dar outra condução ao financiamento da dívida. Temos essas obrigações e temos de ter responsabilidade com elas. Mas estamos facilitando a precipitação do fim da CPMF e facilitando a vida do sistema financeiro. Gostaria apenas de registrar isso.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Abri mão de duas inscrições minhas para encaminhamento do voto. Todos sabem que vou votar contra a CPMF. É para que pudéssemos ter a votação imediata. Então, peço a V. Ex^a que abra o painel de votação e continue concedendo a palavra pela ordem aos Senadores que querem usar da palavra. Mas vamos abrir o painel de votação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abri mão, assim como o Senador Flexa Ribeiro. Vamos encaminhar a votação; caso contrário, vamos passar a noite inteira aqui, discutindo um assunto que já está requentado, esquentado, esfriado. Vamos votar; caso contrário, também vou inscrever-me para falar, como outros Senadores que gostariam de falar, mas que, em consideração ao adiantado da hora e em respeito a V. Ex^a, que pediu, abriram mão.

Todavia, não vamos ficar também a noite toda, ouvindo oradores. Há outras pessoas que pediram pela ordem e já falaram seis, sete, oito, dez vezes. E não chegamos a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com o entendimento das Lideranças, vamos passar à votação.

Em votação a Proposta que, de acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Em votação o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, que trata da CPMF.

A aprovação depende do voto favorável de três quintos da composição da Casa, constituindo-se em 49 votos, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do art. 2º da PEC.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel...

(Procede-se à votação)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da PEC que renova a CPMF e destina recursos para a saúde.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, o PC do B encaminha o voto “sim”. Vamos votar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O PR encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENESTORRES (DEM – GO) – A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota, unanimemente, “não”, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela Liderança do PT, Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para os Democratas, essa matéria é questão fechada. Foi decidida na Executiva do Partido – antecipada de reunião das Bancadas na Câmara e no Senado, que votaram e por unanimidade decidiram fechar a questão, por uma razão simples: a luta contra o aumento da carga de impostos é parte dos estatutos do Partido, é formulação programática dos Democratas.

Por essa razão, quanto à matéria, trata-se de questão fechada para os Democratas, e votamos “não”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, Sr. Presidente, tem questão fechada em favor da saúde, do equilíbrio fiscal. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT encaminha o voto “sim”, confiante em que o Governo cumprirá os compromissos assumidos formalmente com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, por entender que a CPMF não é uma contribuição perversa e que ela vai beneficiar os Municípios e os Estados brasileiros, sobretudo seu povo, o PMDB fechou questão, mas, como um partido democrático, não vai aplicar sanções aos Senadores que votarem contra.

Faço um apelo aos Senadores da minha Bancada para que votem favoravelmente.

O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR faz um apelo aos seus Senadores para que acompanhem a orientação do Partido. Embora entendamos a posição de cada um, fazemos um apelo aos Senadores para que votem “sim”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras se já votaram.

(Procede-se à apuração.)

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PTB não fechou questão, porque trata-se de foro íntimo, mas aconselha a Bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto se algum Senador ou Senadora ainda não exerceu o direito de voto. (Pausa.)

Está faltando apenas um Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Falta o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou anunciar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ART. 2º DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

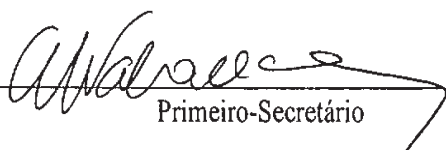
Abertura: 13/12/2007 01:07:28
Encerramento: 13/12/2007 01:11:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 34 Total : 79
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 34. Não houve abstenção.

Total: 79 votos.

Portanto, o art. 2º foi rejeitado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer à Mesa a proposta de que pudéssemos votar em conjunto o art. 1º e o art. 3º. Já há entendimento com as Lideranças para que ocorra desse jeito e possamos economizar votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as Lideranças para que se manifestem.

Ainda estamos em processo de votação! Ainda estamos em processo de votação, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Em votação os arts. 1º e 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que trata da DRU.

Os Srs. Líderes devem orientar suas Bancadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da DRU, a favor da estabilidade, do superávit, para que tenhamos o cumprimento das metas fiscais do País. O voto é “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, a Minoria libera o voto. Eu, particularmente, vou votar “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto.

O fim da DRU significa a liberação de R\$33 bilhões que hoje são, de certa forma, contingenciados porque o Governo retém esse dinheiro, é um direito assegurado pela Constituição, para aplicar no que ele quiser e ele aplica em equilíbrio fiscal, em juros, em pagamento de dívida, em superávit primário. Em detrimento de quê? Das destinações a que esse dinheiro se fazia, para a saúde, para a Previdência, para o Bolsa-Família.

Na medida em que a DRU seja encerrada, vai-se deixar de dispor de recursos para o equilíbrio fiscal, mas vai-se garantir dinheiro para o Bolsa-Família, para a saúde e para a Previdência Social.

Assim, com esses argumentos, o meu voto pessoal será pelo fim da DRU. Mas entendo que na minha Bancada há pensamentos divergentes. Por essa razão a questão é aberta neste caso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu solicitaria que V. Ex^a abrisse o painel.

A orientação do Governo é o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, chamo a atenção dos secretários e secretárias de saúde aqui presentes. Ouvimos, a tarde inteira, que estávamos tirando dinheiro da saúde para beneficiar a população pobre do País. Estudando a DRU, percebemos que ela confisca dinheiro da saúde para efeito de superávit primário, ou seja, para arcar com despesas junto à banca internacional. Não sou contra superávit primário, entendo que é necessário para que não se perca de vista a boa relação dívida pública/PIB. Mas veja como cai por terra a inverdade, veja como cai por terra a falácia, veja como cai por terra o argumento de baixo calibre. Então estamos vetando a CPMF, porque, supostamente, não somos a favor de saúde para os mais pobres. Agora, no entanto, estamos diante de um Governo que nos pede para não derrubarmos a DRU, que garante dinheiro para os banqueiros internacionais, retirado da saúde.

Voto, Sr. Presidente, pela derrubada. Minha Bancada tem pessoas que podem pensar diferente. Portanto, não há questão fechada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pediria a atenção da Casa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O voto encaminhado é não. Agora, evidentemente, não é igual à outra matéria. Já ouvi companheiros que disseram algo diferente do que estou proferindo. Portanto, não é de se fechar questão neste episódio.

Encaminhamos o voto “não” e expusemos a razão. Daqui para frente, não digam nunca mais que estamos tirando dinheiro de CPMF de pobre para a saúde, porque estão tirando dinheiro da saúde para

dar a banqueiros internacionais. Essa é a verdade. Que fique bem claro para todos aqueles que estão nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pediria a atenção da Casa, inclusive do ilustre Senador Arthur Virgílio.

O que é destinado à DRU é 20% de contribuições sociais e econômicas. Não existe dinheiro da saúde destinado à DRU. Ao contrário, uma parte da DRU é que é destinada à saúde. A DRU recebe 20% de contribuições. Não existe contribuição específica para a saúde. Vinte por cento dessas contribuições vão para a DRU, e a DRU destina recursos para a saúde, para o Bolsa-Família e para várias despesas da área fiscal, como segurança, saneamento, estradas... De modo que não existe essa situação.

Compreendo perfeitamente o problema político que surgiu em relação à CPMF. Mas a não-aprovação da DRU vai tornar inviável a administração financeira do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar o voto “sim”. A Desvinculação das Receitas da União é importante para a Administração Pública, é uma folga fiscal que o Governo tem para atender inclusive ações emergenciais.

Portanto, Sr. Presidente, ficaria ingovernável este País se não mantivéssemos os 20% da DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o PMDB, como sempre, votando com responsabilidade. Eu não estava no Congresso, mas fez assim na época do Governo Fernando Henrique e está fazendo com responsabilidade agora no Governo do Presidente Lula.

O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, a rejeição da CPMF já foi um duro golpe nas contas públicas. Estou convencido de que isso, somado à rejeição da DRU, pode se tornar um desastre. Por isso, o PDT recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, alguns dados. A DRU desvia hoje R\$36,5 bilhões da seguridade social para o fiscal e voltam apenas R\$3 bilhões para cobrir o déficit da Previdência Social, ou seja, este Orçamento perde líquido R\$33,5 bilhões. Sem a DRU, aumenta a disponibilidade da Cofins, da CSLL, do PIS, para tudo ser realocado em favor da Previdência, Saúde e Assistência, bem assim como para o FAT, Seguro Desemprego e BNDES.

A CPMF, aplicada na saúde, poderá ser substituída, com folga, pelo que sobra da DRU e da Cofins, além do que imaginamos que vá acontecer num ano de bonança e excesso de arrecadação. Em suma, se por ventura for extinta a DRU – vamos acabar com o terrorismo –, o ajuste das contas federais terá que ser feito em cima do orçamento fiscal, nada que afete Bolsa-Família, nada afete hospitais e nada que afete aposentados.

Vamos ser bem francos: quem votou assim o fez com legitimidade a favor ou votou com legitimidade contra, mas cai por terra o argumento falacioso de que estamos tirando dinheiro de pobre extinguindo a CPMF, porque, na verdade, estamos agora, se derrubarmos a DRU, devolvendo o dinheiro que está sendo destinado a banqueiros internacionais.

Isso é importante que seja bem marcado e bem remarcado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo hoje um dia histórico no Senado, e V. Ex^a inicia o seu mandato, e quero aqui parabenizá-lo pela condução desta sessão. Hoje, com a derrubada da CPMF, iniciamos a reforma tributária, reduzindo a carga sobre a sociedade brasileira.

E o Governo tem que reconhecer, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, tem que mudar o discurso, dizer que quem votou contra a CPMF tira dinheiro dos pobres para dar aos ricos. Quem faz isso é a DRU, é a DRU que, quando tira dinheiro da seguridade social, tira dinheiro da saúde, tira dinheiro da Previdência, tira dinheiro da assistência social, para o superávit primário. O superávit primário deve ser corrigido por meio da redução dos gastos, por meio do excesso de arrecadação. Só neste ano, na LDO, já está previsto um superávit de R\$200 bilhões e mais reservas disponíveis de R\$22 bilhões, fora o aumento de arrecadação reestimado de R\$15 bilhões.

E o Senador Romero Jucá tem que reconhecer que, no Orçamento de 2008, não há um real da DRU para a saúde. Então, não podemos tirar o dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo. Não podemos retirar o dinheiro da seguridade social e levarmos esse dinheiro para o pagamento da dívida, para os banqueiros. Temos que fazer, daí, os ajustes necessários, na gestão deste Governo.

Vamos votar também “não” para a DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu falo a pedido do Líder Jefferson Péres e em nome de todos os companheiros do PDT para dizer que o voto “sim” que vamos dar é no entendimento de que, em quatro anos, a DRU sobre a educação estará extinta. É o acordo feito com todos os Líderes do Governo de que, já em 2008, cai de 20% para 15%, depois para 10%, depois para 5%, depois para 0%.

Então, nós votamos “sim” por uma questão de responsabilidade, pelo risco de desarticulação das contas públicas, se, além da CPMF, acabar a DRU de repente. Mas é um “sim” para a extinção da DRU ao longo de quatro anos. Que fique bem claro isso nos registros do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, não é um grande dia para o Senado, eu tenho certeza, e não é um bom dia para o Brasil. Os que sorriem hoje vão poder chorar muito breve,

porque apostaram na tese e na teoria do quanto pior melhor. Isso nunca deu certo. É uma pena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes e, em seguida, o Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, para mostrar à Base do Governo que não há intransigência por parte da Oposição, quero comunicar que votarei “sim”. Votarei pela Região a que pertencço, a Região Nordeste. E acho que o Governo, após essa derrota pedagógica que teve com relação à CPMF, também tem o direito de sobreviver. Agora precisa juízo, juízo. E espero que essa tenha sido uma lição, e, dando uma demonstração de boa vontade, eu votarei a favor da DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu acho que a marca do bom debate é o respeito entre todos nós. Mas eu confesso a V. Ex^a que acabo de não entender mais nada de toda base de argumentação que eu ouvi ao longo desses dias todos, porque, seja a CPMF, seja a DRU, são receitas que o Governo do PSDB utilizou para atravessar aquela maré difícil da crise econômica nacional e internacional. Para abdicar dos R\$40 bilhões e mais R\$33 bilhões da DRU, para abdicar de R\$73 bilhões, é preciso que o Brasil esteja muito bem para se dar ao luxo de não arrecadar esse recurso.

Sr. Presidente, dizer que o dinheiro da DRU é para pagar banqueiros, eu vou admitir. Mas devo lembrar a V. Ex^a e aos demais Senadores, com todo o respeito pelo que já ouvi, que caminho parecido como este a Argentina tomou há não muito tempo. E qual foi o resultado, Sr. Presidente? Deram calote em nome do crescimento nacional e, depois, estavam de joelhos pedindo ajuda a todos, inclusive ao próprio Brasil, para resolver o problema de um crescimento falso, que foi o da economia daquele país. E não desejo isso para a Argentina e para país nenhum! Caminho parecido foi também o do México; caminho parecido foi também o da Coréia do Sul.

Então, mal sinal do que o mundo já viveu nestes últimos dez anos. Eu temo pelo sucesso de nosso País...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou já concluir, Sr. Presidente. Eu só pediria que V. Ex^a garantisse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço a V. Ex^a e lembro que V. Ex^a precisa votar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu vou depositar o meu voto.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas eu gostaria só, Presidente... Eu estou com a palavra. Pediria que os Srs. Senadores me permitissem pelo menos isto: fazer um breve comunicado.

Então, esse dinheiro que é dito “para os banqueiros” é o mesmo dinheiro que ajudou a derrubar essa questão do medo que o investidor internacional tinha do Brasil. Saímos de 2.400 pontos para apenas menos de 200 pontos de risco Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, peço-lhe que conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir. Já vou concluir.

Não posso aceitar que, de repente, a gente passe em brancas nuvens sem poder dizer nada. Sou da Base do Governo e concordo com as palavras que foram ditas aqui pelo Senador Tião Viana, em nome dessa unidade, em nome do sucesso de que o País precisa e não apenas de um governo. Outros governos virão e beberão nessa mesma fonte.

Por isso, Sr. Presidente, digo que a DRU é o mesmo remédio utilizado pelo PSDB. O Brasil precisa muito disso.

Quero dizer ao Senadores e, inclusive, ao Líder do PSDB que vou encaminhar dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Peço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, que exerça o direito de voto.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aconselho que não sejam repetidos discursos dessa natureza, senão vão perder a DRU também. Mais um discurso com esse radicalismo, e vão perder também. É um conselho que estou dando. Diminuem esse radicalismo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, votamos, nas duas votações, em nome

do PCdoB, com a maior responsabilidade para com o Brasil, como fizemos no Governo anterior. No Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mesmo nos opondo, votamos favoravelmente, duas vezes seguidas, em duas emendas, à CPMF. Fizemos isso e não nos arrependemos, achamos que fizemos correto, assim como fizemos agora.

No meu Estado, temos a responsabilidade de conduzir a saúde pública, e tenho a convicção de que cometemos um equívoco coletivo ao derrotar aqui a CPMF.

Vamos analisar mais à frente, vamos ver mais à frente. Nem por isso o meu Partido, que se opôs veementemente à DRU, vai deixar de votar a favor da matéria, para não criar um embaraço ainda maior. Não é para Lula, não é para seu Governo, é para o nosso País e o nosso povo.

Por isso que a nossa atitude, a atitude do PCdoB é de responsabilidade com o Estado brasileiro e com o seu povo. Por isso nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Magno Malta. Em seguida, vou proclamar o resultado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, nós da bancada do Espírito Santo, o Senador Gerson Camata, o Senador Renato Casagrande, votamos a CPMF com muita consciência, entendendo da necessidade de fazê-lo em favor do Brasil, dos menos favorecidos e da saúde.

Vamos votar a DRU porque entendemos que, se não o fizermos, com essa desarrumação que já vai acontecer com a queda da CPMF, certamente vai acontecer uma grande desarrumação nas finanças do Governo. Para que não aconteça um embaraço maior com a perda da DRU, vamos repetir o nosso voto, Sr. Presidente.

Agora, se derrubar a CPMF e comemorar a sua morte é comemorar o fim do Bolsa-Família e um ataque à popularidade do Presidente Lula, acho que isso é uma grande bobagem.

Sr. Presidente, vamos continuar firmes onde estivemos, com o discurso que sempre fizemos e entendendo que a morte da CPMF hoje trará uma desarrumação tremenda. É necessário que aprovemos a DRU, embora gente da base do Governo não queira votar, dizendo que está dando dinheiro para banqueiro, mas acho que criaremos um embaraço muito maior se assim não fizermos e vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Vamos proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ART.1º E 3º DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 13/12/2007 01:15:07
Encerramento: 13/12/2007 01:31:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
DEM	MG	ELISEU RESENDE	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 18 Total : 78
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e NÃO 18 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 78 votos.

Estão aprovados os art. 1º e 3º da proposta.

Com a rejeição do art. 2º, a Emenda nº 20 está prejudicada.

Votação, em globo, as emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

(Procede-se à votação)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto “não”. Essas emendas foram rejeitadas e têm parecer contrário. Portanto, o voto agora é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, demonstrando a sua isenção, desta vez o PSDB acompanha o Governo e vota “não” também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, a minoria vota “não”.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “não”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pelar ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já imaginava que depois da votação da CPMF nós seríamos responsabilizados pela retirada dos recursos do Bolsa-Família. O Senador Magno Malta acabou de dizer exatamente isso. Não é verdade; isso é uma inverdade. É tão inverdade que o próprio Presidente da República, o Governo, fez a proposta de transferir todos os recursos da CPMF para a saúde. Ou seja, ele também, o Governo, o Presidente da República sabe que não precisa dos recursos da CPMF para atender ao Bolsa-Família.

Então, é bom que fique registrado para todo o Brasil que nos assiste pela TV Senado e que nos ouve pela Rádio Senado que não é verdade isso.

Nós votamos a favor dos pobres, somos a favor do Bolsa-Família. E há recursos para manter os programas sociais do Governo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, tenho direito a falar pelo art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há condições mais de conceder a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu fui citado pelo Senador Flexa Ribeiro. Eu quero dizer a ele que Bolsa-Família...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, não é possível, já foi concedida a palavra em duas oportunidades pelo art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu entendo. Quero cooperar com V. Ex^a. Desculpe-me, mas quero dizer a ele que comida é saúde, e Bolsa-Família tem comida no meio. Ele disse que votou a favor dos pobres?! Pobres dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos apurar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Magno Malta, quem votou a favor dos banqueiros votou “sim” na DRU. Verifique meu voto, lá, se foi a favor dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, não há possibilidade de V. Ex^a usar a palavra neste momento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Está vendo, Sr. Presidente? Ele fica me provocando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Da mesma forma que o Senador Magno Malta não podia usar a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele fica me provocando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum dos dois, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Vamos anunciar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

EMENDAS NºS 1 A 19 (PARECER CONTRÁRIO) À PEC Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 6
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 13/12/2007 01:32:38
Encerramento: 13/12/2007 01:35:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	NÃO
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	NÃO
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	NÃO
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	NÃO
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 02
Votos NÃO : 59 Total : 61
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 02 Senadores; e, NÃO, 59.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos.

Estão rejeitadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno para a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 1.265, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados), que prorroga os prazos previstos no **caput** dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, consolidando a decisão aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de dezembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 1.665, DE 2007

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2007

Prorroga o prazo previsto no caput do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria constará da Ordem do Dia, para o segundo turno, na sessão deliberativa ordinária do dia 20 de dezembro próximo.

São os seguintes os itens transferidos:

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dis põe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e*

Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, e *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *instipui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustentação da Família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão de Diretora, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre proce-*

dimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e – de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador

Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

Parecer nº 159, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) que apresenta.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.*

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella.

38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o*

Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.451, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Louvor a Srª Raimunda

Nonata da Silva, pela aprovação com destaque, no vestibular do Centro Universitário Luterano de Santarém/PA. Requeiro, ademais, que o Voto de Louvor seja levado ao seu conhecimento.

Justificação

Vovó Noca de 81 anos, como Raimunda é conhecida, passou na 26ª colocação entre 200 candidatos, vale ressaltar que apenas 38 das 50 vagas foram preenchidas.

D. Raimunda passou 64 anos sem estudar. Quando pôde retornar, terminou o ensino médio pelo programa Educação para Jovens e Adultos do Serviço Social da Indústria do Estado do Pará (SESI/PA), entidade vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), a qual já tive a honra de presidir.

Essa homenagem é mais do que merecida, pois mostra que não a limite de idade para quem quer melhorar e tem força de vontade.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2007

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família de João Calazans, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Pingo D'Água – MG, assassinado no dia 11 de dezembro de 2007.

Justificação

O trabalhador rural João Calazans, 50 anos, foi assassinado por volta das 21 horas da noite do dia 11 de dezembro, no quintal de sua casa, quando ele estava com a família, no Assentamento Chico Mendes, do Município Pingo D'Água (MG). Calazans levou um tiro do lado direito da nuca, chegou a ser encaminhado ao Hospital de Ipatinga, mas estava morto.

As terras do Assentamento Chico Mendes foram ocupadas em 1999, e mesmo após a criação do assentamento, as famílias convivem com conflitos devido à morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em nove anos ainda não finalizou o parcelamento da área.

João Calazans dedicou sua vida à luta em defesa dos trabalhadores rurais, incomodou os latifundiários do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. Ele denunciou as péssimas condições de trabalho e a super-exploração de trabalhadores rurais nas carvoarias da região, que sustentam as siderúrgicas.

Calazans era presidente da Associação do Assentamento Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água, Conselheiro da Mata do Parque Estadual Rio Doce, ex-Secretário

Municipal de Meio Ambiente, e ex-Coordenador do Pólo Regional Rio Doce da FETAEMG.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial publicado no último dia 5 de dezembro do corrente pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título “A resposta do presidente da FIESP”.

O referido editorial trata da polêmica entre o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Paulo Skaff, sobre a aprovação ou não da CPMF. “Com argumentos bem fundamentados, o dirigente da maior federação industrial do País liquidou as alegações do ministro a favor da renovação da CPMF”.

O editorial mostra, ainda, como o Ministro Guido Mantega foi infeliz nas suas ameaças de abandonar a nova política industrial e de recorrer à elevação de alíquotas de alguns impostos, aumentando a carga tributária, caso a CPMF não seja renovada.

Enfim, Sr. Presidente, pela relevância e oportunidade do editorial acima citado, requeiro que ele seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria também de comentar o editorial publicado no último dia 7 de dezembro do corrente pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título “O comício da saúde”.

O referido editorial mostra como o Governo federal improvisou um pacote de promessa velhas e novas, grudando-lhe um rótulo de PAC da saúde para, ao anunciá-lo em um grande comício animado pelo próprio Presidente Lula, fazer um apelo para a renovação da CPMF.

Segundo o editorial, “Ao declarar-se disposto a ser uma “metamorfose ambulante”, o Presidente tentou justificar sua mudança de opinião quanto à CPMF, combatida quando militava na oposição”. Esquece-se

o Presidente Lula que essa não foi a única mudança. Ainda segundo o editorial, “também mudaram a situação do País e a do Tesouro e já não há, como nos anos 90, uma justificativa razoável para um tributo ruim como a CPMF. Sobre esta mudança, a mais importante, o presidente se cala”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, venho à tribuna para solicitar que seja inserida nos Anais desta Casa a matéria intitulada “Mendonça de Barros ataca fundo soberano”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 5 de dezembro do corrente.

Segundo a matéria, o ex-Ministro das Comunicações Luis Carlos Mendonça de Barros afirmou que

a criação do fundo soberano pelo atual Governo do Presidente Lula é uma idéia inadequada, pois seu desenho original pode gerar como efeito colateral a ampliação da dívida pública líquida.

Sr. Presidente, pela relevância e oportunidade do comentário acima citado, requeiro que a matéria seja também considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A resposta do presidente da Fiesp

O imposto do cheque estaria condenado ao lixo da história, onde já deveria estar há alguns anos, se o seu futuro dependesse apenas da polêmica entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. Com argumentos bem fundamentados, o dirigente da maior federação industrial do País liquidou as alegações do ministro a favor da renovação da CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. De passagem, ainda se permitiu lembrar ao governo, com muita pertinência, a diferença entre política industrial, um assunto de interesse público, e favores barganhados em mesas de negociação.

Seguindo o estilo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda havia personalizado a controvérsia com o presidente da Fiesp e posto em dúvida suas motivações. Mantega atribuiu a interesses políticos a oposição de Skaf à renovação do tributo. Acusou-o de ser contrário aos programas sociais e descreveu como um tiro no pé a campanha da Fiesp contra o imposto do cheque. Sem esse dinheiro, argumentou, o governo deixará de executar uma nova política industrial. Essas alegações – e acusações – foram repetidas numa entrevista ao *Estado* e repetidas no programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

O ministro acusou Paulo Skaf de se comportar “como não se comporta um presidente da Fiesp” e questionou sua representatividade para falar em nome da indústria paulista contra a renovação da CPMF.

Sem perder a linha, o presidente da Fiesp respondeu a cada um desses pontos. Quanto à representatividade, lembrou ter sido reeleito para o comando da federação e eleito para a presidência do Ciesp com 99,5% dos votos. Além disso, recordou, a campanha contra o imposto do cheque foi decidida não só pela Fiesp, mas por quase três centenas de entidades empresariais e de outros setores da sociedade civil.

Mas o ministro, como ficou claro na entrevista de Skaf, não escorregou somente nesses detalhes. Foi igualmente infeliz nas ameaças: além de abandonar a “nova política indus-

trial”, o governo, segundo Mantega, poderá recorrer à elevação de alíquotas de alguns impostos, aumentando a carga tributária.

“De que política industrial o ministro está falando?” – perguntou Skaf. De uma tirada da cartola às vésperas de votação da CPMF? “Política industrial não é para empresários e, sim, para o País. Ter uma política industrial, buscar a competitividade para atrair investimentos, é de interesse da Nação”, respondeu o presidente da Fiesp. “Não pode ser colocada na mesa em troca de coisa nenhuma.” Com essa resposta hábil, Skaf mostrou a confusão, cada vez mais comum em Brasília, entre questões de interesse público e objetos de barganha com grupos de interesse. Políticas públicas, tem razão Skaf, merecem um tratamento mais nobre e não se pode condicioná-las a um rasteiro toma-lá, dá-cá.

Quanto ao aumento de impostos, não há como justificá-lo. Não se pode falar em necessidade financeira, lembrou o presidente da Fiesp, porque a receita federal tem aumentado sem interrupções e deverá continuar crescendo no próximo ano, com ou sem CPMF. Legalmente, caberia ao governo ter-se preparado: o fim desse tributo está previsto na Constituição, mas o texto constitucional não estabelece nenhuma alteração de outras alíquotas para compensar a perda dessa receita.

Igualmente frágil, mostra o presidente da Fiesp, é a defesa da CPMF como indispensável à execução das políticas sociais. Não falta dinheiro para isso, no orçamento federal, nem faltará, se o governo cortar a ganância e destinar os impostos a aplicações mais nobres e mais úteis ao desenvolvimento social e econômico. Os números são claros e basta confrontar o aumento da arrecadação e dos gastos com o crescimento do PIB. Skaf mostrou conhecer as cifras de cor e estar mais preparado que o ministro para usá-las de forma convincente.

Quanto às motivações políticas, não teve dificuldade para negá-las. Mas lembrou, além disso, seu apoio pessoal à candidatura de Lula, em 2002, e seu antigo vínculo com o petista – desde antes de sua ascensão à Presidência da República. Apesar disso, acrescentou, a Fiesp tem mantido a independência política, como “agora em relação ao fim da CPMF”.

O comício da saúde

O governo federal improvisou um pacote de promessas velhas e novas, grudou-lhe um rótulo de PAC da Saúde e apresentou-o num grande comício em defesa da renovação do imposto do cheque, também conhecido como CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. O comício foi animado por ninguém menos que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com apoio de uma claque de 20 governadores, todos ansiosos por mais alguma verbinha federal, e 18 prestimosos ministros. Apesar desse apoio todo de políticos interessados em aproveitar uma casquinha do tributo, o governo ainda não considera a partida ganha e preferiu deixar a votação da proposta para a próxima semana. Até lá, tentará arrebanhar mais alguns senadores para garantir os 49 votos necessários à sua vitória.

O presidente e seus aliados na defesa da CPMF repetiram a ladainha já recitada muitas vezes: sem a renovação do tributo, o povo será prejudicado, porque faltará dinheiro para os programas sociais – no caso, o “Mais Saúde”, pacote setorial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como outros projetos do PAC, também este é um pacote mal-ajambrado e muito mal explicado. A implementação das medidas anunciadas envolverá, até 2011, gastos de R\$ 88,6 bilhões. A maior parte desse dinheiro, R\$ 64,6 bilhões, está prevista no Plano Plurianual (PPA), enviado ao Congresso em agosto. A parcela adicional, R\$ 24 bilhões, dependerá da regulamentação, já em exame no Congresso, da Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda, de setembro do ano 2000, estabelece a vinculação de verbas para ações e serviços públicos de saúde, em proporções sujeitas a révisões periódicas.

Parte das ações incluídas no pacote já havia sido proposta ao Congresso. O incentivo à produção nacional de remédios e equipamentos hoje importados e a portabilidade do plano de saúde – mudança de seguradora sem novo prazo de carência – estão nessa categoria. Outras são novas, como a premiação de Estados com melhor desempenho no setor de políticas de saúde. O pacote mistura, portanto, projetos conhecidos e já em tramita-

ção e medidas novas, mas ainda sem detalhamento, como aquela premiação.

Noutras ocasiões, o governo tomou como reféns as famílias pobres assistidas pelos programas de transferência de renda: sem a CPMF, faltará dinheiro para ajudá-las, têm dito o presidente da República e seus ministros. No comício de quarta-feira, no Palácio do Planalto, os ameaçados foram os clientes, na maioria pobres, dos serviços públicos de saúde. Quando se somam as ameaças, fica muito difícil evitar algumas perguntas. Por exemplo: toda a receita da CPMF é mesmo destinada ao financiamento dos chamados programas sociais? Os ministros da Saúde, desde o tempo de Adib Jatene – que, aliás, é o

“pai da criança” e participou do comício de quarta-feira –, têm-se queixado de nunca receber as verbas prometidas. Nesses casos, as verbas “Jesviadas” devem ter ido para outras ações também “sociais”, embora não haja nenhuma evidência que confirme isso. Além do mais, para que tem servido o aumento da arrecadação de outros impostos e contribuições?

Esse aumento, assim como o da própria CPMF, tem servido para financiar tanto os gastos econômica e socialmente úteis quanto desperdícios de toda espécie. O governo simplesmente não pode acomodar-se num orçamento mais enxuto porque nunca fez o mínimo esforço para racionalizar seus gastos e trabalhar com prioridades bem estabelecidas. O comportamento-padrão é reclamar mais dinheiro para alguns objetivos elogiáveis e continuar gastando mal a maior parte do dinheiro disponível.

Ao declarar-se disposto a ser uma “metamorfose ambulante”, o presidente Lula tentou justificar sua mudança de opinião quanto à CPMF, combatida quando militava na oposição. Mudar de idéia pode ser sinal de inteligência e o presidente está sendo honesto quando reconhece que a perspectiva muda quando se passa da oposição para o governo. Mas essa mudança não é boa por si mesma. Sua ascensão ao poder não foi a única mudança relevante nesse caso. Também mudaram a situação do País e a do Tesouro e já não há, como nos anos 90, uma justificativa razoável para um tributo ruim como a CPMF. Sobre esta mudança, a mais importante, o presidente se cala.

Mendonça de Barros ataca fundo soberano

Ex-ministro diz que opção aumenta a dívida pública

Ricardo Leopoldo

O ex-ministro das Comunicações Luis Carlos Mendonça de Barros afirmou que a criação do fundo soberano pelo governo é uma idéia inadequada na atualidade, pois seu desenho original pode gerar como efeito colateral a ampliação da dívida pública líquida – que está em 43,7% do PIB –, por causa da necessidade de esterilização dos dólares que ingressam no País. “Talvez fosse mais relevante adotar medidas que permitissem o livre fluxo de recursos do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, o que poderia conter movimentos de excessiva valorização do câmbio, especialmente motivada por questões conjunturais”, afirmou.

Mendonça de Barros avaliou que o governo deveria eliminar a obrigatoriedade dos ingressos de receitas externas obtidas por empresas no exterior, pois as companhias não têm plena liberdade para realizar operações comerciais com esses recursos, como o pagamento de fornecedores estrangeiros. “A companhia que exporta precisa trazer os dólares obtidos lá fora para o Brasil para depois realizar outras operações, como compra de equipamentos fabricados em outros países, o que aumenta seus custos financeiros. Imagine o quanto isso eleva

as despesas para uma empresa como a Embraer, que importa muitos componentes no exterior”, comentou.

O ex-ministro ressaltou que o fundo soberano também não serve como a melhor opção de funding para o BNDES, que precisaria de pelo menos R\$ 30 bi-

lhões para completar as estimativas orçamentárias ao redor de R\$ 80 bilhões para 2008. “O BNDES poderia captar diretamente recursos no exterior via emissões, o que já faz hoje”, comentou. “Além disso, o problema fiscal que seria provocado por esse fundo seria ainda pior,

pois a instituição repassa os créditos a empresas por juros bem menores do que os registrados pelo mercado”, comentou. O banco oficial concede financiamentos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, a TJLP, que está em 6,25% ao ano, marca inferior aos 11,25% registrados pela Selic.

CÂMBIO

Para Mendonça de Barros, o câmbio tem problemas, pois seu nível de sobrevalorização pode provocar dificuldades graves à sobrevivência de alguns segmentos produtivos. Contudo, ao fazer um balanço dos fatores estruturais e conjunturais que provocam a apreciação do real ante o dólar, entre eles, o superávit comercial e o forte ingresso de divisas por meio de

PIB deve ficar mais próximo de 5% este ano e de 4,5% em 2008

investimentos diretos estrangeiros e pelo mercado de capitais, ele ponderou que a tendência é de a moeda brasileira ficar estável num patamar ao redor de R\$ 1,80 de agora até o final de 2008. “Além disso, o País deve receber o investment grade no próximo ano, o que pode manter o alto nível do ingresso de dólares no Brasil nos próximos trimestres”, afirmou.

O ex-ministro avaliou que os juros reais, que estão ao redor de 7% ao ano, estão dois pontos percentuais acima do adequado, mas o processo de redução da taxa não pode ser rápido. Na sua avaliação, o Banco Central está certo ao temer um grande aquecimento do nível de atividade da economia, que pode ser

deflagrado com rapidez por alguns fatores, como o intenso ciclo de expansão da concessão de crédito na economia. “O crédito está muito forte e é preciso ter cautela, porque a demanda pode provocar pressões fortes sobre a inflação, o que não é nada desejável”, comentou.

Mendonça de Barros dirige hoje a Quest Investimentos, uma empresa gestora de investimentos que administra R\$ 3,2 bilhões. A instituição prevê um cenário de estabilidade para o IPCA até o fim do próximo ano, que deve atingir 3,9% em 2007 e repetir a marca em 2008.

O economista-chefe da empresa, Paulo Pereira Miguel, avalia que o crescimento do PIB deve ficar mais próximo de 5% este ano. Para 2008, a estimativa é de 4,5%. O ex-ministro ressaltou que esse é o principal cenário da

companhia, pois avalia que a economia mundial pode registrar um movimento de expansão razoável em 2008, dado que não acredita numa desaceleração brusca do nível de atividade americano.

O ex-ministro destacou que o mercado financeiro internacional registra incertezas que devem perdurar até o começo de 2008 – a divulgação de balanços de grandes bancos dos EUA vai expor quanto as instituições foram prejudicadas pela crise do segmento de hipotecas subprime. “Há temores de que no médio prazo possa ocorrer uma piora da concessão de crédito por parte do setor financeiro, o que pode afetar a economia no geral. Há esse risco, mas as perspectivas gerais para a economia mundial no próximo ano são positivas”, disse. ●

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Na moita com o MST”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de novembro de 2007.

A matéria destaca que no mesmo dia em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) radicalizava sua ação criminosa contra a Companhia Vale do Rio Doce, no Pará, ocupando pela enésima vez a Ferrovia de Carajás, o Presidente Lula, recebia na Granja do torto, o Estado-Maior dessa força “badernosa de forma quase secreta, visto que o encontro nem constava da agenda

presidencial, que indicava apenas uma reunião com o secretário geral da Presidência.”

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na moita com o MST

No mesmo dia em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) radicalizava sua ação criminosa contra a Companhia Vale do Rio Doce, no Pará, ocupando pela enésima vez a Ferrovia de Carajás, bloqueando a saída de trens, depredando duas locomotivas, mantendo quatro funcionários da companhia em cárcere privado e praticando outras violências que lhe são rotineiras, na Granja do Torto, em Brasília, numa reunião à sorrelfa (ou na moita, para usar termo mais adequado ao caso), o presidente da República recebia o Estado-Maior dessa força badernosa de forma quase secreta – visto que o encontro nem constava da agenda presidencial, que indicava apenas reunião com o secretário-geral da Presidência.

Certamente, nem o vandalismo do MST nem a recepção presidencial a uma organização fora da lei (pois o MST até hoje não regularizou sua existência para continuar não se submetendo a controles legais, como os referentes aos subsídios oficiais que recebe) constituem novidade, a não ser pela coincidência do dia e algumas circunstâncias. Quanto à agressão à Vale do Rio Doce, trata-se da segunda ocupação, em 30 dias, da estrada de ferro da companhia, em desrespeito total à liminar da Justiça Federal, de 17 de outubro (por ocasião da primeira invasão), que determinava a retirada dos invasores. Mais uma vez a Vale suspendeu as operações da ferrovia, pediu a intervenção do Ministério da Justiça e da governadora do Pará – para que se cumprisse a ordem judicial.

O resultado disso, até agora, foi o aumento da violência, a depredação dos trens e a tomada de reféns.

Apesar do brutal desrespeito à Justiça, às leis e à ordem pública praticado por esse movimento, o ministro do Desenvolvimento Social ainda entrou em contato com suas lideranças “pedindo tempo” para avaliar suas reivindicações. Mas os manifestantes não aceitaram o pedido do ministro e decidiram só negociar com a presença de autoridades no local. Pouco se lixando com a ordem judicial de desocupação, o coordenador do MST já disse

Nada justifica uma reunião do chefe do governo com uma entidade ilegal

que os invasores pretendem continuar no local até que os governos federal e estadual atendam às suas “reivindicações” – entre as quais a construção de escolas e o asfaltamento de estradas vicinais de acesso a assentamentos.

Quanto à reunião do presidente da República com os forra-da-lei do MST, aí também não há qualquer novidade – a não ser o fato de ser a primeira no segundo mandato presidencial e de ser quase clandestina, para não atrair para o presidente a animosidade da bancada ruralista, num momento em que se trava a complicada negociação em torno da prorrogação da CPMF (no que a relatora do projeto no Senado, senadora Kátia Abreu, é da bancada ruralista e tem posição contrária à do governo). Enten-

de-se por isso que essa reunião Lula-MST – a quarta, desde 2003 – também tenha sido a primeira sem fotos. Bem diversa, por exemplo, da primeira reunião, em que houve a famosa cena do chefe de Estado e governo colocando na cabeça um boné com o logotipo de uma organização ilegal.

Mas a reunião quase secreta não impediu que chegasse à mídia um momento de constrangimento do presidente, quando ouvia as reivindicações dos sem-terra e recebeu um telefonema, de um assessor, com um recado do Gabinete de Segurança Institucional, dando conta de que o MST invadira as instalações ferroviárias da Vale do Rio Doce. Antes Lula tinha se declarado “chocado com algumas das questões” cobradas pelo MST, que julgava já resolvidas. As informações que lhe chegaram sobre os acontecimentos no Pará serviram para lembrá-lo de que tinha outra reunião urgente para comparecer...

De forma alguma se justifica a reunião de um chefe de Estado e governo com uma organização que tem como prática usual o esbulho da propriedade privada, afora outras violências contra pessoas e bens. Mas já que o presidente se dá tão bem com seus companheiros emessetistas, como se explica que não tenha procurado convencê-los, até agora, a tornarem-se uma organização não-governamental legalizada, de objetivos claros e formas de operação não contrárias às leis do País?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “Mundo, mundo, vasto mundo”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 7 de outubro do corrente.

O artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma análise sócio-econômica da situação do mundo depois do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e da política belicista do governo Bush. O sociólogo alerta que a crise econômica, apesar da calma atual, ainda não foi superada. “Nos próximos meses a economia real dos países desenvolvidos sofrerá os efeitos do que ocorreu”, somada à “fanfarro-

nice de uma vitória no Iraque e a ameaça de invasão do Irã, afasta qualquer esforço de pactuação por uma melhor ordem global e em consequência geram uma desordem política mundial sobre os mercados.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mundo, mundo, vasto mundo

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ex-presidente da República

O outono na Nova Inglaterra é esplêndido. Final de setembro ainda é quase verão, ou, como chamam por aqui, *indian summer*. Antes de vir cumprir minhas obrigações com a universidade de Brown — que me exige a permanência de pelo menos um mês contínuo recebendo estudantes, fazendo seminários e conferências — passei por Londres para participar de um encontro sobre o sistema financeiro. Lá, então, o calor estava mais forte ainda.

Se o clima dá natureza, apesar das reais ameaças que vem sofrendo pela emissão dos gases estufa, ainda nos dá a sensação aparente de bem-estar, o clima econômico e político já provoca calafrios. Os efeitos mais dramáticos da mudança climática virão no longo prazo. No caso da política e da economia mundiais, o prazo é mais curto.

Em maio, em outra reunião de que participei, naquela feita em Nova York, estava claro que a oferta descontrolada de crédito para comprar casas, que sustentava o boom imobiliário e o preço astronômico dos imóveis, produziria efeitos negativos muito além do setor imobiliário. E não só nos Estados Unidos. É que o ultradinâmico mercado financeiro havia absorvido as hipotecas imobiliárias e as transformado em novos papéis negociados em volumes crescentes nos mercados globais. Construiu-se, assim, uma pirâmide de apostas sobre uma base frágil, uma vez que muitos dos créditos imobiliários eram de baixa qualidade devido à duvidosa capacidade de um número cada vez maior de compradores de imóveis honrar os compromissos.

O mais incrível não é que as companhias que emitiram as hipotecas originais, não controladas pelos bancos centrais nem por outras agências regulatórias, tenham emitido papéis hipotecários com descaso, sem verificar se quem comprava as casas tinha capacidade de pagar. O mais incrível é que os bancos de investimento e mesmo bancos comerciais tenham entrado tão vorazmente no negócio de gerar derivativos com base nesses créditos duvidosos e embarcar em apostas altamente especulativas por meio de hedge funds próprios, aproveitando a brecha legal que lhes permitiu

criar sociedades de propósito especial fora do balanço da instituição bancária.

Bastou que uma empresa de hipotecas nos Estados Unidos desse a conhecer que seus créditos eram podres ou que um pouco conhecido Northern Rocks da Inglaterra ficasse em dificuldades, para soar o alarme. Que dizer, então, quando grandes bancos da França, da Alemanha, da Suíça ou dos Estados Unidos, bem como os bancos de investimento mais famosos do mundo, tiveram que reconhecer grandes prejuízos, como alguns já fizeram e outros estão na iminência de o fazer? Foi o suficiente para diminuir a liquidez, isto é, a disposição dos bancos para emprestar, mesmo para as grandes empresas: todos desconfiam de todos porque não sabem o tamanho do prejuízo de cada um.

Os bancos centrais não hesitaram em reagir, afinal tratava-se de negócios entre bancos. Não faltou ânimo ao Federal Reserve dos Estados Unidos, ao Banco da Inglaterra ou ao Banco Central Europeu para despejar em um mês entre US\$ 300 bilhões e US\$ 400 bilhões, cortar taxas de juros, diminuir o que se cobra nos empréstimos entre bancos, tudo para evitar a paralisação dos mercados. Do FMI ninguém ouviu falar, nem muito menos de críticas à irresponsabilidade fiscal americana, que gera déficits no orçamento e nas contas correntes daquele país com o exterior. E que dizer do moral hazard? Moralmente, não deveria o banqueiro que faz empréstimos indevidos ou irresponsáveis pagar com seu prejuízo e eventual falência pelo dano causado, em vez de socorrer-se do Tesouro? Nem mesmo o sisudo Banco da Inglaterra se envergonhou de fazer socorro apressado a quem estava em dificuldades.

Lembram-se do que ocorreu no passado recente, quando o governo brasileiro criou um processo transparente para justificar o socorro aos depositantes e puniu os acionistas controladores, com o Proer? Até hoje ressoam as críticas mal-informadas ou de má-fé que dizem que o governo ajudou os banqueiros ou tirou dinheiro do povo para salvar banqueiros. Não foi no Brasil que se fez isso, mas na Albion impávida.

Mas deixemos de lado as misérias da pequena difamação nacional. O que conta agora é a pergunta: a crise passou? Sendo assim, será

que o Brasil escapou? Tomara, mas é cedo para prognosticar. Nos meios financeiros não há pessoa bem informada que se arrisque a prognóstico tão otimista. Sem catastrofismo, entretanto, mesmo porque não parece estar sucedendo o que os economistas chamam de crunch, quando a economia está para ser esmagada contra a parede. Embora haja prejuízos vultosos que terão de ser pagos ao longo dos próximos meses ou anos, a China continua crescendo, os preços das matérias-primas estão firmes e as bolsas se recuperando e mesmo alcançando picos de valorização quando os bancos expõem seus prejuízos.

Mas não nos iludamos, por mais que as autoridades e os analistas dos mercados apregoem a calma e a recuperação, o tranco foi forte. Nos próximos meses a economia real dos países desenvolvidos sofrerá os efeitos do que ocorreu. Alguma retração haverá e, provavelmente, também afetará as economias emergentes, embora, espero, em proporção menor.

Não é só nem principalmente por isso que os ares do mundo causam calafrios. Qualquer observador atento da política internacional vê com preocupação que, a um ano das eleições presidenciais americanas, as idéias dominantes continuam as mesmas. Do lado governamental e republicano, a fanfarrônica de uma vitória inexistente no Iraque e, pior, a repetição da bazófia guerreira contra o Irã. Do lado democrático, palavras genéricas sobre o fim da guerra, mas nenhum road map, nenhum caminho para transformar a intenção em realidade, de acordo com um roteiro viável.

Isso em um mundo no qual a Europa não consegue delimitar sua geografia política (incluir ou não a Turquia na União Européia?) nem se joga com força em favor da paz no Oriente Médio. E no qual a China e a Rússia parecem ter clara visão estratégica de seus interesses. Nesse mundo, seria desastrosa uma intervenção militar no Irã: ela afastaria mais ainda o mundo islâmico de qualquer esforço de pactuação por melhor ordem global. Mas não é impossível que isso ocorra.

Por isso temo, tanto ou mais, os efeitos deletérios da desordem política mundial sobre os mercados do que os espirros recentes provocados pelo estouro da bolha imobiliária embora veja neles algo mais do que simples resfriado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Quarenta a Zero” publicada na revista **IstoÉ**, em sua edição de 5 de setembro de 2007.

A matéria destaca que depois de cinco dias e 32 horas de uma sessão que começou sonolenta, o Supremo Tribunal Federal emitiu para o Brasil os primeiros sinais de que a imagem do País da impunidade pode estar com os dias contados. De acordo com a reportagem, a mais alta corte do País, que jamais condenou políticos do alto escalão, desta vez transformou em réus os 40 acusados de envolvimento direto

no chamado mensalão. Um recado sem precedentes porque afinal entre os réus estão três ex-ministros do Presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUARENTA A ZERO

**Decisão do STF de acatar
denúncias contra todos os mensaleiros
é recado contra impunidade**

RODRIGO RANGEL

José Dirceu (ex-ministro)

ACUSAÇÃO

Corrupção ativa e
formação de quadrilha

PENA MÁXIMA

16 anos

Depois de exatos cinco dias e 32 horas de uma sessão que começou sonolenta, o Supremo Tribunal Federal emitiu para o Brasil, na terça-feira 28, os primeiros sinais de que a imagem de País da impunidade pode estar com os dias contados. Contrariando a sua própria história, a mais alta corte da

Justiça brasileira, que jamais condenou políticos do alto escalão, desta vez transformou em réus os 40 acusados de envolvimento direto no chamado mensalão. Foi um recado sem precedentes; afinal, entre os envolvidos estão três ex-ministros do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, a cúpula do PT – a legenda de Lula –, líderes dos partidos aliados do governo, deputados e diretores de banco.

A decisão do Supremo não significa, até aqui, a condenação de ninguém, mas **representa um duro golpe na versão de governistas que insistiam, até então, em afirmar que o mensalão não existiu.** “Estou perplexo, estupefato e quase em pânico”, lamentou o ex-ministro e deputado cassado José Dirceu, apontado como o chefe da quadrilha do mensalão. “Quem garante que, daqui a dois anos,

serei julgado apenas com base no que diz a Constituição?”, questionou Dirceu.

O ex-ministro estava, na verdade, tentando tirar proveito de uma declaração do jurista Ricardo Lewandowski, um dos dez ministros que participaram do julgamento. Em telefonema ouvido por uma repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, Lewandowski teria dito que o

STF julgou sob pressão da imprensa (*leia reportagem na pág. 36*). A tentativa de questionar o histórico julgamento, porém, não deu resultado. “Foi um julgamento rigorosamente técnico”, disse o ministro Carlos Ayres Britto. A presidente da corte, Ellen Gracie Northfleet, distribuiu nota negando que pressões externas tenham interferido na decisão. São reações que impedem demandas jurídicas por parte dos réus para ganhar tempo em busca da prescrição dos crimes a que respondem. Mas tanto Dirceu como os demais 39 réus têm motivos para preocupação.

A denúncia acolhida na semana passada pelo STF é só o primeiro capítulo do que vem por aí. Desde que a acusação contra os 40 mensaleiros foi apresentada, em março do ano passado, o Ministério Público Federal seguiu tra-

balhando com a Polícia Federal. O inquérito 2245, aberto depois das denúncias feitas pelo deputado cassado Roberto Jefferson, agora também réu, foi dividido em dois. Tudo o que foi investigado de lá até agora foi sendo acumulado e permanece sob segredo.

Sabe-se, por exemplo, que uma vasta documentação bancária comprova os caminhos feitos pelo dinheiro usado no mensalão e que novas frentes de investigações foram abertas. Uma delas destina-se a apurar a decisão do governo Lula de abrir o mercado do crédito consignado para aposentados. O banco BMG, um dos patrocinadores do mensalão, foi o grande beneficiado pela medida provisória assinada pelo próprio presidente Lula em agosto de 2004. Em outra frente, os procuradores se dedicam a investigar o repasse de R\$ 457

mil que o publicitário Marcos Valério fez a Márcio Lacerda, braço direito do deputado Ciro Gomes na época em que ele era ministro da Integração Nacional. Valério chegou a declarar que o dinheiro destinava-se a bancar despesas da campanha presidencial do próprio Ciro em 2002. O ex-ministro nega.

Estão no alvo, ainda, deputados cujos assessores eram assíduos frequentadores da agência do Banco Rural em Brasília, que serviu de guichê do mensalão. Contra os novos investigados, uma nova denúncia poderá ser apresentada assim que as investigações forem concluídas. Ao mesmo tempo, os investigadores trabalham em busca de provas que possam ajudar na condenação dos 40 que já são réus. “Minha expectativa é conseguir a condenação de todos”, diz o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Acostumados com as brechas que fazem do Judiciário brasileiro um dos mais lentos do planeta, os advogados já começaram a esquadriñar as estratégias para ganhar tempo. “Vamos ingressar com embargos de declaração”, anunciava José Carlos Dias, defensor de um dos dirigentes do Banco Rural. Os ministros do STF, no entanto, parecem estar convencidos a continuar a mudar a história da instituição. Na semana passada, a presidente do Supremo já articulava com juizes federais de todos os Estados uma estratégia para dar velocidade às próximas etapas do processo. A principal é agilizar a oitiva das testemunhas que os 40 réus irão indicar de norte a sul do País. O desafio é fazer com que essas convocações não fiquem paradas nas prateleiras do Judiciário e que os depoimentos sejam brevemente remetidos ao STF. Se der certo, é possível que antes de Lula terminar seu segundo mandato os 40 réus sejam julgados definitivamente. ■

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo a colaboração de todos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como

primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário

do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tra-

mitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão de Diretora, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões— de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e — de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de mar-*

ção de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais*.

Parecer nº 159, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de auto-

ria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo*.

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos,

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 65, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

35

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.*

36

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão a 1 hora e 38 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DO DIA 22-11-2007, QUE SE REPUBLICA PARA INSERÇÃO DE DOCUMENTO TRADUZIDO.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Relembro o Presidente Tião Viana: aqui, têm estrelas; V. Ex^a é uma das estrelas neste Senado da República.

Com a palavra o também Senador do PT – que já está na tribuna –, Senador Augusto Botelho, que ilustra e enriquece a classe médica de Roraima e do Brasil e também este Senado. V. Ex^a simboliza a virtude da classe médica aqui.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Por falar em classe médica, gostaria de registrar que, ontem, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos convocaram todos os médicos do Brasil, inclusive os de Roraima, para fazer um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde. Como médico, sei das deficiências e dos problemas do nosso sistema. O movimento de ontem era para reclamar da infra-estrutura, segundo captei com os nossos médicos de Roraima, e dos baixos salários dos médicos. Os médicos têm de ter dois ou três empregos, em vários lugares, para poderem ter uma remuneração digna. Isso às vezes os deixa cansados, e cai a qualidade do atendimento. Lá, em Roraima, há três hospitais: o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, que é a maternidade, para crianças até 30 dias; o Hospital da Criança Santo Antônio, que é o hospital infantil; e o Hospital Geral de Boa Vista Rubens de Souza Bento, que é o hospital geral de todos. Então, os médicos fizeram equipes, ficaram na frente do hospital durante a manhã, suspenderam os atendimentos de casos eletivos, mas não pararam nenhuma urgência, nem a emergência, e explicavam às pessoas o motivo do movimento, que foi pacífico. Não houve nenhum problema, graças a Deus.

Mas estou vindo aqui, hoje, para falar de um problema que está acontecendo com o Centro de Estudos Brasileiros em Oxford, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Chegou-me, há alguns dias, a triste notícia para o Brasil de que o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, conhecido por sua excelência acadêmica e pelos serviços prestados para a imagem positiva do Brasil no exterior nos últimos 10 anos, está para fechar.

No último dia 9 de setembro, no jornal *O Globo*, o historiador José Murilo de Carvalho alertou para a crise que ora vive o Centro, ameaçado pela falta de apoio do Governo brasileiro e da iniciativa privada, que, de 1997 a 2007, aportaram recursos e viabilizaram, em dez anos, a realização de mais de 200 conferências e de dezenas e dezenas de seminários internacionais; que permitiram o trabalho de mais de 100 pesquisadores, intelectuais e estudantes, inclusive, cerca de 40 estudantes de doutorado com bolsas, bem como a publicação de mais de 80 artigos e de diversos livros e a realização de exposições e exibições de filmes brasileiros.

Não podemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar que esse espaço de produção acadêmica e artística brasileira morra. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford é o mais conhecido e produtivo centro de estudos brasileiros fora de nosso País. Por causa do Centro, nenhuma universidade, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na Europa continental, pôde competir com a

Universidade de Oxford em estudos brasileiros. E ele agoniza, neste momento, sem os recursos necessários para os próximos cinco anos, Sr. Presidente.

A história é longa, mas serei breve. Nos dois últimos quinquênios, por meio de parceria entre o Governo brasileiro e o governo britânico, empresas públicas e privadas dos dois países, o terceiro setor, doadores individuais e a Universidade de Oxford, o Centro manteve-se na ponta, exercendo um papel de “embaixador da cultura brasileira”, nos dizeres de Murilo de Carvalho. Para o próximo quinquênio, 2007/2012, não tem conseguido os recursos necessários.

A casa em que funcionava o Centro, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi, há algumas semanas, ocupada pelo Centro de Estudos Africanos, com mais apoio do que o nosso. O Centro brasileiro mudou-se fisicamente para algumas salas do Centro de Estudos Latino-americano, e em 2008 deixará de existir se não houver o devido aporte de recursos.

O orçamento anual do Centro é de cerca de US\$600 mil, o que significa que US\$3 milhões garantiriam o funcionamento do Centro por cinco anos, segundo o compromisso da Universidade de Oxford, que aguarda, até o fim do ano, o aporte do recurso, para que o Centro continue funcionando.

Seis milhões de reais, Sr^{as} e Srs. Senadores, para garantir que tenhamos, por mais cinco anos, um centro de excelência, a receber os nossos pesquisadores e os especialistas estrangeiros sobre o Brasil, que possam ali contribuir para uma melhor compreensão do País e de seus desafios; um lugar, também, que possa despertar em jovens estudantes de Oxford o interesse pelo Brasil e que lhes possa oferecer a oportunidade de aprender sobre nossas riquezas, especialmente as culturais.

Não duvido que alguns se voltem contra a participação do Governo brasileiro em tal empreitada. Com a escassez de recursos, não faria mais sentido aplicá-los aqui, em alguma universidade brasileira ou em outras prioridades? Sr^{as} e Srs. Senadores, não representa avanço nenhum o encerramento de uma iniciativa tão bem-sucedida. Avanço nenhum.

Há um ditado que diz: educação é caro? Experimente o preço da ignorância. Ninguém quer a ignorância, nenhum de nós pode ou quer defendê-la. O relatório de funcionamento do Centro entre 1997 e 2007 – peço, Sr. Presidente, que conste nos *Anais da Casa* – demonstra o trabalho amplo, contínuo e profícuo do Centro e justifica mais do que plenamente seus custos. Nos dez anos de sua existência, sob o comando do respeitado historiador Leslie Bethell, membro estrangeiro da Academia Brasileira de Ciências e organizador de diversos volumes sobre a história da América Latina, o Centro funcionou de maneira irrepreensível.

Não proponho aqui a participação exclusiva do Estado via CNPq, Itamaraty e Ministério da Cultura, parceiros anteriores do Centro. Proponho que o Governo se entusiasme, que defenda o Centro; e, ao entusiasmar-se, faça com que outros antigos parceiros públicos, como a Petrobras, voltem a apoiar a instituição. E, com o apoio do Governo, que os parceiros da iniciativa privada da década, como Organizações Globo, Grupo Votorantim, Banco Safra, Academia Brasileira de Letras, voltem a olhar para o Centro como uma instituição que merece ser apoiada.

É comum, no exterior, que os estudos brasileiros sejam abrigados no guarda-chuva de estudos latino-americanos e que ali a complexidade e a diversidade que nos caracterizam se percam. É comum que a compreensão do dentro desses centros, por melhor que sejam. A Universidade de Oxford emprestou seu prestígio para o Brasil. E o Brasil pôde estabelecer-se, com prestígio, no coração da Europa, ao criar um espaço em que economistas, cientistas sociais, historiadores, escritores, ambientalistas dos mais distintos matizes pudessem interagir e produzir, independentemente de suas linhas de pesquisa, preferências teóricas ou epistemológicas.

Num ambiente interdisciplinar e de liberdade criadora, o Centro chama atenção para o Brasil. Volto a citar Murilo de Carvalho: queremos admissão no Conselho de Segurança da ONU; queremos uma voz no cenário internacional. Por que, então, fecharmos um centro de estudos em pleno coração da União Européia?

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiar o Centro e não deixá-lo esvair-se.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Universidade de Oxford

Centro de Estudos Brasileiros

Relatório dos 10 Anos de Fundação

1997-2007

Nos últimos 10 anos (1997-2007), a Universidade de Oxford vem tendo um *status* especial dentre as grandes universidades do mundo por manter um centro de estudos interdisciplinares avançados, funcionando independentemente do Centro Latino-Americano da Universidade, dedicado à ampliação do conhecimento e do entendimento do Brasil, do papel do Brasil no mundo e das perspectivas brasileiras nas questões globais.

O Centro de Estudos Brasileiros recebeu fundos para dois quinquênios (1997-2002 e 2002-2007) por meio da parceria entre o governo brasileiro, o setor público brasileiro, as empresas do setor privado do Brasil e da Grã-Bretanha, as organizações brasileiras sem fins lucrativos do terceiro setor, pessoas físicas, o Conselho de Financiamento da Educação Superior da Inglaterra (HEFCE) e a Universidade de Oxford.

O Centro da Universidade de Oxford tem reputação internacional como o melhor centro para estudos brasileiros fora do Brasil.

O Relatório é um registro do que foi alcançado durante os últimos 10 anos.

Entretanto, os estudos brasileiros na Universidade de Oxford estão em uma encruzilhada. É notória a dificuldade em obter recursos para o funcionamento do Centro no terceiro quinquênio (2007-2012) e nos anos seguintes. Dessa forma, a Universidade tem a intenção de fechar o Centro quando eu me aposentar em setembro, após 10 anos como Diretor, e de substituí-lo por um modesto Programa de Estudos Brasileiros no Centro Latino-Americano.

O Brasil é, hoje em dia, mais merecedor de ser estudado do que quando o Centro foi fundado, em 1997. Ele ocupa uma posição no cenário internacional, juntamente com a China e a Índia, como uma das potências emergentes mais importantes na primeira metade do século XXI. Seria uma enorme perda para a Universidade, em minha opinião, e também para o Brasil, caso o Centro fosse fechado. Tenho o prazer de dizer que a Universidade de Oxford permanece comprometida com o prosseguimento (ou a reestruturação) de um Centro de Estudos Brasileiros independente, caso e quando novos e consideráveis recursos financeiros forem disponibilizados.

Professor Leslie Bethell

Junho de 2007

ALMOÇO INAUGURAL – Dezembro, 1997

Victor Bulmer Thomas, Reitor, Luiz Felipe Lampreia, Diretor, Gelson Fonseca, Fernando Gasparian, Andrew Hurrell, Roberto Campos, Eric Hobsbawm, José Safra, Vice-Reitor, Presidente Cardoso, Sir Marrack Goulding, José Emírio de Moraes Filho.

CONFERÊNCIA INAUGURAL – Dezembro, 1997

INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 1997, depois de mais de dois anos de discussões, de planejamento e de angariação de fundos conduzidos pelo Embaixador Rubens Antônio Barbosa, Embaixador do Brasil em Londres, e pelo Professor Leslie Bethell, Professor Emérito de História da América Latina na Universidade de Londres, ex-diretor do Instituto de Estudos da América Latina da Universidade de Londres e Pesquisador Sênior em Estudos Brasileiros na Faculdade St. Antony, da Oxford, o Conselho Hebdomadário da Universidade de Oxford decretou a criação de um Centro de Estudos Brasileiros.

A Universidade nomeou o Professor Bethell como diretor do Centro para atuar durante 5 anos (e em 2002, nomeou-o novamente para o quinquênio seguinte). Margaret Hancox foi nomeada a primeira Administradora do Centro. Ela ficou no Centro até 2003, quando Julie Smith tornou-se a Administradora.

A programação acadêmica teve início em outubro de 1997 com uma oficina de pesquisa em “Democracia e direitos humanos: teoria política e a prática no Brasil”.

O Centro foi inaugurado oficialmente pelo e então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 3 de dezembro de 1997, durante sua visita de estado ao Reino Unido em um banquete oferecido no Palácio de Buckingham com a presença de Lorde Jenkins, reitor da Universidade, Dr. Collin Lucas, vice-reitor da Universidade, Professor Bethell e Sir Marrack Goulding, diretor da Faculdade St. Antony, *Fellows* (pesquisadores) nas Faculdades de St. Antony e Nuffield, Embaixador Barbosa, Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, dentre outros ministros brasileiros, e muitos dos fundadores do Centro, com destaque para Sr. José Safra (Banco Safra) e Sr. José Emírio de Moraes Filho (Grupo Votorantim).

Uma conferência inaugural sobre “Brasil: rumo ao século XXI”, patrocinada pelas Organizações Globo, teve lugar na Faculdade St. Antony, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1997.

O Centro começou sua vida no coração de Oxford, em salas alugadas na Rua Beaumont e na Rua St. Giles. Em outubro de 2000, ele foi transferido para uma casa no norte de Oxford disponibilizada pela Universidade: 92 Woodstock Road, próximo à Faculdade St. Antony.

OBJETIVOS

Os principais objetivos do Centro foram:

- Promover um maior conhecimento e entendimento do Brasil – sua história, língua, literatura e cultura, sociedade, governo e política, economia, ecologia e relações internacionais – bem como do papel do Brasil no mundo e as perspectivas brasileiras em questões globais, por meio de pesquisas, seminários, oficinas e conferências, publicações e ensinamentos de pós-graduação;
- Coordenar e desenvolver a pesquisa e os estudos de pós-graduação sobre o Brasil na área das ciências humanas, ciências sociais e ciências da natureza, na Universidade de Oxford;
- Atrair pesquisadores visitantes e pesquisadores adjuntos, estudiosos, intelectuais, formuladores de políticas e outras pessoas do Brasil e do exterior para visitarem a Oxford, proporcionando-lhes um ambiente favorável para a realização de estudos acadêmicos sobre o Brasil e sobre assuntos mundiais com uma dimensão brasileira em uma estrutura internacional comparativa;
- Ampliar e fortalecer as relações acadêmicas entre a Universidade de Oxford e universidades e institutos de pesquisa no Brasil, bem como entre a Universidade de Oxford e outras universidades com centros ou programas de estudos brasileiros no Reino Unido, na Europa, nos Estados Unidos, e em outros países;
- Desempenhar um papel de coordenação nacional e internacional no campo de estudos brasileiros.

FINANCIAMENTO

Principais contribuintes para o Centro:

Petrobras
Organizações Globo
Banco Safra
Ministério da Cultura do Brasil
Grupo Votorantim
Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)

Patrocinadores de bolsas de pesquisa e cátedras para visitantes:

Ministério da Cultura do Brasil
BP Brasil
Banco Santos
Robert Fleming & Co
Fundação Ford (escritório do Brasil)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Academia Brasileira de Letras

Outras empresas patrocinadoras:

Shell Brasil
Glaxo Wellcome/ GlaxoSmithKline
Amerada Hess International
Grupo Gerdal
Unilever Brasil
Tristão (Reino Unido) Ltd
Pinheiro Neto Advogados
Grupo BG Plc
Grupo York Ltd

O Centro também recebe apoio da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (São Paulo), da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (Rio de Janeiro), da Fundação Lampadia/ Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, da Embaixada Brasileira em Londres, do Conselho Britânico em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, da Embaixada Britânica em Brasília, e de diversas pessoas físicas.

PESQUISA

O Centro de Estudos Brasileiros nomeou diversos Pesquisadores para pós-doutorados de 1 e 2 anos. E cerca de 40 Professores, Professores Associados (*readers*), Professores Assistentes (*lecturers*) e Pesquisadores da Universidade de Oxford (com programa de bolsas em aproximadamente 20 faculdades), engajados em pesquisa e no ensino e na supervisão de graduação sobre o Brasil em uma ampla gama de disciplinas das ciências sociais, ciências da natureza e ciências humanas, afiliaram-se ao Centro como Pesquisadores Juniores.

O Centro trouxe à Oxford como Pesquisadores Visitantes e Pesquisadores Adjuntos mais de 100 acadêmicos, intelectuais e formuladores de políticas, principalmente do Brasil, mas também do restante da Europa, dos Estados Unidos e de outras partes do mundo, por períodos entre 2 meses e 2 anos.

O Centro organizou mais de 200 seminários de pesquisa e mais de 80 oficinas e conferências em pesquisa sobre o Brasil – invariavelmente sob uma perspectiva comparativa e internacional – que também trouxeram à Oxford acadêmicos de universidades e centros de pesquisa, não somente do Brasil, mas do Reino Unido, da União Européia, dos Estados Unidos e de outras localidades.

E o Centro incentivou e acelerou a transformação das pesquisas ali realizadas em publicações acadêmicas. Muitas das pesquisas na área de ciências sociais contribuíram diretamente para debates sobre política pública.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Todos os estudantes pós-graduados da Universidade de Oxford foram incentivados a participar do programa anual de seminários, oficinas e conferências de pesquisa, todos organizados pelo Centro.

Alguns estudantes do doutorado receberam cargos no Centro.

O corpo docente do Centro e seus pesquisadores visitantes e juniores orientaram os estudantes que estavam trabalhando em tópicos brasileiros para o Doutorado (PhD), os Mestrados (MSc e MPhil) em Estudos Latino-Americanos e o Mestrado (MSc) em Política Pública na América Latina.

O Centro concedeu orientação a alguns estudantes brasileiros inscritos para o Doutorado em universidade do Brasil como bolsistas da “bolsa sanduíche”, oferecida por alguma agência brasileira de financiamento de ensino superior, para passarem até 1 ano no exterior. Esses estudantes foram incorporados ao Centro como *Recognised Students* (Estudantes Aceitos).

O corpo docente do Centro também contribuiu diretamente para o ensino em Mestrado/ Doutorado (MSc/ Mphil) em Estudos Latino-Americanos (gerenciado pelo Centro Latino-

Americano da Universidade na Faculdade St. Antony) com cursos sobre história do Brasil e política brasileira.

DIRETOR E PROFESSOR-PESQUISADOR DA FACULDADE ST. ANTONY

Professor Leslie Bethell – 1997-2007

O Professor Bethell é diretor do Centro desde a fundação em 1997. Antes disso, ele foi Professor Auxiliar e Professor Assistente de história brasileira e hispânica na Universidade de Londres (1966-86), Professor de História Latino-Americana (1986-92) e Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos (1987-92) na Universidade de Londres, Professor de História Latino-Americana na Universidade de Chicago (1992-93) e Pesquisador Sênior em Estudos Brasileiros na Faculdade St. Antony, Oxford (1993-96) com bolsa da Baring Foundation. Ele é o autor de *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil* (Cambridge University Press, 1970; 1ª tradução para o português, 1976; 2ª tradução para o português, 2002) e de *Brazil by British and Irish authors* [O Brasil por autores Britânicos e Irlandeses] (Oxford, Centro de Estudos Brasileiros, 2003). Leslie trabalhou em co-autoria nas publicações *América Latina Entre A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria* (Cambridge, 1992; tradução para o português, 1996), *Guerra do Paraguai: 130 anos depois* (Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1995; tradução para o inglês, 1996) e *Joaquim Nabuco e os abolicionistas ingleses* (a ser publicado), e foi editor de *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre a política e sociedade brasileira* (Rio de Janeiro, Editora Record/ Civilização Brasileira, 2002), da edição em 12 volumes de *Cambridge History of Latin America* (Cambridge University Press: vols. I-V (1984-86); vols. VI (partes 1 e 2), VII, VIII, X e XI (1990-95); vol. IX (a ser publicado). A edição *Cambridge History* será publicada em espanhol (Editorial Crítica, Barcelona), chinês (Academia de Ciências Sociais da China, Pequim) e português (Editora Universidade de São Paulo). O Professor Leslie Bethell foi eleito membro da Academia Brasileira de Ciências em janeiro de 2004.

PROFESSOR ASSISTENTE EM ESTUDOS BRASILEIROS E FELLOW (MEMBRO) NA FACULDADE ST. CROSS**Dr. Kurt von Mettenheim - 2003-2005**

O Dr. von Mettenheim assumiu este posto em agosto de 2003. Anteriormente, ele foi Professor Assistente de Ciências Políticas na Universidade de Pittsburgh (1990-1997) e Professor Associado de Sociologia Política na Escola de Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (1998-2003). Ele é autor de *The Brazilian voter: mass politics in democratic transition, 1974-1986* (Pittsburgh, 1995), foi também editor de *Presidential institutions and democratic politics: comparing regional and national contexts* (Baltimore, 1997) e co-editor de *Deepening democracy in Latin America* (Pittsburgh, 1998). O Dr. Kurt von Mettenheim retornou à Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, no mês de junho de 2005.

Dr. Timothy Power – 2005-2007

O Dr. Timothy Power assumiu seu cargo no Centro em Janeiro de 2006. Anteriormente, ele ocupou o posto de Professor Assistente de Ciências Políticas na Universidade do Estado da Louisiana (1992-99) e de Professor Associado de Ciências Políticas na *Florida International University* (1999-2005). O Dr. Timothy é autor de *The political Right in post-authoritarian Brazil* (Penn State University Press, 2000) e co-editor de *Democratic Brazil: actors, institutions, and processes* (University of Pittsburgh Press, 2000), *Exporting Congress? The Influence of the U.S. Congress on world legislatures* (University of Pittsburgh Press, 2006) e *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma* (a ser publicado). O Dr. Timothy foi Presidente da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA), 2004-2006.

A cadeira de Professor Assistente em Estudos Brasileiros recebeu apoio pelo período de 5 anos conjuntamente do Conselho de Financiamento da Educação Superior da Inglaterra (HEFCE) e do Fundo de Desenvolvimento de Pesquisa da Universidade de Oxford. (Em 2008, a Escola de Estudos Interdisciplinares e o Departamento de Política e Relações Internacionais passaram a responder solidariamente pela cadeira de Professor Assistente.)

PESQUISADORES

Dr. Edmund Amann, Pesquisador na área de Economia, 1997-2000 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres, 1999-2000).

Dr. Carlos Pereira, Pesquisador na área de Política, 2000-2002.

Dra. Fiona Macaulay, Pesquisadora na área de Política dos Direitos Humanos, 2000-2002 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres).

Dra. Mahrukh Doctor, Pesquisadora na área de Economia Política Internacional, 2000-2003.

Dra. Ann Bartholomew, Pesquisadora na área de Economia, 2001-2002 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres).

Dr. Miguel Carter, Pesquisador na área de Política, 2003.

Dra. Kathryn Hochstetler, Pesquisadora na área de Política, 2003-2004.

PESQUISADORES ADJUNTOS

Dr. Christian Albert, Encarregado de Pesquisa, Instituto de Internet de Oxford e membro da Faculdade Balliol (2003-2005).

Sr. Allan Angell, Professor Assistente de Política Latino-Americanas e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony.

Dra. Sara Brandellero, Professor Assistente de Literatura e Cultura Brasileiras e membro das Faculdades St. Catherine e Christ Church (desde 2004).

Dr. Nick Brown, Professor Assistente de Ecologia Florestal, Instituto Florestal de Oxford e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre.

Professor Jeffery Burley, Diretor, Instituto Florestal de Oxford e Professor-Pesquisador da Faculdade Green (o Professor Burley aposentou-se em 2002).

Dr. José Esteban Castro, Pesquisador Adjunto Sênior, Escola de Geografia e de Meio Ambiente (2001-2005).

Professor Colin Clarke, Professor de Geografia Social e Urbana e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Jesus (o Professor Colin aposentou-se em 2005).

Professor Peter Clarke, Professor de História e Sociologia da Religião, King's College, Londres, e membro da Faculdade Wolfson (desde 2001).

Professor Thomas Earle, Professor de Estudos Portugueses da cadeira King John II e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Peter.

Dra. Elizabeth Ewart, Professora Assistente de Antropologia Social das Planícies da América do Sul e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade de Linacre (desde 2005).

Professor Valpy FitzGerald, Professor de Desenvolvimento Internacional, na Queen Elizabeth House e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony.

Professor Joe Foweraker, Professor de Política Latino-Americana e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony (desde 2006).

Professor William Hamilton, Professor de Pesquisa da Royal Society, Departamento de Zoologia, e *Fellow* (membro graduado) na New College (o Professor Hamilton faleceu em março de 2000).

Sr. Donald Hay, Professor Assistente de Economia, *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Jesus e Chefe do Departamento de Ciências Sociais (o sr. Donald aposentou-se em 2005).

Dr. Andrew Hurrell, Professor Assistente de Relações Internacionais e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Nuffield.

Professora Diana Liverman, Professora de ciências da natureza, Diretora do Instituto de Mudança Ambiental, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre (desde 2004).

Sr. Robert Mabro, Diretor do Instituto Oxford para Estudos de Energia, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony (o sr. Robert aposentou-se em 2004).

Dr. Yavinder Malhi, Professor Associado de Ecologia Terrestre, da Universidade de Oxford para o Meio Ambiente, Pesquisador Sênior da cadeira Jackson em Ciências da Natureza na Faculdade Oriel (desde 2004).

Sr. Hermínio Martins, Professor Assistente de Sociologia, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony (o sr. Hermínio aposentou-se em 2001).

Dr. Benito Müller, Pesquisador Sênior, Instituto Oxford de Estudos de Energia e membro da Faculdade Wolfson.

Dr. Bernard Mommer, Pesquisador Sênior, Instituto Oxford de Estudos de Energia e Pesquisador Adjunto da Faculdade St. Antony (1999-2001).

Dr. Stephen Parkinson, Professor Assistente de Língua Portuguesa e Lingüística, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre.

Dra. Cláudia Pazos Alonso, Professora Assistente de Estudos Portugueses e Brasileiros, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Wadham.

Dr. Darrel Posey, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Direitos a Recursos Tradicionais e Membro Adjunto do Centro da Oxford para o Meio Ambiente, a Ética e a Sociedade, Faculdade Mansfield (o Dr. Darrel faleceu em março de 2001.)

Dr. Antônio Cláudio Mendes Ribeiro, Acadêmico Associado do Departamento de Fisiologia.

Dra. Laura Rival, Professora Assistente de Antropologia e Desenvolvimento, Queen Elizabeth House e Instituto de Antropologia Social e Cultural, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross.

Professor Peter Rivière, Professor de Antropologia Social e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade Linacre (o Professor Peter aposentou-se em 2001.)

Professor Christopher Rowlands, Professor de Teologia da cadeira Dean Ireland e *Fellow* (membro graduado) na The Queen's College (desde 2001).

Professor Alfred Stepan, Professor de Governo da cadeira Gladstone e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade All Souls (o Professor Alfred deixou a Universidade em 1999.)

Professora Nancy Leys Stepan, Pesquisadora Sênior na Unidade de Boas-Vindas de História da Medicina (a Professora Nancy deixou a Universidade em 1999.)

Professor Frances Stewart, Diretor da Queen Elizabeth House, Professor de Economia de Desenvolvimento, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Somerville.

Professor Sanjay Subrahmanyam, Professor de História e Cultura Indiana e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross (o Professor Sanjay deixou a Universidade em 2005.)

Sra. Rosemary Thorp, Professora Associada de Economia da América Latina e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony.

Professor David Warrell, Professor de Medicina Tropical, Diretor do Centro de Medicina Tropical no Hospital John Radcliffe, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross.

Sr. Laurence Whitehead, *Fellow* (membro graduado) do Gabinete de Política, Faculdade Nuffield.

Matias Spektor, candidato ao Doutorado (PhD) que forneceu assistência à pesquisa tanto ao Diretor quanto ao Dr. Andrew Hurrell, tornou-se Pesquisador Adjunto quando concluiu seu doutorado, em março de 2007.

ALGUNS EX-PESQUISADORES, EX-PESQUISADORES ADJUNTOS E EX-PESQUISADORES VISITANTES CONTINUARAM ASSOCIADOS AO CENTRO COMO PESQUISADORES ADJUNTOS, APÓS TEREM ASSUMIDO CARGOS EM OUTRAS UNIVERSIDADES.

Dr. Edmund Amann, Professor Assistente Sênior de Economia de Desenvolvimento, Universidade de Manchester.

Dra. Fiona Macaulay, Professora Assistente de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Bradford.

Dra. Mahrukh Doctor, Professora Assistente de Economia Política, Universidade de Hull.

Professora Lúcia Nagib, Professora de Cinema Mundial, Universidade de Leeds.

Dr. Miguel Carter, Professor Assistente de Desenvolvimento Internacional na Universidade Americana, Washington, D.C.

Dr. José Esteban Castro, Professor Associado em Sociologia na Universidade de Newcastle upon Tyne.

Oliver Marshall, pesquisador independente, fixado em Londres, foi agregado ao Centro como Pesquisador Adjunto em 2000, e assumiu a responsabilidade de grande parte do programa de publicações do Centro.

PESQUISADORES VISITANTES

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA – FLEMINGS

Professor Marcelo de Paiva Abreu, Professor de Economia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1998.

Brasil e a Economia Mundial (1930-1945).

Dr. Renato Baumann, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Brasília, 1999.

Brasil: Uma Década de Transição.

Professor Wilson Suzigan, Professor de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Aglomerções Industriais no Estado de São Paulo.

Professor Fernando Ferrari Filho, Professor de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

O Euro e a UME: lições para o MERCOSUL.

Dr. Régis Bonelli, Consultor e Pesquisador Adjunto, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2002.

Mudanças da Produtividade no Brasil durante a década de 90.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA - BANCO SANTOS

Dr. Germano Mendes de Paula, Professor Assistente de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia, 1998-1999.

O Desempenho das Exportações do Setor de Minérios no Brasil.

Dr. Eliezer Martins Diniz, Professor Associado de Economia, Universidade de São Paulo, 1999-2000.

Crescimento, Poluição e o Protocolo de Quioto: uma avaliação do caso brasileiro.

Dr. Luiz Fernando de Paula, Professor Associado de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000-2001.

Aquisições feitas por bancos europeus no Brasil e os impactos no setor bancário brasileiro.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA - BP

Dr. Helder Queiroz Pinto Jr., Diretor de Pesquisa do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

Reformas no Setor de Energia no Brasil.

Dr. Carlos Eduardo Frickmann Young, Professor Associado de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

Regulamentação Ambiental e Competitividade na Indústria Brasileira.

Dr. Ronaldo Fiani, Professor Associado de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Competição nas indústrias de energia do Brasil e do Reino Unido.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE HUMANIDADES - MINISTÉRIO DA CULTURA

Professora Nádia Battella Gotlib, Professora de Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, 1998.

A Produção Literária das Mulheres no Brasil.

Dr. Silviano Santiago, escritor, crítico, ex-Professor de Literatura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, 1998.

Intérpretes do Brasil (uma antologia em 3 volumes).

Dr. Rodrigo Naves, historiador e crítico de arte, São Paulo, 1999.

A Influência de Kubin e de outros artistas europeus no trabalho de Oswald Goeldi.

Professora Walnice Nogueira Galvão, Professora de Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, 1999.

A Correspondência de Guerra em Euclides da Cunha.

Professora Else Ribeiro Pires Vieira, Professora de Literatura Comparada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

A produção literária dos grupos étnicos brasileiros nos países anglófonos.

Dra. Lúcia Nagib, Professora Assistente de Teoria e História do Cinema, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

Cinema brasileiro, raízes do presente, perspectivas para o futuro.

Dra. Marta de Senna, Professora Associada de Literatura Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Alusões e citações literárias nos romances de Machado de Assis.

Professora Luiza Lobo, Professora de Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Richard Rorty e a importância do pós-modernismo no contexto cultural do Brasil.

Professor José Murilo de Carvalho, Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

Burke, Guizot e Uruguai: variações do pensamento conservador.

Dr. Eduardo Giannetti da Fonseca, Professor de Economia, Universidade de São Paulo e IBMEC, São Paulo, 2001.

Os custos ocultos da civilização: um estudo da história de uma idéia.

Dra. Flora Sussekind, Pesquisadora Sênior (*Senior Reseacher*), Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2002.

A sátira gráfica e a digressão na literatura brasileira do século XIX.

Dr. Elide Valarini Oliver, Professor Assistente de Literatura Brasileira e Comparativa, Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2002.

O Tempo, a morte, e imortalidade nas obras de Swift, Machado de Assis, Borges e Drummond de Andrade.

Professora Lília Moritz Schwarcz, Professora de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2003.

Arte acadêmica no Brasil durante o século XIX.

Dr. Antônio Sérgio Guimarães, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

Modernidade negra e o mito da democracia racial no Brasil.

Dr. José Augusto Pádua, Professor de História Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

O debate intelectual sobre a natureza e a destruição da natureza no Brasil desde o final do século XVIII.

Dr. João Cezar de Castro Rocha, Professor de Literatura Comparativa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

O dialeto da marginalidade. A caminho de um novo paradigma da cultura brasileira.

Dr. Ronaldo Lemos, Diretor, Centro de Tecnologia e Sociedade, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

Lei de propriedade intelectual, tecnologia e cultura.

PESQUISADORES VISITANTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Professor de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1999.

Novas democracias e direitos humanos.

Dr. Celso Castro, Pesquisador Sênior, Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

O regime militar no Brasil, 1946-85.

Dr. Clóvis Cavalcanti, Diretor de Pesquisa, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2000.

Economia ecológica e desenvolvimento sustentável no Brasil.

Dr. Jairo Nicolau, Professor Associado de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2001.

A evolução do sistema representativo brasileiro em perspectiva comparativa.

Dr. Simon Schwartzman, Academia Brasileira de Ciências, 2003.

Questões de política social no Brasil, com referência especial à educação.

EM ABRIL DE 2002, O CENTRO ASSINOU UM CONVÊNIO COM O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ) - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO QUAL, A CADA ANO, DOIS CIENTISTAS SOCIAIS SENIORES PASSARAM ATÉ SEIS MESES NO CENTRO.

Professor Paulo Krischke, Professor Adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

Panorama teórico das abordagens ao aprendizado político em novas democracias.

Dr. Jurandir Malerba, Professor Associado de História, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

A historiografia da emancipação política no Brasil.

Professor Lúcio Kowarick, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2004.

Movimentos sociais e a sociedade civil no Brasil dos anos 1970 ao presente, com referência especial à exclusão social e as políticas de inclusão em São Paulo.

Professor Antônio Barros de Castro, Professor de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

A ascensão e queda do Estado nacional-desenvolvimentista no Brasil, 1930-1980.

Dr. Cláudio Chaves Beato Filho, Diretor, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

O Crime, a polícia e o espaço urbano no Brasil, com referência especial à Belo Horizonte.

Dra. Karina Kuschnir, Professora Associada de Estudos de Mídia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

A antropologia das políticas locais no Brasil.

Dr. Luiz Fernando de Paula, Professor Associado de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

Liberalização financeira: experiência recente nos países (BRIC).

Dr. Jairo Saddi, Diretor, Faculdade de Direito, IBMEC São Paulo, 2006-2007.

O judiciário, a economia e a lei.

Dr. Francisco de Assis Costa, Professor Adjunto, Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2001.

A economia política do setor agrário na Amazônia.

PROFESSOR VISITANTE DE LITERATURA BRASILEIRA DA CADEIRA MACHADO DE ASSIS – FINANCIADO PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Professor Sérgio Paulo Rouanet, Academia Brasileira de Letras, 2004-2005.

Machado de Assis e Laurence Sterne.

Dra. Ana Maria Machado, Academia Brasileira de Letras, 2005-2006.

Literatura e cultura brasileira.

Professor José Murilo de Carvalho, Academia Brasileira de Letras, 2006-2007.

O pensamento social e político no Brasil do século XIX.

PESQUISADOR VISITANTE EM DIREITOS HUMANOS - FUNDAÇÃO FORD

Sr. Marcos Rolim, ex-deputado federal (PT – Rio Grande do Sul) 2003-2004.

Reformas da polícia e do sistema carcerário no Brasil, no Reino Unido e nos EUA.

EM 2004, O CENTRO ASSINOU UM CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO FORD, BRASIL, ESTABELECENDO UMA BOLSA DE PESQUISAS ANUALMENTE PARA PROFESSORES VISITANTES EM DIREITOS HUMANOS DA CADEIRA SÉRGIO VIERA DE MELLO.

Dr. Sérgio Haddad, Professor Associado de Sociologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, e Secretário Executivo, Ação Educativa, São Paulo, 2004-2005.

Desenvolvimento, desigualdade e educação no Brasil.

Dra. Flávia Piovesan, Professora Associada de Direitos Humanos e Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005-2006.

O Sistema Inter-Americano de Direitos Humanos e a experiência brasileira

Professor Oscar Vilhena Vieira, Professor de Direito, Fundação Getúlio Vargas, e Diretor Jurídico, Direitos Humanos Conectas, São Paulo, 2006-2007.

Tribunais constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul.

Durante a visita oficial do **Presidente Luiz Inácio Lula da Silva** ao Reino Unido, em março de 2006 a CAPES, O Ministério da Educação e o Instituto Rio Branco, Ministério de Relações Exteriores, concordaram em financiar um programa – **Rio Branco - de Professores Visitantes em Relações Internacionais no Centro**, porém não houve nomeações em 2006-2007.

PESQUISADORES ADJUNTOS VISITANTES

Dr. Eduardo Haddad, Professor Assistente de Economia, Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1998.

Desenvolvimento econômico regional e modelagem econômica.

Professor Clélio Campolina Diniz, Professora de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

Mudanças regionais recentes e futuras na economia brasileira.

Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor Associado da História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1998.

Relações Anglo-Brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial.

Professor Emir Sader, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

Dilemas nacionais no final do século XX.

Professor Luis Carlos Bresser Pereira, Professor de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1999.

Incompetência e 20 anos de quase-estagnação na América Latina, com referência especial ao Brasil.

Professor Chiyoko Mita, Diretor, Centro de Estudos Luso-Brasileiro, Universidade de Sophia, Tokyo, 2001.

Questões da mão-de-obra migrante japonesa.

Professor Luiz Carlos Bresser Pereira, Professor de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

As relações entre a governança democrática e o desenvolvimento econômico no Brasil.

Dra. Louise Guenther, Acadêmica Visitante, Universidade do Novo México, 2001-2002.

Os britânicos no nordeste do Brasil na primeira metade do século XIX.

Dr. Timothy Power, Professor Associado de Ciência Política, Florida International University, 2002.

O governo de Fernando Henrique Cardoso tendo como pano de fundo da política de 'Terceira Via'.

Professor Michael Hall, Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

As origens da legislação trabalhista brasileira e comparações com legislação trabalhista da Itália fascista.

Dr. Aaron Schneider, Pesquisador, Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Sussex, 2002.

Partidos Políticos e o planejamento de orçamentos nos estados brasileiros.

Dr. André Lara Resende, Economista, 2003.

A desvalorização moderna da vida pública com referência especial ao Brasil.

Dr. Alexandre Parola, Diplomata de carreira, Itamaraty, 2003.

Política externa brasileira durante os anos 1990.

Dr. Luiz Carlos Cagliariari, Professor de Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

A lingüística e a literatura: marcas prosódicas em textos literários e a abordagem lingüística à alfabetização no Brasil.

Dra. Gladis Massini-Caligiari, Professora Assistente de Lingüística, Universidade Estadual de São Paulo em Araraquara, 2003.

Lingüística histórico-comparativa: o Português Medieval e o Português Brasileiro.

Dr. Milton Tosto, Pesquisador em pós-doutorado, Universidade de Westminster, 2003.

O liberalismo no pensamento político brasileiro e a natureza política do mercado financeiro brasileiro.

Dra. Nádyá Araújo Guimarães, Professora de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

A experiência do desemprego: uma comparação entre as áreas metropolitanas de São Paulo, Paris e Tóquio.

Dra. Maria Beatriz Bilac, Professora de Sociologia, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2004.

Estudo comparado das elites políticas na Grã-Bretanha, Brasil e América do Norte e seus papéis na construção do Estado (séculos XVII a XIX).

Professora Maria Cristina da Silva Leme, Professora de Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

A transferência de idéias sobre planejamento urbano da Inglaterra para o Brasil no século XX.

Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2004.

A participação privada no financiamento do desenvolvimento de infra-estrutura do transporte rodoviário.

Dr. Maurício Rands Barros, Deputado Federal (PT, Pernambuco), Professor Assistente em legislação trabalhista, Universidade de Brasília, 2004.

Reformas constitucionais no Brasil no governo do Presidente Lula.

Professora Barbara Freitag-Rouanet, Professora de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004.

Capitais nômades no Brasil.

Professora Maria D'Alva Kinzo, Professora de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2004.

Partidos políticos e o eleitorado no Brasil: votos e representação.

Dra. Maite Conde, Pesquisadora em pós-doutorado, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2004.

Identificando a "belle époque" do cinema brasileiro.

Dr. Mariano Laplane, Professor Associado de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

A evolução da indústria brasileira desde 1990.

Dra. Sandra Vasconcelos, Professora Associada de Literatura Inglesa, Universidade de São Paulo, 2005.

As influências britânicas na criação do romance brasileiro no século XIX.

Dr. Marco Cepik, Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Pesquisa comparativa dos sistemas de inteligência e segurança nacional no Brasil, África do Sul e Colômbia.

Dra. Fabiana da Cunha Saddi, Pesquisadora em pós-doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

A política de reforma da saúde pública no Brasil, México e Argentina desde 1990.

Dr. Túlio Kahn, Coordenador de Análise e Planejamento, Secretaria de Segurança Pública, São Paulo, 2005.

A prevenção municipal da criminalidade – alguns eventos recentes em São Paulo.

Dr. Nauro Campos, Professor Associado em Economia de Desenvolvimento, Universidade de Newcastle, 2005.

Barreiras institucionais quanto à entrada e saída de empresas no Brasil desde 1990.

Professor Juarez Freitas, Professor de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Os aspectos legais da regulação de serviços públicos e as parcerias público-privadas no Brasil e no Reino Unido.

Professor Albert Fishlow, Professor de Assuntos Internacionais e Diretor, Centro de Estudos Latino-Americanos e Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Columbia, 2005.

A democracia brasileira e desenvolvimento econômico desde 1985.

Professor Carlos Alberto Nunes Consenza, Professor Emérito de Microeconomia e Matemática Aplicada à Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

O projeto de biodiesel do Brasil.

Professor Jerry Haar, Professor de Gerenciamento e Negócios Internacionais, Florida International University, 2005.

Grupos no Brasil e o papel das parcerias público-privadas em alavancar a competitividade industrial.

Dr. Jairo Nicolau, Professor Associado de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005-2006.

Partidos políticos no Brasil.

Dra. Joana Garcia, Professora Associada de Política Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005-2006.

Famílias e políticas sociais no Brasil e no Reino Unido.

Dr. Pérsio Arida, Pesquisador Sênior, Instituto para Estudos de Políticas Econômicas, Rio de Janeiro, 2005-2007.

Poupança interna e dependência externa: propostas de políticas para o Brasil.

Professor Leo Heller, Professor de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005-2006.

Questões de água na América Latina e na Europa.

Dr. Leany Barreiro Lemos, Pesquisador Sênior, Senado Federal, Brasília, 2006.

Responsabilização horizontal no Brasil: o caso do poder legislativo.

Professora Tânia Pellegrini, Professora de Literatura Brasileira, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2006-2007.

Realismo na ficção brasileira contemporânea.

Dr. João Roberto Martins, Professor Associado de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2006-2007.

As forças armadas, tecnologia e sociedade.

Professor Edward Riedinger, Professor e Chefe das Coleções das Bibliotecas latino-americana, hispânica, espanhola e portuguesa, Ohio State University, 2006-2007.

Modernismo brasileiro, 1922-1960.

Professor Manuel Cesário, Observatório Amazônico Sul-ocidental em Saúde Coletiva e Ambiente (OASCA), Universidade Federal do Acre, 2006.

As conexões entre as mudanças socioambientais e o surgimento de doenças na Amazônia.

Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente, Professora Assistente de Economia, Universidade Federal de Roraima, 2007.

O Meio Ambiente e o comércio internacional: a exploração de recursos naturais na Amazônia brasileira.

Dr. José Augusto Pádua, Professor Associado de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

História ambiental: Brasil e África.

PESQUISADORES ADJUNTOS VISITANTES/DIPLOMATAS EM RESIDÊNCIA (DIPLOMATS-IN-RESIDENCE) - MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (ITAMARATY)

Sr. Eugênio Vargas Garcia, 1999-2000.

A política externa do Brasil nos anos 1920.

Sr. Guilherme Frazão Condurú, 2000-2001.

O processo de tomada de decisões em política externa durante o governo de Kubitschek (1956-1961).

Srta. Maria Cristina Martins dos Anjos, 2002-2003.

Relações Brasil-Colômbia e o impacto do conflito interno da Colômbia no Brasil.

Sr. Alexandre Nina, 2006.

A economia política de ajuda externa.

PROGRAMA ACADÊMICO

SEMINÁRIOS DE PESQUISA

Para uma lista de seminários de pesquisa realizados semanalmente durante o período acadêmico de 1997 a 2007, ver os **Relatórios Anuais** do Centro, que estão disponíveis também *online*.

CONFERÊNCIAS E OFICINAS DE PESQUISA

1997 – 1998

- A Democracia e os Direitos Humanos: teoria política e prática no Brasil;
- Brasil: rumo ao século XXI (*conferência inaugural patrocinada pelas Organizações Globo*);
- O Brasil e a Área de Livre Comércio das Américas após a Cúpula de Santiago;
- O Brasil desde 1930: a economia, a sociedade, a política;
- Desenvolvimento econômico regional no Brasil;
- Impactos causados pelo ser humano no meio ambiente da Amazônia: o conhecimento ecológico tradicional realmente desempenha um papel importante no futuro da região?;
- A globalização e a competitividade industrial no Brasil.

1998 – 1999

- O Brasil como uma economia de exportação;
- O futuro da esquerda no Brasil: o Partido dos Trabalhadores (PT) após as eleições de 1998;
- A sociedade não-civil, os direitos humanos e o Estado de direito no Brasil;
- A globalização, o poder do estado e as instituições internacionais: o Brasil em uma nova era de dependência? (*segunda conferência anual Oxford Globo*);
- A globalização e as cidades no mundo: reflexos de São Paulo (em parceria com a *Architectural Association*, Londres) – *realizada em Londres*;
- A raça e o gênero na literatura brasileira;
- Reflexões sobre a Amazônia I: O impacto da pesquisa na Amazônia no desenvolvimento da ciência;
- O investimento direto externo no Brasil: realizações e perspectivas.

1999 – 2000

- Coleta de amostras da natureza tropical (em parceria com a *Welcome unit for the History of Medicine*, Oxford e *Fundação Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro);
- Transcrição: invenção literária, tradução e cultura (em homenagem a Haroldo de Campos) – em parceria com a *Universidade de Yale*; *uma segunda conferência foi realizada em Yale*;
- Desafios e oportunidades no setor de energia do Brasil;
- A agenda da reforma política no Brasil;
- A violência em dez capitais brasileiras;
- O Brasil de 1500 a 2000: o governo, a economia, a sociedade e a política (*terceira conferência anual Oxford Globo*);
- A tradição e a modernidade na literatura brasileira do século XX;
- As relações internacionais do Brasil no século XX: história e teoria;
- O cinema brasileiro: raízes do presente, perspectivas para o futuro;
- O sistema financeiro e o desenvolvimento econômico no Brasil.

2000 – 2001

- A doença de Chagas (em parceria com o *Centre for Tropical Medicine*, Oxford, como uma parte de *Oxford 2000: Novos desafios em medicina tropical e parasitologia*);
- Os desafios políticos e institucionais da reforma dos direitos humanos no Brasil;
- Clarice Lispector (em parceria com a *Faculdade de Línguas Modernas* e com o *St. Peter's College*);
- Economia etnoecológica;

- Reflexões sobre a Amazônia II: O impacto da pesquisa na Amazônia no desenvolvimento das ciências sociais e das artes;
- Os bancos europeus e o sistema financeiro brasileiro;
- Preparando o Brasil para o século XXI (*quarta conferência anual Oxford Globo*);
- As instituições políticas brasileiras em uma perspectiva comparativa: o papel do Congresso nos sistemas presidencialistas (em parceria com o Centro Latino-Americano);
- Competição e regulamentação: o setor de energia no Brasil e no Reino Unido/ União Européia;
- Em direção a uma convergência macroeconômica no MERCOSUL: lições da União Européia (em parceria com o Programa de Estudos da Argentina, Centro Latino Americano).

2001 – 2002

- A arte brasileira desde 1950 (em parceria com a exposição *Experiment, Experiência: art in Brazil, 1950-2000*, no museu de arte moderna de Oxford);
- A reforma política no Brasil em perspectiva comparativa;
- Investimento direto externo na indústria automotiva brasileira: o contexto e as questões gerais;
- A arte brasileira e a arquitetura dos séculos XVII e XVIII (em parceria com a exposição *Opulência e devoção: a arte barroca brasileira*, no museu Ashmolean);
- A natureza mutável das relações negócios-estado no Brasil: estratégias de capital externo e interno;
- A religião popular e a cultura visual no Brasil contemporâneo (em parceria com a exposição *Atos de Fé: fotografia brasileira contemporânea* no museu Ashmolean);
- A política de criação de Bancos Centrais nas novas democracias, com especial referência ao Brasil;
- Tendências na moderna poesia brasileira;
- A reforma da polícia no Brasil: diagnósticos e propostas de políticas;
- O meio-ambiente e o desenvolvimento no Brasil: a agenda de pesquisa atual;
- A energia e o meio-ambiente no Brasil: preocupações atuais, tendências futuras, comparações internacionais;
- O investimento direto externo na indústria automotiva brasileira: estratégias de investimento e integração regional;
- A globalização cultural e a defesa de culturas nacionais: o caso do Brasil em uma perspectiva comparativa (*quinta conferência anual Oxford Globo*);
- A educação para a cidadania: a educação do ensino médio no Reino Unido e no Brasil (em parceria com o Departamento de Estudos de Educação, Universidade de Oxford e a Cultura Inglesa e o Conselho Britânico, São Paulo) – *realizada em São Paulo*;
- A reforma política no Brasil em uma perspectiva comparativa (em parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes) – *realizada no Rio de Janeiro*.

2002 – 2003

- Novas abordagens em relação à Independência do Brasil;
- Promoção dos direitos humanos por meio de boa governança no Brasil (em parceria com o Conselho Britânico, Brasil);
- O governo Lula: perspectivas e políticas;
- Superação das restrições em relação ao crescimento da exportação brasileira;
- Educação no Brasil;
- A reforma fiscal do estado brasileiro: reforma tributária e reforma da seguridade social;
- O governo Lula após seis meses: uma avaliação (em parceria com o Royal Institute for International Affairs (Chatham House) e os Conselhos Hispânico e Luso-Brasileiro (Canning House) – *realizada em Londres*).

2003 – 2004

- O movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST) e a reforma agrária no Brasil;
- Futebol, futebol, soccer: o futebol nas Américas (em parceria com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Londres e a Faculdade de Administração, Universidade de Liverpool - *realizada em Londres*);
- Machado de Assis (em parceria com o Instituto Camões, com a Faculdade de Línguas Modernas e o St. Peter's College);
- O Brasil lá fora I: a recepção da cultura contemporânea brasileira na Europa e nos Estados Unidos (em parceria com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, King's College, Birbeck College, Universidade de Londres) – *realizada em Londres*;
- Florestas, cidades, mudança climática e pobreza: novas perspectivas em relação à política ambiental no Brasil;
- Superação da exclusão social: o Brasil em uma perspectiva comparativa;
- Crime e punição no governo Lula: desafios para um governo da esquerda;
- O banco central nas novas democracias: o Brasil em uma perspectiva comparativa;
- Reforma Trabalhista no Brasil;
- As dimensões ambientais do colonialismo europeu: uma perspectiva comparativa (em parceria com o Centro Oxford para Estudos Africanos);
- A exclusão social e a política de inclusão em uma perspectiva comparativa.

2004 – 2005

- Depois da ditadura: a prosa de ficção brasileira desde 1985;
- Hegemonia, ordem global e coalizões anti-hegemônicas (em parceria com o Centro de Estudos Internacionais de Oxford e a Universidade de Brasília – realizado em Brasília);
- O Brasil no exterior II: a recepção da cultura brasileira contemporânea na Europa e nos Estados Unidos;
- A política das atividades bancárias do Governo Federal no Brasil;
- Avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento industrial: o caso da fabricação de automóveis no MERCOSUL;
- Informações sobre crimes, pesquisas sobre vítimas de crimes e a reação da polícia: experiências do Reino Unido, EUA e Brasil;
- Clientelismo político nas democracias contemporâneas: o caso do Brasil sob a perspectiva comparativa e interdisciplinar;
- A educação como direito humano: referência especial ao Brasil.

2005 – 2006

- A democracia na América Latina: dez anos do Latino-Barômetro (em parceria com o Instituto Latino-Barômetro, Santiago, Chile; o Centro Latino-Americano e o Instituto para o Estudo das Américas da Universidade de Londres);
- Propriedade intelectual global sob a perspectiva brasileira;
- A política das políticas públicas de saúde: Brasil, México e o Reino Unido;
- HIV/AIDS: pesquisa e políticas públicas no Brasil e no Reino Unido (em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) - realizado no Rio de Janeiro;
- O Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos;
- Políticas públicas de fornecimento de água e saneamento: perspectivas teóricas e análise de experiências no Brasil e na Europa;
- Reconsideração sobre a governabilidade no Brasil: a reforma política é necessária?

2006 – 2007

- Liberalismo financeiro e desempenho econômico: a experiência do Brasil e outros países emergentes;
- Graciliano Ramos (em parceria com o Instituto Camões, a Faculdade de Línguas Modernas e o St. Peter's College);
- Política de Estado e instituições em uma perspectiva comparativa: lições do Brasil;
- O judiciário e o desenvolvimento econômico no Brasil e outros países emergentes;
- Mudança do clima e o destino da Amazônia (em parceria com o Instituto de Mudança Ambiental, Centro da Universidade de Oxford para o Meio-Ambiente e a Faculdade James Martin do Século XXI);

- Cortejar a justiça: o papel das cortes (tribunais) constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul na proteção de direitos;
- A democracia e a falta de confiança do cidadão nas instituições públicas: o Brasil numa perspectiva comparativa (em parceria com o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas).

O Centro também participou de oficinas e conferências organizadas por outras instituições acadêmicas e não acadêmicas, além de Oxford, para as quais também forneceu palestrantes.

Os programas de todas essas conferências e oficinas podem ser encontrados nos **Relatórios Anuais** do Centro, disponíveis tanto em meio impresso quanto on-line: www.brazil.ox.ac.uk. Mais de 40 relatórios de conferências e oficinas podem ser encontrados on-line.

PALESTRAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS ESPECIAIS

O então **Presidente Fernando Henrique Cardoso** fez uma visita de caráter particular a Oxford em novembro de 2002 para receber da universidade o grau honorário de Doutor em Direito Civil, em reconhecimento por sua extraordinária contribuição à vida política e intelectual da América Latina e do Brasil. Ele compareceu a almoço no St. John's College, a convite de Lord Jenkins, reitor da universidade. Compareceu também a jantar no Christ Church College, a convite do professor Leslie Bethell, diretor do Centro de Estudos Brasileiros.

O presidente visitou o Centro para conhecer tanto o corpo docente quanto a equipe administrativa. Uma placa comemorativa foi afixada no Centro em homenagem à visita.

O então Presidente Fernando Henrique também proferiu a palestra Cyril Foster de 2002, intitulada "Governança global e democrática: uma perspectiva brasileira".

Em janeiro de 2006, o ex-presidente Fernando Henrique voltou a Oxford para proferir a palestra Olaf Palme sobre “Globalização, política e partidos políticos na América Latina”. Ele pronunciou uma palestra informal no Centro sobre a situação política do Brasil.

DENTRE OS MINISTROS E POLÍTICOS DE PRIMEIRO ESCALÃO QUE VISITARAM O CENTRO E FIZERAM APRESENTAÇÕES ESTÃO:

José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos (e também futuro Ministro da Justiça), outubro de 1997 e fevereiro de 1999.

José Goldenberg (ex-reitor da Universidade de São Paulo, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ministro da Educação, além de futuro Secretário do Meio-Ambiente do Estado de São Paulo), dezembro de 1997 e maio de 2002.

Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (e futuro Presidente da República, 2003 -), fevereiro de 1999.

Tarso Genro (ex-prefeito de Porto Alegre e futuro Ministro da Justiça), fevereiro de 1999.

Cristovam Buarque (ex-reitor da Universidade de Brasília e governador do Distrito Federal, além de futuro senador e ministro da educação), fevereiro de 1999 e janeiro de 2002.

Eduardo Suplicy, senador (PT - São Paulo), fevereiro de 1999, fevereiro de 2003 e junho de 2004.

Celso Daniel, prefeito de Santo André, São Paulo, maio de 1999.

Paulo Renato de Souza, ministro da educação, março de 2000.

Francisco Weffort, ministro da cultura, maio de 2001.

Roberto Freire, senador (PPS - Pernambuco), maio de 2001.

Ronaldo Mota Sardenberg, ministro da ciência e tecnologia (e futuro embaixador do Brasil nas Nações Unidas), maio de 2001.

Celso Lafer, ministro das relações exteriores, novembro de 2002.

Erney Plessmann de Camargo, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), outubro de 2005.

Luiz Fernando Furlan, Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, maio de 2006.

Além disso, os seguintes embaixadores do Brasil em Londres: **Rubens Barbosa, Sérgio Amaral, Celso Amorim e José Mauricio Bustani**

DUAS PALESTRAS PATROCINADAS PELO BANCO SANTOS FORAM REALIZADAS NO RENAISSANCE HOTEL EM SÃO PAULO:

Sr. John Fleming, Diretor, Wadham College, Oxford: “A experiência do euro como moeda única: lições para o Mercosul”, agosto de 1998.

Dr. Colin Lucas, Vice-Reitor, Universidade de Oxford: “O futuro da universidade: responsabilidade pública, financiamento privado”, abril de 2000.

FILMES

Maio a junho de 2000 - *Do cinema novo ao novo cinema: um festival de filmes brasileiros*, em colaboração com o Ministério da Cultura do Brasil e a Embaixada do Brasil em Londres, no Phoenix Cinema e no Magdalen College

Janeiro de 2005 – *Lula, do chão-de-fábrica à presidência do Brasil*: documentários sobre a formação do Partido dos Trabalhadores e a campanha presidencial de 2002, apresentados pelo Professor Leslie Bethell, do Magdalen College

Fevereiro de 2005 – *Violência em filmes no Brasil contemporâneo*: documentários sobre a violência nas favelas do Rio de Janeiro, apresentados por João Moreira Salles, na Taylor Institution

Novembro de 2005 – *História política contemporânea do Brasil*: uma série de documentários apresentados pela Dra. Ana Maria Machado, na Taylor Institution

Novembro de 2005 – *Jorge Amado*: uma série de filmes baseados nos romances de Jorge Amado, apresentados pela Dra. Ana Maria Machado, na Taylor Institution

Março de 2006 – *O sertão no cinema brasileiro: do cinema novo aos dias de hoje*, série de filmes apresentados pela Professora Lucia Nagib, no Centro para Estudos Brasileiros

MOSTRAS DE ARTE

O Centro, por meio de seu diretor, participou de três mostras de arte, organizadas pela BrasilConnects e os museus de Oxford:

“*Experiment, experiência: a arte no Brasil de 1950 a 2000*”, no Oxford Museum of Modern Art (julho a outubro de 2001);

“*Opulência e devoção: a arte barroca brasileira*”, no Ashmolean Museum, Universidade de Oxford (outubro de 2001 a fevereiro de 2002);

“*Atos de fé: fotografia contemporânea brasileira*”, no Ashmolean Museum, curada pelo Pitt Rivers Museum, Universidade de Oxford (outubro de 2001 a fevereiro de 2002);

O Centro, em parceria com a instituição Brazilian Contemporary Arts, de Londres, promoveu uma mostra de fotografias de Hannah J. Taylor, intitulada *Brasília Project*, maio a junho de 2007, em conjunto com uma mesa redonda sobre o modernismo brasileiro e a construção de Brasília – *realizada em Londres*.

PUBLICAÇÕES

Livros publicados pelo Centro:

Oliver Marshall, *O Brasil nos arquivos Britânico e Irlandês* (2002), edição revista e ampliada em português (2007); segunda edição revista e ampliada em inglês a ser publicada em breve.

Leslie Bethell, *O Brasil sob a ótica de autores Britânicos e Irlandeses* (2003).

Louise H. Guenther, *Comerciantes britânicos no Brasil do século dezanove: comércio, cultura e identidade na Bahia, de 1808 a 1850* (2004).

Oliver Marshall, *Colonizadores ingleses, irlandeses e irlando-americanos no Brasil do Século Dezanove* (2005).

K. David Jackson (ed.), *Haroldo de Campos aos 70. Um diálogo com o poeta concretista brasileiro* (2005).

Lourdes Sola e Laurence Whitehead (eds), *A construção da autoridade monetária: democracia e a ordem financeira no Brasil* (2006).

Livros publicados pelo Centro em Parceria com outros editores

Lúcia Nagib (ed.), *O Novo Cinema Brasileiro* (com I B Tauris, Londres, 2003); edição japonesa, revista e ampliada (Petit Grand Publishers, Tóquio, 2006).

Marcos Rolim, *Síndrome da rainha: policiamento e segurança pública no século XXI* (com a Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006).

Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho (eds), *Joaquim Nabuco e os abolicionistas ingleses* (a ser publicado em breve).

No prelo:

Ismail Xavier (ed.), *Glauber Rocha: escritos sobre o cinema* (traduzido por Stephanie Dennison) (com I B Tauris, Londres).

Livros publicados a partir de seminários, oficinas e conferências realizadas no Centro

Cláudia Pazos-Alonso e Claire Williams (eds), *Mais perto do coração selvagem: ensaios sobre Clarice Lispector* (Oxford: Legenda, 2002).

Philip Arestis e Luiz Fernando de Paula (eds), *União monetária na América do Sul: lições da União Monetária Européia* (Cheltenham: Edward Elgar, 2003).

Colin Brock e Simon Schwartzman (eds), *The challenges of education in Brazil* (Wallingford: Symposium Press – Estudos de Oxford sobre a educação comparativa, 2005, edição portuguesa: os desafios da educação no Brasil (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005).

Darrell Addison Posey e Michael Balick (eds), *Impactos humanos na Amazônia: o papel do conhecimento ecológico tradicional na conservação e desenvolvimento* (Nova York: Columbia University Press, 2006).

Jurandir Malerba (ed.), *A independência brasileira: novas dimensões* (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006).

Rory M. Miller e Liz Crolley (eds), *O futebol nas Américas: fútbol, futebol, soccer* (Londres: Instituto de Estudos das Américas, 2007).

Jairo Nicolau e Timothy J. Power (ed), *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma* (Editora UFMG, Belo Horizonte, a ser publicado em breve).

Miguel Carter (ed.), *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil* (Editora da UNESP, a ser publicado em breve); *Challenging social inequality: the landless rural workers' movement (MST) and agrarian reform in Brazil* (Duke University Press, a ser publicado em breve).

Philip Arestis e Luiz Fernando de Paula (eds), *Liberalismo financeiro e desempenho econômico em países emergentes* (Palgrave Macmillan, a ser publicado em breve).

Revistas

Edições especiais de revistas acadêmicas baseadas em trabalhos apresentados em oficinas e conferências realizadas no Centro:

Oxford Development Studies / Estudos de Oxford sobre Desenvolvimento, vol. 27/3 (1999). Edição especial: Economic Liberalization and the Brazilian industrial sector in the 1990s / Liberalização econômica e o setor industrial brasileiro nos anos noventa

Latin American Business Review / Análise Econômica da América Latina, vol. 3/4 (2002). Edição especial: Os bancos europeus e o sistema financeiro do Brasil

Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 45/1 (2002). Edição especial: instituições políticas brasileiras em uma perspectiva comparativa

International Affairs / Negócios Internacionais, vol. 82/1 (2006). Edição especial: perspectivas sobre as prováveis grandes potências emergentes

O Centro também patrocinou a publicação de uma edição especial bilíngüe de *Arte e Ensaio*, a revista da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), editada por Michael Asbury, Glória Ferreira e Guilherme Bueno, sobre correspondência transnacional (ensaio escritos por artistas brasileiros e britânicos, além de críticos de arte e entrevistas concedidas por eles).

Trabalhos de pesquisas do CEB

Série Oxford - Banco Santos

1. **Germano Mendes de Paula**. *The dimensions of the strategy of internalization: the case of four steel groups (mini-mills) / Dimensões de quatro grupos siderúrgicos (mini-fábricas)* (novembro de 1999)
2. **Eliezer Martins Diniz**, *Growth, pollution and the Kyoto Protocol: an assessment of the Brazilian case / Crescimento, poluição e o Protocolo de Quioto: uma avaliação do caso brasileiro* (junho de 2000)
3. **Luiz Fernando de Paula**. *The recent wave of European Banks in Brazil: determinants and impacts / A onda de bancos europeus no Brasil nos anos 90: determinantes e impactos* (novembro de 2001)

Série Oxford – BP

1. **Helder Queiroz Pinto Junior**, *Institutional designs and regulatory reforms in the energy industries: an international comparative analysis and lessons for Brazil / Projetos Institucionais e reformas regulatórias no setor de energia: Análise comparativa internacional e lições para o Brasil* (junho de 2002)
2. **Carlos Eduardo Prickmann Young**, *Environmental regulation and competitiveness in Brazilian industry, with special reference to the energy sector / Regulamentação ambiental e competitividade na indústria brasileira, com especial referência ao setor de energia* (junho de 2003)
3. **Ronaldo Fiani**, *Governance problems in the Brazilian energy sector / Problemas de governance no setor energético brasileiro* (dezembro de 2003)

Trabalhos preliminares do CEB

1. **Edmund Amann & Werner Baer**, *“From technology absorption to technology production: industrial strategy and technological capacity in Brazil’s development process” / Da absorção de tecnologia à produção tecnológica: estratégia industrial e capacidade tecnológica no processo de desenvolvimento do Brasil*, 1998.
2. **Eduardo A. Haddad & Geoffrey J.D. Hewings**, *“Trade liberalization and regional competitiveness in the Brazilian economy” / Liberalização comercial e a competitividade regional na economia brasileira*, 1998.
3. **Marcelo de Paiva Abreu**, *“The Brazilian economy, 1930-1945” / A economia brasileira, de 1930 a 1945*, 1999.
4. **Clélio Campolina Diniz**, *“Recent and prospective regional changes in the Brazilian economy” / Mudanças regionais recentes e futuras na economia brasileira*, 1999.
5. **Nádia Battella Gotlib**, *“A literatura feita por mulheres no Brasil”*, 1999.
6. **Germano Mendes de Paula**, *“The export performance of the Brazilian minerals sector” / O desempenho das exportações do setor de minerais no Brasil*, 1999.
7. **Renato Baumann**, *“Brazil in the 1990s: an economy in transition” / O Brasil dos anos noventa: uma economia em transição*, 1999.

8. **Harry M. Makler**, “*Bank privatisation in Brazil: is the end of financial federalism in sight?*” / *Privatização de bancos no Brasil: será o fim do federalismo financeiro?*, 1999.
9. **Rodrigo Naves**, “*De fora: Goeldi*”, 2000.
- 9A. **Walnice Galvão**, “*Um estudo sobre o diário de uma expedição de Euclides da Cunha*”, 2000.
10. **Celso Castro**, “*The military and politics in Brazil: 1964 – 2000*” / *Os militares e a política no Brasil: 1964 – 2000*, 2000.
11. **Lúcia Nagib**, “*Three studies on Brazilian films of the 1990s*” / *Três estudos sobre os filmes brasileiros dos anos noventa*, 2000.
12. **Luiz Carlos Bresser Pereira**, “*Incompetence and confidence building behind 20 years of quasi-stagnation in Latin America, with special reference to Brazil*” / *Incompetência e credibilidade em 20 anos de semi-estagnação na América Latina, com referência especial ao Brasil*”, 2000.
13. **Wilson Suzigan**, “*Industrial clustering in the state of São Paulo*” / *Agrupamentos industriais no estado de São Paulo*, 2000.
14. **Eugênio Vargas Garcia**, “*Anglo-American rivalry in Brazil: the case of the 1920s*” / *Rivalidade anglo-americana no Brasil: o caso da década de 1920*, 2000.
15. **Paulo Spergio Pinheiro**, “*Brazil and the international human rights system*” / *o Brasil e o sistema internacional de direitos humanos*, 2000.
16. **Carlos Pereira & Lucio Rennó**, “*Successful strategies for reelection: local and national political-institutional dynamics in the 1998 elections for the Brazilian Chamber of Deputies*” / *Estratégias para a reeleição bem sucedida: dinâmica político-institucional local e nacional nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados no Brasil*, 2000.
17. **Andrea Goldstein**, “*From national champion to global player: explaining the success of EMBRAER*” / *De campeão nacional a participante global (global player): a explicação do êxito da EMBRAER*, 2001.
18. **Fernando J. Cardim de Carvalho**, “*The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results*” / *A recente expansão dos bancos estrangeiros no Brasil: primeiros resultados*, 2001.
19. **José Murilo de Carvalho**, “*Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai: between Guizot and Tocqueville – the dilemmas of a 19th century Brazilian conservative*” / *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai: entre Guizot e Tocqueville – os dilemas de um conservador no Brasil do século 19*, 2001.
20. **Mahrukh Doctor**, “*Business and delays in port reform: institutional obstacles and collective action problems*” / *Negócios e atrasos na reforma portuária: obstáculos institucionais e problemas de ação coletiva*”, 2001.
21. **Luiza Lobo**, “*Richard Rorty e a importância do pós moderno no contexto cultural brasileiro*”, 2001.
22. **Clóvis Cavalcanti**, “*Economic thinking, traditional ecological knowledge and ethnoeconomics*” / *Pensamento econômico, conhecimento ecológico tradicional e a etno-economia*, 2001.
23. **Fernando Ferrari Filho**, “*Monetary union in Mercosur? A Keynesian alternative proposal*” / *Unidade monetária no MERCOSUL? Uma proposta Keynesiana alternativa*, 2001.

24. **Guilherme Frazão Condurú**, "*The Robore agreements (1958): a case study in foreign policy-making in the Kubitschek administration*" / *Os Acordos de Roboré (1958): estudo de caso da política externa no governo Kubitschek*, 2001.
25. **Ann Bartholomew**, "*Trade creation and trade diversion: the welfare impact of Mercosur on Argentina and Brazil*" / *A criação de comércio e as divergências comerciais: o impacto do Mercosul sobre a assistência social na Argentina e no Brasil*", 2002.
26. **Jairo Nicolau**: "*A participação eleitoral no Brasil*", 2002.
27. **Carlos Pereira**, "*Institutional conditions for presidential success in the legislative arena: the electoral connection in Brazilian politics*" / *Condições institucionais para o êxito presidencial na arena legislativa: a conexão eleitoral na política brasileira*, 2002.
28. **Luiz Fernando de Paula**, "*Expansion strategies of European Banks in Brazil and their impact on the Brazilian banking sector*" / *Estratégias de expansão dos bancos europeus no Brasil e seu impacto no setor bancário brasileiro*, 2002.
29. **Timothy J. Power & Mahrukh Doctor**, "*The resilience of corporatism? Continuity and change in Brazilian corporatist structures*" / *A resistência do corporativismo? Continuidade e mudança nas estruturas corporativas brasileiras*, 2002.
30. **Armando Castelar Pinheiro**, "*The Brazilian privatization experience: what's next?*" / *A experiência de privatização brasileira: e agora?*, 2002.
31. **Fiona Macaulay**, "*Political and institutional challenges to reforming the Brazilian prison system*" / *Desafios institucionais e políticos para reformar o sistema carcerário no Brasil*, 2002.
32. **Louise Guenther**, "*The British community of the 19th century Bahia: public and private lives*" / *A comunidade britânica na Bahia do século dezenove: vidas públicas e privadas*, 2002.
33. **Fiona Macaulay**, "*Problems of police oversight in Brazil*" / *Problemas de supervisão da polícia no Brasil*, 2002.
34. **Flora Sussekind**, "*The territorialization and literary form: Brazilian contemporary literature and urban experience*" / *A territorialização e a forma literária: a literatura contemporânea brasileira e a experiência urbana*, 2002.
35. **Régis Bonelli**, "*Productivity change in Brazil during the 1990s*" / *Mudanças na produtividade no Brasil durante a década de 1990*, 2002.
36. **Carlos Eduardo Frickmann Young**, "*Is deforestation a solution for economic growth in rural areas? Evidence from the Brazilian Mata Atlantica*", *Será que o desflorestamento é a solução para o crescimento econômico nas áreas rurais? Evidências da Mata Atlântica Brasileira*, 2002.
37. **Leslie Bethell**, "*The British contribution to the study of Brazil*" / *A contribuição britânica ao estudo do Brasil*, 2003.
38. **Simon Schwartzman**, "*The challenges of education in Brazil*" / *Os desafios da educação no Brasil*, 2003.
39. **Elide Oliver**, "*Some observations on the treatment of individual consciousness and Darwinisticism in Machado de Assis*" / *Algumas observações sobre o tratamento da conscientização individual e o Darwinisticismo nas obras de Machado de Assis*, 2003.
40. **Mahrukh Doctor**, "*The interplay of states and markets: the role of business-state relations in attracting investment to the automotive industry in Brazil*" / *A interação entre estados e mercados: o papel das relações entre as empresas e os estados para atrair investimentos para a indústria automotiva no Brasil*, 2003.

41. **Simon Schwartzman**, *“Globalization, poverty and social inequity in Brazil / Globalização, pobreza e desigualdade social no Brasil*, 2003.
42. **Jorge Saba Arbache & João Alberto de Negri**, *“The determinants of Brazilian manufacturing exports” / Os determinantes das exportações industriais brasileiras*, 2003.
43. **Miguel Carter**, *“The origins of Brazil’s landless workers’ movement (MST): the Natalino episode in Rio Grande do Sul (1981-84). A case of ideal interest mobilization” / As origens do movimento dos trabalhadores sem terra (MST) no Brasil: O episódio Natalino no Rio Grande do Sul (1981-84). Um caso de mobilização de interesse real*, 2003.
44. **Lia Valls Pereira**, *“A agenda brasileira de crescimento das exportações: principais questões”*, 2003.
45. **Jurandir Malerba**, *“Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c. 1980)”*, 2003.
46. **Fiona Macaulay**, *“Sexual politics, party politics; the PT government’s policies on gender equity and equality” / A política sexual e a política partidária; as políticas governamentais do PT sobre igualdade e equidade de gêneros*, 2003.
47. **Lília Moritz Schwarcz**, *Not black, not white: just the opposite. Culture, race and national identity in Brazil” / Nem preto, nem branco: muito pelo contrário. Cultura, raça e identidade nacional no Brasil*, 2003.
48. **Marcos Rolim**, *“Prisão e ideologia: limites e possibilidades para a reforma prisional no Brasil”*, 2004.
49. **Lília Moritz Schwarcz**, *“A natureza como paisagem e como emblema da nação: uma reflexão sobre arte neoclássica no Brasil do século XIX e acerca da produção de Nicolas Taunay”*, 2004.
50. **Rogério B. Arantes**, *“The ‘Ministério Público’ and political corruption in Brazil” / O Ministério Público e a corrupção política no Brasil*, 2004.
51. **Túlio Kahn**, *“Segurança pública e trabalho policial no Brasil”*, 2004.
52. **Antônio Sérgio Alfredo Guimarães**, *“Intelectuais negros e modernidade no Brasil”*, 2004.
53. **José Augusto Pádua**, *“Nature conservation and nation building in the thought of a Brazilian founding father: José Bonifácio (1763-1838) / A conservação da natureza e a construção da nação no pensamento de um dos fundadores do Estado brasileiro: José Bonifácio (1763-1838)*, 2004.
54. **Kurt Von Mettenheim**, *“From the economics of politics to the politics of monetary policy in Brazil” / Da economia da política para a política das políticas monetárias no Brasil”*, 2004.
55. **Kathryn Hochstetler & Margaret Keck**, *“From pollution control to sustainable cities: urban environmental politics in Brazil” / Do controle da poluição às cidades sustentáveis: política ambiental e urbana no Brasil*, 2004.
56. **Eduardo Viola**, *“Brazil in the politics of global governance and climate change, 1989-2003” / O Brasil na política da governança global e a mudança do clima, 1989-2003*, 2003.
57. **Kathryn Hochstetler**, *“Civil society in Lula’s Brazil” / A sociedade civil no Brasil de Lula*, 2004.

58. **Lúcio Kowarick**, "*Housing and living conditions in the periphery of Sao Paulo: an ethnographic and sociological study*" / *Habitação e condições de vida na periferia de São Paulo: um estudo etnográfico e sociológico*, 2004.
59. **Nádyá Araújo Guimarães**, "*Desemprego: trajetórias, transições e percepções. Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de welfare (São Paulo, Paris e Tóquio)*", 2005.
60. **Miguel Carter**, "*The landless rural workers' movement (MST) and democracy in Brazil*" / *O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a democracia no Brasil*, 2005.
61. **Sandra Vasconcelos**, "*British contributions to the making of the Brazilian novel*" / *Contribuições britânicas à composição do romance brasileiro*", 2005.
62. **João Cezar de Castro Rocha**, "*The 'dialectic of marginality': preliminary notes on Brazilian contemporary culture*" / *A dialética da marginalidade: notas preliminares sobre a cultura brasileira contemporânea*, 2005.
63. **Cristiana Barreto**, "*Social complexity in ancient amerindian societies: perspectives from the Brazilian lowlands*", *Complexidade social nas antigas sociedades ameríndias: perspectivas das planícies brasileiras*, 2005.
64. **Karina Kuschmir**, "*Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*", 2005.
65. **Cláudio Beato, Bráulio Figueiredo Alves & Ricardo Tavares**, "*Crime, police and urban space: the case of Belo Horizonte*" / *Crime, polícia e espaço urbano: o caso de Belo Horizonte*, 2005.
66. **Cristian Barreto**, "*Arte e arqueologia na Amazônia antiga*", 2005.
67. **Sérgio Paulo Rouanet**, "*Machado de Assis e a subjetividade Shandiana*", 2005.
68. **Albert Fishlow**, "*Thirty years of combating inflation in Brazil: from the PAEG (1964) to the Plano Real (1994)*" / *Trinta anos de combate à inflação no Brasil: do PAEG (1964) ao Plano Real (1994)*.
69. **Tânia Pellegrini**, "*Clear enigma: Brazilian crime fiction and urban violence*" / *Enigma claro: A ficção de crime no Brasil e a violência urbana*.
70. **Jairo Nicolau**, "*O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*", 2006.
71. **Carlos Pereira, Timothy Power & Lucio Rennó**, "*From logrolling to logjam: agenda Power, presidential decrees, and the unintended consequences of reform in the Brazilian Congress*" / *Da troca de favores ao impasse: poder de agenda, decretos presidenciais e as conseqüências inesperadas da reforma no Congresso Nacional*, 2006.
72. **Sérgio Haddad & Maria Malta Campos**, "*O direito humano à educação escolar pública de qualidade*", 2006.
73. **Léo Heller**, "*Acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: considerações históricas, conjunturais e prospectivas*", 2006.
74. **Fiona Macaulay**, "*Neo-liberal influence in the justice sector and human rights reform in Brazil under the Cardoso government*" / *Influência neo-liberal na justiça e a reforma dos direitos humanos no Brasil no Governo FHC*, 2006.
75. **Ana Maria Machado**, "*Jorge Amado: uma re-leitura*", 2006.
76. **Leany Barreiro Lemos**, "*Horizontal accountability in Brazil: congressional oversight of the executive branch*" / *Responsabilização horizontal no Brasil: fiscalização do Congresso sobre o Executivo*, 2006.
77. **Flávia Piovesan**, "*Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos*", 2006.

78. **Mahrukh Doctor & Luiz Fernando de Paulo**, *“Foreign interests and financial crises in Brazil” / Interesses estrangeiros e crises financeiras no Brasil*, 2007.
79. **Aquiles Alencar Brayner**, *“João Gilberto Noll and the critique of romance reportagem” / João Gilberto Noll e a crítica do romance-reportagem*, 2007.
80. **Ronaldo Lemos**, *“From legal commons to social commons: Brazil and the culture industry in the 21st century” / “Dos bens comuns jurídicos aos bens comuns sociais: o Brasil e a indústria da cultura do século 21*, 2007.
81. **Philip Arestis, Luiz Fernando de Paula & Fernando Ferrari-Filho**, *“Assessing the economic policies of President Lula in Brazil: has fear defeated hope?” / Avaliação das políticas econômicas do Presidente Lula no Brasil: será que o medo venceu a esperança?*, 2007.
82. **Jairo Saddi**, *“The inseparable connection between the judiciary and credit as an instrument of national development: the case of Brazil” / A conexão inseparável entre o judiciário e o crédito como instrumento do desenvolvimento nacional: o caso do Brasil*, 2007.
83. **Alexandre Nina**, *“Action against hunger and poverty: Brazilian foreign policy in Lula’s first term (2003-6) / Ações contra a fome e a pobreza: política exterior brasileira no primeiro mandato de Lula (2003 – 2006)*, 2007.
84. **Oscar Vilhena Vieira**, *“Inequality and the subversion of the rule of law in Brazil” / Desigualdade e a subversão do estado de direito no Brasil*, 2007.
85. **João Roberto Martins Filho**, *“The Brazilian armed forces in the post-Cold War era: what has changed in military thinking? / As Forças Armadas brasileiras na era pós Guerra Fria: o que mudou na maneira de pensar dos militares?*
86. **Francisco de Assis Costa**, *“Dinâmica agrária e emissão de carbono na Amazônia”*, 2007.
87. **José Murilo de Carvalho**, *“Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX”*, 2007.

Os trabalhos preliminares podem ser encontrados na página do Centro na internet:
www.brazil.ox.ac.uk

A maior parte dos trabalhos preliminares citados acima foram publicados em revistas acadêmicas ou transformaram-se em livros. Referências completas podem ser encontradas na página do Centro na internet.

O Brasil em teses de doutorado na Grã-Bretanha, 1960 – 2005

O Centro compilou uma lista de teses de doutorado sobre o Brasil na área das ciências sociais, ciências da natureza e ambientais, e ciências humanas defendidas nas universidades britânicas de 1960 a 2004. Uma lista suplementar de teses de doutorado defendidas em 2005 foi incluída em 2007. Ambas as listas estão online: www.brazil.ox.ac.uk

BRAZweb

O professor Edward Riedinger, diretor do Acervo sobre a América Latina na Biblioteca da Universidade Estadual de Ohio e Pesquisador Adjunto Visitante do Centro em 2006-7, forneceu este guia online dos recursos de pesquisa eletrônica sobre Estudos Brasileiros. Esse guia é regularmente atualizado por meio do OXLatlist, um boletim informativo sobre

recursos eletrônicos não apenas para estudos brasileiros, mas também para estudos Latino-Americanos em geral. Encontra-se no www.brazil.ox.ac.uk

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Administração:

Margaret Hancox, MA (Glasgow), 1997-2003

Julie Smith, BA (Leicester), 2003-7

Secretaria e Assistência Pessoal ao Diretor:

Jocelyn Bradley, BA (Londres), 1998-2003

Sarah Rankin, BA (Liverpool), 2003-5 and 2006-7

Cristiane Coutinho, BA (Oxford Brookes), 2005-6

Escritório Administrativo:

Nádia Goodman, BA (PUC-Campinas), 1997-2001

Ailsa Thom, BA (Western Australia), 2001-5

Kate Candy, BA (Londres), 2005-7

Escritório de Eventos/Secretaria:

Alessandra Nolasco, 2001-2

Susana Christy, BA (Oxford Brookes), 2002-3

Michelli Jaques, 2004-6

Sabrina Mello Souza, BA (PUC-Rio Grande do Sul), 2006-7

Ata da 233ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, César Borges,
Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Paulo Paim e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/12/2007 07:23:59 até 13/12/2007 21:05:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	DEM	MT	JONAS PINHEIRO		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS		X	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO		X	PMDB	SC	NEÚTO DE CONTO		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PTB	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 471, DE 2007**

(Nº 2.464/2006, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59 de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 606, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 59, de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização ao Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 87 EM

Brasília, 22 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, no Município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em

conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53780.000051/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 59 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.780.000.051/99 e do PARECER/MC/CONJUR/AGF/Nº 0162 – 1.08/ 2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, com sede na Rua José Gurgel, nº 255, Cidade Alta, no Município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º38'00"S e longitude em 37º40'29"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos

do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

Relatório N° 198/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo n° 53.780.000.051/99, protocolizado em 12 de fevereiro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. O Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, inscrito no CNPJ sob o número 24.530.040/0001-03, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua José Gurgel n° 255 Cidade Alta, município de Felipe Guerra, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 20 de janeiro de 1999 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 29 de agosto de 2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução

do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei n° 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar n° 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Mira-Selva n° 430, no município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 05°09'35"S de latitude e 37°42'16"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise mediante solicitação datada de 7-7-2003.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 92 e 93, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que as coordenadas do local de instalação participante do Aviso 1/2004 não são as mesmas que a tornaram a selecionada, pois, em resposta ao ofício 5463 datado de 13-6-2003, a Entidade apresentou novo local para a instalação do sistema irradiante conforme fls.82,83,189 e 220. Os novos dados foram analisados e aceitos conforme fls. 249 e 250.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b, c, e, f, g, h, i e j** da Norma Complementar n° 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio á iniciativa e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 97 a 255).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 189, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verifica-

ção de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 249 e 250. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial) com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 255 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Nome **Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira**,

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Ari Vieira Carneiro	Presidente
Mnaoel Batista Alves	Vice-Presidente
Jakeline Batista Alves	Vice-Secretária
Maria Simone Bezerra Canela	Secretária
Maria do Socorro de Freitas Canela	Tesoureira

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Sítio Santana, Zona Rural, município de Felipe Guerra, estado do Rio Grande do Norte;

* coordenadas geográficas

05°38'00" de latitude e 37°40'29" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls.249 e 250, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 189 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pelo Centro Social

Comunitário Joel Canela de Oliveira, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.780.000.051/99, de 12 de fevereiro de 1999.

Brasília, 16 de setembro de 2005. – **Aline Oliveira Prado Magalhães Lopes**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora do Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 21 de setembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0198/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de setembro de 2005. – **Joaquim L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 472, DE 2007**

(Nº 240/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 970 de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 220, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 970, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cupira, Estado de Pernambuco.

Brasília, 4 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 742 EM

Brasília, 29 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 145/1997 – SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cupira, Estado de Pernambuco.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documenta-

ção de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53103.000130/1998) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Hélio Costa.**

**PORTARIA Nº 970,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000130/1998, Concorrência nº 145/1997 – SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cupira, Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

0025

CONTRATO SOCIAL

SISTEMA AGRESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA

MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DE BRITO FEITOSA, brasileira casada, empresária, residente em Caruaru (PE), à Rua Barreiros, 456, Bairro Boa Vista II - portadora do RG no. 2.140.659 SSP - PE e CPF 293.884.304-68; MARIA APARECIDA ALVES FREIRE, brasileira, casada, empresária, residente em Caruaru (PE), à Trav. Vila São João, 15 - Bairro de São Francisco - inscrito no RG no.1.822.145 SSP - PE, e CPF no. 213.856.534-34; DJANEIDE MARIA DE FRANÇA, brasileira, casada, empresária, residente em Caruaru (PE), à Rua Jose Paes, 370 - Bairro Maurício de Nassau - portadora do RG no.3.118.798 SSP-PE, e CPF no. 493.408.834-20, na melhor forma de direito, perante duas testemunhas que a tudo assistiram, e que se firmam nas 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim extraídas, tem justo e acordado a constituição de uma **SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, mediante as Cláusulas e condições seguintes :

PRIMEIRA - A sociedade que gira sob a denominação social de **SISTEMA AGRESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, tem sua sede na cidade de Caruaru (PE), na Rua Jose Paes, 370 - Bairro Maurício de Nassau - podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional, e tem como objetivo a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**.

SEGUNDA - O Capital Social será **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, sendo que a importância de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) é subscrita e integralizada no ato da assinatura do presente Contrato em moeda legal e corrente do país, e **R\$ 90.000,00** (noventa mil reais) a integralizar em 15 (quinze) parcelas mensais, iguais, e sucessivas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) tendo o vencimento da primeira parcela, o dia 31 de julho de-1998.

PARÁGRAFO ÚNICO - As quotas subscritas são integralizadas entre os sócios da seguinte forma :

vale

STABÉLIO PÚBLICO
Barreiros, Alberto
Tascari, C. Arvinsino
TABELA CARUARU
T. do Expediente nº 2
Caruaru, Pernambuco

CONFERI está conforme o original
que me foi apresentado. Dou fé
Caruaru, 10-MAR-1998
de 199

Em testemunho da verdade

Emolumentos: 1,00
Taxa-TSNR 0,20
Total a Pagar 1,20

Handwritten signatures and initials are present throughout this section, including 'vale', 'SE', 'LSE', 'Wor', 'M.F.', 'Hob.', and several illegible signatures.

0027

OITAVA - Os balanços levantados anualmente, serão assinados por todos os sócios, como aprovação do mesmo e de todas as suas Contas.

NONA - Em caso de falecimento, retirada ou interdição dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo aos remanescentes determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido. Os herdeiros do pré-morto deverão em 90 (noventa) dias da data do balanço especial, manifestar a sua vontade de serem integrados ou não à mesma sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do pré-morto, ou, então, receberão todos os seus haveres, apurados até o balanço especial, em 10 (dez) prestações iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação, após 120 dias da data do balanço especial.

DÉCIMA - Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal a Título de Pró-Labore, cujo valor não poderá ser superior aos limites previstos pela Legislação do Imposto de Renda.

DÉCIMA PRIMEIRA - Qualquer questão oriunda deste contrato terá como Foro competente o da cidade de Caruaru (PE), com renúncia expressa a qualquer outro que tenha ou que venha a ter direito, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e combinados, as partes contratantes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim extraídas, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e que também se firmam.

Caruaru, 04 de fevereiro de 1998..

M^{ra} de Fátima B. de Brito Feitosa
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DE BRITO FEITOSA

Maria Aparecida Alves Freire
MARIA APARECIDA ALVES FREIRE

Djanete Maria de França
DJANEITE MARIA DE FRANÇA

Edgerson Eulom de Lima
Dr. Edgerson Eulom de Lima
OAB-151258 - CPF 129.044.814-60

TABELIAO PUBLICO
del Carlos Alberto
Escano de Carvalho
F. de F. TABELIAO, n. 112
Cruzeta-Perambuco

CONFERI está conforme o original
que me foi apresentado. Dou fé
Caruaru, 10 MAR. 1998, de 10e
Em testemunha da verdade

Emolumentos: 1,00
Taxa-TSNR 0,20
Total a Pagar 1,20

[Handwritten signatures and initials]

SERVIC
DE UTE
MINISTE
CONFE
EM 17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 473, DE 2007**

(Nº 276/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 407, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 126, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 407, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 8 de março de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 420 EM

Brasília, 4 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Amigos de Ielmo Marinho, no Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por

meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.012202/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 407, DE 28 DE AGOSTO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.012.202/04 e do Parecer/MC/Conjur/GSL/Nº 1.664 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho, com sede na Fazenda Ramada, Estrada Estadual RN – 064, entre Km 9 e Km 10, Zona Rural, no município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º49'13"S e longitude em 35º33'04"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA
E COM CONCORRENTES**

Relatório Nº 26 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.000.012.202.04, protocolizado em 23/3/2004.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Amigos de Ielmo Marinho, município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. A Associação Amigos de Telmo Marinho, inscrita no CNPJ sob o número 06.146.241/0001-20, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Fazenda Ramada, Estrada Estadual RN – 064, entre Km 9 e km 10, Zona Rural, no município de Telmo Marinho, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 11/3/2004, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – D.O.U.** de 28/1/2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária de Desenvolvimento Agropecuário de Ielmo Marinho – Processo nº 53.000.010.993-03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “...Muito embora tenha interesse na tentativa associativa, constatou-se que a entidade com maior pontuação ponderada, relativamente às manifestações em apoio apresentadas não tem interesse ... resultando na seleção da Associação Amigos de Ielmo Marinho, e conseqüente arquivamento de seu processo, por ter a requerente menor representatividade junto a comunidade local...” conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 7.276/05, datado de 28/1/2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documen-

tação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26/1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Fazenda Ramada, Estrada Estadual/RN – 064, entre Km 9 e km 10, Zona Rural, no município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 05°44’43”S de latitude e 35°30’38”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida resultou no arquivamento dos autos, tendo vista que as coordenadas apresentadas estavam a mais de 1 km das coordenadas indicadas no Aviso de Habilitação. Em virtude do arquivamento, a Entidade apresentou pedido de reconsideração e apontou novas coordenadas, cuja análise demonstrou que deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 86 e 87, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Diante da seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b, c, d, e, h, i e j** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 1 a 132).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 64, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme se observa nas folhas 135 e 136. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 137, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- Comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- Manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- Declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Amigos de Ielmo Marinho

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
George da Fonseca Correia	Dir. Presidente
Antônio Carlos Varela da Costa	Dir. Financeiro
Lindijane de Souza B. Almeida	Dir. Administrativo

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Trav. Col. Estadual Jesse Freire 1, Centro, Município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte;


• coordenadas geográficas

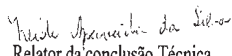
05°49'13" de latitude e 35°33'04" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 135 e 136, bem

como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 64 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Amigos de Ielmo Marinho, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.012.202.04 de 23 de março de 2004.

Brasília, 30 de janeiro de 2006.


Relator da conclusão Jurídica
De acordo.


Relator da conclusão Técnica
De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 30 de janeiro de 2006. – **Sibela Leandra Portella Matias**, Coordenadora.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0026 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de janeiro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa).

PROJETO DE, DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2007

(Nº 285/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 9 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 13 de março de 1999, a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 188 , de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os processos abaixo relacionados, referentes às renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão:

Processos com proposta de declaração de preempção da outorga:

1. Processo nº 29100.000487/1990
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP

2. Processo nº 53830.000190/2000
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP

Processos com documentação complementar:

1. Processo nº 50680.000224/1992
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - São Luis - MA

2. Processo nº 53103.000351/2001
FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Arco Verde - PE

3. Processo nº 53790.000694/1998
Fundação Cultural da Serra
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Garibaldi – RS

4. Processo nº 53670.000084/2002
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Goiatuba - GO

5. Processo nº 53790.000166/1998
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos - RS

6. Processo nº 53730.000014/1997
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - João Pessoa - PB

7. Processo nº 53830.001380/1999
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Brasília - DF

8. Processo nº 53740.000684/1997
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Loanda - PR

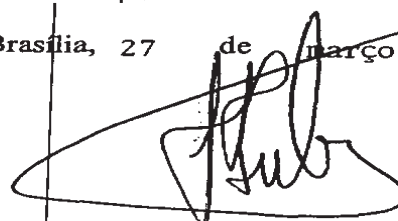
9. Processo nº 53710.000134/1998
Emissoras Santa Cruz S/A - Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Pará de Minas - MG

10. Processo nº 53640.000109/1997
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Cícero Dantas - BA

11. Processo nº 53640.000193/1998
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Santa Cruz de Cabrália - BA

12. Processo nº 53790.001024/1997
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Santa Maria - RS
13. Processo nº 53650.002926/1998
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Guaraciaba do Norte - CE
14. Processo nº 53700.000584/1998
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Naviraí - MS
15. Processo nº 53730.000380/1997
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Sumé - PB
16. Processo nº 53710.000614/1998
Rádio Montanhosa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Machado - MG
17. Processo nº 53830.001280/1997
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Americana - SP
18. Processo nº 53650.000526/1998
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Fortaleza - CE
19. Processo nº 53830.000949/1998
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - São José dos Campos - SP
20. Processo nº 53830.001111/1998
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Amparo - SP
21. Processo nº 53700.000051/1998
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Aparecida do Taboado - MS
22. Processo nº 53720.000173/1998
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Xinguará - PA
23. Processo nº 53740.000675/1998
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Palmital - PR
24. Processo nº 53730.000941/1996
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - João Pessoa - PB
25. Processo nº 53730.000329/1999
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Campina Grande - PB
26. Processo nº 53820.000042/1998
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Porto União - SC
27. Processo nº 53650.002844/1998
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Itarema - CE

Brasília, 27 de março de 2007.



MC nº 842 EM

Brasília, 19 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional dos processos relacionados em anexo.

2. Trata-se de 29 processos de renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão, integrantes do grupo de 225 processos que, conforme Mensagem Presidencial nº 474, de 23 de junho de 2006, foram retirados de tramitação no Congresso Nacional, por solicitação deste Ministério, na forma da Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho do corrente ano. Dentre as proposições ora encaminhadas há proposta de declaração de perempção da permissão outorgada deferida a uma das entidades, nos termos da Lei nº 5.785, de 1972, e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 1983.

4. Ressalte-se que permanecerão retidos neste Ministério um total de 150 processos, também relacionados em anexo, cujos atos de renovação perderam seu objeto, padecendo, portanto, de caducidade, uma vez que os prazos das concessões e permissões por

eles renovados foram ultrapassados, enquanto aguardavam aprovação no Congresso Nacional.

5. As outorgas alcançadas por esse evento são mantidas em caráter precário, juridicamente amparadas que estão pelas disposições da legislação acima citada. Observe-se que as mesmas terão tratamento conjunto, quando da apreciação e decisão dos novos pedidos de renovação das outorgas relativos aos períodos subseqüentes. Tal conduta não é estranha às praxes administrativas, haja vista a ocorrência de precedentes quanto à renovação de concessões e permissões para dois períodos consecutivos.

6. Permanecerão neste Ministério o restante de 46 processos que aguardam complementação dos documentos e que serão submetidos a Vossa Excelência no momento em que for implementada essa condição.

7. Nessa conformidade e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que os atos de renovação somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam novamente encaminhados os referidos processos.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS MC 00842 EM

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

1. **Processo nº 29100.000487/1990** ✓
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local
Pedreira - SP
(Obs: Referente ao período de 1990/2000 – prejudicado em razão da declaração de perempção proposta no processo correspondente ao período de 2000/2010, conforme segue).
2. **Processo nº 53830.000190/2000** ✓
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local
Pedreira - SP
(Obs: Processo de revisão de outorga. Referente ao período de 2000/2010. A permissionária não apresentou o necessário pedido de renovação, resultando na declaração de perempção da permissão).

Processos com documentação complementar

1. **Processo nº 50680.000224/1992** ✓
(Período de 1992/2007)
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
São Luis – MA
2. **Processo nº 53103.000351/2001** ✓
(período de 2001/2011)
FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Arco Verde – PE
3. **Processo nº 53790.000694/1998** ✓
(período de 1998/2008)
Fundação Cultural da Serra
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Garibaldi – RS
4. **Processo nº 53670.000084/2002** ✓
(período de 1997/2007)
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Goiatuba – GO
5. **Processo nº 53790.000166/1998** ✓

(Período de 1998/2008)
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Passos – RS

6. **Processo nº 53730.000014/1997** ✓
(Período de 1997/2007)
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
João Pessoa – PB
7. **Processo nº 53830.001380/1999** ✓
(Período de 2000/2015)
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Brasília – DF
8. **Processo nº 53740.000684/1997** ✓
(Período de 1997/2007)
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Loanda – PR
9. **Processo nº 53710.000134/1998** ✓
(Período de 1998/2008)
Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pará de Minas – MG
10. **Processo nº 53640.000109/1997** ✓
(Período de 1997/2007)
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cícero Dantas – BA
11. **Processo nº 53640.000193/1998** ✓
(Período de 1998/2008)
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Santa Cruz de Cabralia – BA
12. **Processo nº 53790.001024/1997** ✓
(Período de 1997/2007)
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Santa Maria – RS

- 13. Processo nº 53650.002926/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Guaraciaba do Norte – Ceará
- 14. Processo nº 53700.000584/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Naviraí – MS
- 15. Processo nº 53730.000380/1997 ✓**
(Período de 1997/2007)
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sumé – PB
- 16. Processo nº 53710.000614/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio Montanha Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Machado – MG
- 17. Processo nº 53830.001280/1997 ✓**
(Período de 1997/2007)
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Americana – SP
- 18. Processo nº 53650.000526/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Fortaleza – CE
- 19. Processo nº 53830.000949/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
São José dos Campos – SP
- 20. Processo nº 53830.001111/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Amparo – SP

- 21. Processo nº 53700.000051/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Aparecida do Taboado – MS
- 22. Processo nº 53720.000173/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Xinguará – PA
- 23. Processo nº 53740.000675/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Palmital – PR
- 24. Processo nº 53730.000941/1996 ✓**
(Período de 1997/2007)
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
João Pessoa – PB
- 25. Processo nº 53730.000329/1999 ✓**
(Período de 1999/2014)
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande – PB
- 26. Processo nº 53820.000042/1998 ✓**
(Período de 1998/2008)
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Porto União – SC
- 27. Processo nº 53650.002844/1998 ✓**
(Períodos de 1989/1999 – 1999/2009)
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itarema – CE

Processos referentes a concessões e permissões cujos atos de renovação contemplam prazos ultrapassados

1. **Processo nº 50680.000232/1993**
(Período de 1993/2003)

Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Luis – MA
2. **Processo nº 53730.000783/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio e Televisão Campina Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Campina Grande – PB
3. **Processo nº 29820.000419/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Major Vieira – SC
4. **Processo nº 53740.000080/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cidade Pato Branco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pato Branco – PR
5. **Processo nº 50710.000765/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Piranga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Piranga – MG
6. **Processo nº 53710.000287/1996**
(Período de 1994/2004)
Rádio Som Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Cataguases – MG
7. **Processo nº 53710.000163/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Uberlândia – MG
8. **Processo nº 53710.000673/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Som Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Além Paraíba – MG
9. **Processo nº 29117.000082/1988**
(Período de 1987/1997)
Rádio Gaeta Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Guarapari – ES

- 10. Processo nº 29000.002858/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de Radiodifusão sonora em onda média
Cacoal – RO
- 11. Processo nº 53830.001747/1994**
(Período de 1995/2005)
Emissoras Interioranas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Bragança Paulista – SP
- 12. Processo nº 50830.000276/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Americana Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Americana – SP
- 13. Processo nº 50830.000975/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Brasil Novo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São José do Rio Preto – SP
- 14. Processo nº 29107.000942/1991**
(Período de 1992/2002)
Rádio Globo de Salvador Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salvador – BA
- 15. Processo nº 53680.000089/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Mirante do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Imperatriz – MA
- 16. Processo nº 50680.000077/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
São Luís – MA
- 17. Processo nº 53640.000607/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Cidade Sol Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Jequié – BA

- 18. Processo nº 29670.000452/1993**
(Período de 1994/2004)
Rádio Morrinhos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Morrinhos – GO
- 19. Processo nº 50690.000059/1993**
(Período 1993/2003)
Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Cuiabá – MT
- 20. Processo nº 29109.000514/1989**
(Período de 1989/1999)
Fundação Cristã Educativa
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapuranga – GO
- 21. Processo nº 53740.000034/1993**
(Período de 1993 a 2003)
Rádio Jaguariaíva Ltda. (Prefeitura Municipal de Jaguariaíva)
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jaguariaíva – PR
- 22. Processo nº 29113.000123/1991**
(Período 1991/2001)
Centenário Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Caraúbas – RN
- 23. Processo nº 53840.000274/1995**
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Propriá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Propriá – SE
- 24. Processo nº 29116.000261/1990**
(Período de 1991/2001)
Rádio Rio Balsas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Balsas – MA
- 25. Processo nº 90.489/1983**
(Período de 1983/1993)
Rádio Educadora de Crateús Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE
- 26. Processo nº 53650.000121/1996**
(Período de 1996/2006)
Tempo FM Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Fortaleza – CE

- 27. Processo nº 29650.000776/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Tempo FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Juazeiro do Norte – CE
- 28. Processo nº 53650.000010/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Emissora de Acopiara Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Acopiara – CE
- 29. Processo nº 29650.000267/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Jornal Centro Sul Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Iguatú – CE
- 30. Processo nº 29108.000059/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Vale do Rio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE
- 31. Processo nº 29740.001126/1992**
(Período de 1993/2003)
Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Guarapuava – PR
- 32. Processo nº 53103.000408/2000**
(Período de 1996/2006)
Agreste Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Limoeiro – PE
- 33. Processo nº 53103.000607/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Manchete Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Recife – PE
- 34. Processo nº 29103.000448/1993**
(Período de 1993/2003)
Sociedade Rádio Emissora Continental do Recife Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Recife – PE

- 35. Processo nº 29103.000233/1992**
(Período de 1992/2002)
Itacaité Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Belo Jardim – PE
- 36. Processo nº 53650.002497/1995**
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeira Capital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Aquiraz – CE
- 37. Processo nº 29116.000029/1990**
(Período de 1990/2000)
Rádio Itapecurú de Colinas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas – MA
- 38. Processo nº 29116.000449/1988**
(Período de 1989/1999)
SM Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Codó – MA
- 39. Processo nº 53660.000472/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Jovem Barra FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Barra de São Francisco – ES
- 40. Processo nº 50710.000086/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Monte Carmelo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Monte Carmelo – MG
- 41. Processo nº 50710.000120/1994**
(Período de 1994/2004)
Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Governador Valadares – MG
- 42. Processo nº 53650.000204/1994**
(Período de 1994/2004)
AM Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maracanaú – CE
- 43. Processo nº 50830.000286/ 1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora Cacique Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santos – SP

- 44. Processo nº 50830.000226/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Junqueirópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Junqueirópolis – SP
- 45. Processo nº 53830.001134/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Regional de Taquarituba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Taquarituba – SP
- 46. Processo nº 29100.000221/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Cruzeiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cruzeiro – SP
- 47. Processo nº 50830.000265/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Técnica Atibaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Atibaia – SP
- 48. Processo nº 53710.001047/1995**
(Período de 1996/2006)
Sociedade Trespontana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Três Pontas – MG
- 49. Processo nº 53830.001393/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Musical de São Paulo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Itapeccerica da Serra – SP
- 50. Processo nº 50830.000150/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Mulher Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Paulo – SP
- 51. Processo nº 29102.000252/1991**
(Período de 1991/2001)
Fundação Isaac de Comunicação
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
São Leopoldo – RS

- 52. Processo nº 53790.000120/1994**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Emissoras Minuano Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Grande – RS
- 53. Processo nº 29103.000327/1992**
(Período de 1992/2002)
Fundação Evangélica de Radiodifusão de Pernambuco
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Recife – PE
- 54. Processo nº 53103.000175/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura do Nordeste S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Caruaru – PE
- 55. Processo nº 29720.000447/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Regional do Araguaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição do Araguaia – PA
- 56. Processo nº 53720.000084/1996**
(Período de 1996/2006)
Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Belém – PA
- 57. Processo nº 50000.007083/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Canavieiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
União dos Palmares – AL
- 58. Processo nº 53700.000057/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Lagoas – MS
- 59. Processo nº 53700.000108/1994**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Campo Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Campo Grande – MS
- 60. Processo nº 53700.000558/1996**

(Período de 1996/2006)
Sociedade Rádio Dourados Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Dourados – MS

- 61. Processo nº 29780.000117/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Gazeta do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Areia Branca – RN
- 62. Processo nº 29670.000455/1993**
(Período de 1994/2004)
Rádio Buriti Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Verde – GO
- 63. Processo nº 50710.000752/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Difusora de Salinas Ltda;
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salinas – MG
- 64. Processo nº 50710.000099/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Sete Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sete Lagoas – MG
- 65. Processo nº 53710.000540/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Itajubá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itajubá – MG
- 66. Processo nº 50710.000882/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Planalto de Araguari Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Araguari – MG
- 67. Processo nº 29104.000273/1987**
(Período de 1987/1997)
Rádio Emissora Musirama Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Sete Lagoas – MG
- 68. Processo nº 53740.000336/1993**
(Período de 1994/2004)
Fundação Redentorista de Comunicações Sociais
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Antonina – PR

- 69. Processo nº 53720.000298/1993**
(Período de 1994/2004).
Rádio e Televisão Guajará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Belém – PA
- 70. Processo nº 29105.000274/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Chrystian Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Alto Piquiri – PR
- 71. Processo nº 53740.000471/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Cambe Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cambe – PR
- 72. Processo nº 53690.000142/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio A Voz D'Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cuiabá – MT
- 73. Processo nº 53690.000994/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Industrial Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Várzea Grande – MT
- 74. Processo nº 53690.000298/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Pioneira Tangará da Serra Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tangará da Serra – MT
- 75. Processo nº 29107.000710/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Fascinação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapetinga – BA
- 76. Processo nº 53640.000855/1994**
(Período de 1995/2005)
Empresa Metropolitana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Salvador – BA
- 77. Processo nº 53770.000521/1994**

(Período de 1994/2004)
Fundação Rádio Popular Fluminense
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição de Macabú – RJ

- 78. Processo nº 53770.000428/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Serrana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Teresópolis – RJ
- 79. Processo nº 53770.000262/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Três Rios Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Rios – RJ
- 80. Processo nº 53770.000260/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Boas Novas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Petrópolis – RJ
- 81. Processo nº 29115.000415/1989**
(Período de 1990/2000)
Rádio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Teresina – PI
- 82. Processo nº 53770.000173/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Jornal Rio Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Bonito – RJ
- 83. Processo nº 50830.000312/1994**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Rancharia – SP
- 84. Processo nº 53830.000294/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Emissora Portofelicense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Porto Feliz – SP
- 85. Processo nº 50830.000268/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Capão Bonito – São Paulo

- 86. Processo nº 53790.000191/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Santa Rosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santa Rosa – RS
- 87. Processo nº 29102.000699/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Tramandaí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tramandaí – RS
- 88. Processo nº 29102.000354/1990**
(Período de 1990/2000)
Rádio Municipal de Tenente Portela
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tenente Portela – RS
- 89. Processo nº 53790.000627/1993**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bagé – RS
- 90. Processo nº 53790.000639/1994**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santana do Livramento – RS
- 91. Processo nº 53740.000284/1993**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cruzeiro do Sul de Londrina Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Londrina – PR
- 92. Processo nº 53780.000087/1995**
(Período de 1995/2005)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Alexandria – RN
- 93. Processo nº 53830.001492/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Nova Bebedouro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bebedouro – SP
- 94. Processo nº 50830.000966/1993**

(Período de 1993/2003)
Rádio Iguatemi Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Mogi das Cruzes – SP

- 95. Processo nº 53730.000506/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Sanhauá de Bayeux Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bayeux – PB
- 96. Processo nº 50730.000296/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Educadora de Conceição Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição – PB
- 97. Processo nº 29100.002787/1986**
(Período de 1987/1997)
Líder – Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São José do Rio Preto – SP
- 98. Processo nº 29720.000836/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Rural de Altamira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Altamira – PA
- 99. Processo nº 29120.000018/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Ariquemes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Ariquemes – RO
- 100. Processo nº 29670.000186/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Cultura Miracema do Norte Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Miracema do Tocantins – TO
- 101. Processo nº 29115.000277/1989**
(Período de 1989/1999)
Rádio Progresso de Corrente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Corrente – PI
- 102. Processo nº 53640.001590/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Itabuna – BA

- 103. Processo nº 53640.000172/1995**
(Período de 1995/2005)
MC Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Itabuna – BA
- 104. Processo nº 53640.000084/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Independência Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santo Amaro – BA
- 105. Processo nº 53640.000207/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Jacarandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Eunápolis – BA
- 106. Processo nº 50830.000959/1993**
(Período de 1993/2003)
Fundação Cruzeirense de Jornalismo e Radiodifusão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cruzeiro – SP
- 107. Processo nº 53640.000341/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Valença Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Valença – BA
- 108. Processo nº 50710.000076/1995**
(Período de 1993/2003)
Rádio Cataguases Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cataguases – MG
- 109. Processo nº 53710.000930/1994**
(Período de 1994/2004)
Multisom – Rádio Jornal Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Leopoldina – MG
- 110. Processo nº 50640.000575/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Sisal de Conceição de Coité - Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição do Coité – BA
- 111. Processo nº 29119.000034/1991**

(Período de 1991/2006)
Sampaio Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens.
Maceió – AL

- 112. Processo nº 29103.000028/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Clube de Pernambuco S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Recife – PE
- 113. Processo nº 50830.000298/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio 710 de Bauru Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bauru – SP
- 114. Processo nº 53790.000192/1994**
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Canguçu – RS
- 115. Processo nº 29118.000402/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Celeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sinop – MT
- 116. Processo nº 53760.000134/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeiro de Julho Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Água Branca – PI
- 117. Processo nº 53640.000784/1995**
(Período de 1996/2006)
Rádio Ruy Barbosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Rui Barbosa – BA
- 118. Processo nº 53730.000397/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Borborema S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Campina Grande – PB
- 119. Processo nº 53690.001010/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Cuiabana de Melodias Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

Cuiabá – MT

- 120. Processo nº 53720.000260/1993**
(Período de 1993/2003)
Rede Emissoras Unidas da Ilha de Marajó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Sebastião da Boa Vista – PA
- 121. Processo nº 29103.000331/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Marano Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Garanhuns – PE
- 122. Processo nº 53640.001603/1993**
(Período de 1993/2003)
Diamantina Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Salvador – BA
- 123. Processo nº 53770.000298/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Teresópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Teresópolis – RJ
- 124. Processo nº 29100.000087/1990**
(Período de 1990/2000)
Rádio Mirante Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
São João da Boa Vista – SP
- 125. Processo nº 53800.000265/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pimenta Bueno – RO
- 126. Processo nº 53830.001488/1995**
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Nhandeara Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Nhandeara – SP
- 127. Processo nº 53830.000750/1994**
(Período de 1994/2004)
Sistema Atual de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapevi – SP
- 128. Processo nº 50000.002953/1992**

(Período de 1992/2002)
Rádio Siqueira Campos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas do Tocantins – TO

129. Processo nº 53740.000033/1993

(Período de 1993/2003)
Rádio Tabajara de Londrina Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Londrina – PR

130. Processo nº 50790.000878/1993

(Período de 1993/2003)
Emissoras Riograndenses Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pelotas – RS

131. Processo nº 50830.001559/1993

(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Itararé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itararé – SP

132. Processo nº 50830.001549

(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Jacareí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jacareí – SP

133. Processo nº 53640.002001/1993

(Período de 1993/2003)
Rádio Jornal de Itabuna S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itabuna – BA

134. Processo nº 53710.000163/1996

(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Uberlândia – MG

135. Processo nº 53650.000377/1994

(Período de 1994/2004)
TV Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Fortaleza – CE

136. Processo nº 53770.000175/1994

(Período de 1994/2004)
Rádio Imperial de Petrópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Petrópolis – RJ

- 137. Processo nº 50720.000119/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Belém – PA
- 138. Processo nº 50610.000165/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Gazeta de Alagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maceió – AL
- 139. Processo nº 50630.000154/1993**
(Período de 1993/2003)
Rede Amazonense de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maués – AM
- 140. Processo nº 53640.000056/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Euclides da Cunha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Euclides da Cunha – BA
- 141. Processo nº 53640.000963/1994**
(Período de 1995/2005)
Rádio Tribuna do Vale do São Francisco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Xique-Xique – BA
- 142. Processo nº 53790.000205/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Tapense S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tapes – RS
- 143. Processo nº 53830.000522/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Santos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Santos – SP
- 144. Processo nº 53640.000882/1995**
(Período de 1996/2006)
Rádio Barra do Mendes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Barra do Mendes – BA
- 145. Processo nº 50790.000887/1993**

(Período de 1993/2003)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pelotas – RS

146. Processo nº 29110.000169/1991
(Período de 1991/2001)
Carajás FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Belém – PA

147. Processo nº 29780.000083/1992
(Período de 1993/2003)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Mossoró – RN

148. Processo nº 50830.000112/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio São Carlos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
São Carlos – SP

149. Processo nº 50770.000119/1993
(Período de 1993/2003)
S.A. Rádio Tupi
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio de Janeiro – RJ

150. Processo nº 53770.000203/1993
(Período de 1993/2003)
Serra e Mar Transmissões Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Angra dos Reis – RJ

Processos que permanecem no Ministério das Comunicações aguardando complementação da documentação:

1- Processo nº 53830.001353/1999
(Período de 1999/2009)
Rádio Vale do Rio Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Miguelópolis/SP

2- Processo nº 53670.000161/1998
(Período de 1998/2008)
Fundação Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Firminópolis/GO

3- Processo nº 53720.000438/1998

(Período 1998/2008)

Rádio Missões da Amazônia Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Óbidos/PA

4- Processo nº 53780.000354/1997

(Período de 1998/2008)

Rádio Novos Tempos Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ceará-Mirim/RN

5- Processo nº 536406000694/1997

(Período de 1998/2008)

Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Canavieiras/BA

6- Processo nº 53650.001082/1997

(Período de 1997/2007)

Rádio Monólitos de Quixadá

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Quixadá/CE

7-Processo nº 53730000066/1997

(Período de 1997/2012)

Televisão Borborema Ltda.

Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande/PB

8- Processo 53710.001392/1997

(Período de 1997/2007)

Rádio Emissora Musirama Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Sete Lagoas/MG

9- Processo nº 53730.000989/1996

(Período 1997/2007)

Rádio Progresso de Sousa Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Sousa/PB

10- Processo nº 53730.000265/1998

(Período de 1998/2008)

Rádio Serrana Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Arapuna/PB

11-Processo nº 53103.000137/2000

(Período 1998/2008)

Rádio Manguaba do Pilar Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias

Pilar/AL

- 12-Processo nº 53690.000297/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Tangará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Tangará da Serra/MT
- 13- Processo nº 53650.000025/1998**
(Período de 1998/2008)
Rádio FM de Icarai Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Caucaia/CE
- 14- Processo nº 53790000122/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Marau FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Marau/RS
- 15- Processo nº 53740.000429/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Difusora Ubiratanense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ubiratã/PR
- 16- Processo nº 53650.001632/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Pioneira de Forquilha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Forquilha /CE
- 17- Processo nº 53690.000213/2001**
(Período de 2001/2011)
Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Várzea Grande/MT
- 18- Processo nº 53690.000253/1998**
(Período de 1998/2008)
Floresta Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Alta Floresta/MT
- 19- Processo nº 53790.001438/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Itaramã Ltda.
Serviço de radiodifusão em frequência modulada
Tramandai/RS
- 20- Processo nº 53760.000348/1997**

(Período de 1997/2007)
Rádio Heróis do Jenipapo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Campo Maior/PI

21 - Processo nº 53730.000015/1997
(Período de 1997/2007)
Sistema Regional de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Sousa/PB

22 - Processo nº 53000.000841/2001
(Período de 2001/2011)
Brasília Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Brasília/DF

23 - Processo nº 53670.000380/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Caiapó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Rio Verde/GO

24 - Processo nº 53650.001234/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio a Voz de Itapajé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Itapajé/CE

25 - Processo nº 53730.000962/1996
(Período de 1997/2007)
Rádio Bonsucesso Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Pombal/PB

26 - Processo nº 53740.001062/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Integração do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Corbélia/PR

27 - Processo nº 53103.000925/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Betel Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Recife/PE

28 - Processo nº 53640.000481/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Porto Brasil FM Estéreo Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Porto Seguro/BA

29- Processo nº 53630.000245/2001
(Período de 2001/2016)
Sistema Meridional de Comunicação Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens
Porto Velho/RO

30-Processo nº 53740.000518/2001
(Período de 2001/2011)
Rede Integração de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão em ondas médias
Toledo/PR

31- Processo nº 53740001128/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Sociedade Rural S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Astorga/PR

32- Processo nº 53820.000446/1997
(Período de 1997/2007)
Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Criciúma/SC

33- Processo nº 53650.000828/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Sucesso FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Maracanaú/CE

34- Processo nº 53730.000328/1999
(Período de 2000/2015)
Televisão Cabo Branco Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens
João Pessoa/PB

35- Processo nº 53730.000666/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio FM Itatiunga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada
Patos/PB

36- Processo nº 53830.001214/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora
Presidente Prudente/SP

37-Processo nº 53720.000769/1999**(Período 2000/2015)****RBA – Rede Brasil Amazônia de Televisão Ltda.****Serviço de transmissão de sons e imagens****Belém/PA****38- Processo nº 53730.000243/1997****(Período de 1997/2007)****Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda****Serviço de radiodifusão sonora****Mamanguape/PB****39- Processo nº 53710.000909/1998****(Período de 1998/2008)****Fundação Educativa Pio XII****Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada****Juiz de Fora/MG****40- Processo nº 53740.000010/1997****(Período de 1997/2007)****Rádio FM Vale do Nordeste Ltda.****Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada****Moreira Sales/PR****41- Processo 53700.000908/1998****(Período de 1998/2008)****Rádio Regional Piravevê Ltda.****Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias****Ivinhema/MS****42- Processo nº 53103.000296/1998****(Período de 1998/2008)****Metropolitana FM Ltda.****Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada****Caruaru/PE****43- Processo nº 53690.000253/1998****(Período de 1998/2008)****Floresta Radiodifusão Ltda.****Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias****Alta Floresta/MT**

Mensagem nº 1.087 , de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

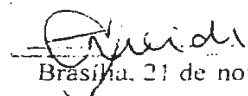
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de dezembro de 2002, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 - RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA., na cidade de Itarema-CE (onda média);
- 2 - RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA., na cidade de Imperatriz-MA (onda média);
- 3 - EMISSORAS SANTA CRUZ S/A - RÁDIO E TELEVISÃO, na cidade de Pará de Minas-MG (onda média);
- 4 - RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA., na cidade de Monte Alegre de Minas-MG (onda média);
- 5 - RIMA COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Várzea da Palma-MG (onda média);
- 6 - RÁDIO EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA., na cidade de Rio Claro-SP (onda média);
- 7 - RÁDIO MULHER LTDA., na cidade de São Paulo-SP (onda média);
- 8 - RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, na cidade de São Paulo-SP (onda média);
- 9 - RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA., na cidade de Curitiba-PR (onda curta); e
- 10 - TELEVISÃO CAPIXABA LTDA., na cidade de Vitória-ES (sons e imagens).

Brasília, 11 de dezembro de 2002.



MC 01476 EM


Brasília, 21 de novembro de 2002.

10001.008849/2002-91

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará (Processo nº 53650.002844/98);
- RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.003089/96);
- EMISSORAS SANTA CRUZ S/A. – RÁDIO E TELEVISÃO, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000134/98);

- **RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000448/00);
- **RIMA COMUNICAÇÕES LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000904/98);
- **RÁDIO EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001231/99);
- **RÁDIO MULHER LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50810.000150/94);
- **RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50810.000106/93);

Fis. 2 da MC 01476 EM, de 21/11/2002

- **RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53710.000257/98);
- **TELEVISÃO CAPIXABA LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53710.001235/01);

2. Observe que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2002.

Renova concessão das entidades que mencionam para explorar serviços de radiodifusão, e dá providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora:

I - em onda média:

a) RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA., a partir de 13 de março de 1999, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 83.059, de 19 de janeiro de 1979, originariamente na cidade de Acaraú, Estado do Ceará, e transferida para a localidade de Itarema, conforme Decreto nº 94.146, de 26 de março de 1987 (Processo nº 53650.002844/98); - 34 - 2000

b) RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA., a partir de 1º de agosto de 1996, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, outorgada pelo Decreto nº 92.985, de 24 de julho de 1986 (Processo nº 53680.000089/96); -

c) EMISSORAS SANTA CRUZ S/A - RÁDIO E TELEVISÃO, a partir de 18 de maio de 1998, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Emissoras Santa Cruz Ltda., pelo Decreto nº 81.565, de 13 de abril de 1978, autorizada a mudar a sua denominação social e seu tipo societário para os atuais, conforme Portaria nº 249 de 28 de abril de 1983, retificada pela Portaria nº 152, de 3 de abril de 1984, e renovada pelo Decreto nº 96.838, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53710.000134/98); -

d) RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA., a partir de 8 de abril de 2000, na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, autorizada originariamente à Rádio Difusora de Monte Alegre de Minas Ltda., pela Portaria nº 62, de 2 de abril de 1980, outorgada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 566, de 29 de setembro de 1983, e renovada pelo Decreto de 14 de fevereiro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 88, de 12 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 15 subsequente (Processo nº 53710.000448/00); -

e) RIMA COMUNICAÇÕES LTDA., a partir de 31 de outubro de 1998, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 96.817, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53710.000904/98); -

f) RÁDIO EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA., a partir de 19 de novembro de 1999, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Educação e Cultura de Rio Claro S/A, pela Portaria nº 530, de 1º de setembro de 1969, autorizada a mudar o seu tipo societário para o atual, conforme Portaria nº 1345, de 20 de agosto de 1979, renovada pela Portaria nº 66, de 7 de abril de 1980, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento da potência de sua estação transmissora, nos termos da Portaria nº 1.265, de 29 de agosto de 1980 (Processo nº 53830.001231/99); -

g) RÁDIO MULHER LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 709, de 13 de agosto de 1953, e renovada pelo Decreto nº 91.014, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50830.000150/94); - 05

h) RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 392, de 25 de outubro de 1935, renovada pelo Decreto nº 88.573, de 2º de agosto de 1983, como Rádio Record S/A., e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 355, de 26 de outubro de 1998 (Processo nº 50830.000106/93); -

II - em onda curta: RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA., a partir de 22 de junho de 1998, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 96.147, de 10 de junho de 1988 (Processo nº 53740.000257/98). - 2

Art. 2º Fica renovada, pelo prazo de quinze anos, a partir de 8 de abril de 2002, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, outorgada à TELEVISÃO CAPIXABA LTDA., pelo Decreto nº 94.124, de 20 de março de 1987 (Processo nº 53770.001235/01). -

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação das concessões somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

**10. ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA
"RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA"**

CGC- 07.663.990/0001-97

ARISTIDES ANDRADE SALES- Brasileiro, solteiro, maior, sacerdote, CPF: 004.742.153-34, Carteira de Identidade No. 63.871 - SSP-Ce., residente e domiciliado no município de Itarema, Ceará.

LEORNE MENESCAL BELÉM DE HOLANDA- Brasileiro, casado, advogado, CPF: 000.172.133-04, Carteira de Identidade No. 108.928 - SSP-Ce., residente e domiciliado nesta capital, Fortaleza, Ceará, à Rua Ana Bilhar, No. 491, Apto. 06, Aldeota.

ANTONIO RAIMUNDO DE ARAÚJO NETO- Brasileiro, casado, CPF: 016.149.673-34, Carteira de Identidade No. 509.955 - SSP-Ce., residente e domiciliado em Acaraú-Ce.

Únicos Sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que gira nesta Cidade de Itarema, Ceará, sob a denominação social de "RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA", inscrita na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o No. 23200145842, por despacho de 30 de março de 1978, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social, pela primeira vez, e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA- Atualmente o capital social encontra-se sem expressão monetária, fica neste ato elevado para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país no ato das assinaturas e distribuído entre os Sócios da seguinte maneira:

-ARISTIDES ANDRADE SALES.....	60%	R\$ 1.200,00
-LEORNE MENESCAL BELÉM DE HOLANDA.....	25%	R\$ 500,00
-ANTONIO RAIMUNDO DE ARAÚJO NETO.....	15%	R\$ 300,00
*TOTALIZANDO.....	100%	R\$ 2.000,00

SEGUNDA- Retira-se da sociedade ARISTIDES ANDRADE SALES, transferindo a sua quota de capital no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) sendo R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais) para MARIA AURELENA DA SILVEIRA CARNEIRO, Brasileira, solteira, Comerciante, Carteira de Identidade No. 301338-81 - SSP-Ce., CPF: 242.042.343-72, residente e domiciliada na cidade de Itarema, à Rua 1o. de Janeiro, S/N, Centro, e R\$ 100,00 (cem reais) para RÔMULO CEZAR JUNIOR, Brasileiro, solteiro, administrador de empresas, Carteira de Identidade No. 855.522-85 - SSP-Ce., CPF: 161.707.092-00, residente e domiciliado na cidade de Itarema, à Rua 1o. de Janeiro, S/N, Centro. A transferência ora feita para os Sócios que ora ingressa na sociedade, foi a título de doação.

TERCEIRA- O capital social no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), fica assim distribuído entre os sócios:

-MARIA AURELENA DA SILVEIRA CARNEIRO.....	55%	R\$ 1.100,00
-LEORNE MENESCAL BELÉM DE HOLANDA.....	25%	R\$ 500,00
-ANTONIO RAIMUNDO DE ARAÚJO NETO.....	15%	R\$ 300,00
-RÔMULO CEZAR JÚNIOR.....	5%	R\$ 100,00
*TOTALIZANDO.....	100%	R\$ 2.000,00

QUARTA- A responsabilidade dos Sócios é limitada ao valor total do capital social.

QUINTA- A gerência e administração da sociedade será exercida exclusivamente pelo Sócio RÔMULO CEZAR JÚNIOR, com as limitações previstas no contrato social.

SEXTA- O Sócio que ora se retira da sociedade se exime de qualquer responsabilidade confida no passivo circulante da sociedade, tais como: encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, empréstimos bancários, bem como renuncia todo patrimônio social. Nesta ocasião dá a sociedade e aos Sócios plena geral e irrevogável quitação nada tendo a reclamar agora ou no futuro.

SÉTIMA- Os Sócios que ora ingressam na sociedade declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

OITAVA- Todas as demais cláusulas do contrato social que não foram alteradas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro (4) vias de igual forma e teor, juntamente com duas testemunhas.

Fortaleza, 01 de maio de 1997.

[Handwritten signature]
LEORNE MENESCAL BELÉM DE HOLANDA ✓

[Handwritten signature]
ANTONIO RAIMUNDO DE ARAÚJO NETO ✓

[Handwritten signature]
MARIA AURELENA DA SILVEIRA CARNEIRO

[Handwritten signature]
RÔMULO CEZAR JÚNIOR

[Handwritten signature]
ARISTIDES ANDRADE SALES

LICITAÇÃO
 ELIPE ROCHA
 a conferir com o original

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2007**

(Nº 290/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.084, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 405, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 13 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 419 EM

Brasília, 4 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, no Município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53780.000261/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 405, DE 28 DE AGOSTO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.780.000.261/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GSL/Nº 1711 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, com sede na rua Cristóvão Colombo de Queiroz, nº 49, bairro Centro, no Município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordena-

nadas geográficas com latitude em 06°05'42"S e longitude em 38°22'32"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

Relatório: nº 56/2006RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53780.000261/98, protocolizado em 20-10-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte .

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, inscrita no CNPJ sob o número 02.530.975/0001-57, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Cristóvão Colombo de Queiroz, nº 49, no município de Doutor Severiano, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 14-10-1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado.

O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Beneficente Hermínio Jácome de Doutor Severiano – RN – Processo nº 53780.000047/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Diante da análise, constataram-se algumas pendências passíveis do cumprimento das exigências dispostas nos ofícios nºs 2.910/00 de 30-6-00, 1.551/01 de 9-3-01, 4.735/02 de 12-8-02, AR Postal em 15-8-02. Ocorre que, diante da revisão efetuada nos autos de seu processo constatou-se que a entidade deixou de encaminhar toda a documentação solicitada no último ofício, ocorrendo a perda do prazo por decurso do tempo e restando comprovada a sua falta de interesse processual, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.624/03, datado de 28-5-2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Cristóvão Colombo de Queiroz, s/nº, no município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 06°05'42"S de latitude e 38°22'32"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 203, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal,

situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço: Rua Cristóvão Colombo de Queiroz, nº 49, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls.261 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, c, e, g, o** da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 209 a 390).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 261, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 302 e 303. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 391 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i e j** da Norma Complementar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN;

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Maria Elizabete Fernandes	Diretor Presidente
Raimundo Barbosa da Silva	Diretor Vice - Presidente
José Rodrigues Filho	Diretor Administrativo
José Ferreira Marinheiro	Diretor Financeiro
Erinaldo Carneiro Rêgo	Diretor de Comunicação Social

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Cristóvão Colombo de Queiroz, nº 49, Município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte;

• coordenadas geográficas

06°05'42" de latitude e 38°22'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 302 e 303, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 261 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade

pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53780.000261/98, de 20 de outubro de 1998.

Brasília, 17 de fevereiro de 2006. – **Lúcia Helena Magalhães Bueno**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 7 de fevereiro de 2006. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de fevereiro de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0056/2006/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de fevereiro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2007

(Nº 303/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 810 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 182, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 810, de 25 de

outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Brasília, 27 de março de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 814 EM

Brasília, 12 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão, no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000700/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 810, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art.

1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000700/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 0736 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão, com sede na Av. Nesralla Rubez, nº 699, sala 202 – Centro, no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º34'34"S e longitude em 44º57'14"W, utilizando a frequência de 107,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 10/2004/RADCOM/DOS/ SSCE/MC – LC

Referência: Processo nº 53.710.000.700/98, protocolizado em 17-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Cruzeiro Vale Fm de Radiodifusão, localidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Cruzeiro Vale Fm de Radiodifusão inscrita no CNPJ sob o nº 02.614.834/0001-12, no Estado de São Paulo, com sede na Av. Nesralla Rubez, nº 699, Sala 202, Centro, Cidade de Cruzeiro, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de Agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 27 de Março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Organização Comunitária de Telecomunicações de Cruzeiro – Processo nº 53.830.001.653/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: considerando a impossibilidade de acordo entre as concorrentes, utilizou-se o critério da representatividade, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 12.319, datado de 30-12-2003. (cópia anexa)

b) Associação Comunitária Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, Processo nº 53.830.000.536/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: considerando a impossibilidade de acordo entre as concorrentes, utilizou-se o critério da representatividade, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 12.318, datado de 30-12-2003. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de fls. 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Nesralla Rubez, 699, Sala

202, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22°34'34"S de latitude e 44°57'14"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 71, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7, incisos I e II da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica dos Processos nºs 53830001653/98 e 53830000536/99 referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma nº 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente a negativa das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma nº 2/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 74 a 228).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 115, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 156/157. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 228, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, demais declarações e documentos requeridos com o intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária de Cruzeiro Vale Fm de Radiodifusão;

- **quadro diretivo**

Presidente: Antônio Carlos Marciano

Secretário: Maria José B. Pinheiro

Tesoureiro: Carlos Barbosa Ribeiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. Nesralla Rubez, nº 699, Sala 202, Centro, cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo;

• **coordenadas geográficas**

22°34'34" de latitude e 44°57'14" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. N^{os} 156/157, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. N^o 115 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Cruzeiro Vale Fm de Radiodifusão, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo n^o 53710000700/98, de 17 de Agosto de 1998.

Brasília, 09 de Dezembro de 2004. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço / SSP, Relator da conclusão Jurídica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Serviços.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Jayme Marques De Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório n^o 010/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Eugenio De Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – decisão terminativa).

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N^o 477, DE 2007**

(N^o 304/2007, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n^o 719 de 23 de outubro de 2006, que outorga

autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2^o Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N^o 306, DE 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3^o, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria n^o 719, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 3 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC N^o 717 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Paraíso, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei n^o 9.612, de 19 de fevereiro de 1998,

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria n^o 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios

Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53770.001201/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Helio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 719 DE 23 DE OUTUBRO DE 2006.

O ministro de estado das comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.001201/99 do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº1080 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Paraíso, com sede na Travessa das Adálias, nº 5, Loja 1, Vila Catiri, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º50'54"S e longitude em 43º28'16"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

Relatório: Nº087/2005/RADCOMIDOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº protocolizado em 9 de setembro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Paraíso, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Paraíso, inscrita no CNPJ sob o número 03.307.539/0001-86, no Estado do Rio de Janeiro, com sede na Travessa das Adálias nº 5, Loja 1, Vila Catiri, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de agosto de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 17 de dezembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constante constando os respectivos nomes e – processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação da Rádio Comunitária Vila Kennedy – Processo nº 53.770.001.433/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: em decorrência da análise inicialmente efetuada nos autos de seu processo, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das exigências dispostas nos Ofícios 1.073/01 de 06-2-01, 2.074/01 de 10-4-01, 4.479/01 de 26-6-01, 1.801/02 de 28-3-02, 4.279/02 de 22-7-02, AR Postal em 2-8-02. Ocorre que diante da revisão efetuada nos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade deixou de encaminhar toda a documentação solicitada no último ofício, ocorrendo perda do prazo por decurso do tempo, restando comprovada a sua falta de interesse processual, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.757/03, datado de 30-5-2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Instituição Lucidio e Claudino – Processo nº 53.770.002.509/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: ofício de exigência devolvida pelos correios, restando impossibilitada a comunicação entre

este Ministério e a Requerente. Desta forma, houve publicação no **Diário Oficial da União** de 17-11-2003, a fim de notificar a entidade supra-citada a manifestar-se no prazo de 15 dias contados da publicação do edital, sob pena de arquivamento do processo. Como não houve manifestação, o processo foi arquivado através de um despacho jurídico assinado em 8-1-2004. Ocorre que aos 11-6-2004 foi dada entrada neste Ministério, de solicitação para reconsideração da decisão de arquivamento, o que foi analisado pelo Departamento responsável que constatou a impossibilidade diante da improcedência das alegações, o que foi comunicado à entidade por meio do ofício nº 13.443/04, datado de 28-7-2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do não acatamento da reconsideração, a entidade não apresentou solicitação para revisão desta decisão.

c) Rádio Comunitária Inovason – Processo nº 53.770.002.866/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: objetivando autorizar as entidades interessadas na execução do serviço, este Ministério publicou avisos no **Diário Oficial da União** dos dias 5-11-98, 14-12-98, 22-12-98, 18-3-98, 9-9-99, 12-12-99, 27-3-00, 23-6-00, 5-12-00, 9-4-01, 25-6-01, 16-8-01, 6-9-01 e 12-11-01 – ao todo, são quatorze lotes, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Este Ministério recebeu a documentação desta Entidade e ao analisá-la verificou que embora constassem algumas pendências jurídicas passíveis de saneamento, a Entidade não se desincumbiu de sanear-la em tempo hábil, dando margem a que outras Entidades fossem selecionadas, Associação Comunitária Paraíso (processo nº 53.770.001.201/99) e Associação da Rádio Comunitária Vila Kennedy (53.770.001.433/99), conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 8.249/01, datado de 22-11-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

d) Associação Comunitária de Rádio Moça Bonita – Processo nº 53.770.002.612/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: considerando o disposto no art. 1º do Capítulo I e art. 5º do Capítulo IV, observou-se que a Entidade tem por objetivo a utilização de publicidade comercial, bem como encontra-se vinculada à família Correia Saraiva mediante relações e compromissos financeiros e familiares, em infringência aos arts. 7º, 11 e 19 da Lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.958/02, datado de 5-4-02002, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas – estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004. I,

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Travessa Dálias, Loja 1, nº 5 – Vila Catiri, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, de coordenadas geográficas em 22º51'10" S de latitude e 43º27'56" W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nºs 97 e 98, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Em relação ao item 15, cumpre esclarecer que as coordenadas do local de instalação participante do Aviso 12 não são as mesmas que a tornaram a selecionada, pois a Entidade efetuou alteração quando do encaminhamento do projeto técnico, fls. nºs 147 e 149.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, b, c, e, g, h, i, j**, da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto

técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. n^{os} 100 a 221).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fl. 214, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas n^{os} 222 e 223. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço.;) diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, especificamente no intervalo de folhas 1 a 221 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei n^o 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar n^o 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei n^o 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar n^o 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar n^o 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos,

após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

nome Associação Comunitária Paraíso;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Roberto Carlos de Oliveira Ramos	Presidente
Jakson Bazilio dos Santos	Vice-Presidente
Rosa Maria dos Santos	Secretária
Mario Carneiro Pereira	Dir. Administrativo
Marcílio Lopes da Silva	Dir. Executivo
Reinaldo de Souza	Dir. Financeiro

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Travessa das Adálias, n^o 2, Loja 1, Bangu, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

• coordenadas geográficas

22°50'54" de latitude e 43°28'16" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 222 e 223, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – ls. 214 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Paraíso, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo n^o 53.770.001.201/99, de 9 de setembro de 1999.

Brasília, 26 de abril de 2005. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 28 de abril de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, coordenador geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 2 de abril de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório n^o 087/2005/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de abril de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de serviços de comunicação eletrônica.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 478, DE 2007**

(Nº 305/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para
explorar serviço de radiodifusão sonora em
frequência modulada na cidade de Nioaque,
Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 513 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 382, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 513, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 522

Brasília, 22 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 041/2001-SSR/MC, com vistas a implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997,

e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a AMG Publicidade e Comunicação Ltda. (Processo nº 53670.001169/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 513, DE 13 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do processo nº 53670.001169/2001, Concorrência nº 041/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-à pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumido pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que ata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

CONTRATO DE CONSTITUICAO SOCIEDADE

=====

pelo presente instrumento particular de
MERCIO GOMES DA SILVA, brasileiro, separado-Judicialmente, radialista, portador da Cedula de Identidade RG nº 3.946.099-8, exp. SSP/PR, e do CIC Nº 458.658.251-00, residente e domiciliado à Rua Dom Pedro, 77, nesta praça de Colider/Mt. e sra. **AMARILDO APARECIDO DA LUZ**, brasileira, solteiro, radialista portador da Cedula de Identidade RG nº 1134.847-0, exp. SSP/MT., e do CIC 650.585.001-59, residente e domiciliado à AV Bandeirantes Aleixo Garcia, 350, nesta praça de Colider /Mt., tem entre si, justos e contratada a constituicao de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regera pelas clausulas e condições seguintes e, nas omissões pela legislação especifica que disciplina essa forma societária:

Cláusula 1ª - A sociedade girara sob a denominação social de **SILVA & LUZ LTDA**
 =====
 Em, **02 MA**

Cláusula 2ª - A sociedade terá sua sede à Rua Dom Pedro, 77 neste município de Colider, Estado Mato Grosso podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do territorio nacional, obedecendo as disposicoes legais vigentes.

Cláusula 3ª - O objeto da sociedade sera a exploração, por conta propria, do ramo de: **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA** (Coordenação de campanhas publicitárias; preparações de originais de desenhos e anuncios graficos; preparações de anuncios gravados musicados e filmados; elaboração de "Jingles," promoção de vendas Etc.) **DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO** (Distribuição de noticiarios para imprensa radio e televisao, recortes de jornais e revistas alto-falante, promoção e execucao de Stands, exposicoes feiras, galerias de artes, musicas ambiente, serviços de jornalismo etc); **REALIZACAO E DIVULGACAO DE PESQUISA DE OPINIAO**.

Cláusula 4ª - O capital social e de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) dividido em 10.000 (dez mil quotas) de valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real cada) subscritas pelos socios nas seguintes proporções.

a) **MERCIO GOMES DA SILVA**, com 5.000 (cinco mil) cotas totalizando a importancia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

b) **AMARILDO APARECIDO DA LUZ**, com 5.000 (cinco mil cotas), totalizando a importancia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Paragrafo unico: as quotas subscritas sao integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional.

Cláusula 5ª - A responsabilidade dos socios e, na forma da legislação em vigor, limitada a importancia total do capital social.

Cláusula 6ª - O prazo de duracao da sociedade sera por tempo indeterminado iniciando suas atividade no seu registro.

Cláusula 7ª - A gerencia da sociedade sera exercida pelo socios **MERCIO GOMES DA SILVA** e **AMARILDO APARECIDO DA LUZ**, que representara a sociedade conjunta ou isoladamente, ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.

Cláusula 8ª Os socios no exercicio da gerencia e de cargos na sociedade terão o direito de uma retirada mensal, a titulo de pro-labore, em valor a ser fixado a cada mes de janeiro de cada novo ano e vigente pra todo o exercicio.

Cláusula 9ª - Todo dia 31 de dezembro de cada ano sera procedido o levantamento do balanço do exercicio, sendo que os lucros ou prejuizos serão distribuidos e pagos aos socios, na proporcao de suas quotas de capital.

Cláusula 10ª - As quotas da sociedade são indivisiveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferencia ao socio que queira adquiri-las, no caso de algum quotista pretender ceder as que possui.

Cláusula 11ª - No caso de um dos socios desejar retirar-se da sociedade, devera notificar o outro, por escrito, com antecedência de 60 dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que se estabelece na clausula 12ª deste contrato.

Cláusula 12ª - No caso de falecimento de quaisquer dos sócios a sociedade e extinta, levantando-se um balanço especial nessa data e, se convier aos herdeiros do pre-morto, será lavrado novo contrato com inclusão destes com os direitos legais ou, então, os herdeiros receberão todos os seus haveres, apurados até o balanço especial, em 10(dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 dias da data do balanço especial.

Cláusula 13ª - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base no Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis,

Cláusula 14ª - Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

Cláusula 15ª - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedir-lhes de exercer atividades mercantis.

E, por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em 4(quatro) vias de igual teor.

COLIDER/MT. 14, de agosto, de 1995

TESTEMUNHAS:


GERVÁSIO TADEU DIAS ROCHA
CIC: 241.212.071-49


SUSY MARY MOCHI SPIGUEL
CIC: 651.338.541-53


MERCIO GOMES DA SILVA


AMARILDO APARECIDO DA LUZ

SILVA & LUZ LTDA
CNPJ: 00.992.045/0001-90
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **MERCIO GOMES DA SILVA**, brasileiro, separado - judicialmente, radialista, portador do CPF n.º 458.658.251-00, e C.I. RG n.º 3.946.099-8 SSP/PR., residente e domiciliado à Rua Luiz Aldori Neves Fernandes 369., nesta cidade de Colider/MT., e **AMARILDO APARECIDO DA LUZ**, brasileiro, solteiro, radialista, portador do CPF n.º 650.585.001-59, e da C. I. RG. 1134.847-0 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua. Teles Pires n.º 1173, nesta cidade de Colider/MT., únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma: **SILVA & LUZ LTDA**, estabelecida à Rua Dom Pedro n.º 77, em Colider-MT, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado, em sessão de 28/08/1995 sob n.º 51200585829, resolvem alterar seu Contrato Social como segue:

PRIMEIRA: Os sócios resolvem aumentar o capital social de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) divididos em 10.000 (Dez Mil) quotas, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com uma aumento de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que ficam assim distribuídos aos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$
MERCIO GOMES DA SILVA	25.000	25.000,00
AMARILDO APARECIDO DA LUZ	25.000	25.000,00
TOTAL	50.000	50.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: As novas quotas integralizadas neste ato é feito em moeda corrente nacional.

SEGUNDA: Fica alterado o endereço para: AVE. TANCREDO NEVES N.º 152 – Sala A – CENTRO – COLIDER - MT., e a razão social para **AMG PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO LTDA.**

SILVA & LUZ LTDA

CNPJ: 00.992.045/0001-96

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TERCEIRA: Fica alterado o ramo de atividade para: **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO, REALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORAS, SOM E IMAGENS COM FINS CULTURAIS, EDUCACIONAIS ARTÍSTICOS E COMERCIAIS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E MEDIANTE CONCESSÃO E OU PERMISSÃO DO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

TERCEIRA: Sendo que as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e posterior alterações não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo Quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam – se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (trez) vias de igual teor, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado.

Colider/MT., 02 de Maio de 2.000

Mércio Gomes da Silva
Mércio Gomes da Silva

Amarildo Aparecido da Luz
Amarildo Aparecido da Luz

TESTEMUNHAS:

Gervásio Tadeu Dias Rocha
GERVASIO TADEU DIAS ROCHA
RG. 3.683.663 SSP/PR
CPF. 241.212.071-49

Messias Vitor de Oliveira
MESSIAS VITOR DE OLIVEIRA
RG. 965.266 SSP/MT
CPF. 769.434.021-53

A.M.G. PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO
LTDA.

CNPJ/MF - 00.992.045/0001-96

2ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MÉRCIO GOMES DA SILVA, brasileiro, separado judicialmente, radialista, residente e domiciliado à Rua Luiz Aldori Neves Fernandes, n.º. 369 - Centro - cidade de Colider - MT., portador da RG. n.º. 3.946.099-8 SSP/PR e CPF n.º. 458.658.251-00;

AMARILDO APARECIDO DA LUZ, brasileiro, solteiro, radialista, residente e domiciliado à Rua Teles Pires, nº. 1.173 - Centro - Colíder-MT., portador da RG. nº.1.134.847-0 - SSP/MT e CPF. nº.650.585.001-59;

As partes acima qualificadas são os únicos sócios da sociedade pör cotas de responsabilidade limitada que gira sob a razão social de **A.M.G. PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO LTDA.**, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o nº. 51200585829, de 28/08/1995, resolvem de comum acordo alterar seus atos constitutivos, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: O objeto social da empresa fica alterado para **Serviços de Publicidade e Propaganda; Divulgação, Promoção, e Realização de Pesquisa de Opinião Pública; Exploração de Estações de Radiodifusão em Freqüência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Medias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Som e Imagem em VHF e UHF,** com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem com, a exploração de concessões e licenças, de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

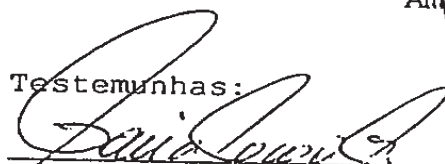
CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivo, que pör força desta alteração não sofreram modificações.

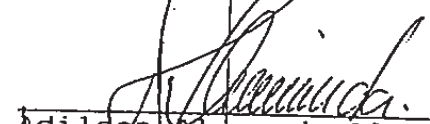
Colíder-MT., 24 de Maio de 2.000


Mércio Gomes da Silva


Amarildo Aparecido da Luz

Testemunhas:


Mária do Socorro R. da Silva
RG. 0412999-7 - SSP/MT
CPF. 393.836.011-91


Adilson Alves de Almeida
RG. 1061603-9 - SSP/MT
CPF. 689.266.771-68

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 479, DE 2007**

(Nº 316/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização
à Associação Amigos De Novo Progresso
para executar serviço de radiodifusão co-
munitária na cidade de Novo Progresso,
Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 731 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 377, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 731, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 681 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Amigos de Novo Progresso, no Município de Novo Progresso, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.027782/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 731, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027782/2003 e do Parecer/MC/Conjur/RBP/Nº 1.876 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Amigos de Novo Progresso, com sede na Avenida dos Prazeres, nº 1.060 – centro, no município de Novo Progresso, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º02'43"S e longitude em 55º24'46"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

Relatório: nº 204/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.027782/03, protocolizado em 8-9-2003.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Amigos de Novo Progresso, município de Novo Progresso, Estado do Pará.

I – Introdução

1. A Associação Amigos de Novo Progresso, inscrita no CNPJ sob o número 05.775.367/0001-09, no Estado do Pará, com sede na Avenida dos Prazeres, nº 1.060 – centro, no município de Novo Progresso, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18-8-2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras (3) entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Difusão Comunitária de Novo Progresso – Processo nº 53100.000764/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o local proposto para a instalação do sistema irradiante, considerando as coordenadas geográficas indicadas pela requerente, se encontra a 12,364Km de distância das coordenadas geográficas constantes do Aviso, publicado no **DOU** de 28-1-2004, ou seja está situado além do raio máximo de 1Km, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.875, datado de 24-3-2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Clube das Mães – Processo nº 53100.000475/04, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o local proposto para a instalação do sistema irradiante, considerando as coordenadas geográficas indicadas pela requerente, se encontra a 12,667Km de distância das coordenadas geográficas constantes do Aviso, publicado no **DOU** de 28-1-2004, ou seja, está situado além do raio máximo de 1Km, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.864/05, datado de 24-3-2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos.

c) Associação Comunitária Progressense de Radiodifusão – Processo nº 53000.000454/04, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o local proposto para a instalação do sistema irradiante, considerando as coordenadas geográficas indicadas pela requerente, se encontra a 13,402 distância das coordenadas geográficas constantes do Aviso, publicado no **DOU** de 28-1-2004, ou seja está situado além do raio máximo de 1Km, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.865/05, datado de 24-3-2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Avenida dos Prazeres, nº 1.063 – centro, de coordenadas geográficas em 07°02'43" latitude e 55°25'29" de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 120/121 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre ge-

ração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 07°02'43" S e 55°24'46" W no seguinte endereço: Avenida dos Prazeres, nº 1.060 – centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 202 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c**, **e**, **o** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 151 a 220).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 202, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 221 e 222. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 223, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Amigos de Novo Progresso

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Márcio Schelles de Lima	Presidente
Irio Francisco de Almeida	Vice - Presidente
Rosilene Costa Brasil de Lima	1ª Secretária
Nelly Pereira Francisco	2ª Secretária
Leonardo Minotto Luize	1º Tesoureiro
Rosimeire Rodrigues Dourado	2ª Tesoureira
Edio Rosa	Diretor de Operações
Glonea Leandro Reis	Diretora Social
Fernando Nunes Magalhães	2º Diretor Social

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida dos Prazeres, nº 1.060 – centro, município de Novo Progresso, Estado do Pará;

• coordenadas geográficas

07°02'43" de latitude e 55°24'46" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 221 e 222, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 202 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Amigos de Novo Progresso, no sentido de conceder-lhe a au-

torização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.027.782/03, de 8 de setembro de 2003.

Brasília, 22 de agosto de 2006. – **Lúcia Helena Magalhães Bueno**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 22 de agosto de 2006. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 23 de agosto de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 204/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de agosto de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2007

(Nº317/2007 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 115 de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o

ato constante da Portaria nº 115, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 22 de janeiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 133 EM

Brasília, 5 de Abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Difusão Comunitária, no Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.000738/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

PORTARIA Nº 115, DE 23 DE MARÇO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000738/00 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 0283 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Difusão Comunitária, com sede na Praça 19 de Maio, sala nº 06, no município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º37'45”S e longitude em 50º49'58”W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

Relatório: Nº 287 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.790.000.738-00, protocolizado em 10-3-2004.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Difusão Comunitária, município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação de Difusão Comunitária inscrita no CNPJ sob o número 04.129.869/000191, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Praça 1º de Maio, sala 06, município de Parobé, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19 de fevereiro de 2004, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça 1º de Maio, nº 38, sala 206 – Centro, no município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul de coordenadas geográficas em 29º37'45”S de latitude e 50º49'58”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 153 e 154, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena, planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentada que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c, d, e, h, i e j** da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 157 a 241).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 227, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o

roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 242 e 243. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 216 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Difusão Comunitária

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Roni Abel Roldão	Presidente
Adriana Wommer Stuardt	Vice Presidente
Beloni Maria Fontes	Secretária
Roberto Abel Roldão	Tesoureiro
Valdir Antônio Padilha	Dir. Comum. Social

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça 1º de Maio, nº 38, sala 206 – Centro, Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

• coordenadas geográficas

29°37'45" de latitude e 50°49'58" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 242 e 243, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 227 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Difusão Comunitária, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.000.738-00 de 10 de março de 2004.

Brasília, 12 de dezembro de 2005. – Relator da Conclusão Jurídica, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços Brasília, de dezembro de 2005. – **Sibela Leandra Portella Matias**,

Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, de dezembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 287/2005/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de dezembro de 2005. – **Joanilson I. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 481, DE 2007**

(Nº 329/2007 na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à
Associação Comunitária Piranhas para exe-
cutar serviço de radiodifusão comunitária na
cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346 de 10 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.159, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 346, de 10 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piranhas, Estado de Alagoas.

Brasília, 21 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 398

Brasília, 31 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Piranhas, no Município de Piranhas, Estado de Alagoas, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53610.000001/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 346, DE 10 DE JULHO, DE 2006

O ministro de estado das comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53610.000001/99 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1.616 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Piranhas, com sede na Av. Santana do Ipanema, nº 20, Bairro Xingó, no Município de Piranhas, Estado de Alagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º36'29"S e longitude em 37º46'02"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO Nº 292 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53610000001/99, protocolizado em 19-1-1999

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Piranhas município de Piranhas, Estado de Alagoas.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Piranhas, inscrita no CNPJ sob o número 02.934.903/0001-75, no Estado de Alagoas, com sede Av. Santana do Ipanema, nº 20, Bairro Xingó no município de Piranhas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19 de Janeiro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 9 de setembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária Nossa Senhora da Saúde – Processo nº 53610000334/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou a documentação para análise em tempo hábil, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 7.688, datado de 22/06/2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos

para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na A Santana do Ipanema, nº 20, Bairro Xingó, no município de Piranhas, Estado de Alagoas, de coordenadas geográficas em 09°37'38"S de latitude e 37°45'25"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60/62, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas que foram objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de análise de Instalação de RadCom, houve justificativa às fls. 124.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Saliente-se que em 30-5-2003 o processo foi arquivado e em 9-7-2004 foi reconsiderado, dando prosseguimento normal ao feito, cuja aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 64 a 153).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 115/116,

firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 123/124. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 153, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente,

seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Piranhas;

• quadro diretivo

Presidente: Adjay Teixeira de Araújo

Vice-presidente: Antônio Damascena Santos

1º Secretário: Marcos André Peixoto

2º Secretário: Ariosvaldo Pereira Barbosa

Tesoureiro: Hildebrando Margem Simplício

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio


Av. Santana do Ipanema, nº 20, município de Piranhas, Estado de Alagoas;

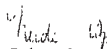
• coordenadas geográficas

09°36'29" de latitude e 37°46'02" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 123/124, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 115/116 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Piranhas, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 5361000001/99 de 19 de janeiro de 1999.

Brasília, 20 de dezembro de 2004.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior
Chefe de Divisão

De acordo.

À consideração do senhor Diretor de Outorga de Serviços.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador– Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 482 , DE 2007**

(Nº 335/2007, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.586 de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados. de dezembro de 2007.

MENSAGEM Nº 694, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.586, de 22 de novembro de 2002, que renova, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 15 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 56 EM

Brasília, 23 de Fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 2.586, de 22 de novembro de 2002, publicada no **Diário Oficial da União** de 20 de janeiro de 2003, pela qual foi renovada, por dez anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, cuja outorga foi deferida pela Portaria nº 268, de 2 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** de 5 de setembro de 1988.

2. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão

é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que o pedido foi analisado pelos órgãos técnicos desta Pasta e considerado de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da permissão, o que levou este Ministério a deferir o pedido de renovação.

4. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 32 do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53.770.001.110/98.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 2.586, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53.770.001.110/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, cuja outorga foi deferida pela Portaria nº 268, de 2 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** em 5 subsequente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER Nº 271/2004/CORDF/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53770.001110/98

Interessada: Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda.

Assunto: Renovação de Outorga

Ementa: Concessão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento

1. Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, requer renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo termo final ocorreu em 2 de setembro de 1998.

I – Dos Fatos

2. Mediante a Portaria nº 268, de 2 de setembro de 1988, foi autorizada permissão à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., para explorar, por 10 anos o Serviço de Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

3. A outorga em questão começou a vigorar em 5-9-1988, na cidade de Petrópolis/RJ, data de publicação da Portaria. Posteriormente, foi publicada em 20-1-03 no **Diário Oficial da União** em 20-1-03, a Portaria nº 2.586, de 22 de novembro de 2002, renovando a permissão outorgada para o decênio 1998 à 2008, esta pois, embora já publicada tomará sem efeito consoante ao Ato Normativo nº 1/1999, da Câmara dos Deputados e a Resolução nº 39/1992, do Senado Federal.

4. Cumpre ressaltar que, durante o período de 2-9-1988 à 2-9-1998, a entidade sofreu penalidades, inclusive advertência, conforme se verifica de seus assentamentos cadastrais.

5. De acordo com os registros deste Ministério das Comunicações, as penalidades foram cumpridas e as multas foram recolhidas. Outros processos de apuração de infração da entidade que encontram-se em fase de análise não configuram impedimento para o deferimento do pedido, pois não podem resultar em pena de cassação da outorga, segundo o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e o Código Brasileiro de Telecomunicações.

II – Do Mérito

6. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, que poderá ser renovado por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 22, § 5º).

7. De acordo com o artigo 4º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

8. O pedido de renovação da outorga referente ao decênio 1998/2008, foi protocolizado neste Ministério das Comunicações no dia 13 de maio de 1998, dentro, pois, do prazo legal (capa) – Processo nº 53770.001110/1998.

9. A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS	VALOR Cz\$
FRANCISCO THEODORO PEÇANHA	300	300,00
FRANCISCO DE ORLEANS E BRAGANÇA	10	10,00
PEDRO CARLOS DE B. DE ORLEANS E BRAGANÇA	300	300,00
HELMUT LAUTERJUNG	250	250,00
AFONSO DE B. ORLEANS E BRAGANÇA	75	75,00
SYLVIO CARVALHO DA SILVA	65	65,00
TOTAL	1.000	1.000.000,00

Francisco de Orleans e Bragança – Sócio Gerente

10. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica a análise de engenharia à fl. 71/76.

11. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 187.

12. Consultando os nossos cadastros, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

13. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 2 de setembro de 1998.

Conclusão

14. Do exposto, concluímos pelo deferimento dos pedidos, sugerindo o encaminhamento dos autos a Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer “sub-censura”.

Brasília (DF), 2 de junho de 2004. – **Marleuza Moreira**, Estagiária de Direito – **Vânea Rabelo**, Coordenadora da Região Sudeste e Distrito Federal.

De Acordo. À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Em 3 de junho de 2004. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De Acordo. À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Em 3 de junho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhe-se os autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Em 4 de junho de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2007

(Nº 338/2007, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598 de 24 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 45, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 598, de 24 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeira, Estado do Paraná.

Brasília, 22 de janeiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 379 EM

Brasília, 9 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunica-

ção e Cultura de Palmeira, no Município de Palmeira, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.000.000.595/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 598, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.000.595/03 e do PARECER/MC/CONJUR/AGF/Nº 1.862 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira, com sede na Rua Vicente Machado, nº 1.165, no município de Palmeira, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º25'13"S e longitude em 50º0'3"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Calixto da Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 51/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.001.238/03, protocolizado em 11 de fevereiro de 2003.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Sociedade Amigos do Rio Acima do Município de Vargem – SARA, município de Vargem, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Sociedade Amigos do Rio Acima do Município de Vargem – SARA, inscrita no CNPJ sob o número 05.373.077/0001-20, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Professor Francisco Morato, nº 28, no município de Vargem, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 31-1-2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) AVARG – Associação Comunitária Vargense para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico – Processo nº 53830.002.158/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: diante da revisão efetuada nos autos constatou-se que a entidade deixou de encaminhar toda a documentação solicitada no ofício nº 4.163/02, ocorrendo a perda de prazo por decurso do tempo e restando comprovada a sua falta de interesse processual, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6.440, datado de 7-7-2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 8.945 de 30-6-2004. Ressalte-se que após a ciência da não reconsideração, a entidade não ingressou com recurso.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Francisco Morato, nº 28, Centro, no município de Vargem, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22º53'00"S de latitude e 46º24'00"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 46 e 47, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arru-

amento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às fls. 199.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b**, **e**, **i**, **h**, **j**, **g**, **d** e **p** da Norma Complementar nº 01/2004, declaração de que a entidade não possui vínculos de subordinação com outra entidade, ata de definição da real denominação da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária e cópia do CNPJ retificado da requerente, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 55 a 193).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” _ fls. 139 e 140, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 198 e 199. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 193, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos, dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Sociedade Amigos do Rio Acima do Município de Vargem – S.A.RA;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Manoel Marcelino de Brito	Presidente
Luiz Edson Soares	Vice-Presidente
Antônio Benedito de Souza	Secretário Geral
Suely Lima Marcelino de Brito	1º Secretária
Francisco de Assis Alves de Oliveira	2º Secretário
Vânia Alvarenga Cândida Homada	1ª Tesoureira
Maria José Figueiredo	2ª Tesoureira
José Camanducci	Diretor Social
Antônio Aírton de Oliveira Vilaça	Diretor Cultural
Márcio Leandro da Silva	Diretor de Imprensa
Luiz da Cruz Almeida	Diretor de Esporte
Benedito Gonçalves de Souza	Diretor de Patrimônio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Professor Francisco Morato, n.º 15, Centro, município de Vargem, Estado de São Paulo;

• coordenadas geográficas

22º53'38" de latitude e 46º25'02" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de

Análise de Instalação da Estação” – fls. 198 e 199, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 139 e 140 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Sociedade Amigos do Rio Acima do Município de Vargem – SARA, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.001.238/03 de 11 de fevereiro de 2003.


 Lídia Regina
 Relatora da Conclusão Técnica
 Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
 Mat. 1335439
 SENG/CORAC/DEOC/SC

Brasília, 14 de Fevereiro de 2006.


 Relator da Conclusão Técnica
 Ana Maria das Dores e Silveira
 Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
 Mat. 1333096
 SENG/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 14 de fevereiro de 2006. – **Sibela Leandra Portella Matias**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 17 de fevereiro de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 51/200/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de fevereiro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – *Decisão Terminativa*).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2007

(Nº 369/2007, na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.000 de 30 de novembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de

Canarana para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 239, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 1.000, de 30 de novembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

Brasília, 13 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 823 EM

Brasília, 14 de dezembro 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53690.001244/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 1.000, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.001244/98 e do Parecer/MC/Conjur/MGT/Nº 2.161 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, com sede na Rua Tenente Portela, nº 487 – centro, no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 13º33'08"S e longitude em 52º0'16'17"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 217/2006/RADCOMJDOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53690.001244/98 protocolizado em 24-11-98.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, Município de Canarana, Estado do Mato Grosso.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, inscrita no CNPJ sob o número 02.751.073/0001-40, no Estado do Mato Grosso, com sede na Rua Tenente Portela, nº 487 – centro, Município de Canarana, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 16 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Miraguaí, nº 267, no Município de Canarana, Estado do Mato Grosso, de coordenadas geográficas em 13º33'18"S de latitude e 52º16'19"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 101/102, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre

coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 13°33'08" S e 52°16'17" W no seguinte endereço: Rua Tenente Portela, nº 487 – centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 196 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas o da Norma Complementar nº 1/2004, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 190 a 234).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 196, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 229. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 235 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Vida Nova de Canarana;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Domingos Finato	Presidente
Guido Afonso Rauber	Diretor Administrativo
Rodrigo Favreto Colling	Diretor de Operações

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Tenente Portela, nº 487 – centro, Município de Canarana, Estado do Mato Grosso.

• coordenadas geográficas

13°33'08" de latitude e 52°16'17" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 229, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 196 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53690.001244/98 de 24 de novembro de 1998.

Brasília, 12 de setembro de 2006. – **Lúcia Helena Magalhães Bueno**, Relator da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária. – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica e Chefe de Divisão / SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 12 de setembro de 2006. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 12 de setembro de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 217/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de setembro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 471 a 484, de 2007**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de dezembro de 2007, e publicou no dia 12 do corrente, a **Medida Provisória nº 404, de 2007**, que “Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.”

Nos termos dos §§ 2º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

Maioria (PMDB)

Valdir Raupp	Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

DEM

José Agripino	Raimundo Colombo
Kátia Abreu	Maria do Carmo Alves
Jayme Campos	

PSDB

Arthur Virgílio	Marisa Serrano
Sérgio Guerra	Cícero Lucena

PT

Ideli Salvatti	Fátima Cleide
Eduardo Suplicy	Flávio Arns

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

*PR

João Ribeiro	Expedito Júnior
--------------	-----------------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves	
Luiz Sérgio	
Mário Negromonte	
Luciano Castro	
Jovair Arantes	
Hugo Leal	

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

Geraldo Thadeu	Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	Antonio Carlos Magalhães Neto

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Paulo Pereira da Silva	Miro Teixeira
Márcio França	Rodrigo Rollemberg

***PRB**

Léo Vivas

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 12-12-2007**
- Designação da Comissão: **13-12-2007 (SF)**
- Instalação da Comissão: **14-12-2007**
- Emendas: **até 18-12-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **12-12-2007 a 25-12-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **25-12-2007**
- Prazo na CD: **de 26-12-2007 a 18-2-2008** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-2-2008**
- Prazo no SF: **de 19-2-2008 a 3-3-2008** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **3-3-2008**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 4-3-2008 a 6-3-2008** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **7-3-2008** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **21-3-2008** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/176/2007

Brasília, 11 de dezembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais de educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho”.

A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 741/07/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.122, de 1999 (nº 418/99 no Senado Federal), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.550, de 19 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a esta Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 742/07/OS – GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.859, de 2003 (nº 211/03, no Senado Federal), o qual “Institui a data de 5 de dezembro como o Dia Nacional da Pastoral da Criança”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.583, de 28 de novembro de 2007.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 744/07/OS – GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo e Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.705, de 2006 (nº 347/05, no Senado Federal), o qual “Institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional do Agente Comuni-

tário de Saúde”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.585, de 28 de novembro de 2007.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 713, DE 2007

Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (FDMS), seus objetivos, fontes e aplicação dos respectivos recursos.

Art. 2º Fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (FDMS), com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos que tenham por objetivo:

I – apoio à atração e implantação de empreendimentos industriais de grande relevância para o desenvolvimento regional, que tenham impacto na viabilidade de outros investimentos, promovam a melhoria da competitividade dos negócios em sua área de atuação e permitam o desenvolvimento de atividades produtivas novas e a expansão daquelas já existentes;

II – implantação de bens públicos mediante a atuação da Administração Pública, nos diversos níveis de governo, em esforço conjunto com entidades representativas das forças sociais, produtivas, científicas e políticas da mesorregião;

III – estímulo à criação e preservação de bens públicos que possam aumentar a produtividade regional, incentivar o aproveitamento das potencialidades regionais e tornar efetivas as vocações e vantagens comparativas regionais;

IV – apoio aos – arranjos produtivos locais e à adoção de inovações tecnológicas que ajudem a elevar a agregação de valor à

produção e aumentem a competitividade das empresas e dos negócios; e

V – melhoria da produtividade dos fatores econômicos, em especial da força de trabalho, e implantação de investimentos estruturantes nas áreas de infra-estrutura econômica e social e de serviços públicos básicos.

§ 1º A aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (FDMS) será pautada pelas diretrizes e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

§ 2º É vedada a destinação de recursos do FDMS a iniciativas cuja repercussão se restrinja ao contexto local, sem impacto na economia regional quanto aos objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, e que não atendam estritamente as diretrizes e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

§ 3º Nos termos do **caput** deste artigo, investimentos estruturantes são intervenções promovidas pela Administração Pública, geradoras de bens e equipamentos de alcance universalizado, de domínio e usufruto da sociedade de forma indiscriminada, como são os investimentos nos sistemas de transporte e em saneamento básico.

§ 4º Nos termos do **caput** deste artigo, bens públicos são bens de consumo livre, que não podem sofrer restrição quanto ao acesso de novos usuários ou consumidores e a adição de mais um beneficiário não importa na diminuição do desfrute pelos que lhe precederam, como são a sensação de segurança individual e do patrimônio, a inexistência de endemias em uma região e a facilidade de transporte e movimentação de pessoas e cargas.

Art. 3º O FDMS será gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos previstos nesta Lei serão apresentados ao órgão gestor, que os submeterá ao colegiado previsto no art. 6º, para aprovação segundo seu enquadramento nos objetivos e prioridades do FDMS.

§ 2º Os recursos do FDMS somente serão aplicados em projetos de relevância regional e que tenham sido analisados e aprovados pelo colegiado a que se refere o art. 6º, com base em parecer do órgão gestor.

§ 3º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelo órgão gestor, conforme definido no regulamento.

§ 4º Os recursos do FDMS não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa

do órgão gestor ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

§ 5º Ao término de cada projeto, o órgão gestor efetuará uma avaliação final, de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observadas as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 6º A instituição pública ou privada recebedora de recursos do FDMS e executora de projetos, cuja avaliação final não for aprovada pelo órgão gestor, ficará inabilitada pelo prazo de cinco anos ao recebimento de novos recursos ou enquanto o órgão gestor não proceder a reavaliação do parecer inicial.

Art. 4º O FDMS é um fundo de natureza contábil, com prazo de duração de vinte anos, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme dispuser o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

- I – recursos do Tesouro Nacional;
- II – doações, nos termos da legislação vigente;
- III – legados;
- IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- V – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do Fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VI – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- VII – saldos de exercícios anteriores;
- VIII – recursos de outras fontes.

§ 1º Ficam assegurados ao FDMS, em cada ano, a partir de 2008 e até o exercício de 2028, quinhentos milhões de reais, atualizados pela variação acumulada da receita corrente líquida da União, na forma do regulamento.

§ 2º Os recursos financeiros destinados ao FDMS, em conformidade com o disposto no § 1º, serão integralmente depositados, na forma de duodécimos mensais até o dia 20 de cada mês, no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), à ordem do órgão gestor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para aplicação nos projetos aprovados pelo colegiado a que se refere o art. 6º.

§ 3º Os recursos financeiros transferidos ao FDMS, em conformidade com o que dispõem os §§ 1º e 2º deste artigo e não utilizados no exercício financeiro correspondente, serão mantidos no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), à ordem do órgão gestor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, não ficando sujeitos a contenções, contingenciamentos, diferimentos e exercícios findos.

Art. 5º A não-aplicação dos recursos do FDMS de acordo com o disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeita o titular do projeto apoiado ao pagamento do valor atualizado dos recursos recebidos, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos do proponente junto ao órgão gestor do Fundo suspenderá a análise de outros pleitos, até a efetiva regularização.

Art. 6º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FDMS e decidir sobre a aprovação dos projetos, com participação de representantes dos governos federal, estadual e municipais e de entidades representativas das forças sociais, produtivas, científicas e políticas da Mesorregião da Metade Sul.

Parágrafo único. O colegiado a que se refere o **caput** estabelecerá a sistemática de acompanhamento, avaliação e controle da execução dos projetos apoiados pelo Fundo e aprovará seu regimento.

Art. 7º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o aumento de despesa decorrente desta Lei e o impacto orçamentário-financeiro nos futuros exercícios fiscais.

Parágrafo único. O aumento de despesa decorrente desta Lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias e o órgão encarregado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional incluirá a despesa resultante no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 2º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro subsequente àquele em que for implementado o disposto no parágrafo único do art. 7º.

Justificação

A redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como descrito na Constituição de 1988, e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional é expressão da prioridade efetiva do tema. A Política tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso País de dimensões continentais.

O enfrentamento das desigualdades regionais exige tratar esse problema como uma questão nacional. Embora haja particularidades, as desigualdades envolvem todo o território nacional e não apenas o Nordeste e a Amazônia. As desigualdades regionais diminuem a coesão e integração territorial do País, acarretando perdas para o conjunto da Nação. Por isso, a solução exige a construção de consenso entre a sociedade e os três níveis de governo, até porque o problema gera efeitos diretos e indiretos para toda a população.

A agenda de ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional engloba diversas escalas de intervenção. Ações organizadas em múltiplas escalas são necessárias para o alcance de seus objetivos, desde a supranacional à local, passando pela nacional, macrorregional e sub-regional.

A proposição que agora submeto à consideração de meus Pares visa a articulação das ações e elaboração de plano estratégico de desenvolvimento de uma mesorregião específica, a Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Como é reconhecida por todos os órgãos e entidades de pesquisa e análise econômica, a Metade Sul representa uma situação de desequilíbrio para os padrões da realidade social e econômica do Rio Grande do Sul, pois seus indicadores mostram uma clara e inequívoca desvantagem em relação ao restante do Estado.

As oportunidades e potencialidades da Mesorregião Metade Sul constituem um grande ativo da nação brasileira e devem ser promovidas em benefício de sua população e de todo o País. A Mesorregião Metade Sul ocupa uma posição geográfica privilegiada no contexto das rotas de transporte do Mercosul. Está localizada em um ponto intermediário entre as duas maiores concentrações de mercado da América do Sul, fato que gera um potencial significativo para a diversificação da base econômica local, inclusive criando a possibilidade de uma industrialização mais diversificada.

A mesorregião apresenta abundância de solos de boa qualidade, ocupados cora a pecuária extensiva. Como essa atividade possui baixo potencial de geração de renda e de empregos diretos e indiretos, esses solos podem vir a ser utilizados em linhas de

produção de produtividade mais elevada, com maiores efeitos indutores sobre outros segmentos da economia da região. Uma das alternativas nesse sentido é a fruticultura, tendo em vista o fato de que a mesorregião apresenta solos e clima de qualidade adequada para algumas culturas, como a uva, o pêssego, a pêra, o melão, o figo e a ameixa. Além disso, algumas linhas de produção tradicionais da Mesorregião podem ser qualificadas, de forma a aumentar sua produtividade e seus efeitos para o desenvolvimento regional, como é o caso da bovinocultura de corte, da ovinocultura e da produção leiteira. O reflorestamento é outra potencialidade a considerar, especialmente em áreas cujos solos apresentam limitações quanto a capacidade de uso, como ocorre na Serra do Sudeste e em partes da Fronteira Oeste.

Existem ainda áreas com potencialidade para exploração turística, inclusive aproveitando atrações ligadas à história e às tradições do Estado. O turismo rural já é explorado, em pequena escala, em algumas localidades. A mesorregião conta com recursos naturais de expressiva relevância turística, como a costa da Lagoa dos Patos, a Costa Doce, e áreas com potencial para o turismo ecológico, como os banhados da planície costeira e os sítios paleontológicos e paleobotânicos localizados nas proximidades de Santa Maria.

A mesorregião possui recursos minerais importantes, como é o caso das reservas de carvão mineral, cuja utilização na geração de termoelectricidade pode ser ampliada no futuro. Conta ainda com importantes jazidas de calcário, de pedras ornamentais e de argilas.

A Metade Sul apresenta também um potencial significativo na área técnico-científica, em razão da presença de importantes centros de pesquisa, como duas unidades da Embrapa e vários Pólos de Modernização Tecnológica, bem como de universidades e de instituições independentes de ensino superior. A Mesorregião Metade Sul sedia três das quatro universidades federais existentes no Estado e várias escolas técnicas federais.

Diante de tal potencial, o Governo Federal estabeleceu o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, órgão gestor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O objetivo do Ministério da Integração Nacional na Metade Sul é implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais.

A proposição agora submetida aos meus Pares busca a criação de um instrumento financeiro para dar maior vigor aos esforços de desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul.

A promoção do desenvolvimento da Mesorregião necessita de um instrumento institucional para financiar os investimentos das empresas locais ou que venham a se instalar ali, melhorar a infra-estrutura física dos empreendimentos produtivos e para reduzir o custo de transporte até os principais mercados da América do Sul. A existência de um mecanismo próprio de financiamento, com agente operador que conheça a Mesorregião e seus agentes econômicos, certamente contribuiria para que empresas sejam atraídas, levando ao aumento da produção regional e reduzindo o hiato que a separa da outra metade do Estado.

Além do instrumento financeiro, proponho o estabelecimento de um colegiado para servir de lócus para a aglutinação das iniciativas da Administração Pública, nos diversos níveis de governo, em esforço conjunto com entidades representativas das forças sociais, produtivas, científicas e políticas da Mesorregião.

Certos da relevância da iniciativa esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

.....
Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

.....
(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, DE 2007

Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas de qualquer natureza, composição ou tamanho.

Art. 2º Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias de qualquer natureza, composição ou

tamanho deverão receber dos consumidores as unidades usadas, que serão, posteriormente, recolhidas pelos fabricantes ou importadores.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no **caput** deste artigo ficam obrigados a instalar coletores em local visível e de fácil acesso para a devolução das unidades usadas.

§ 2º As unidades devolvidas deverão ser acondicionadas e armazenadas conforme as normas vigentes até serem repassadas aos fabricantes ou importadores.

Art. 3º O rótulo das embalagens das pilhas e das baterias deverá informar de forma clara ao consumidor sobre a correta devolução das unidades usadas.

Art. 4º Fica proibido o descarte no meio ambiente de pilhas e baterias usadas de qualquer natureza, composição ou tamanho.

Art. 5º A inobservância ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei constitui infração punível com as sanções administrativas cabíveis, dentre as previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 6º O descumprimento da proibição imposta no art. 4º sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

A crescente expansão e evolução do setor de equipamentos eletro-eletrônicos traz como resultado imediato um aumento na geração de pilhas e baterias usadas. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, são produzidos anualmente no País cerca de 800 milhões de pilhas e 17 milhões de baterias.

As pilhas e baterias contêm em sua composição substâncias químicas perigosas, entre as quais metais pesados como cádmio, chumbo, mercúrio, lítio, níquel, zinco, manganês, cobalto e seus compostos. O descarte inadequado das unidades usadas pode causar sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente, uma vez que seus componentes, ao serem liberados, contaminam o solo e os recursos hídricos e são incorporados pelos seres vivos. Convém lembrar que esses elementos químicos têm efeito cumulativo e os elos superiores das cadeias alimentares são os mais afetados, apresentando altos índices de contaminação.

Embora a Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente admita o descarte de pilhas e baterias, de determinada composição e teor de metais pesados, juntamente com resíduos domiciliares, em aterros sanitários licenciados,

entendemos que todos os tipos do produto – mesmo os fabricados com reduzidos percentuais de substâncias tóxicas –, quando esgotados em seu potencial energético, tornam-se resíduos perigosos e, como tal, devem receber tratamento diferenciado.

Saliente-se que, a par da dificuldade do usuário em identificar corretamente as unidades usadas que podem ser depositadas no lixo convencional, a grande maioria dos municípios brasileiros não possui aterros sanitários, e, por conseqüência, os resíduos urbanos acabam em lixões.

É nesse contexto que apresentamos o projeto de lei, com o objetivo de estimular a população a adotar práticas ambientais saudáveis e responsabilizar os comerciantes e fabricantes pelo destino final adequado dessa categoria de resíduo.

Julgamos de fundamental importância que todos os tipos de pilhas e baterias – independente de sua composição ou tamanho – sejam entregues pelos consumidores, após sua utilização, aos estabelecimentos comerciais específicos de modo que estes repassem as unidades usadas para os fabricantes ou importadores.

Sendo assim, pelas razões expostas, contamos com o acolhimento da proposição pelos ilustres Pares, na certeza do aperfeiçoamento da matéria.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
(*Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais cabendo à última decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste Voto de Louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino

Médio – ENEM, a despeito das graves conseqüências à saúde acarretadas pela Mucopolissacaridose, doença rara que causa cegueira, surdez além de diversos outros comprometimentos. Para que os pacientes da doença recebam seus medicamentos de alto custo do SUS, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal estabeleceu entendimentos com o Ministério da Saúde no início de 2007, que infelizmente ainda não surtiram o efeito esperado. Luiz Eduardo, que recebe sua medicação por decisão liminar da Justiça, tem sido um valoroso companheiro nessa caminhada, estando ao nosso lado em Audiências Públicas e reuniões. A despeito da pouca idade de 17 anos, Luiz Eduardo apresenta qualidades que fazem da deficiência um detalhe de menor significado em sua existência. Exemplo de vida para tantos outros é uma dessas pessoas que fazem a diferença, superando barreiras e vencendo os desafios que a vida lhe tem apresentado.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.

– Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso ao Professor Dr. Marcos Ávila pelo título de **Doutor Honoris Causa** a ele outorgado, a ser entregue no dia de hoje, no Salão Nobre do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Justificação

O escritor Jorge Amado descobriu a excelência oftalmológica da capital goiana já no final da vida, quando estava em Paris. Vítima de cegueira parcial, ele precisou fazer um exame comum a tecnologia que a França ainda não dominava plenamente.

O médico lhe receitou então uma visita ao Centro Brasileiro de Cirurgia de Olhos (CBCO), na capital goiana. Ali se tratam notáveis, como o senador e ex-presidente José Sarney e o arquiteto Oscar Niemeyer – que por medo de avião percorre de carro o trajeto de 1,4 mil quilômetros entre o Rio de Janeiro e Goiânia -, além de milhares de pacientes anônimos de todo o Brasil e do exterior.

Às segundas-feiras, dia de maior movimento na clínica, são atendidas em média 300 pessoas. “Cerca de 60% dos nossos pacientes são de fora de Goiânia”, diz o oftalmologista Marcos Ávila, um mineiro de Uberlândia que há 11 anos escolheu Goiânia para fundar o CBCO, seguindo a tendência de interiorização da medicina de qualidade iniciada nos Estados Unidos na década de 80.

Marcos Ávila, ensinou por cinco anos na Retina Foundation e Harvard University, em Boston (EUA), publicou 42 artigos científicos no exterior e 32 no Brasil. É membro de 13 sociedades médicas internacionais e 15 nacionais, foi presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (1999/2001).

É o fundador do CBV (Centro Brasileiro de Visão), e principal investigador de sete estudos internacionais em oftalmologia. Orientador de teses de mestrado e doutorado das universidades federais de Goiás (UFG), do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB). Presidiu, em setembro, o XXXIV Congresso Brasileiro de Oftalmologia em Brasília (DF).

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.455, DE 2007

Senhor Presidente,

Na qualidade de titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e em face de trabalhos da Segunda Sessão do Parlamento do Mercosul a realizar-se em Montevideu – Uruguai, Requeiro, nos termos do inciso II, **a** do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para desempenhar referida missão no período entre os dias 17 a 19 de dezembro de 2007.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 17 a 19 de dezembro de 2007.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.

– Senador **Efraim Moraes**.

REQUERIMENTO Nº 1.456, DE 2007

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 14 a 20 de dezembro de 2007, para fins de participar da 8ª sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**, Senador.

REQUERIMENTO Nº 1.457, DE 2007

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da casa, entre os dias 17 e 19 de dezembro do corrente, quando participarei da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, conforme convocação anexa.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no art. 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 17 e 19 de dezembro do corrente ano.

Senado Federal, 13 de dezembro de 2007. – Senador – **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.458, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 40 § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar dias 17 e 18 de dezembro, na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

Informo que estarei ausente do País no período de 16 a 19 de dezembro para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– **Geraldo Mesquita Junior**, Senador (PMDB-AC).

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007, que cria a Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.460, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Exmº Sr. Senador José Acripino, agradado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Exmº Sr. Senador José Acripino, Líder do Partido Democratas no Senado Federal, ao ser agraciado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro.

Requeiro, ainda, que o Voto – de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Deputado Estadual Jorge Piciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, outorgante da honraria e, por seu intermédio, a todos os Deputados Estaduais do Estado, bem como ao Deputado Atila Nunes, autor da iniciativa.

Justificação


O Senador José Acripino, atual Líder do DEM no Senado, é referência nacional na política. Preparado intelectualmente como cidadão, o ilustre parlamentar agrega a sua biografia o traço mais expressivo na vida de um político: é democrata na mais elevada acepção do termo. Ademais, é incansável batalhador pela ética na política, administrador comproveadamente eficiente (e mostrou isso ao governar o seu Estado, o Rio Grande do Norte) e hábil condutor político nos momentos em que a vida pública e a Nação pedem serenidade, prudência, coragem para assumir posições e altivez.


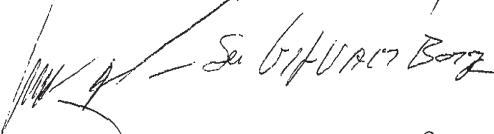
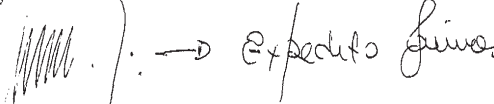

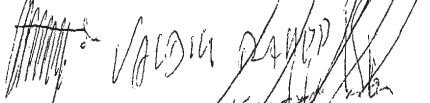
Agora, esse bravo nordestino agrega à sua vitoriosa jornada um título do mais forte aconchego: ele será, a partir de 14 de dezembro de 2007, Cidadão do Estado do Rio de Janeiro. Ser fluminense, e ainda mais honorário, é agregar à vida de um cidadão a determinação do conteúdo ou da qualidade de algo que

toca no fundo da alma. Esse é sentimento reconhecido por brasileiros de todos os pontos, pela certeza de que o Rio é Tudo! E, sobretudo, é Brasil em sua inteireza maior!

Por tudo isso, formulo este Voto de Aplauso ao Senador José Agripino, que convive conosco neste Plenário, nas Comissões, sempre presto a trabalhar pelo Brasil, sem jamais se esquecer do seu Rio Grande do Norte, pequeno no tamanho, imenso como o sentimento de maior brasilidade que possa ser identificado e que, no caso daquele Estado, também expresso por um múltiplo conjunto de belezas naturais, a começar pela sua fantástica orla marítima, com pias inigualáveis. E, pois, mais do que justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.461, DE 2007

Requer voto de aplauso aos juristas e desembargadores Sidnei Agostinho e Jorge Mussi, a partir de hoje novas Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos juristas e desembargadores Sidnei Agostinho e Jorge Mussi, que, a partir de hoje, dia 12 de dezembro de 2007, passam a integrar o quadro de Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

A partir de hoje, dia 12 de dezembro de 2007, Desembargadores Sidnei Agostinho e Jorge Mussi, passam a corte de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, pelo que requeiro este Voto de Aplauso ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.462, DE 2007

Requer voto de aplauso à Associação Nacional dos Magistrados, pelo lançamento da primeira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pelo lançamento, em 11 de dezembro de 2007, em Brasília, da primeira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Associação Nacional dos Magistrados e, por seu intermédio, aos agraciados com o Prêmio.

Justificação

Em boa hora, a Associação Nacional dos Magistrados promove a outorga do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Numa época em que lamentavelmente a sociedade brasileira assiste a tantos abusos e agressões à pessoa humana, conforta saber que há

valores que superam tais vicissitudes. Por isso, o Voto de Aplauso que requeiro tem objetivo de saudar a iniciativa de entrega do Premio da Associação Nacional dos Magistrados.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.463, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Diário Tucano, informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ter posto em circulação, hoje, dia 13 de dezembro de 2007, a sua edição nº 1.000.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Diário Tucano, informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ter posto em circulação, hoje, dia 13 de dezembro de 2007, a sua edição de nº1000.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Coordenadora de Comunicação do PSDB, Soraya de Alencar, e ao Editor do **Diário Tucano**, André Campos, e, por seu intermédio, do Conselho Editorial e de toda a equipe do informativo.

Justificação

Está circulando no dia de hoje, 13 de dezembro de 2007, a edição nº 1000 do **Diário Tucano**, o informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O bem elaborado informativo, que começou a circular no dia 7 de maio de 2003, e hoje tem, além da edição impressa, uma versão eletrônica, cumpre perfeitamente o objetivo para o qual foi criado – o de manter as duas Bancadas informadas sobre os assuntos em pauta no Congresso Nacional, facilitando, assim, a atuação coordenada do partido. Por estar

circulando, hoje, pela milésima vez, o informativo faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.464, DE 2007

Requer votado de aplauso pelo lançamento, em 12 de dezembro de 2007, em Brasília, do livro “Histórias do Piloto e Ajudante de Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, do piloto-aviador Hernani Fittipaldi.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pelo lançamento, em 12 de dezembro de 2007, em Brasília, do livro “Histórias do Piloto e Ajudante de Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, do piloto-aviador Hernani Fittipaldi.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e, por seu intermédio, à Família Fitipaldi.

Justificação

Aos 87 anos, o comandante Hernani Fittipaldi lança hoje, por iniciativa de seus familiares, um livro de memórias, em que ele relata a experiência de sua convivência com duas personalidades importantes da história contemporânea, os Presidentes Getúlio Vargas e João Goulart. Fitipaldi foi piloto e ajudante de ordens dos dois governantes e vive hoje em Brasília na SQSW 114 do Plano-Piloto.

Homem da confiança de Getúlio e por ordem dele, era Fitipaldi quem assinava a maioria dos quatro mil documentos que chegavam à mesa de despachos do Presidente. Nessa tarefa, o piloto encontrou o rascunho da carta-testamento, poucas horas antes do suicídio do Presidente, que tanta comoção causou ao Brasil.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Professor Doutor Marcos Ávila, distinguido com o Título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Requeiro, nos termos do art 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao Professor Doutor Marcos Ávila, distinguido com o Título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, do Magnífico Reitor da UFPR, Professor Doutor Carlos Augusto Moreira Júnior; e do Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Professor Doutor Hamilton Moreira.

Justificação

O ilustre Médico Oftalmologista e Professor Marcos Ávila, de notável saber científico, é merecedor do Título de Doutor Honoris Causa que lhe é conferido pela mais antiga Universidade do Brasil e do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. A honraria é o reconhecimento do trabalho que ele desenvolve no campo da Ciência Médica, apoiado por uma equipe de médicos igualmente estudiosos e dedicados.

Conheço pessoalmente o Professor Ávila. Ele é meu Oftalmologista e também de minha filha de seis anos Ana Carolina. Passei a admirá-lo pelas muitas demonstrações de capacidade e pelo zelo com que atua, inclusive em transplantes de córneas. Essa faceta de amizade pessoal não é, entretanto, a justificativa para o encaminhamento do voto de aplauso que requeiro ao Senado da República. É apenas um complemento, aqui inscrito como testemunho de quem há tempos acompanha a trajetória profissional do Dr. Ávila.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.466, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento de Márcio Montarroyos, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2007, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2007, do trompetista Márcio Montarroyos, um dos melhores instrumentistas do País.

Requeiro, ademais, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do músico.

Justificação

O falecimento de Márcio Montarroyos entristece o Rio de Janeiro e o Brasil. Considerado um dos melhores instrumentistas do País, Márcio, que era trompetista, foi homenageado recentemente, no Rio, com um show com a participação de Edu Lobo, Ney Matogrosso, Marcos Valle e João Donato.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Com a palavra, o Senador João Pedro, pela ordem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, igualmente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação de Liderança pela Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação de Liderança.

Temos, então, dois pedidos para comunicação inadiável. Em primeiro lugar, falará o Senador João Pedro, pelo Estado do Amazonas, e, em segundo, o Senador Gerson Camata, pelo Estado do Espírito Santo, e temos a inscrição para a comunicação de Liderança feita pelo Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Senador João Pedro autoriza a inversão da ordem de inscrição, ficando, portanto, a minha inscrição em primeiro lugar, para que eu possa substituir V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Pela lista de inscrição, o Senador Mário Couto está inscrito em primeiro lugar, mas de acordo com a inversão da ordem, a Presidência concede a palavra, por 10 minutos, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de começar o meu discurso, gostaria de concitar o Senado Federal para uma reflexão, depois dos resultados das votações realizadas na madrugada desta quinta-feira, quando, por maioria de votos, a oposição conseguiu derrubar a CPMF, permanecendo a DRU. Houve uma votação em que o Governo precisava de 49 votos e obteve apenas 45, fazendo com que as atenções da Administração Federal agora se voltem para readministrar um novo Orçamento, já que, pelo menos, R\$120 a R\$150 bilhões saem do Orçamento da União nesses próximos três anos com a queda da CPMF.

Vai haver, sem dúvida alguma, retração dos investimentos; vai haver uma crise, que já existe, mas vai ser aumentada no setor saúde no Brasil. Quero crer que, se o sofrimento da pobreza já é grande, com esse resultado esse sofrimento aumentará mais ainda. Há medidas que deverão ser tomadas pelo Governo nas

primeiras horas depois desse resultado, inclusive com a redução drástica de emendas ao Orçamento da União, a começar pelas emendas coletivas, pelas emendas individuais, o que significa um prejuízo incomensurável para os Estados e Municípios brasileiros, que vivem momento de dificuldades, de aperto financeiro.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata, com muito prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Acredito, ilustre Senador, que não devemos nos preocupar muito, porque, de acordo com o que anunciaram aqui os nossos companheiros do PSDB, em janeiro, o custo de vida vai para o chão; vai cair o custo de vida, porque era a CPMF que fazia tudo ficar caro. Agora, tudo vai baratear. Janeiro vai ser uma festa popular: o feijão mais barato, o arroz mais barato, a carne mais barata, porque era a CPMF que os encarecia. Eles descobriram isso. Então, a partir de janeiro, segundo eles anunciaram, tudo vai baixar 3,5%. O ano que vem, então, vai ser um sucesso espetacular.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas V. Ex^a está acreditando nessa previsão?

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Anunciaram.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quem anunciou? O PSDB?

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – O PSDB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E o DEM?

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Também. Estamos tranquilos. As pessoas não se preocupem, porque, em janeiro, vai baixar. Se não baixar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inclusive, ontem, Senador Gerson Camata, fiz um desafio – ontem, foi quarta-feira, não é?

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Foi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, sugeri que se faça a conta de quanto custava ontem um quilo de feijão, um quilo de arroz, um quilo de carne, para que, na próxima semana, a gente vá, de novo, ao supermercado, para sabermos se os preços dos produtos da cesta básica também foram reduzidos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – O Senador Zambiasi, Excelência, está deixando para fazer todas as suas compras no dia 1º de janeiro, porque os custos vão baixar acentuadamente....

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É. Mas espero que, apesar do radicalismo, da emoção com que a CPMF foi derrubada – conforme promessa do próprio Senador Arthur Virgílio, compromisso do Senador Arthur Virgílio –, após essa decisão, o PSDB estaria à disposição para a retomada das negociações.

É verdade que o Governo cometeu algumas falhas de articulação. Mas, apesar disso, apresentou uma solução, a meu ver, inesperada. Para mim, foi uma grande surpresa o Governo, de última hora, abriu mão praticamente da CPMF durante dois anos e ofereceu à oposição uma saída: que a aprovássemos por apenas um ano, ou por três anos desde que todo o montante dos recursos aprovados fossem destinados única e exclusivamente para o setor de saúde no Brasil. Mas, mesmo assim, apesar da celeridade com que o Governo agiu no dia de ontem e apesar da humildade com que se apresentou perante a oposição, a oposição não compreendeu e achou que o Governo apresentou uma solução tardiamente.

Ora, acho que esse assunto não é tão fácil para a gente digerir politicamente, vez que há milhões de pessoas que poderão ser prejudicadas: o remédio pode faltar no hospital; a ambulância pode não sair para a estrada, porque não tem recursos para pagar a gasolina; os atendimentos de hemodiálise poderão sofrer um grande impacto – são nove milhões de hemodíalises em nossos País –; são, calculadamente, quase 17 milhões de internações feitas em todo o Brasil; os exames de laboratório também podem sofrer um impacto com a queda da CPMF.

Enfim, penso que este não é um assunto político para ser decidido assim, e não perdoar os erros do Governo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Essa posição do PSDB, Excelência, parece aquela história: dá um tiro no cara, ele cai no chão, e diz : “Agora vamos negociar”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, não sei se dará tempo para ler todo meu pronunciamento. São apenas quatro laudas. É sobre o IDH do Brasil.

É do conhecimento de todos que, há poucas semanas, o relatório anual das Nações Unidas que mede

o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países classificou o Brasil entre os 70 melhores do mundo.

Para o cálculo do IDH, existe uma cesta de critérios que inclui a taxa de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. De acordo com o relatório da ONU, o Brasil atingiu Índice de Desenvolvimento Humano de 0,8 em uma escala de 0 a 1.

Países com índice inferior a 0,8 são considerados de “médio desenvolvimento humano”, categoria na qual o Brasil figurava desde 1990, quando o Pnud começou a divulgar o *ranking*. No relatório do ano passado, referente a 2004, o IDH do Brasil foi de 0,792. Com a nova pontuação, o Brasil acaba de entrar no clube das nações com alto desenvolvimento humano, com elevado IDH.

O IDH, como se sabe, mede o padrão de vida do País. É um índice usado pela ONU para medir o desempenho dos países em três áreas: saúde, educação e padrão de vida. O índice é composto por estatísticas de expectativa de vida, alfabetização adulta, quantidade de alunos nas escolas e na universidade e o Produto Interno Bruto *per capita*.

Todos sabem que a escolarização brasileira vem crescendo de forma continuada. O número de alunos matriculados na escola cresceu a um nível acelerado, o que terminou pesando positivamente sobre o IDH.

Pesaram também outros fatores, como o Bolsa Família e determinadas políticas públicas acertadas pelo Governo.

O próprio relatório da ONU que divulgou o IDH foi elogioso com relação ao Bolsa Família, ao afirmar que ele “está impulsionando o número de matrículas: cerca de 60% dos jovens pobres de 10 a 15 anos que atualmente estão fora da escola devem se matricular em resposta às exigências do Bolsa Família”, diz o texto daquele relatório. Elogiou o programa por seu método de transferência de renda condicionada. Um total de 46 milhões de pessoas vêm sendo atingidos por esse programa e essa parte significativa da população pobre também obteve melhoras em educação e saúde.

Há dados da própria ONU que demonstram que houve uma queda de cerca de 60% de desnutrição entre crianças de um a seis anos de idade, com a aplicação dos métodos do Bolsa Família, que, como todos sabem, é um programa financiado pela CPMF, que foi derrubada pela Oposição, pelo PSDB e pelos Democratas, na madrugada de hoje.

Na verdade, de 2004 para 2005, o Brasil melhorou em todos os itens que compõem o IDH, com exceção da alfabetização adulta, que ficou estável em 88,6% da população com mais de 15 anos. O analfabetismo vem caindo nos últimos 20 anos. A evasão escolar foi reduzida. De forma que tudo contribuiu para que, mesmo no finalzinho da lista, o Brasil tenha conseguido chegar ao patamar de país de alto desenvolvimento humano.

Sr. Presidente, minha preocupação é que, diante dos últimos acontecimentos, o Brasil volte a ser um país subdesenvolvido.

O desempenho econômico do País também contribuiu para melhorar o padrão de desenvolvimento humano. O PIB *per capita* anual aumentou 2,5% de 2004 para 2005, atingindo US\$8.402 (por paridade de poder de compra).

O problema é que há abismos sociais que continuam de pé – apesar de todas as tentativas e advertências que Senadores como eu vimos fazendo ao longo do tempo. Por outro lado, há outros indicadores que, ao invés de avançarem, como o IDH, estão recuando. E há esferas como saúde, educação e renda que deixam muito a desejar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse publicado na íntegra. Pularei algumas páginas e passarei para a parte final, a fim de não prejudicar os demais oradores e cumprir o Regimento.

Precisamos falar, por exemplo, sobre os presidiários. Enquanto a população brasileira cresceu 20% nos últimos dez anos, a população carcerária aumentou 88%. Neste indicador, salta aos olhos a falta de oportunidades para a juventude pobre. A maioria esmagadora das populações que enchem nossas prisões são pobres e jovens. Está faltando emprego, está faltando oportunidade. Prisões cada dia mais cheias são parte da mesma realidade que mostra melhora em certos indicadores sociais.

Nunca se deve esquecer de que há Estados brasileiros onde ainda impera um padrão africano de qualidade de vida. Faltam políticas públicas nacionais contra a pobreza. Falta um PAC contra a pobreza que vá além dos limites do Bolsa Família. Falta um PAC que combata a concentração de renda. Já mencionei que a própria ONU reconheceu que o Bolsa Família também ajudou no IDH, mas todos sabemos que, por

si só, ele não tem condições de promover a necessária reviravolta social no nosso País.

O que pode reverter esse quadro é a geração de emprego, programas de incentivo ao agricultor, ao pequeno agricultor, investimentos muito maiores em educação e saúde e o controle dessas verbas pela sociedade, com toda transparência. Aí sim, o País poderá integralmente orgulhar-se do seu IDH. É um problema de prioridade nas políticas públicas.

Vive-se melhor no universo social do Bolsa Família. Isso é certo. Mas a desigualdade de renda e riqueza também tem que ser atacada. A concentração tem que ser atacada. Se examinarmos no tempo, iremos ver que do Brasil Colônia (1500-822) ao Brasil Império (1822-1889), do Brasil República (após 1889) até o Brasil do século XXI, é visível uma continuidade secular no grau de concentração da riqueza. Desde que o Brasil existe que essa concentração se perpetua. O brasileiro médio vive melhor que antes, mas a separação entre ricos e pobres, que sempre foi grande, agora virou um abismo.

Acredito que é com essa cautela e com essa preocupação de um Senador de um Estado pobre que precisamos receber aqueles avanços como o do IDH...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Já encerro, Sr. Presidente.

De tal forma que com a humildade do reconhecimento do tamanho do sofrimento do nosso povo, possamos reunir a força para a luta por melhorar o que tem que ser melhorado.

Sr. Presidente, é realmente uma novidade o Brasil estar entre os países desenvolvidos, mas para que continuemos nessa esteira de desenvolvimento é preciso que haja políticas públicas conseqüentes em todas as áreas – educação e saúde – e que os políticos entendam que não é através do radicalismo que iremos encontrar as soluções para o Brasil, que precisa crescer, se desenvolver e dar mais emprego e oportunidades a nossa juventude.

Agradeço a V. Ex^a pela compreensão, e peço a inscrição nos Anais da Casa do restante do meu discurso sobre este assunto tão empolgante, que é o IDH brasileiro.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

O Brasil, o IDH e a necessidade de aprofundar o modelo voltado para o social

É do conhecimento de todos que há poucas semanas, o relatório anual das Nações Unidas que mede o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) dos países classificou o Brasil entre os 70 melhores do mundo.

Para o cálculo do IDH existe uma cesta de critérios que inclui a taxa de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. De acordo com o relatório da ONU, o Brasil atingiu o **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) de **0,800**, em uma escala de 0 a 1.

Países com índice inferior a 0,800 são considerados de "médio desenvolvimento humano", categoria na qual o Brasil figurava desde 1990, quando o PNUD começou a divulgar o *ranking*. No relatório do ano passado, referente a 2004, o IDH do Brasil foi de **0,792**. Com a nova pontuação, o Brasil acaba de entrar no clube das nações com alto desenvolvimento humano, com elevado IDH.

A EVOLUÇÃO DO BRASIL NO ÍNDICE DA ONU

1990	0,723
1995	0,753
2000	0,789
2004	0,792
2005	0,800

O IDH, como se sabe, mede o padrão de vida do país. É um índice usado pela ONU para medir o desempenho dos países em **três** áreas: saúde, educação e padrão de vida. O índice é composto por estatísticas de expectativa de vida, alfabetização adulta, quantidade de alunos na escola e na universidade e o produto interno bruto (PIB) per capita.

Todos sabem que a escolarização brasileira vem crescendo de forma continuada. O número de alunos matriculados na escola cresceu a um nível acelerado, o que terminou pesando, positivamente, sobre o IDH. Pesaram também outros fatores como o Bolsa Família e determinadas políticas públicas acertadas pelo governo.

O próprio relatório da ONU que divulgou o IDH foi elogioso com relação ao Bolsa Família ao afirmar que ele “está impulsionando o número de matrículas: cerca de 60% dos jovens pobres de 10 a 15 anos que atualmente estão fora da escola devem se matricular em resposta às exigências do Bolsa Família”, diz o texto daquele relatório. Elogiou o programa por seu método de transferência de renda condicionada. Um total de 46 milhões de pessoas vêm sendo atingidos por esse programa e essa parte significativa da população pobre também obteve melhoras em educação e saúde.

Na verdade, de 2004 para 2005, o Brasil melhorou em todos os itens que compõem o IDH, com exceção da alfabetização adulta - que ficou estável em 88,6% da população com mais de 15 anos. O analfabetismo vem caindo nos últimos 20 anos veio (era de 12% em 1992, hoje é de 2%) a evasão escolar foi reduzida, de forma que tudo contribuiu para que, mesmo no finalzinho da lista, o Brasil tenha conseguido chegar ao patamar de país de alto desenvolvimento humano. O desempenho econômico do país também contribuiu para melhorar o padrão de desenvolvimento humano. O PIB per capita anual aumentou 2,5% de 2004 para 2005, atingindo US\$ 8.402 (por paridade de poder de compra).

O problema é que há **abismos sociais que continuam de pé**. E continuam de pé apesar de todas as tentativas e de todas as advertências que senadores como eu viemos fazendo ao longo do tempo. Por outro lado há outros indicadores que **ao invés de avançarem, como o IDH, estão recuando**. E há esferas como saúde, educação e renda que deixam muito a desejar.

Na minha condição de parlamentar de um estado pobre, onde as escolas, hospitais e a própria qualidade de vida da **maioria** da população deixam a desejar, é minha obrigação receber com a necessária cautela e com o necessário comedimento as notícias de que o Brasil agora é uma referência mundial no plano social.

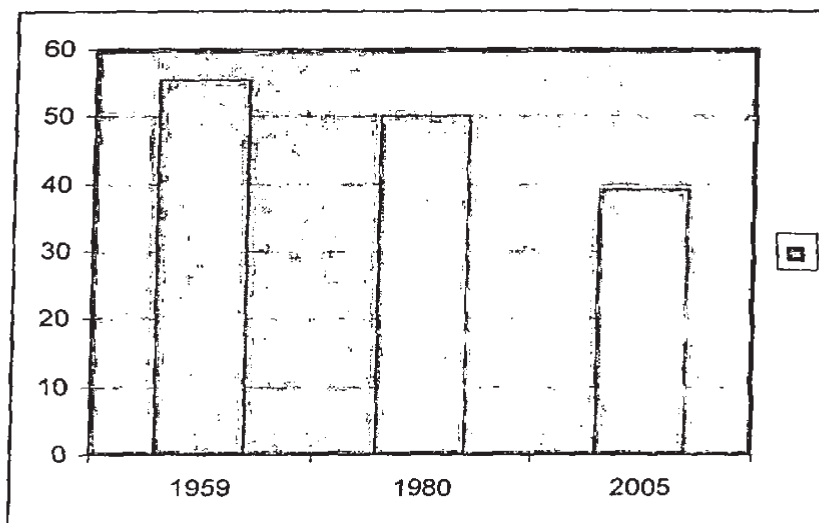
Precisamos examinar o problema social de conjunto, como uma totalidade. Não basta um indicador ou outro por mais importante que ele seja. Todos os dias nós lemos manchetes do tipo ***Empresas multinacionais triplicam remessas de lucros*** (Folha On Line de 16/10/07) ou então notícias de que os bancos superaram os lucros do ano anterior ou do trimestre passado. Ou

seja, acumula-se a riqueza mas acumula-se também e por outro lado a desigualdade.

Em outras palavras, estou tentando chamar a atenção para um dado que sempre me impressiona. Este dado diz respeito à **desigualdade social**.

Sabemos todos que milhões e milhões de pobres estão em situação melhor no governo Lula. Esta informação é reconhecida até por quem é oposição ao governo do presidente Lula. Portanto, o que me preocupa é que **melhora a pobreza extrema e piora a desigualdade**. Renda e riqueza no Brasil continuam extremamente concentradas. Dados recentes informam que os **10% mais ricos abocanham 75% da riqueza nacional total**.

E, como se pode ver pelo gráfico abaixo, a participação histórica do rendimento dos trabalhadores na renda nacional só tem declinado: era de 55,5% em 1959, de 50% em 1980 e 39,1% em 2005. Este é o grande indicador que tem que melhorar.



Participação da renda do trabalho na riqueza nacional total. Em % da renda nacional total.

Vejam que estou falando em uma escala de tempo bem maior que a do governo Lula. Vejam que se trata de um **problema histórico que não consegue encontrar solução histórica**. Há alguma coisa de essencial que indicadores como o IDH não mostram. Basta que se pense na enormidade de falta de oportunidades e de emprego para a nossa juventude.

Estimativas do Banco Mundial sobre os impactos econômico e social da **falta de oportunidades para a juventude** mostram que os custos de não

se investir nos jovens ao longo da vida são muito altos. Eles somam entre 184 bilhões a 320 bilhões de reais, algo como 12 a 21% do PIB. Em outras palavras, taxas de desemprego altas entre jovens de 16 a 24 anos resultam na **perda de rendimentos anuais** entre 641 milhões e 1,2 bilhão de reais.

Um outro exemplo é o dos presidiários. Enquanto a **população brasileira cresceu 20%** nos últimos dez anos, a **população carcerária aumentou 88%**. Neste indicador salta aos olhos a falta de oportunidades para a juventude pobre. A maioria esmagadora das populações que **enchem nossas prisões são pobres e jovens**. Está faltando emprego, está faltando oportunidade. Prisões cada dia mais cheias são parte da **mesma** realidade que mostra melhora em certos indicadores sociais.

Nunca se deve esquecer de que há estados brasileiros onde ainda impera um padrão africano de qualidade de vida. Faltam políticas públicas nacionais contra a pobreza. Falta um PAC contra a pobreza que vá **além dos limites** do Bolsa Família. Falta um PAC que combata a concentração de renda. Já mencionei acima que a própria ONU reconheceu que o Bolsa Família também ajudou no IDH, mas todos sabemos que, por si só, ele não tem condição de promover a necessária reviravolta social no nosso país.

O que pode reverter esse quadro é a geração de emprego, programas de incentivo ao agricultor, ao pequeno agricultor, investimentos muito maiores em educação e saúde e o controle destas verbas pela sociedade, com toda transparência. Aí o **sim** o país poderá integralmente **orgulhar-se do seu IDH**. É um problema de prioridade nas políticas públicas.

Vive-se melhor no universo social do Bolsa Família. Isso é certo. Mas a **desigualdade de renda e riqueza também tem que ser atacada**. A concentração tem que ser atacada. Se examinarmos no tempo, iremos ver que do Brasil Colônia (1500-1822) ao Brasil-Império (1822-1889), do Brasil-República (após 1889) até o Brasil do século XXI, é visível uma **continuidade secular no grau de concentração da riqueza**. Desde que o Brasil existe que esta concentração se perpetua. O brasileiro médio vive melhor que antes mas a separação entre ricos e pobres, que sempre foi grande, agora virou um abismo.

Acredito que é com essa cautela e com essa preocupação de um senador de um estado pobre que precisamos receber aqueles avanços como o do IDH, de tal forma que com a humildade do reconhecimento do tamanho do sofrimento do nosso povo, possamos reunir a força para a luta por melhorar o que tem que melhorar.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a será atendido em seu pleito, na forma regimental.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gerson Camata; em seguida, ao Senador Sérgio Zambiasi, pela liderança.

Peço a compreensão do Senador Sérgio Zambiasi para que, por cinco minutos, possa fazer uso da palavra o Senador Gerson Camata.

Posteriormente, falará o primeiro orador inscrito, Senador Mário Couto, que acaba de chegar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu nome e em nome dos Senadores Renato Casagrande e Magno Malta, saúdo a posse, neste sábado, dia 15, em ato solene na catedral da cidade de São Mateus, do novo Bispo daquela Diocese, Dom Zanoni Demetino Castro.

A solenidade de ordenação episcopal foi realizada no dia 24 do mês passado, em Vitória da Conquista, na Bahia, tendo como bispos ordenantes Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Celso José Pinto da Silva, Arcebispo de Teresina, e Dom Aldo Germa, agora arcebispo emérito de São Mateus.

Dom Zanoni respondia pela Arquidiocese de Vitória da Conquista, sua cidade natal, desde que o capixaba Dom Geraldo Lyrio Rocha foi designado Arcebispo de Mariana.

Apesar de jovem, com 45 anos, Dom Zanoni é possuidor de um extenso currículo, que inclui notável experiência pastoral e pedagógica. Durante sua formação, estudou Filosofia no Seminário Maior Arquidiocesano, de Brasília, e na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, São Paulo. Formou-se em Teologia no Instituto de Teologia de Ilhéus, na Bahia, e possui especialização em Liturgia, pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, além de mestrado em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em seus vinte anos de sacerdócio, Dom Zanoni lecionou Doutrina Social da Igreja, no Curso de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias, em Vitória da Conquista, e foi professor de Cristologia e Antropologia Teológica no Instituto de Teologia de Ilhéus. Exerceu as funções de vigário nas paróquias de São Pedro, Santo Antônio e Nossa Senhora das Vitórias, e de assessor diocesano da Pastoral da Juventude, da Pastoral Carcerária de Vitória da Conquista e das Comunidades Eclesiais de Base. Foi vigário regional do Vicariato São João, vigário geral e administrador diocesano da Arquidiocese de

Vitória da Conquista. Por onde passou, deixou sempre marca inconfundível de seu trabalho de evangelização e de difusão da palavra divina.

Na saudação que dirigiu ao povo da Diocese de São Mateus, Dom Zanoni acentua a honra e a responsabilidade de suceder a Dom Aldo Gerna e lembra o trecho final do discurso do Santo Padre Bento XVI, ao inaugurar a Quinta Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, durante sua visita ao Brasil: “Ficai, Senhor, com aqueles que nas nossas sociedades são mais vulneráveis, ficai com os pobres e humildes”.

São palavras apropriadas, que encerram um dos fundamentos da fé cristã, a opção preferencial pelos pobres, e que também remetem à história do santo a quem o Município, um dos mais antigos do Espírito Santo, situado no norte do Estado, deve seu nome. O evangelista Mateus, coletor de impostos na Palestina, abandonou recursos e poder para seguir Jesus, tornando-se um dos 12 apóstolos. É em seu evangelho, o primeiro a ser lido publicamente nas comunidades cristãs, que encontramos o bellissimo Sermão da Montanha, em que Jesus diz: “Ninguém pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará a um e amará o outro, ou será fiel a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e às riquezas”.

Caberá a Dom Zanoni Castro, como ele próprio assinala em sua mensagem, o desafio de dar continuidade ao trabalho de Dom Aldo Gerna, que, em dezembro do ano passado, comemorou seus cinquenta anos de ordenação sacerdotal, 35 anos como bispo da Diocese de São Mateus, e 75 anos de vida, idade em que, pelas leis do Direito Canônico, o bispo deve pedir ao Papa seu afastamento da função. A missa que festejou o cinquentenário de seu sacerdócio, realizada na catedral de São Mateus, com a presença de bispos do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, reuniu mais de duas mil pessoas.

Nascido em Arigna, na província de Sondrio, na Itália, Dom Aldo foi ordenado sacerdote em Roma, em dezembro de 1956, e chegou ao Brasil em 1957. Em agosto de 1971, sucedeu ao primeiro bispo de São Mateus, o saudoso Dom José Dalvit, que renunciou à Diocese por motivos de saúde, em 1970.

Gostaria de citar, por sua pertinência e adequação aos tempos atuais, um trecho da homilia que, às vésperas de deixar a função, Dom Aldo pronunciou na festa do padroeiro do Município, em 21 de setembro deste ano. Ele lembrou que o lugar dos cristãos no mundo é entre grupos e movimentos onde exista vontade de colaboração, “para não só melhorar, mas transformar sociedade e mundo”, para lutar contra a mentira e a corrupção. Homens e mulheres capazes

de encarnar o Cristianismo em todas as situações, de seguir o exemplo de São Mateus, que viveu os ensinamentos de Jesus com intensidade ímpar e com ardor missionário inspirador.

Assim é que D. Aldo Gerna se despede do Bispo para viver em Guriri, entre seus irmãos, os missionários combonianos.

Em Dom Zanoni Castro, Dom Aldo terá um digno sucessor, tão empenhado e tão dotado de perseverança quanto ele próprio na propagação da palavra divina. Como seu antecessor, ele saberá seguir a recomendação de São Gregório Magno, para quem o pastor de almas “deve dialogar com Deus, sem esquecer os homens e dialogar com os homens, sem esquecer a Deus”.

Era o que tinha dizer, cumprimentando, em nome do Senador Renato Casagrande e do Senador Magno Malta, o novo Bispo da cidade de São Mateus, baiano, conterrâneo de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a e me incorporo também à homenagem que V. Ex^a presta, no momento, ao novo Bispo da cidade de São Mateus, meu conterrâneo baiano.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Além de cumprimentar V. Ex^a, que está presidindo neste momento a sessão, para orgulho do povo baiano, gostaria de perguntar se ainda há possibilidade de me inscrever, Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a será inscrito na primeira suplência que houver, uma vez que já há três inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, então gostaria de me inscrever pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Então, V. Ex^a prefere a inscrição pela Liderança do Partido da República?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a encaminhará...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou já solicitar à Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a, e já vou inscrevê-lo.

Concedo a palavra, sem mais delongas, ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente César Borges.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com enorme satisfação que participo, desta tribuna, a celebração dos 35 anos de sucesso de um dos mais importantes empreendimentos educacionais do Brasil, a Universidade Luterana do Brasil, Ulbra, com sede em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre.

O espírito empreendedor e a preocupação com a educação se encontraram, há 35 anos, e estabeleceram uma aliança, na forma de comunhão cívica e educacional, fazendo ressurgir primeiramente um colégio chamado Cristo Redentor, que evoluiu para uma faculdade de Administração, que começou a funcionar apenas com uma singela turma de cinquenta alunos.

No dia 16 de agosto de 2007, a Universidade Luterana do Brasil comemorou 35 anos de instalação do curso de Administração, o início de sua atuação na área da graduação. A Universidade é mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (Celsp), tendo sua primeira escola sido fundada em 1911, quando imigrantes alemães construíram a primeira capela da Celsp. A Ulbra é, portanto, uma instituição confessional cristã da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), caracterizada por voltar-se para o futuro, buscando sempre o melhor em todas as suas áreas de atuação, disponibilizando para acadêmicos, profissionais e toda a comunidade serviços de qualidade, nas áreas da educação, saúde, esporte e tecnologia.

Assim, em apenas três décadas e meia, a Ulbra tornou-se um dos maiores empreendimentos educacionais brasileiros, contando atualmente com 126 mil alunos matriculados e atuando não apenas em cidades do Rio Grande do Sul, como Canoas, Guaíba, Gravataí, Torres, Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Carazinho e Santa Maria, mas também nos Estados de Tocantins, Amazonas, Pará, Goiás e Rondônia.

A Ulbra é, de fato, um exemplo de sucesso e merece ser enaltecida, sobretudo por não se desviar de seu compromisso inicial, mantendo exemplares padrões de qualidade no ensino e na formação do indivíduo.

Se há muito a exaltarmos no campo educacional, é preciso também registrar que a Ulbra atua, com a mesma competência, em inúmeras outras áreas e faz ainda da responsabilidade social um dever da sua instituição.

Segundo o balanço social apresentado pela Universidade, entre inúmeros outros itens, em projetos, programas e ações sociais, a Ulbra vem investindo

cerca de R\$400 mil/ano, enquanto a área de meio ambiente e do desenvolvimento sustentável ficou, nos últimos dois anos, com cerca de R\$5 milhões. A Ulbra foca sua ação social tanto no público interno como externo, atendendo a funcionários e a comunidades com programas de alimentação, educação, saúde e assistência social.

É muito bom poder comemorar o sucesso de uma instituição como a Ulbra num país como o Brasil, que se esforça, cada dia mais, para mudar de patamar educacional e para mudar seu nível de competitividade, mas mantendo o espírito cooperativo e solidário, tão necessário para o enfrentamento da desigualdade social brasileira.

É sabido que a educação de qualidade é o caminho mais seguro para a construção de uma nação, na qual os cidadãos possam participar, em bases mais igualitárias e democráticas, de todos os processos sociais e econômicos.

É necessário ampliar exponencialmente a produção científica nacional, que deve ser proporcional ao tamanho da diversidade de nossa realidade social, econômica, cultural, política, ambiental e familiar. O Brasil precisa aumentar ainda mais seu potencial de formar 12 mil doutores por ano.

Precisamos de muitos mais!

Necessitamos de estrategistas de negócios diversificados, Presidente César Borges, de empreendedores que aproveitem as novas oportunidades, para gerar novos mercados nos quais participarão novos fornecedores e novos consumidores.

Serão mais brasileiros incluídos autonomamente nessa era de crescimento econômico que o Brasil experimenta.

Assim, poderemos gerar mais empregos e renda suficientes para viabilizar ao Brasil um salto qualitativo para o século XXI, em condições mais competitivas e democráticas.

Somente com investimentos adequados e focados em um projeto futuro de nação é que poderemos transformar o Brasil num país diferente do atual, no qual pelo menos 50 milhões de brasileiros dependem da assistência básica do Estado, configurando um enorme passivo social.

Precisamos fazer todo esforço possível para transformar esse imenso contingente de pessoas desprivilegiadas num grande ativo humano socialmente competitivo.

Somente com a educação básica, a técnica e a de nível superior com ótimos padrões de qualidade e franqueadas a todos os brasileiros e brasileiras é que será possível transformar essa utopia em realidade.

Mas isso é possível!

Olhemos a trajetória da Ulbra, desde seu início como um pequeno colégio, até a grande corporação educacional em que se transformou, em menos de quatro décadas.

É possível, sim, transformar o Brasil. O exemplo da Ulbra cristaliza essa possibilidade.

Por isso, Sr. Presidente César Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico feliz, como gaúcho e como brasileiro, em poder enaltecer e mostrar como é possível melhorar um país, o nosso Brasil. E a Ulbra é um grande exemplo dessa possibilidade.

Encerro minhas palavras, Presidente César Borges, louvando o espírito cristão, empreendedor e solidário do Reitor da Ulbra, professor Ruben Eugen Becker, que conseguiu transformar um sonho em realidade.

E aproveito também este momento para saudar, nas pessoas da professora Sirlei, que nos está assistindo neste momento lá no nosso Rio Grande do Sul, da professora Nena, do pró-Reitor Jairo Jorge, todos os ilustres professores, trabalhadores e todos os colaboradores, alunos e ex-alunos que vivem o dia-a-dia dessa instituição referência no ensino gaúcho e brasileiro.

Longa vida para a Ulbra, Universidade Luterana do Brasil!

Obrigado, Presidente César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a e me associo também às homenagens que V. Ex^a faz a essa grande instituição educacional do seu Estado.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mário Couto, pelo tempo de dez minutos, seguido do Senador João Pedro, inscrito para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, fiz questão de me inscrever para ser hoje um dos primeiros a falar neste Senado.

Quero aqui, Presidente, falar um pouco do que aconteceu ontem nesta Casa.

A democracia, Senador Alvaro Dias, teve o seu dia de glória nesta Casa ontem. Vimos aqui um debate em função de um imposto que era tão reclamado por nossa sociedade: R\$40 bilhões.

Quero, ao iniciar o meu pronunciamento, elogiar a conduta do Presidente Garibaldi, que ontem demonstrou ter plena capacidade de dirigir esta Casa, até nos seus momentos mais críticos: tranquilo, sereno, isento na condução dos trabalhos. Quero então deixar aqui, mesmo o conhecendo pouco, os meus aplausos à conduta do Presidente Garibaldi, na tarde e noite de ontem, e também, Presidente, ler com muito orgulho o nome de alguns Senadores que, junto com o meu

PSDB e com DEM, souberam honrar a vontade do povo deste País. Pena que só tenha V. Ex^a aqui dos nomes que vou citar.

Vi o quanto sofreram pressões de todos os lados e vi o quanto foram fortes quando pensavam na sociedade, e não mudavam sequer um milímetro de suas intenções – ouvindo de tudo, ouvindo de tudo. Mas a determinação de V. Ex^{as} foi até o último minuto da votação, momento em que – percebia eu – ainda havia pressão. Mas V. Ex^{as} souberam honrar seus mandatos e souberam dizer a cada um que a vontade popular estava acima de qualquer fato naquele momento. Era a voz que vinha da rua, que eu mostrei aqui e que todas as pesquisas de opinião pública mostram no dia de hoje.

Senador Alvaro Dias, chegamos a 80% nas pesquisas, 80%!, daqueles que não queriam mais pagar a CPMF, e V. Ex^{as} não se renderam. Por isso, no primeiro momento em que acordei hoje, na minha casa, saiba, Senador César Borges, sem nenhuma demagogia – não sou homem disso, Senador, e nem tinha por que falar disso hoje, V. Ex^{as} nem iam notar se eu não falasse – rezei por cada um de V. Ex^{as}, pedi a Deus que os conservassem sempre assim, ao lado da sociedade brasileira, ao lado daqueles que esperam de cada um de nós a nossa voz nesta tribuna, Senador, em defesa deles, em defesa daqueles carentes, em defesa de toda a sociedade brasileira.

Quero aqui externar o meu sentimento de gratidão, em nome do povo desta Nação querida que todos nós amamos, adoramos e somos capazes de dar o nosso próprio sangue, Senador. As vozes vinham da rua. O brasileiro não conseguia mais pagar impostos. A carga tributária ainda é muito grande, Senador. É quase R\$1 trilhão tirado do bolso da sociedade brasileira!

Essa sociedade nos pedia; essa sociedade queria; essa sociedade desejava; essa sociedade não agüentava mais. Tiramos pouco. Se V. Ex^a perceber, tiramos pouco, muito pouco; de quase R\$1 trilhão, só foram tirados R\$40 bilhões.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Permito.

Por que dizer que os produtos não vão diminuir? Ouvi muito isso ontem. Vão, sim! Vão diminuir pouco, mas vão diminuir. Não tenho dúvida disto. Só de nós podermos refletir, Senador César Borges, e dizer que a sociedade, hoje, tem a sensação de que eles não terão que tirar os R\$40 bilhões do bolso! Esses R\$40 bilhões sairiam do bolso de cada um, Senador Paulo Paim! De cada um, Senador Paim! E não sairão mais! De onde sairiam esses R\$40 bilhões? De onde? De onde sairiam? De onde? R\$40 bilhões. De onde sai-

riam? De onde? Cairiam do céu? Sairiam das matas voando? Sairiam dos bolsos dos brasileiros, de cada um. Não sairão mais! Não sairão mais! E isso graças a V. Ex^a e aos Senadores que quero registrar aqui, com muita alegria, muita alegria: César Borges, brilhante e heróico; Expedito Júnior, brilhante e heróico; Geraldo Mesquita, brilhante e heróico; Romeu Tuma, brilhante e heróico; Mão Santa, brilhante e heróico; Jonas Pinheiro, brilhante e heróico; Jarbas Vasconcelos; Jayme Campos. Esses foram os mais pressionados. Lógico, além dos Senadores do DEM e do meu querido PSDB.

V. Ex^{as} contribuíram hoje com a satisfação do nosso povo. Tenho certeza de que o nosso povo está feliz. Não fizemos mal algum. E aqui não fizemos politicagem. Nada contra o Governo Lula. Nada! Tudo a favor do povo brasileiro. O Governo Lula hoje deve refletir que tem de diminuir os seus gastos – tão colocado aqui por mim quase todos os dias.

Ainda hoje, abro a **Folha de S. Paulo** e leio que uma faixa presidencial, meu Presidente, está sendo confeccionada para o Presidente Lula, meu heróico Senador Expedito – muito obrigado por ter vindo aqui porque eu estava falando exatamente de V. Ex^{as}. E a faixa do Presidente da República, meu querido Senador, vai custar R\$50 mil. Essa faixa só pode ter ouro. É isso que a sociedade brasileira não quer. É isso!

O Presidente Lula vai reconhecer um dia que nós fizemos um bem para o nosso País. Nós fizemos com que ele refletisse e diminuísse os seus gastos. Nós fizemos com que ele refletisse e observasse, Sr. Presidente – Senador Alvaro Dias, já darei a palavra a V. Ex^a –, que se nós, ontem, deixássemos passar esse imposto, mais impostos viriam, e a população que, com certeza, já está no caos de tanto pagar impostos, não iria resistir.

Fizemos um bem para a nossa Nação, para aquela bandeira tão linda, que todos amamos e defendemos. Fizemos o nosso bem. Esta bandeira hoje, Senador Mão Santa, deve estar orgulhosa do Senado que tem! Esta bandeira hoje deve estar orgulhosa dos Senadores que votaram contra a CPMF!

Esta bandeira é um orgulho para todos nós, e temos de defendê-la, pois ela é o símbolo do nosso povo; ela representa cada um dos nossos irmãos. Ontem, na hora da votação, eu olhava para ela e dizia a ela que nós iríamos ganhar, que o povo iria ganhar, que o Brasil iria ganhar. Ganhamos! Ganhamos, Mão Santa!

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mário Couto, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Acho que o pronunciamento que V. Ex^a faz na tarde de hoje

mostra que quem saiu ganhando, na verdade, foi o povo brasileiro, por mais que queiram dizer que estamos tirando dinheiro dos programas sociais do Governo, o que não é verdade. Ontem mesmo, quando o Presidente enviou a carta para cá, ele mesmo declarou que o dinheiro não era para os programas sociais; o dinheiro era para a saúde. Vou ser sincero: votei ontem muito pensativo, porque não vejo a CPMF como um imposto ruim. Vejo-a como um imposto bom. Acho que deveríamos até manter a CPMF, mas desde que desonerássemos outros impostos, como o PIS, o Confins, o PASEP, desde que tivesse uma proposta nesse sentido. Acredito até que o que aconteceu aqui na tarde de ontem tem de servir de reflexão. Acho que o Presidente da República e a sua equipe têm de refletir doravante, eles têm de entender que no Senado não é como na Câmara, onde tudo que chega segue como um rolo compressor, passando tudo. Aqui não, aqui tem de ter diálogo, temos de discutir. Aqui temos de buscar o que é melhor para o povo brasileiro.

Eu votei ontem com a minha consciência, votei com certeza, e estou hoje tranquilo de que o meu dever foi cumprido na tarde de ontem, porque, desde agosto, eu venho chamando o Governo para um debate, para uma discussão, para que chame a Oposição desta Casa, discuta com a Oposição, construa junto com a Oposição um caminho, para que possa ser o melhor para a nossa sociedade brasileira. Isso não aconteceu. Houve, sim, a vinda do Vice-Presidente da República aqui e, naquele instante, achei que, então, estávamos iniciando um diálogo. Mas foi só balela. Ele só veio aqui para a imprensa, só veio aparecer aqui, foi-se embora, e nada de real aconteceu. Então, quero dizer que, quando V. Ex^a nos elogia, eu acho que temos de elogiar o Senado brasileiro, porque ontem o Senado deu uma demonstração de grandeza. Ontem, o Senado...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ... deu uma demonstração de que a democracia prevalece no nosso País e, como disse, acredito que não houve vencedor e derrotado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lógico.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – E eu acho que, neste momento,...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O grande vencedor foi o nosso País.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ... nós temos de buscar o diálogo, buscar o entendimento e buscar uma construção de dias melhores para o povo do nosso País.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Parabéns, Senador. Os nossos agradecimentos.

Senador Alvaro Dias e, depois, Senador Mão Santa, para encerrar, Presidente.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mário Couto, eu vou usar da tribuna depois, mas gostaria de homenageá-lo também. V. Ex^a fez homenagem a alguns Senadores, e eu testemunhei a firmeza de V. Ex^a em todos os momentos, não só dessa tribuna, como nas reuniões internas do nosso Partido. O nosso Partido sustenta um debate democrático acalorado sempre.

As opiniões são respeitadas, opiniões divergentes. Governadores opinam, participam do nosso debate. Nós tivemos embates duríssimos entre quatro paredes nas nossas reuniões fechadas, e V. Ex^a manteve essa postura da tribuna, a mesma postura: essa que é para a opinião pública foi para o público interno. Por isso, faço questão de registrar a importância da presença de V. Ex^a na nossa Bancada, a importância que teve a argumentação sempre veemente de V. Ex^a para que o nosso Partido pudesse, preservando a sua unidade, oferecer essa contribuição para tentar mudar o modelo tributário brasileiro. O mundo não acabou. Pode olhar lá fora, e o dia está maravilhoso hoje. O dia está até mais lindo do que ontem. Não acabou o mundo. Começa um mundo novo em matéria de administração pública no Brasil. Nós esperamos que o Governo saiba interpretar este momento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Saiba da minha admiração por V. Ex^a, porque tenho V. Ex^a como um dos grandes Senadores da República deste País e me inspiro, obviamente, na sua conduta. V. Ex^a é um exemplo para todos nós.

Senador Mão Santa, com muito prazer e muito orgulho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, o jogo de ontem foi bonito: o bem venceu o mal, a verdade venceu a mentira, o povo venceu os alopados, o dinheiro ficou no País. Grande dia! Eu relembro quando estava na Presidência desta Casa – coincidentemente, eu estava aqui –, em 1976, Petrônio Portella. Tenho uma foto, lá no meu gabinete, eu bem novinho, e ele me induzindo à política. Quando, num movimento como esse, achou-se por bem fazer uma reforma do Judiciário, e ela não agradou ao Palácio, que era dos militares – Ernesto Geisel.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou encerrar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Conclua, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu dou o minuto a V. Ex^a. Fique à vontade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, é para V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Conclua, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É a mágoa dos derrotados!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lamento, Senador Mão Santa, que V. Ex^a não possa ter concluído. V. Ex^a é um Senador brilhante, a Nação brasileira o conhece.

Vou falar algo em nosso nome. Olhe para aquela bandeira. Diga para ela, como eu: “Bandeira querida, meu País querido, cumprimos com o nosso dever”. Olhe para o Rui, que V. Ex^a sempre invoca: “Rui, tu deves estar orgulhoso da nossa atitude de ontem. A sociedade brasileira foi protegida por nós inspirados por ti”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do horário que lhe foi designado pelo Regimento Interno.

Como inscrito para uma comunicação inadiável nos termos do art. 158, concedo a palavra ao Senador João Pedro.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O próximo orador é o Senador César Borges, inscrito para a sessão de hoje.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço apenas hoje o registro de requerimento que apresentei ontem em razão de a sessão de ontem ter sido dedicada ao debate sobre a prorrogação da CPMF.

Apresentei requerimento de voto de aplauso à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), que comemora seus 25 anos de fundação. Que essa deferência seja comunicada à Sr^a Isa Assef, diretora-presidente da Fucapi.

A justificativa, Sr. Presidente:

Uma das características mais fortes da Fucapi é a busca da inovação em todas as suas áreas de atuação.

Instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de pesquisa e serviços tecnológicos e incremento à competitividade de empresas e organizações na região amazônica, a Fucapi foi instituída em 1982, a partir de iniciativa conjunta da Fede-

ração das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais (Geicom), ligado ao Governo Federal.

Desde a sua criação, a Fucapi tem se pautado pelo pioneirismo também em nível nacional.

Foi destacada, na primeira Lei de Informática, como a principal instituição tecnológica da Região Norte, por sua atuação voltada para o apoio técnico às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. Implantou um laboratório de testes em brinquedos que é o único instalado fora dos grandes centros. Credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), o laboratório recebe solicitações de vários Estados.

Finalista do Prêmio Melhores Universidades 2007 na categoria Pesquisa Científica e com a indicação de três estrelas na avaliação do Guia do Estudante da Editora Abril para o curso de Ciência da Computação, o Instituto de Ensino Superior Fucapi (Cesf) tem registrado intensa procura pelas 530 vagas nos seis cursos de graduação que oferece no processo seletivo de 2008.

Sr. Presidente, esse é o requerimento, o voto de louvor a essa importante Fundação que funciona em Manaus, no Amazonas, e completa 25 anos.

Mesmo neste pouco tempo de que disponho, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar nesta Casa, de registrar para o Brasil, o crescimento do nosso PIB. A economia cresceu 5,7%, puxada principalmente pelos investimentos e gastos das famílias. É importante registrar aqui avanços de setores da nossa economia, como o agropecuário, o industrial e o de serviços, como acabei de mencionar. Quero registrar isso, porque o Presidente Lula recebeu o governo com a taxa do dólar alta, com o risco-Brasil lá em cima. Estamos vivendo um grande momento de nossa economia.

É por isso que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na pesquisa CNI/Ibope, divulgada pela imprensa hoje, tem 51% de aprovação. É importante mencionar isso. O Presidente Lula é bem avaliado, tem a aprovação da maioria porque cuida de políticas importantes, principalmente daquilo que é o centro, o principal, que é a economia, e ela vai bem.

Temos motivos para fazer esse registro com satisfação.

Há ainda algo que também não posso deixar de registrar aqui, Sr. Presidente. Ontem, nós tivemos o fim de uma discussão, que se prolongou ao longo de meses, sobre a prorrogação da CPMF. Quero dizer o seguinte: isso faz parte do jogo democrático.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Foram 34 Senadores que impediram a vitória da prorrogação; 45 Senadores votaram pela prorrogação. Quero dizer isto para o Brasil: na sessão de ontem, a maioria dos Senadores – 45 Senadores – votaram pela prorrogação do CPMF, e 34 votaram contra a prorrogação.

Em alguns discursos aqui lançaram mão de uma matemática duvidosa, a de que retirar R\$40 bilhões do Orçamento não tem nenhum reflexo em nossa economia. Ora, nós vamos ter de mexer já no Orçamento!

Hoje, em todos os canais de televisão, estão os analistas avaliando a decisão do Senado. Foi tranquila, não houve nada de mais, mas todos os analistas econômicos estão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço.

Estou fazendo só uma pequena análise, mas vou fazer outros pronunciamentos para nós avaliarmos essa decisão.

Mas houve isto aqui: defesas no sentido de que retirar R\$40 bilhões não tem nenhum reflexo em nossa economia nem nas políticas públicas. Foram retirados R\$40 bilhões do Governo porque em todos os produtos está embutida a CPMF.

Se verdadeiro esse argumento, a partir de 1º de janeiro, não vigorando mais a CPMF, os preços dos produtos vão ser reduzidos. Que bonito! Que alegria! Que fálacia, Sr. Presidente! Que fálacia!

Mas é isto: o Presidente Lula vai bem, o PIB vai bem, o crescimento econômico vai bem.

Nós temos os contras, que é para caracterizar a democracia em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

O próximo orador inscrito é o Senador César Borges. A seguir, falará o Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel.

Por dez minutos, tem a palavra S. Ex^a, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar de um assunto totalmente diferente, não é ligado à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Entretanto, não me posso furtar a fazer um apelo a esta Casa: que a discussão desse assunto se faça desprovida dessas emoções, que seja, inclusive, desprovida de partidarismo! Isso tem prejudicado essa

negociação, pois esse é um assunto técnico. Temos de pensar no País acima de tudo. As forças políticas têm de se sentar à mesa e negociar o que é melhor para o País. Votei com minha consciência, dentro de uma linha que sempre segui: tributar em excesso a sociedade impede seu crescimento. Nunca votei a favor de CPMF, não estava no Parlamento quando foi apreciada a CPMF, mas me recordo muito bem de que discuti esse assunto com o saudoso Luís Eduardo Magalhães, que era um liberal e que era contra mais um imposto colocado no meio de muitos outros impostos já pagos pela sociedade brasileira.

Mantive uma linha de coerência, mas penso que essa questão ainda não acabou. É preciso ter bom senso e calma, não levando, mais uma vez, essa discussão pelo lado da emoção. Isso não é bom. O Governo tem de refletir e fazer o que for necessário para fazer a adequação. E todos nesta Casa, inclusive a Oposição, têm de sentar e pensar no País, em como fazer para que o País mantenha uma rota de crescimento econômico e estabilidade das suas contas.

Haverá o segundo turno. Ontem, vi aqui um ato de muita responsabilidade, qual seja o de manter a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Havia a possibilidade de derrubá-la, Sr. Presidente, o que faria com que, aí sim, houvesse um terremoto econômico no País. Mas isso não aconteceu. Muitos votaram contra a CPMF, que é o imposto que sai do bolso do brasileiro, ou seja, que o cidadão brasileiro paga – e é natural que alguns considerem melhor que esse imposto fique no bolso de milhões de brasileiros, de milhões de baianos e de baianas –, mas que, muitas vezes, pode estar sendo mal utilizado. Já a DRU é um recurso do Governo: dá-se mobilidade ao Governo para usar 20% de suas receitas de forma livre. E isso, com certeza, possibilitará que o Governo faça seu superávit primário, faça sua adaptação no Orçamento, tudo com mais liberdade. E a DRU foi desmembrada, foi aceita e foi aprovada.

Como haverá o segundo turno, eu pediria às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que deixem esse emocionalismo, porque não adianta continuarmos a luta política e partidária em função de algo que já aconteceu e que foi democrático, dentro das regras do jogo democrático e parlamentar. Até quando levaremos esse clima de emoção?

Meu discurso, ontem, foi feito nessa linha. Assim, volto a fazer esse apelo, Sr. Presidente, pois penso que essa é a melhor saída para o País. E o Governo tem de pensar de cabeça fria o que deve ser feito; deve refletir. Para tanto, já ouvi declarações do Ministro Guido Mantega no sentido de que vai manter a estabilidade fiscal, as metas fiscais. É isso que deve nortear a ca-

beça do Governo neste momento. Além disso, deve sentar com a Oposição e procurar uma saída.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento de V. Ex^a na linha do entendimento, do diálogo e da negociação. Conversei com o Senador Alvaro Dias e lembrei que o ex-Presidente Fernando Henrique, numa oportunidade, perdeu aqui a CPMF. Depois, no entanto, conversou com a Oposição, na época, enfim, com Senadores e Deputados, e retomou a CPMF, que foi aprovada. E ninguém morreu. Lembro-me das cinco votações que houve. Na primeira vez, votei contra; nas outras quatro, votei a favor, como ontem novamente. Ontem, votei a favor pela quinta vez. O que quero dizer com isso? Se houver alternativa para garantir esses R\$40 bilhões para a educação, enfim, por causa da DRU – e havia um acordo de que 20% da DRU não seriam descontados da educação, da saúde e do Bolsa-Família –, e se pudermos construir um entendimento entre todos, tanto melhor! Vi, ontem, inclusive, sua angústia propositiva, positiva, de tentar buscar algum acordo, mas tudo estava tão tenso, que não havia essa possibilidade. Quero dizer a V. Ex^a que estou animado, até porque, ontem mesmo, ouvi a fala de alguns líderes. Lembro-me do Senador Arthur Virgílio dizendo, olhando para o painel: “Vamos votar, ver o resultado e, depois, vamos dialogar”. Estou esperançoso. Penso que, nessa batalha de ontem, ninguém ganhou, ninguém perdeu; apontou-se que o melhor caminho é o do entendimento, o do diálogo. E é nessa linha que V. Ex^a está apontando. Por isso é que, sem querer tirar mais seu tempo, quero cumprimentá-lo pela maneira tranqüila como está fazendo seu pronunciamento hoje. V. Ex^a votou diferentemente deste Senador, mas, hoje, vem na linha do entendimento, da conversa do que será melhor para o País, não para o Governo ou para a Oposição. Meus parabéns, Senador!

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Mantereí sempre essa posição. Não vamos demonizar absolutamente ninguém pelas suas posições. Vamos respeitar a consciência e a posição de cada um e procurar o melhor para nosso País. Penso que esse é nosso dever.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, neste pronunciamento, quero aproveitar a oportunidade para celebrar o Dia do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor, já com certo atraso, porque foi comemorado no dia 11. As três profissões são da maior importância para

o desenvolvimento do País, da economia e da nossa sociedade. Gostaria, entretanto, de concentrar-me em uma dessas carreiras: a do engenheiro, em especial a do engenheiro civil, à qual tenho a honra de pertencer. Sou engenheiro civil, formado pela Universidade Federal da Bahia, pela Escola Politécnica, nossa querida Politécnica. A carreira de engenheiro vem recuperando importância a cada dia em nosso País, até pela necessidade de engenheiros para enfrentarmos a falta de infra-estrutura deste País, que só poderá ser suprida com a capacidade desses profissionais.

Se V. Ex^{as} estão lembrados, entre as décadas de 50 e 80 – fiz o vestibular em 1968 –, constituía motivo de orgulho para os pais formar um filho engenheiro. Eram três profissões marcantes: Engenharia, Medicina e Direito. Juntamente com as profissões que acabo de dizer, ser engenheiro era sinal de prestígio não apenas social ou financeiro, mas, sobretudo, de admiração por ter conseguido concluir um dos mais exigentes cursos universitários.

Além disso, existe uma relação direta entre o número de formandos em cursos de graduação em Engenharia e o desenvolvimento nacional. Enquanto o Brasil esteve surfando nas ondas do crescimento econômico do pós-guerra, havia uma demanda maior do que a oferta por engenheiros. Indago: quantas e quantas pessoas conseguiram empregos – bons empregos – antes mesmo de concluírem a graduação, já no estágio? A demanda era maior do que a oferta, sinal de que o País estava trilhando o caminho do desenvolvimento de forma rápida e clara.

A crise da década de 80, com quebra dos países devedores, com alta inflação e com estagnação econômica, levou a um enxugamento do mercado para os profissionais de Engenharia. O Brasil atravessava, sem dúvida, uma grave crise, a ponto de o período ficar marcado na nossa história como a “década perdida”. Em tal contexto, deu-se também, inevitavelmente, uma crise para o mercado de engenheiros. A profissão perdeu prestígio, os empregos encolheram, os salários foram arrojados, muitos se viram forçados a procurar outros meios de sobrevivência, e quem mais demandava por engenheiros não eram mais as construtoras, mas as empresas ligadas ao mercado financeiro. Isso, inclusive, Sr. Presidente, evidencia a crise econômica pela qual o Brasil atravessou nas décadas de 80 e até mais ou menos o ano de 2000.

É com alegria que percebemos a melhoria da economia não apenas pelos indicadores econômicos e pelos estudos de pesquisa. Todos os domingos, as páginas de classificados dos grandes jornais brasileiros estão repletos de empresas à procura de engenheiros. Isso é sinal inequívoco de que está em curso, mesmo

que ainda não notemos por inteiro, um ciclo de crescimento, cujo resultado é a renovação da importância da carreira de engenheiro. Em particular, refiro-me ao engenheiro civil. A esse profissional, cabe assegurar qualidade de construções, tais como prédios, barragens, estradas, pontes, redes de esgoto, sistemas de transportes etc. Ele é fundamental, portanto, para atuar na área de infra-estrutura.

Neste momento em que o mercado se encontra aquecido, há muitas possibilidades para o recém-formado. Sem querer esgotar as alternativas, é facultado ao engenheiro civil trabalhar em projetos, em construção, em gerenciamento de obras, em consultorias e em agências reguladoras ou mesmo atuar como profissional liberal.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, eu lhe peço dois minutos para concluir; não vou passar disso. Espero ter essa compreensão, porque agora entro no âmago do que eu queria falar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo-lhe mais dois minutos, inadiáveis, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e suas divisões regionais, conhecidas como Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs), acabaram por assumir dimensões muito maiores do que aquelas para as quais foram criados. Sr. Presidente, ressalto que arquitetos, agrônomos e as diversas especialidades de Engenharia têm suas peculiaridades e características. Deixá-los amparados sob a mesma cobertura protetora pode acarretar mais problemas do que vantagens.

Assim, parece-me que a melhor homenagem que posso oferecer aos engenheiros civis, sem desmerecer as demais profissões, é apresentar, como apresentei esta semana, o Projeto de Lei nº 708, de 2007, que cria a Ordem Brasileira de Engenheiros Civis. Essa medida encontra paralelo com as de outros países, como Portugal, onde há entidades cujos membros são exclusivamente engenheiros.

É importante observar que existe – e já foi aprovado na semana passada nesta Casa – projeto de lei de autoria do nobre Senador José Sarney, que visa a criar um conselho destinado apenas às categorias de arquitetos e de urbanistas. Já passou na Câmara e no Senado. Então, não é nenhuma novidade, Sr. Presidente. Isso é sintomático, pois mostra que as discrepâncias entre essas profissões cresceram a ponto de cada uma delas estar a caminho de requerer sua própria entidade classista.

Sei que a idéia de criar a Ordem dos Engenheiros Civis do Brasil é uma novidade. Um dos pontos que me parece relevante é caracterizar, de forma precisa, quais são as competências do engenheiro. Isso é fundamental, pois assegurar que determinadas áreas de atuação competem exclusivamente ao engenheiro tem o condão de evitar o que é muito comum hoje no Brasil: obras civis levadas a cabo por práticos, que, freqüentemente, não seguem as normas de segurança exigíveis por lei e pela ciência.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a compreensão.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Se o Presidente permitir, concederei o aparte a V. Ex^a, com muita satisfação.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Agradeço ao Presidente e a V. Ex^a. Devo solidarizar-me com sua proposta até pela forma bastante objetiva, como é a característica do engenheiro, de reconhecer a valorosa contribuição desses profissionais para o crescimento e o engrandecimento do nosso País, para a ciência, para a tecnologia, para a pesquisa. Sem dúvida alguma, ao se propor essa Ordem, estamos colocando no lugar que merece essa profissão que muito colaborou com o Brasil e com o mundo de um modo geral. Em particular, é uma semana de muita alegria, porque, na segunda-feira, participei de uma solenidade no Crea da Paraíba, em que o Governador Cássio Cunha Lima sancionou uma lei reivindicada por muitos anos por toda a categoria de engenheiros e de profissionais da área, em vários órgãos do Estado da Paraíba que não tinham um plano de cargos e de carreiras igualitário. O Governador corrigiu essa injustiça ao longo dos anos, e todos estão de parabéns na Paraíba! Nesta quinta-feira, V. Ex^a vem nos trazer exatamente a confirmação do reconhecimento e do valor desses profissionais. Meus parabéns!

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço-lhe e incorporo inteiramente o aparte de V. Ex^a, Senador Cícero Lucena.

Senador Mão Santa, se o Presidente, um capixaba com muita paciência e compreensão, permitir, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Realmente, entendo que este Brasil tem de se preocupar com a ciência da Engenharia. Sr. Presidente Camata, essa ciência é que faz o desenvolvimento, o progresso, as invenções. Não é sem razão que o mundo medieval dizia “orai e esperai tudo de Deus”, e aí houve o Renascimento. Houve muitos representantes, mas o líder foi Leonardo da Vinci, engenheiro militar, responsável por muitas invenções que mudaram o mundo. No Re-

nascimento, inventaram a bússola, a imprensa, a pólvora, e o líder – havia outros, como Maquiavel, que era político, como Dante Alighieri, como Michelangelo, como Rafael – era um engenheiro. E salta aos olhos o desprezo do Governo brasileiro por essa profissão. Minguam as faculdades de Engenharia, e temos culpa disso. Olhai hoje o salário de um engenheiro que busca a ciência e o saber e o de um aloprado! O aloprado começa ganhando R\$10.448,00; o engenheiro, o professor de Engenharia consegue se aposentar com 1/4 disso. Olha o salário dos magistrados! Então, é isto: estamos errando também. Ô Camata, não é só o tempo, não! Precisamos ter firmeza, para estudarmos nesta Casa uma reforma salarial justa, para que se estimulem os jovens talentosos, como César Borges e como Cícero Lucena, que estão aí e que, no passado, buscavam a Engenharia. E, hoje, o Governo a desprestigia com salários miseráveis dos profissionais do desenvolvimento.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe o aparte e gostaria até de tecer mais comentários sobre o salário percebido pela categoria dos engenheiros, mas não vou abusar da boa vontade do Presidente.

Encerro, dizendo que não tenho pretensão de apresentar um projeto pronto e acabado. Com a colaboração de meus colegas desta Casa e da Câmara dos Deputados, espero vê-lo aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência se congratula com V. Ex^a pela iniciativa, Senador César Borges.

O próximo orador é o Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel. A seguir, o Senador Delcídio Amaral, inscrito por delegação da Liderança, e, depois, o Senador Alvaro Dias.

Quero transmitir a Presidência ao Senador César Borges, com a permissão do orador, Senador Paulo Paim, que se encontra na tribuna.

Senador César Borges, por favor, assumo a Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, em uma sessão muito mais tranqüila do que a de ontem, em que a emoção tomava conta do Plenário pelas defesas apaixonadas de cada Senador e de cada Senadora, venho à tribuna com a maior tranqüilidade para dizer que, no meu entendimento, não houve nem vencidos nem vencedores. O povo brasileiro, com certeza, ainda está perplexo com tudo o que aconteceu aqui no dia de ontem.

Eu mesmo, Senador Delcídio Amaral, ainda ontem e hoje pela manhã, tive a satisfação de conversar com diversos Senadores. Conversei com o Senador César Borges daqui da tribuna, diria isso; conversei, ainda ontem, com o Senador Cícero Lucena; conversei com o Senador Papaléo Paes; conversei com o Senador Tasso Jereissati, e senti uma vontade de buscarmos entendimento para o País; conversei com o Senador Jayme Campos; conversei com o Senador Romeu Tuma; conversei com o Senador Geraldo Mesquita, que queria um plebiscito depois de um ano, e a proposta que chegou aqui era a de que a CPMF ficaria por um ano; conversei com o Senador Expedito Júnior; conversei com muitos que são, inclusive, médicos.

Citei alguns Senadores. Poderia ter citados outros que votaram diferentemente da minha posição. Todos queriam construir um entendimento que fosse o melhor para o País. Eu dizia antes e repito agora: não esqueçam as palavras do Líder Arthur Virgílio. Ele olhou para este painel e disse: “Vamos votar. Depois, vamos parar, conversar e construir o entendimento”.

Dois Senadores me disseram o seguinte: “A proposta do Governo chegou atrasada, Senador Paulo Paim. Se o Governo tivesse, mais cedo, apresentado uma proposta, dizendo que 100% seriam para a saúde e que os 20% da DRU não seriam mais descontados em educação; se tivesse dito que o prazo seria de um ano, e nesse período seria enfrentado o debate da reforma tributária e ainda a redução escalonada para diminuir o valor para 0,30%, ainda que, até o salário de R\$2,8 mil não se pagasse a CPMF, essa proposta era palatável. É uma proposta que podia avançar na linha do entendimento.

Claro que vou me dar o direito de não citar os Senadores que conversaram conosco nesse sentido, mas, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a conversou comigo, fizemos um debate belíssimo também. V. Ex^a me disse: “Paim, sobrou para eu fazer o contraponto de um discurso que você fez há muitos anos”. E o fez de forma elegante. Acho que tentei responder também de forma diplomática.

Vejo na história recente deste Parlamento que fatos semelhantes já ocorreram. Eu dizia antes, Senador Delcídio Amaral, que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso também perdeu a CPMF. Depois, numa conversa com a maioria das duas Casas – e votei a favor –, encaminhou para cá a matéria, e nós a votamos.

Por isso, acho que o momento, hoje, é de diálogo, é de conversa, é de respeito, como disse aqui o Senador César Borges, sem entrar numa linha de querer transformar em demônio quem votou contra ou a favor da matéria, sem querer condenar a visão

daquele cidadão naquele momento. Creio que o momento é de diálogo, é de conversa e de buscarmos o melhor para o País.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Delcídio e, em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Paim, primeiro, não posso deixar de registrar o discurso de ontem de V. Ex^a: contundente, muito firme, um discurso de convicção. E não podia ser diferente, em se tratando de V. Ex^a. Hoje, acompanhamos as primeiras reuniões que o Governo faz em função da derrota na aprovação da CPMF ontem. Pelo que informou o Ministro Guido Mantega, essas providências serão anunciadas na próxima semana. Dependendo das providências que vierem a ser anunciadas, meu caro Senador Paim, acho que, talvez, até essa discussão da CPMF vá caducar. Haverá a caducidade do debate de uma nova CPMF – se é que podemos usar essa expressão –, e, evidentemente, isso será refletido no Orçamento de 2008, que vai passar por uma revisão intensa em função da queda da CPMF ontem. Eu só gostaria também, mais uma vez, de registrar o discurso de V. Ex^a, sempre lúcido, sempre muito competente na defesa daqueles temas que são importantes para o País. Mas estou absolutamente convencido de que a CPMF não será mais discutida – pelo menos é esse o meu sentimento. Foi compreendida a derrota de ontem. A vida continua, e acho que, aí, sim, temos de discutir uma reforma tributária, e não conversar mais sobre provisório ou sobre essas questões, porque acho que esse é um tema ultrapassado. Acho até que, politicamente, para o Governo, é melhor. Quero, mais uma vez, saudá-lo, Senador Paim, e dizer que o ano acabou. Haverá a votação da DRU, em segundo turno, mas acho que o ano acabou; melancolicamente, em função de, agora, não haver mais aquelas matérias que pautam o fechamento do ano no Congresso. Portanto, agora, devem-se administrar os últimos dias do ano, porque acho que fica tudo para depois do Carnaval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Muito obrigado, Senador Delcídio. V. Ex^a fortalece meu entendimento do diálogo, da conversa.

Com satisfação, quero conceder um aparte, se o Senador Lucena me permitir, ao Senador Heráclito Fortes, que me está pedindo neste momento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Paulo Paim, pena que o Senador Mão Santa não esteja aqui no plenário, mas está aqui perto – estava aqui agora. Ele cita muito uma figura extraordinária que o Piauí teve, como político, que foi Petrônio Portella.

Petrônio dizia que só não muda aquele que não se dá o direito de pensar. Foi exatamente dentro desse espírito, Senador Delcídio, que, no meu discurso, li um pronunciamento feito pelo Senador Paim em 1996. V. Ex^a elogiou o discurso de ontem do Paim, como teria elogiado, naturalmente, o de 2006. Quando mostrei aquele discurso, foi para que se soubesse, primeiro, que as realidades mudam e, segundo, para ver se poderia diminuir a arrogância de alguns membros da base do Governo, que não contribuíram em nada para o diálogo. Uma coisa é certa, Senador Paim – e V. Ex^a é testemunha disto –, não faltou vontade por parte de setores consideráveis da oposição de que fossem apresentadas opções. Ora, se o Governo sabia que tinha dificuldade – e sabia –, se sabia que precisava de opções – e sabia –, por que não mandou a tempo? V. Ex^a não quer citar nomes, mas eu cito. Eu disse a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a conversou comigo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Uns dois dias antes, eu disse: “O Governo está fazendo um haraquiri”, porque tem de dialogar. Essas questões não funcionam aqui, no Congresso, dessa maneira. Aliás, a oposição deu uma demonstração imediata de responsabilidade quando, primeiro, concordou em desmembrar a DRU da CPMF; e, em seguida, votou a favor da manutenção da DRU. Encontrei-me, agora mesmo, com o Senador João Pedro, no corredor, por quem tenho o maior apreço. S. Ex^a fez um discurso pesado, de dia seguinte, que não é construtivo, principalmente para ele, que é amigo pessoal do Presidente da República. E ficamos em dúvida se ele está falando só da boca para fora ou se falou isso por ouvir o Presidente, já que ele tem toda liberdade com o Presidente da República, todo mundo sabe disso. V. Ex^a citou aqui um exemplo emblemático, que foi o caso da CPMF do Governo Fernando Henrique. Já faz algum tempo, não me lembro exatamente – vou até procurar datas – se foi na época da segunda prorrogação, em 2001. Eu, em 2001, era Vice-Presidente do Congresso, mas acompanhava tudo e me lembro de que, no dia seguinte da derrota, tivemos uma reunião. Vou ser sincero: eu também trazia minha listinha para matar – matar os que votaram contra. Era lista grande, e havia aquele ódio do dia seguinte – com o qual é preciso ter cuidado. Sentamo-nos, Presidente César Borges, a uma mesa no Palácio da Alvorada. Reunião convocada de emergência. Todo mundo queria sangue, e me lembro que o Presidente Fernando Henrique, com toda serenidade, abriu a reunião e disse: “Em primeiro lugar, quero saber onde está a relação das emendas parlamentares que não foram liberadas. Vou mandar liberá-las hoje, a autorização será dada hoje”. Aí,

houve um misto de surpresa e de alegria. Dissemos: “As da base do Governo?” Ele disse: “Não, de todos. O erro é nosso. Se a gente segura esse dinheiro, fica com ele na mão, maltrata os dois lados. E, quando se maltratam os dois lados, ou se libera apenas para um lado, cria-se problema para o outro, e desequilibra, não adianta. Se é legal, se é obrigação, vamos fazer. Vamos desarmar os espíritos e vamos atender a todos sem olhar quem votou contra e quem votou a favor”. Desarmaram-se os espíritos e, em seguida, a derrota foi transformada numa nova prorrogação. Não adianta, no dia seguinte, quem votou contra a prorrogação comemorar a vitória, nem quem votou a favor se lamentar pela derrota. Esse é um episódio democrático e – eu disse e repito – pedagógico. O Governo construiu sua derrota quando achou que levava de cambulhada o Senado da República, quando inverteu as negociações. Lamento, nesse episódio – quero ser justo –, a entrada do Deputado e Ministro José Múcio, já na undécima hora, sem nenhuma possibilidade de ação. As coisas foram feitas, Senador Paim, *a la* Chávez. O Congresso não funciona dessa maneira. Espero que o Governo tenha aprendido. Olha, quando se vê o Presidente da República dizer, por escrito, que os recursos estão assegurados só para a saúde, é porque ele estava usando, desnecessariamente, os recursos da CPMF para outras finalidades, já que tinha, por meio de outras fontes, como substituí-los. Então, a crise não é tão grande assim, está compreendendo, meu caro? Ouvimos o discurso da Líder Ideli, sempre atualizada em questões econômicas, dizendo que o Governo não havia arrecadado tanto como agora, e mil maravilhas. Ora, se a situação é a que foi anunciada, não se precisa da CPMF. Se a questão é a CPMF ser um imposto “fiscalizatório”, que fosse baixada para 0,01. Vou fazer justiça: dou muita trombada aqui, no plenário, com o nosso Senador Aloizio Mercadante, mas, dos que me lembro, foi o único que teve um discurso lógico, de construção lógica com relação a essa questão, mostrando as dificuldades. A Senadora Serys falou das maravilhas dos recursos que o Governo arrecadava, um mar de rosas, mas em mar de rosas não se precisa disso. O imposto era transitório, emergencial. Se o Governo está rico, não precisa do imposto. Se está em crise, vamos trabalhar por ele. Subiram na tribuna, Senador César Borges, para dizer que o Governo estava rico e alguns diziam que não precisava. Creio que é o momento de aproveitarmos a sexta-feira ingrata – aliás, ingrata é a terça-feira –, esperarmos passar este final de semana, deixarmos baixar a poeira e recomeçarmos. Não adianta discutirmos. Ninguém quer matar o Governo. Agora, não é possível o Governo, também, querer matar o povo. V. Ex^a foi profético quando dis-

se que a CPMF matava o pobre, o trabalhador, três vezes. Talvez, se eu tivesse lido naquele momento o seu discurso, eu não tivesse votado em nenhuma das vezes a favor da CPMF. Infelizmente, a ficha só caiu depois. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito, o aparte de V. Ex^a segue a linha da sintonia. V. Ex^a me dizia, ontem, que as propostas apresentadas pelo Governo chegaram atrasadas e que era o momento de nos apaziguarmos e conversamos. Em nenhum momento, ao longo da história, tivemos um momento tão propício se as propostas tivessem vindo antecipadamente.

Perdemos um bom momento, mas sou daqueles que acredita. Como o ex-Presidente Fernando Henrique dizia, e eu repito: perdeu no passado, apresentou de novo e aprovou. Não estou convencido de que essas quatro propostas, apresentadas em um novo projeto, via emenda à Constituição, não possam ser aprovadas antes de terminar o próximo trimestre.

Senador Cícero Lucena, V. Ex^a, ontem, conversou muito comigo e ajudou a construir o entendimento, o que não foi possível naquele momento, mas vamos continuar conversando.

Ouçó, com alegria, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Devo dizer que seu pronunciamento faz com que muitos reflitam sobre um possível posicionamento que pensavam adotar. Fazer a construção através da unidade é o caminho mais sábio. Como bem lembrou, já ocorreu isso no Governo FHC e o País não parou. O País continuou em busca da estabilidade econômica, mesmo em momentos de muitas dificuldades internacionais. O País é o que é hoje, e continuará a ser cada vez melhor, se Deus assim permitir. Devo lembrar também que o Senador Delcídio disse, com muita propriedade, que talvez nem precisemos mais discutir a CPMF ou o imposto provisório, mas eu gostaria de dizer que importante é o diálogo. Quer seja para uma medida emergencial, quer seja para uma medida estruturante na questão tributária do nosso País, é fundamental começarmos exatamente com o diálogo, com propostas, com debate, com discussão, com colaboração, para que não sejamos atropelados, como fomos, ontem, por exemplo, quando a força do diálogo ou das propostas chegou no momento em que o clima ou mesmo os posicionamentos não permitiram uma melhor análise e um aprofundamento desse debate. Então, concordo com a sua sugestão de que comecemos o diálogo. Quer seja para algo provisório, emergencial ou estruturante, é fundamental que o iniciemos hoje. Tenho certeza de que o nosso Líder Arthur Virgílio, que fazia afirmações,

ontem, olhando para o painel, hoje já adotou postura também nesse sentido, confirmando o seu compromisso e a sua palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. V. Ex^a, nesse aparte, repetiu exatamente a forma como dialogou, ontem, comigo. Isso, para mim, é muito importante, porque mostra a sua disposição de construir o melhor para o País. Parabéns a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Desculpe interrompê-lo, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, citei V. Ex^a no meu pronunciamento, pela sua vontade de também construir o entendimento.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Muito obrigado. Eu tinha várias razões para isso. O Senador César, que hoje preside esta sessão, sabe que várias razões para votar contra eu tinha, mas eu disse ao Romero Jucá e a outros Parlamentares que eu não tinha razão para não ajudar na conclusão de um acordo que pudesse, realmente, equilibrar as necessidades do Governo e o interesse público. Quando o Senador Romero Jucá trouxe a carta, que criou expectativa no Plenário, dizendo que tudo iria para a saúde, houve uma certa dose de entusiasmo. Ele leu a carta do Presidente, mas não leu o comunicado conjunto dos dois Ministros. Eu questionei isso como amigo e com o respeito que tenho por ele. Como ele não dava uma explicação mais clara do que representava esse comunicado conjunto? Ele disse-me que era difícil, porque estava muito em cima da hora e poderiam não entender. Senador Heráclito, eu, talvez por vocação policial, fiquei curioso de saber o que dizia o comunicado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... dos dois Ministros. Sr. Presidente, V. Ex^a pode dar-me um tempinho?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, por favor.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Quero pedir desculpas ao orador e ao nosso aparteante.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Tive dificuldade para entender a forma progressiva até 2010, à exceção dos recursos abrangidos pela DRU. Passaria de forma progressiva até 2010, então não seria imediato. Inclusive, a admissão da proposta em questão significaria que os gastos referentes a inativos seriam incluídos como despesas de saúde. Então, não dava para aceitá-la de pronto, porque ela gerava algumas dúvidas fortes, inclusive o pagamento referente aos inativos, por quem V. Ex^a tanto luta nesta Casa e que

jamais deixarei de homenagear. Realmente, havia razão para, de pronto, não ser aceito esse comunicado conjunto, assinado pelo Ministro Guido Mantega. Eu ouvi a Ministra Dilma Rousseff no Bom Dia Brasil, programa da Globo, explicando-se e tentando carrear simpatia e apoio à CPMF, com muita estrutura e respeito, o que não aconteceu com o Ministro Guido Mantega, que fez ameaças permanentes aos Senadores de se vingar no povo. É inaceitável uma colocação de ameaça permanente. Então, V. Ex^a está buscando e nenhum de nós tem razão para ser contra alguma coisa que traga harmonia e atenda à sociedade e ao interesse do Governo em manter, sem dúvida nenhuma, a postura econômica de que precisamos. Talvez a reforma tributária seja o melhor caminho nesse instante de aflição. Cumprimento V. Ex^a por tentar buscar um acordo harmônico, para que se possa, realmente, atender à sociedade e à governabilidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tenho certeza, é um daqueles Senadores que gostaria muito de ver o entendimento. Por isso, entendo que em cima desses quatro, cinco pontos elencados, muito bem esclarecidos, para que não fique nenhuma dúvida, é possível, sim, construirmos um grande entendimento aqui na Casa.

Fiquei muito feliz de ver o aparte de todos os Senadores, inclusive o do Senador Heráclito Fortes, um dos líderes da Oposição, apontando caminhos para o entendimento.

Senadora Serys Slhessarenko, com certeza, V. Ex^a também, no aparte, há de apontar que há possibilidades, apesar de algumas rugas, algumas provocações momentâneas, que fazem parte do Parlamento, ainda de construirmos um grande acordo.

Concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, acredito também que o caminho pode e deve ser por aí, porque o povo brasileiro não merece o que aconteceu aqui noite passada. Não merece. A partir do momento em que chegou a proposta da possibilidade de ir todo o recurso para a saúde e de a CPMF ser prorrogada por um ano, realmente, era a saída mínima e totalmente plausível. Quando a gente viu este homem, que para mim é ímpar, que é o Senador Pedro Simon, fazer aquele ato na tribuna, que eu diria que foi – para mim, a principal qualidade do ser humano, eu não a tenho do tamanho que gostaria de tê-la, e ele a teve –, de humildade. A fala dele na tribuna foi o maior ato de humildade que eu já vi na minha vida por parte de um político; e ele o fez com determinação realmente, e ninguém quis dar ouvidos a ele. As pessoas, em sua maioria, não quise-

ram dar ouvidos, não quiseram, realmente, participar da possibilidade de um acordo. Hoje, poderíamos ter a CPMF aprovada, e não estaríamos com todo esse tumulto que está aí no Brasil. E não adianta “tapar o sol com a peneira”, não! O problema existe, é difícil, e temos de parar com essa história de “aprontamos o que queremos e depois botamos na conta de alguém”. Tem conta; e as pessoas sabem na conta de quem isso daí tem de ser debitado. Portanto, abrir o diálogo é importante, é importantíssimo, é fundamental, não tenho dúvidas disso. Mas deveríamos ter pensado um pouco mais antes de tomarmos a atitude que foi tomada; atitude esta que, do meu ponto de vista, foi no seguinte sentido: “Precisamos impor uma derrota ao Governo, depois resolvemos de outro jeito”. A derrota não é do Governo, não. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a derrota não é do Governo! De jeito nenhum! A derrota é do povo brasileiro mais carente e necessitado, que precisa de políticas públicas nas áreas da saúde e na social, de modo geral. Eu não tenho dúvidas disso. Infelizmente aconteceu. Agora, que se reabra o diálogo. Ele é essencial? É. Ele é necessário? É. Então, é preciso que se busque uma alternativa depois do que aconteceu, porque o povo brasileiro não pode pagar o preço de um erro que não cometeu.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, peço permissão a V. Ex^a para, dentro do que disse a Senadora Serys, com relação a essa extraordinária figura de homem público que é o Senador Pedro Simon, dizer que o Senador Pedro Simon fez um discurso, ontem, de um homem ferido, de um homem que apanhou do seu Partido, do seu Presidente, e não viu a solidariedade que lhe é prestada hoje por V. Ex^a, Senadora Serys. Ontem, ele não viu essa solidariedade, pela agressão sofrida, pela maneira como o seu Presidente tratou S. Ex^a, dizendo que não confiava nele.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Ele viu a solidariedade da Oposição. Realmente, ele viu a solidariedade! Ele viu a solidariedade da Oposição, sim!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ele viu solidariedade aqui interesseira, de quem precisava da atitude que ele tomou para tirar proveito.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Ele não precisa disso.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Senadora Serys Silhessarenko, pediria a sua contribuição para não haver discussão paralela.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Daí por que tive o cuidado de pedir o aparte para levantar uma questão que achava da maior gravidade. Todos sabem do apreço pessoal que tenho pelo Senador Pedro Si-

mon, do que aprendi com ele, do que convivi com ele, independentemente de partido. O Senador Paulo Paim sabe o apreço que tenho pelo Rio Grande do Sul. Quero dizer, Senador Pedro Simon, que é o Estado brasileiro com quem mais me correspondo permanentemente. Tem um outro caso aí, que é Santa Catarina.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PT – MT) – Quero alertar o nosso querido Senador Paulo Paim pelo excesso de tempo na tribuna. Entretanto, vejo que o pronunciamento de V. Ex^a provoca o debate. Por isso, vou conceder mais cinco minutos a V. Ex^a, esperando que, com esses cinco minutos, possa V. Ex^a concluir.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Serei telegráfico no meu aparte. Qual era a minha preocupação em relação ao Senador Pedro Simon? Enquanto ele pedia aqui a prorrogação por 12 horas, lobistas e funcionários de Ministério vinham, com propostas indecentes, aqui no fundo do plenário, fora pressões feitas, no mesmo nível, de Senador para Senador. A minha preocupação era de que alguns não agüentassem pressão por mais muito tempo. E se houvesse, Senador Paulo Paim, uma mudança de posição no intervalo solicitado pelo Senador Simon, poder-se-ia jogar nas costas dele esse pedido de antecipação. Tanto isso é verdade que ninguém da base do Governo assumiu! Foi ele quem assumiu. E eu, por dever de obrigação, de justiça e de consciência, tive esse cuidado, e comuniquei isto a ele: “Simon, vou fazer esse questionamento, porque acho que você não merece. Você fez com uma intenção, mas corre o risco de outra”. Essa solidariedade noturna do Partido dos Trabalhadores, infelizmente, Senador Simon, V. Ex^a não a teve durante o dia, e acho até que precisava mais. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Dornelles. Em seguida, para que eu possa concluir, concederei o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Paim, quero reiterar meus cumprimentos a V. Ex^a pela sua atuação brilhante ontem, expondo o seu ponto de vista. Foi uma das intervenções mais objetivas a que assisti. V. Ex^a colocou as dificuldades que vão ocorrer com a retirada de R\$40 bilhões, dez dias antes do início do ano fiscal. Mas eu achava, Sr. Senador, que o Governo tem de ter os pés no chão. O problema é o fato e o tempo. O tempo passou; e o fato é que o Governo tem R\$40 bilhões a menos. E o Ministro Mantega tem de dosar as suas declarações. Quero me referir a uma declaração que ele acabou de fazer, que é a seguinte: “Em relação ao Orçamento de 2008, o Ministro Mantega afirmou que ele vai

ser retirado do Congresso”. Sr. Presidente, o Ministro deveria ler a Constituição. O art. 166, §5º não permite que o Executivo retire o Orçamento do Congresso. O Congresso é que vai ter de fazer os ajustamentos. De modo que eu espero, estou certo de que o Presidente da Comissão de Orçamento vai dizer “não” ao Ministro Mantega, vai dizer-lhe: “O senhor leia a Constituição, porque o senhor não pode retirar o Orçamento do Congresso”. É uma tarefa do Congresso Nacional, até discutindo com o Executivo, fazer as adaptações diante desse problema, realmente grave que existe na área financeira do Governo. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Dornelles, eu não tenho nenhuma dúvida quanto ao Orçamento. O Orçamento não será votado este ano. Vai continuar em debate e, provavelmente, entre fevereiro e março a gente vote o Orçamento, e, quem sabe, até haja uma saída, mediante o impasse dos R\$40 bilhões, que V. Ex^a resgata muito bem. Eu quero dizer que concordo com V. Ex^a: ninguém vai tirar o Orçamento aqui do Congresso Nacional.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador, o Congresso tem condições de fazer, em seis dias, um ajuste no Orçamento. O que não pode é o Executivo achar que o Orçamento é dele, que é uma missão só dele; vem aqui, manda tirar e colocar. Estou certo de que o Senador José Maranhão não vai permitir que seja retirada uma proposta orçamentária enviada ao Congresso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para concluir, concedo o aparte para o Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a e eu estivemos sempre na mesma trincheira, e, nessa questão, em trincheiras diferentes, mas com muito respeito. V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a não é só de hoje, mas desde que nos encontramos nos bons debates nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a – e foi isso que nos aproximou – lembra-se daquela PEC que tirou direito dos aposentados; a primeira inspiração que os aloprados fizeram ao nosso generoso Presidente. Aquilo foi um descalabro. V. Ex^a, com obstinação, buscou a PEC Paralela. Com relação a isto aqui – o maior aloprado que eu conheço é este Guido Mantega –, no último item – ô Pedro Simon, isto é uma carta vergonhosa! Ô Pedro, você não leu a carta! –, diz o último item: “Admissão da proposta em questão significa que os gastos referentes aos aposentados sejam excluídos como despesa de saúde”.

Vá criar vergonha, aloprado Guido Mantega!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, vou concluir meu pronunciamento dizendo, mais uma vez, como teria sido bom, Senador Pedro Simon, se tivéssemos, todos aqui, concordado

com V. Ex^a. V. Ex^a veio à tribuna em face de um pedido coletivo de, no mínimo, 30 Parlamentares que fomos ao seu gabinete – não fomos os 30, mas estávamos lá representando – para que V. Ex^a viesse à tribuna e pedisse que todos lessem a carta. Infelizmente, não foi atendido. Mas espero, ainda, que o apelo de V. Ex^a repercuta no Senado da República, para que possamos construir um entendimento, nem que seja nos meses de fevereiro e março. Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a. Eu já o respeitava muito, Senador Pedro Simon, e o respeito muito mais a partir do pronunciamento que fez ontem. Digo isso de coração, V. Ex^a sabe.

Vou concluir, com todo respeito ao meu amigo, o Senador Mão Santa, que está fazendo um discurso paralelo em plenário. Entendo o nervosismo de S. Ex^a e estou inclusive acompanhando.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para concluir, se V. Ex^a me permitir mais um minuto, Sr. Presidente.

Senador Simon, digo de público e rapidamente que o movimento que fizemos – eu, o Senador Sérgio Zambiasi e o Senador Pedro Simon – em relação às renegociações de Pelotas, com a participação do nosso Prefeito – nosso que eu digo é do Estado – Adolfo Fetter, que é do PP, do Marco Ronchetti, do PSDB, de Canoas, e também da Governadora Yeda Crusius, praticamente está consolidado, praticamente não. Está consolidado. O Governo avalizou, e já está chegando ao Senado, para que esses financiamentos internacionais sejam aqui aprovados. Espero que chegue no máximo na semana que vem. Essa é uma demonstração de que, independentemente do resultado de ontem, nossos compromissos continuam exatamente os mesmos.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, tomei a liberdade de falar com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, em nome dos três Senadores. Ele já está indicando os relatores dos três processos para que sejam votados o mais tardar na semana que vem. Pelo número de Senadores com que conversei, estou muito esperançoso de construir um grande entendimento para o bem do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PT – BA) – Pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, proponho a V. Ex^a que, atendendo ao que disse aqui o Ministro Dornelles, que é um homem que entende de economia neste País, inclusive tendo sido Ministro da Fazenda, e ontem foi um baluarte aqui na defesa dos interesses do Governo, que mandássemos, com uma dedicatória do Senador Francisco Dornelles, uma cópia da Constituição Federal para o Ministro Guido Mantega. É uma contribuição pedagógica desta Casa para que o Ministro da Fazenda, que tem uma caneta poderosa, passe também a ter respeito a uma Carta que todos nós devemos guardar e preservar. É a proposta que faço, e espero que todos aceitem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A sugestão de V. Ex^a será levada em conta, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, que já está há algum tempo aguardando para o seu pronunciamento, que, tenho certeza, será muito importante para esta Casa, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho novamente a esta tribuna – e hoje o ambiente está mais calmo, estamos mais tranquilos, depois da sessão tensa de ontem – para fazer alguns registros. Com tranquilidade, o Senador Paulo Paim falou, V. Ex^a também expôs suas posições muito lúcidas e muito serenas, e eu também gostaria de fazer alguns comentários sobre o que aconteceu ontem.

Ontem, em termos de Senado, foi um dia importante. Mais de 45 Senadores e Senadoras aqui debateram a CPMF e a DRU. Creio que a sociedade brasileira estava esperando por um momento como esse no Senado Federal. Foi importante, talvez um pouco chamuscado pelo final da sessão. E, mais do que nunca, registro o posicionamento e a postura do Senador Pedro Simon, talvez o nosso decano, um homem com uma história belíssima de vida, como homem público, e uma história pessoal que todos nós respeitamos.

Talvez, o único senão da noite que passamos aqui tenha sido aquele momento. Com absoluta isenção, dentro de um espírito no sentido de discutir, procurar uma saída para a matéria que estávamos debatendo, o

Senador Pedro Simon, em um dia até dicotômico – pela manhã, já havia feito o discurso em função da sucessão dentro do PMDB – assumiu um posicionamento corajoso, mais do que nunca, pró-ativo. Portanto, eu não poderia deixar de destacar isso, até porque foi uma posição que eu defendi, quando falei que deveríamos gastar o tempo que fosse possível para encontrar uma solução, aproveitando que estávamos debatendo dois temas tão importantes como a CPMF e a DRU.

Ontem, foi um dia importante, inegavelmente.

E faço aqui alguns registros. Concordo – e muitos Senadores fizeram uma avaliação bastante aprofundada – com as deficiências da CPMF. Isso é inegável. O Governo sugeriu uma modificação, estabelecendo um teto em que quase 30 milhões de brasileiros ficariam isentos dessa contribuição. Avançamos nesse sentido. O Governo teve a percepção clara e a sensibilidade de retirar a exigência da CPMF de praticamente 30 milhões de brasileiros.

É importante destacar – todos sabem – que a CPMF tem sido aplicada na saúde, nos programas sociais e também na previdência. A meu ver, ontem, isso ficou muito bem caracterizado nas negociações. Perdemos o *timing*, o momento adequado para fazer esse debate ou para buscar uma saída ou uma solução definitiva para a questão da CPMF. O Governo não percebeu o momento adequado para discutir com a oposição. Compreendo também que a coordenação política sempre foi muito voltada para a Câmara dos Deputados e pouco para o Senado Federal.

Gostaria de registrar – o Senador Heráclito Fortes fez questão de mencionar – que houve uma mudança no Ministério no auge da discussão sobre a CPMF. O Ministro José Múcio teve de assumir uma responsabilidade enorme. Nas ocasiões em que conversei e participei de reuniões com o Ministro tratando dessa questão, ele foi extremamente equilibrado, extremamente isento, e jamais escondeu do Presidente a realidade que enfrentávamos aqui para obter os 49 votos.

Portanto, uma das lições do que ocorreu ontem, não tenho dúvida – o Ministro José Múcio fez questão de registrar –, é essa aproximação, esse diálogo do Palácio do Planalto com o Senado Federal, que é muito diferente daquele diálogo com a Câmara dos Deputados, pelo perfil, pela história dos Senadores e pela história desta Casa também.

A oposição – isso é um fato concreto, e não podemos brigar com os fatos – votou unanimemente contra a CPMF, mas percebemos claramente, meu caro Senador e Presidente, que não votou de uma maneira confortável. Existiam divisões – que são naturais em um processo como esse –, porque do outro lado estavam os Governadores, que tinham muito a perder com a

votação de ontem. Isso, conseqüentemente, refletiu-se nas bancadas de oposição aqui no Senado Federal. Esse é um processo democrático, que, mais do que nunca, trouxe ao Senado um grande debate, depois de tudo que passamos.

Mas é importante registrar um certo constrangimento ou divergências, que não podemos esconder porque ficamos muito claros ao longo dos debates. Inclusive, alguns líderes da oposição aqui vieram e fizeram ponderações muito equilibradas, muito pertinentes, com a consciência do que aquela votação representava especialmente para os Governadores dos Estados.

Sr. Presidente, meu caro Senador César Borges, acho que esse debate ficou tão politizado, que deixamos de fazer uma avaliação sob o ponto de vista fiscal, das finanças públicas; ele virou um embate político. Não questiono os fatos; não questiono o resultado da votação, mas virou um debate eminentemente político. Nós deixamos de discutir a conceituação, e, meu caro Presidente, não é nada, não é nada, perdemos R\$40 bilhões.

Se pensarmos o Brasil como uma empresa, nenhuma empresa que faz a projeção do seu orçamento simplesmente deixará de tomar providências em função de um corte ocorrido às vésperas da aprovação de um orçamento – ou do desenho do orçamento que está sendo estruturado para o ano que se aproxima.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, estou falando pela Liderança.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas é possível.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com a devida vênia, o Sr. Presidente, Senador César Borges, é quem poderá permitir.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Peço a compreensão do Senador Heráclito Fortes, que inclusive está inscrito, porque, no tempo da Liderança, que é de cinco minutos, não é permitido aparte. Tenho sido extremamente tolerante, mas tenho aqui uma lista de oradores extensa. O próximo é o Senador...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu queria a compreensão de V. Ex^a, pois quero ser justo com os empresários brasileiros e com o próprio Senador, que é empresário. É apenas uma questão simples. Um empresário, quando vê que a firma está correndo risco, diminui o quadro, toma providências, procura dialogar. O diabo é que essa empresa a que V. Ex^a se refere, chamada Governo, não tomou nenhuma providência:

tornou-se arrogante, prepotente e quis ganhar no grito. Empresário não faz isso. Tanto é verdade, Senador, que V. Ex^a só foi retirado do fundo do baú e reabilitado pelo seu Partido ontem, quando já não havia mais nada que fazer. Por que não usaram a sua simpatia, a sua fluência aqui no Plenário, para trabalhar em prol desse imposto? Eles o pegaram aqui ontem, na undécima hora. É isso o que dá. Não compare esse Governo com empresa, porque, se for empresa, é falida. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, gostaria somente de justificar que a questão dos gastos públicos é ampla, não é uma questão única e exclusivamente associada a despesas. Ela é uma questão mais ampla e merece uma análise aprofundada até com respeito às carências que a máquina do Governo efetivamente apresenta. Portanto, é fundamental esse debate.

Entendo, Sr. Presidente, que o Governo, que evidentemente vai olhar – acredito nisso – não só as despesas, seu custeio, mas também os programas sociais, que, no meu entendimento, não vão sofrer nenhum tipo de corte, vai ter de analisar o Programa de Aceleração do Crescimento; vai ter de tomar uma série de providências, não mexendo na carga tributária atual. E é fundamental, meu caro Presidente, Senador César Borges, registrar que uma das operações que poderiam ser feitas é com base no superávit primário, o que tem suas implicações no que se refere a endividamento também. Então, temos de aguardar essas medidas, porque, naturalmente, com R\$40 bilhões fora do Orçamento, precisam ser feitas acomodações, para fazer frente ao que se avizinha no ano de 2008.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de destacar que, dependendo das medidas que venham a ser anunciadas pelo Governo, acho que nem caberia mais uma discussão, como foi propalado ontem, sobre uma nova CPMF, porque entendo que deveríamos olhar efetivamente para a reforma tributária, que é aquilo que a população brasileira espera.

Essa discussão da CPMF foi acessória; a discussão de profundidade é a reforma tributária, que é muito diferente. Essa, sim, vai acenar para um outro país: eficiente, que incentiva quem investe, quem produz, quem gera emprego e quem trabalha.

Sr. Presidente, só peço dois minutos adicionais e encerro minha fala.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a merece todo o tempo. Se pudesse, eu lhe daria todo o espaço. Entretanto, vários dos seus Colegas nesta Casa têm viagem marcada e estão me pedindo o espaço.

V. Ex^a, pela Liderança, tinha cinco minutos e já está há mais de dez. Mas vou-lhe conceder os dois minutos que está solicitando, na certeza de que V. Ex^a será cumpridor exatamente do tempo solicitado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, acho que temos de trabalhar pela reforma tributária mesmo; isso é que vale. Agora, não posso deixar de destacar as coisas que aconteceram ontem, na contramão do que está ocorrendo no mundo.

Hoje, se analisarmos o desempenho do mercado internacional, as bolsas asiáticas, todas elas, operaram no negativo, as bolsas européias, também. E, até a hora em que saí do meu gabinete, a bolsa de São Paulo estava com o dólar subindo, o risco Brasil subindo, indicadores que refletem o que já está acontecendo lá fora e que evidentemente têm reflexo no que aconteceu ontem aqui.

Portanto, Sr. Presidente, é importante destacar e registrar que esses R\$40 bilhões não foram aprovados num momento em que os sinais internacionais não são bons, não são positivos. Basta ver a atuação do banco central do Canadá, do banco central americano, dos bancos centrais europeus, que sinalizam com um 2008 extremamente preocupante. E nós – assim entendo o resultado –, perdendo R\$40 bilhões. Perdemos uma grande oportunidade de, gastando um tempo um pouco maior, mesmo com os erros e equívocos de ambas as partes, buscar uma solução para um problema, o que ajudaria sem dúvida nenhuma e traria tranqüilidade para as finanças brasileiras ao longo do próximo ano.

Sr. Presidente – e agora para concluir mesmo –, faço coro ao que o Senador Francisco Dornelles disse aqui no que se refere ao Orçamento, mas, em função das novas medidas do Governo, duvido muito que nós...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...venhamos a aprovar o Orçamento de 2008, ainda no ano de 2007, em função de todas essas dificuldades. Como só falta voltar o segundo turno da DRU, que foi ontem separada, Sr. Presidente, o ano acabou, um ano que deixamos muito a desejar por uma série de problemas que todo o Brasil conhece.

Então, Senador Gilvam, temos que nos preparar para o ano que vem, porque tenho a impressão de que agora o nosso posicionamento é apenas o desejo de um Feliz Natal para as Sr^{as} e Srs. Senadores, para toda a população brasileira e que 2008 seja um ano melhor que 2007.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão com relação ao tempo.

Vou conceder a palavra, se o Senador me permite, ao orador inscrito, Senador Romeu Tuma, que, inclusive, tem um horário de vô e fará um breve pronunciamento. Pedi para ser dado como lido o seu pronunciamento.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria saber de V. Ex^a, sem atrapalhar a viagem do Senador Romeu Tuma, se há alguma condição de V. Ex^a me inscrever. Não vou evocar o espírito do Senador Arthur Virgílio, senão já faria um discurso agora mesmo e depois faria outro apenas nesse pedido pela ordem. Gostaria de saber se V. Ex^a tem condição de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Tenho condições de inscrevê-lo. Agora, V. Ex^a também terá de ter paciência para aguardar o momento oportuno para sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sem dúvida alguma. Terei toda a paciência do mundo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Delcídio, peço a atenção de V. Ex^a por um segundo. V. Ex^a falou que era praticamente impossível a aprovação do Orçamento neste ano. Realmente, há pouco, recebi um telefonema, por pertencer à Comissão, em que me foi dito que o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização esteve com o Presidente do Senado e lhe disse da impossibilidade de ver aprovado o Orçamento em razão das modificações que terá de sofrer. V. Ex^a não tem bola de cristal, mas estava certo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, Senador Magno Malta – acho que V. Ex^a pode nos ajudar – é o fato de a segurança pública, já faz tempo, ser um dos temas mais importantes e debatidos da agenda política nacional. A escalada dos crimes e das atrocidades é matéria quase banalizada no noticiário da imprensa, de tal modo que se incorporou ao cotidiano da vida dos brasileiros, não importa se nas grandes ou nas pequenas cidades.

O consenso contra a falta de segurança, por fim, é talvez o mais amplo que já se produziu no seio da sociedade no decurso de toda a nossa história.

Alguns fatos, porém, em que pese serem constantemente expostos nas tribunas do Congresso Nacional, nos editoriais dos jornais e nas análises dos especialistas, parecem não tocar a mente dos dirigen-

tes governamentais. Parecem não mobilizar a vontade dos protagonistas das políticas públicas setoriais.

Neste parágrafo, abro um parêntese para apelar ao Senhor Presidente da República no sentido de que o Ministro Tarso Genro possa levar avante o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci) e que ele não sofra alteração alguma naquilo que o Orçamento delega, para que realmente possa ser aplicado em todo o Território Nacional.

Promover a segurança é promover o império da lei. Muitos cidadãos – na verdade, sua imensa maioria – a ela se submetem por princípio, por caráter e por índole. Esses são os esteios da ordem e da possibilidade de uma vida produtiva e saudável no seio da coletividade.

Muitos outros, entretanto, devem ter perante si uma barreira, um freio a uma sociabilidade que foi desvirtuada, seja por fatores de caráter endógeno, seja por fatores relativos a uma história de vida infeliz, em que faltaram, ao mesmo tempo, as oportunidades e os bons exemplos. Esses casos infortunados apenas a certeza da punição, ou seja, apenas o império da lei como ferramenta de justiça poderá deter.

Tal império, porém, Sr. Presidente, é feito de homens bem dispostos e de instituições bem organizadas em diversos níveis: no aparelho judiciário, Senador Pedro Simon, no Ministério Público e nas organizações policiais. Do equilíbrio desse conjunto e do apoio que a ele prestar a sociedade dependem a paz e a tranquilidade das famílias, do setor produtivo e, em resumo, de toda a Nação.

Mas o que se vê, ao contrário, ao menos no que diz respeito às polícias, é uma rotina de ações desarticuladas – V. Ex^a já falou, por mais de uma vez, sobre esta questão, Senador Magno Malta –, em todos os níveis governamentais, e uma crônica constante de carência de recursos. Do treinamento aos veículos, passando por deficiências graves no suprimento de armas e de munição, a impressão que temos é a de que a segurança, na realidade prática da Administração Pública, não passa de uma prioridade para ser apenas citada, comentada, como se medidas concretas não fossem necessárias para dar-lhe corpo, vida e efetividade.

Sr. Presidente, encerro aqui e peço a V. Ex^a que meu pronunciamento seja dado como lido. Antes, porém, eu gostaria de ouvir o aparte do Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – A palavra desarticulação que V. Ex^a colocou é muito importante. E o grande problema é que, diante de uma violência que se instalou no País, quando precisamos de um conjunto de ações e de um conjunto de medidas que

ponha todo o mundo dentro do mesmo bojo de unidade, há uma disparidade nas vaidades: cada qual tem sua informação e não passa para o outro. Se a Polícia Civil prendeu, tem as informações, ela não passa para a Polícia Federal, que, por sua vez, também não passa porque não gosta do Ministério Público, que, por sua vez, não gosta da outra polícia do outro Estado. Quer dizer, o sujeito pode ter três ou quatro carteiras de identidade, porque se ele for preso num Estado, ele não tem identificação nacional dos processos dele. Se alguém puxar, é possível que o cara que esteja com mil processos, em São Paulo, não seja preso no Maranhão. E isso acontece porque ninguém passa a informação; não há uma central de informações para o crime no Brasil. Quer dizer, se a malha, a teia do crime organizado já tomou conta da Nação brasileira... E eu estou cansado de ir a esta tribuna dizer que, do ponto de vista de segurança pública, perdemos todos os limites. Aliás, não há segurança pública. Do ponto de vista da violência, que se instalou neste País, nunca se viu igual! E sou daqueles até que defendem uma lei de exceção para tudo isso. E quanto à falta de aparelhamento referida por V. Ex^a, não se faz aparelhamento sem dinheiro; não se faz aparelhamento sem recursos; não se faz formação técnica. E nós precisamos de polícia técnica no Brasil; equipamento técnico não se tem. É uma polícia mal aparelhada. Quando a Polícia Federal vai para sua academia e passa seis meses para formar um homem de rua atirando com um 38, essa é a maior piada que eu já vi na minha vida. Quando os caras aí fora estão atirando de AR-15 já faz cinco anos; eles nem querem AR-15 mais, porque está fora de moda. É arma israelense...

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Armamento sofisticado.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Sim; sofisticado, e o policial federal recebe esse tipo de treinamento – e é um homem que guarda a fronteira! Um homem que guarda a fronteira! Quando V. Ex^a pega uma força-tarefa que faz treinamento em morro que não tem traficante. Mamãe, me acuda! Então, como disse V. Ex^a, é preciso realmente que haja um conjunto de medidas, e um conjunto de medidas que tenha recurso carimbado como se tem para a educação, porque segurança pública não é gasto, é investimento. E V. Ex^a traz à baila um assunto, chamando a atenção dos governantes – bom seria que V. Ex^a tivesse tempo para fazer todo o seu pronunciamento –, porque é necessário que todas as autoridades ouçam; é necessário que entendam como nós entendemos e sintam a dor e o choro de uma população, de uma sociedade completamente desguarnecida do ponto de vista da segurança pública. E não se faz polícia tão-somente

dando salário. É preciso treiná-los, é preciso que haja armamento. Veja a questão das nossas Forças Armadas – e eu gosto da atitude do Jobim quando agora vai buscar o reaparelhamento da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Quem já foi ao coração da Amazônia, quem foi a Tabatinga e vê uma Amazônia que Deus deu para o Brasil... Essa conversa de globalização, de que a Amazônia é de todo mundo é mentira! A Amazônia é do Brasil; a nossa Amazônia é a Amazônia, Deus deu para o Brasil. Você chega lá e vê um Exército carente, salários pequenos, armamento atrofiado, velho, e você vê um Chávez fazendo manobra e conversando fiado, do nosso lado, e o mundo dizendo que a Amazônia é deles, é de todo mundo, por causa da globalização. É preciso realmente que, se quisermos guardar um país do tamanho do nosso, desde a Praça da Sé ao Leblon, no Rio de Janeiro, a Presidente Kennedy, um Município pequenininho, ao bairro do BNH, em Cachoeiro de Itapemirim, a Vila Velha, a Guarapari, ao Norte do meu Estado, à Praia de Guriri, já terminando em Pedro Canário, chegando à Bahia, se quisermos guardar, temos de entender o que V. Ex^a está falando. É preciso ter a visão de reaparelhamento, equipamento e treinamento de homens, e isso se faz com orçamento e com vontade. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SC) – Senador Magno Malta, muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço para incorporar ao meu discurso o aparte do Senador Magno Malta e para publicá-lo na íntegra, a fim de cumprir o compromisso assumido com V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a segurança pública, já faz tempo, é um dos temas mais importantes e debatidos da agenda política nacional. A escalada dos crimes e das atrocidades é matéria quase banalizada no noticiário da imprensa, de tal modo se incorporou ao cotidiano da vida dos brasileiros, não importa se nas grandes ou nas pequenas cidades.

O consenso contra a falta de segurança, por fim, é talvez o mais amplo que já se produziu no seio da sociedade, no decurso de toda a nossa história.

Alguns fatos, porém, em que pese serem constantemente expostos nas tribunas do Congresso Nacional, nos editoriais dos jornais e nas análises dos especialistas, parecem não tocar a mente dos dirigentes governamentais. Parecem não mobilizar a vontade dos protagonistas das políticas públicas setoriais.

Promover a segurança é promover o império da lei. Muitos cidadãos – na verdade, sua imensa maioria – a ela se submetem por princípio, por caráter e por índole. Esses são o esteio da ordem e da possibilidade de uma vida produtiva e saudável, no seio da coletividade.

Muitos outros, entretanto, devem ter perante si uma barreira, um freio a uma sociabilidade que foi desvirtuada, seja por fatores de caráter endógeno, seja por fatores relativos a uma história de vida infeliz, onde faltaram, ao mesmo tempo, as oportunidades e os bons exemplos. Esses casos infelizes, apenas a certeza da punição, ou seja, apenas o império da Lei como ferramenta de justiça poderá deter.

Tal império, porém, Sr. Presidente, é feito de homens bem dispostos e de instituições bem organizadas, em diversos níveis: no aparelho judiciário, no Ministério Público e nas organizações policiais. Do equilíbrio desse conjunto, e do apoio que a ele prestar a sociedade dependem a paz e a tranqüilidade das famílias, do setor produtivo e, em resumo, de toda a Nação.

Mas o que se vê, ao contrário, ao menos no que diz respeito às Polícias, é uma rotina de ações desarticuladas, em todos os níveis governamentais, e uma crônica constante de carência de recursos. Do treinamento aos veículos, passando por deficiências graves no suprimento de armas e de munição, a impressão que temos é a de que a segurança, na realidade prática da Administração Pública, não passa de uma prioridade para ser apenas citada, comentada, como se medidas concretas não fossem necessárias para dar-lhe corpo, vida e efetividade.

Tomemos o exemplo do padrão de remuneração dos agentes da organização policial. Com raras e conhecidas exceções, a paga que o Estado oferece em troca da dedicação extrema que é exigida desses servidores chega ao nível do achincalhe. Não se pode exigir tanto – até mesmo a própria vida! – a troco de tão pouco. Mas não se poderá ter organizações policiais competentes, por outro lado, sem que os homens que a compõem sejam capazes de, mesmo sob o constante risco de morte, terem ao menos a tranqüilidade de poder sustentar, com a própria remuneração, suas necessidades pessoais e as de suas famílias.

Essas reflexões não são novas, bem sei. Eu mesmo tenho tocado em todos esses pontos, por diversas ocasiões, no plenário do Senado Federal ou nas ocasiões em que tive a oportunidade de me pronunciar, em encontros ou em solenidades. Os fatos, porém, continuam aí, renovando a exigência de que eles, mais uma vez, venham à tona e sejam, mais uma vez, expostos à visão de todos.

Confesso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que poucas são as boas notícias, quando se fala da segurança; mas é preciso persistir, denunciar e convencer. É preciso, sobretudo, comemorar sempre que surja a ocasião.

E a ocasião, desta vez, é dada pela Câmara dos Deputados, onde foi recentemente aprovada, em sede de Comissão Especial, a Proposta de Emenda à Constituição de nº 549, de 2006, que acrescenta o artigo 251 às Disposições Gerais da Constituição Federal, no sentido de corrigir um grande equívoco do passado.

É que a Carta de 1988 previa, em seu texto original, posteriormente revisto pela Emenda 19, o reconhecimento dos delegados de polícia como carreira essencial à administração da Justiça e estabelecia para a categoria, em conseqüência, a aplicação da isonomia remuneratória com o Ministério Público. É a situação anterior, portanto, que se pretende restaurar.

Do ponto de vista de uma lógica da segurança pública, a medida é extremamente sensata, e responde àqueles princípios que a técnica e o próprio senso comum advogariam, para aprimorar, ainda que apenas parcialmente, o painel negativo que descrevi, no início deste pronunciamento.

No seu competente parecer, o Relator, Deputado Regis de Oliveira, fez o reconhecimento de uma evidência: argüiu e embasou o papel de agente político dos delegados de polícia, consagrando ainda a natureza jurídica de sua atuação, até porque essencial à persecução criminal preliminar e, por esse motivo, equivalente ao papel dos promotores de justiça e dos procuradores da república, no âmbito civil.

A matéria aprovada vai, agora, ao Plenário, já amparada por inúmeros requerimentos para que seja incluída na Ordem do Dia, tais como os feitos pelos Deputados Valdir Colatto, Sandra Rosado, Luciano Castro e Andréia Zito, Parlamentares representantes de diferentes siglas e regiões geográficas, sinal claro de como a Proposta é vista de forma positiva por aquela Casa.

Gostaria de louvar, deste nosso lado do Congresso, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que encabeça, mas não esgota a lista de Parlamentares que encaminham a Proposta, confiante desde já na sensibilidade do Plenário da Câmara, que saberá avaliar e identificar uma excelente oportunidade de promover avanços.

Bem sei, Sr. Presidente, que a PEC 549, de 2006, não poderá, por si só, corrigir todas as deficiências que hoje infelicitam a ação do aparelho público de segurança. Mas também sei – como cidadão e como Parlamentar – que, mais do que uma medida justa, ela poderá significar um importante momento na superação das mazelas da insegurança.

Aos Srs. Deputados, nosso desejo de que tenham uma discussão positiva e proveitosa da Proposta. De cá, do Senado Federal, fica o nosso otimismo em relação à sua decisão favorável e o nosso incentivo a uma causa que, antes de ser de uma categoria valorosa e injustiçada, é de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Peço paciência ao Senador Pedro Simon e concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que está inscrito. Logo em seguida, o Senador Pedro Simon fará uso da palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, companheiro e amigo Governador César Borges, demais Senadoras e Senadores, antes de mais nada, venho hoje a essa tribuna dizer que vivemos ontem um dia muito importante para o Senado Federal. O Senado deu uma demonstração inequívoca, clara, de que é um Poder independente.

Quero confessar, aqui, de público, que durante esse espaço de mandato que estou tendo nesta Casa, eu me sentia fragilizado diante de tudo aquilo que vinha ocorrendo nos últimos tempos. Fui eleito, nas últimas eleições, pelo meu Estado de Mato Grosso, onde tive a primazia de ser Governador.

Venho da cidade de Várzea Grande, da qual tive a oportunidade de ser três vezes Prefeito. E, diante de tudo aquilo que eu tinha visto aqui, das turbulências que esta Casa vivenciou nesses últimos seis ou sete meses, percebi ontem que o Senado Federal, a partir de agora, vai ter as suas prerrogativas restabelecidas em toda a sua plenitude. Eu acho que vivemos um momento de glória, de altivez, de grandeza e, acima de tudo, do compromisso que temos com o povo brasileiro.

Estou muito mais orgulhoso, porque recebi do povo de Mato Grosso, daqueles que me confiaram esta procuração, só no dia de hoje, algumas centenas e mais centenas de e-mails. Recebi algumas centenas também de telefonemas no meu celular, no do meu assessor e no meu gabinete, todos eles nos cumprimentando, nos felicitando, pela forma corajosa com que ontem desempenhamos nesta Casa a nossa função, votando contra a CPMF.

Nem fiz uso da palavra ontem, até porque havia mais de 50 oradores inscritos, e eu achei por bem, num gesto também de respeito aos próprios colegas, permitir que o trabalho de votação dessa PEC tivesse a maior rapidez possível. Abri mão do meu direito de falar.

Mas ouvi atentamente vários Senadores e Senadoras que fizeram uso da palavra. Muitos me chamaram

a atenção, condenando veementemente a forma como são tratadas as oposições aqui nesta Casa, aqueles que não se coadunam, não pensam e não votam como o Governo quer.

Temos de fazer uma reflexão e dizer ao povo brasileiro, sobretudo, de tudo aquilo que foi dito aqui por companheiros, colegas e Senadores, que muitos não usaram da verdade, dizendo que os democratas eram contra o trabalhador brasileiro; dizendo que os democratas eram contra o bolsa-escola; dizendo que os democratas eram contra uma saúde pública de boa qualidade. Não é nada disso, meus senhores e minhas senhoras. Muito pelo contrário, o que fazíamos aqui, naquele exato momento, era a defesa de uma política tributária justa e compatível com a renda da sociedade brasileira. E só seremos um país de Primeiro Mundo quando tivermos políticas claras, definidas, que possam atender ao conjunto da população.

E estou muito feliz, alegre e contente por saber que está restabelecida a autoridade desta Casa. Esta Casa, meu caro amigo, Senador Mão Santa, não é uma Casa de barganha, não é uma Casa onde acham que vão comprar Senador com emenda de R\$ 50,00, de R\$ 100,00 ou de R\$ 1.000,00. Não!

Eu vim aqui com a confiança de 65% dos brasileiros que moram no meu Estado. Eu vim aqui para defender políticas públicas que certamente possam contribuir para resgatar a cidadania plena de todo o conjunto de uma população.

De forma que ontem nós conseguimos um grande intento. Pressões e mais pressões, todos nós que não votamos com a CPMF, sofremos, Sr. Presidente. Contudo, eu quero dizer que valeu a pena, eminente Senador Pedro Simon, ícone desta Casa!

Chamou muito a minha atenção um *e-mail* que recebi, dentre milhares, de uma cidade do meu Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, lá na região do Baixo Araguaia – fica a mais de 1.100 quilômetros da capital do Estado:

Prezado Senador Jayme Campos, quero desta forma expressar meu aplauso a V. Ex^a pelo seu voto contra a CPMF, com o qual tão bem representou eleitores seus, como é o meu caso. Dessa forma, sinto-me bem representado no Senado Federal e tenho a satisfação de constatar que meu voto em V. Ex^a não foi perdido e nem foi dado em vão.

Como seu eleitor desde 1990, continuarei expressando minha opinião junto a V. Ex^a por sua atenção no Senado Federal, aplaudindo e repudiando suas ações de acordo com a minha opinião, com o objetivo de bem informá-lo de minhas posições.

Se muitos eleitores fizerem isto, terá o nobre Senador, um termômetro que avalie seu eleitorado e o ajudará a se posicionar melhor perante os grandes temas nacionais.

Receba, portanto, meus cordiais parabéns e os agradecimentos por bem representar condignamente, com certeza, a grande maioria dos seus eleitores mato-grossenses.

Antonio Carlos Maia Pinto Gouveia, da Cidade de Nova Xavantina.

Como este, recebi algumas centenas de e-mails e também de telefonemas.

Quero dizer aos Líderes dos Partidos que compõem a base de sustentação do Governo Lula que não somos contra o Governo do Presidente Lula. Estamos abertos ao diálogo. Desde o início do encaminhamento dessa matéria, ela já iniciou errado. O Governo, usando da força governamental, patrolou lá na Câmara Federal e queria usar do mesmo instrumento, esta ferramenta, para patrolar aqui os Srs. Senadores.

E nós, Senador Magno Malta, não podemos concordar. V. Ex^a, da base aliada do Governo, pode ter certeza de que foi bom para todos nós, Senadores. Foi bom para esta Casa, para saber que o Senado Federal será independente como sempre foi. O Senado Federal não pode ser visto como mercadoria de troca. O Senado Federal é a Casa revisora.

O Senado Federal não pode ficar à mercê de políticas que certamente o povo possa aplaudir. Não. Por isso venho aqui, com a consciência tranqüila, pois não tentei, nem jamais tentarei prejudicar nenhum cidadão brasileiro.

Estamos dispostos ao diálogo – volto a reiterar. Estamos prontos para somar, estamos prontos para dar nossa contribuição, mas que sejamos, de forma respeitosa, tratados por aqueles que naturalmente dependem do apoio dos Senadores que têm compromisso com a Nação brasileira.

Senador Paulo Paim, como já disse a V. Ex^a, por quem tenho o maior apreço na medida em que todas as vezes temos mantido aqui um diálogo transparente, franco, com objetividade, V. Ex^a pode ser o porta-voz junto à Presidência da República, dizendo que os Democratas não têm nada contra o Governo do Presidente Lula, que os Democratas estão abertos para o diálogo e para o entendimento. O que nós queremos é ser respeitados. O que nós queremos é conversa franca. Jamais eu, particularmente, posso falar em meu nome, aceitarei nenhum tipo de negociata, nenhuma negociata feita na calada da noite. Aceitarei negociata para o bem do Brasil e para o bem do seu povo. Do contrário, nunca, jamais agirei de outra forma, até porque a minha trajetória não me permite. A minha

trajetória sempre foi na defesa do interesse de toda uma coletividade. E não é à toa que estou aqui. Não é à toa que o povo do Mato Grosso me confiou essa procuração. Não é à toa que o povo do Mato Grosso me confiou cinco mandatos.

Por isso, meu caro e estimado Presidente César Borges, V. Ex^a também foi, ontem, um homem firme; um homem que, certamente, foi cobrado pelo próprio Partido a que V. Ex^a está filiado, mas V. Ex^a me disse que votava com a sua consciência, votava com aquilo que V. Ex^a achava ser o melhor para o Brasil. Por isso, eu não posso deixar também de cumprimentá-lo, de parabenizá-lo por esse gesto de grandeza e de altivez demonstrado na tarde e na noite de ontem.

Se me permite, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, eu vou usar só um minuto. Eu quero dizer que não só V. Ex^a conversou comigo, como também ouvi uma entrevista de V. Ex^a com outro Senador do Mato Grosso na CBN. E lá V. Ex^a dizia, com toda a clareza que estavam esperando ainda algum fato novo que colaborasse para o entendimento, para a negociação. E V. Ex^a dizia ser um homem de Partido e que, se não houvesse negociação, se não houvesse entendimento, teria então de votar com o Partido. Então, V. Ex^a nunca omitiu o seu ponto de vista e falou diversas vezes, não somente para mim, mas para outros Senadores da base do Governo que torcia para o entendimento. É uma pena que a proposta veio na última hora e criou insegurança, embora o brilhante apelo feito pelo meu querido e Líder Senador Pedro Simon. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, muito obrigado, Sr. Presidente. É essa a minha opinião; sempre serei, Senador Pedro Simon, não vou mudar nenhum centímetro, até porque estou com quase sessenta anos de idade. Não cheguei aqui de graça. Eu cheguei aqui, porque o povo de Mato Grosso sempre confiou nesse velho companheiro deles que é o Senador Jayme Campos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Pedro Simon

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se me permitirem, eu me dirijo aos telespectadores da TV Senado. No Rio Grande do Sul, é impressionante a audiência da TV Senado. É impressionante como as pessoas que fazem o pensamento político em qualquer lugarejo – o padre,

o líder sindical, o vereador, o dono do boteco, o dono do mercadinho, a professora – ouvem a TV Senado. E elas debatem e analisam a TV Senado.

Tenho recebido, o que me honra muito, um número infinito de mensagens a cada dia. Na página que tenho na Internet, eu procuro responder o que não tenho condições de responder coletivamente. É impressionante o número de mensagens que recebi de ontem para hoje. Tenho de ser sincero: praticamente, a imensa maioria foi de crítica muito dura: “Mas, Senador Simon, o senhor era nossa esperança. Nós sempre confiamos no senhor. Como é que o senhor pode fazer o que o senhor fez ontem? Como é que o senhor vai pedir para transferir, para suspender uma reunião e pedir para votar uma coisa que nem era? Perdemos a confiança no senhor. A última esperança que tínhamos não tínhamos mais”.

Meu querido telespectador que me enviou uma dessas milhares de mensagens, eu quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, eu tenho como norma agir de acordo com a minha consciência, de acordo com aquilo que eu acho que está certo, e não de acordo com aquilo que, politicamente, me deixa bem. Ontem, era um dia em que, sofrendo as mágoas que eu sofri, eu tinha de ficar sentado, silencioso e até rir do que estava acontecendo. Mas não é o meu jeito, não é o meu feitio.

O imposto sobre o cheque, nós votamos aqui no Governo Fernando Henrique Cardoso, iniciativa do nosso Senador de Sergipe, uma taxa provisória para durar por cinco anos. Durante esse prazo de cinco anos, o Governo e nós nos comprometemos a fazer uma reforma tributária para valer. O mal deste País... O Senador Sarney dizia que, quando ele era Presidente da República, antes da nova Constituição, a taxa tributária era de 24%, e hoje está em 38%. Desde a reforma da Constituição, desde a Constituinte, estamos para votar uma reforma tributária racional, em que não aconteça como hoje, quando muitos pagam um imposto alto demais e alguns não pagam nada. Não conseguimos até agora. O imposto sobre cheque ou a taxa sobre cheque ou a contribuição sobre cheque foi prorrogada uma vez ainda no Governo Fernando Henrique.

“Agora, nos próximos quatro anos, vamos fazer a reforma tributária.” Não fizemos. Foi prorrogada uma vez no Governo do Lula. “Agora vamos fazer a reforma tributária.” Não fizemos. E ontem ia ser prorrogada de novo.

Nós não tivemos a capacidade de racionalizar a contribuição no Brasil. O Brasil tem cerca de 40 tributos, o que é ridículo!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI. Fora do microfone.) – Tem 76.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem 76, o que é pior ainda. É uma estupidez!

O Brasil podia, e o Deputado Luis Roberto Ponte apresentou um projeto espetacular: cinco tributos. Vamos taxar a bebida, vamos taxar a gasolina, vamos taxar as questões essenciais, que não precisam ser nem fiscalizadas, em que todos pagam, e vamos para com esse absurdo, com esse escândalo que está acontecendo, no qual o pobre, esse paga o imposto indireto. Querer mostrar que o arroz, o feijão e a aveia pagam mais impostos praticamente do que todos os outros. Então estamos nessa luta.

Chega a votação dessa matéria. O Governo agiu equivocadamente desde o início. Mandou renovar. Havia uma expectativa. O Lula está no primeiro ano do seu segundo mandato. “Agora vamos fazer reforma tributária, agora vamos estudar uma fórmula através da qual a gente chega lá.”

Diga-se de passagem, o Senado já votou uma reforma tributária. Está na gaveta, na Câmara. Na hora que ia ser votada – reforma tributária que se fez, com todos os governadores, com todos os prefeitos, com o Ministério da Fazenda concordando, uma proposta excepcional, chegaram ao entendimento –, o que aconteceu?

Está na gaveta da Câmara. Há alguns anos, Fernando Henrique, Presidente da República, engavetou e deixou votar. E, agora, o Presidente Lula não deixou votar. Estamos nessa questão. Aí chegamos à votação. O Governo errou? É claro que errou. Por amor de Deus, não há lógica! Discutiu, debateu, analisou e não apresentou uma proposta. O Ministro da Saúde fez um apelo; os governadores, angustiados, estavam do outro lado; nada apareceu.

Ontem, fomos votar. Não participei de nada disso. Não sou líder. Dentro da minha bancada, meu peso é zero. Então, não participei. Dentro do Governo, também é zero meu peso.

Ontem, íamos votar. Íamos rejeitar, eu ia rejeitar, eu ia rejeitar, quando me disseram: “Olha, o Governo, agora, está fazendo uma proposta”. Qual era a proposta? O primeiro ponto era que todo o tributo iria para a saúde. Desde o início, quando votamos aqui, o tributo seria destinado para essa área! Era um tributo excepcional, fora de série! Era dito: “Vamos resolver um problema do Brasil, o da saúde! Resolvemos a saúde aqui, vamos resolver a educação lá, e o resto vem atrás!”. Cem por cento eram para a saúde.

Mas havia mais: “Este tributo, vamos prorrogá-lo por um ano, só pelo ano que vem”. O Governo dizia: “Vamos prorrogá-lo só por um ano e, no ano que vem, vamos fazer a reforma tributária”.

Meu telespectador, se eu não parar para pensar, se eu não analisar uma proposta como essa, onde é que estou? Errada? Errada?

Tenho a certeza de que meu bravo e querido irmão, o Senador Mão Santa, haverá de concordar que, se tivesse vindo essa emenda aqui quinze dias atrás, daria para conversar. Seria diferente, seria diferente! Mas deixaram para as dez horas da noite do último dia. Falei último dia, o que é mentira! Era para ser na terça-feira a votação, e a prorrogaram para quarta-feira. Era para ser na terça-feira a votação, e a transferiram para quarta-feira; na quarta-feira, às dez horas da noite, é que ela veio aqui.

Primeiro, foi dito que o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, iria à tribuna para dizer que falava em nome do Governo e que, em nome do Governo, garantiria que o Governo faria isto: um ano de prazo, tudo para a saúde e reforma tributária dentro de um ano. Aí, eu disse: “Espera um pouquinho! O Governo não confia em mim. Então, por que vou confiar no Jucá? Não tenho por que confiar no Jucá”. Aí vieram com as assinaturas dos dois Ministros da Fazenda e das Relações Políticas e vieram falar. Espera aí um pouquinho! Lá atrás, quando queriam mexer na Petrobras, terminar com o monopólio estatal, houve um reboliço, a votação seria em plenário, íamos derrubar, e, aí, o Fernando Henrique mandou uma carta para cada Parlamentar assumindo o compromisso de honra de que ele não mexeria na Petrobras. Votamos. Acreditamos nele, ele não mexeu na Petrobras, nunca mais falou em privatizar a Petrobras.

Aí o Lula mandou a carta, às dez horas da noite! Errado? Errado. Equivocado? Equivocado. O DEM e o PSDB têm razão em dizer “ficamos aqui, por um mês, por dois meses, por três meses, a toda hora, falando, debatendo; fomos ao Ministro da Fazenda, conversamos com ele, eles vieram aqui, e nada houve”. É verdade, é verdade.

Às dez horas da noite, chegou a mensagem do Governo. Eram dez horas da noite. O que pedi? “Vamos deixar isso para amanhã, até às duas horas da tarde. Vamos discutir”. Não falei que tinha de aprovar. Disse: “Vamos ler, vamos analisar, vamos interpretar e vamos ver se dá ou não para fazer”.

Olha, meus irmãos, numa declaração de guerra, até o último minuto, quando a Rússia colocou os mísseis em Cuba voltados para os Estados Unidos, a guerra esteve ali para ser trocada entre Kennedy e o governo russo. No último segundo, houve o entendimento. E, quando as armas atômicas já estavam preparadas para começar a funcionar, na última palavra, houve o entendimento. Em vez de entrar em uma

loucura, numa guerra fratricida, a Rússia retirou as ogivas, e os Estados Unidos recolheram as armas.

A oposição tinha mil razões? Tinha. O Governo agiu de forma errada? Agiu de forma errada, mas apresentou a proposta. Tínhamos de chegar aqui e, das onze horas da noite de ontem até hoje, a noite inteira, tínhamos ficar aqui sentados! Viria o Lula conversar conosco. E lhe diríamos: “Como é isso? É para valer ou não é para valer? Vamos fazer! A reforma tributária vai sair no ano que vem? Vamos assumir esse compromisso! Esse dinheiro vai todo para a saúde? Se vai, vamos assumir!”. Esse era um fato da maior importância. Era um fato da maior importância. Foi isso que pensei.

O meu irmão de toda a vida, o Senador Heráclito, disse-me uma coisa: “Senador, estão te usando. Você está pedindo dez horas de prazo, e estão ali, no fundo, negociando, querendo comprar Senador para mudar o voto”. Aliás, ele me fez justiça: “Senador, estão fazendo maldade com o senhor. O senhor não merece isso. Daqui a pouco, vão dizer que, enquanto o senhor está pedindo isso, mudaram três votos”. Pelo amor de Deus, isso não passou pela minha cabeça, até porque achei que íamos chegar a um entendimento, em torno de uma fórmula de todos: sim ou não.

Para você, telespectador que está me ouvindo, esclareço que não falei em votar nem contra nem a favor, nem do lado do Governo, nem contra o Governo, mas, sim, em encontrar uma fórmula de entendimento. Precisamos tentar isso! Não estamos aqui, há 11 anos, tentando que o destino dessa verba vá toda para a saúde? Estamos. Conseguimos isso nos sete anos do governo de Fernando Henrique? Não conseguimos. Conseguimos isso nos cinco anos do Governo Lula? Não conseguimos. E, de repente, está aqui escrito que ele vai dar. Vamos concretizar!

Uma das maiores vergonhas que temos é a reforma tributária. O Brasil é uma anarquia. Não há país como o Brasil, tão anárquico como este! De um lado, as pessoas gritam, e é verdade: “Não dá para agüentar tanto imposto!”. De outro lado, vemos as propagandas nos jornais, dizendo: “Você não quer pagar Imposto de Renda? Procure-me”. E sabemos que há pessoas muito ricas, ricas, ricas que não pagam coisa nenhuma! E há pessoas pobres, muito pobres, pobres que pagam, tirando do pão para poder pagar!

Mas, se podemos encontrar o entendimento, vamos impedir que isso aconteça? O Líder do PSDB disse: “Na terça-feira, fomos dormir com o entendimento”. Depois, o jornal disse que sonhou não sei o quê de noite, e aí comunicou que não podia fazer.

Mas isso é tão importante! Repare você um partido como o PSDB! O Serra, candidato à Presidência

da República, Prefeito de São Paulo, Governador de São Paulo, candidato à Presidência da República, quer fazer o entendimento, acha que tem de ser feito o entendimento. Será que o Serra não merece respeito? Será que o Governador de Minas Gerais, candidato à Presidência da República, Governador reeleito, não merece respeito? E o Governador do Distrito Federal, do DEM, um homem respeitado, será que não merece respeito? Estou apenas dizendo como as questões internas eram complicadas e difíceis.

Vamos sentar à mesa e conversar! O erro é do Governo? É do Governo. Devia ter feito isso há quinze ou vinte dias? Devia. Mas vou fazer justiça, e me perdoem, pois “ele jogou antes dos 90 minutos”. Antes de acabar, ele mandou a proposta para aqui. Cabia a nós sentarmos-nos à mesa, sem dormir na noite que passou. Tínhamos de ficar aqui durante dez horas debatendo e de botar no papel. “Não queremos tu, Jucá; queremos Lula. Venha cá, Lula!”. Ele vem. Botamos no papel como deve ser feito.

A maioria das pessoas não acreditava, achava que isso não ia acontecer, que eles estavam blefando. Não quero analisar, mas as pessoas que falavam comigo diziam que não acreditavam no Dr. Lula, que não acreditavam na palavra dele e que ele estava brincando com a gente, como ele vem fazendo ao longo do tempo. É verdade? Não sei, pode até ser.

Na época do velho MDB, nossa luta foi difícil. Diziam: “Estão tentando o voto em branco, e o Simon diz que não! Mas está na luta da rebelião. Vamos fazer uma guerrilha! O Fidel Castro está dando dinheiro, e podemos fazer um movimento, o povo quer. E o Simon diz que não? É um covarde! A revolução mantém o Simon, e ele está lá garantindo... E vai ficar o resto da vida, porque, se depender do MDB, não vamos ter democracia”. Isso que estou recebendo agora, meus irmãos telespectadores, recebi muito na minha vida.

E a resposta era muito simples: era eu descer da Assembléia Legislativa, ir lá, no meio do povo, e fazer uma rebelião, fazer um carnaval, e gritar, e protestar: “Vamos fazer, vamos botar fogo”, mas nós estaríamos numa ditadura até hoje. Todos aqueles que se envolveram na guerrilha, na luta, prendendo embaixador, seqüestrando avião, não conseguiram nada. Foi o nosso movimento... Que nem lá na Rússia, o querido e heróico que defendeu a independência da Rússia conseguiu, com lágrima, com amor, numa desobediência civil. E nós conseguimos. Conseguimos com a mocidade, sem disparar uma bala, derrubar a ditadura e estabelecer a democracia. Então, se eu quisesse um aplauso fácil, naquela altura, era muito simples: bastava eu ir para a rua, fazer um discurso heróico, espetacular, e acabava tudo.

Ontem foi assim, mas eu tinha tudo para fazer ontem. Até às quatro horas da tarde, houve um mar de manifestações para mim, me felicitando: “Esse Lula vetando a sua candidatura”, “Esse PMDB impedindo o senhor de ser candidato”, “Trinta e cinco Senadores de outros partidos pedem que seja o senhor, e o PMDB se reúne e diz que não”. Bastava eu ficar aqui ontem de noite e fazer um pronunciamento batendo no Governo – e merecia bater no Governo: “Que Governo é esse que não faz nada, que deixa acontecer uma coisa dessas, irresponsável, que tenta camuflar Senadores em vez de debater idéias?” Eu podia fazer isso e eu estaria recebendo uma infinidade de *e-mails*.

A minha consciência dizia que não! Embora estivesse magoado, machucado, triste, a minha consciência me dizia que, se me chamaram a isso, se me fizeram um apelo no sentido de tentar comover o Senado para que o Senado aceitasse à última hora o último trem para tentar conseguir, eu tinha que fazer isso. E foi o que fiz! De coração aberto, de alma aberta, foi o que fiz.

Meus irmãos, eu não fiz apelo para votarem a favor da CPMF. Ninguém vai ver isso no meu discurso. Eu não fiz nenhum apelo nesse sentido; eu fiz um apelo no sentido de parar às 22 horas, sentar à mesa, discutir. O Governo está propondo tudo para a saúde. A vida inteira nós quisemos isso e não conseguimos. O Governo está propondo, por um ano apenas, isso; e, nesse ano, vamos garantir a votação de uma reforma tributária completa. Foi o que pedi ontem à meia-noite, hoje às quatro horas da madrugada. Nós podíamos ter tido um documento à Nação, assinado pelo Presidente da República, Lula, pelo Presidente do Senado, pelos líderes de todas as bancadas, dizendo: “Esta é a proposta que nós temos perante a Nação...”

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Logo lhe darei o aparte.

“Esta aqui: o dinheiro vai para a saúde. A CPMF será prorrogada por um ano. Nesse ano, nós temos o compromisso de fazer a reforma tributária que o povo espera.”

Podíamos ter feito isso.

“Ah! não, porque o Lula tinha que mandar... O Governo procurou... Passou um dia, dois dias, dez dias, vinte dias, e não fez nada. Deixou para fazer na última hora!”

Houve gente que saiu daqui para festejar. Havia festa aqui, e festa espetacular. Só não sei se estouraram foguetes. Ganharam? Ganharam. Mas ganharam o quê? Ganharam porque vão dar problema para Seu

Lula? Eu também devia ter dito: “Bem-feito, Lula! O que tu fizeste comigo, agora o povo fez contigo”. Mas não era por aí. Não era por aí.

Eu digo agora apenas o seguinte, Sr. Presidente, eu não estou aqui, não venho a esta tribuna para dizer: aconteceu isso, que barbaridade! Venho a esta tribuna para dizer o seguinte, para fazer um apelo ao Presidente do Senado, meu querido companheiro Garibaldi, aos líderes de todos os partidos: vamos sentar à mesa; vamos sentar à mesa e vamos conversar. Vamos chamar... Se for o caso, vamos ao Lula: “Olha, não saiu. Não deu. A CPMF está morta, não se fala mais. Mas, pelo menos, vamos à parte seguinte. Vamos fazer em janeiro e fevereiro. Vamos convocar extraordinariamente o Congresso e vamos fazer uma reforma tributária para valer nesses dois meses. Nós sabemos, Presidente – o senhor sabe melhor do que eu –, que, querendo, se faz em um dia! Nós levamos a vida inteira no Senado, a vida inteira para votar uma lei de fidelidade partidária. Nunca votamos! Nunca votamos nem na Câmara, nem no Senado. Uma vergonha! Uma vergonha! O Supremo Tribunal legislou – o que não cabe a ele; ele tem que julgar e não legislar –, criando a fidelidade partidária. Esbulhou um direito nosso. Nós não tivemos coragem de dizer nada, porque não tínhamos o que dizer. Como é que íamos dizer: “o Supremo fez o que nós é que devíamos fazer”, se nós não o fizemos? Se faz 40 anos e nós não fizemos nada? Aí o Senado ficou com vergonha e o que fez? Em uma noite, o que não fizemos durante 40 anos. Em uma noite, nós votamos a emenda constitucional, a primeira votação e a segunda votação. Fizemos doze sessões! A única coisa que é mérito é que não ganhamos – não tinha jetom. Antigamente, havia sessões e, a cada sessão, correspondia um jetom. Se fazíamos dez sessões, eram dez jetons. Não ganhamos nenhum jetom, mas fizemos dez, doze sessões. Numa noite, fizemos dez sessões, votamos em primeiro turno, votamos em segundo turno, e a emenda foi aprovada. Querendo, se faz. Vamos nos reunir!

Sr. Presidente, já que de hoje até o Natal não dá para fazer nada no sentido de que caiu, morreu, vamos fazer uma proposta: vamos reunir a Câmara, o Senado e o Executivo e estabelecer que, em janeiro e fevereiro, vamos fazer a reforma tributária. O que não se fizer agora não se fará mais, porque depois vem a eleição municipal. Acho que, para duras decisões, duras respostas. A decisão foi dura? Foi dura. A resposta tem de ser enérgica. Qual é a resposta? Vamos nos preparar para fazer, para valer, a reforma tributária.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Querido amigo Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O tempo terminou.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Terminou o tempo, e o companheiro Mão Santa é um apaixonado cumpridor do tempo. Terminou, terminou. Não é, Senador?

Encerro, Sr. Presidente, dizendo aos meus irmãos que, se o objetivo deles era me machucar, eles conseguiram. Entendo. O desabafo foi da altura do respeito que eles tinham por mim e da mágoa que sentiram com a minha decisão. Apenas peço a tolerância necessária. Realmente, essas coisas eu faço. Mas, se os amigos pararem para refletir, vão ver que faço aquilo que a minha consciência diz que deve ser feito na busca do bem comum. Não ganho nada. Não ganhei manchete, não ganhei favor, não ganhei vantagem. Não negociei com ninguém, Ninguém me dobrou. O que achei é que era uma chance de o Congresso fazer alguma coisa de positiva. Com o coração partido, machucado, magoado com o discurso da manhã, voltei tranqüilo para fazer o discurso da noite a favor do meu Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Peço às Lideranças que se pronunciem sobre a Ordem do Dia. Ainda estamos esperando a manifestação das Lideranças. Enquanto isso, vamos continuar com a lista de oradores inscritos.

Há três oradores inscritos.

Vou, inicialmente, dar a palavra ao Senador Magno Malta, em seguida ao Senador Heráclito Fortes.

Senador Magno Malta, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria solicitar, se for possível, a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PT, antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, se formos efetivar votações na Ordem do Dia, eu gostaria que fossem votados primeiro os acordos internacionais que estão em condição de serem votados. Como havíamos acordado que seriam votados depois da votação da CPMF, há duas matérias vindas da CAE. A primeira, de interesse do Município de Uberaba, é um empréstimo do Bird. A segunda é uma matéria de rratificação do contrato

que envolve o Estado de Santa Catarina e que está dependendo de aprovação para encaminhamento da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina ao Banco do Brasil.

Então, se houver possibilidade de deliberarmos sobre essas matérias hoje, eu gostaria de encaminhar dessa forma, se houver concordância, obviamente, dos demais Líderes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Só um minuto, Senador Heráclito Fortes.

Primeiro, V. Ex^a está inscrita pela Liderança do PT. Segundo, estamos esperando a manifestação das demais Lideranças dos outros partidos, para que possamos dar início à votação das matérias que sejam de concordância entre as Lideranças para a votação na Ordem do Dia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que sou o próximo inscrito, mas, com o maior prazer e com muita honra, cedo a vez para a Líder do PT. Eu falarei depois, até porque a Nação toda está desejosa de ouvi-la. Com a maior tranqüilidade, falarei depois.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço seu cavalheirismo. V. Ex^a será atendido. Sei que a Senadora Ideli Salvatti ficará muito satisfeita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço indiscutivelmente a gentileza e o cavalheirismo do Senador Heráclito Fortes, mas, como estou atendendo a imprensa e tenho uma entrevista em que vou entrar ao vivo daqui a poucos minutos, vou aguardar a minha ordem, que é em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a será atendida.

Com a palavra o nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero revelar a V. Ex^a que esse amor é antigo. Estes dois, o Senador Heráclito e a Senadora Ideli Salvatti, esse relacionamento cordial, esse comportamento cavalheiresco, essa cordialidade entre ambos já é uma coisa conhecida desta Nação e emociona a todos que os vêem e os ouvem.

Sr. Presidente, falarei rapidamente. Há uma emenda minha que está para ser votada – e ela nunca é votada. Espero que V. Ex^a, sentado nesta cadeira, fazendo parte do meu partido, ajude-me.

Há uma proposta do Senador Demóstenes Torres, que relatou a Lei da Redução da Maioridade Penal de

18 para 16 anos, que passou na CCJ e virá a plenário. Eu tenho uma emenda que precisa ser lida aqui para que, quando o projeto vier a plenário, eu possa apresentá-la com 27 assinaturas. Nela, proponho que todo brasileiro que cometer crime com natureza hedionda, independente de faixa etária, perca a menoridade, seja colocado na maioria para responder às penas da lei.

Isso porque, Sr. Presidente, o rol dos crimes hediondos é facilmente compreendido pelos jovens do século XXI. Ofensa grave à pessoa e à sociedade, esse é o crime hediondo. Não podemos comparar a juventude de hoje, com fácil acesso à informação, Internet, correio eletrônico, com a juventude da época em que foi promulgado o Código de Processo Penal em vigor, de 1940. Naquela época, o Brasil vivia no país de Alice – hoje, não mais –, quando o País, lamentavelmente, começava a abrir naquela época o seu mercado para o mundo. A maturidade psíquica do jovem de hoje e a inexorável escalada da violência entre esses jovens demandam do legislador proposições no sentido de um sistema de imputabilidade mais eficiente.

Por isso, Senador Wellington, nesta emenda que vou fazer em plenário – ela está aqui para ser votada, para que eu possa apresentá-la no dia em que formos votar o relatório de Demóstenes Torres, que reduz de 18 para 16 anos, e que não trata de faixa etária –, eu proponho que todo cidadão brasileiro independente, em sua faixa etária, que cometer crime de natureza hedionda (e há um rol de crimes de natureza hedionda, não crime comum) perde a sua menoridade e é colocado na maioria para pagar as penas da lei.

Estou me referindo a um homem de 16, 17 anos que estupra uma mulher na frente do marido, que rouba o seu cartão, chama-o de vagabundo, tira o seu dinheiro em caixa eletrônico e, depois, diz: “Tira a mão de mim, porque sou menor”.

Então, Senador Wellington Salgado, chamo a sua atenção para que, elencados os crimes hediondos – e eu acho que falta um, que é o seqüestro relâmpago, ainda não elencado como crime hediondo –, os homens de 16 e 17 anos que cometam torpezas na sociedade respondam por tais crimes.

Sr. Presidente, não tenho muito tempo e não quero colocar V. Ex^a numa situação difícil, mas eu queria dizer que o que aconteceu aqui, Senador Renato Casagrande, com discursos inflamados de pessoas, dizendo: “Votei com a minha consciência e ajudei a derrubar a CPMF”, isso é verdade. Um homem tem que votar com a sua consciência. V. Ex^a foi firme e votou com a sua consciência.

Isso quer dizer que aqueles que votaram a favor da CPMF não foram firmes e votaram inconscientes,

Senador Flávio Arns? Votei com a minha consciência e fui firme. Já ouvi outros discursos que não cabem. “Eu não participo de negociata.” Aqueles que votaram a CPMF participaram, então, de alguma negociata? Eu acho que esse tipo de colocação ofensiva, desnecessária, não vale. Não é nem leal. Cada qual tem que votar com a sua consciência. Eu votei pela CPMF e disse no meu pronunciamento que não conheço os vieses técnicos, os números que os economistas colocam. Há alguns dizendo: olha, vai voltar tanto para o bolso do trabalhador agora, com a queda da CPMF.

Mande elenar os itens principais da cesta básica – feijão, arroz, macarrão – e quero conferir nos próximos meses quanto isso vai cair, quanto vai diminuir o preço do arroz, o preço do feijão e o preço do óleo, para eu ver realmente se a queda da CPMF vai reduzir na cesta básica alguma coisa para o trabalhador.

Com relação a esse clamor do mundo sobre aquecimento global, Senador Cícero Lucena, ouvi pela manhã na *Globonews* que cientistas já afirmam que a Antártida, daqui a cinco anos, vai estar descongelada. Dizia outro cientista, no *Fantástico*, que esse negócio de aquecimento global é maluquice, que não existe. Sou Vice-Presidente da Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas, e o Senador Renato Casagrande é o Relator.

Sobre aquecimento global, já ouvi cientistas apresentarem opiniões diferentes. Temos uma Comissão Mista sobre o tema.

Nessa questão da CPMF, um discute o viés econômico; o outro, o viés emocional. Uns dizem que realmente se perde; outro, que se ganha. Alguém diz que quem ganhou foi o banqueiro, o outro diz: “Não, quem ganhou foi o pobre, o banqueiro perdeu”. Eu discuto o viés de que o banqueiro ganhou e o pobre perdeu. Creio que ganhou quem paga muita CPMF, quem tem muito. Ganhou quem não gosta de pagar. Ganhou quem quer esquivar-se. Ganhou quem não quer ser pego. Ganhou quem quer facilidade para não ser identificado pela Receita. Quero discutir esse viés.

Elenquei os itens da cesta básica e quero ver nos próximos dois meses se vai reduzir mesmo, se isso vai cair mesmo, para eu ter consciência realmente de que o pobre tenha ganhado.

O Ministro José Temporão participou de uma reunião com o Governador Paulo Hartung, do meu Estado, juntamente com os Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata. O nosso Estado é pequeno. Tem crescido, em média, um pouco mais do que o Brasil; tem uma renda *per capita* um pouco maior. Esse Estado pequeno, bonitinho, que se recusou a se ajoelhar, Senador Renato Casagrande, durante doze anos, quando o crime organizado tentou impor, infiltrou-se nas vis-

ceras do Estado, criou um estado criminoso dentro do Estado de direito, e nós resistimos, e ele resistiu. É um Estado ao qual Deus concedeu uma orla maravilhosa, um complexo portuário maravilhoso, onde, agora, está brotando petróleo para todo lado.

Os nossos hospitais enfrentam grande dificuldade. Nós fomos ao Temporão e conseguimos, para investimento, R\$300 milhões para o Espírito Santo. E agora, com essa desarrumação das finanças do Governo, eu não sei se nós teremos os R\$300 milhões, não sei.

E recebi alguns *e-mails* de pessoas me perguntando: “E agora?”. E recebi também, como o Senador Pedro Simon, *e-mails* de pessoas sendo duras porque votei a favor da CPMF, assim como recebi *e-mails* de pessoas aplaudindo. Mas eu pergunto, Senador Renato Casagrande: e agora, com essa desarrumação total, e esses R\$300 milhões? E as emendas, Senador Renato Casagrande, de um Município pequeno como Pedro Canário, ou de Castelo, seu Município de origem, onde V. Ex^a nasceu? Aí o cara diz: “Ah, mas votou por uma emendinha de 150 mil.” Olha, Senador Renato Casagrande, como é importante a emendinha de 150 mil para a sua cidade natal, o seu Castelo, para Presidente Kennedy, para Ibatiba, para Mimoso do Sul, para Marataízes, para Itapemirim. Como é importante para Piúma, para Guarapari, para Vila Velha!

E quando você, todo ano, coloca emenda no Orçamento para o seu Estado, é porque quer ver liberada. Mas fico impressionado com aqueles que colocaram emenda e não querem que libere. Colocaram por colocar. Ninguém quer que libere, porque, se a emenda for liberada, significa que você foi atropelado e que você não votou com a sua consciência.

Quero reafirmar que mesmo para aqueles que não gostaram aquilo que é combinado não é caro. Votei com a minha consciência, e o faria novamente, mas devem ser respeitados aqueles que votaram com sua consciência para derrubar a CPMF, porque números, explicações e pesquisas técnicas balizaram sua decisão. É louvável e é bonito que cada homem se poste na sua posição. Parabéns! Os números e as explicações não entraram na minha cabeça, na minha mente, porque eu prefiro raciocinar com o viés do coração.

Viés do coração, porque sou filho de uma faxineira, que morreu ganhando meio salário mínimo por mês. Nunca tive casa para morar, nunca tive um livro, conheço o sofrimento, vim do nada e sei como é importante a cesta básica. Então, sei como é importante esse Bolsa-Família, que, de maneira indireta, atinge 100 milhões de pessoas no Brasil. Espero que eles não percam. Espero que eles não paguem a conta, porque ganhar, eu sei quem ganhou.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder da Bancada do PSB, por favor.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a já está inscrito, Senador Renato Casagrande.

Como já anunciado, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que foi anunciado como orador inscrito, mas também o Senador Alvaro Dias deseja fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável, se V. Ex^a abrir mão.

Agradeço a sua compreensão, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi um dia histórico para o Senado Federal e para as instituições públicas brasileiras. Creio que essa proclamação de independência do Senado Federal em relação ao Poder Executivo marcou o reencontro desta instituição com a sociedade brasileira e a suas aspirações.

É evidente que há escândalos que provocam desgastes, mas, sem dúvida, há desgaste como consequência direta da postura complacente do Legislativo em relação ao Executivo, com a submissão que quase sempre se constata, com o Poder Legislativo admitindo essa subtração das suas prerrogativas, que ocorre constantemente, sobretudo quando o Governo edita medidas provisórias.

Ontem foi diferente. Creio que é preciso respeitar o posicionamento daqueles que votaram favoravelmente à proposta de prorrogação da CPMF, porque possuem argumentos que podem ser considerados, mas não há dúvida de que aí há uma relação entre presente e futuro, entre o que é imediato e o que é passageiro e entre o que é duradouro e o que pode ser permanente.

Aqueles que exercem mandato executivo têm um horizonte temporal mais curto, Senador Delcídio Amaral. Imaginam o fim do seu mandato, preocupam-se com o exercício do seu mandato. Então, o que é imediato, o que está mais próximo é o que vale e deve prevalecer. Nós temos de pensar uma visão estratégica de futuro. O nosso horizonte temporal tem de ir além do que está estabelecido para um mandato executivo.

O mundo não começa em 2011, mas ele não termina em 2011. Nós temos de legislar para o presente e para o futuro. Se pensamos apenas no presente, comprometemos o futuro.

O que queremos agora? Um modelo tributário definitivo. Vamos acabar com o provisório. A CPMF foi instituída provisoriamente, portanto, para acabar.

Tinha de acabar. Qual era o momento de acabar? É evidente que, para nós, este é o momento: equilíbrio fiscal, orçamento equilibrado, superávit, receita extrapolando todas as previsões e batendo todos os recordes, cenário internacional de crescimento econômico sem precedentes.

E aí o motivo maior. Eu falei crescimento sem precedentes. Nos outros países, não no nosso. O nosso cresceu mais apenas do que o Haiti. É insignificante. É claro que nós não podemos nos conformar com essa realidade. O Haiti é um país conflagrado, em guerra, onde mora a pobreza, a desgraça. Os países cresceram muito mais do que o Brasil, porque temos uma carga tributária que nos coloca em desvantagem nessa competição.

Nós temos uma política tributária de quinto mundo. Não é de terceiro, é de quinto mundo, atrasada, superada, esclerosada, que não pode competir com o modelo tributário da Europa, dos Estados Unidos, num mundo globalizado.

Os que produzem aqui, os que exportam daqui competem com desigualdade ímpar. E é claro que a desvantagem é nossa, o Brasil deixa de crescer e nós empobrecemos.

O que queremos do Governo agora? Reforma administrativa. Há paralelismos, há superposição de ações, há gastos desnecessários. O Governo esbanja. É um Governo perdulário, sim. É preciso cortar, cortar as estruturas, cortar as despesas e investir no necessário: austeridade e reforma tributária. Esse modelo tributário está sendo discutido há dez anos. Não creio que necessitemos de mais de três meses, Senador Geraldo Mesquita Júnior, para aprovarmos um novo modelo tributário para o nosso País. Consenso não haverá; unanimidade, muito menos. Então que se delibere pela maioria e que se institua um modelo tributário moderno.

É interesse do Governo Lula? É interesse da Oposição? Deve ser do Governo Lula e deve ser da Oposição. Nisso não pode haver diferença. Um modelo tributário que possa ser bom para o atual Governo será bom para o futuro Governo. Quem será o futuro Presidente? Alguém sabe? Eu até desejo que seja do meu Partido, mas não posso assegurar.

É evidente que não temos aí interesses que se contraponham; os interesses convergem. O que queremos é o bem do País. O que é bom para o Brasil tem de ser bom para todos nós.

Para concluir, Sr. Presidente, o que se exige agora é o choque de gestão. Esse é o melhor resultado do sepultamento da CPMF no dia de ontem: choque de gestão, austeridade, reforma administrativa, gasto com parcimônia, estabelecimento de prioridades com

inteligência e competência e reforma administrativa conferindo ao Brasil um modelo tributário compatível com a realidade que estimule o crescimento econômico e possa permitir uma mais adequada distribuição da riqueza entre todos os brasileiros.

Esse é o nosso sonho e o nosso desejo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao Senador Renato Casagrande, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu pediria a palavra, com a compreensão do Senador Renato Casagrande.

É o seguinte: “Polícia Federal procura músicos cubanos que desapareceram em Recife. Músicos cubanos [vou ser breve] sumiram e não embarcaram num voo de volta a Cuba.”

É uma repetição, **ipsis litteris**, do que aconteceu com os boxeadores, e já estamos vendo a Polícia Federal no encaço dos cubanos, para ver se os passaportes estão com validade.

Eu gostaria, já que o Presidente também se encontra na Casa, que as autoridades fossem alertadas para que não se repetisse a truculência com que se agiu no caso dos boxeadores cubanos. Primeiro, que a Polícia Federal precisa dizer a mando de quem está à procura dos músicos: se os músicos pediram asilo, se os músicos foram seqüestrados. Esse fato está sendo uma repetição, Sr. Presidente, do que aconteceu com os boxeadores e que tanto desgaste deu ao Brasil lá fora.

De forma que estou fazendo este alerta aqui, pedindo providências enérgicas ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça, que é o responsável por isso. E, desta vez, não permita intervenções palacianas indevidas, que, para prestar serviço e alegrar os egos ideológicos dos seus relacionamentos com a Ilha, desrespeitam as leis do Brasil.

Está feito o alerta aqui. O que queremos é proteção e garantia para esses cubanos que estão desaparecidos. Se estão foragidos porque não concordam com o regime, eles devem ser, espero eu, considerados asilados. Eles vão fazer o pedido e vão tomar as providências. O que não pode é a Polícia Federal fazer buscas a pedido é preciso saber de quem e em que circunstâncias, que crime cometeram. E a validade do passaporte, que eles solicitam aqui, é preciso saber, porque no Brasil só se dá visto com noventa dias. Durante noventa dias, eles estão legalmente em território brasileiro.

Quero fazer esses esclarecimentos, Sr. Presidente, e pedir que se tomem providências e que se alerte o Ministro da Justiça para esse fato.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeitando o orador que está na tribuna, o ilustre Senador Renato Casagrande, requeiro a palavra pela Liderança do PMDB.

Durante o discurso do Sr. , o Sr. , deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Senador Renato Casagrande, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Não tive oportunidade de abraçá-lo ontem, devido ao dia tumultuado que tivemos. Mas desejo-lhe sorte e sucesso. V. Ex^a iniciou sua gestão com batismo de fogo ontem, como Presidente do Senado. Desejo-lhe sorte e pode contar conosco, para que possamos fazer de 2008 um ano de reinício no Senado, para que possamos de fato fazer uma agenda positiva e uma reaproximação com a sociedade brasileira.

Também dou meu abraço ao Senador Tião Viana, que conduziu tão bem os trabalhos nesses últimos dias, interinamente. Quero deixar registrada minha alegria de ver a forma como o Senador Tião Viana conduziu os trabalhos no Senado.

Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem ao Bispo de São Mateus, região norte do Estado do Espírito Santo, Dom Aldo Gerna.

Dom Aldo Gerna está à frente da Diocese de São Mateus há 36 anos e se confunde com a história daquela região pelo seu trabalho, pelo seu envolvimento com as comunidades, pela defesa dos agricultores, pela defesa dos excluídos, pela forma como conduziu participativamente sua gestão à frente da diocese.

Dom Aldo Gerna está se aposentando. Não vai parar de desenvolver seu trabalho, mas está se aposentando como titular da diocese, e preciso prestar

essa homenagem como forma de agradecimento ao trabalho que Dom Aldo desenvolveu e desenvolve em São Mateus, buscando desenvolver aquela região. Tenho alegria de ver como um líder religioso consegue se envolver tão bem, de forma tão ampla com aquela sociedade.

Então, o meu agradecimento, em nome da população do Estado. O Senador Gerson Camata também já fez sua homenagem.

O novo bispo, anunciado pelo Papa Bento XVI, que está indo para o lugar de Dom Aldo Gerna é o Padre Zanone Dementino de Castro, da Diocese de Vitória da Conquista, do Município do Estado vizinho ao Espírito Santo. Desejo-lhe sorte e sucesso. Coloco-me à disposição para que o trabalho que Dom Aldo Gerna desenvolvia na região Norte do Estado do Espírito Santo continue a ser desenvolvido por Dom Zanone Dementino de Castro, porque ele vai ter um trabalho árduo, numa região ainda com muitas desigualdades, mas uma região com muita potencialidade. Que ele faça a sua pregação religiosa, alimentando espiritualmente cada membro da Igreja Católica, mas também fazendo com que a Igreja seja um agente de transformação da sociedade, de busca da igualdade junto à sociedade da região norte do Estado do Espírito Santo.

Então, desejo sucesso a Dom Zanone, que vai assumir no próximo sábado.

Após essa homenagem, quero fazer um comentário sobre a sessão que tivemos até esta madrugada. Achei, sinceramente, uma sessão de alto nível, uma boa sessão, com um grande debate sobre política fiscal do Governo Federal.

Após a votação de ontem, após o resultado negativo para o Governo, no qual a Oposição, junto com alguns dissidentes dos partidos que apóiam o Governo, conseguiu impor uma derrota com relação à CPMF, cabe uma reflexão, uma análise e um acompanhamento do que vai acontecer daqui para frente no nosso País e das ações que o Governo vai tomar.

Naturalmente, o Governo perdeu a votação. Se perdeu a votação, é porque cometeu equívocos na condução, mas o resultado é que não tivemos votos suficientes, o Governo não teve votos suficientes para aprovar a PEC da prorrogação da CPMF.

Cabe ao Governo agora o ônus de ajustar o seu Orçamento. Cabe ao Governo agora uma definição clara daquilo que vai fazer, em termos de corte de despesa, no seu Orçamento de 2008. Cabe ao Governo apontar a possibilidade de se aumentar receita por meio de algum instrumento. Cabe ao Governo, naturalmente, uma redução do ritmo de alguns programas na área de infra-estrutura e na área social.

O Governo terá que, por algum tempo, fazer uma reflexão, saber, neste início de ano, o tamanho da arrecadação que vai ter e verificar o que será, de fato, excesso de arrecadação, se o que estará previsto no Orçamento vai acontecer em termos de excesso de arrecadação. O Governo vai ter que, de certa forma, fechar por alguns dias para balanço, para fazer efetivamente uma reflexão daquilo que ele vai poder executar em 2008.

Naturalmente, Senadora Ideli, o Governo terá que reduzir alguns programas, porque R\$40 bilhões é um volume de recursos muito grande. Então, cabe ao Governo isso. É o ônus do Governo. Se perdeu a votação, tem que se ajustar. O Governo tem que governar e vai precisar, naturalmente, de fazer esse ajuste.

Há o ônus da Oposição, que cabe à Oposição. É o ônus também de explicar à sociedade brasileira por que perdeu a grande oportunidade de, de fato e de vez, ajudar a consolidar o Sistema Único de Saúde com um incremento, com um recurso a mais de R\$36 bilhões. Esse é o ônus da Oposição, que a Oposição vai ter de explicar para as entidades ligadas à saúde, vai ter de explicar para a sociedade brasileira, vai ter de explicar para quem é usuário do Sistema Único de Saúde.

Mas, independentemente da tarefa de cada um, da responsabilidade de cada um, da cobrança que a sociedade fará de cada um, da posição de cada um, o fundamental é que o voto aberto permitiu que a sociedade pudesse conhecer a posição de cada Senador de forma bastante transparente.

Também é importante que reconheçamos que o Governo terá de continuar o diálogo com a Oposição. Não há como estabelecermos uma estabilidade aqui no Senado se, nas matérias polêmicas e mais importantes, o Governo não compreender que precisa ter esse diálogo.

É importante reconhecer que o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, tem essa postura, essa cultura e essa prática, e que o Governo tem essa orientação. Daqui para frente, cada um deve assumir as suas responsabilidades de governo e de oposição, assumir, junto à sociedade, as explicações por cada voto que deu. Cada um terá de, reconhecendo as diferenças, manter efetivamente a possibilidade de manter um diálogo claro com relação a esse assunto, a essa matéria. O Governo desativará ou reduzirá parte das suas ações.

Quero aqui fazer um elogio. Achei que a entrevista do Ministro Guido Mantega, na manhã de hoje, já virando o meio-dia, foi muito adequada, equilibrada, ponderada. O Ministro Guido Mantega, depois da reunião com a equipe econômica, com Lideranças do

Palácio do Planalto, apresentou a posição do Governo. O Orçamento certamente não será votado neste ano. Eu também concordo que é difícil votar o Orçamento neste ano, tendo de retirar R\$40 bilhões do Orçamento. Acho que o Governo tem de ter algumas propostas de reajuste, e esse ajuste deve ser feito aqui junto à Comissão de Orçamento, com o Relator-Geral do Orçamento, com os Relatores setoriais, debatido no Congresso. Não há condições de se votar neste ano. O Orçamento seria votado no próximo ano, em um momento mais adequado. É lógico que a votação não pode demorar demais, porque alguns programas dependem da aprovação do Orçamento.

Mas a entrevista do Ministro, com relação ao Orçamento, está em uma posição adequada; com relação à responsabilidade fiscal, está em uma posição adequada; com relação à tonalidade da palavra, da avaliação, da reflexão, estava adequada. E o equilíbrio, a ponderação neste momento é o caminho mais adequado para que possamos dar passo adiante, para que possamos recuperar o que se perdeu, efetivamente, em termo de governo.

Faço aqui, Senador Agripino, este registro de que nós tivemos hoje, após a votação nessa madrugada, uma decisão, uma postura do Governo que é a postura que nos deve nortear e permear. Reafirmo: cada um deve assumir a sua responsabilidade. Ninguém pode deixar de assumir a responsabilidade. A Oposição cobra do Governo, e o Governo cobra da Oposição o que tem de ser explicado, mas cada um numa tonalidade, num tom de crítica que permita o diálogo permanentemente, aqui no Senado da República.

Sr. Presidente, quero então concluir minha participação, deixando este registro com relação à nossa posição, ao nosso voto nessa madrugada. Mais uma vez, ficou transparente para a sociedade brasileira a posição de cada Senador, e esse é o melhor comportamento para esta Casa. Que todos os eleitores, que todos os cidadãos, que todas as cidadãs possam conhecer exatamente a posição de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir a compreensão do Líder do meu Partido, José Agripino, da Líder Ideli, enfim, dos Líderes, com relação à Ordem do Dia.

Apresentei um requerimento que vou ler, Sr. Presidente. Encaminhei-o à Comissão de Assuntos Econômicos.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc e do Banco do Estado do Piauí – BEP, e de outros que se encontram em estudo pelo Bando do Brasil – BB, bem como a transferência a este banco da gestão dos recursos relativos à folha de pagamento dos servidores de Estados como, por exemplo, Bahia e Maranhão, com a presença dos Ministros da Fazenda e do Banco Central do Brasil.

Estou fazendo este requerimento e quero fazer um apelo para que, enquanto não aconteça essa audiência pública, essas questões não sejam discutidas. Em nome da transparência e em nome do bom andamento dos trabalhos nesta Casa. Daí por que quero apenas encaminhar cópia do requerimento que envie. Tendo em vista isso, já comuniquei ao meu Líder, não gostaríamos de ter em pauta votação de matéria dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...ao Senador José Agripino, que já estava inscrito como Líder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de consultar V. Ex^a se, pela ordem de inscrição, serei o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O próximo orador será V. Ex^a. Talvez tenhamos de começar a Ordem do Dia, mas fique tranqüilo que o próximo orador será V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu já vi que o meu vai ser amanhã de madrugada também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu sempre estou tranqüilo quando V. Ex^a está na Presidência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o meu pronunciamento será muito rápido, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cícero Lucena. O que eu gostaria, na verdade, até concordando com a palavra de concórdia elogiável do Senador Renato Casagrande, é de dizer que estou na mesma linha de S. Ex^a.

Tivemos um duro embate, ontem foi um dia estressante, um dia de disputas estabelecidas no campo político, sob a força de argumentos, e quero dizer a V. Ex^a, Senador Casagrande, que entendo que o País é de

todos nós. Uns pensam assim, outros pensam diferente e, de acordo com o seu pensamento, votam. Ontem, havia os que achavam que o Brasil precisava dos recursos das CPMF de forma absolutamente peremptória e imprescindível e que votaram por sua prorrogação; e os que achavam que, pela exuberância da economia que o País exhibe hoje, em função do crescimento do mundo todo e das conseqüentes arrecadações recordes que vêm se sucedendo, o País tinha encontrado o momento certo, ou seja, estava maduro o momento para que o Senado, em um gesto de altivez e de imposição de respeito, pudesse votar o fim da CPMF, e assim o fizeram, com destemor e com os seus próprios argumentos, como foram colocados ontem.

O Senador Casagrande coloca com propriedade que todos têm de colocar seus argumentos. Eu tenho os meus argumentos, é claro. Eu não preciso explicar à minha consciência por que votei pelo fim da prorrogação da CPMF. Para mim é fundamental, por exemplo, um dado clássico: o excesso de arrecadação que acontece é muito maior do que todo valor arrecadado pela CPMF.

Basta, Senador Mão Santa, que o Governo controle os gastos, que o Governo discipline os gastos, que o Governo não gaste com tevê pública desnecessária, com contratação de 26 mil novos cargos, com criação desnecessária de mais um Ministério, que aí a sobra da arrecadação supre a falta da arrecadação da CPMF e ainda sobra, aplicando no Bolsa-Família, aplicando na saúde, aplicando na Previdência, aplicando em tudo, sem precisar aplicar naquilo que julgamos que é gasto de má qualidade, supérfluo e desnecessário, com a vantagem de que o Brasil iniciou, e mostrou isto para o Brasil e para o mundo, um processo de abaixamento de carga tributária, que é o que nos falta para, com o crescimento que o Brasil vem exibindo, pequeno, é verdade, em relação ao crescimento de outros países que nos são assemelhados, uma demonstração política de seu Congresso de que o País entrou para valer na escalada descende da carga tributária para entrar no *ranking* da competitividade, com a Rússia, com a China, com a Índia, com a Argentina, com o Chile, com a Colômbia, pelo abaixamento da carga tributária, que é a âncora que nos puxa para baixo.

Então, este é um raciocínio que faço e que defendo, Senador Expedito Júnior, em qualquer lugar.

Tenho recebido um mundo de *e-mails*, 95% dos quais são de aplauso e 5% de condenação. É evidente que a unanimidade é impossível.

Agora, da derrota, ontem, do Governo é preciso tirar uma lição para que seja suficientemente compreendido que hegemonia de um Poder sobre outro e a

tutela do Governo sobre os partidos políticos de Oposição no Congresso é uma má prática.

Senador Mão Santa, Senador Garibaldi Alves, a discussão da CPMF começou na Câmara dos Deputados meses atrás. Arrastou-se por muito tempo. A discussão nunca foi levada a efeito nem perto dos termos da carta que chegou a esta Casa meia hora antes da votação. Ficou longe, anos-luz de distância disso.

Lá, nunca se deu qualquer abertura para que a Oposição pudesse dialogar em torno do interesse nacional com os recursos da CPMF. Pelo contrário, lá, a barganha que foi feita, que aqui se tentou através do que dizia ou do que se supunha dizer a carta do Presidente Lula, foi a Presidência de Furnas para o PMDB, que ainda detinha a relatoria e que, com esse prêmio, ofereceu a relatoria favorável e aprovou a CPMF *in limine*, absolutamente na íntegra, dentro dos ditames do Governo.

O meu partido sempre se manifestou contra o aumento de carga tributária: votou contra o aumento da MP nº 232, votou contra o aumento da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das empresas com relação a prestadores de serviço, contra a Cofins de importados, sempre. Por quê? Porque, no seu estatuto há uma cláusula pétrea que diz claramente que o partido, que tem um dogma “educação e emprego”, emprego para fazer o País crescer, tem um pensamento: é contra o aumento da carga de impostos. O Brasil já chegou a um limite. Somos contra o aumento da carga de impostos.

Então, por essa razão, porque não nos foi dada a oportunidade de negociar em torno do interesse nacional, fechamos questão, consultando Bancada na Câmara, no Senado, na Executiva, e, a partir daí, não mudamos mais. Não houve mais meia-conversa. Daí para frente é marcha batida para interpretar o sentimento do cidadão que precisa confiar num partido que se dá respeito porque tem um livro com um estatuto que cumpre. É esta a doutrina dos Democratas.

Muito bem. No curso das negociações levadas a efeito pelo nosso parceiro PSDB, o Presidente da República, que, na minha opinião, agiu de forma incorreta, depreciou o meu partido. Insultou-nos em alguns momentos. Não guardo mágoa disso. Sugeriu sonegadores, mudou o nome do meu Partido...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

Ele depreciou, uma prática, que reputo condenável, de desrespeito do Executivo a um partido de

oposição. Essa é uma má conselheira, Senador Valter Pereira. Dessa forma, não chegamos a lugar algum.

Qual é a grande lição que se retira do resultado de ontem? É que, para que o interesse nacional seja colocado na mesa de negociação, é preciso que haja respeito entre as partes. Entre o meu Partido e o Presidente da República e o Governo existe respeito. Queremos respeito recíproco.

Estamos dispostos a discutir o interesse nacional em uma mesa de negociação, mas não nos venham com aumento de carga tributária! Não é por aí, Senador Paulo Paim. Não é com aumento de IOF, com isso e com aquilo que se vai superar a dificuldade que possa ter sido criada com a subtração da CPMF. Existem caminhos que convidamos para repactuar. O excesso de arrecadação tem que ser visto de forma transparente para definirmos até onde há necessidade de se fazer ajustes.

A qualidade dos gastos... Não se pode admitir TV pública, nem contratação desnecessária de pessoal, nem criação de Ministério. A qualidade do gasto é outro ponto fundamental.

A reforma tributária é o lençol, é a toalha da mesa de negociação. Em torno disso, no momento em que o Governo desejar, nós nos sentaremos à mesa para conversar, não com ameaça de aumento de carga tributária. Não é por aí. Mas estamos dispostos, sim, a nos entendermos em clima de cordialidade, que não se perdeu até nos momentos de tensão maior entre os Partidos do Governo e os Partidos de Oposição.

O Senador Mão Santa sabe que a DRU foi aprovada porque os Partidos de Oposição deram uma contribuição para evitar problemas no campo fiscal com o próprio Governo. Apresentamos, ainda ontem, uma manifestação clara de colaboração. Mas quero que o Governo entenda que a Oposição exige respeito. Ela se senta à mesa de negociação com seus temas e seus dogmas, vai ouvir os interesses do Governo, que têm que ser os interesses da sociedade, e em torno desses temas nos sentaremos e negociaremos na hora oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pelo Regimento, há uma alternância na tribuna entre os Líderes e os inscritos. Falou o Senador José Agripino pela Liderança do De-

mocratas, agora falaria um orador inscrito e depois falaria, pela Liderança, a Senadora Ideli Salvatti.

Peço a V. Ex^a que cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. O Senador Flexa Ribeiro falará em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem para que V. Ex^a possa me esclarecer.

Posso ceder a vez para que eu possa ter o prazer de ouvir o pronunciamento da Senadora Ideli, mas eu gostaria de saber se estou fazendo uma cessão à Senadora Ideli, porque o Regimento me dá o direito de usar a tribuna após o Líder José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a pela cessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a Presidência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu posso falar daqui? Eu não vou ocupar a tribuna neste momento, a não ser com a autorização de V. Ex^a. Eu quero, inclusive, o testemunho da assessoria da Mesa. Eu estava inscrita como Líder antes do Senador Agripino. Houve um problema de anotação no papel e eu deveria ter falado antes do Senador Agripino.

Então, eu queria apenas ter um entendimento, porque às vezes me dá a impressão de uma interdição. Esta é a impressão que me dá: de interdição. Então, eu não tenho nenhum problema, tenho tempo e posso ouvir, com muito prazer, o Senador Flexa Ribeiro falar. Não tenho problema. Agora, apenas peço o testemunho de V. Ex^a e da assessoria, porque eu estava inscrita como Líder antes, e não reclamei, não fiz nada, fiquei quieta e absorvi a mudança da ordem. Agora, aguardo V. Ex^a me chamar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu já cedi a minha vez à Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero comunicar aos Senadores e Senadoras que iremos nos reunir com as lideranças partidárias das Bancadas e vamos procurar resolver esse problema, que não é um problema, basta cumprir o Regimento. Mas estou chegando agora e me deparo com problemas dessa natureza...Na verdade, peço a colaboração de todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – V. Ex^a tem toda a colaboração nossa. Eu cedo o tempo à Senadora Ideli, até porque não quero ser responsável pelo fato de ela precisar fazer terapia, por se achar interdita. Como eu não participo desse Governo que interdita as pessoas, faço questão de ceder a vez à Senadora Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e, principalmente, telespectadores da TV Senado, o cotidiano nesta Casa é um permanente exercício de paciência. Que Deus me ilumine permanentemente, Senador Garibaldi Alves Filho, e também a V. Ex^a, que vai ter de ter muita paciência para conduzir as sessões. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a o fará com toda a competência.

Estamos no dia seguinte de uma deliberação, de uma sessão histórica, que trará, indiscutivelmente, seqüelas, conseqüências. A não-prorrogação da CPMF trará para o Brasil, para o povo brasileiro, para esta Nação seqüelas. Vamos ter de ter paciência para encontrar as melhores soluções para adequar o resultado de uma votação, que retirou, da noite para o dia, R\$40 bilhões do Orçamento, inclusive às vésperas da sua votação. Estávamos com perspectiva de poder votar o Orçamento antes do encerramento do ano de 2007, para iniciarmos o ano de 2008 já com o Orçamento votado.

Esta é a primeira seqüela: nós não votaremos o Orçamento antes do final do ano, pois ele terá de sofrer profundas adequações, remanejamento de recursos, porque os R\$40 bilhões da CPMF, que se destinavam à saúde, à previdência e à assistência social, terão que ser supridos por outras fontes, terão que vir de outras áreas, para que possamos ter aquilo que o Presidente Lula, hoje pela manhã, deu como determinação ao Ministro Mantega e a todos os Ministros, que estão agora trabalhando nas adequações e na administração das seqüelas da não-prorrogação da CPMF.

Portanto, a ordem é muito clara: não mexer no social, não mexer na responsabilidade fiscal, não mexer no crescimento. No dia de ontem, foi divulgado – eu tive a oportunidade de fazer referência no meu discurso, assim como vários outros Parlamentares – que, quando sai um PIB muito acima, ou seja, quando há crescimento da riqueza do País muito acima do que estava previsto, anunciado e imaginado no início do ano – e há grandes possibilidades de se encerrar o ano em 5,3%, 5,2% –, esse crescimento do PIB vem exatamente do crescimento do poder aquisitivo das famílias, vem do fortalecimento do mercado interno,

confirmando a distribuição de renda, o crescimento da massa salarial, do número de empregados, da própria distribuição da riqueza que vem sendo implementada pelas políticas adotadas pelo Presidente Lula. É claro que isso nos coloca com a responsabilidade de manter esse patamar, esses dois pilares que vêm sendo a marca do Governo Lula, que é crescer distribuindo, dividindo a renda, dividindo a riqueza gerada no nosso País.

Portanto, a primeira seqüela a administrar é esta de remanejar, de decidir onde vai ser cortado, como vai ser cortado, como vai ser suplementada a perda dos R\$40 bilhões.

A outra seqüela é que não vamos votar o Orçamento como estava previsto até o final do ano e, portanto, vamos iniciar 2008 sem Orçamento votado, sem Orçamento aprovado, num ano eleitoral. E a lei eleitoral proíbe a execução plena do Orçamento nos três meses que antecedem a eleição. Portanto, a partir de julho, a execução orçamentária já não é plena. A partir de julho, não é plena, e os meses que levarmos, no início de 2008, para aprovar o Orçamento também serão meses em que vamos perder execução orçamentária.

Portanto, as seqüelas da decisão de ontem vão por aí. Eu gostaria ainda de realçar algumas outras seqüelas que considero extremamente importantes.

A primeira delas: a CPMF é arrecadada a partir da movimentação financeira, da movimentação no banco. E 72% vem de empresa. Portanto, quem é empresa formal, está na legalidade, na formalidade, paga a CPMF. Mas os informais também pagam.

Os informais que não são atingidos por nenhum outro imposto, no caso da CPMF, não têm como fugir; pagam a CPMF da mesma forma como pagam os formais. Os ilegais também pagam – traficante paga, quem faz lavagem de dinheiro paga, contrabandista paga. Botou o dinheiro e o movimentou no banco, paga.

Portanto, os R\$40 bilhões, que vêm deste universo dos legais e dos ilegais, dos formais e dos informais, esses R\$40 bilhões vão ter que ser supridos por arrecadação de impostos que, fora a CPMF, só podem ser cobrados da formalidade. Então, os que vão ficar lépidos e faceiros, sem contribuir com nada, são exatamente os ilegais, são exatamente aqueles que não são formais e que, dessa forma, não vão contribuir com a arrecadação que a CPMF, hoje, provoca e que acaba sendo distribuída para as políticas públicas da saúde, da previdência e da assistência social.

Agora, há algo mais grave ainda com o fim da CPMF: por conta do cruzamento da movimentação financeira que a CPMF estabelece com o Imposto de Renda, é possível descobrir sonegação. E a Receita

tem um levantamento muito claro, Senador Garibaldi Alves, de que...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mais uns dois minutinhos, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite.

Por meio do cruzamento de dados, a Receita Federal, nos últimos quatro anos – esse levantamento está disponível; a Receita o disponibilizou –, pôde ir atrás e arrecadar o equivalente a quase outra CPMF, pela descoberta da sonegação, por meio do cruzamento dos dados.

Há algo mais grave ainda, no meu ponto de vista, com o fim da CPMF. Hoje, quando a Receita Federal percebe, desconfia de alguém que esteja com movimentação estranha, com patrimônio não adequado, não declarado, com perspectiva de sonegação, pelo cruzamento com a CPMF, a Receita faz isso rapidamente, automaticamente, não precisa de autorização de ninguém, faz o confronto...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso, Sr. Presidente?

Faz essa comparação e autua, vai atrás e arrecada. Com o fim da CPMF, a Receita não poderá mais fazer isso. Ela só poderá ter acesso aos dados da movimentação bancária, da movimentação financeira a partir de processo e de autorização judicial, o que vai fazer com que o combate à sonegação, ao crime de lavagem, de evasão, de elisão fiscal seja muito mais complexo, demorado e difícil de ser feito.

Portanto, com a derrubada da CPMF e de toda a negociação que evoluiu, aqui e na Câmara, os R\$24 bilhões a mais para a saúde não vão poder ser implementados e quem acabou tendo um grande benefício foram os informais, os ilegais e os sonegadores, e o prejuízo foi para a fiscalização e para a moralização do nosso País. Não tenho dúvida disso.

Agradeço, Sr. Presidente, por alguns minutos a mais que me concedeu.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ideli Salvatti, o Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, vamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Senadora Ideli Salvatti, gostaria que V. Ex^a permanecesse um minuto, porque vou resolver o problema que V. Ex^a acabou de levantar na tribuna.

Senador Valdir Rap, que estava aqui como Líder do PMDB; Senador Romero Jucá, que não está presente; Senador Valter Pereira, que é da base do Governo; Senador Wellington Salgado, é lamentável que o Governo queira dialogar – Senador Presidente Garibaldi Alves Filho, é uma honra ser presidido por V. Ex^a – e tenha uma Líder do seu Partido que se nega até a ouvir a solução com a qual está tão preocupada. E já tive oportunidade, Senador Mão Santa, de dizer aqui qual é a solução. Vou repetir e só queria que ela escutasse isso.

A CPMF – vou repetir o que já está nos Anais do Senado – é valiosa como instrumento fiscalizatório, se bem que, segundo afirma o ex-secretário da Receita Sr. Dr. Everaldo Maciel, no jornal *Valor Econômico*, para alcançar o mesmo efeito sem a CPMF... Senador Presidente Garibaldi Alves Filho, leve esta sugestão ao Presidente Lula, porque vai trazer tranquilidade à Senadora Ideli, que, até anteontem, era Ideli paz e amor. Hoje ela já deixou o paz e o amor e entra no embate que eu diria desnecessário, porque a Oposição quer, sim, sentar com o Governo para que possamos fazer aquilo que o Governo deveria ter feito durante os quatro anos anteriores, que é aprovar uma reforma tributária.

Mas, continuando, basta o Governo – Presidente Senador Garibaldi Alves, informe ao Presidente Lula – regulamentar, por decreto – por decreto, não precisa nem ele gastar mais uma medida provisória –, o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

Vou repetir, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, para ficar bem registrado: basta o Governo regulamentar, por decreto, o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 2001, que diz: “O Poder Executivo disciplinará os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à administração tributária da União as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços”.

Está resolvido o problema. Está resolvida a preocupação da Senadora Ideli Salvatti. Então, Senadora Ideli Salvatti, busque os *Anais*, as notas taquigráficas, e leve como sugestão ao Presidente Lula que ele regulamente o decreto e resolva o problema, que não é verdadeiro. Não é verdadeiro.

Vamos ter que falar verdades aqui, Senador Jayme Campos. O Governo vai ter que aprender a usar da verdade. Não é da meia verdade, é usar da verdade. Porque a Oposição é cooperativa.

Agora, acima do Governo, está a Nação brasileira. Estamos aqui para servir à Nação brasileira, Senador Cícero Lucena.

Ainda ontem, a Senadora Ideli, em defesa da CPMF, trouxe aqui uma pesquisa CNI-Ibope e divulgou no plenário, para os oitenta Senadores presentes, questionando como o povo era contra a CPMF se a pesquisa CNI-Ibope dava uma aprovação do Governo Lula de 65%. É verdade que a pesquisa CNI-Ibope, Senador João Ribeiro, dá ao Governo Lula 65% de aprovação. Mas é verdade também, e a Senadora Ideli escondeu, não falou por inteiro...

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou permitir já. Só vou concluir os índices.

A Senadora escondeu que, nessa mesma pesquisa CNI-Ibope, há uma desaprovação da sociedade brasileira com relação aos impostos do Governo do PT de 69%! A desaprovação é maior do que a aprovação do Governo, ou seja, a sociedade brasileira está contra essa carga tributária escorchante. Mais: há uma desaprovação da sociedade brasileira, na segurança pública, de 66%; contra o desemprego, de 51%; contra a taxa de juros, de 59%!

Então, quando usarmos uma fonte, é preciso que se use a fonte por inteiro; não se destaque da fonte, Senador Mão Santa, como costuma fazer o Governo, apenas aquilo que lhe interessa. Com isso, ele procura passar uma informação que confunde a população.

O que aconteceu ontem aqui, no Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, foi a vitória da democracia. Nós não estamos na Venezuela, nós não estamos na Bolívia. Nós estamos no Brasil, e aqui temos democracia plena. O Presidente Lula tanto lutou por ela e tem obrigação de conservá-la. Foi o resgate da soberania do Senado sobre a soberba do Presidente Lula, sobre a soberba do Governo. O Senado impôs ontem que é um Poder independente, que não está submisso ao Executivo, que está aqui para defender a sociedade brasileira.

Nós falamos muito de cartas ontem aqui. V. Ex^a inclusive ia ler uma carta que é uma canção de Erasmo Carlos. Aguardei tanto que V. Ex^a fizesse essa leitura, e V. Ex^a não teve tempo para fazê-la. Mas estamos na época de Natal, e, nessa época, eu até acredito em carta de Papai Noel, Senador Valter Pereira, mas não acredito em cartas ou promessas desse Governo!

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Um aparte, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou conceder-lhe um aparte.

V. Ex^a mesmo, ainda hoje, na Comissão de Desenvolvimento Regional, cobrou do Governo a promessa que fez aqui com relação às Zonas de Processamento de Exportação. V. Ex^a sabe que o Governo diz algo numa hora e, na outra hora, através da metamorfose ambulante, muda de opinião e não cumpre aquilo que diz. Então, em carta de Papai Noel eu acredito; em carta desse Governo eu não acredito.

E fiquei esperando, Senador Cícero Lucena, V. Ex^a que é um católico fervoroso, naquela ansiedade quanto à carta, eu fiquei aguardando que viesse uma carta do apóstolo Lula aos corinthianos. Era essa a carta que estava esperando que chegasse. Lamentavelmente, o nosso Corinthians foi rebaixado, caiu, acabou. E, graças a Deus, a CPMF também acabou. Então, a carta do apóstolo Lula aos corinthianos não surtiu o efeito que é já sabido desse Governo, de ter um oportunismo ululante. Aquela carta chegando aqui na undécima hora, Senador Heráclito Fortes,...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Flexa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...foi um oportunismo ululante do Governo, que queria mudar a posição da sociedade brasileira.

Quero dizer que recebi – e todos os Senadores que votaram pelo fim da CPMF devem ter recebido – mais de mil e quinhentos e-mails. Como disse aqui o Senador José Agripino, mais de 90% deles eram da população agradecendo por termos iniciado, na tarde de ontem, a reforma tributária por que tanto lutamos.

E aí, Senadora Ideli, há, sim, como fazer os ajustes necessários. A LDO de 2008 prevê um superávit financeiro de R\$200 bilhões. Tem reservas disponíveis na própria LDO. No Orçamento, tem reservas disponíveis de R\$22 bilhões. E, mais do que isso. Já foi reestimada a arrecadação em R\$15 bilhões.

Então, graças a Deus, o Brasil passa por uma fase em que a contribuição da sociedade dá à máquina administrativa recursos mais do que suficientes para cumprir com as suas obrigações na área da saúde, na área da segurança, na área da educação. Então, não venha aqui dizer o Governo que porque a CPMF foi extinta não haverá dinheiro para a saúde. Não haverá se o Governo não quiser, porque 20% da arrecadação que fica para a DRU, da saúde, representa uma retirada, Senador Garibaldi Alves. O Governo retira da seguridade social, pela DRU, R\$36,5 milhões. É mais do que ele coloca pela CPMF! Então, basta que o Governo tire, dispa-se dessa máscara e diga à sociedade que

ele não quer atender o povo na área de saúde, na área de educação; ele quer pagar os juros dos bancos, ele quer pagar os juros para os banqueiros. Então, é isso que precisa ser dito aqui, Senador Paulo Paim.

É preciso falar a verdade porque a mentira tem perna curta. Ela é dita em uma hora e, na hora seguinte, cai porque a verdade vem à tona.

Concedo o aparte ao nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, o tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vai esgotar-se. A generosidade de V. Ex^a vai dar-me a oportunidade de ouvir os Senadores Cícero Lucena, Expedito Júnior e João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lamento informar a V. Ex^a que ainda vamos entrar na Ordem do Dia. Peço, portanto, a colaboração até mesmo dos aparteantes. Que desistam dos apartes, para que possamos entrar na Ordem do Dia. E já entraremos com um atraso razoável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Trinta segundos, Sr. Presidente, para cada aparteante. São colegas de V. Ex^a. Votaram ontem em V. Ex^a para a Presidência do Senado.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Atendo o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, vou atender também o apelo de V. Ex^a. Serão só 30 segundos. Creio que a tarde e a madrugada de ontem devem servir de lição. Creio que temos de construir, Senador, um grande entendimento. Temos de buscar um diálogo entre a Oposição e o Governo pela governabilidade. Acho que V. Ex^a tem razão, mas, neste momento, tanto o Governo quanto a Oposição têm de acalmar os ânimos, porque, senão, daqui a pouco, este Senado pega fogo. Não é essa a nossa pretensão. A nossa pretensão agora é buscar um grande entendimento. Se tivesse havido esse diálogo – e eu disse isso ao Senador Paim – do Governo com certa antecedência, de repente o meu voto ontem teria sido favorável; de repente, teriam buscado um entendimento. Então, é hora de construirmos esse entendimento. Não me interessa quem é o pai da criança. Que esse entendimento seja construído com a Oposição, que esse entendimento seja construído com o Governo, que alguém possa fazer esse entendimento para que nós possamos buscar a governabilidade que o Governo diz que está precisando, e não quero atrapalhar o Presidente Lula, não faço oposição, votei com a minha

convicção ontem aqui e espero poder participar desse entendimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço. Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Não, para ser justo, já que o Senador Exedito falou, V. Ex^a concede o aparte ao Senador Cícero Lucena.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sabia que o meu Presidente era generoso e magistrado.

Senador Cícero Lucena, com muita honra, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Vou agradecer ao Presidente, porque V. Ex^a já gastou o seu tempo. Devo dizer que as suas preocupações e as suas colocações são por demais oportunas ao pedir ao Governo que deixe de passar meias informações ou meias verdades. Primeiro, Senador Flexa, de que estava colocando 100% para a saúde. Não era verdade. Parte do aumento era incrementado para a saúde, mesmo com o desconto da inclusão da despesa dos inativos da área de saúde. Outra meia verdade é que ele dizia que todo recurso da CPMF era para a saúde, para áreas sociais e para o Bolsa-Família. Se ele permitiu 100% para a saúde, como disse, então é sinal de que o dinheiro da CPMF não era necessário para o Bolsa-Família. Outra meia informação – não estou usando a palavra verdadeira, que deveria ser dita – é que, na verdade, nós permitimos, o Senado, em sua maioria, permitiu que a DRU fosse mantida, como V. Ex^a disse, com contingenciamento de 20% só na área de seguridade, o que representa um valor muito próximo da totalidade da CPMF. E o Governo está autorizado a usar esses recursos como quiser, inclusive para substituir o valor retirado da CPMF. Por fim, Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de dizer a V. Ex^a e ao Senador Paulo Paim, que está buscando o consenso, a conciliação, o entendimento, que não se constrói entendimento com as pessoas contrariando seu posicionamento e sendo chamadas de sonegadoras. Para mim, não é feliz chamar quem votou no passado contra a CPMF de sonegador. Acho que não se votou com essa intenção, votou-se por convicção naquele momento. Tanto o é que alguns mudaram de posição, e mudaram porque foram convencidos. Mais ainda, se quiser, Senadora Ideli Salvatti, definir uma taxa para a fiscalização de movimento bancário em valores que sejam específicos para fiscalização, contará com o meu apoio. E não a demagogia de dizer que quem é contrário é contra a fiscalização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço aos Senadores Exedito Júnior e Cícero Lucena pelos apartes. Incorporo-os ao meu pronunciamento, porque o enriquecem.

Para concluir, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, quero dizer que vim aqui para fazer outro pronunciamento, mas deparei-me com um Titanic vindo de encontro e tive de mudar completamente o rumo do discurso que iria fazer.

Mas vou voltar na próxima semana, Senador, para dizer ao povo brasileiro como o Governo do PT em meu Estado está-se comportando com relação à área de segurança. E criando, aliás, uma novidade: a polícia militar temporária. V. Ex^as já ouviram falar disso? Há algo assim no Rio Grande do Norte? Isso acontece no Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim? Existe no Piauí?

Polícia Militar temporária! E diz: “serviço auxiliar voluntário”. O que se entende por voluntário? É quem presta serviço sem receber por ele. E diz a Governadora na mensagem enviada à Assembléia Legislativa: “(...)defende a prestação voluntária de serviço”. Mas, lá adiante, Senador Wellington Salgado, a Governadora diz que vai remunerar os jovens de 18 a 23 anos, que terão de ter estatura mínima, descalços – e isso é o decreto, a lei que foi aprovada –, de 1,65m e não possuir antecedentes criminais e que receberão entre um e dois salários mínimos.

Que voluntarismo é esse? Sabe o que é isso, Senador Paulo Paim, lamentavelmente? É o caos por que passa a área de segurança do Estado do Pará. Farei um pronunciamento na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, lamento informar a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já vou encerrar.

Estão partidalizando a PM em meu Estado.

Isso faz com que a população não seja assistida na área de segurança.

Quero agradecer, ao encerrar, a todos os *e-mails* e telefonemas que recebi do meu Estado do Pará, pela posição do PSDB, altiva, que, juntamente com o Democratas e os companheiros da Bancada do Governo votaram contra a CPMF, fazendo com que a população brasileira tivesse a sua carga tributária reduzida.

Foi dita uma meia verdade com relação àqueles 72%, pagos pelas empresas, mas repassados para o custo dos produtos, porque quem compra são os consumidores. Então, quem paga os 72% das empresas não são as empresas, mas os consumidores.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)



Edição: Ano LXII - Nº 31.962

Belém, Quinta, 13/12/2007

Estado cria a sua PM "temporária"

POLÊMICA

Assembléia aprova projeto do Executivo que abre cargos para policiais 'voluntários'

Ronaldo Brasiliense
Da Redação

Em tempos de crise no setor segurança pública estadual, a Assembléia Legislativa aprovou, terça-feira, em regime de urgência, projeto de lei criando o 'serviço auxiliar voluntário' no âmbito da Polícia Militar do Estado. O projeto, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado por maioria de votos. Apenas os 10 deputados do PSDB e o deputado Gabriel Guerreiro (PV) votaram contra.

'Vai ser o PT de arma na mão nos municípios. Querem partidizar a PM do Pará, instituir o PM de farda vermelha', atacou o líder do PSDB na Assembléia, deputado José Megale. O policial militar voluntário, pelo projeto aprovado, terá direito a porte de arma 'nas atividades em que seja indispensável o uso do armamento, não devendo portar arma de fogo durante o curso de treinamento, a não ser para o respectivo treinamento'.

Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa, a governadora Ana Júlia Carepa defende a prestação voluntária de serviços que, segundo ela, 'configura uma importante ferramenta sobre a qual pode lançar mão o governo do Estado, tendo como escopo intervir, efetivamente, na prevenção imediata da violência e da criminalidade'.

Há um paradoxo no projeto de lei aprovado: o serviço, voluntário, será remunerado. Todos os voluntários terão, entre outras garantias, a possibilidade de frequentar curso específico de treinamento, com duração de quatro meses; assistência médica, hospitalar e odontológica e um auxílio mensal equivalente a dois salários mínimos, além de alimentação.

A prestação voluntária de serviços contribuirá, significativamente, para aumentar o contingente de policiais militares nas atividades diretamente ligadas à segurança da população, vez que permitirá a substituição de um contingente que hoje acaba por ser absorvidos (sic) por atividades não diretamente vinculadas ao policiamento', justifica a governadora, em sua mensagem à Assembléia. O prestador de serviços de que trata a lei será denominado, segundo o projeto aprovado, de 'voluntário Policial Militar Temporário'.

Na prática, segundo cálculos do deputado José Megale, o projeto de lei aprovado possibilitará a contratação de algo em torno de quatro mil policiais 'voluntários'. Os futuros PMs voluntários terão que ser brasileiros natos, ter de 18 a 23 anos, ser reservista de primeira categoria e ter concluído

ensino fundamental, ou equivalente. Terá que ter estatura mínima, descalço, de 1,65 m e não possuir antecedentes criminais.

Outro contra-senso no projeto aprovado, na avaliação do deputado José Megale, é que o governo do Estado incentiva a criação de quatro mil cargos temporários num momento em que se debate para resolver a situação de milhares de servidores temporários, que estão sendo demitidos e substituídos por funcionários concursados. O projeto de lei aprovado deixa claro, em seu artigo 7º 'A prestação do Serviço Auxiliar Voluntário policial militar que trata esta lei não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.'

Deputados e vereadores tentam evitar a convocação extraordinária

Tanto na Câmara de Vereadores de Belém quanto na Assembléia Legislativa do Pará a ordem é uma só: acelerar os trabalhos para evitar a convocação extraordinária. Um dos motivos para tanto esforço pode ser o fato de que, agora, o período extra não é mais remunerado. A idéia é esgotar o máximo possível da pauta antes do final do período legislativo, na próxima semana. Vereadores e deputados terão muito trabalho. Em ambas as casas legislativas, além de projetos de interesse do Executivo, também estão incluídos na pauta os orçamentos estadual e municipal. O líder do governo na Assembléia Legislativa, Airton Faleiro (PT), explica que a Casa trabalha com a perspectiva de que não será necessária a convocação extraordinária. 'Tanto por parte do governo quanto pela mesa diretora da Assembléia existe o entendimento de que não será necessário estender o trabalho', afirma Faleiro. Além da Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda devem entrar na pauta da Assembléia outros 15 a 20 projetos considerados prioritários pelo Executivo. O prazo para fazer isso se esgota na quarta-feira, 19. Na quinta, 20, já está marcada a sessão solene de encerramento do período Legislativo.

'Em uma reunião com a participação das lideranças dos partidos, do chefe da Casa Civil do governo, Charles Alcântara, e do presidente da Assembléia, Domingos Juvenil, definimos alguns procedimentos que deverão acelerar os trabalhos', explica o líder do governo. Entre as medidas acordadas estão a suspensão das três sessões especiais que ainda iriam ocorrer este ano e a realização de reuniões extraordinárias das comissões permanentes da Assembléia a fim de liberar para apreciação em plenário os projetos que ainda dependem de pareceres. Assim, sobrarão mais cinco dias com sessões deliberativas para esgotar a pauta do ano.

Entre os projetos que ainda devem ser aprovados este ano, o líder do governo destaca os pedidos de autorização para financiamento de recursos destinados ao setor de segurança pública, para um empréstimo do BNDES para o programa 'Caminhos da Escola' e um que acrescenta ao orçamento recursos para o pagamento da contrapartida de convênios da Caixa Econômica Federal para obras do PAC. 'Também devem ser apreciados os projetos de criação do Sistema Estadual da Habitação e o de reajuste dos servidores do Executivo', lista Faleiro.

Na Câmara Municipal de Belém a situação é parecida. Além da Lei Orçamentária Municipal pelo menos duas dezenas de projetos de autoria do Executivo tramitam pela Casa. Na sessão ordinária de ontem o projeto do vereador José Scaff Filho (PMDB) que pedia o retorno das convocações extras remuneradas na Câmara foi rejeitado com uma votação apertada. Faltou apenas um voto para a aprovação da matéria, que exigia quorum qualificado. Na mesma sessão foi aprovado requerimento do vereador Amaro Klautau (PSDB), que pedia tantas sessões quantas forem necessárias para votar ainda hoje, 13, quatro matérias de interesse do Executivo. Entre elas, a que cria a secretaria municipal de Esporte e a que transforma a Saaeb em agência reguladora.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Valter Pereira.

Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, terminada a votação da CPMF, passamos a viver uma estranha ressaca.

Não poderia ser outra a sensação depois de tantos debates e tratativas que buscavam o consenso que não chegou. Infelizmente, prevaleceu o enfrentamento em vez do entendimento.

Não tenho nenhum motivo para lamentar o resultado da votação, mas tenho todas as razões para afirmar que a negociação teria sido melhor para o País. Todavia, é preciso ter em mente que qualquer entendimento exige transigência, impõe concessões. E foi aí que as conversas fracassaram. Entre oposição e Governo, o que mais faltou foi disposição para mudar.

Em todas as discussões, o que mais se questionou foi o tamanho da carga tributária. Lamentavelmente, o Governo não atendeu os apelos do Senado e da própria Base aliada para apresentar o seu projeto de reforma tributária, que foi apalavrado numa reunião realizada aqui no Senado Federal e que contou com a presença do Ministro Guido Mantega e o então Ministro Mares Guia.

Na discussão desse projeto, poderia ter sido enfrentada essa infinidade de distorções fiscais e asseguradas receitas permanentes para garantir os recursos necessários à administração.

Poderia ter restabelecido a verdade da CPMF, que veio para ser provisória e socorrer a saúde, e poderia, sobretudo, discutir a âncora de toda a ira contra o imposto do cheque. Essa ira tem nome: chama-se carga tributária, ou melhor, a excessiva carga tributária do País.

Disse ontem aqui, desta tribuna, que a atrofia do desenvolvimento econômico é uma das principais seqüelas que essa excessiva carga tributária acarreta ao País e ponderaria, ainda, que só uma carga tributária civilizada poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico nos patama-

res dos demais países, especialmente os países em desenvolvimento. A extinção da CPMF se afigurava necessária, mas precisava ser promovida por etapas, com gradualismo.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não vai ocorrer a esterilização do Governo em função do que ocorreu aqui, ontem: a rejeição dessa medida tão discutida no Senado Federal.

Temos que admitir, entretanto, que haverá um impacto. Um impacto nas contas públicas será inevitável e isso vai repercutir-se na prestação de serviços, na realização de programas e na construção de obras e serviços.

Honra-me, Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Valter Pereira, primeiro, quero registrar o pronunciamento competente, com espírito público e extremamente claro, lúcido, no que se refere à questão da CPMF. Quero compartilhar com V. Ex^a, Senador Valter Pereira, a minha preocupação. E V. Ex^a tocou agora em um ponto crucial, principalmente no que se refere a Mato Grosso do Sul, que, em função da readequação das contas governamentais, investimentos do Governo Federal no nosso Estado podem vir a sofrer algum tipo de corte, o que nos prejudicará intensamente ao longo do próximo ano e dos próximos anos também. Hoje o Governador André Puccinelli, em uma entrevista pela manhã, fala que, da CPMF, o nosso Estado recebia R\$150 milhões. Eu já tenho aqui levantado pela Consultoria do Senado um valor muito maior: R\$232 milhões. E, como as contas têm de fechar, V. Ex^a tocou na ferida. Vão ser necessários cortes. Se nos programas sociais, o Governo não tem a intenção de mexer, existem duas alternativas: ou no superávit primário ou na infra-estrutura ou PAC. E nós estamos levando este ano para o nosso Estado, graças ao esforço de toda a nossa Bancada, recursos em grande quantidade para infra-estrutura urbana, para investimentos sociais. Então, espero, Senador Valter, que nós não venhamos a ser prejudicados. Ontem, quando eu fui à tribuna, fiz questão de registrar que ficava com o meu Estado, porque sei o que representou a CPMF para o nosso Mato Grosso do Sul. Portanto, é importante que a população, se for prejudicada com relação a aporte de recursos federais, entenda muito bem, principalmente a nossa postura, olhando, acima de tudo, o progresso, o desenvolvimento e tudo aquilo que esses recursos representam para o nosso Estado, que passa por uma situação financeira difícil e que precisa, mais do que nunca, de recursos federais, para que ele venha a ser conduzido para dias melhores. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e, acima de tudo, registrar a minha preocupação – nós que votamos fa-

voravelmente à CPMF – de que esse corte possa vir a prejudicar o nosso Estado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral. Compartilho inteiramente com a inquietação de V. Ex^a.

Acho que, se fosse mitigado o impacto dessa supressão, poderíamos efetivamente manter todos os programas de investimentos. O que esperamos é que, nessa reestruturação do Orçamento que, inevitavelmente, vai ter de ocorrer e vai ter de ocorrer aqui dentro do Congresso Nacional, essa questão seja efetivamente suavizada.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere os Itens 1, 2, 30, 35 e 36 para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, terça-feira, dia 18,

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a

Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

35

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

36

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passa-se ao item 3.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, Senador Arthur Virgílio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria fazer um aparte ao nobre Senador Valter Pereira para associar-me ao pronunciamento dele, na busca do diálogo que é sempre o que a Oposição procurou fazer com o Governo.

Eu pediria a V. Ex^a que transcrevesse, na íntegra, a carta que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou pelo plantão de *O Globo*, às 17h27min.

Vou ler só um parágrafo e pediria que V. Ex^a a transcrevesse na íntegra.

“É o momento de governo e oposição, pensando no Brasil, deixarem de lado as picuinhas e se concentrarem na análise e deliberação do que é necessário fazer para, ao mesmo tempo, ainda que com gradualismo na implementação, conciliar os dois lados de uma só e mesma equação: de uma parte, aliviar a carga tributária e melhorar a qualidade do nosso sistema tributário, para aumentar a capacidade de crescimento do país; de outra, assegurar recursos para a saúde e as demais

áreas sociais, não apenas no nível federal, mas, sobretudo, no nível estadual como demanda com razões os governadores.”

Eu pediria a V. Ex^a que mandasse transcrever essa carta na íntegra para mostrar à sociedade brasileira a disposição, meu Líder, Senador Arthur Virgílio, do PSDB e da Oposição de sentar à mesa com o Governo, mas de forma transparente, de forma leal, de forma verdadeira, para que encontremos a solução para todas essas questões que afligem a Nação brasileira.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

FH diz que é hora de governo e oposição 'deixarem de lado as picuinhas'

BRASÍLIA, 14 de dezembro de 2007

BRASÍLIA - Em nota divulgada nesta quinta-feira, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso diz que a decisão do Senado de derrubar a CPMF repõe “em termos mais adequados” a relação entre Executivo e Legislativo e que agora é hora de governo e oposição “deixarem de lado as picuinhas” para discutir uma redução da carga tributária para permitir um crescimento mais robusto da economia, assegurando recursos para a área social, sobretudo a saúde.

“É o momento de governo e oposição, pensando no Brasil, deixarem de lado as picuinhas e se concentrarem na análise e deliberação do que é necessário fazer para, ao mesmo tempo, ainda que com gradualismo na implementação, conciliar os dois lados de uma só e mesma equação: de uma parte, aliviar a carga tributária e melhorar a qualidade do nosso sistema tributário, para aumentar a capacidade de crescimento do país; de outra, assegurar recursos para a saúde e as demais áreas sociais, não apenas no nível federal, mas, sobretudo, no nível estadual, como demandam, com razão, os governadores”. O ex-presidente afirma que, ao ajudar o governo a aprovar a DRU (Desvinculação das Receitas da União), a oposição mostrou que está sintonizada com o interesse nacional, como em qualquer democracia digna deste nome.

“A oposição deixou isso claro ao ajudar na aprovação da DRU e manifestar disposição para retomar as negociações com o governo no futuro imediato”, diz a nota.

Fernando Henrique, cujo governo criou a CPMF, repetiu o discurso dos tucanos de que a conjuntura econômica favorável permite o fim do imposto do cheque, o que não ocorria no passado. O ex-presidente diz ainda que é hora de pôr a reforma tributária na ordem do dia porque não se pode discutir receitas sem debater os gastos.

“A cidadania cansou de pagar tributos, ainda mais agora, em um momento em que a conjuntura econômica e a situação das finanças públicas permitem avançar na discussão racional da receita e do gasto dos governos. E quanto mais avançarmos nessa direção, maior poderá ser a queda das taxas de juros, ainda muito elevadas. O governo parece não ter compreendido esse fato”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu recebo a carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para que seja publicada na íntegra. Ela vem no mesmo sentido de 90% das falas que ouvi hoje neste plenário.

Senador Arthur Virgílio, eu até fiz um pronunciamento sobre V. Ex^a, que ontem olhou para o painel e disse: “Vamos votar e amanhã voltaremos a conversar”. Eu acho que essa carta vem nesse sentido. Por isso sem nenhuma dúvida, eu a recebo e mando publicá-la na íntegra nos Anais da Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar após a Ordem do Dia e um dos tópicos será precisamente a carta à Nação do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas por enquanto, Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de votos de aplauso ao Diário Tucano, informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado, pelo atingimento hoje, 13 de dezembro de 2007, da sua Edição de nº 1.000.

E também, algo que é muito importante, que imagino que V. Ex^a certamente assinará conosco. É um requerimento de votos de aplauso ao Exm^o Sr. Senador José Agripino, agraciado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa daquele Estado. Assinaram comigo o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, o Senador Gilvam Borges, o Senador Expedito Júnior, o Senador Valter Pereira, o Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, a Presidência o receberá e o assinará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E, portanto, imagine como é merecido isso porque o Senador José Agripino morou no Rio de Janeiro, estudou lá, viveu suas emoções naquela cidade. E, por ser o Parlamentar de alcance nacional que é, merece a homenagem da cidade mais cosmopolita do País, aquela que recebe com mais democracia – eu sei que São Paulo o faz do mesmo jeito, mas o Rio recebe com muita democracia – quem o procura. Eu sou cidadão do Rio de Janeiro por outorga, também, da Assembléia Legislativa. Eu sempre digo que o Rio de Janeiro pertence a todo o Brasil, inclusive aos cariocas; e o Estado do Rio, inclusive aos fluminenses, mas pertence muito a todos nós. Eu tenho muita honra de contar com a assinatura de V. Ex^a. Julgo que é muito justa a homenagem que, junto com esse grupo seleto de Senadores, nós prestamos

ao Líder do DEM, que é um líder de muita expressão nas oposições brasileiras e Líder de muita expressão no conjunto do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebe e, com certeza, todos os Senadores assinarão o voto de aplauso ao Senador Agripino por sua caminhada e sua história muito bem reconhecidas pela cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, eu fui Relator da federalização do Besc a pedido do Senador Neuto de Conto e do Governador Luís Henrique, de Santa Catarina. Eles me pediram pressa, porque eles queriam resolver essa questão ainda este ano. Já foi resolvido na CAE, mas deve ser votado neste plenário. E, agora, o Senador Heráclito, que tem todo o direito, está fazendo entre ele e o Besc – e outros no Brasil que têm a mesma situação – audiência pública. E, como dizia o Senador Antonio Carlos Magalhães, a audiência pública demora muito e o resultado, às vezes, é muito pequeno.

Então, se for para votar esse requerimento, peço-lhe que não...

O SR. HERÁCLITO FORTES (Dem – PI) – Já foi votado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já foi votado aqui o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há acordo entre os Líderes para votação da matéria no dia de hoje. É a informação que recebi aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com é que é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há acordo para votar esta matéria hoje. É a informação que recebi da Mesa, inclusive por parte do Senador José Agripino.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Dem – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, deixe-me explicar ao Senador Valdir Raupp. Possivelmente ele tenha sido mal informado. Senador Raupp, eu apenas comuniquei ao Plenário que entrei com um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando audiência pública. Por que fiz isso? Porque existe na Ordem do Dia um item que propõe um empréstimo para esse banco. Não é possível que esse empréstimo seja concedido antes da transação legalmente concluída, ou seja, antes da aprovação legal pelo Senado Federal. Pedi apenas o adiamento. Esse foi o primeiro ponto.

Segundo ponto: solicitei que hoje não se vote empréstimo de natureza nenhuma. Vimos lideranças

da Base do Governo dizerem que ninguém sabe a situação em que o País se encontra. Uns dizem que é calamitosa, outros que não. Uns dizem que é catastrófica; outros, que o País cresceu. Então não podemos, dessa maneira, votar nada hoje. Temos de respeitar o pensamento do Governo. O Dr. Mantega quer fazer um levantamento. Ora! Às vezes, Senador Paulo Paim, eu me admiro. É preciso que alguém da Oposição venha defender o Governo. O Governo não se defende.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu acompanho o Senador Heráclito Fortes. Não vamos votar nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até para ajudar. Como não há acordo, não votaremos nada hoje. Vamos encerrar a Ordem do Dia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Dem – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Só lamento que seja preciso alguém da Oposição vir ajudar o Governo, como fizemos ontem com a DRU.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a Ordem do Dia porque não há acordo entre os Líderes.

São os seguintes os itens transferidos para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, 3^a feira, dia 18 próximo:

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Cons-

tituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a

Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável, sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o

Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa

de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece, com voto vencido do Senador Gilberto Goellner, e em separado, do Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 446 e 447, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator, Senador Arthur Virgílio; e de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Parecer favorável, sob nº 159, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004,

na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regular-

mente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, nos termos de Subemenda, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marcelo Crivella.

33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o

Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Quênia, assinado na Cidade do Quênia, em 23 de fevereiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo de imediato a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para falar como Líder, já que a Ordem do Dia foi encerrada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto o Senador Arthur se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Arthur Virgílio vai falar como Líder, Senador Heráclito Fortes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Enquanto o Senador Arthur Virgílio se dirige à tribuna, peço a palavra pela ordem. É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que encaminhei um requerimento à Mesa de aplauso à Srª Raimunda Nonata da Silva. E por que isso, Senador Paim, V. Exª que é um defensor das causas sociais, da educação, da saúde? Matéria na revista *Época* desta semana traz uma reportagem sobre a vovó Noca, de 81 anos, do meu querido Estado do Pará, da querida Santarém. O que houve com ela? A vovó Noca, de 81 anos, como é conhecida a Srª Raimunda,....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, só lembro que há orador na

tribuna. Se puder sintetizar, a Presidência vai assegurar a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou sintetizar. Ela passou no 26º lugar, entre duzentos candidatos, e vale ressaltar que apenas 38 das cinqüenta vagas foram preenchidas. Ela volta a estudar após 64 anos. Entrou na universidade, voltou a fazer o ensino médio no Programa de Educação para Jovens e Adultos do Sesi, lá em Santarém.

O requerimento de voto de aplauso já está sobre a mesa, para que chegue à vovô Noca os aplausos do Senado Federal. E que ela sirva de exemplo a todos os brasileiros e brasileiras de que nunca é tarde para estudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – A Mesa recebe e dará o mesmo encaminhamento dos outros votos de aplauso que já recebeu, inclusive um, de minha autoria, referente ao Dr. Marcos Ávila, que recebe o prêmio de Doutor *Honoris Causa*.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, antes de entrar no cerne do pronunciamento que me disponho a fazer nesta tarde, apresento quatro requerimentos de votos de aplauso, todos eles, a meu ver, extremamente justos.

Um deles, reforçando esse que está na mesa, ao Professor Doutor Marcos Ávila, distinguido com o título de Doutor *Honoris Causa*, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, por se tratar de um dos mais completos, na sua especialidade, oftalmologista do mundo. O Senador Paulo Paim e eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – Quero só dizer que tive a mesma iniciativa e que fico feliz por perceber que há um reconhecimento em nível internacional do Dr. Marcos Ávila.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho um filho que tem um problema na vista direita, bastante grave, adquirido antes do laser, e o Dr. Ávila fez milagres para estacionar o drama por que ele passou – com a vista inteira, intacta, estabelece uma média das duas visões e tem uma vida completamente normal –, além do sentido humanitário da sua carreira.

Médicos como Marcos Ávila, Paulo Niemeyer Filho, que é filho do grande Paulo Niemeyer e sobrinho do notável arquiteto Oscar Niemeyer, Paulo Niemeyer, meu querido Paulinho...

É uma figura que, além do talento, colocou em ordem a vida de tantas pessoas. Esqueço-me agora do nome do famoso cantor que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei que ele tratou de Jorge Amado até o final da vida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E ao mesmo tempo com humanidade. Se se disser para ele: “olhe, tem no bairro da Compensa, em Manaus, uma pessoa com problemas neurológicos”, ele orienta o médico de lá, recebe aqui. É um médico de verdade, e o Dr. Ávila tenho na mesma conta.

Ao mesmo tempo, solicito voto de aplauso à Associação Nacional dos Magistrados pelo lançamento da primeira edição do prêmio Anamatra de Direitos Humanos.

Também ao Desembargador Sidnei Agostinho e ao Desembargador Jorge Mussi, que são a partir de hoje os novos Ministros do Tribunal Superior de Justiça, aos quais desejo uma justa e profícua carreira no desdobramento de suas próprias carreiras.

Solicito ainda voto de aplauso pelo lançamento em 12 de dezembro de 2007, ontem, em Brasília, do livro *Histórias do Piloto e Ajudante-de-Ordens do Presidente Getúlio Vargas*, pelo piloto-aviador Ernani Fittipaldi.

Ele conta muita coisa sobre o Getúlio Vargas e João Goulart. Vive em Brasília, no Plano Piloto, ele que foi homem de confiança de Getúlio Vargas. Era ele quem assinava a maioria dos quatro mil documentos que chegavam à mesa dos despachos do Presidente. É algo de enorme valor histórico. Mas, Sr. Presidente Paulo Paim, leio, para que a imprensa tome conhecimento, a nota à imprensa serena, típica do estadista que ele é, da lavra e da responsabilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Diz a nota:

“A decisão do Senado nacional sobre a CPMF foi importante para repor em termos mais adequados a relação entre o Executivo e o Legislativo, bem como para mostrar que, em qualquer democracia digna deste nome, a oposição, ao votar contra uma proposta do governo, não fecha os olhos ao interesse nacional. A oposição deixou isso claro ao ajudar na aprovação da DRU e manifestar disposição para retomar as negociações com o governo no futuro imediato.

Era evidente, há tempos, que a cidadania cansou de pagar tributos, ainda mais agora, em um momento em que a conjuntura econômica e a situação das finanças públicas permitem avançar na discussão nacional da receita e do gasto dos governos. E quanto mais avançarmos nessa direção, maior poderá ser a queda das taxas de juros, ainda muito elevadas. O governo parece não ter compreendido esse fato.

Olhando para frente, o mais importante a salientar é que chegou a hora de colocar, na ordem do dia, a reforma tributária (e fiscal, porque não se pode discutir a

receita sem debater o gasto). É o momento de governo e oposição, pensando no Brasil, deixarem de lado as picuinhas e se concentrarem na análise e deliberação do que é necessário fazer para, ao mesmo tempo, ainda que com gradualismo na implementação, conciliar os dois lados de uma só e mesma equação: de uma parte, aliviar a carga tributária e melhorar a qualidade do nosso sistema tributário, para aumentar a capacidade de crescimento do país; de outra, assegurar recursos para a saúde e as demais áreas sociais, não apenas no nível federal, mas, sobretudo, no nível estadual, como demandam, com razão, os governadores.”

Assinada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a já pediu a inserção desta carta nos Anais. Portanto, é desprecioso, é desnecessário que eu o faça, mas faço questão de fazer o registro.

Sr. Presidente, faço um histórico desses últimos momentos e devo deixar aqui uma manifestação de enorme reconhecimento e gratidão aos membros da Bancada que tenho a honra de liderar aqui, no Senado Federal. Homens e mulheres valorosos. Homens e mulheres capazes da disciplina, da coerência, da coragem e com os quais eu tenho imensa honra, imensa alegria de conviver. Os nossos debates são os debates típicos de um Partido que não tem donos, um Partido que trata os companheiros como iguais. E talvez seja essa a sua marca mais forte positiva e talvez seja essa a marca que faz equivocadamente alguns dizerem que o PSDB é o Partido do muro, porque, como é um Partido de iguais, é um Partido que debate, é um Partido que não tem um chefe que bate na mesa, é um Partido que, às vezes, demora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, permita-me apenas prorrogar a sessão por mais hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois

não. É um Partido que debate as suas vicissitudes de maneira intensa e, por não ter um chefe, pode passar essa idéia do muro. Não tem nada a ver com isso. Mostramos ontem que não havia muro nenhum, mas que havia obstinação, determinação, disposição de luta e unidade, que é o mais importante. Ao mesmo tempo, podemos dizer que, se há especuladores que imaginam poder tirar partido de uma possível divisão interna no PSDB, esses especuladores perderão dinheiro, perderão tempo e perderão energia, porque o PSDB sabe muito bem conviver com o contraditório. O episódio que momentaneamente separou Governadores de Senadores não foi outro senão o episódio que comumente separava Deputados e Senadores do PT, do Governador Jorge Viana, do Governador Zeca do PT, porque esses Governadores tinham tratamento absolutamente fidalgo por parte do Presidente Fernando

Henrique, assim como teve tratamento fidalgo o então Governador de Brasília Cristovam Buarque, que é amigo pessoal do Presidente Fernando Henrique. Eles chegavam até a causar ciúmada entre os Governadores tucanos de tão bem tratados que eram. E Jorge Viana, com senso de justiça, que é uma característica de sua família e faz parte do caráter do nosso querido Senador Tião Viana, Jorge Viana levou Fernando Henrique para inaugurar obras a três ou quatro dias do final do Governo do Presidente Fernando Henrique; obras que tinham sido feitas com dinheiro federal e com o trabalho profícuo do próprio Governador Jorge. Mas ele fez questão de levar Fernando Henrique ao Acre naquele momento e lhe prestou uma homenagem que parecia que Fernando Henrique estava assumindo o poder, e não deixando o poder. Isso revelava caráter, até porque era tão fácil não inaugurar as obras e depois, daí a seis meses, dizia que já era uma obra do Presidente Lula, que tinha entrado com dificuldade, como nós sabemos, em função do ajuste que teve de ser feito, em função da crise que se abateu sobre o País no ano de 2002, crise, a meu ver, marcada pela própria contradição entre *A Carta aos Brasileiros*, escrita sob a inspiração do depois Ministro Antonio Palocci, e o ideário de toda uma vida no econômico do Presidente Lula. Mas o fato é que Jorge Viana cumpriu com esse papel que eu julgo positivo. E aqui a mesma coisa. Absurdo não é um Governador do PSDB ter relação boa e perfeita com o Planalto. Absurdo seria eles serem combativos como nós temos de ser, e nós sermos tão próximos do Palácio como eles precisam ser. Mais uma outra coisa. Há três vertentes. Há os que dizem que Oposição deve ser irresponsável, deve ser sempre do “tudo ou nada”. Não é o nosso caso. Senão, os jornais não diriam que aprovamos aqui 65% das matérias pedidas pelo Executivo. Há os que dizem que temos sempre de fazer o papel de pronto-socorro do Governo Federal. Não é esse o nosso papel; nosso papel é fazer oposição, é apontar defeitos, criticar e fiscalizar. E há os que dizem que temos de fazer – e eu estou nesta corrente – oposição dura, não inflexível, mas dura, a pontos que nós julgamos equivocados. Foi assim que se feriu a batalha de ontem em torno da CPMF. Eu chamo atenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, para o fato de que uma das cogitações do Governo seria talvez não recorrer de novo ao instrumento da CPMF para resolver os seus problemas fiscais. Se é assim, mais uma prova de que não era tão necessária. Se teve arrecadação extra acima da CPMF, bastava não ter sido abusivo nos gastos supérfluos para ter dispensado esse imposto e ter feito face às suas despesas com saúde e tudo o mais. Para o ano que vem, a expectativa é de mais de R\$60 bilhões de excesso de arrecadação. Logo, o ex-

cesso de arrecadação certamente poderá cobrir o tal buraco fiscal que a incúria fiscal do Governo abriu. Já concedo um aparte a V. Ex^a, não sem antes completar um raciocínio, Senador Heráclito Fortes.

Mas se o Governo diz que pode recorrer a outros instrumentos que não a CPMF, então, precisaria da CPMF para quê? O que nós não podíamos era decidir, a cinco minutos do encerramento de uma sessão, sobre documentos, que, em uma análise de dois minutos, o Senador Tasso Jereissati detectou defeitos, já na formulação. Alguma coisa feita do tipo “engana-senador”. Não podemos brincar com esse tipo de proposta, com esse tipo de proposição. Não podemos. Imaginem com que cara, com que rosto, com que face ficaria eu, Líder do PSDB, ao olhar para os meus companheiros do DEM, ao olhar para os meus companheiros de Partido, ao olhar para o Senador Jarbas Vasconcelos, para o Senador Mão Santa, para o Senador Geraldo Mesquita, ao olhar para o Senador Expedito Júnior, ao olhar para o Senador César Borges, ao olhar para o Senador José Nery, se eu dissesse assim: “Mudei de opinião porque chegou aqui um papel e esse papel me fez mudar de opinião...” Seria, realmente, equivalente a renunciar ao meu próprio mandato, a renunciar a minha própria participação na vida pública, se é que quisesse fazê-la sempre como faço, de cabeça erguida.

Então fui muito claro: negociação, sim, após a votação. E a negociação é como diz o Presidente Fernando Henrique na sua sensata *Carta à Nação*. Negociação, envolvendo muito mais do que CPMF ou não CPMF, muito mais do que cobrir buracos de um Governo perdulário. Negociação envolvendo reforma tributária, envolvendo desonerações, envolvendo, portanto, carga tributária menor, envolvendo redutor claro de gastos públicos.

Eu havia sugerido ao Ministro Mantega 0,2% do PIB anualmente, para que o Brasil, em 15 anos, tivesse uma situação privilegiada, arrecadando sempre mais do que gastava e, ao mesmo tempo, o PIB crescendo e a despesa diminuindo, porque a cada ano teria que gastar menos 0,2% e, ainda por cima, proibindo a farras dos gastos correntes, que têm sido sempre exorbitantemente acima do PIB em termos reais, em níveis reais. Cobrar que a União seja enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso está em andamento, em passo morno, na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, em outras palavras, nós não queremos promessas do Governo, queremos realizações, realidades. Nós queremos saber isto: fizemos o acordo A, queremos saber qual é o instrumento que vai viabilizar a implementação do acordo A; fizemos o acordo B, queremos saber como tornar realidade o acordo B; fizemos o acordo C, queremos saber como tornar

letra de verdade o acordo C. E não tudo no ar, tudo etéreo. Então, não digam que o PSDB não se dispôs a negociar, nem digam que as Oposições não aceitaram negociar, até porque houve um avanço. O DEM, liderado pelo Senador José Agripino, me comunicou ontem que a partir de agora está às ordens para sentar à mesa de negociação, desde que seja em termos urbanos, e com consequência.

E ontem fizemos a advertência. O Presidente Lula deve conter os seus arroubos, porque não vamos sentar à mesa para negociar com quem nos insulta, não vamos sentar à mesa para negociar com quem nos menospreza, nos menoscaba. De jeito algum. Nós não sentaremos porque não somos serviçais, não somos vassallos. Não há nenhum suserano feudal governando o País e nós não somos servos da gleba. Não somos. Somos cidadãos e cidadãs livres, e cidadãos e cidadãs livres têm o direito de fazer o que bem a lei lhes permita fazer, até o limite do que a lei lhes permita fazer, sem ter que baixar a cabeça para quem quer que seja.

Só os autoritários de ontem podem se queixar. O que houve de anormal ontem? O Governo precisava de 49 votos e não obteve os 49 votos. A Oposição articulou para que o Governo não tivesse 49 votos. O que houve de anormal, o que houve de errado, o que houve de injusto, o que houve de insulto à sociedade? E essa história descabida, de que falta dinheiro para hospital, caiu por terra logo em seguida, quando nós, que não queríamos barrar a DRU, dissemos: “Ah, é? Então vamos barrar a DRU!”, porque a DRU está tirando dinheiro da saúde e mandando para fazer o superávit primário, contra o qual não sou, pois sei que é necessário para o equilíbrio do Brasil, do ponto de vista fiscal e econômico, mas digo que, se fizermos o gesto irresponsável de barrar a DRU, de derrubar a DRU, vai sobrar dinheiro para a saúde. Dá para financiar a saúde, sim. É só não ter esse dinheiro reservado para o superávit fiscal. Na mesma hora, percebi que houve um certo amansamento do Plenário. Não podemos viver com essa história de nos estigmatizarem, como se estivéssemos tirando dinheiro de pobre, por meio de uma lei. Isso não dá para aturar, não dá para sentar à mesa, porque não posso levar a sério promessa de alguém que vem com argumento reles desse tipo. Argumento reles desse tipo? É bom que saiba que não vamos sentar à mesa, então! Sentaremos à mesa a hora em que queiram, mas nos respeitando, respeitando-nos e tratando-nos com a decência com que tratamos as questões públicas. E, portanto, o que disse ontem está valendo, está valendo, Senador Paulo Paim, meu prezado Presidente. Está valendo integralmente! Nego-

ciamos de cabeça erguida com quem queira negociar conosco; negociamos com o interesse do país.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pela sua atuação ontem. V. Ex^a, ontem, foi um estadista e um guerreiro. Excedeu-se em algum momento? Devido à emoção, é próprio de quem faz aquilo com emoção! Mas é bom, Senador Arthur Virgílio, que hoje nessa calmaria da quinta-feira, nessa ressaca pós-CPMF, que a gente levante alguns pontos nessa questão. O Governo nunca quis o apoio do PSDB e nem nunca quis o apoio do Democratas. O Governo quis desmoralizar os dois, tendo conversa com os Senadores em um tom e com os Governadores em outro tom com um único objetivo: de tentar jogar Governadores contra os Senadores. No DEM, não foi diferente. O Presidente atacou o partido e foi tomar café da manhã, em um galanteio extraordinário, com o Governador do DEM. Só que o tiro saiu pela culatra. E V. Ex^a foi um guardião desta Casa e disse muito bem. O Governo teve tempo, Senador Arthur Virgílio, a Oposição pediu opções, que houvesse alternativas. O Governo, em nenhum momento, se mostrou preocupado ou interessado no diálogo. De forma que querer acusar a Oposição, a ou b, é bobagem. O que temos pudemos analisar daí da tribuna é que não havia uma unidade sequer de discurso. Uns diziam que havia excesso de dinheiro, que nunca se arrecadou tanto e outros diziam que o Brasil ia parar. Quem é que estava falando a verdade? V. Ex^a falou, no documento enviado, na undécima hora pelo Governo, e os acordos cumpridos, mas tinha-se também em uma hora como essa – e foi o que complicou a vida do Governo, Senador Paulo Paim –, que se retroagiu um pouco no tempo e ver nos acordos passados o que o Governo cumpriu. Cumpriu aqui, cumpriu ali porque o que aconteceu é que ninguém acreditava na palavra dada por quem quer que fosse. Ao longo do tempo, os acordos feitos, inclusive a primeira renovação da CPMF no atual Governo, Governo Lula, não foram cumpridos. Daí por que, Senador Arthur Virgílio, parabênize V. Ex^a. Sinta-se um vitorioso. Se levar uma pancada aqui, outra ali, siga em frente. A tese do jabuti: o Jabuti está andando, quando vem pancada, ele esconde a cabeça. Fica lá dentro, depois continua andando e chega aonde quer. Parabéns.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela fraterna mensagem.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, hoje é um dia importante, 13 de dezembro, a

Batalha Naval de Riachuelo. E dos marinheiros, aprendemos, o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. V. Ex^a cumpriu o seu dever. V. Ex^a, liderando as oposições, igualou-se ali a Rui, a Joaquim Nabuco, a Afonso Arinos, a Carlos Lacerda, à oposição que é necessária ao aperfeiçoamento E quero manifestar aqui o meu orgulho de ter participado dessa grande batalha de engrandecimento da democracia e deste Parlamento. V. Ex^a foi esse grande comandante. E diria, como o general francês Napoleão, o francês é tímido, mas com um grande comandante, ele vai para os cem. E V. Ex^a foi esse grande comandante de conscientização, da necessidade de uma reforma tributária. Não bastasse o sacrifício de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, quando a carga tributária era menos da metade do que é hoje. Então, V. Ex^a deu essa esperança ao povo brasileiro. E a maior estupidez é um povo sem esperança. E o povo brasileiro a morrer de trabalhar. Está muito bem, muito bom para quem é aloprado do Governo, que inicia pela porta larga, sem concurso, ganhando R\$10.440,00. Então, V. Ex^a deu essa oportunidade de reflexão. Hoje mesmo saiu uma carta do estadista Fernando Henrique Cardoso, buscando que a sabedoria está no meio. É isso que vamos buscar. Mas, para V. Ex^a, nossos parabéns. Recebi milhares de *e-mails*, todos eles enaltecendo o trabalho de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a foi, como é, um grande lutador ao longo da noite, da tarde e da madrugada de ontem. E é, portanto, um dos responsáveis maiores, até pelo discurso candente e brilhante que proferiu, pelo êxito que obtivemos e que, na verdade, visou simplesmente a proteger a economia e o bolso do consumidor brasileiro. Agradeço a V. Ex^a.

Senador Heráclito Fortes, volto ao aparte de V. Ex^a para, encerrando meu discurso, dizer que V. Ex^a tem muita razão quando fala na tentativa de desmoralização das oposições. Aquela história de dividir para reinar. Só que fizeram de um jeito canhestro, provinciano. Havia arautos do Governo proclamando que estava tudo certo, que já havia um acordo institucional. Isso equivalia, por exemplo, a me desmoralizar. Admito todas as hipóteses. Admito estar falando aqui e, de repente, desabar esse teto na minha cabeça. Não morre ninguém, só eu. Isso pode acontecer. Desmoralizar-me, acho difícil. Acho impossível, literalmente impossível que aconteça algo parecido com alguém me desmoralizar. Mas estavam aí arautos de vários tipos, espalhando que havia acordo institucional, pessoas supostamente bem informadas, supostamente com credibilidade junto à mídia, tem acordo institucional. Vim para a tribuna dizer que não tinha acordo

institucional nenhum, até porque não havia passado esse acordo pelo Presidente do Partido, Senador Sérgio Guerra, não havia passado esse acordo pela liderança do partido e, portanto, não havia passado pela bancada de Senadores do PSDB. Era a tentativa clara, sibilina, sub-reptícia, perversa, de separar companheiros de companheiros. Não tenho esse estilo. O meu estilo é muito fácil. As pessoas podem gostar de mim com muita facilidade e podem desgostar também com muita facilidade. Tenho dificuldade de esconder do que gosto e de proclamar do que não gosto. Fomos tocando, vendo que o Governo... A pergunta que faço finalmente, Senador Heráclito e Senador Mão Santa, é essa: a proposta de ontem que é razoável, prorrogação por um ano, reforma tributária neste ano, e só depois disso veríamos se manteríamos CPMF dentro da reforma tributária, com alíquota menor, claro, se fosse o caso... Peço tempo para concluir... dinheiro a mais para a saúde. O Senador Tasso Jereissati provou que a proposta continha um engodo no nascedouro, mas a proposta em si não era ruim. Àquela hora, seria um deboche nós aceitarmos, um deboche contra nós mesmos aceitarmos aquilo; àquela hora, seria decepcionar milhões de brasileiros que estão esperando de nós firmeza, caráter, retidão, caminhar em linha reta, nada de política antiga, de ficar com jogo de empurra para cá e acolá, mas definir, deixar as pessoas gostarem da gente, se quiserem gostar e não obrigar as pessoas gostarem da gente pela indefinição. Nada disso; clareza. Se essa proposta, Senador Mão Santa, tivesse sido feita lá atrás, quando o Ministro Mantega recebeu a mim, ao Senador Jereissati e ao Senador Sérgio Guerra, muito dificilmente nós não teríamos feito acordo, Senador Paim. Teríamos feito acordo. Mas o Ministro Mantega ficou naquele jogo de empurra também ele próprio, um tico-ticozinho para cá, um tostãozinho para acolá, uma enganação como se nós não soubéssemos fazer conta. E nós comemos a comida do Ministro, que era sofrível – eu não gosto de comer carne vermelha, e ele me obrigando a comê-la, enfim, e comendo então mais arroz, sendo que também não gosto de abusar do arroz. Uma vez ele serviu peixe, não posso me queixar. Ele propunha coisas que poderiam servir para o adesista. O que o adesista quer? Ele quer um cargo, ele quer uma vantagem pessoal, ele quer um lugar para colocar o propineiro dele, para que este obtenha recursos para ele fazer campanha ou fazer sei lá mais o quê. Então, o adesista não quer passar por adesista; o adesista quer um pretexto. Qual o pretexto para o adesista? É fazer uma proposta fictícia – tecnicamente bem montada, mas fictícia – para o adesista chegar a sua base e falar assim: “Olha, eu não aderi por causa de cargo, eu aderi por causa des-

sa proposta aqui”. A gente vai esmiuçar a proposta e é água com açúcar, não tem nada a ver. Mas o adesista morre dizendo que não foi por causa do cargo, não; que ele não gosta de cargo; que ele gostou foi daquela proposta que desonera o Brasil em dez tostões, enfim. Para nós, não! Nós, que não queríamos cargo algum, que não somos adesistas, queríamos uma proposta de verdade. Se tivessem feito essa proposta lá atrás... E eu fiz essa proposta ao Ministro Mantega. Eu disse: “Ministro, prorrogamos por um ano, fazemos a reforma tributária e jogamos mais dinheiro para a saúde”. E ele: “Não pode, porque não dá tempo de ir para a Câmara e de voltar para cá”. Àquela altura, há dois meses e meio, não dava; ontem, queriam-nos convencer de que ontem dava.

E nós estávamos ontem em 12 de dezembro, a poucos dias do Natal, a poucos dias do Ano Novo e a poucos dias do encerramento das possibilidades de votação dessa matéria. Ou seja, faltou sinceridade. Vamos fazer um jogo honesto aqui. Faltou sinceridade. E, se faltou sinceridade, como é que nós podíamos embarcar nessa canoa? Se o Governo faz uma auto-crítica e se dispõe a separar, a saber quem é que quer cargo dele, quem é que quer vantagens pessoais e quem não as quer, quem quer discutir o País, aí ele pode, sabendo que nós queremos discutir o País, vir conversar conosco. E nós vamos conversar com o Governo, do Presidente da República a quem mais precise. Agora, misturar alhos com bugalhos é que não dá. Nós não queremos entrar nesse jogo da falsa ideologia, de jeito algum. Nós não queremos. Queremos ser tratados com a nossa personalidade.

Mais ainda, se o Governo tivesse, ele próprio, o caráter forte de perceber que, compondo conosco, poderia colocar fora do seu Governo – e nós não queremos entrar em governo algum, queremos participar de projetos do Brasil – poderia jogar a turma dos cargos toda fora...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer fazer a reforma tributária? Faz com a gente aqui, que nós substituímos os votos dos fisiológicos. Quer fazer uma reforma tributária de verdade? Faz conosco que não vai precisar dar cargo para ninguém, não tem de dar Ministério para ninguém. Pode por técnico em tudo que é Ministério que nós não queremos nenhum. Nós queremos é fazer a reforma tributária. Mas o Governo fica híbrido, fica hermafrodita, quer nos dividir, não quer ser sincero conosco e reclama quando conversa conosco da voracidade de certos aliados seus. Ou acaba com esse hermafroditismo político ou não se entende para valer nem com os seus fisiológicos nem

com os seus adversários que querem fazer um jogo leal a favor do País.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro, dizendo que é oportuna a nota à imprensa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e dizendo que meu Partido e as Oposições ontem se afirmaram.

Mais ainda, o Congresso Nacional se afirmou, através do Senado, porque foi uma das tardes, noites e madrugada mais bonitas que já vi do ponto de vista dos choques de idéias. Manifestaram-se, legitimamente, os que entendiam que era fundamental aprovar a CPMF, e manifestaram-se, legitimamente, aqueles que entendiam que o Brasil deveria, naquele momento, por várias razões, recusar a prorrogação do imposto. Terrível é, depois do resultado estampado no painel eletrônico, tentarem desqualificar o voto dos que opinaram livremente e foram vencedores, soberanamente vencedores, contra a prorrogação do imposto. Terrível é isso. Isso só dificulta os passos futuros e o entendimento que propus, e sobre o qual espero respostas. Que as respostas não sejam os dichotes do Presidente, que não sejam as pilhérias, porque eu não estou aqui para brincar. Pilhéria eu faço com meus amigos nos sábados e domingos. Eu não faço pilhéria quando se trata da vida pública, que exerço com dignidade e com altivez, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao ex-Presidente e Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Wellington Salgado a gentileza de proporcionarem-me a possibilidade de ocupar a tribuna neste fim de tarde de quinta-feira no Senado Federal.

Não poderia deixar de fazê-lo, Sr. Presidente, porque venho para prestar uma homenagem a um dos maiores homens do Brasil, personalidade que não se repete, com facilidade, ao longo dos séculos. Venho falar de Oscar Niemeyer, que, no próximo sábado, completa 100 anos. São 100 anos de glória e de orgulho para o nosso País. Não queria deixar que essa ocasião ficasse sem registro nos Anais do Senado Federal. Minha formação de político e de intelectual não me permitiria deixar de fazer este registro nesta tarde.

Sr. Presidente, a pedido de Oscar Niemeyer tive a oportunidade de apresentar no Congresso Nacional um projeto de lei criando o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Arquitetura, projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e

remetido ao Poder Executivo para que seja sancionado amanhã, em uma homenagem a Oscar Niemeyer.

A arte brasileira, Sr. Presidente, é pouco conhecida no mundo. Uma exceção singular é a obra de Oscar Niemeyer. Ele é hoje, universalmente, considerado o maior arquiteto contemporâneo. Ao completar 100 anos, Niemeyer continua seu trabalho de criador, num exemplo extraordinário a todos nós.

A definição do que é arte é um desafio milenar. Não é beleza, mas é também beleza; não é emoção, mas entra pelos sentidos; não é espanto, mas espanta; não é tempo, mas é imortal. É, sobretudo, poíesis, isto é, ação criadora. Isto que distingue a humanidade: a capacidade de, do não, fazer um ser, um novo ser, único e nunca antes feito. Da imaginação, do sonho, do gesto surgir o verso, a linha, a cor, o espaço, o concreto. E é, por outro lado, technè, como fazer.

A obra de Oscar Niemeyer é toda ela feita dessa gestação de formas e espaços. Assim, ele incorporou Brasília ao imaginário do nosso tempo, com seu atestado de autenticidade dado por André Malraux, que declarou que a maior invenção da arquitetura moderna, desde as colunas gregas, eram as colunas projetadas por Oscar Niemeyer para o Palácio da Alvorada.

A arquitetura foi, na visão de filósofos e políticos, a mais importante de todas as artes. Reunia ela a dificuldade da arte à dificuldade de conquistar os materiais, de resolver os problemas da forma aos problemas da função. Símbolo de poder, a ela coube a tarefa de perpetuar os faraós, deuses encarnados, em suas viagens de volta ao céu.

Uma questão, portanto, se coloca desde logo: como avaliar a arquitetura? Vitruvius, nos Dez livros da Arquitetura, falava em *firmitatis, utilitatis, venustati*, isto é, permanência, utilidade, beleza. Le Corbusier falava no *jogo magnífico das formas sob a luz*. Sinclair Gauldie diz que ela *pode agradar tocando nosso apego ao familiar; pode deliciar tocando nossa capacidade de se maravilhar; e pode pasmar ao levar essa capacidade quase ao limite do medo*.

Formas, função, presença da paisagem, é certo que nossa avaliação da arquitetura passa sempre pelo teste do tempo. Ao contrário da obra literária, a obra arquitetônica tem o requisito especial de precisar atravessar gerações. São exemplos os zigurates de Ur, os jardins suspensos de Nabucodonosor, que se tornaram tão abstratos quanto a torre de Babel ou o templo de Salomão, um exercício de reinvenção.

A arquitetura que sobrevive pode passar pelo exame da emoção. Imhotep inventou há mais de 4.500 anos, em Zoser, as pirâmides que fizeram sonhar Napoleão, em Gizeh. O Egito era povoado desses tem-

plos colossais que parecem se incorporar ao deserto: Deir-el-bahari, Karnak, Luxor.

O espírito contrário da Grécia, todo ele de libertação do homem – dos deuses, do tempo e de si mesmo – revelou-se na criação da leveza, das colunas que se erguem como palmeiras, imortais não pela força, mas pela beleza. As entasis, que fazem uma ligeira curvatura nas colunas não se sabe para quê, mostra que elas eram resultado de uma sofisticação difícil de explicar a não ser pela busca da perfeição. Vi Palmira, vi o Parthenon e os outros templos na Acrópole. No mundo mediterrâneo se encontra a todo instante essa presença que, mais que nenhuma outra, se aproxima do que ainda é nossa percepção do belo.

Roma reinventa os processos construtivos, retira a arquitetura dos deuses e a incorpora à vida cotidiana – em termas, circos, aquedutos, fóruns -, diferentemente daquela arquitetura dedicada aos mortos, esta era uma arquitetura dedicada aos vivos, à vida. Então, a transforma em instrumento de domínio. A invenção do concreto e do cimento hidráulico, a aplicação de normas, programas, métodos permitiu que surgisse a busca da conquista do vão livre – e nesse terreno ninguém pode exceder a Oscar Niemeyer. Com Adriano, o Panteão – dito de Agripa, de que incorporou o pórtico – tornou-se o mais extraordinário de todos os monumentos, sonho e desafio dos grandes arquitetos.

Associar o nome aos grandes trabalhos públicos tornou-se obrigatório desde César.

Mas não devo falar só da antiguidade ocidental. De Angkor e das cidades khmer, às pirâmides do Sol e da Lua em Teotihuacán, à cidade maia de Chichén Itzá, à fortaleza inca de Sacsayhuamán, à Grande Muralha e ao Templo do Céu, na China, aos palácios de Kyoto e aos templos de Nara, no Japão, aos de Ellora, Madura e Elefantha, na Índia, ao Taj Mahal, ao Alhambra, à Mesquita de Córdoba, no mundo islâmico, todas as civilizações alcançam sua realização suprema pela arquitetura. E esse é o sentimento mais forte que o viajante encontra ao visitar o mundo.

O poder se manifesta pela arquitetura em todas as suas faces. O extraordinário trabalho coletivo de construção das catedrais – Notre Dame de Paris, Chartres, Reims, a Batalha -, a sofisticada encomenda de cidades poderosas – São Marcos e o palácio dos Doges, para Veneza, o Duomo de Brunellesco e a Piazza della Signoria, para Florença -, a competição dos mercadores de Vicenza e Verona, no entorno do rio Brenta, pela obra de Palladio, a decisão de papas – São Pedro, a Capela Sixtina – ou do Imperador convertido – Santa Sofia -, os arranha-céu de Chicago e Nova York, são todos formas de afirmação que ultrapassa, mais que tratados ou guerras, mais que qualquer outra forma

de arte, as fronteiras do tempo, do conhecimento, do imaginário para se fixar na capacidade humana.

Ao mesmo tempo que se definia o conceito de Estado, com o renascimento, a construção dos palácios reais tornou-se uma forma de identidade entre o Estado e o Rei. O caso francês é exemplar: aos palácios do Loire que substituíram os velhos castelos como o de Chinon – Blois, Chenonceau, Amboise, Azay-le-Rideau, e o mais belo, Chambord – sucede a aventura de Versailles, reflexo do Rei-Sol, Luís XIV, e de sua idéia de que *l'état c'est moi*.

Quando Hitler subiu ao poder, sua obsessão era por construir uma arquitetura capaz de superar as outras arquiteturas existentes na humanidade. Ele queria perpetuar-se por meio da arquitetura e fazia, ele mesmo, algumas projeções. Quando Paris foi ocupada, ele quis ir, nas 24 horas que passou fora da Alemanha, ver os Inválides para olhar ali a sombra de Napoleão. Seu arquiteto, Albert Speer, que foi Ministro dos Armamentos, conta que a destruição de Paris não foi feita porque ele convenceu Hitler, argumentando que, se destruísse Paris, deixariam de ter a comparação da arquitetura que eles estavam criando. Diante desse argumento, o ditador, o tirano parou e disse: “É, realmente precisamos superar todas as arquiteturas do mundo.”

A aventura de Brasília, portanto de Oscar Niemeyer, se insere nessa linha extraordinária da passagem do homem pela face da terra deixando obras que serão eternas como o próprio mundo. Tem o sentido, desde o primeiro instante, de realização do Estado e realização de um País.

O que Juscelino Kubitschek fez foi o que nós fizemos: o *sonho imortal do Patriarca*, a construir o nosso passado no futuro, fazendo o que o Pe. Vieira sonhava na sua *História do Futuro*. Fizemos, Oscar Niemeyer fez o monumento de celebração a nosso tempo e nossa civilização brasileira.

Faço um parêntese para dizer que tenho um grande orgulho, Sr. Presidente, de, em 1961, quando Jânio Quadros assume a Presidência da República e, da Fundação Cultural de Brasília, ter composto a diretoria com três nomes: um era Oscar Niemeyer, o outro era o grande poeta brasileiro, o maior poeta vivo do País, que é Ferreira Gullar. E convidou-me para participar também desta comissão.

Sr. Presidente: Quando, no começo do século XX, Oscar começou a trabalhar – sem remuneração – no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão, tinha apenas a mostrar seu extraordinário talento de desenhista. Aconteceu pouco depois – já o escritório de Lúcio Costa na Avenida Rio Branco estava fechado – que Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade – aquele que fundou verdadeiramente o que

chamamos a defesa do patrimônio histórico nacional – convenceram Gustavo Campanema, então Ministro da Educação e Saúde, a reexaminar o concurso para o projeto da sede do Ministério. Convocaram então Lúcio Costa e, através deste, Le Corbusier, primeiro para o projeto da Cidade Universitária na Mangueira – creio que onde hoje é o Maracanã – depois como consultor no estudo do Ministério.

A oportunidade faz a História. O jovem Oscar Niemeyer, acompanhando Le Corbusier para fazer croquis e perspectivas, apresenta à equipe de arquitetos experimentados o seu estudo revolucionário, rompendo com a proposta do seu grande mestre: o grande pilotis, o corpo independente dos salões nobres com o auditório. A generosidade de Lúcio foi decisiva, pois este abandonou os outros estudos e fez construir a idéia de Niemeyer. Com a sede do Ministério da Educação e Saúde o Brasil tornou-se um dos condutores da arquitetura moderna e Oscar passou a ser saudado ao lado dos grandes pioneiros, Le Corbusier, Mies van der Rohe, Walter Gropius.

Não vou repetir detalhes da história de Oscar Niemeyer, de todos conhecida: o seu trabalho em Pampulha – aí já devemos elogiar Juscelino, pela sua visão em convidar aquele jovem gênio; a sede das Nações Unidas, quando ele vence o concurso com os grandes arquitetos do mundo; os palácios de Brasília; os projetos de São Paulo, Turim, Paris, Havre, Argel, Constantini; a costa de Niterói, onde se ergue aquela flor, que é um museu colocado à beira da baía e que é, sem dúvida alguma, uma das coisas mais extraordinárias produzidas pelo gênio de Niemeyer.

Oscar soube construir, ser um arquiteto com o mais extraordinário acervo do nosso tempo, soube fazer as concessões que viabilizaram sua obra, mas também deixa uma coleção de projetos que infelizmente não se realizaram, como o Museu de Caracas; a Pirâmide Invertida, que se apóia sobre a montanha; o Centro Musical do Rio de Janeiro e a Mesquita de Argel, flutuando sobre as águas de aquém e além mar; o Centro Cívico de Argel e o Centro de Negócios de Miami, símbolos de duas concepções do mundo; e os grandes edifícios residenciais, o da cidade de Nogueira e o de Curicica, na Barra da Tijuca, em que ele reinventava a idéia do edifício de apartamentos, levando adiante os conceitos de Le Corbusier e criando ruas e jardins suspensos, uma outra civilização.

Na obra realizada há de tudo. Há sede de poder, há universidades, há escolas, há palácios, há tribunais, sede de partidos, igrejas, catedrais, mesquitas, hospitais, museus, terminais rodoviários, prédios de escritório, prédios de apartamento, residências, mobiliário. Em tudo, nesses longos repertórios que a imprensa, com

razão, divulga, a mesma atenção, a mesma seriedade, a mesma inteligência, a mesma descoberta. Uma obra que passou pelo julgamento do tempo – os prédios de Brasília, que fazem hoje parte do Patrimônio da Humanidade -, passou pelo julgamento da utilidade, pois é usada por tantos, de tanta parte, e passou pelo maior julgamento, que é o julgamento da beleza.

Mas, como disse, não vou repetir a história de Oscar Niemeyer. Quero apenas falar, para finalizar, das duas faces de sua personalidade. A primeira é a sua coerência de artista, com uma obra que se afirmou na beleza, mas, sobretudo, pela busca constante do que ele chama de invenção. Essa visão que descobre no Palácio dos Doges, em Veneza, em que os princípios construtivos são explorados no limite das possibilidades e que o permite fazer os maiores vãos que a arquitetura conhece e, ao mesmo tempo, conseguir a completa intimidade da Casa das Canoas, essa obra prima de integração com a natureza. O respeito e a espontaneidade do traço – às vezes difícil de encontrar, como mostram os estudos do Centro Musical do Rio de Janeiro -, estabelecendo um sentimento permanente do novo.

Mas quero falar também de sua coerência humana. Jovem ainda, optou por se dedicar ao socialismo, a mais generosa das opções da história da política. Foi comunista, enquanto existiu o Partido Comunista; continuou comunista, depois que desapareceu o Partido Comunista. Sua crença na necessidade de uma solidariedade absoluta, sua dedicação à amizade e à vida são uma das grandes lições de nosso tempo.

Tive um desses privilégios na vida, de conviver com Oscar Niemeyer. Presidente da República, chamei Oscar de volta a Brasília, onde recriamos o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e fizemos várias obras. Agora, fico feliz de ter contribuído para uma homenagem, que, por meio dos arquitetos brasileiros, o Congresso Nacional presta a Niemeyer: como disse no início das minhas palavras, apresentei o projeto que o Congresso aprovou da criação dos Conselhos de Arquitetura, dando autonomia à representação dos arquitetos, que era até agora incluída nos Conselhos de Engenharia. É um marco na história dos arquitetos brasileiros, pequena estrela na gigantesca galáxia que é Oscar Niemeyer.

Termino essas palavras dizendo, Sr. Presidente, que, se a arte brasileira brasileira tem pouco reconhecimento internacional, ela tem a extraordinária presença de Oscar Niemeyer no mundo inteiro, com o seu gênio, com a sua capacidade, com a sua capacidade de invenção e de reinvenção a qualquer tempo.

Podemos vê-lo completar 100 anos depois de amanhã, todos nós contemporâneos deste tempo, de-

bruçado na sua prancheta, com seu lápis na mão, com seu desenho genial, a construir formas, a desenhar formas, a desenhar e inventar estruturas, curvas que certamente ficarão para a eternidade com a representação do gênio da arquitetura brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um artista homenageia outro artista. Outro dia, eu o ouvi no rádio declamando São Luís, a cidade de São Luís quando comemorava dez anos de Patrimônio da Humanidade. Eu pensava que era o mais belo discurso pelo amor que o senhor dedicava a São Luís. Foi belo, e eu o ouvi no rádio. Mas hoje V. Ex^a... O Niemeyer é artista, V. Ex^a também. Ninguém melhor do que V. Ex^a para fazer uma homenagem, pelo artista que V. Ex^a é, o artista do saber, da cultura, da sinceridade. Por Niemeyer todos temos um encanto, como todos temos um encanto por V. Ex^a. O Juscelino conta no livro dele que viu dois cabeludos hippies, eram o Lúcio Costa e Niemeyer, entregando-lhe a Pampulha, a igreja em que, com sua inteligência, no lugar de botar o lobo de São Francisco, botou um cachorro, porque traduz o sentimento da nossa cultura. E para celebrar a primeira missa lá só quando o Juscelino foi Presidente. E aí que adentrou e fez Brasília. Mas Niemeyer tem uma característica, me empolgo com o livro dele, essa Brasília que vê o amor. E ele diz no livro que não ganhou dinheiro aqui não. Teve oportunidade de orientar muitos arquitetos, muitos engenheiros. Só conseguiu uns empreguinhos para os amigos. E ele diz, com espontaneidade, que foram três, para conviverem naquele tempo da construção de Brasília. Era um médico, que era amigo, pediatra, um goleiro que era ruim e um para cantar. Só esses empregos. Quer dizer, o interesse que ele teve foi deixar essa obra magnífica para o mundo todo. Então, quero me associar a V. Ex^a. Para complementar essa sua oratória, que foi divina, só falando de Deus. Mas, no livro de Deus, diz assim: Deus concede àquele que Ele escolheu longevidade para que, até o fim de sua vida, exerça sua profissão. Está aí Niemeyer. De V. Ex^a não posso dizer isso, porque V. Ex^a está muito novo. V. Ex^a parece um cinquentão, está igual ao Clark Gable e Errol Flynn. Mas o Senado, depois daquele calor da democracia, hoje recebe o calor, sem dúvida, do pronunciamento mais bonito que vi na minha vida.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Sempre digo que suas palavras a meu respeito têm a parcialidade do seu coração, da sua amizade e da pessoa humana que V. Ex^a é.

Eu quis falar nesta tarde, antes que a data acontecesse, os cem anos, depois de amanhã. Por isso estamos aqui neste silêncio desta noite, mas debaixo do

gênio da invenção de Oscar Niemeyer, que projetou esses espaços que nós aqui diariamente percorremos.

V. Ex^a falou da poesia de São Luís. São Luís também tem uma grande e bela arquitetura. A arquitetura do seu tempo, arquitetura colonial, que não tem a individualidade dos prédios, mas sim a beleza do conjunto. A beleza do casario que se derrama sobre a cidade, sobre as elevações da cidade, onde não distinguimos quase os prédios, mas distinguimos seu conjunto. E nesse conjunto, vemos uma cidade iluminada pelos azulejos, uma cidade de louça também feita pelo gênio daqueles que começaram a amar aquele solo, e através de materiais muito pobres daquele tempo, através da pedra, do barro.

Outro dia eu disse nesta Casa que eles não tinham aqueles materiais com os quais se construíram os grandes monumentos da arquitetura, não tinham o granito, não tinham o mármore, não tinham o ouro, não tinham a prata, mas tinham a simplicidade e a visão dos espaços. É essa visão do espaço colonial, da beleza, que São Luís no dá e que nos chega até hoje, muitas vezes, dentro desse espaço, fazendo com que a gente sinta profundamente a solidão e o misticismo.

Pois bem, Niemeyer foi o poeta das formas. O poeta cria mundos, o poeta inventa, o poeta sonha. E nesse sonhar – dizia Borges – não pode sonhar duas vezes, porque um sonho só se sonha uma vez. Quando se sonha duas vezes, ele já é um segundo sonho.

Oscar conseguiu transformar os sonhos em pedra, porque, na beleza dos poemas que construiu em pedra, ele ficará para a eternidade. E na sua eternidade ele levará o Brasil.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Presidente Sarney, sei que V. Ex^a já acabou de discursar, mas gostaria de dizer que tive oportunidade também de conhecer o arquiteto Oscar Niemeyer. Fizemos um projeto em que publicamos um livro com todas as obras dele. Eu gostaria de presentear V. Ex^a neste momento com esse livro e vou fazer uma dedicatória para guardar este momento do discurso dos 100 anos de Oscar Niemeyer. Esse livro que contém todas as obras do grande arquiteto do Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não entendi bem. O livro é de autoria de V. Ex^a?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, o livro contém todas as obras de Oscar Niemeyer. Nós fizemos uma cooperação e editamos mil livros.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a vai-me deixar aqui invejoso; gostaria também de ter acesso a uma obra dessa natureza.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mandarei, mas, primeiro, o Presidente Sarney.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente, primeiro a hierarquia, mas lembre-se também dos seus colegas de baixo clero, aqueles que sofrem com V. Ex^a na madrugada de votação.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Claro.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado pelo seu aparte e pelo livro.

E, assim, deixo a tribuna certo de que prestei uma homenagem, que não foi só minha, mas de todo o Senado da República, de todos os Senadores e de todos os brasileiros a um grande brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Sarney, a Presidência toma a liberdade de dizer que a homenagem que V. Ex^a fez hoje ao grande Oscar Niemeyer é também de toda esta Casa e, naturalmente, da Mesa do Senado da República.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Sarney, de propósito não aparteei V. Ex^a. V. Ex^a é aquele que tem inspiração, tem raciocínio e carrega-o consigo para onde for. De forma que a homenagem que eu poderia prestar foi ter cedido o meu espaço para que V. Ex^a saudasse os cem anos dessa figura extraordinária que é Oscar Niemeyer.

Antes de falar, Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas a Cláudia Lyra. Hoje ela vai fazer uma festa comemorando o aniversário; estava marcada para as 20 horas. Eu tinha feito um apelo aqui para que os companheiros desistissem de falar e pudéssemos todos sair mais cedo – estamos cansados; o dia ontem foi puxado –, mas não houve solidariedade. Já que não há solidariedade, eu peço desculpas, Cláudia. Vou tentar ser breve, e, infelizmente, você vai chegar um pouco atrasada. Mas é sempre assim, as estrelas nunca chegam antes, elas chegam sempre depois e são esperadas com ansiedade por quem quer homenageá-las.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, eu quero aproveitar a oportunidade da sua fala para dar os parabéns a nossa querida Cláudia Lyra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos vivendo aqui a ressaca de um dia muito importante para este

Congresso. Mas se ele foi importante para o Congresso, Presidente Sarney, ele foi mais importante ainda para o Governo. E se ele foi importante para o Governo, com certeza foi importante para o Brasil.

Nós vimos uma seqüência de erros que culminaram com a votação de ontem. O Governo sem querer dialogar, sem aceitar dialogar, querendo empurrar goela abaixo uma renovação de uma contribuição que ele próprio, no início da gestão do Presidente Lula, se comprometeu a rever. Depois de aprovado, nunca mais deu a menor satisfação aos Partidos que lhe deram àquela época um crédito de confiança sobre o andamento das alterações que deveriam ser feitas para mais uma prorrogação do fundo em tela. Mas nós não vimos isso! Nós vimos o Governo tentando dividir, a todo custo, Senador Dornelles, a Oposição. O Governo não jogou, de maneira honesta, com a Oposição nessa questão. Senador Dornelles, o Governo procurava Senadores e procurava Governadores. E, para cada um, com uma linha de raciocínio, fazendo isso tudo com um único objetivo: rachar a Oposição no Senado e desmoralizar o Congresso. Coisa que vem fazendo. O Governo, nos últimos quatro anos, especializou-se em desmoralizar a Câmara dos Deputados. A Câmara passou por uma crise terrível de credibilidade; o Senado ficou imune.

Este ano, a Câmara, combatida, o Governo voltou suas armas para desgaste do Senado. E o Governo, impiedoso, não se incomoda sequer se, no envolvimento de uma crise dessa natureza, estão aliados de primeira hora. Na CPMF, o que fizeram: o Presidente agride os Democratas em duas ocasiões. Depois, vai, no início da manhã, tomar café com o Governador do Distrito Federal. E, aí, começam as especulações de que outros Senadores participaram desse encontro e que houve promessa disso e daquilo.

Senador Wellington Salgado, V. Ex^a foi um dos maiores batalhadores nessa luta, reconheço, mas há de convir que não se discutiu com os Senadores da Oposição nem ao plenário se trouxe a discussão específica sobre o assunto da CPMF. O que se trazia aqui é que se Senador tal votasse e que se a bancada tal o apoiasse iriam renovar a dívida em condições vantajosas, como se aquilo não fosse uma balela. O Senador Sarney sabe bem o que é isso. A legislação brasileira e a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitem tratamento diferenciado em questões iguais. Discutiu-se aqui a liberação de emendas. Discutiu-se aqui DAS. Na Câmara, o assunto ficou paralisado por quarenta, sessenta dias, enquanto não se resolveu o capricho pessoal de um parlamentar de força que queria porque queria Furnas. Enquanto não a recebeu, guardou

onde quis, na gaveta – espero que sim –, o assunto. E lá tudo aconteceu.

Queria o Governo que aqui no Senado os fatos fossem votados a toque de caixa, sem nenhuma discussão. O Governo não teve a preocupação, Presidente Mão Santa, de ter uma unidade no discurso. Senador Wellington, observe o discurso dos que fazem a base e verá que, na sucessão de oradores, cada um tinha um ângulo diferente. Para uns, o Governo estava cheio de dinheiro; para outros, o Governo estava na penúria; para outros, o Governo, apesar de você, resolveria a questão. Não houve, em nenhum momento, uma discussão clara para se encontrar uma solução para o impasse.

Eu fico estupefato quando vejo lideranças responsáveis do partido dizer aqui que foram surpreendidos da noite para o dia e que o orçamento brasileiro está comprometido e que a responsabilidade é de quem não votou a favor da CPMF, e por aí vai. Essas pessoas não reconhecem ou sequer abrem os jornais dos dias anteriores para ver que os fatos não se passaram bem assim. Procuraram-se, sim, garantias, garantias para que o investimento, Senador Wellington, fosse na saúde, mas fosse o investimento para a saúde da CPMF e também o orçamentário. O que ocorreu é que este Governo que tanto combatia o Fundo Monetário, os pagamentos da dívida externa não só caiu em tentação como pagou inclusive dívidas adiantadas, com o dólar a US\$2,85, quando se convive hoje com a realidade do dólar a pouco mais de R\$1,70. V. Ex^a que é aplicador sabe melhor do eu.

Não se defendem causas com meias verdades. A imprudência daquela carta na madrugada não fazia mais nenhum sentido. Ainda bem que tivemos pessoas equilibradas, como o Líder Romero Jucá e o Senador Valdir Raupp, que, sabendo que o resultado seria inevitável, diminuíram a agonia, dando tempo inclusive para que o Senador Wellington ainda pudesse se abastecer de uma sopa em um dos poucos restaurantes abertos da cidade. Dizem uns que maravilhosa; outros, que horrível. Questão de gosto de cada um.

Sr. Presidente, a arrogância nunca foi boa companheira do sucesso das pessoas. O Ministro Mantega deve ser um extraordinário homem de contabilidade, mas um péssimo homem de comunicação. Prestou um péssimo serviço ao Governo durante todo esse tempo. Chegou ao ponto de hoje irritar uma das pessoas mais moderadas e tranquilas que conheci ao longo da vida, o Senador Dornelles, com a ameaça descabida que fez de retirar do Congresso, Presidente Sarney, uma lei, como se lei fosse uma peça para tecnocrata fazer dela o que quer. Veja a que ponto chegamos!

É evidente que o poderoso Ministro Mantega encontrará alguém aqui que fará em nome dele – tentará fazer –, mas mesmo assim não poderá. Retardar? Pode. Modificar? Também. Retirar? Não!

Tenho muito medo de o Ministro Mantega daqui a pouco queira modificar a Constituição. V. Ex^a, Senador Sarney, presidiu este País no momento mais difícil da vida. Sofreu vitórias, sofreu derrotas no Congresso e absorveu todas elas de maneira democrática. Não fez ameaças, e o País não acabou.

Estamos aqui e, graças à semente plantada naquela época, é que alguns arrogantes conseguem falar com a segurança que estamos vivendo em uma democracia.

Tenho muito medo, Senador Sarney, quando a arrogância começa a campear e a varrer todo o nosso continente. Quando o País, não sei se por displicência ou de propósito, começa a não respeitar mais o direito das pessoas.

Os jornais hoje noticiam, por exemplo, que dois músicos cubanos fugiram em Recife.

A história de fugir ou de desaparecer não entendo bem, Senador Wellington, porque eles estão no Brasil e são cidadãos livres. Não andam encabrestados. O passaporte lhes dá direito de circular, mas, se for verdadeira a informação, Sr. Presidente, é grave.

Já corre uma versão sobre esses dois músicos de que eles receberam visto de sete dias para o Brasil. Essa não é a tradição brasileira. Está se atendendo a um capricho do Governo cubano? É preciso que esse fato fique bem claro!

O Brasil tem tradição de conceder visto de 90 dias. Visto de 7 dias eu não conheço. É preciso esclarecimento. Fiz até, Presidente Sarney, um apelo ao Ministro da Justiça e à Polícia Federal para que não repetissem nesse episódio o que aconteceu com os boxeadores. É muito grave! Peço que o Governo brasileiro não se acocore nessas questões para não acontecer o que está acontecendo com relação inclusive ao episódio dos boxeadores. Fizemos um pedido de informações sobre o avião que transportou os boxeadores para Cuba em 22 de agosto e, até hoje, não recebemos resposta. Uma agressão à Constituição! E olha que o meu amigo Ministro Jobim não pode desrespeitá-la porque ajudou a fazê-la. Foi Ministro da Justiça. Foi Ministro do Supremo e Presidente. Esse requerimento até hoje não foi respondido.

Um outro, porque é uma história interessante, Presidente Sarney, não sei se V. Ex^a, que tem boa memória, recorda.

Num determinado momento, a Polícia da Argentina prendeu os passageiros de um avião que carregava cerca de US\$800 mil, supostamente para uma cam-

panha eleitoral. Não importa o destino. O importante era que o dólar era ilegal. V. Ex^a, o Ministro Dornelles, que são amantes da aviação, sabem muito bem. O avião que transportava essas malas de dinheiro era um avião Citation V, não tinha autonomia para fazer o vôo direito a Buenos Aires e desceu no Brasil para abastecer. Ou não desceu? É preciso saber onde. É preciso que o Governo brasileiro diga onde desceu, quantas pessoas havia, aquela vistoria obrigatória que deve ser feita em avião estrangeiro que toca no nosso território; o que trouxe, o que fez, quem fez a vistoria, quem foi o responsável por essa vistoria. Ficamos aí omissos. A Polícia de Miami prendeu ontem, segundo os jornais, exatamente os envolvidos nesse episódio, e o chefe é um velho conhecido no Brasil.

Presidente Sarney, temos que ver tudo isso, cuidados. Mas sabe o que é, Presidente? O Governo tem duas linhas de política externa: uma oficial, promovida pelo Itamaraty; outra lá por aquele assessor que foi flagrado naquele gesto obsceno, num determinado momento da história do Brasil. Esse tem compromissos com a integração bolivariana, viaja pelo Brasil afora.

Está semana mesmo falou sobre investimento do Brasil na Bolívia, investimentos da Petrobras, como se a Petrobras fosse dele, e não, Ministro Dornelles, dos acionistas. Como é que a Petrobras pode voltar a investir na Bolívia sem ser ressarcida dos prejuízos que teve recentemente e das humilhações? Estão tentando fazer deste País um quintal, e quintal quiseram fazer do Senado da República, o que não é fácil. Esta Casa não tem o costume de acocorar-se.

Senador Dornelles, não é esquisito? O Governo perdeu por causa de quatro Senadores da sua base. Não era muito melhor ele ter procurado saber quais problemas tinha com a base do que ir mexericar na vida alheia da Oposição? O que é que ele queria com os Senadores da Oposição? Desmoralizá-los? Desmoralizar o Partido? Por que não procurou um entendimento? Porque tudo o que se queria era clareza na aplicação desses recursos, coisa que não há, como não há clareza em muitos fatos que acontecem neste Governo.

Eu vou finalizar, porque estou ansioso para ouvir o Senador Wellington. Mas queria, Senador Mão Santa, dizer que é muito fácil, depois do fato ocorrido, cada um ter a sua solução, cada um reclamar. Hoje, em um programa de televisão, Senador Mão Santa, em Teresina, o Secretário de Saúde – como é o nome dele? É aquele que fez a Cidade Detran, Secretário de Saúde do Piauí. Como é o nome dele, Senador Mão Santa? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Hein?

Fez a Cidade Detran, aquela cidade que ia gerar cinco mil empregos. Como é o nome dele? Bom, o Secretário de Saúde do Piauí – eu não me lembro do nome, desculpe-me, eu sou uma pessoa de boa memória, mas... – botou a culpa em mim e em V. Ex^a. Veja bem, este Secretário, Senador Sarney, durante toda a discussão da CPMF, não me procurou. E, se me procurou, qual é a autoridade que tem para reclamar? Ou é omissos ou irresponsável ou mau secretário – ou as três coisas juntas.

Eu sou uma pessoa aberta. Conversei com o Governador sobre CPMF várias vezes. Resisti a seus argumentos. E quero dizer que V. Ex^a também conversou. É um adversário e uma pessoa em quem não confio, mas estou convencido de que é um homem de fácil trato. Senador Sarney, não sei se V. Ex^a conhece o Governador do Piauí. É uma figura amena, uma figura agradável, bom pai. Para verem que não tenho nada contra ele, digo até que, se eu tivesse uma filha solteira e ele também fosse solteiro, eu teria até o maior prazer que houvesse um casamento – principalmente, com uma delas, que tem a mesma mania dele de dormir até muito tarde. Agora, um Estado para ele governar, eu jamais daria! São duas coisas distintas. Para verem como eu sou justo. Eu podia até fazer isso, Senador Mão Santa, mas o Estado, não, porque está aí... Não é só a saúde do Piauí que vai mal, não. As estradas, as promessas... O Secretário... Vou já lembrar o nome dele aqui. Como é o nome do Secretário de Saúde?

A saúde vai mal, as estradas estão de mal a pior, as promessas que o Governador fez na campanha, Senador Mão Santa, asfalto para todo lugar. Nem um xeique árabe ou o nosso Chávez teria tanta massa asfáltica para... E lá, sabe o que faziam, Senador Sarney? Assinavam o contrato e aí faziam um, dois quilômetros, três, de uma estrada de 100... Tinha umas máquinas passeadoras. Essas as máquinas andavam lá, em cada lugar, uma festa, o final da obra, nunca. E é o Secretário que vem querer me dar lição de moral do que eu tenho que fazer, do que devo fazer. Ele que cumpra com os deveres dele como Secretário e eu cumprirei os meus como Senador da República.

Aliás, foi um dos Deputados mais votados do Piauí, estadual, devia estar na Assembléia cumprindo o seu mandato. Está como Secretário; problema dele com o Governador. Mas, para mim, não venha dar lição, principalmente quem não tem condições e não tem... Por que esse Secretário não nos procurou, Mão Santa, para mostrar as dificuldades? Não era muito mais simples? Não fez como o Governador. Agora vem dar

uma de galo de briga... Joga a responsabilidade, de maneira irresponsável, leviana, inconseqüente.

De maneira que não aceito, continuo com o diálogo aberto com o Governador, com ele já não mais. Eu falo com ele sobre posto de gasolina, falo com ele sobre Cidade Detran, eu falo com ele sobre uma série de coisas, sobre ONG. Quer mais? Vamos.

Falo com ele sobre outro assunto, mas, sobre saúde, não.

De forma que faço este registro para deixar bem claro que, de qualquer maneira, o que o Governo precisa fazer agora é dar a volta por cima. Não adianta chorar sobre o leite derramado. É procurar alternativas. Se quiser e tiver humildade e paciência, poderá ter. Não para evitar o prejuízo. O prejuízo já houve. Na segunda votação, contribuimos para evitá-lo quando votamos a favor da DRU. Mas para diminuir – se quiser, se não quiser, é problema dele – com relação à CPMF.

É um direito passar o sábado, o domingo, a segunda-feira nesta ressaca, nesta caça às bruxas, nesta procura de culpados, porque a melhor maneira, Senador Mão Santa, de se justificar um problema é não assumir a própria culpa e sair jogando em quem estiver mais perto. Mas não resolve.

O Governo deve procurar pessoas abalizadas, de credibilidade, para mandar discutir essas questões aqui. Agora, Senador Wellington Salgado, pessoas que falem e cumpram. O homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada. Talvez se o Governo tivesse cumprido os compromissos assumidos nesta Casa com o Brasil, na renovação no Governo da CPMF, nós não estivéssemos neste impasse de hoje.

O problema do Brasil não é CPMF; a CPMF é um remendo; o problema do Brasil é a reforma tributária, que foi tema de campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na primeira vez e na segunda. Na primeira vez ele iria fazer; na segunda, na reeleição, não teve tempo, mas faria agora. Até hoje não se mexeu uma palha com relação a essa matéria!

Espero que a derrota pedagógica de ontem – que não significa vitória da Oposição, significa apenas mostrar ao Governo que a Oposição está viva – tenha servido e que o Presidente Lula, o Sr. Mantega e outros mais adotem o ensinamento do pernambucano Agamenon Magalhães: o homem público tem que dormir com um alfinete à cabeceira da cama, no criado-mudo, e, de manhã, espetar o corpo para ver que a dor dele é igual à de qualquer um dos seres humanos.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra como último orador inscrito o Senador do PMDB do Estado de Minas Gerais Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, hoje resolvi vir à tribuna porque acho que devemos falar o que sentimos e não podemos deixar passar muito tempo, senão deixamos de sentir a emoção daquele momento.

Nessa madrugada, nós nos reunimos aqui para discutir a CPMF, em um momento bonito do Senado Federal em que o Governo, mesmo com 45 votos e a Oposição conseguindo 34 votos, não conseguimos aprovar a continuidade desse imposto porque teríamos que alcançar 60% dos votos e só tivemos 56%.

Minas perdeu; muitos vão dizer que não, vão dizer que existe dinheiro, tem superávit, mas Minas perdeu três bilhões de reais. Três bilhões de reais é o repasse do dinheiro da CPMF para o Estado de Minas neste ano, de 2007. Repassado obrigatoriamente porque dos 0,38%, 0,20% tem que ir para a saúde e, desses 0,20%, Minas recebia três bilhões de reais.

O Governador Aécio ficou, até o último momento, ligando, falando. Ele é um Governador moderno, um Governador que hoje está em um partido de Oposição ao Governo, mas nem por isso deixa de ser respeitado pelo Presidente Lula. Já participei de almoço em que estava presente o Presidente Lula, o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o Governador de Goiás e foi uma conversa super-agradável; quer dizer, não existe nenhum preconceito do Presidente Lula contra o Governador Aécio.

Essa Oposição que derrubou a CPMF hoje está um pouco assustada. Está assustada. Está lendo os jornais para saber qual é o reflexo, qual é a interpretação; vi alguns líderes de alta plumagem ligando, procurando saber qual vai ser a repercussão.

Mas quando acontece um maremoto, primeiro a água recua, fica tudo calmo, depois ela vem, vem forte. Foi assim que aconteceu na Ásia. A água recuou e, quando veio, veio destruindo tudo.

É um absurdo, Senador Mão Santa, falar que um documento assinado pelo Presidente da República é um documento que não merece consideração. Para mim, um documento, seja ele em que papel for, jornal, qualquer papel, papel que embrulhe o pão, se tiver a assinatura do Presidente, virou um documento muito sério.

Na minha imaginação, acredito que o Presidente Lula jamais poderia pensar que aqui seria derrotada

a CPMF nessa madrugada. Ele sempre acreditou nos políticos da Oposição, nos políticos que já foram governadores, já foram da Casa Civil em governos anteriores. Jamais acreditou que a Oposição pudesse derrubar esse imposto tão importante para a saúde, para o aposentado, para o Bolsa-Família. No entanto, Senador Mão Santa, não adianta chorar, o imposto caiu. Nós da base de apoio, o meu partido, votamos, a maioria, com o Governo, mas perdemos.

Quando chegou aquele documento assinado pelo Presidente Lula e pelos demais ministros, na madrugada, uma das maiores estrelas do meu partido, porque temos também o Presidente Sarney, o Presidente Renan, o Senador Pedro Simon pegou o documento, veio à tribuna e fez um discurso como bem ele sabe fazer.

Mostrou a sabedoria que os anos lhe deram, que a luta pelo PMDB lhe deu, as várias passagens por esta Casa, os momentos muito parecidos. Falou: “Este é o momento de parar! Pára a sessão, vamos voltar daqui a doze horas e vamos refletir sobre este documento. Afinal de contas, está aqui um documento que todo o Congresso sempre quis”. O que é? Cem por cento da CPMF para a saúde. Esse foi o documento que o Presidente Lula assinou. Não adianta pegar o documento, procurar se a vírgula está certa, fazer igual a advogado quando pega documento, lê e vê se a vírgula leva a uma interpretação diferente ou não. Aí pegou-se o documento e começou-se a analisá-lo como advogado. Um documento que o Presidente Lula fez com o coração. Fez o seguinte: olha, não posso perder este imposto para o Brasil, vou negociar, é tudo para a saúde, ninguém vai tocar nesse dinheiro. Assim o Presidente fez. E a Oposição não considerou, não levou em conta, e votamos. Votamos e perdemos R\$40 bilhões.

Quero ver, Senador Mão Santa, se no dia 2 de janeiro o pãozinho vai estar mais barato 0,38%. Quero ver se a Selic vai baixar. Quero ver se essa diminuição de imposto vai aparecer no preço de tudo aquilo que compramos, como a Oposição bem colocou aqui. Não vai aparecer. Não vai aparecer, de jeito nenhum.

Agora, Senador Mão Santa, tudo isso que aconteceu foi influenciado por políticos que já passaram. Hoje temos uma série de políticos novos no País. São políticos que olham para frente, são políticos na faixa de 40 anos a 45 anos.

Nós temos o Aécio, o Sérgio Cabral, o Eduardo, o Ciro – neste momento muito forte. Esses são os líderes que estão se apresentando hoje no País, não são aqueles que passaram e contribuíram com a sua parte durante um período, mas agora não podem tumultuar o sistema.

A visão que tem é diferente da visão dos líderes que estão surgindo. São líderes que fazem acordo, são líderes que procuram não ser intransigentes, arrogantes, prepotentes, tudo isso que aconteceu nesta madrugada aqui. No final das contas, dizem que quem é o prepotente é o Governo, é Lula.

Presidente Mão Santa, o Presidente Lula está cuidando do Brasil, ele tem interlocutores que talvez tenham falhado. O Ministro José Múcio chegou um pouco atrasado, chegou em cima da hora, quando não dava para negociar. Admito que eu erre ao votar, mas os Senadores mais velhos nesta Casa, que já foram governo, que já participaram da Casa Civil, que já foram governadores, que já foram prefeitos, não podem errar, Senador Mão Santa.

Na minha convicção vejo como erro derrubar esse imposto. Não adianta hoje... Até me aconselharam a não vir à tribuna para não esticar a corda, para não continuar esse clima, mas isso não tem nada a ver com o respeito que sinto por esses políticos. Eu os respeito, mesmo tendo em vista a posição que eles tomaram nesta madrugada.

Agora, Senador Mão Santa, erraram e erraram feio e vão ver isso Senador Mão Santa. Admito tudo menos tirar dinheiro da saúde. Dizem que há superávit, que se vai colocar... Mas o dinheiro tirado do caixa não volta mais. Estão obrigando o Governo a criar uma nova fonte para substituir esses recursos. O nosso País está vivendo um momento maravilhoso.

O capital estrangeiro está vindo investir aqui. Todos sabem que nós temos uma âncora fiscal. Está tudo baseado no que a gente arrecada. Temos superávit primário para pagar as dívidas. A relação entre a dívida e o PIB é menor. Tudo isso vem acontecendo. Vamos, com todos esses índices, ter no ano que vem o *Investment Grade*, ou seja, todo esse capital internacional vai vir para o Brasil. Aí dizem: “Não, mas isso não vai alterar nada”. Não vai alterar? Por que a Bolsa caiu 3% hoje? Por que o dólar subiu? Por que o dólar subiu e a Bolsa caiu? Não venham me dizer que foi em função da crise internacional. Não, não foi não. Está todo mundo muito atento para ver para onde o Governo vai. Não adianta, Senador Mão Santa. Nós podemos brigar aqui – brigar na política –, podemos discutir, podemos ter pontos de vista diferente e nada vai mudar o respeito que tenho pelos Senadores que fizeram história na política, mas nessa madrugada eles erraram e erraram feio. Não adianta vir hoje à tribuna e dizer: “Não, mas ainda vou mostrar de onde se vai tirar esse dinheiro outra vez. Não, agora é uma hora de conversar. Nós vamos resolver”. Ora, para que isso? Para que derrubar e depois dizer que vão conversar? Faltou maturidade política para parar naquele momento em

que o Senador Pedro Simon disse: “Pára. Vamos para casa, vamos sentar, vamos conversar, vamos analisar essa proposta”, que é a grande proposta por que sempre lutamos aqui. Qual é? Cem por cento para saúde. O Presidente Lula assinou o documento.

Para mim, se o Presidente Lula falar vale, Senador Mão Santa. Agora nem assinado está valendo? Ele é o Presidente do País, eleito pela maioria. Todo mundo faz um discurso aqui, Senador Mão Santa, e corre para ver na internet a repercussão da sua fala. Eleitor do Lula não tem internet não, Senador Mão Santa. Eleitor do Lula não compra revista toda semana, como eu compro. Eleitor do Lula não compra jornal todo dia. O eleitor do Lula está satisfeito com a comida na barrega. Isso é bem claro! Primeiro o Presidente cuidou dos que estavam famintos, agora vai gerar emprego com o PAC e depois tudo vai melhorando. Já está aí, o País deve crescer 5%. Agora Vêm a essa tribuna, falam para o Brasil, discutem aqui neste plenário, uma agressividade tremenda, uma prepotência tremenda... Não é possível. Sinceramente, fiquei grande parte do tempo sentado, vim à tribuna nessa madrugada. Eu disse que ia me controlar, ia falar com muita calma, mas ainda não sei engolir. Chego aqui e, em vez de descer, acabo colocando para fora.

Bom, Senador Mão Santa, eu queria dizer que realmente eu não concordo com isso que fizeram com o Governo.

O Governo não é do Presidente Lula; o Governo é de todo mundo, o Governo é de todo brasileiro. Eu vejo V. Ex^a vir aqui fazer o discurso que acha certo, dizer tudo aquilo em que acredita, mas nunca vi V. Ex^a torcer pelo pior do Brasil. Não vi, nunca vi. V. Ex^a sempre defendeu o Piauí. Ontem eu vi o rabo abanar a vaca. Normalmente é a vaca que abana o rabo, mas ontem eu vi o rabo abanar a vaca.

Eu vi 10 milhões... Cinco mais quatro: nove milhões e poucos votos de Minas Gerais votando contra R\$3 bilhões que iriam para Minas. Eu vi, sentado aqui, 600 mil votos mandando em nove milhões e meio de votos de Minas – nove milhões e meio de votos de mineiros. E, de repente, votou contra os R\$3 bilhões, conduzidos por 600 mil votos... Eu não consigo entender isso, Senador Mão Santa. Eu estou aqui como um guardião dos três milhões e meio de votos que o Ministro Hélio Costa teve. E para eu chegar a ser guardião desses três milhões e meio de votos eu tenho de votar para Minas Gerais. Partido meu não vai me fazer votar contra Minas Gerais! Líder meu não vai me fazer votar contra Minas Gerais. Não há a mínima chance! Se o Senador Valdir Raupp, meu querido amigo, meu Líder, me pedir que votar e eu vir que o Estado de Minas está sendo prejudicado não vou votar. Se o Pre-

sidente Lula, por quem tenho um carinho especial... Não freqüento Palácio, só fui lá uma vez tomar um chá para ver aquele visual bonito. Não fui pedir. Fui lá, Senador Mão Santa, tomar um chazinho com Gilberto Carvalho, que, superagradável, me contou a história da vida dele (a história do Presidente Lula). Essas histórias que a gente não encontra nos livros, aquelas que são contadas... Como as que V. Ex^a me conta quando estamos sentados ali.

Então, Senador Mão Santa, hoje eu estou muito triste. Após a votação nesta madrugada, saí para tomar um caldo em um único local que havia. Acabamos sentando em uma mesa: eu, a Senadora Ideli e o Senador João Pedro. Tomamos uma sopa. Na mesa ao lado, estava todo o pessoal do DEM festejando. A democracia é assim: de um lado uns festejam e do outro lado outros estão tristes. Eu não consigo ver, Senador Mão Santa, a vantagem de derrubar um imposto e abrir a negociação no dia seguinte. Por que não se abriu a negociação de madrugada? Agora vêm propor sentar e conversar. Então, por que derrubaram o imposto? Para mostrarem força? Para mostrarem que derrubam o Governo?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, acabei de comunicar-me com o Dr. José Roberto. Da última vez pedi-lhe um livro. *L'Esprit des Lois*, de Montesquieu. Estou relendo-o. Por isso me dá a tranqüilidade para dizer não a o Presidente debater. Tenho tranqüilidade porque estou com Montesquieu.

V. Ex^a não se entristeça porque eu o admiro muito. V. Ex^a foi Líder do meu Partido em um momento difícil, de desgaste do nosso amigo Ney Suassuna e saiu-se muito bem.

V. Ex^a representa Minas, que é uma grandeza. Minas deu em sacrifício o pescoço de Tiradentes para lutar contra os tributos. Naquele instante o povo mineiro demonstrou a mesma grandeza que V. Ex^a demonstra hoje aqui. Naquele tempo a carga tributária era a metade do que é hoje. Na derrama, entre os revoltosos apareceu um homem de coragem mineira que assumiu o sacrifício e entregou seu pescoço. A carga tributária era a metade da de hoje. Hoje a carga tributária é o dobro do que era naquele tempo que assumiu o sacrifício, entregou o seu pescoço. Era a metade. Os portugueses eram cruéis. Era a metade. Hoje a carga tributária é o dobro do que era naquele tempo dos portugueses.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas por que esse discurso agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, com licença. Em respeito a Minas. O povo do

Brasil buscou a redemocratização e aquele herói mineiro, Tancredo Neves, sonhou e exigiu uma constituinte. Deus, que escreve certo por linhas tortas, colocou o Presidente Sarney. Talvez ele fique como o senhor da Democracia porque ele cumpriu a Constituinte. Atentai bem! Esta Casa é isto, os pais da Pátria, é para nós ensinarmos os que estão duvidosos. E ele, a Pátria, fez aqui o livro das leis. E Rui Barbosa disse: só tem um caminho, uma salvação, é a lei e a justiça. Ulysses Guimarães, padrinho de Heráclito Fortes, morou na casa do Heráclito Fortes – atentai bem! – beijou este livro. Sabe o que diz aqui sobre tributos? Eis o erro, vamos colocar este País nos trilhos e ninguém se perde no caminho de volta. Olha o que diz a Constituinte de Tancredo, sonhada, beijada por Ulysses, aprovada. Estão aqui os tributos: 53% para o Governo Federal, todos os tributos; 47% divididos, 21,5% para os Estados e o Distrito Federal; 22,5% para os Municípios; 3% para os Fundos Constitucionais. O que houve então? Este é o melhor Senado da República. Nós fomos mais bravos nesta República. Nós entendemos isso ao longo da história. Não foi o Luiz Inácio. Foram garfando, garfando, de tal maneira que a União está com mais de 60% por taxas como esta, além dos impostos.

V. Ex^a disse que nós derrubamos um imposto, mas não é nem um imposto, e sim uma contribuição provisória, como a Cide e muitas outras das quais os Municípios e os prefeitos só recebem 14%. Tentamos aumentar para 1% para que os Municípios ficassem com 15%. Esse é o desequilíbrio. Posso falar porque fui Prefeitinho e sei o que é isso.

Luiz Inácio, com todo respeito, nosso generoso Presidente da República, atentai bem, não foi prefeitinho. Estou aqui, e Heráclito está ali porque fomos prefeitos, quando se obedecia isso. Fomos extraordinários prefeitos, porque tínhamos recursos. Hoje, os prefeitos estão sacrificados, porque eles foram garfados, e um dos garfos maiores que existiu foi essa contribuição provisória. O que queremos é isso.

Agora, a carta. Luiz Inácio é gente muito boa, mas V. Ex^a não tem culpa, V. Ex^a é um homem de bem, V. Ex^a é mineiro. Isso aqui foi uma indignidade.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, espera aí.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A carta está aqui.

Pouquinhas linhas, português razoável. Agora, ele transfere, delega a dois estranhos, a Guido Mantega... Daí ele ter vindo na calada da madrugada. Isso

foi um assalto ao povo brasileiro. Isso poderia ter vindo de dia, poderia ser analisado, poderia ser levado à nossa Liderança.

Na calada, no último item, só um comunicado em conjunto. O último item, um assalto. Luiz Inácio foi vítima dessa indecência e indignidade aqui pelos assinantes. No último item ele bota assim: saúde. Eu o convido. No dia 16, farei dezesseis anos como médico, e médico de Santa Casa. Sei o que é saúde.

Olhai o último item da proposta: “A admissão da proposta em questão significa que os gastos referentes a aposentados sejam incluídos como despesas de saúde”.

Então, não ia ficar dinheiro para a saúde. Ele já incluiu o direito de meter... Não vai 100%. Aberto. Era aceitar uma carta ludibriosa. Tanto é que o Líder, sabido, inteligente, Romero, não leu esse parágrafo. O Tasso foi o primeiro e ninguém tinha. Somente hoje caiu na minha mão.

Agora, em resposta a isso, somos nós. Temos aqui a carta do estadista Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento, faz a carta mais bonita, e peço que V. Ex^a faça uma reflexão.

Pedro Simon não errou porque ele pediu tempo.

Mas só hoje eu, Senador da República, tive direito a esta carta. Maldosamente, o Luiz Inácio não assina, delega, e Mantega... Lá no Piauí, chamamos isso de rabo-de-foguete. Meteu esse rabo-de-foguete aqui no item.

Atentai bem, ô Mantega! Estavam procurando o chefe dos aloprados. Está aqui: a admissão da proposta em questão significa que os gastos referentes a inativos e aposentados sejam incluídos como despesa de saúde. Então, não iria para a saúde. Isso era uma enganação. E nós, pais da Pátria – V. Ex^a e eu fomos vítimas –, quase caímos. Deus abençoou e protegeu a todos nós. Agora, estamos abertos para fazer uma lei boa e justa.

Quero dizer por que estou aqui, grande Wellington Salgado. Vim a este Senado como Governador lá na CAE. Estavam José Agripino, Antônio Carlos Valadares e todos, e eles disseram – atentai bem: Quanto você gasta em saúde? Respondi: “Sete por cento do PIB.” “Pois nós vamos fazer uma lei, a Emenda nº 29, que é para gastar 12 e os prefeitos 15.” Eu já estou aqui há cinco anos, governei o Piauí duas vezes e quero levar a verdade ao Luiz Inácio, que talvez não saiba: mais de dez anos depois, de 27 sete governos do Estado, apenas dezessete gastam só 7%. Então queremos uma lei boa e justa para a saúde e para a educação.

Peço que V. Ex^a indique o meu nome para o PMDB para que, em sessenta dias, façamos esta lei.

V. Ex^a, como Líder, teria acreditado, e eu tenho essa competência para fazer.

Então, acho que foi isso. Da adversidade veio um bem. Vamos acordar e trabalhar juntos e fazer leis boas e justas. A contribuição não é uma lei, é uma mentira no próprio nome. É provisória ou não é? Vai para saúde? Não vai. Estou aqui disposto a ouvi-lo. Queremos trabalhar juntos. Peço a V. Ex^a, que é forte no PMDB, que me indique para, numa comissão, em sessenta dias, fazer uma lei boa e justa para a saúde.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ilustre Presidente Mão Santa, com o que às vezes me toco é o seguinte: V. Ex^a cita muito Tancredo Neves – muito, muito. Para mim, ninguém conheceu melhor Tancredo do que Aécio Neves. Não vem V. Ex^a dizer para mim que o conheceu tanto quanto o Aécio. Não o conheceu, não. O Aécio é neto, andou com ele, de mãos dadas. Tancredo trouxe o Aécio para o lado, treinou o Aécio direitinho. Por isso o Aécio é um bom governador.

O senhor sabe até que horas o Aécio estava ligando para tentar conseguir o voto do PSDB? V. Ex^a não sabe mais do Tancredo do que o Aécio, não. Não sabe, não. E o Aécio estava pedindo voto até tarde aqui, porque ele sabe o quanto é importante para Minas essa contribuição, porque não é imposto.

V. Ex^a cita o avô. Eu estava seguindo o neto. Eu acompanho o neto. O avô passou. Eu acompanho os ensinamentos do avô com o neto e com adaptação ao mundo de hoje. Esse eu acompanho. Esse é da minha geração. Esse é o Aécio Neves. Ele estava ligando. Não ligou para mim, não. Ligou para os outros dois Senadores de Minas, um que ele ajudou a eleger, o outro que foi Governador e que votou contrariado. O Azeredo não consegue mudar o rosto quando está contrariado.

O Azeredo foi homem, acompanhou o Partido, acompanhou o Líder, mas votou contrariado, porque sabia que não estava votando certo. Mas votou. Ex-Presidente do Partido, votou unido, como foi acordado com o Partido. Mas não votou feliz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas não votou feliz.

Eu pensei que V. Ex^a ia, mas gostou e voltou?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não saí. V. Ex^a que não me viu. Eu queria apenas lhe pedir...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou lhe dar um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu o prezo muito pela sua biografia...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Espere aí. Espere aí.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a está no Senado, sentado ao lado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, eu escutei V. Ex^a falar concentrado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu quero ajudá-lo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não, não, não. Não ajuda, porque nós estamos em posição contrária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não estamos, não. O seu erro é esse!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a quer me ajudar?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nós estamos a favor do Brasil. Não faça isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É claro, claro, mas não, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não faça essa divisão.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas V. Ex^a vai usar toda a experiência política que tem. Eu quero dizer o seguinte...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Peço meio minuto, meio minuto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a fica sentado, só pensando. Está bem, meio minuto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Meio minuto, por apreço a V. Ex^a. V. Ex^a senta-se ao lado do colega, como todos se sentam, colega de Bancada. Faça tudo, menos revelar conversas que ouviu ao seu lado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Espere aí, eu não estou revelando conversa, não. Não me venha com essa, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não fica bem. V. Ex^a acabou de dizer que ouviu um telefonema do Governador Aécio para ele, e que ele estava contrariado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Veja bem, não venha tentar desconstruir o meu pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não faça isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas V. Ex^a acabou de dizer. Vamos à taquigrafia. É muito simples.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Espere aí, Senador Heráclito. Eu

estou dizendo...Aqui da tribuna, o que eu falo? Não. Não faça isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não faça isso. Olhe, a conversa que se ouve ao lado, não se transmite.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não. Não faça essa, não

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a é um educador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não. Não comece, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ah, não faça, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se não eu vou concordar com aquele senhor do DETRAN.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nem o Aécio fala...V. Ex^a conhece o senhor do DETRAN?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não conheço, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Olhe, concorde com ele que se nivelam. Parabéns.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Calma, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concorde com ele. Parabéns!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Calma!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Parabéns! Essa concordância de V. Ex^a...

Quando lhe faltam argumentos, V. Ex^a usa coisas desse tipo, mas não faça isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não. Eu não concordo...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Senador Eduardo Azeredo é um homem público inatacável.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu não concordo com o que aconteceu nesta madrugada.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não fica bem se ouvir conversa da cadeira ao lado e dizer de público.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vou procurar saber quem é esse cidadão do DETRAN.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Principalmente quando o companheiro não está aqui. Minas Gerais precisa honrar essa cadeira. Aliás, o mineiro é discreto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, não venha com essa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mineiro é discreto. Não faça isso, eu lhe peço, pelo amor de Deus.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O meu Governador não concordou com o posicionamento dos senhores, o Governador Serra não concordou também com o posicionamento dos senhores. São dois Governadores que têm futuro e podem chegar a Presidente deste País. No entanto, um grupo, contrário aos dois, conseguiu ter uma maioria, juntou e votou contra uma contribuição importante para o País. Foi isso que aconteceu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas o Presidente poderia ter procurado os Senadores, rapaz! Isso é com os Senadores.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi isso que aconteceu. Eu penso igual aos dois Governadores, que pediram votos até a hora derradeira. Eu concordo com o Governador Serra, que é um homem que foi treinado a vida inteira para ser Presidente. Eu concordo com o Governador Aécio.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eles concordam também com V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não concordam, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordam.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Votaram contra o que eles pregam. Eles queriam a contribuição renovada, porque é bom para o Estado dos dois. É bom para São Paulo, é bom para Minas, é bom para o Rio. No entanto, vocês votaram contra.

Agora, estão olhando na Internet, como é que está, como é que vai ser, correm lá, procuram o telefone, como é que está a repercussão. A repercussão vai vir, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De quê?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vai vir, sim. Sempre vem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Essa “cantinalha” catastrófica de V. Ex^a não ajuda.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Catastrófica para mim, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não ajuda.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sei que V. Ex^a...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ajuda a especulador. V. Ex^a está servindo aos especuladores.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, especulador, quem serviu foram os senhores.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não faça isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foram os senhores quando tentaram quebrar uma âncora fiscal que não vai quebrar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Chegou-se a dizer hoje que Wall Street foi abalada pelo resultado de ontem. Não façam isso...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, foi não, caiu 3% a Bolsa, o dólar subiu, não tem problema algum. Não, quero saber de Wall Street, não tenho dinheiro, não aplico lá fora, não tenho nada disso. Não estou nem um pouco preocupado. Eu aplico aqui dentro, eu gero emprego, eu faço obras. Eu gero emprego e faço obras. Fiz isso a minha vida inteira. É isso que eu sei fazer, não sei fazer outra coisa não; é o feijão com arroz.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a se lembra quando Heloisa Helena, a brava mulher desta Casa, se revoltou contra uma medida provisória que veio do Palácio para os investidores da Bolsa, os poderosos e os ricos não pagarem CPMF. Essa é que é a verdade. Está faltando a verdadeira mulher, Heloisa Helena. Eu fui guiado por ela, mas perdemos. Quem não paga CPMF são os investidores da Bolsa, quer dizer é o supermilionário que é insolvente por uma Medida Provisória do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Hoje um grande empresário fez as contas e vai deixar de recolher R\$10 milhões em ano. Dez milhões ele vai deixar de recolher em um ano. Esse dinheiro poderia ir para comprar ambulância, para equipar melhor um hospital. V. Ex^a vai questionar, mas era usado, sim, tanto era usado que a emenda que foi aprovada para aumentar para R\$12 bilhões – e V. Ex^a acompanha bem a questão da saúde, a Emenda...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... 29. Doze por cento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A 29, vai para quanto?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Era para ser obrigatório...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Espera aí. Estava combinado que iria, antes de derrubar a CPMF. Quantos bilhões eram?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em percentual, o Governador tinha obrigação de investir 8%...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quantos bilhões, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em percentual, os Prefeitos tinham...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quantos bilhões, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ah, em bilhões eu não vou...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a sabe. V. Ex^a já falou aí. Repita. Não quer falar. V. Ex^a só fala quando...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não. Em bilhões, não, eu falei em percentual.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, falou para quanto ia.

Agora também está afetada a emenda. Está afetada a Emenda 29.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas nós queremos fazer uma lei, como tem para a educação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tudo bem. Por que não sentou e acordou aqui, Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu vou lhe dizer, não se preocupe. Nem o Aécio nem o Serra. Eu quero ensinar os dois. Isso aí fica na mão do povo. O povo vai comprar mais, aí tem o ICMS, do qual vão 75% para o Governador e 25% para o Prefeito. Todos os prefeitos terão mais dinheiro e todos os governadores terão mais dinheiro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, o povo são 189 milhões de pessoas. Com o acordo que o Governo fez, diminuindo 30 milhões, seriam 13 milhões de contas em banco. Treze milhões de contas em banco, com o acordo que o Governo fez, que não foi aceito aqui. Esses treze milhões é que iriam pagar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Você quer falar em milhões? São 178 milhões de brasileiros para quem está embutida a CPMF, que pagam indiretamente. Então, são 178. E diga para o Governador Aécio – eu fui Prefeito – que isso fica na mão do trabalhador, da mãe de família, que vai usar esse dinheirinho, que vai circular. É o ICMS: 25% vão para o prefeito, que tiraram recursos dele, e 75% para o Governador de Estado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, quando V. Ex^a estiver na tribuna, vamos debater. Na Presidência, a cadeira é muito forte. A cadeira é muito forte.

Quando V. Ex^a estiver na tribuna, debatemos. Na Presidência, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu tenho outros entendimentos.

Montesquieu admitiu que seriam três Poderes. Eu acho que são os instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha e paga a nossa conta.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tenho muito respeito à cadeira, muito respeito à cadeira, e V. Ex^a é um grande político, mas hoje está sentado na cadeira.

Eu acho que, quando está sentado na cadeira, não pode debater. É o meu posicionamento. Então, o dia em que V. Ex^a estiver na tribuna, agora, vou fazer questão de debater, porque sei que temos pontos contrários. Sou de um posicionamento a favor da CPMF, e

V. Ex^a é contra. Não acredito que, porque caiu a CPMF, vá ser dividido e que todo mundo vai ganhar. Isso não vai acontecer. Os preços vão continuar todos iguais, no dia 2 de janeiro, todos iguais! O pãozinho a mesma coisa, o arroz a mesma coisa, o feijão a mesma coisa, o cafezinho a mesma coisa! Não vai mudar, Mão Santa! Amanhã, vou ver o preço e vou anotar. Não vou nem colocar no dia 2, não; vou ver quando voltarmos do recesso. Vou ver de novo e vou falar, Senador Mão Santa, e vou comparar os preços.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, isso é um controle, mas os técnicos já sabem que se gasta mais, mesmo as famílias pobres, em CPMF do que se gasta com arroz ou com feijão.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, não houve nenhum técnico bom como o Presidente Lula. Todo mundo foi técnico antes do Presidente Lula. Ele chegou lá, sem ser técnico, botou comida na barriga das pessoas, gerou emprego, gerou 220 mil empregos no Governo! Com o mesmo percentual do PIB! Com o mesmo percentual do PIB que tinha o Fernando Henrique em 2002, com todo o respeito ao Presidente Fernando Henrique. Não o estou atacando, porque ele foi um bom Presidente, à época dele, à época dele. Gerou 200 mil empregos com o mesmo percentual do PIB. Aí vem todo mundo aqui falar que ele está gastando demais, que está contratando demais!

Não vou debater com V. Ex^a. Inclusive, agradeço por estarmos aqui até esta hora, aos funcionários, que também já estão na hora, mas vou debater com V. Ex^a, quando estiver na tribuna, se V. Ex^a me der um aparte, porque estudei bastante esse assunto e gostaria de debatê-lo com V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, muito obrigado e boa-noite a todos!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 1.455, 1.456, 1.457 e 1.458, de 2007**, lidos no Expediente da presente sessão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, quero apenas manifestar os aplausos a esse grande líder de Minas Gerais, fonte de inspiração para a democracia brasileira e para as liberdades, principalmente neste dia, quando prestamos uma homenagem a Niemeyer e que, sem dúvida nenhuma, começou a tornar-se grande nas Minas pela visão e pelo apoio de Juscelino Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginem um livro didático que compara o quadro de Pedro Américo, retratando a Proclamação da Independência a “um anúncio de desodorante, com aqueles sujeitos levantando a espada para mostrar o sovaco”. Um livro em que Dom Pedro Segundo é descrito como um “velho esclerosado e babão”. A princesa Isabel é uma mulher “feia como a peste e estúpida como uma leguminosa” e seu marido, o Conde d’Eu, um “gigolô imperial” que mandava meninas paraguaias para os bordéis do Rio de Janeiro.

É difícil acreditar, mas disparates como esses estão presentes na coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de autoria de um professor chamado Mário Schmidt, e que já foi usada por milhões de estudantes no País. Incluída no Programa Nacional do Livro Didático, teve quase 1 milhão de exemplares adquiridos pelo governo federal, entre 2005 e 2007, e distribuídos a escolas públicas, para alunos da quinta à oitava séries. Só neste ano, os gastos com ela somaram R\$944 mil, de acordo com editorial publicado na *Folha de S. Paulo* de hoje (quinta-feira).

Os absurdos que a Nova História Crítica contém não se limitam à linguagem vulgar com que descreve figuras da história brasileira. O autor ataca a propriedade privada, que, segundo ele, “aumenta o egoísmo e o isolamento entre as pessoas”, e diz que o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é “um importante instrumento na luta pela justiça social no Brasil do começo do século 21”. Mao Tsé-tung, o ditador responsável pela morte de milhões de chineses, é apresentado como um “grande estadista”. A Revolução Cultural chinesa, um verdadeiro massacre em que perdeu a vida um número incontável de inocentes, recebe do autor a qualificação inacreditável de “uma experiência muito original” em que se lutou “contra os quatro velhos: velhos hábitos, velhas culturas, velhas idéias, velhos costumes”.

Outro ditador, Fidel Castro, só recebe elogios, especialmente pelos fuzilamentos que ordenou. E o fim do comunismo na União Soviética é atribuído aos profissionais com curso superior, que tinham “inveja” da classe média dos países capitalistas.

Custa crer que o Ministério da Educação tenha endossado uma obra que merece a lata de lixo como destino. Depois que o jornalista Ali Kamel denunciou, em artigo publicado terça-feira no jornal *O Globo*, as imbecilidades que a coleção contém, o MEC se pronunciou, afirmando que os livros foram “aprovados com ressalvas”, porque “resvalavam no maniqueísmo”. Ora, diante do amontoado de asneiras, da pobreza da linguagem, das distorções históricas e do claro propósito de doutrinação ideológica, eles deveriam ter sido sumariamente rejeitados, caso a avaliação pedagógica fosse criteriosa.

Poucos programas governamentais têm objetivos tão meritórios quanto o Programa Nacional do Livro Di-

dático. Ele proporciona, gratuitamente, 120 milhões de volumes a 30 milhões de alunos de escolas públicas. Seu orçamento para 2007 é de 620 milhões de reais. Editoras disputam a inclusão de suas obras entre as selecionadas, pois isto é garantia de faturamento. A dimensão do Programa torna obrigatório um controle de qualidade rigoroso, para evitar que casos como o da aprovação dessa obra desonesta se repitam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão no dia de hoje, que a Pátria comemora e de-

dica à Marinha do Brasil porque foi de um marinheiro que aprendemos: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

Queremos ressaltar que até as 21 horas esta sessão teve a coordenação do extraordinário Assessor Técnico, Dr. José Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas.)

Ata da 234ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 291 de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia;
- **Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como “Ano do Cinqüentenário dos painéis Guerra e Paz”, de Candido Portinari, instalados na sede da Organização das Nações Unidas – ONU, em 6 de setembro de 1957;
- **Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Cidade de Goiás no Município de Goiás-GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás;
- **Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que

introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros).

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003** (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006** (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta § 3º – C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos); e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007** (nº 7.441/2006, na Casa de origem), que considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes.

PARECER Nº 1.266, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de lei do Senado nº 75,

de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Pedro Simon, altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para impedir que os atos de concentração econômica sujeitos à apreciação do Cade sejam considerados aprovados tão-somente porque o Cade não os apreciou durante o prazo legal de análise, efeito cominado pela norma legal (§ 7º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) em vigor.

A justificação explícita a necessidade de se impedir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, tais como a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação de atos de concentração econômica, os quais são, ao menos potencialmente, lesivos à estrutura concorrencial dos mercados em que se inserem.

Submetido pelo Plenário dessa Casa à apreciação, em caráter terminativo, desta Comissão em 16 de março de 2005, não foi o presente Projeto objeto de emendas.

II – Análise

Passamos à abordagem do PLS nº 75, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à: **a)** competência do ente federativo, dado que cabe à União legislar concorrentemente sobre direito econômico (art. 24, inc. I, da Constituição) e ‘produção e consumo’ (art. 24, inc. V, da Constituição), temas que abarcam a hipótese sob exame; e **b)** iniciativa da pessoa, em virtude da atribuição de poder a qualquer membro do Senado Federal poder para iniciar projeto de lei ordinária (art. 61 da Constituição), inclusive sob o tema em análise, eis que não inserido dentre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional (reserva temática de iniciativa).

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque a eliminação da possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso de prazo não constitui, por si, restrição à tutela da livre iniciativa ou da concorrência praticável.

A juridicidade do projeto sob estudo deve observar os aspectos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Passemos à análise de cada dimensão proposta.

A inovação, a efetividade e a coercitividade constituem conseqüências evidentes do projeto, porquanto a solução adotada impede a aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso do prazo legal estipulado para sua análise. A deliberação em apreço está encartada na espécie normativa adequada, já que as restrições à liberdade de exercício de atividade econômica devem estar previstas em lei ordinária, como preceitua o parágrafo único do art. 170 da Constituição. A generalidade também se evidencia, porquanto a regra será aplicável, indistintamente, a todas as uniões empresariais sujeitas à apreciação do Cade.

Não há no projeto, em conclusão, vício de juridicidade.

O projeto observa as regras de técnica legislativa, em especial a que impossibilita a inclusão de matéria diversa ao tema. Há necessidade, entretanto, de emenda de redação ao art. 1º do Projeto sob análise, a fim de ajustar a redação do § 8º do art. 54 à nova redação delineada para o § 7º, bem como corrigir a menção à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, órgão que hoje exerce as funções da outrora Secretaria de Política Econômica.

Acerca do mérito, deve-se observar que o projeto visa a eliminar a possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração por decurso de prazo.

O texto em vigor (§ 7º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) determina a aprovação compulsória da operação, sempre que o Cade deixar de se manifestar sobre o ato de concentração no prazo de sessenta dias, contados da remessa do ato de concentração pela SDE/MJ àquele Conselho.

Essa regra, ao acolher a aprovação automática por decurso de prazo, coloca à disposição das autoridades antitruste pernicioso instrumento de triagem processual, o qual estimula o Cade a descumprir o seu dever legal de analisar e julgar cada ato de concentração apresentado nos termos da Lei, e, se utilizado, poderá não raro levar à aprovação de atos de concentração econômica visivelmente lesivos à estrutura concorrencial dos mercados que abarcam.

Deve-se observar, ademais, como estatui o parágrafo único do art. 1º da Lei Antitruste (Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994), ser a coletividade a titular dos bens jurídicos tutelados nessa Lei, tais como a liberdade de iniciativa econômica, a livre concorrência, a função social da propriedade, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso do poder econômico,

Nesse contexto, deve-se concluir pelo mérito da medida aqui proposta, a fim de impor ao Cade o dever de perquirir, em cada acordo de união econômica apresentado, se há, ou não, eliminação de parte substancial da concorrência existente no mercado relevante afetado.

III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, com a Emenda nº 1 que apresenta, acatando, ainda, a Emenda nº 2.

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 75, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata esse artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização.

§ 8º Os prazos estabelecidos no § 6º desse artigo poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou Seae.

..... (NR)”.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se ao § 5º, do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, de que trata o 1º do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2007, a redação abaixo, que suprime os termos relativos à Unidade de Referência Fiscal – UFIR:

“§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a R\$63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais) nem superior a R\$6.384.600,00 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais) a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

..... “ (NR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 75, DE 2005
 TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/12/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: [Assinatura]

RELATOR(A): [Assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EDÉDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON (cartão)	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5- EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
VAGO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

COMISSAO DE ASSUNTOS ECONOMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 75, de 2005.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PT)					2-PAULO PAIM (PT)				
DELCIDIO AMARAL (PT)	X				3-DELI SALVATTI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
FUCLYDES MELLO (PTB)					5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				6-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERYS SILHESSARENKO (PT)	X				8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-CESAR BORGES (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON (AUTOR)			X		3-WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBAO				
NEUTO DE GONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
VAGO					2-ANTONIO CARLOS JUNIOR	X			
ELISEU RESENDE					3-DEMOSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					4-JOAO TENORIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PERES				

TOTAL 4 SIM 12 NÃO 2 PREJ 2 AUTOR 3 ABS 2 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/07.

Alcides Buarque
Senador Alcides Buarque
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RJSF)

COMISSAO DE ASSUNTOS ECONOMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emendas nº 01 e 02-CAE apresentadas ao PLS nº 75, de 2005.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PcdorB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PcdorB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-PALUO PALM (PT)				
DELICIOU AMARAL (PT)	X				3-IDELI SALVATI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
EUCLYDES MELLO (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERYS SILHESARENKO (PT)					8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-CESAR BORGES (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPT	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GULVAM BORGES					5-EDISON LOBÃO				
NEUTO DE CONTO	X				6-PALUO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
VAGO					2-ANTONIO CARLOS JUNIOR	X			
ELISEU RESENDE					3-DEMOSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA GIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO FERREISSATI					4-JOAO TENORIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PERES				

TOTAL SIM 13 NÃO 1 PREJ 0 AUTOR 1 ABS 2 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/11/07.

Aloizio Mercadante
 Senador
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

TEXTO FINAL

**APRESENTADO AO PROJETO
DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2005**

Altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.

.....
§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a R\$63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais) nem superior a R\$6.384.600,00 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais) a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

.....
§ 7º A eficácia dos atos de que trata esse artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização.

§ 8º Os prazos estabelecidos no § 6º desse artigo poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou Seae.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2007.
– Senador **Eduardo Suplicy**, Relator – Senador **Alóizio Mercadante**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

OF. Nº 259/2007/CAE

Brasília, 4 de dezembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, que “altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Pedro Simon, altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 para impedir que os atos de concentração econômica sujeitos à apreciação do Cade possam ser aprovados por decurso de prazo.

A justificativa explícita a necessidade de se impedir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, tais como a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação de atos de concentração econômica, os quais são, ao menos potencialmente, lesivos à estrutura concorrencial dos mercados em que se inserem.

Submetido pelo Plenário dessa Casa à apreciação, em caráter terminativo, desta Comissão em 16

de março de 2005, não foi, o presente Projeto, objeto de emendas.

II – Análise

Passamos à abordagem do PLS nº 75, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à: **a)** competência do ente federativo, dado que cabe à União legislar concorrentemente sobre direito econômico (art. 24, inc. I, da Constituição) e ‘produção e consumo’ (art. 24, inc. V, da Constituição), temas que abarcam a hipótese sob exame; e **b)** iniciativa da pessoa, atribuída a qualquer membro do Senado Federal poder para iniciar projeto de lei ordinária (art. 61 da Constituição), inclusive sob o tema em análise, eis que não inserido dentre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional (reserva temática de iniciativa).

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque a eliminação da possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso de prazo não constitui, por si, restrição à tutela da livre iniciativa ou da concorrência praticável.

A juridicidade do projeto sob estudo deve observar os aspectos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Passemos à análise de cada dimensão proposta.

A inovação, a efetividade e a coercitividade constituem conseqüências evidentes do projeto, porquanto a solução adotada impede a aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso do prazo legal estipulado para sua análise. A deliberação em apreço está encartada na espécie normativa adequada, já que as restrições à liberdade de exercício de atividade econômica devem estar previstas em lei ordinária, como preceitua o parágrafo único do art. 170 da Constituição. A generalidade também se evidencia, porquanto a regra será aplicável, indistintamente, a todas as uniões empresariais sujeitas à apreciação do Cade.

Não há no projeto, em conclusão, vício de juridicidade.

O projeto observa as regras de técnica legislativa, em especial a que impossibilita a inclusão de matéria diversa ao tema.

Acerca do mérito, deve-se observar que o projeto visa a eliminar a possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração por decurso de prazo.

O texto em vigor (§ 7º ao art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) determina a aprovação compulsória da operação, sempre que o Cade deixar de se manifestar sobre o ato de concentração no prazo de sessenta dias.

Essa regra, ao acolher a aprovação automática por decurso de prazo, coloca à disposição das autoridades antitruste pernicioso instrumento de triagem processual, o qual estimula o Cade a descumprir o seu dever legal de analisar e julgar cada ato de concentração apresentado nos termos da Lei, e, se utilizado, poderá não raro levar à aprovação de atos de concentração econômica visivelmente lesivos à estrutura concorrencial dos mercados que abarcam.

Deve-se observar, ademais, como estatui o parágrafo único do art. 1º da Lei Antitruste (Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994), ser a coletividade a titular dos bens jurídicos tutelados nessa Lei, tais como a liberdade de iniciativa econômica, a livre concorrência, a função social da propriedade, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso do poder econômico.

Nesse contexto, deve-se concluir pelo mérito da medida aqui proposta, a fim de impor ao Cade o dever de perquirir, em cada acordo de união econômica apresentado, se há, ou não, eliminação de parte substancial da concorrência existente no mercado relevante afetado.

III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005.

Sala da Comissão

PARECER Nº 1.267, DE 2007

Da Comissão de Educação, Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Relatora: Senadora **Marisa Serrano**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2006, de iniciativa da Senadora Roseana Sarney, dis-

põe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Para tanto, o projeto altera o art. 26, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, incluindo a música como conteúdo obrigatório do ensino da arte, a ser ministrado por professores com formação específica na área musical (art.1º).

De acordo com o art. 2º da proposição, os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem à mudança.

Pelo art. 3º, a Lei em que o projeto se transformar entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre os argumentos apresentados para justificar a iniciativa, a autora ressalta a restrição que o ensino da música tem sofrido nos sistemas de ensino, os quais têm dado prioridade às artes visuais e à contratação dos generalistas professores de educação artística. Com isso, a música tem sido relegada a plano secundário, a despeito da estreita e intensa relação dos discentes com esse segmento artístico no dia-a-dia.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Por fim, cumpre registrar que, a requerimento do Senador Cristovam Buarque, a matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de teor idêntico ao do PLS nº 330/2006. Aquele foi subscrito pelo Senador Roberto Saturnino e protocolado em data mais recente.

II – Análise

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria objeto dos Projetos de Lei do Senado de nºs 330 e 343, de 2006, situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação.

A propósito, vale salientar, conforme destacado no relatório, que as proposições apresentam o mesmo conteúdo, tendo o PLS nº 330/2006 precedência para efeito de tramitação conjunta, nos termos do art. 260, II, **b**, do Risf.

Ressalve-se ainda, que essa idéia é fruto de inúmeros encontros, reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social com a participação conjunta de toda a área musical brasileira.

No que se refere ao mérito das proposições, impõe-se apontar a importância da música na formação humana geral e, em particular, na formação de nossa identidade de brasileiros.

Os desvirtuamentos detectados no ensino da arte são motivados, via de regra, pela escassez de recursos. Entretanto, nota-se, também, acomodação

dos sistemas de ensino, que têm optado por contratar profissionais com formação genérica em artes, mormente professores de educação artística, mais propensos a valorizar as artes plásticas e cênicas, em detrimento da música, que está muito mais presente em nosso cotidiano.

Com efeito, a proposição se apresenta oportuna para corrigir a distorção, sem implicar prejuízo para as demais artes. Cuida-se de dar a cada uma o seu devido lugar, respeitadas, quando possível, as preferências e aptidões do alunado.

Ademais, os projetos deixam aos sistemas de ensino a decisão de como ministrar o ensino musical. Seja como conteúdo transversal, seja sob o formato de disciplina isolada, o importante é o oferecimento aos alunos de efetivo acesso ao estudo da música.

Por tudo isso, inexistindo nos projetos quaisquer vícios quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, resta apontar a inadequação da redação de ambos aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para o que é apresentada emenda destinada ao aprimoramento da técnica legislativa empregada na elaboração das matérias.

Por fim, tendo em conta as disposições do Risf no que tange à precedência da proposição mais antiga sobre a mais nova, nos casos de tramitação conjunta, cumpre argüir a oportunidade do PLS nº 343, de 2006, razão pela qual somos pelo seu arquivamento.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007.

 , Presidente

 , Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AOS PLS Nº 330/06 E PLS Nº 343/06
NA REUNIÃO DE 04/12/07 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Wish (Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
RELATOR:	9- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	10- LÚCIA VÂNIA
FLEXA RIBEIRO	

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 330/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOÍZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBÁ MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUJUP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LUCIA VANIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 22 SIM: 21 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01 *Wah A.*

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 33006 EMENDA Nº 01 - CE.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBÁ MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTIA ABREU				
ROSALBA GIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CIGERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO					EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01



SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 343/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOAO RIBEIRO					SIBA MACHADO				
TITULARES - PMDF	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBAO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSE AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALEO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 22 SIM; 21 NÃO; -- ABS; -- AUTOR; -- PRESIDENTE: 01 *W. B. G.*

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.
SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2006

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos I e II:

“Art. 26.

§ 2º

I – A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º.

II – O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área.

.....”(NR)

Art. 2º Os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente – Senadora **Marisa Serrano**, Relatora.

Of. nº CE/169/2007

Brasília, 4 de dezembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, com a emenda oferecida e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria de Suas Excelên-

cias os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, que tramita em conjunto.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO:

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se hoje, 22 de novembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada.

A reunião de hoje tem por objeto realizar uma Audiência Pública a respeito do tema da inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. E os convidados já estão presentes, e eu peço à Secretaria que os encaminhe à Mesa. São os Srs. Murilo Hingel, ex-Ministro da Educação e Conselheiro

do Conselho Nacional de Educação do MEC. A Prof^a Liane Hentschke da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo da Universidade de Santa Catarina, Federal de Santa Catarina, Turíbio Santos, nosso músico conhecido e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e João Guilherme Ripper que é compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, do Rio de Janeiro.

Estando os presentes... Bom, trata-se de um tema que há tempos é discutido, recorrentemente nesta Comissão, e lembrado por um ou outro depoente que por aqui passa, é um tema antigo na discussão dos currículos escolares brasileiros, que é a inclusão da música no currículo escolar. A música já fez parte do currículo no meu tempo de colégio, a música fazia parte.

Agora, é claro que hoje não é necessariamente a mesma forma de ensino musical que estaria se pretendendo recolocar, mas precisamente sobre este tema, isto é, sobre a importância, a necessidade mesmo da música fazer parte do currículo, e a forma pela qual ela deveria ser apresentada aos nossos estudantes, e que estará hoje em discussão aqui nesta Audiência Pública.

E eu vou logo passar a palavra ao primeiro expositor, que é a Prof^a. Liana Hentschke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu vou pedir aos expositores que dentro das suas possibilidades, se limitem ao uso de 15 minutos. Naturalmente, se houver alguma necessidade de uma certa elasticidade, isso faz parte da praxe, da condução dos trabalhos. Com a palavra a Prof^a Liane.

SRA. LIANE HENTSCHEKE – Ex^{mo} Sr. Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão de Educação e Cultura; Ex^{mo} Sr. Murilo Hingel, representante do Ministério da Educação; Ex^{mo} Sr. Júlio Ricardo Linhares, Secretário da Comissão de Educação e Cultura; Ex^{mos} Srs. Senadores, ilustríssimos colegas de Mesa e de área aqui presentes.

É com imensa satisfação que retorno ao Senado, depois de 11 anos. Em 1995, por ocasião das últimas Audiências Públicas para decidir sobre a nova LDB, um grupo de educadores musicais e de educadores de outras artes, estavam aqui reivindicando a inclusão do ensino de artes como disciplina obrigatória no currículo escolar, uma vez que havia sido proposta a extinção completa da obrigatoriedade de qualquer modalidade artística.

A manutenção de ensino de artes como obrigatória no currículo escolar foi sem dúvida um ganho significativo para a qualidade da educação das nossas crianças e adolescentes.

Passaram-se 11 anos e hoje estamos aqui para solicitar aos senhores a redação de um Projeto de Lei

que contemple a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, corrigindo, portanto, a redação da LDB, cujo texto é ambíguo e tem gerado múltiplas interpretações. Passo aqui a elencar alguns problemas enfrentados nos últimos anos.

Nos últimos 35 anos, temos presenciado um quase total abandono do ensino de música nas escolas. Isso porque, em 71, a educação artística passa a ser obrigatória no ensino básico. Um professor polivalente que deveria ter conhecimento de todas as artes: Música, artes visuais e teatro. Nas universidades, criam-se os cursos de Licenciatura em Educação Artística.

Após 24 anos, um quadro desolador, mostrado através de pesquisas, quis que o professor por possuir formação polivalente não se sentia em condições de trabalhar com música nas escolas.

1996, surge então a nova LDB, que elimina o nome educação artística e coloca ensino de artes. A partir daí, surgem outras interpretações. A minha participação na Comissão de Especialistas em Artes e Música no MEC na SESU entre 95 e 2000, mostrou entre outras coisas, a desarticulação existente na época entre as políticas para os diversos níveis de ensino.

Na SESU estávamos discutindo currículos para as licenciaturas específicas em cada uma das linguagens artísticas. Na Secretaria de Ensino fundamental, criavam-se parâmetros curriculares para o ensino das artes de certa forma prevendo o profissional para desenvolver o trabalho de todas.

Situação atual: Hoje nós temos a universidade formando licenciados em áreas específicas, e Estados e Municípios criando concursos para admitir professores polivalentes, isso sem contar que muitas escolas se utilizam de qualquer professor, de história, de geografia, para cantar com as crianças.

Outro problema sério sobre o qual eu tenho sido sistematicamente questionada quando da participação em fóruns internacionais em relação ao acesso restrito e elitista de indivíduos que buscam uma formação superior em música.

A falta de acesso à formação musical de crianças e jovens, de famílias de baixa renda, é uma realidade gritante nesse País. Como a disciplina música não é obrigatória e, portanto, não oferecida na grande maioria das escolas, o aspirante a uma carreira musical precisa ter freqüentado escolas particulares durante a sua formação pré-universitária. Como consequência, temos poucos alunos oriundos de família de baixa renda na música erudita, por exemplo. Porque os espaços públicos para aprendizagem musical são muito restritos.

Apesar de existirem muitas ONG no Brasil, e o meu colega Turíbio vai certamente discorrer sobre essa temática, estamos muito distantes de oportunizar

a uma parcela mínima de crianças e jovens o acesso ao ensino musical.

O papel da educação musical nas escolas é o de expandir o universo musical dos alunos, oferecendo a eles o acesso à diversidade de práticas e de manifestações musicais locais, regionais e multiculturais. E a oportunidade, se desejarem, de seguir a carreira profissional em música no ensino superior.

Os estudos na área de psicologia na música mostram que o ensino de música favorece o desenvolvimento de ferramentas básicas de aprendizagem, do desenvolvimento intelectual, psicomotor, emocional, e, sobretudo, da criatividade.

Já os estudos no campo da sociologia da música, mostram que o envolvimento com música auxilia no processo de integração cultural e social, e com isso, na mediação de uma cultura para a paz.

É inegável que o espaço de educação musical é um espaço de formação de valores pessoais, sociais e de cidadania, podendo assim ser importante no desenvolvimento da tolerância e da compreensão de diferentes matizes culturais.

Infelizmente, a educação musical no Brasil ainda é associada com conservatórios, com professores particulares, algo enfadonho de pouco impacto social. No entanto, como Presidente da *International Society for Music Education*, ISME, maior sociedade internacional de educação musical do mundo com sócios em mais de 80 países, eu tenho presenciado a expansão de sistemas de educação musical escolares mesmo em países com restrições religiosas.

A Associação Americana de Educação Musical possui 104 mil sócios, e mobiliza uma indústria musical de bilhões de dólares anuais. A sociedade chinesa possui 350 mil sócios, todos esses membros da sociedade que eu presido.

Todas essas convicções que há anos me acompanham e que norteiam a minha atuação profissional, estavam presentes nas falas de Ministros de Estado da Educação e Cultura e intelectuais oriundos de 93 países que participaram da I Conferência de Educação em Artes da Unesco que aconteceu em março passado, em Lisboa. A conferência mundial ela foi promovida pela Unesco com o apoio então das três sociedades internacionais de música, artes visuais e teatro.

Foram quatro dias de intensos debates, e mostras de programas de todas as linguagens artísticas desenvolvidos nas escolas em projetos comunitários ao redor do mundo. Os participantes, na sua totalidade, foram muito enfáticos ao defender o ensino das artes como forma de desenvolver a criatividade e conseqüentemente promover o desenvolvimento sustentável das economias emergentes.

Todos nós aqui presentes, uma platéia privilegiada, sabemos que nós vivemos na sociedade do conhecimento, onde o grande capital das nações está centrado no capital humano, na capacidade de produzir e comercializar o conhecimento.

As escolas, por enquanto, se constituem em espaços sociais institucionalizados, destinados ao ensino formal de crianças e adolescentes, e esta tem a obrigação de oportunizar a todos os seus alunos o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas.

Queremos que as nossas crianças e jovens façam opções musicais conscientes, para que possam agir e interagir no seu meio social de forma crítica sem serem manipulados pelo gosto musical alheio.

Concluindo, eu gostaria de dizer que incluir a obrigatoriedade de uma área de conhecimento presente na essência humana, significa antes de tudo trabalhar com cidadania, com inclusão social, com acesso igualitário aos bens culturais nacionais e internacionais. Significa aprender a respeitar e promover para além fronteira a diversidade musical brasileira e fazer dela, quem sabe, uma **commodity** para ser exportada de forma sistemática.

Como Presidente da ISME, eu não gostaria de concluir o meu mandato em 2010 tendo atuado como mediadora política em mais de 80 países, sem ver o meu próprio País atento para uma questão educacional tão importante como essa.

Nós todos contamos com o apoio de vocês no sentido de promover uma redação do Projeto de Lei que contempla a obrigatoriedade de ensino de música nas escolas. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Agradecendo a Prof^a Liane pela sua exposição, a professora, além de professora da Universidade Federal do Rio Grande, é Presidente da Sociedade Internacional de Educação Musical. Uma pessoa, por conseguinte, altamente credenciada para dizer tudo que nos disse.

Passo a palavra então ao segundo expositor, que é o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Aliás, é do Estado de Santa Catarina...

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO – Senador Roberto Saturnino, Secretário Júlio Linhares, demais colegas dessa Mesa, Srs. Parlamentares, é com muita satisfação que eu venho a essa audiência representando a ABEM, a Associação Brasileira de Educação Musical, que nesse ano de 2006 completou 15 anos de atuação, e que tem debatido incansavelmente a educação musical brasileira.

Dessa forma, é muito importante, muito satisfatório verificar que essa questão que vem sendo debatidos tantos anos pelos profissionais da educação musical, chega ao Senado Federal para que novos encaminhamentos possam ser feitos em nome, então, da formação musical do cidadão brasileiro.

Então, nessa breve intervenção eu pretendo focalizar algumas questões breves da Legislação Educacional Brasileira vigente, que afeta diretamente o ensino de música no Brasil.

Começando pela LDB, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, então se estabeleceu uma grande expectativa com relação ao ensino de música, já que o art. 26 dessa lei estabelece que o ensino de arte é obrigatório em todos os níveis da educação básica. Então, essa obrigatoriedade do ensino de arte, é sem dúvida, um avanço no sentido de que é possível realizar esse ensino e ele é obrigatório na educação infantil, no ensino fundamental e também no ensino médio.

Os parâmetros curriculares nacionais, que foram produzidos posteriormente, trouxeram alguns esclarecimentos com relação àquilo que a LDB propôs como ensino de arte. Então, arte, nos parâmetros curriculares nacionais, é entendida como a divisão em quatro linguagens: As artes visuais, a dança, a música e o teatro.

Portanto, a música está contemplada de uma certa maneira nessa orientação legal. E essa divisão dos conteúdos dentro dos parâmetros curriculares é uma divisão muito clara, e que demonstra e que afirma a especificidade de cada linguagem artística que deveria ser aplicada na escola.

Dentro dos parâmetros curriculares, diversas informações e reflexões sobre o ensino de arte no passado também estão ali apresentadas. A disciplina da educação artística, que já foi mencionada pela Prof^a. Liane, estabelecida em 1971, acabou tornando – isso nas palavras do próprio PCN – o ensino superficial, e acabou se tornando irrelevante e pouco contribuiu para o desenvolvimento das várias artes no currículo escolar.

Citando literalmente um parágrafo dos parâmetros, então... Abre aspas: “A partir destas constatações que a experiência do passado não foi uma experiência positiva para as diferentes linguagens artísticas, procurou-se formular princípios que orientem os professores na sua reflexão sobre a natureza do conhecimento artístico”. Em outro momento do mesmo texto do PCN, há a seguinte indicação. Abre aspas: “Cabe à equipe de educadores responsável pelo projeto curricular da escola trabalhar com os professores de artes visuais, dança, música ou teatro”.

Então, esses dois momentos do PCN, só para citar dois deles, já demonstram com muita clareza a

necessidade ou a obrigatoriedade de profissionais específicos para esse trabalho com cada uma das linguagens artísticas. Então, muitos exemplos poderiam ainda ser extraídos desse documento para que então a presença das diferentes linguagens artísticas na escola pudessem realmente acontecer. Mas não há clareza suficiente para um documento que procura, entre aspas, “formular princípios que orientem os professores”.

Nesse sentido, é possível perceber a possibilidade da aula de música, mas não há explicações claras para que isso aconteça de fato em todos os sistemas educacionais. Então, esses dois documentos citados, a LDB e os parâmetros curriculares distinguem claramente uma nova etapa e uma nova forma de entender o ensino de arte na escola, revogando de certa maneira a prática anteriormente utilizada da educação artística, que tinha em sua concepção a idéia da polivalência para o ensino de artes, também já mencionado pela Prof^a Liane.

No entanto, a polivalência continua presente em diversos sistemas educacionais brasileiros, perpetuando um modelo criticado pelos próprios parâmetros curriculares nacionais, quando afirmam que o resultado da prática da polivalência foi, abre aspas, “a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte”. Fecha aspas.

Então, se um documento orientador como os parâmetros curriculares nacionais, que foi produzido pelo Ministério da Educação, assumem que o modelo anterior era inadequado, pode se deduzir que o que se propõe não é a continuação daquele modelo vigente. Então, a polivalência não deveria mais estar em discussão. Mas, no entanto, ela está ainda muito presente ainda na realidade brasileira.

Então, uma breve síntese até aqui. A LDB fala da obrigatoriedade da arte. Os PCNs dizem que arte, quer dizer, artes visuais, dança música e teatro. Portanto, a música está contemplada. Os PCNs criticam o modelo anterior da polivalência, e deduz-se então que a polivalência não deveria mais ser aplicada nas escolas, se o que se pretende é uma educação de qualidade, já que o modelo da polivalência trouxe superficialidade e irrelevância para todas as áreas.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, é importante apresentar também algumas questões referentes às diretrizes curriculares nacionais no que tange a formação dos professores. O Ministério da Educação organizou um grande processo de elaboração e publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos superiores brasileiros, incluindo todos os cursos de arte.

Então, durante vários anos os profissionais das artes discutiram em diversos fóruns a necessidade de se estabelecer uma formação específica em cada linguagem artística em cursos de licenciatura, já que os cursos de educação artística não conseguiram preparar um profissional múltiplo, capaz de atuar em várias linguagens artísticas com competência.

Dessa forma, e como resultado do processo de vários anos de avaliações, debates e reflexões, as diretrizes curriculares nacionais são atualmente dirigidas para cada modalidade artística, encerrando definitivamente a idéia da polivalência para o ensino das artes na escola. Não há diretrizes curriculares para a educação artística. Não há diretrizes curriculares para formar professor polivalente de artes. Então, não há mais porque existir essa prática nos sistemas educacionais.

Então, retomando aquela síntese apresentada, pode-se acrescentar mais este ponto. Então, a LDB obriga o ensino da arte, os PCNs definem o que é arte, os PCNs criticam a polivalência e as diretrizes curriculares encerram a discussão desta prática polivalente, pois estabelecem que os cursos de licenciatura não preparam mais um profissional para atuar de maneira múltipla.

Dessa forma, só poderá ensinar música na escola quem tem formação musical adequada adquirido em curso de licenciatura específico na área de música.

Então, assim se fecha um círculo que demonstra a necessidade de professores específicos para cada linguagem artística na escola. A Legislação vigente apresenta potencialmente essa possibilidade carecendo de maiores esclarecimentos e aperfeiçoamentos para que todas essas orientações possam surtir efeitos de fato na prática escolar.

Enquanto falta clareza nas orientações, o que acontece? Em pontos isolados do território nacional, nós poderemos encontrar exemplos positivos do ensino de cada um das linguagens artísticas, mas felizmente isso não é uma regra nacional. Isso são alguns poucos exemplos. De um modo geral, essa prática não está satisfatória nos sistemas educacionais.

Tantos anos de ausência da música na escola contribuem de forma decisiva para a manutenção dessa situação. Ou seja, não há um espaço digno para a presença da educação musical escolar.

Exportamos música. A música brasileira é considerada uma das melhores músicas do mundo. No entanto, tornou-se natural não ter música no currículo, já que gerações de brasileiros têm sido privados da experiência musical na escola.

Parafraseando o texto dos próprios parâmetros curriculares, quem não tem música na escola tem uma experiência de aprendizagem limitada. E o que

se pretende é oferecer às crianças e jovens do Brasil uma educação com conteúdo humanístico, estético e artístico capaz de contribuir para uma educação com mais qualidade.

Com essas considerações, é fundamental que sejam revistas as questões de orientação educacional com relação à música.

O fato da Legislação e outros documentos educacionais indicarem potencialmente a presença da música no currículo não tem sido suficiente para garantir que todo cidadão brasileiro vivencie a música em seu processo educativo. Entende-se que as mudanças podem levar tempo, mas a clareza na Legislação será certamente um indicador para que o ensino de música esteja presente na educação musical, na educação brasileira.

Então, é preciso, para encerrar, que se estabeleça de forma inequívoca, digna e legal o espaço da música na formação dos cidadãos brasileiros. Para isso, medidas urgentes são necessárias para que se inicie um processo de integração da música ao currículo escolar de todos os sistemas educacionais brasileiros. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Obrigado ao Prof. Ferreira de Figueiredo, que falou também em nome da Associação Brasileira de Educação Musical.

Antes de passar a palavra ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, eu quero registrar a presença que muito nos honra de Felipe Radicetti, compositor e coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Cristina Saraiva, compositora e professora de história e coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Prof^a. Magali Kleber, professora adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina. Prof^a. Maria Isabel Montandon, professora do Departamento de Música da UnB, Prof^a. Cristina Grossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical, pela qual acabou de falar o Prof. Ferreira de Figueiredo. Prof. José Mauro Ribeiro, Presidente da Federação dos Arte-Educadores do Brasil, e a Sr^a Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do IPHAN.

Muito bem, agradecendo a presença dessas pessoas, que enriquecem a nossa audiência, eu vou passar a palavra agora ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, um músico, um dos mestres da música brasileira, reconhecido como tal, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a palavra, Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Bom dia. É uma honra estar aqui. Quero saudar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Saturnino Braga, o representante

do Ministro, Prof. Murilo Hingel, o Secretário Júlio Linhares, e vou começar a falar... É quase inevitável no assunto educação musical, de Heitor Villa-Lobos.

O maior Projeto de Educação Musical no Brasil foi criado e administrado por Heitor Villa-Lobos entre 1930 e 1945. Chamava-se Sema. Tinha essas iniciais, SEMA, Superintendência de Educação Musical e Artística. Segundo o seu biógrafo, o Embaixador Vasco Mariz, Villa-Lobos sempre foi apaixonado pela infância. Para ele, a melhor maneira de reeducar o espírito era aproximar-se das crianças, conviver com elas. O que ele fez a vida toda, por sinal. Eu mesmo me considero fruto desse Projeto do Villa-Lobos, do Projeto do Sema, assim como a maior parte de intérpretes e músicos na faixa de 60 a 65 anos.

Como Villa-Lobos concentrava o seu Projeto Musical nas professoras e professores de canto orfeônico, eles repercutiam com grande êxito as idéias musicais dele para o mundo infanto-juvenil. Todos nós já acompanhamos a documentação sobre as manifestações cívicas realizadas por Heitor Villa-Lobos durante o Governo de Getúlio Vargas. Aqui temos uma demonstração, aqui na foto. Mas se colocarmos o foco desse acompanhamento na preparação e treino dos professores poderá entender melhor a enorme quantidade de compositores e intérpretes, resultado do ensino musical do nosso maior compositor. Esse ensino musical trouxe à tona do inconsciente brasileiro a nossa extraordinária riqueza musical, disseminada por todo o País.

O famoso guia prático de Villa-Lobos recolheu, harmonizou e organizou o cancionário folclórico e popular de todo o Brasil. Uma obra didática, mas preservadora da memória musical, que catapultou para gerações subseqüentes um repertório dinâmico, motivador, inspirado e cheio de poesia, e que realmente sacudiu a infância e a juventude de toda a minha geração.

Em todos os movimentos musicais, o esforço didático de Villa-Lobos se fez sentir, desde a bossa nova à tropicália, de Tom Jobim a Caetano Veloso, dos choros aos sambas, de Jacó do Bandolim a Paulinho da Viola. Se considerarmos o benefício cultural extraordinário para a população brasileira, não podemos excluir o movimento econômico fabuloso que gera a nossa música.

Dentro e fora do País, popular, clássica, religiosa, folclórica, ela nos guia sempre como manifestação essencial da alma brasileira. Do poder extraordinário do ensino musical na transformação e educação de crianças, eu tive duas experiências muito felizes, e diria mesmo extraordinária. A primeira foi junto à comunidade da favela D^a Marta, no Rio de Janeiro, iniciada em 1986 pelo Museu Villa-Lobos, e apoiada pela Academia Brasileira de Música pela LBA e pela SEBIA(F).

A segunda experiência, continuação de certa forma do mesmo Projeto, começou a partir de 1999 tendo sido financiada pela Família Moreira Salles e vários padrinhos beneficentes. Chama-se os "Villa Lobinhos". O parêntese aqui, a idéia foi do banqueiro Walter Moreira Salles que não adotou nenhum favorecimento fiscal. Todos esses padrinhos e a própria família perdiam dinheiro, mas ele queria dar um exemplo para a elite brasileira.

Em ambos os projetos, tivemos um público que variava entre sete e dezessete anos, de baixa renda, e sequioso pela aprendizagem musical. Os alunos mais aplicados e que se transformariam em profissionais modificaram as condições econômicas de suas respectivas famílias, e passaram a ser eles mesmos vetores desse tipo de transformação. A mãe não admitia que o filho estudasse música, porque ele ajudava a vender bala no sinal. Na medida em que ela foi percebendo que aquele aprendizado de música favorecia a família, inclusive economicamente, a família toda adotou o mesmo instrumento, que era a flauta doce. Isso era um exemplo para justificar essa transformação. É como se fosse uma pedra que você joga dentro de um lago, e aqueles círculos vão atingir lugares que você nem imagina. É isso que a educação musical promove, principalmente nas faixas carentes, nas faixas de baixa renda. Esse mesmo efeito vem sendo sentido por uma atividade do Museu Villa-Lobos, iniciada em 1985, e chamada mini-concertos didáticos. Abraçada pelos funcionários do museu, ela se dirige preferencialmente a crianças da rede pública e privada e já conta com o elenco de 60 jovens músicos que se apresentam para pequenos públicos de 25 a 35 crianças, passando informação musical e artística sobre a música, seus instrumentos e sua história.

Mais uma vez, sentimos nessas crianças, são cerca de oito mil por ano, a busca por uma sinalização forte do nosso País e da nossa cultura.

Recentemente ampliamos essa experiência preparando os professores de educação artística para atividades mais específicas dentro do ensino musical no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado. Ora, nós usamos a experiência do próprio Villa-Lobos, com o seu sistema de manossolfa, o seu sistema de ensino aos professores, e a repercussão que vai muito além da nossa imaginação. E descobrimos o óbvio: Os professores também estão sedentos de ensino musical, e ansiosos para poderem participar com a máxima eficiência na formação de nossas crianças e de nosso futuro.

Villa-Lobos dizia que a música é feito um ser humano. A cabeça é a melodia, o corpo é a harmonia, e os membros o ritmo. Eu tive a chance e a oportunidade

de escutar essas belas palavras ditas pelo próprio Villa-Lobos. Mas eu acho que nós, todos juntos, precisamos dizer que a educação musical é a consciência desse ser humano e a materialização de um sentimento de brasilidade que precisa pairar sobre o nosso futuro.

Portanto, visando dar continuidade à fantástica visão didática de Villa-Lobos, precisamos a garantia legal do ensino de música nas escolas de educação básica com realização de concursos para os professores, e cursos para o seu aperfeiçoamento constante. Estaremos, então, interpretando a obra mais bonita do nosso maior compositor. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado dizemos nós, Turíbio Santos, pela sua exposição, que trouxe à nossa lembrança e a nossa consideração essas figuras extraordinárias da nossa história. Villa-Lobos é conhecido como um dos maiores e muitos dizem que o maior de nossos compositores. Mas costuma-se esquecer que ele foi talvez o maior... E aí eu acho que seguramente, o maior divulgador da música, o maior educador musical brasileiro, promovendo aqueles espetáculos fantásticos no estádio São Januário, com coro de crianças de todas as escolas do Rio de Janeiro. Um momento extraordinário da cultura brasileira e da formação cultural do povo brasileiro coordenado, liderado por essa figura extraordinária que foi Villa-Lobos. Claro que teve o apoio de Capanema, que era o grande Ministro da Educação, e do próprio Presidente Getúlio Vargas, que era um homem que tinha sensibilidade para a importância desses fatos. E outro exemplo admirável também do banqueiro Walter Moreira Salles, um financista, um homem que foi Ministro da Fazenda, que foi Embaixador do Brasil em Washington, mas que também tinha a sensibilidade para a importância do desenvolvimento cultural de nosso povo, e que, como disse Turíbio, ele promoveu um programa de educação musical para as crianças, os “Villa Lobinhos”, com recursos que não tinham incentivos fiscais, não. Saía do bolso dele e ele arrecadava de outros amigos para financiar esse movimento.

Então, esses exemplos são edificantes e são muito importantes no momento em que nós estamos aqui discutindo a questão da inclusão da música no currículo. E eu antes de dar a palavra ao próximo, eu quero registrar também a presença além daqueles que eu já citei, de Beatriz Sales, que é Chefe do Departamento de Música da UnB, e de Cláudio Coin(F) que é o espala(F) da nossa orquestra sinfônica, representando a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Agradeço a presença de ambos, e passo a palavra então ao quarto dos nossos expositores, que é

Murilo Hingel. Foi Ministro da Educação e hoje é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Com a palavra o Dr. Murilo.

SR. MURILO HINGEL – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Saturnino Braga, que é o autor do Requerimento que propiciou esta Audiência Pública, cumprimento os meus companheiros convidados, gostaria de fazer um cumprimento especial ao Ministro Cristovam Buarque, a quem devo em grande parte a minha nomeação para o Conselho Nacional de Educação, quem sabe, abrindo um importante precedente, porque ex-Ministros em um Conselho Nacional de Educação, evidentemente, têm uma grande contribuição a oferecer.

Eu não preparei nenhum texto, porque eu fui comunicado na tarde de ontem que deveria estar aqui presente como membro do Conselho Nacional de Educação, representando o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. Mas, afinal, esta determinação de última hora ela se tornou muito importante, porque eu integro a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e faço parte da Comissão que exatamente nesse momento, está examinando a revisão e atualização das diretrizes curriculares para a educação básica. Não poderia haver um momento mais propício para que eu pudesse ouvir os convidados, três dos quais foram brilhantes na sua defesa da música nos currículos de educação básica. E certamente eu vou poder levar aos meus companheiros de Comissão, aos meus companheiros de Câmara de Educação Básica tudo aquilo que eu estou ouvindo aqui nesta Audiência Pública.

Queria também dizer que é a primeira vez que retorno ao Senado Federal depois de 12 anos, porque em 1993 e 94, eu estive muitas vezes no Senado Federal, exatamente na Comissão de Educação, discutindo com os Srs. Senadores sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que havia nascido do Poder Legislativo. Que chegou a ser aprovado, esse Projeto de Lei, pela Câmara dos Deputados. Chegou a ser aprovado pela Comissão de Educação do Senado e de repente eu não sei dizer por que, talvez aí os historiadores possam buscar melhores informações, esse Projeto saiu de circulação depois de ter sido debatido por toda a sociedade brasileira em numerosos simpósios, conferências e encontros, e foi substituído por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que tem virtudes, mas que precisa ser revista e atualizada, porque dez anos depois ela se mostra inadequada à realidade da educação no Brasil.

Penso que se tornaria desnecessário dizer que eu comungo com as idéias dos que me antecederam. Assim como com as idéias do Senador Saturnino Bra-

ga ao propor essa Audiência Pública. Realmente, não há que discutir sobre a importância da educação musical na formação do cidadão, que afinal de contas, é o grande objetivo da educação em qualquer nível, em qualquer modalidade, em qualquer etapa, em qualquer situação.

Portanto, nisso nós estamos plenamente de acordo. Também quero dizer que nas oportunidades em que pude exercer um trabalho nessa direção, eu aproveitei essas oportunidades.

No Governo Federal nós tivemos ocasião de desenvolver o Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e aos Adolescentes, o PRONAICA, que construiu por todo o Brasil cerca de 450 centros de atenção integral à criança e o adolescente, e essas unidades educacionais era unidades de ensino em dois turnos. Por conseguinte, criavam as condições para o trabalho com a música e assim também com os esportes, o lazer, o teatro, o cinema, e tudo mais, porque eram unidades de tempo integral. Eu insisto nesse dado porque eu acho que aí é que nós vamos encontrar alguns problemas para superar. E eu acho que eles são superáveis.

Além disso, naquela ocasião nós apoiamos financeiramente um programa muito interessante, e eu me lembrei dele por uma das fotografias aqui, umas transparências apresentadas pelo nosso músico Turibio Santos, o Projeto Curumim. O Projeto Curumim era um Projeto complementar à escola, que oferecia ao aluno recuperação de estudos, e oferecia, além disso, esporte, música, teatro, dança e lazer. Desenvolveu-se especialmente no Estado de Minas Gerais, e continua existindo. Infelizmente não teve prosseguimento como uma ação governamental de política pública voltada para a educação. Embora o Projeto tivesse nascido na Secretaria de Esportes do Estado de Minas Gerais. E como Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, de 1999 a 2002, eu tive o prazer de desenvolver algo que me parece privilégio do Estado de Minas Gerais. O Estado tem na sua rede educacional, 11 conservatórios estaduais de música. Repito: Na sua rede educacional. São unidades que integram a Secretaria de Educação. E a essas unidades nós demos muito apoio construindo prédios próprios, equipando-as, e tornando-as, trabalhando em coordenação, um resultado bastante expressivo. Lembro que nos conservatórios estaduais de música de Minas Gerais, associa-se a educação básica, ensino fundamental e ensino médio, portanto a educação regular com a educação musical. E na verdade, os conservatórios também trabalham com o tempo integral, porque os alunos vão em um turno diferente daquele em que as aulas são oferecidas para receber a educação musical.

Bem, falamos agora do nosso apoio, do nosso interesse. Agora, como fazer? E aí, sem dúvida nenhuma, que nós temos o nó a ser desatado. O que temos no Brasil? Nós temos na educação básica, e vamos nos voltar particularmente para o ensino fundamental, que é o único ensino obrigatório nos termos constitucionais, talvez fosse o momento de rever a Constituição e tornar obrigatório também a educação infantil e o ensino médio, mas o único obrigatório é o ensino fundamental. E imensa maioria de escolas brasileiras de ensino fundamental elas trabalham em tempo parcial. Na verdade, elas cumprem 200 dias letivos, que é o mínimo exigido, nem todas atingem a essa quantidade de dias letivos, com quatro horas de atividades escolares por dia. Isto é, 800 horas anuais. E nem todas as escolas cumprem essa carga horária. Haja vista que municípios de São Paulo que ainda tem muitas escolas diurnas que funcionam em três turnos. É claro que aí não é possível chegar às 800 horas de atividade escolar. Ora, se nós temos assim 20 horas de trabalho escolar por semana, quatro horas diárias de segunda a sexta-feira, porque nenhuma escola trabalha aos sábados a não ser em situações excepcionais, a carga horária a que o aluno está obrigado, ela é mínima. Na verdade, uma das menores do mundo. E nessa carga horária, nós queremos que o aluno aprenda português, matemática, história, geografia, ciências, sem contar o tempo destinado à educação básica, e eventualmente ao ensino religioso de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa.

Os sistemas de avaliação do ensino fundamental têm mostrado os resultados lamentáveis, conhecidos nacionalmente e internacionalmente. Que alunos que estão no quarto ano do ensino fundamental, na verdade, não sabem ler e escrever, e muitos dos que estão no oitavo ano do ensino fundamental são analfabetos funcionais.

Então, como tornar obrigatória a disciplina música? Não estou nem falando na educação infantil e do ensino médio. Estou falando do ensino fundamental. O que obrigaria a reduzir a carga horária de alguns dos outros conteúdos. Mas haveria uma outra alternativa? Eu acho que há outra alternativa. A primeira delas é claro, nós temos que trabalhar para termos um ensino fundamental de tempo integral. Isso não há dúvida nenhuma. Isso tem que ser prioridade das políticas públicas de educação do Brasil. Porque é isso que vai tornar possível enriquecer o currículo e oferecer muito mais. Mas enquanto nós temos quatro horas diárias de atividade escolar, o que fazer? A mim me parece, e eu trocava essa idéia com os outros convidados, um dos quais o João Guilherme Ripper, que ainda vai se manifestar, eu dizia que talvez uma forma fosse a

de tornar obrigatória na educação básica a educação musical. Admitindo, porém, para a educação musical o agrupamento de alunos não por ano ou por série, mas segundo o seu interesse, a sua vocação, segundo a sua manifestação como, aliás, se recomenda para o ensino de línguas estrangeiras, como, aliás, se recomenda para a dança, para o teatro. Que os alunos vão ser agrupados não por estarem no segundo ano do ensino fundamental ou no sétimo ano do ensino fundamental. Mas por terem um mesmo nível de desenvolvimento, um mesmo nível de interesse.

Então, as escolas teriam que ter um professor de música. E esse professor teria que ter uma formação muito apropriada, não apenas para atender aos alunos vocacionados, mas também para despertar nos demais alunos o gosto pela música nas suas mais variadas manifestações, pois a música é um instrumento de valorização da nossa nacionalidade. Falou-se aqui em Heitor Villa-Lobos. O que mais poderia valorizar a nossa nacionalidade do que a música de Heitor Villa-Lobos? E o que mais pode despertar admiração pelo Brasil do que a música popular brasileira, os nossos grandes compositores?

Então, a escola teria que ter professor de educação musical, de música. Os alunos seriam enturmados e matriculados de acordo com o seu interesse, vocação e aptidão e de acordo com capacidade do professor de levantar a sua vontade de aprender música nas suas variadas manifestações.

Fica aí, portanto, uma sugestão. É claro que ao levar a Câmara de Educação Básica o que eu estou ouvindo ou o que eu estou dizendo aqui nesta audiência pública, certamente eu poderei defender uma posição como esta. Como esta é possível defender. Agora, ficará difícil defender a introdução da música como disciplina no currículo obrigatório da educação básica, particularmente do ensino fundamental. Muito obrigado.

(palmas.)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado demais nós ao aproveitar Murilo Hingel, que já se mostrou um aliado importante, na medida que como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho, ele levará os pontos de vista aqui expressos, e que coincidem com os deles também para que seja modificado, enfim, a Legislação com a introdução do ensino de música.

Aproveito para fazer um comentário, antes de passar a palavra ao último expositor aqui, esta defesa que nós fazemos já era feita há 2500 anos por Platão. Na República, Platão aconselhava... E ele dava conselho sobre todas as atividades do ser humano, ideais para a constituição de uma República ideal, mas

a educação das crianças tinha que passar pela música. Não só pela matemática, que naquele tempo era aritmética e geometria, pela fala e pela escrita, pela retórica e pela música. Que dizia ele, que a música é importantíssima para a formação da inteligência, do sistema nervoso que efetivamente é hoje se constata isso. Naquele tempo era uma intuição de Platão, uma observação, e naturalmente a ginástica, o atletismo, que era a complementação do corpo às virtudes do espírito que eram formadas na infância.

Então, agradecendo muito ao Prof. Murilo Hingel, que também fez a referência a Villa-Lobos, que é uma marca extraordinária do Brasil, e eu vou aproveitar também para passar uma informação que eu escutei na Confederação do Comércio no Rio de Janeiro, há pouco tempo atrás. A Confederação do Comércio fez uma pesquisa para aconselhar aos exportadores brasileiros a levar junto com seus produtos uma tática de **marketing** que tornasse os produtos brasileiros simpáticos à receptividade no mundo. E fiz uma pesquisa sobre qual a face dos brasileiros mais simpática aos povos do mundo inteiro. E claro que essa pesquisa foi feita na Europa e nos Estados Unidos. E surpreendentemente todo mundo esperava que fosse o futebol. E surpreendentemente foi a música.

Quer dizer, então a Confederação passou a aconselhar aos exportadores brasileiros que fizessem o **merchandising** do seu produto junto com alguma coisa que levasse à música brasileira, porque a música era a mais bem recebida de todas as atividades desenvolvidas no Brasil de nossos dias. A música realmente... A Prof. Liane fez uma referência à capacidade da música, a capacidade de desenvolver a sociabilidade, a confraternização, e evidentemente a paz.

Eu também quero lembrar um episódio, um episódio histórico que até faz parte de um filme que está sendo esses dias lançado no Rio de Janeiro, um filme que se passa na I Grande Guerra Mundial, de 14 a 18, aquela guerra que era uma guerra de fronteiras onde os inimigos ficavam de uma distância que não era muito grande, entrincheirados, e o que pusesse a cabeça fora da trincheira era fuzilado, metralhado, então, ficava aqueles impasses. Era uma guerra que acabou não... Levou muito tempo num impasse de trincheiras, e na noite de Natal de 1917, um soldado alemão, da sua trincheira, começou a cantar "*Stille Nacht*". Noite feliz, noite silenciosa. *Stille Nacht*... Eu me emociono até lembrando desse episódio. E imediatamente os franceses e os ingleses do outro lado começaram a cantarem juntos. E levantaram-se das trincheiras. E os soldados saíram de suas trincheiras e foram confraternizar. Abraçaram-se, desejaram Feliz Natal, e voltaram para as suas trincheiras e con-

tinuaram à guerra. Mas a música teve esse condão, esse enfeitiçamento de levar o sentimento da paz, da fraternidade, da humanização do ser humano. Isso é um episódio absolutamente único, talvez, na história de todo mundo, mas que tem essa importância e que mostra o que a música é capaz de fazer nas almas ou na vibração das almas dos seres humanos.

Bem, eu já falei demais, vou passar aqui a palavra ao último expositor. João Guilherme, compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, a grande sala musical da minha cidade do Rio de Janeiro. Com a palavra o professor.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão, Ex^{mo} Sr. Murilo Hingel, representante do Ministro da Educação, Júlio Linhares, Secretário da Comissão de Educação do Senado, senadores aqui presentes, demais membros que compõem essa Mesa, senhoras e senhores.

Nos últimos sete anos tive a oportunidade de dirigir duas instituições que atuam nas áreas de educação e produção musical. Primeiro, a Escola de Música da UFRJ, que dirigi de 99 a 2003, depois a Sala Cecília Meireles, que é uma das principais salas de concertos do País, e que dirijo desde 2004. Em ambas as situações pude perceber que a falta de ensino musical nas escolas afeta tanto aqueles que desejam ingressar na profissão como os seus futuros ouvintes. A música de concerto é tida como elitista e inacessível, quando, na verdade, falta na maior parte dos casos conhecimento básico para apreciá-la.

Atualmente pode-se considerar que a educação musical de crianças e jovens está restrita a meritórios programas sociais e educativos, alguns dos quais com excelentes resultados, como acabaram de mostrar Turíbio Santos. Algumas das imagens que vocês viram foram de um concerto recentemente realizado na Sala Cecília Meireles com excelente afluência de público, e o resultado emocionante desse trabalho feito pelo Museu Villa-Lobos, dirigido pelo Turíbio.

A educação musical, entretanto, deveria ter uma existência muito mais abrangente em nossa sociedade, porque a música é a própria essência da nossa civilização. A educação musical não visa à formação de profissionais, apenas, mas de um público capaz de usufruir o imenso patrimônio que foi construído em sua maior parte no decorrer dos últimos quatro séculos, e que se constitui uma das maiores provas do gênio humano.

Aaron Copland, compositor americano do Século XX, fala em livro “Música e Imaginação”, de ouvintes talentosos. Ouvintes talentosos são pessoas que são capazes de abordar gradativamente um repertório

musical cada vez mais amplo e explorar relações sonoras cada vez mais complexas. Em minha opinião, esses ouvintes são co-responsáveis pela evolução da arte musical juntamente com os compositores e intérpretes que revolucionaram a arte da música. Não há como separar as inovações de Arnold Schönberg da rica vida musical vienense do início do Século XX, onde cada residência abrigava um piano, onde a música fazia parte da formação de todo jovem.

No Brasil, como bem colocou o Turíbio, o impacto do canto orfeônico de Villa-Lobos e do Sema na formação musical de toda uma geração, proporcionou uma grande efervescência nos anos 50, 60 e 70, inclusive com a intensa participação do público em festivais de música contemporânea, como as bienais de Música Brasileira Contemporânea e os festivais de música nova de Santos, em São Paulo.

A iniciativa de Villa-Lobos ainda se reflete hoje nas cabeleiras grisalhas que freqüentam as salas de concerto. Mas quem irá substituí-las?

Eu passo a relacionar pontualmente as minhas principais observações quanto às conseqüências da supressão da disciplina educação musical do ensino fundamental, conforme pude perceber no exercício das direções da Sala Cecília Meireles e da Escola de Música da UFRJ. Elas representam dois lados da situação: A formação musical do ouvinte e a formação musical encaminhada à profissão. Então, eu começo pela Escola de Música da UFRJ. São observações de caráter pessoal num universo restrito, mas que podem ser até um determinado ponto, generalizadas. Existiu no decorrer da minha vida de estudante até a minha vida profissional uma redução da procura pela carreira de músico. Ela passou a ser menos procurada, sobretudo nas áreas de composição e regência. Existiu também uma mudança do perfil sócio-econômico dos alunos. Antigamente nós tínhamos uma clientela na escola de música muito mais ampla. Ela era formada por estudantes da classe média e estudantes de baixa renda que vinham através das bandas do interior e que vinham também de igrejas evangélicas.

Hoje em dia nós notamos também uma pouca preparação cultural e humanística dos alunos. O que eu reputo também à falta de educação musical no ensino básico. Existiu também uma mudança da origem geográfica dos alunos. Hoje em dia existe muito pouca procura pela carreira musical de estudantes da classe média. Existe muito mais de estudantes que moram na periferia e que são egressos desses movimentos sociais educativos e também de igrejas evangélicas que vão procurar a formação superior na escola de música.

Eu acho que existe também uma ausência de escuta crítica ou seletiva, sobretudo, em relação à música

comercial. Hoje em dia nós somos bombardeados por uma música comercial de baixa qualidade e que o aluno ou o jovem, em geral, ele é pouco crítico, ele é pouco seletivo em relação a isso. Eu também reputo isso à ausência da educação musical no ensino básico.

Existe também uma procura do músico por trabalhos mal remunerados, ainda na fase de formação. Isso nós notamos pela ausência do músico nos concertos. O músico em formação não assiste a concertos. Não assiste a concertos por dois motivos: Primeiro, porque ele mora longe. Ele tem dificuldade de transporte, o transporte acaba sendo oneroso para ele virá assistir concertos na Sala Cecília Meireles no Teatro Municipal, e o outro motivo é que ele, para poder ganhar alguma coisa, ainda em fase de formação, ele começa a frequentar orquestras jovens, que tem uma pequena bolsa. Então, como tem uma pequena bolsa, ele frequenta três. Ele toca em três ou quatro orquestras jovens. Então, ele não pode participar de palestras, não pode participar de concertos, **máster class**, e ele também mal participa da orquestra universitária, que é uma orquestra mais de formação. Na Sala Cecília Meireles eu notei o outro lado da moeda. A redução da fluência de público jovem aos concertos. Nós temos na Sala Cecília Meireles uma política de ingressos a um real para estudantes das escolas de música. São fileiras específicas. Eu não consigo, na maior parte dos casos, encher essas fileiras. Os alunos não comparecem aos concertos. Fiz uma enquete, uma pequena pesquisa. A resposta é... Está no quadro anterior. Eu não posso vir porque eu tenho a orquestra tal, tal e tal que eu tenho ensaio. Então, as terças, quintas e sábados ele toca na orquestra X, Nas segundas, quartas e sextas na orquestra Y. Ele ainda tem que dar conta dos trabalhos escolares... Então, ele não pode comparecer ao concerto. O aluno de música não vai ao concerto. Por conta disso, a ineficiência da política de ingressos populares para estudante de música, não tem sido, e é uma autocritica que nós fazemos, não tem sido eficiente essa política. Falta de acesso à música. Isso, em geral, não só com alunos de música, mas falta de acesso do jovem aos concertos. E o concerto é um bem cultural. Justificativa da apresentação musical. Quer dizer, o que é que acontece? Nós só conseguimos ter apresentação musical quando ele é vinculado a uma ação social e educativa. E a ausência, mais uma vez, da escuta crítica em relação à música comercial.

O objetivo da educação musical é contribuir para a capacitação do indivíduo com vistas ao pleno exercício da cidadania. Acredito que dentre as definições de cidadania, algumas delas contemplem o pleno acesso aos bens gerados pela indústria cultural. E aqui eu faço uma distinção entre cultura e entretenimento. Indústria

cultural, bens de qualidade. Não adianta uma política de ingressos a preços populares quando não há público que possa usufruir.

A educação musical não cria apenas pessoas capazes de assistir a um concerto ou uma ópera, mas também beneficia o aprendizado em outras áreas, como a matemática. Afinal, música é a proporção matemática traduzida em ritmo e som, Teremos também ouvintes mais críticos e seletivos que identificam na indústria de entretenimento produtos de melhor qualidade.

Como mencionou o Prof. Sérgio Figueiredo, os cursos de licenciatura e educação artística estão felizmente sendo substituídos por aqueles de licenciatura em música. Universidades no Brasil seguem esse caminho, estão preparadas para atender à demanda das escolas em busca de professores qualificados. Acredito que com a participação de profissionais formados especificamente para esse fim, conseguiremos oferecer uma educação musical de qualidade.

Usando aqui uma imagem do Senador Roberto Saturnino, eu acho que é hora de nós sairmos das nossas trincheiras, e sairmos cantando em prol da educação musical desse País. Será uma verdadeira revolução na vida cultural do Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Obrigado, João Guilherme Ripper, pela sua exposição. Desnecessário ressaltar a alta qualificação e a riqueza das exposições aqui trazidas.

Eu vou passar então a palavra aos Senadores que quiserem... Já tem aqui dois Senadores inscritos. Vou apenas pedir licença para registrar a presença do Maestro Emilio de César, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes, Coro e Orquestras. Obrigado pela presença aqui, muito prestígio, e a palavra então vou passar ao Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, e ex-candidato à Presidência da República, com uma belíssima campanha desenvolvida em torno da questão da educação, enfim, uma pessoa que sempre tem muito a nos dizer.

Com a palavra... Ah, um momento. Eu peço, porque o Secretário me avisa e eu me esqueci de fazer uma referência ao Prof. Murilo Hingel referiu-se à importância do ensino em tempo integral, ensino básico em tempo integral. Esta Comissão do Senado, há uma semana ou duas semanas atrás aprovou um Projeto instituindo a educação básica em tempo integral.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): E o Relator desse Projeto foi exatamente o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): E fazendo justiça ao autor, foi o Senador Marcos Guerra.

Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria lhe agradecer por essa manhã aqui, esse trabalho tão inosso do Congresso a gente ter uma manha para ouvir músicos, professores de música defenderem a música é algo fundamental. Eu não consegui pensar aqui Júlio o argumento deveria fazer uma sobre poesia. Precisamos encontrar um pretexto para fazer isso. Ao mesmo tempo, eu fico feliz de ver o ânimo como vocês vêm aqui defender algo fundamental.

Era o próprio Einstein que dizia que a imaginação é mais importante que o conhecimento. Não há imaginação sem música. Música e literatura são as duas pernas da imaginação. E não adianta querer ter uma boa educação sem dar imaginação às nossas crianças. Sem falar do prazer estético, sem falar da beleza, sem falar do usufruir da música. Então, é óbvio que música tem que estar como uma disciplina obrigatória na educação. Não é possível não estar. Português tem que estar, matemática tem que estar, música tem que estar. O que a gente tem que discutir é por que não está e como fazer para que venha. Três coisas eu acho que fizeram com que não tenha. Uma é que a gente abandonou a educação. O segundo é que a gente seguiu a educação, e o terceiro é que a gente mercantilizou a educação.

Eu vou começar pelo último. A Professora Liane fez uma bela defesa. Mas inclusive usou um argumento que parece de nós políticos. Quando a gente quer conseguir, usa os argumentos dos outros, quando a senhora disse que a música pode vir a ser uma boa *commodity* para a exportação. Ao mesmo tempo eu lhe felicito por ter tido essa argúcia retórica, eu fico triste que a gente, para defender a música, precisa dizer que ela é uma *commodity*. Daqui a pouco vai ter gente justificando as igrejas que criam, porque a gente vai poder exportar religiões. Aí Deus virou uma *commodity*. E não está longe de ser usado como justificativa disso. Então, nós mercantilizamos. E de fato, a música não é, no processo educacional, um instrumento que ajude a dar emprego para criança. Claro que muitos vão ter talento, mas para todos é importante. As pessoas não percebem isso. As pessoas acham que um curso de digitação é mais importante que um curso de tocar piano. Os teclados... Um é mais utilitário do que o outro. E a gente tem que perder isso. Porque em longo prazo, é burrice não ensinar música. Mesmo do ponto de vista utilitário. Aquele que aprende música, ele desenvolve melhor a sua aptidão nas outras áreas. Muitos acham que dificilmente Einstein teria formado a Teoria da

Relatividade se ele não tocasse violino, mesmo que sem ser um grande músico, obviamente. Grandes músicos são raros, como grandes jogadores são raros, de futebol. Mas todos jogam futebol, e é importante.

Então, primeira coisa é essa, trazer a idéia de que educação é mais do que uma profissão. Então, você aprende música não para ser um profissional de música, mas para ser um bom profissional em qualquer área e para ser um bom cidadão e para usufruir do mundo. Segunda é a segmentação, a gente tem que voltar à idéia de que cultura e educação têm que estar juntos. Juntas. Não é possível a gente achar que cultura é uma coisa e educação é outra. Mas hoje se passa essa idéia. Não há como ter uma boa educação sem ter cultura lá dentro da escola. E também não há como ter o desenvolvimento cultural pleno, salvo alguns gênios sem a gente poder fazer com que a educação seja um setor fundamental.

E aí vem a outra coisa, o abandono. A educação já teve canto orfeônico. Eu tive canto orfeônico. Porque era para poucos. E como a educação era para poucos, a gente dava importância a ela. Era para a elite, para a aristocracia. Os poucos que conseguiam vagas nas universidades públicas, raríssimas, mas eram boas. O Colégio Dom Pedro II sempre foi uma excelência. Mas Dom Pedro fez aquele colégio para os pouquinhos dos filhos dos seus amigos, dos filhos da Corte. [soa a campainha] Quando ela ficou para todos, imediatamente nós abandonamos. Entregamos ao Município. O Município, sim, é que tem que gerenciar. Mas não é quem tem que ter a responsabilidade. Primeiro porque as nossas cidades são muito desiguais. E uma criança não tem culpa de nascer numa cidade ou na outra. Hoje no Brasil o futuro de uma criança depende de uma cidade dela. Então, tem que nacionalizar a educação. Era Getúlio que a gente falava. Hoje se a gente for comentar sobre educação, a gente vai comentar do Governador, e não do Presidente. O Presidente tem nada a ver com a educação hoje no Brasil. A não ser as universidades, que são federais, e as escolas técnicas. Tem, nacionalizar a educação. Deixando a gerência para o Prefeito.

Aliás, aí eu sou radical. Eu defendo até que a gerência pode ser dos pais e dos professores. Não precisa nem ser do Estado. Agora, o padrão é nacional. Os recursos são nacionais. Não pode ser só locais. E aí fazer integrá-lo á escola. Não há dúvida, não há como ensinar. Não só música, as outras coisas todas necessárias sem ser integral. A classe média resolveu o seu problema. O menino sai às quatro lá da escola, aí põe no carro, e leva para estudar música não sei aonde, balé não sei aonde, inglês não sei aonde, francês, ginástica, judô... Então, inventaram a escola em horário

integral partida. Espalhada. Termina-se gastando um dinheirão de transporte. Criando neuroses, raiva dos meninos de se locomoverem tanto quando podia ser na própria escola.

E aí eu quero concluir dizendo: O caminho da gente, a meu ver, para forçar o ensino médio e fundamental em horário integral, para ter música, é criar a demanda. O que é necessidade não se realiza. O que é demanda se realiza. Enquanto não é obrigatório o ensino médio, os Governadores ficam na deles. Não é obrigatório, não fazem. E os pais não procuram. Quando for obrigatório, os pais vão procurar. No começo, alguns. Ai será obrigado a fazer. Uma criança numa calçada de uma escola necessita dentro da escola a demanda. Quando você põe uma criança que está na calçada dentro da escola, não tem cadeira para ela, não tem professor para ela, não tem merenda para ela... Mas vai aparecer. Porque ela passa a demandar. Só que no Brasil demandam aos poucos. Os outros necessitam. Tem que transformar a necessidade em demanda. Como? Fazendo leis que obriguem o Estado a dar aquilo que as pessoas necessitam e não tem a demanda. Ou porque não tem o dinheiro, como resolve privadamente a classe média alta, ou porque não tem uma lei que lhe garanta.

Então, vamos aprovar, sim, essa lei, antes mesmo de haver horário integral. Porque ela é um instrumento para viabilizar o horário integral. E outras leis desse tipo.

Então, Senador Saturnino, meu amigo, eu lhe agradeço essa manhã. Foi uma bela manhã, e vamos fazer com que ela seja conseqüente. Que ela não seja só como ir ao concerto, e sair deslumbrado, que já é uma grande justificativa, mas vamos fazer com que ela tenha utilidade.

Eu já saio deslumbrado. Mas não me contento com o deslumbramento. Eu quero ter uma transformação do mundo a partir disso aqui. Vamos levar rapidamente o Projeto obrigando o ensino de música. E aí que se consiga dar o tempo necessário. No começo até vão tirar uma disciplina e pôr música. Ta bom. Não faz mal, no começo. [palmas] Mas aí as pessoas não vão querer isso. Aí, aqueles que ficarem sem uma disciplina, vão lutar para que essa disciplina não desapareça. E aí a gente termina fazendo o que os outros países já fizeram, que é ter horário integral para todas as crianças desse País com música e outros instrumentos e outros valores e outros conteúdos fundamentais na formação de um cidadão e de uma pessoa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Muito obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar a palavra ao próximo Senador,

que é o Geraldo Mesquita, eu vou propor a Comissão, aos Senadores da Comissão que a Comissão tome o encargo e a responsabilidade de produzir um Projeto de Lei que naturalmente consulte os expositores que aqui estiveram sobre a forma, mas um Projeto de Lei nesse sentido. E peço... Apelo ao Senador Cristovam que seja, enfim, o coordenador desta iniciativa da Comissão, de produzir um Projeto desta natureza.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF)

– Está aceito. Na próxima reunião o senhor vai ter esse Projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Com a palavra então o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB – AC) – Acho até, Senador Saturnino, que a elaboração do Projeto, Senador Cristovam, deve merecer posteriormente uma nova reunião com esse grupo que está aqui, para que a gente discuta o Projeto coletivamente.

Eu não sei... Olha a grande coincidência. Hoje a gente está aqui reunida com pessoas importantes no mundo da música, no mundo da arte, da cultura do nosso País. E hoje, Senador Buarque, se comemora, salvo engano, o dia universo da música. Eu não sei se o Júlio fez isso de propósito, de marcar a audiência hoje. Talvez tenha sido porque ele é vivo que é danado.

[risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB – AC) – Mas uma grande coincidência, e uma coincidência feliz. Aqui no Senado, Prof^a Liane, aqui no Senado nos momentos solenes, se fazem acompanhar da presença do nosso coral. Desse momento aqui. Acho que foi uma falha nossa, viu Júlio? Falha sua. Agora lhe atribuí o mérito, vou lhe atribuir uma falha. O coral do Senado deveria ter sido convidado para participar dessa audiência. Porque acho que é um momento de fundamental importância para a música, para o Senado Federal. Então, na próxima audiência, Senador Buarque, o Júlio já fica intimado a convocar o... E convidar os integrantes do coral do Senado para participar dessa nossa audiência aqui.

Senador Saturnino disse que eu falo muito, eu vou tentar reduzir aqui a...Veja com muita atenção, eu ouvi a exposição de cada um dos senhores e da senhora. Tive... Essa audiência me deu a grata satisfação de sem demérito aos demais, mas rever o Turíbio. O Turíbio não tem a obrigação nenhuma de lembrar de mim, mas eu tenho o dever cívico, inclusive, de lembrar do Turíbio sempre, em todos os instantes, até quando eu ouço os discos dele. Porque acerca de 30 anos atrás, eu levei o Turíbio lá na minha terra, no Acre, não sei se

ele está lembrado... [risos] Através da Funarte, Lembra Turíbio? Ele foi lá e extasiou os acreanos, deu lá alguns concertos. O Turíbio, como muitos músicos brasileiros, hoje ele cumpre um papel importante. É professor de uma universidade, mas é daquelas pessoas que devia viver numa campânula de vidro. Entendeu, Turíbio? A imagem que eu tenho das pessoas como você, de muitos e muitos músicos, alguns inclusive anônimos que a gente tem por esse País afora. Vocês deveriam estar numa posição em que todo dia a gente reverenciasse pelo que vocês nos dão, pelo que vocês... Pela massagem que vocês promovem nos nossos corações. Eu fiquei empolgado agora com a elaboração desse Projeto. Antes da fala do Senador Buarque, e aqui... Olha o meu atrevimento, eu vou discordar do Senador Buarque. Eu achei fantástica a idéia do **commodity**. [risos] Eu achei. Sabe por que, Senador Buarque? Eu não vejo incompatibilidade nenhuma, na prática da música, na cultura, e a gente ganhar uma grana com isso. Não vejo nenhuma incompatibilidade. Achei ótima a idéia da **commodity**. E antes do Senador Buarque falar, eu estava aqui colocando no papel, se eu fosse elaborar um Projeto dessa natureza, eu faria [soa a campainha] segundo quatro pontos fundamentais aqui. O Projeto teria a chamada principal de introduzir a música na grade curricular do ensino público do nosso País no prazo de... Um prazo que nós estipularíamos para cumprirmos três outras obrigações.

A primeira: Uma preocupação da Profª Liane, formação de professores com capacidade específica. Nada de multidisciplinariedade. A segunda, já foi lembrado aqui que semana passada nós aprovamos um Projeto de autoria ou da relatoria do Senador Marcos Guerra para que as escolas de ensino fundamental adotem o período integral. Acho fantástico isso. Então, isso faria parte também. Seria uma condição para que essa introdução da música na grade curricular fosse objeto da preocupação desse Projeto. E a terceira condição é que... Aí eu concordo com o meu professor, Senador Cristovam Buarque, Que a música fosse adotada como uma disciplina básica e não complementar. Eu devo dizer, inclusive, para ilustrar o que eu estou falando, eu estudei... Aqui em Brasília, por exemplo, na década de 60, meu pai era Deputado Federal e eu tive que morar aqui um período. Estudei, fui aluno da Prof. Neuzza França, a quem eu rendo homenagem, professora de música, na época que eu estudava no ginásio. Foi uma pessoa muito importante, e eu estudava música. Tínhamos coral, tínhamos atividade de toda sorte na área da música. Estudávamos as matérias que são consideradas importantes: Matemática, física... Física, eu não me lembro de absolutamente nada de física. Nunca me serviu para nada, na verdade. Pode ter ser-

vido para algumas pessoas, mas para mim nunca serviu para coisíssima nenhuma. Mas a música, o pouco que eu tive contato com a música, me proporcionou aqui... Desculpem a falta de modéstia, me proporcionou grandes amizades, me proporcionou... Eu desafio aqui quem me diga que os momentos de maior deleite na vida não tenham sido passados sob o som de alguma música. Desafio aqui quem me diga isso. Os meus também foram. E música me impregnou. Faz parte da minha razão de ser, inclusive. Sem brincadeira. Eu me atrevi, inclusive, a... Sou compositor de banheiro... [risos] A física nunca me proporcionou absolutamente nada. Mas a música me proporcionou.

Portanto, a minha defesa para que a música seja considerada uma disciplina básica. De formação básica. E como diz o Prof. Buarque, se a gente tiver que tirar uma outra matéria, uma outra disciplina da grade, que a gente tire. Isso aí não me causa nenhuma espécie. Portanto, está aqui o esqueleto daquilo que seria um Projeto, se eu fosse apresentá-lo. Agora, eu me submeto à coordenação do Prof. Buarque e vou sugerir aqui que alguma coisa nesse sentido seja adotada.

Portanto, o Projeto... Digamos, a introdução da música na grade curricular num determinado prazo, Senador Buarque, porque é como diz o Prof. Murilo: Não adianta a gente instituir sem ter as condições básicas para tal. Então, formação de professor com capacidade específica, um grande programa de formação de professor; Adotar o período integral, pelo menos nas escolas de ensino fundamental; e considerar a música como paulina básica do currículo escolar. Está aqui o esqueleto do Projeto, e eu quero dizer para vocês que eu estou muito feliz hoje aqui de ter tido a oportunidade de ouvi-los. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu vou concordar inteiramente com V. Ex^a de que a música é mais importante na formação do ser humano do que a física. [risos] Mas vou lembrar também que Arquimedes estava numa banheira, tomando banho, quando teve a intuição da Lei da Hidrostática, e foi um grande avanço na física naquele tempo. [risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – [pronunciamento fora do microfone]... O Senador Botelho que ele provavelmente deveria estar ouvindo uma música.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Provavelmente. Seria isso mesmo. Bem, já que não há mais Senador inscrito, eu vou passar a palavra a cada um dos expositores para fa-

zerem as suas considerações finais. A começar pela Prof^a Liane Hentschke.

SRA. LIANE HENTSCHE – Muito obrigada, Srs. Senadores. Realmente é um prazer tê-los ouvido, e esses relatos e... Professor Cristovam realmente minha admiração é de longa data pelo seu trabalho.

Eu realmente hoje com a experiência profissional não só no Brasil, como a internacional, como eu disse, nós temos 80 Países membros, eu tenho trabalhado com a indústria internacional diretamente envolvida com a educação musical, e tenho sido um dos fatores que tem motivado muitos Países pela defesa da educação musical.

Nos Estados Unidos, quem vai ao Senado não são educadores musicais, é a indústria, porque eles têm um cálculo muito claro que se houver música na escola, qual é o índice de emprego, de geração de emprego, de consumo de instrumento, etc. Na China a mesma coisa. Na China é obrigatório o ensino musical desde o início.

Então, eu não vejo em primeiro lugar como um demérito, digamos assim, inicialmente. E também não vejo como excludentes os argumentos da educação musical com uma base filosófica, estética e humanista, e uma parte, digamos, comercial. Eu acho que aí está um potencial que o Brasil pode explorar. E tanto quando... Daí eu falo da minha presença, negociando com grandes empresas de instrumentos americanas, com premiações para a criação de premiações internacionais, e eu ouço o relato deles dizendo que eles não têm interesse nenhum na América Latina, que o foco deles no mercado está na Ásia e na Europa.

Então, é lamentável ter ouvido isso de muitas fontes. Nós não temos tido a competência de mostrar do que nós somos capazes. De produzir, de exportar e de mostrar ao mundo. Então, esse é o relato que eu trago, nessa minha experiência oito anos já nesse cenário internacional, e muitos anos aqui no Ministério, e há mais de 15 anos advogando a causa da educação musical.

Eu tenho a vocês agradecer muito. Peço muitíssimo, que quando for o momento da redação de qualquer documento, que sejam consultados os profissionais da área. Não necessariamente os mesmos. Nós temos excelentes profissionais no Brasil, nas universidades, (soa a campanha) que sejam realmente então consultados esses profissionais.

Agradeço imensamente a você, ao Ministro, ao Senador Roberto Saturnino por essa oportunidade ímpar de nós estarmos aqui falando sobre educação musical. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – A palavra agora ao Prof. Sérgio Figueiredo.

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO:
Quero dizer que eu saio dessa audiência extremamente feliz de ver que essa causa já foi abraçada. Ela foi iniciada, tem um longo processo, tem uma história até a chegada nesse momento, e a gente tinha uma expectativa muito grande que esse resultado acontecesse, e ele está aqui configurado na palavra dos Senadores, e esse Projeto vai acontecer.

Então, também coloco à disposição a experiência da Associação Brasileira de Educação Musical, que há 15 anos tem batalhado pela presença da música na escola. Então já temos alguns materiais acumulados e temos uma experiência que gostaríamos muitíssimo de dividir e de poder contribuir para que esse processo se torne um fato, e que ele saia mesmo do papel e chegue na escola no tempo que for possível, no tempo que for previsto como um tempo adequado para a implantação da música na escola. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Muito obrigado ao professor, e passo a palavra agora ao Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Também quero agradecer a todos. Foi uma manhã muito emocionante. Aprendi muitíssimo não só aqui no Plenário como lá dentro com o Prof. Murilo Hingel, que deu uma verdadeira aula sobre os problemas da música no Brasil. E fiquei muito emocionado com a sua lembrança. Isso de vez em quando me acontece. 30 anos atrás, 40 anos atrás. Até 40 anos atrás. Mas aí fica meio apavorado. Caramba! Já estou ficando bem velhinho. [risos]

Em suma, eu acho que esse Projeto vai para frente. Pelo entusiasmo que eu vejo, principalmente dos Senadores, porque o entusiasmo do lado de cá, nós sabemos que ele é muito forte. Mas ver refletido do lado daí eu acho uma vitória essa manhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Agora o Dr. Murilo Hingel.

SR. MURILO HINGEL – Eu quero repetir, como outros que me antecederam, que essa manhã já agora começando à tarde, foi para mim de grande satisfação. Satisfação pessoal porque eu sou um admirador da música. E certamente devo muito à música. No meu discernimento, na minha apreciação, até na minha visão de mundo. Então, eu me sinto em casa. E a minha alegria ainda se amplia porque eu vou poder levar a Câmara de Educação Básica à Comissão Especial que está tratando das diretrizes curriculares para a educação básica, tudo o que eu ouvi aqui da parte dos Senadores e da parte dos convidados.

O estabelecimento de diretrizes curriculares é uma atribuição do Conselho Nacional de Educação. Nada impede que o Poder Legislativo do Brasil aprove uma lei que se colocará acima da competência do Conselho Nacional de Educação dizendo alguma coisa sobre música e educação musical, como já se fez anteriormente para outros aspectos que introduziram mudanças na LDB por força de leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Certamente isso para o Senador Mesquita, apenas a título de contribuição, é que nós não trabalhamos sobre grade curricular. Nós trabalhamos sobre diretrizes curriculares. Porque, na verdade, a grade curricular, ela vai se concretizar a nível de escola. Mas é claro que se música é um conteúdo obrigatório, a grade curricular lá embaixo terá de contemplar um tempo especial para a música. [soa a campainha] Muito obrigado a todos pelo que eu aprendi aqui nessa manhã.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Obrigado, Dr. Murilo. E agora João Guilherme Ripper.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Eu faço minhas as palavras dos membros dessa Mesa. Realmente foi uma manhã muito especial, e eu creio que posso dizer histórica para a música desse País.

Eu gostaria de congratular o Felipe Radicetti e a Cristina Saraiva por terem feito essa articulação desse movimento que já há algum tempo acontece no meio musical com essa Casa. Eu gostaria de agradecer muito a acolhida de todos nós pelos Srs. Senadores, e eu acho que os elementos para o sucesso dessa empreitada estão aqui. Estão presentes.

Nós já temos a aprovação do horário integral, que é muito oportuno. Uma série de coincidências que a gente vê que o sucesso está aqui porque existe uma série de coincidência. A aprovação do horário integral, a primeira delas. As Universidades Federais estão hoje capacitadas para atender a demanda na formação de profissionais especificamente nessa área. Na escola de música da UFRJ, eu transformei um curso que era genérico, educação artística, em um curso especificamente em formação de professores de música. Porque é uma demanda crescente.

E, portanto, nós contamos com os Srs. Senadores para que nós possamos realmente chegar ao fim, ao bom termo nessa batalha. E não bastasse tudo isso, como bem lembrou o Senador Geraldo Mesquita, hoje é dia de Santa Cecília. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Muito obrigado. Bem, vamos chegando ao fim, e desnecessário repetir o que todos

já disseram. Foi uma manhã realmente extraordinária e muito especial desta Comissão, e da própria Casa, Senado Federal, e para o mundo da música brasileira de um modo geral. Quero dizer apenas que o nosso Secretário Júlio Linhares aceita a crítica da falta do coro. Entretanto, ele diz que há músicos tocando lá no salão principal do Senado, e, enfim, ele não descuidou tão completamente assim (risos) da preocupação do Senador Mesquita.

Aqui me chegou às mãos uma manifestação do Núcleo Independente dos Músicos, cumprimentando a Comissão de Educação e Cultura do Senado pela aprovação do Projeto do Tempo Integral para o Ensino Básico, com assinatura de Alexandre Negriske(F), Cristina Saraiva, Dalmo Mota, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Francis Hime e Ivan Lins.

Agora, tive conhecimento de que o Felipe Radicetti tem um outro manifesto ainda mais amplo que ele... Pediria então que ele nos trouxesse este outro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – O Felipe Radicetti nos traz um manifesto já com mil assinaturas, e diz ele que essas mil já estão se acrescentando para mil e cem, mil e duzentos... Enfim, do mundo da música e do mundo da cultura de um modo geral, exatamente um manifesto pela implantação do ensino da música nas escolas brasileiras.

De modo que é mais uma manifestação de grande importância para nós Senadores sobre esse tema que foi objeto da nossa Audiência Pública de hoje.

Quero então manifestar também o meu regozijo, agradecer a presença de todos e especialmente dos expositores, e declarar encerrada a Sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h43

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 259/2007/CAE

Brasília, 4 de dezembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Presidente Interino do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada

nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, que “altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 169/CE /2007

Brasília, 4 de dezembro 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, com a emenda oferecida e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, que tramita em conjunto.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2005; e 330 e 343, de 2006**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 822/2007-GPGJ

São Luís (MA), 31 de outubro de 2007

Assunto: Processo Administrativo nº 4656AD/2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho a anexa cópia dos autos à epígrafe, com cópia do Parecer dado por esta Procuradoria Geral de Justiça, atendendo solicitação do O SF nº 1.780/2006 Brasília, 19 de setembro de 2006.

Cordialmente, – **Francisco das Chagas Barros de Sousa**, Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003-CN (CPMI da Terra), vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 96/GM – MDIC

Brasília, 6 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente-Interino,

Cumprimentando-o, dirijo-me a Vossa Excelência para, em atenção ao Ofício SF nº 1.635/2006, de 11-9-2006, encaminhar, anexado ao presente, cópia do Despacho, por meio do qual autorizei prorrogação do prazo, por mais 120 dias, para realização das medidas decorrentes das conclusões e recomendações efetivadas pela CPMI dos Correios, tendo em vista que as cópias relativas aos documentos a serem analisados, pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), órgão fracionário da Secretaria de Comércio Exterior, totalizam 18.913 papéis, e que, até a presente data, o Decex analisou 6.341 cópias do material.

Atenciosamente, **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Processo nº 52.020.002.972/2006-06

Referente: Ofício SF nº 1.635/2006, do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Despacho

Ao Secretário de Comércio Exterior,

1. Defiro o pedido de prorrogação de prazo anteriormente estipulado pelo Despacho do Senhor Ministro de Estado, de 5 de junho de 2007, anexo a este Pro-

cesso, e em atendimento ao Memorando nº 898/Secex, de 23 de outubro de 2007, com base nos argumentos da Nota Técnica Decex-2007/701, de 16 de outubro de 2007, prorrogando o prazo final por mais 120 dias, em razão de o Departamento de Operações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior ter retirado do Arquivo do Senado Federal as cópias, em 16 de maio de 2007, no total de 18.813 papéis.

Brasília, 6 de dezembro de 2007.

Atenciosamente, **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.453

Brasília, 8 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Cumprindo o disposto no parágrafo 4º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 60/2006-PP, de 24 março de 2006, expedido pelo Procurador da República Peterson de Paula Pereira no Procedimento Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.005535/2005-34.

Atenciosamente, **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

Ofício nº 60/2006-PP

Brasília, 24 de março de 2006

REF.: Representação nº 1.00.000.005535/2005-34

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Excelência, para seu conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes, cópia da Recomendação nº 1/06-PP-PRDF, por meio da qual o Ministério Público Federal recomenda à União o efetivo cumprimento do que determina o artigo 50, § 2º da Constituição Federal.

Atenciosamente, **Peterson de Paula Pereira**, Procurador da República.

Recomendação nº 001/06-PP-PRDF

Ref.: Representação-MPF/PRDF

nº 1.00.000.005535/2005-34

Recomendação

O Ministério Público Federal, no exercício das suas funções institucionais de que trata os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal, o artigo

5º, inciso I, alíneas **e** e **h**, e artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os termos da Representação em referência, na qual o Deputado Federal Rodrigo Maia comunica a possível prática de crime de responsabilidade e de atos de improbidade administrativa praticado por Ministro de Estado tendo em vista a resposta ao pedido de informações da Mesa da Câmara dos Deputados transcorrer período exacerbadamente superior a 30 (trinta) dias;

Considerando que a teor do artigo 50, § 2º da Constituição Federal as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República;

Considerando, ainda na forma do artigo 50, § 2º da Constituição, que o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, ou a recusa do pedido de informações constitui crime de responsabilidade;

Considerando que o pedido de informações pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constitui-se em mais uma das formas pela qual o Poder Legislativo controla o Poder Executivo;

Considerando que a finalidade do poder convocatório do Congresso Nacional é ampliar o poder investigatório e fiscalizatório do Poder Legislativo;

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37);

Considerando que na forma do artigo 11, incisos II, IV e VI da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, especialmente: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; negar publicidade aos atos oficiais e deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Finalmente, Considerando que compete ao Ministério Público Federal expedir recomendação visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos bens e direitos cuja defesa esteja no âmbito das suas atribuições, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC nº 75/93, art. 6º, XX); Resolve,

Recomendar

À União, representada por seu Procurador-Geral da União, Senhor Moacir Antônio Machado da Silva, o seguinte:

• O EFETIVO CUMPRIMENTO PELOS MINISTROS DE ESTADO, BEM COMO POR QUALQUER TITULAR DE ÓRGÃOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS À PRESIDÊNCIA Da República ao que determinou o § 2º do artigo 50 da constituição federal – “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. § 2º as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

• O encaminhamento de cópias da presente Recomendação aos Ministros de Estado do Governo Federal e aos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, também para o efetivo conhecimento e cumprimento;

• Por fim, o encaminhamento de cópias da presente Recomendação aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que remetam cópias desta Recomendação a todos os parlamentares daquelas Casas Legislativas, devendo estes, no caso de descumprimento do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, comunicar ao Ministério Público Federal para a adoção das providências cabíveis.

Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do seu recebimento, para o cumprimento da presente recomendação.

Junte-se.

Publique-se

Intime-se

Cumpra-se.

Brasília, 17 de fevereiro de 2006. – **Peterson de Paula Ferreira**, Procurador da República – **Carlos Henrique Martins Lima**, Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa expediente que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 268/2007 – MPF/PR/PB-WMC

João Pessoa/PB, 30 de outubro de 2007.

Ref.: Procedimento Administrativo
nº 1.24.000.000.434/2006-16

Excelentíssimo Senador,

Cumprimentando-o, de acordo com a determinação contida no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.001/2000, venho, por meio do presente expediente, comunicar a Vossa Excelência que o procedimento administrativo em epígrafe, instaurado no âmbito desta Procuradoria da República com o intuito de investigar as irregularidades apontadas pela CPMI das Ambulâncias, encontra-se em fase de análise, aguardando resposta a ofício encaminhado ao Denasus.

Atenciosamente, **Werton Magalhães Costa**, Procurador da República.

Aviso nº 1.707-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Relatório Final da CPMI das Ambulâncias/CN, encaminhado a este Tribunal pelo Ofício nº 466, de 14-12-2006, cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.638/2006-8, tendo apensado o processo nº TC 029.462/2006-2, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21-11-2007, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2.451/2007 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nºs TC-011.638/2006-8 (c/ 1 volume)
Apenso: TC-029.462/2006-2 (c/ 3 anexos)

2. Grupo I – Classe de Assunto II: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessadas: Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI “Ambulâncias”.

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Marcos Vinícius Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Segecex.

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos esta solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados acerca de irregularidades em licitações destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do art. 232, inc. III, do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde e à Controladoria Geral de União – CGU que enviem ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde – UMS, relacionados com a denominada “Operação Sanguessuga”, em formato adequado às necessidades de processamento automático, atendendo requisitos mínimos de qualidade e apresentando os seguintes documentos:

9.2.1. Índice – deverá capear o relatório e indicar a localização dos elementos essenciais do processo – no formato do Anexo I, às fls. 206 e 207 dos autos;

9.2.2. Extrato – no formato do Anexo II, às fls. 208 a 211, complementado com o Anexo III, às fls. 212 a 231 dos autos;

9.2.3. Relatório de Auditoria elaborado pelas equipes;

9.2.4. Documentos anexos ao relatório, coletados pelas equipes nos trabalhos em campo.

9.3. determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – Segecex, no uso das competências previstas no art. 32 da Resolução TCU nº 199, de 28-12-2006, que estabeleça, em conjunto com a CGU e com o Denasus, cronograma de remessa dos relatórios de auditoria e requisitos mínimos de qualidade, de acordo com os Anexos I, II e III, às fls. 206 a 231 dos autos, de tal forma a compatibilizar a celeridade dos trabalhos com a capacidade dos órgãos de controle envolvidos;

9.4. autorizar a Segecex, relativamente à atuação e instrução dos processos a serem encaminhados pelo Denasus e pela CGU, a:

9.4.1. atuar cada relatório como Representação, nos termos do art. 237, incisos II e III, do Regimento Interno;

9.4.2. elaborar padrões sistematizados de análise a serem utilizados pelas secretarias de controle externo na instrução das representações, ficando estas secretarias autorizadas a:

9.4.2.1. converter diretamente em tomada de contas especial, em caráter excepcional, os processos em que se tiver apurado a existência de débito, ficando autorizada a citação e eventual audiência dos responsáveis em cada processo;

9.4.2.2. promover audiência dos responsáveis nos processos em que se tiver apurado a ocorrência de irregularidade grave sem débito;

9.4.2.3. promover comunicações processuais e a concessão de vista e cópia aos responsáveis e interessados que preencherem os requisitos normativos;

9.4.2.4. levantar o sobrestamento dos processos que tratam de aquisição de unidades móveis de saúde já autuados, mas não julgados, os quais foram sobresta-

dos por meio de Comunicação em Sessão Ordinária do Plenário, registrada na Ata nº 29, de 19-7-2006, desde que tratem de convênios contemplados na fiscalização empreendida pelo Denasus/CGU, após a autuação dos respectivos relatórios pela unidade técnica competente, apensando-os ao processo a ser instruído;

9.4.3. definir a melhor estratégia de distribuição dos relatórios entre as secretarias de controle externo, independente da distribuição da clientela, e providenciar os meios necessários ao apoio administrativo e técnico às unidades que ficarão incumbidas da instrução dos processos a serem encaminhados, de forma a garantir a tempestividade na análise e a homogeneidade das propostas;

9.4.4. determinar às unidades básicas – Segedam e Segepres – que providenciem o suporte necessário à Segecex, dentro de suas competências, na disponibilização dos meios indispensáveis ao tratamento dos processos que serão autuados segundo as orientações deste Acórdão;

9.4.5. determinar à 4ª Secretaria de Controle Externo que, com o intuito de proceder ao tratamento da responsabilização dos agentes do Ministério da Saúde, bem como da responsabilização das empresas que participaram dos certames advindos dos convênios, sejam juntados ao TC 018.701/2004-9, referente à auditoria realizada pela 4ª Secex no Ministério da Saúde:

9.4.5.1. o relatório de auditoria realizada pela CGU no Ministério da Saúde para apurar as falhas e fragilidades que permitiram a ocorrência sistemática de fraudes nos convênios para aquisição de UMS;

9.4.5.2. as constatações relacionadas à atuação irregular do órgão concedente – FNS/MS e à responsabilização das empresas que, embora não tenham saído vencedoras nos certames derivados dos convênios, de alguma forma tenham participação em procedimento de fraude da licitação;

9.4.6. considerar válida a metodologia de cálculo desenvolvida pela Controladoria Geral da União – CGU – “Metodologia (Memória de Cálculo) utilizada no Desenvolvimento do Sistema de Cálculo de Prejuízo das Unidades Móveis de Saúde” (Anexo VI, às fls. 277 a 293 dos autos), para fins de quantificação dos débitos verificados nos relatórios e posterior citação dos responsáveis;

9.4.7. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Presidência do Congresso Nacional, à Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Controladoria-Geral da União;

9.4.8. arquivar o processo.

10. Ata nº 49/2007 – Plenário (Sessão Ordinária)

11. Data da Sessão: 21-11-2007 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-245-49/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Calvanti e Marcos Bemquerer Costa.

Assinou o original

Walton Alencar Rodrigues, Presidente.

Assinou o original

Marcos Vinícios Vilaça, Relator.

Fui presente:

Assinou o original

Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Expediente lidos, juntados ao processado do Requerimento nº 77, de 2006-CN (CPMI das Ambulâncias), vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 102, DE 2007

Acrescenta § 2º do art. 52 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Art. 52 da Constituição passa a vigorar, transformado seu parágrafo único em § 1º, acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 52.

§ 1º

§ 2º As operações de natureza financeira a que se refere o inciso V aplicam-se tanto à contratação de créditos como à remissão de débitos, operação na qual os entes federados são, respectivamente, devedores e credores. (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A necessidade da anuência da Câmara alta para que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam contratar empréstimos externos é

obrigação estrita do Senado Federal, e já possui ampla consolidação em nosso espectro normativo constitucional.

Com efeito, os limites para o endividamento externo, assim como sua real necessidade, fazem parte de um conjunto de regras e procedimentos que, com o correto rigor, evita a irresponsabilidade da gestão financeira pública e – o que para nós é traumático – o endividamento sem critério. Quiçá, como diria o saudoso Senador Lauro Campos, desnecessário, e com isso, dando margem a corrupção e a desvios de dinheiros públicos, o que é sempre intolerável.

Dessa forma, com a sabedoria do constituinte originário, associada à eficiência do Legislador ordinário, dispomos de um notável instrumental jurídico – normas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, resoluções do Senado Federal e diversos outros expedientes normativos menores – que, unidos a um controle difuso em vários órgãos e a uma gestão transparente, nos fornece a segurança que uma economia de Estado deve ter para a contratação de empréstimos internacionais.

Porém, de outra parte, todo esse aparato regulador não se aplica – pelo menos não tem sido usual o entendimento para essa aplicação – quando nossos administradores públicos ou Chefes de Estado resolvem, per se, anistiar, perdoar, renegociar ou, até mesmo, doar nossos recursos ou bens públicos para nações ou instituições internacionais com quem nós temos contrato.



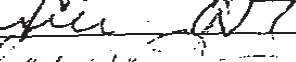
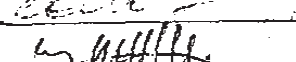




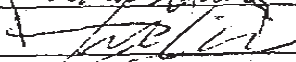
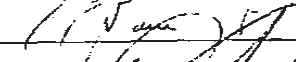






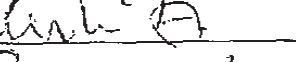
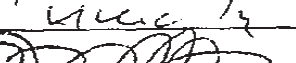


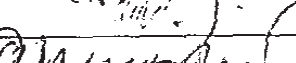

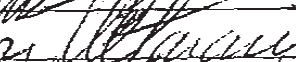


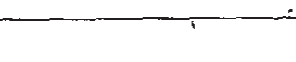
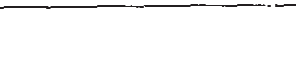


Isso, sem entrar no mérito, com certeza indubitável, de que concessões podem ser feitas a irmãos nossos de outros países que amargam a tragédia cotidiana da fome e da miséria normalmente aliada a sociedades completamente desmembradas, com total ou quase total ausência da entidade chamada Estado Nacional.

Sem discutir a justeza e o caráter humanitário destas ações de perdão, queremos, apenas, invocar o princípio da simetria no tratamento destas operações, e restituir a expressão democrática da sociedade, que tem o dever e o direito de decidir soberanamente sobre o que lhe pertence e seu possível desprendimento.

Quero esclarecer que de forma alguma é objetivo desta proposição amesquinhar o nosso trato com outras nações menos agraciadas. O povo brasileiro, que também amarga grandes penúrias têm a índole da gratidão e da solidariedade, e, com certeza, saberá, através de seus representantes Senadores, escolher os melhores caminhos para as dificuldades de nossos povos irmãos.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2007.
– Senador **Pedro Simin**.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

- 01 Assinatura:  Nome: _____
- 02 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 03 Assinatura:  Nome: MARIA DO CARMO ALVES
- 04 Assinatura:  Nome: ÁVARO SIQUEIRA
- 05 Assinatura:  Nome: MAURO COUTO
- 06 Assinatura:  Nome: DEMÓSTENES TORRES
- 07 Assinatura:  Nome: Rogério Paes
- 08 Assinatura:  Nome: LIMA BRITO
- 09 Assinatura:  Nome: CARIBALDI ALVES FILHO
- 10 Assinatura:  Nome: Eliseu Resende
- 11 Assinatura:  Nome: ARNALDO
- 12 Assinatura:  Nome: Neto de Canto
- 13 Assinatura:  Nome: JOÃO DURVAL
- 14 Assinatura:  Nome: JOSÉ AGRIPINO
- 15 Assinatura:  Nome: JOMAR VINHAIS
- 16 Assinatura:  Nome: DONALBERTO
- 17 Assinatura:  Nome: Gerardo Magalhães
- 18 Assinatura:  Nome: Fátima Cleide
- 19 Assinatura:  Nome: DUQUE
- 20 Assinatura:  Nome: Paulo Pires
- 21 Assinatura:  Nome: GERSON
- 22 Assinatura:  Nome: AUGUSTO BOTELHO
- 23 Assinatura:  Nome: SERFERSON FERES
- 24 Assinatura:  Nome: GERALDO MESQUITA
- 25 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 26 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 27 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 28 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 29 Assinatura:  Nome: Eduardo Lora
- 30 Assinatura: Nome: Eduardo Lora
- 31 Assinatura: _____ Nome: _____
- 32 Assinatura: _____ Nome: _____
- 33 Assinatura: _____ Nome: _____

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-1999

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) Titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, Líder do PTB.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos, com a tolerância que esta Mesa terá, para que V. Ex^a conclua seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, colega, conterrâneo e amigo Senador Paulo Paim, que preside a sessão desta sexta-feira, 14 de dezembro.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna para celebrar um ano de

Parlamento do Mercosul. Exatamente no dia 14 de dezembro do ano passado, tivemos o privilégio de constituir aqui, neste plenário, com a presença do Presidente Lula e de representantes de todos os países membros do Mercosul, o Parlamento do Mercosul, instalado posteriormente em Montevidéu, que é sua sede permanente.

Esse é um fato que deve ser lembrado, porque, por meio do Parlamento, constituímos a cidadania mercosulina e sul-americana, que tanto temos defendido aqui. Sabemos que é um processo ainda incipiente, lento, gradual, que, porém, vai se afirmando, assim como aconteceu com a União Européia e também com o Parlamento Europeu.

Foi justamente nesse dia 14 de dezembro, em 2006, que a nova instituição, o Parlamento do Mercosul, foi constituído em sessão solene, aqui, como falei, no plenário desta Casa, com a participação especial e significativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aquele momento marcou a conclusão de um longo processo de construção dessa instância legislativa regional, que contou com o esforço coletivo de autoridades, de parlamentares e de técnicos. Com o Parlamento do Mercosul, aprofundamos o marco institucional da integração no Bloco.

Hoje, tenho orgulho de ter participado daquele momento e, também, posteriormente, do primeiro ano de vida do Parlamento do Mercosul. Ainda jovem, dando seus primeiros passos, a instituição vem correspondendo às expectativas de todos.

Nesse tempo, realizamos oito sessões plenárias, que adotaram importantes decisões do interesse comum da região. Aprovamos o regimento interno e instalamos as comissões permanentes, dando vitalidade para o novo organismo democrático.

Agora, já sob a liderança do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e do Deputado Dr. Rosinha, 1º Vice-Presidente pelo Brasil da Mesa Diretora da instituição, constituímos, seguramente, a bancada mais presente e atuante em todas as sessões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu.

Imbuídos de um sentimento coletivo de integração além das diferenças políticas e ideológicas, buscamos apontar caminhos concretos, para tratar dos diversos temas que mobilizam a região, como o acesso à educação, a integração energética e o desenvolvimento econômico e social equilibrado entre os países.

Nesse período, também enfrentamos diversas situações políticas relacionadas com os países-membros, em processo de adesão ou associados ao Mer-

cosul, que intensificaram a reflexão sobre os caminhos da integração em nosso continente.

O mais recente, que exigiu e continua exigindo mais atenção, é o que envolve a Venezuela e todo o debate em torno da aprovação do protocolo de adesão daquele país ao Mercosul e, em consequência, da integração definitiva de seus parlamentares ao Parlamento do Bloco.

Desde o início dos debates, defendi a adesão da Venezuela ao Bloco, por considerar fundamental levarmos o Mercosul ao norte, ampliando sua força territorial, econômica e social. A Venezuela é o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, estratégica, portanto, em termos energéticos e importante parceira comercial do Brasil.

Antepondo-se, de certa forma, a esses atributos, convivemos, nesses últimos meses, especialmente no último ano, com a figura do Presidente Hugo Chávez, que, por postura e declarações, levaram diversos setores sociais, econômicos e políticos a questionar a presença da Venezuela no Mercosul.

Ao longo dos debates, argumentamos que, mais do que um eventual Presidente e suas posições ou declarações pessoais, o processo de integração envolve nações e povos. Os presidentes passam; às vezes, até permanecem mais do que se pode imaginar, mas vão embora. A nação fica. Os povos estão aí e, seguramente, sabem reagir a gestos que, muitas vezes, nos levam a reflexões, exatamente por comportamentos fora do contexto. Mas acreditamos na força e no vigor da democracia sul-americana, jovem ainda, mas que começa a dar sinais muito fortes e muito vigorosos. A prova está exatamente no recente plebiscito realizado na Venezuela, com seu resultado que contrariou todas as expectativas locais, regionais, internacionais, derrotando-se o próprio Presidente Hugo Chávez na tentativa de aprovar uma nova Constituição, com a qual o povo venezuelano não concordou. Isso corrobora, realmente, a veracidade dessa idéia e o novo sentimento de democracia com o qual estamos vivendo.

Nunca é demais lembrar a história da construção da União Européia, que nasceu dos escombros da Segunda Guerra, fruto de acordos entre países que se enfrentaram de forma sangrenta nos campos de batalha, e que, ao longo das décadas seguintes, uniu países com culturas, regimes políticos, interesses econômicos e credos religiosos diversos, além de realidades internas convulsionadas, em muitos casos com a presença ativa de grupos radicais.

Assim, é fundamental que os demais países da região contribuam positivamente, de forma integrada e colaborativa, para aprofundar o processo de demo-

cratização, não apenas na Venezuela, mas em todo o continente sul-americano.

A Bolívia também merece de nós toda a atenção. É membro associado, porém ainda não manifestou interesse em se fazer membro pleno, como é o caso do Paraguai, do Uruguai, do Brasil e da Argentina e, agora, da Venezuela, que está em processo de adesão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vamos entender as coisas: hoje, é tido como maior administrador do mundo o Sr. Jack Welch, que tem um livro na área da Administração. Ele foi quem soergueu a General Motors (GM). Bill Clinton, quando ia jogar golfe, convidava Jack Welch – aquele jogo é demorado, não é da nossa cultura –, para ficar conversando e aprendendo. Senador Paulo Paim, ele deixa claro, nos seus livros, que mais inteligente do que inventar e imaginar – isto é só para os iluminados, como Einstein – é copiar, é imitar. Então, temos de copiar o modelo que soergueu a Europa, que estava decadente. Depois da guerra, foi um descalabro, e eles fizeram essa União Européia, com as idéias, com os costumes, com a cultura, soerguendo a Europa. Então, temos de unificar. É aquele sonho de Bolívar. Quanto à Venezuela – este Brasil é grande –, o nosso Estado de Roraima vive em função daquele país. Eles vão lá buscar cultura, civilização, pela proximidade geográfica. Lá vão buscar até petróleo, bem mais barato do que o nosso. Há intercâmbio cultural. E mais: estive lá, representando este País, e fui convencido por um membro da Embaixada – eu queria ir a Bahamas, no fim de semana – de que deveria ir para Isla Margarita. E tive uma surpresa quanto ao número de brasileiros que trabalhavam no hotel: o *maître*, o taxista. O Brasil está colado ali. Temos de pensar, sobretudo, no nosso Estado de Roraima, que fica longe daqui. Vi uma grande quantidade de estudantes brasileiros em Caracas, pela proximidade. Um quadro vale por dez mil palavras: a cidade de Corrente, que fica no sul do Piauí, é mais próxima de Brasília do que de Teresina; então, há uma grande quantidade de sulistas do Piauí em Brasília, que vêm até para fazer um tratamento médico. É a mesma coisa que vejo com relação à necessidade dessa aproximação. Mas tenho a certeza de que ninguém é melhor do que V. Ex^a para nos representar lá no Uruguai. Esta nossa civilização, ao longo da história, é hispano-portuguesa. Eles brigaram. Até aquela cidade defronte de Buenos Aires, Colônia, fundada por um carioca, era de Portugal, e, depois, a Espanha a tomou. Então, eles

dominaram essa cultura hispano-portuguesa. Está aí um fato que nem V. Ex^a nem ninguém pode tirar: foi uma pena Jânio Quadros renunciar! Ele teve a visão de juntar o espanhol e o português. Esta é uma realidade: o portunhol. É uma realidade. A língua se torna obsoleta. Cadê o latim? É o italiano, é o povo. E o que há de povo, garçom, motorista, simplificando as duas línguas! Então, V. Ex^a tem esta missão: acelerar essa unificação. Como disse Jack Welch, não é feio imitar, não. Está aí a unidade européia. Meus parabéns! E me convide para suas viagens!

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Na realidade, é bonito ouvir um depoimento tão rico e tão profundo de uma pessoa que lê muito, que se informa muito, como o Senador Mão Santa, e que conhece tanto a questão não apenas sul-americana, mas também a questão européia e que entende as razões da integração.

Penso que temos de, definitivamente, entendermos que a América do Sul pode realmente fazer o processo de enfrentamento com os demais blocos, transformando-se num grande bloco social, humano, econômico.

Efetivamente, temos relações de fronteira muito fortes. É o caso do Rio Grande do Sul, com uma longa fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Lá o portunhol é a língua mais falada. As famílias já estão integradas, já convivem entre si. Lá já existe o papel de fronteiro, da carteira de fronteiro com seus direitos, mas ainda falta integrar e internalizar muitas normas, para que efetivamente consigamos oferecer à população a percepção da integração. Economicamente, essa integração já existe. A prova está na presença do Presidente Lula na Venezuela desde ontem, estreitando os laços econômicos, comerciais e de amizade, até num momento complexo, exatamente nesses dias em que as fraturas ficam mais expostas, em função do plebiscito venezuelano, em que o povo da Venezuela disse um “não” contundente a uma perspectiva de perpetuação do poder. Isso, obviamente, consolida a visão de democracia no mundo. E houve a própria sensatez do Presidente Chávez, que acolheu a decisão popular. Isso nos dá a certeza de que a democracia começa a ficar mais sólida.

Há preocupações, sim, com alguns países. A Bolívia é uma preocupação, seguramente. Hoje mesmo, o exército boliviano está em prontidão, mas esperamos que as questões internas sejam resolvidas, e o Brasil, especialmente, tem uma enorme responsabilidade na manutenção da paz, do equilíbrio, da estabilidade no nosso continente. O Brasil, talvez, seja o mais res-

ponsável de todos, exatamente porque já fez todas as guerras que tinha de fazer.

Portanto, com todas essas experiências que remontam aos séculos XIX e XX, temos a convicção de que o Brasil saberá produzir o papel que lhe cabe na história, para que saiba bem conduzir os destinos da América do Sul.

Nós, ainda hoje, na maioria dos países do nosso continente, pagamos o preço das ditaduras, dos bipartidarismos oligárquicos e de um sofrido e, por vezes, conturbado aprendizado popular do exercício da democracia.

Nesse sentido, entendo que devemos ter uma posição ampla, com visão estratégica de futuro com relação a qualquer processo de adesão, seja da Venezuela, da Bolívia ou de qualquer outro país sul-americano, independentemente da sua condição social, econômica ou política, exatamente como fez a União Européia.

Realmente, Senador Mão Santa, temos nos inspirado muito na União Européia, que nasceu dos escombros da Segunda Guerra Mundial, entre países que combateram entre si e que entenderam que somente sua união, seu trabalho conjunto poderia resgatar a auto-estima e o crescimento econômico e social naquele continente. Hoje, vemos a pujança da Europa, exatamente por essa visão de futuro, instalando, hoje, a moeda única, o Euro, a moeda mais forte do globo terrestre.

E, aqui, já se começa a discutir embrionariamente a possibilidade de uma moeda única no Mercosul, a moeda do Mercosul, que facilitará, inclusive, as relações.

Mas temos muito, muito a fazer ainda. Ainda há muitas burocracias de fronteiras. Há ainda muitas situações a serem resolvidas, como a presença de populações ilegais nos países. Precisamos encontrar uma forma de acolher e respeitar essas populações e de dar-lhes a dignidade da cidadania mercosulina e da cidadania sul-americana. Enquanto isso não acontecer, a esses pobres, que tentam uma expectativa nova num dos nossos países sul-americanos, resta, muitas vezes, ainda a escravização, a submissão ao trabalho escravo.

Um ambiente coletivo, um espaço comum, que permite críticas, cobranças e compromissos, é a melhor maneira de contribuir para o processo de integração regional e também para a afirmação da democracia no conjunto do continente.

O mundo atual, que deixou de ser bipolar, Presidente Garibaldi Alves, cada vez mais caminha para o fortalecimento de economias regionais, o que, antes

de reduzir, amplia o poder e a soberania de cada um dos países no processo de globalização em curso.

A América do Sul é uma das regiões com maior potencial nesse novo universo geopolítico, com reservas energéticas, de água potável, de terras agricultáveis, com uma força de trabalho sempre disposta a superar as fronteiras tecnológicas.

Por isso, o Parlamento do Mercosul, Presidente Garibaldi, que, hoje, 14 de dezembro, completa um ano da sua constituição, neste mesmo plenário, é a caixa de ressonância da sociedade mercosulina e tem o papel histórico de dar voz e vez a esses anseios, transformando em projetos, em recomendações e, em breve – acredito, espero –, em leis as demandas dos povos da região.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, apresentar um lamento, trago aqui essas palavras: V. Ex^a foi o melhor vizinho que eu tive em 65 anos, e todos são bons lá da Parnaíba, o meu amigo Virgílio e tal, eu tenho um irmão, todos são bons, mas você encantou; trago aqui a lamentação da Adalgisa, da Daniela, do meu neto e da dona Francisca – V. Ex^a infelizmente vai ter de ocupar a casa presidencial.

Mas eu queria devolver o livro *Espírito das Leis*. Eu quero tranquilizar V. Ex^a. V. Ex^a é interessante, começou atravessando o mar vermelho e atravessou bem. Deus lhe ajudou, porque entrou logo na tormenta e saiu-se bem. Todo o País vibrou.

Quero dizer que ouço muito a voz do povo. Então, deu fome, eu tive saudades do Suassuna, porque ele arrumava comida para nós, vocês se lembram? Mas nós começamos aqui ao meio-dia, com homenagem à Marinha, e meia-noite estávamos com fome; quando terminou, uma hora, fomos para o Beirute e lá estava fechando. Mas eu senti o povo, aqueles frequentadores e tudo, vibrando pelo comportamento do Senado. E depois fomos para outro restaurante, o único que estava aberto, e eu senti o povo identificado; tive orgulho de colocar o emblema do Senado.

Este Senado, V. Ex^a já identificou com o povo. Hoje nós podemos falar como Cícero – “o Senado e o povo de Roma” –, o Senado sob o comando de Garibaldi e o povo do Brasil.

Mas eu queria devolver este livro; e o meu comportamento... Eu sou eu mesmo e não posso mudar. Então, de vez em quando, eu li já o professor Celso Barros, que foi meu primeiro secretário de governo, um homem muito culto, intelectual.

Outro dia, fiquei orgulhoso: a OAB homenageou dois advogados do Brasil, e entre eles estava lá o Professor Celso Barros, com 80 anos. Então, ele foi meu secretário de governo. Interessante que nunca fiz discurso lido. Ele me ensinou até a soletrar. É daqueles que a gente tem... é o meu Richelieu. Então, ele falava nisso, e eu andei lendo rapidamente. E aí reli, mas V. Ex^a está bem assessorado. Deus lhe colocou aí a Dr^a Cláudia Lyra, esse seu anjo da guarda, mulher extraordinária, e esse Zé Roberto. Olha, não tinha o Carreiro aí? E a gente: “Carreiro, como é?”. Foi como sair o Pelé e entrar o Amarildo, e nós ganhamos a Copa: V. Ex^a. Esse Zé Roberto é um rapaz de profunda intelectualidade. Eu gritei, e, quando ele veio, já estava era com o livro, e eu passei. Então tenho de devolver a ele, porque foi ele que pediu. Então, V. Ex^a é muito ocupado, mas, se tiver um tempinho... Ou, então, converse muito com esse Zé Roberto, porque ele é um... Então são essas palavras.

E, às vezes, quando diz: “Sai do Regimento”, eu digo que quem criou essa democracia foi o Montesquieu, e, depois que criou, ele escreveu isso que é complicado mesmo: *O Espírito das Leis*. Então, entenda: qualquer erro é porque tenho essa idéia.

E vou simplificar, porque aprendi lá com esse jurista do Piauí e com outro, Vicente Leal. O que é o espírito da lei? Por exemplo, tatu. É uma confusão no Piauí: mata tatu, come tatu, Niède Guidon não deixa. Uma vez, eu fui acusado: fui inaugurar o Açude Petrólio Portella, e, naquela confusão, o Governador come. Quando eu vi, serviram tatu. Eu estava no processo. Eu digo: Rapaz, eu sou Governador; não sou cozinheiro, não. Comi e estava era bom. Aí disseram que eu tinha comido tatu, uma confusão e não sei o quê, uma confusão, para V. Ex^{as} verem como esse mundo está político.

O santo Mário Covas, quando morreu, tinha 54 processos. Hoje, política é uma brincadeira. Olha, Garibaldi, a minha salvação é que tem um Paes Landim que vive na Justiça – é professor de Direito, ensinou e é bem relacionado. Sei que eu comi e gostei; se era tatu, comi. Ô bicho bom! Mas chame o Paes Landim, que é da Justiça, porque ele estava e comeu mais do

que eu. Mas é isso aí. Ouvi Vicente Leal, do Piauí, numa ocasião, dizer: “Se eu sair com V. Ex^a e formos comemorar a sua posse, o seu êxito, aqui em Brasília, e comeremos tatu, merecemos ser punidos, mas, lá no meu Piauí, no semi-árido, que não chove, na seca, se um pai de família matar um tatu para dar para um filho de comer, juiz nenhum poderá condená-lo”. É o espírito da lei.

Então, quando, às vezes, ocupo a Presidência, não há o Regimento, não. É porque me inspiro muito em Montesquieu. Se V. Ex^a tiver um tempinho, leia-o; se não tiver, o Zé Roberto já sabe todinho. Zé Roberto, devolvo aqui o seu livro e muito agradecido.

E também ninguém pode tirar o Zezinho. Não vá querer tirá-lo daqui e levá-lo para a residência presidencial, não, porque ele nos serve muito bem.

É só isso o que desejo: muitas felicidades, e que Deus o proteja! Todos estamos orgulhosos do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa, lembrando de que essa separação dos vizinhos só acontecerá por um ano.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone.) – Mas V. Ex^a é danado. Daqui a pouco, V. Ex^a ganha duas ou três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É proibida a reeleição, Mão Santa.

Tenho a honra de anunciar a palavra ao Senador Paulo Paim e de convocar o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, porque terei de cumprir uma obrigação externa, um dever de comparecer a um compromisso externo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, quero revelar o meu primeiro arrependimento pela sua eleição. V. Ex^a antes tinha mais tempo e convivia mais conosco, do baixo clero. Essa sua nova função vai tirar-nos o privilégio dessa convivência mais intensa. Tudo bem. É bom para o Senado e para o Brasil. Eu pago o sacrifício. De qualquer maneira, lamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes, mas espero não ficar assim tão distante.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador do Rio Grande do Sul,

Paulo Paim. Por designação do Sr. Presidente, a quem estou substituindo.

Senador Heráclito Fortes, quando o Sr. Presidente não puder ir para o exterior, lembro que me convide para representá-lo.

Com a palavra o Senador Paim pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, primeiro, a alegria de falar sob a sua Presidência. V. Ex^a sabe da amizade que tenho pelo ex-Governador do Piauí e, hoje, Senador da República, Senador Mão Santa. Eu acho que um dos poucos momentos, ao longo desses cinco anos, em que nós votamos de modo diferente foi na questão da CPMF. Sei que V. Ex^a tem respeito pela minha posição, como eu tenho pela sua. Faço esse registro. Percebam, Senador Mão Santa e Senador Heráclito Fortes...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas, Senador Paulo Paim, dentro do espírito da lei, quero lhe dizer que já houve isso: com os aposentados. E V. Ex^a, inspirado por Deus, promoveu uma PEC paralela que minimizou o sofrimento do povo do Brasil. Eu espero que o Divino Espírito Santo o ilumine para fazer uma lei boa e justa para a saúde do nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, hoje, com o Piauí me prestigiando neste pronunciamento, quero também dizer do carinho que tenho pelo Senador Heráclito Fortes, inclusive pelo debate qualificado e belíssimo que aqui fizemos. Ele lembrou, inclusive, o meu primeiro voto na questão da CPMF, dando-me oportunidade para que eu lembrasse os outros quatro votos que fiz e que, naquele momento, estávamos, mais uma vez, em posições diferentes, mas tenho certeza de que todos estávamos com o mesmo objetivo: o bom debate, querendo construir o melhor para o País. Nessa ótica, Senador Mão Santa – e eu falava ontem com V. Ex^a, que lembrava a frase que disse aqui agora –, V. Ex^a me dizia: “Paim, lembre-se da Providência, da PEC paralela que nós construímos”. Nós a construímos juntos, e eu tive a alegria de ser um dos participantes. Ali buscamos uma saída que, sem sombra de dúvida, em todos eventos dos quais participo hoje, os trabalhadores do Brasil reconhecem a importância da PEC paralela, que é lei.

Aí vem a história da CPMF. Senador Mão Santa, V. Ex^a me disse: “Lembre a PEC paralela, Paim”. Estou animado, Senador Mão Santa. Tenho conversado aqui com muitos Senadores, de todos os partidos – Democratas, o PSDB, o PTB, o próprio PR –, e percebo que há uma vontade do Senado da República em construir

uma alternativa que garanta principalmente investimentos na saúde. Por isso, Senador Mão Santa, acho que a idéia da PEC paralela é positiva. Se viermos aqui com uma PEC paralela que garanta 100% da CPMF para a saúde, efetivamente documentada, que garanta que a validade será de um ano e que, nesse um ano, faremos a reforma tributária, Senador Mesquita Júnior... V. Ex^a insistiu muito na idéia de que a aprovássemos desde que, ao fim de um ano, tivéssemos um plebiscito para ver se o povo quer ou não a CPMF, uma redução de forma tal que, no fim de quatro anos, se chegasse a 0,30%; que os 20% da DRU não mais incidissem sobre a educação; que aqueles que ganham até R\$2.800,00 não pagassem a CPMF.

Falei ontem, fui o primeiro a falar, talvez, nesta tribuna, e já mostrava a minha animação na busca de um entendimento. Ninguém aqui está sendo vencedor ou vencido, como eu dizia ontem. Que a gente possa, não neste ano, mas no início do ano que vem, fazer esse debate na busca de um grande entendimento. Acho que é possível. Acho que deveria iniciar, inclusive, no Senado esse debate e, depois, naturalmente, nós iríamos remetê-lo para a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu tenho certeza de que, se caminharmos por essa via, haveremos de construir um grande entendimento. Dizia ontem e digo hoje – em seguida passo a palavra a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes – que sou contra a visão de que o parlamentar que votou contra ou que votou a favor tem de ser satanizado, tem de ser discriminado. É um equívoco, é um equívoco, repito. Falei isto ontem aqui, fui um dos primeiros a falar, e repito: o momento é de bom senso e de muita conversa na busca de uma alternativa que seja melhor para o País.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo plenamente com V. Ex^a. Ninguém mais do que V. Ex^a sabe que o que faltou ao Governo foi humildade e, acima de tudo, diálogo, e não foi por falta de aviso. O Governo não usou as pessoas de credibilidade nesta Casa para ajudá-lo, como V. Ex^a. V. Ex^a não foi acionado pelo Governo. O Senador Delcídio foi chamado aqui na hora da bacia das almas. O Governo precisa se lembrar de que administrar não é corriola. Essa história de corriola é para outros tempos, é para a época de sindicato, quando você saía no intervalo, ia tomar uma pinga, falava mal da vida alheia, voltava e tudo bem. Governar é diferente. O desequilíbrio das forças do Governo aqui dentro começou exatamente por arrogância, por prepotência e por pouco caso. Senador Paim, é muito simples, é só promover um diálogo institucional partido a partido. Vamos ser justos: o que o

Governo quis não foram os votos, mas dividir a Oposição, humilhar a Oposição, achincalhar a Oposição. O Governo, no primeiro mandato, acabou com a Câmara e agora volta as armas contra o Senado, numa tentativa de enfraquecer a democracia no Brasil. Não sei com que objetivo faz isso. Estamos, agora mesmo, vivendo um drama com o qual sei que V. Ex^a não concorda. Mais três cubanos fugiram e não querem retornar a Cuba, e o Governo coloca a Polícia Federal, a serviço não sei de quem, à procura dos cubanos que legalmente estão no Brasil e não querem voltar a um país que internacionalmente é reconhecido como uma ditadura, e faz isso para atender a caprichos de um assessor do Presidente Lula que se diz o condutor da política de integração da América Central, a política bolivariana ou sei lá que nome ele lhe dá. V. Ex^a tem absoluta razão. O Governo não procurou os descontentes da base aliada para saber o motivo de seu descontentamento e, quando procurou a Oposição, foi para desmoralizá-la, foi para dividi-la: conversavam de um jeito com os Governadores e de outro com os Senadores. Eu quero crer que seja mentira, não quero acreditar nisto, mas pensemos no encontro secreto que dizem que o Presidente Lula teve com o Senador Marconi Perillo. Que coisa mais sem futuro! Será que eles achavam que iam dobrar uma decisão que já tinha sido tomada em nível partidário? Quando provoqueei aquele debate com V. Ex^a, Senador Paulo Paim, foi exatamente para dizer que essa é uma questão que podia ser defendida das duas formas, mas houve radicalismo. Nós travamos um debate sem radicalismo, mostrando exatamente que não havia necessidade das agressões que se cometeram aqui, nem das chantagens. Sinceramente, continuo pensando que a derrota foi pedagógica para o Governo. Espero que aprendam a lição. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, eu sou testemunha de sua boa vontade inclusive antes da votação. V. Ex^a dizia: “De bom senso seria vocês conseguirem, fazendo um acordo com a Oposição, deixar essa matéria não para daqui a dez, doze horas. Juguem para a semana que vem”. V. Ex^a me disse: “Se for acordado, se vocês fizerem uma proposta concreta e for feito um acordo...”. Já se votou emenda constitucional aqui em uma noite, não é Senador Geraldo Mesquita Júnior? Sou testemunha disso.

Conversei muito também com o Senador Mão Santa, que insistia comigo: “Paim, só uma PEC paralela. Eu quero ver no papel aqui. Então, poderemos retomar essa conversa”.

Sinto essa boa vontade por parte de todos os Senadores. Senador Geraldo Mesquita Júnior, permi-

ta-me dizer: V. Ex^a veio à tribuna e abriu seu voto. E eu me lembro de que lhe fiz um aparte, concordando com V. Ex^a. Depois, tive a liberdade de falar pessoalmente com V. Ex^a, que disse: “Paim, reafirmo tudo o que declarei da tribuna. Voto a favor. Só quero que, ao cabo de um ano, faça-se um plebiscito”. V. Ex^a também me dizia: “Dizem que o medo é fazer a emenda aqui, porque volta para a Câmara”. Não tem de ter medo nenhum, porque, tanto lá como aqui, já se votaram os dois turnos de PEC em uma noite. Então, vamos apenas colocar essa emendazinha, dizendo que, daqui a um ano, haveria plebiscito.

No fim, a proposta veio praticamente ao encontro do que V. Ex^a queria, mas na última hora e mais radical que a de V. Ex^a, que pedia, daqui a um ano, um plebiscito. A proposta que veio dizia que, daqui a um ano, terminaria a CPMF.

Acho que faltou, de fato, mais diálogo entre todos nós. Por isso, vejo-me na obrigação de contribuir, de forma muito humilde, com essas conversas agora, querendo ainda achar uma saída possível e viável. Mas não para este ano, sabemos que o ano terminou. Votaremos a DRU na semana que vem, e terminou o ano, mas podemos construir esse entendimento a partir do ano que vem sob a ótica de ampliar um belíssimo debate sobre a reforma tributária.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quis apenas fazer um breve comentário sobre a CPMF, mas, se V. Ex^a me permitir, quero falar sobre concursos hoje.

Um dos grandes avanços que conquistamos na Administração Pública deste País com a Constituição de 1988, sem dúvida alguma, foi o advento do inciso II do art. 37 da Carta Magna, que é fundamental. Ele determina:

Art. 37.

.....

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

A instituição da obrigatoriedade da aprovação em concurso público para ocupar cargo ou emprego público representou, assim, um passo importantíssimo no sentido de nos constituirmos em uma democracia na qual o mérito, e não o compadrio ou os favorecimentos de qualquer espécie, fosse a base formadora do corpo

de servidores do Estado brasileiro. Isso é fundamental para valorizar o serviço público brasileiro.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o sucesso desse modelo depende, de forma primordial, da idoneidade e da lisura dos processos seletivos para os cargos e empregos públicos. V. Ex^a conhece bem essa área, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Um ambiente livre de fraudes – falarei das fraudes que existem hoje nos concursos públicos – e irregularidades é fundamental para que a profissionalização que se pretendeu com a nova regra chegue a bom termo e renove, efetivamente, a Administração Pública de nosso País.

Infelizmente, porém, a atração exercida sobre a população pelos cargos públicos, motivada por vantagens como a estabilidade e uma aposentadoria integral, só pode ser comparada à atração que esse universo exerce sobre os fraudadores dos concursos, que formam quadrilhas organizadíssimas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com ramificações em vários Estados e com membros infiltrados nas instituições que elaboram as provas, nos cursinhos preparatórios e, infelizmente, até nas forças policiais.

A Operação Galileu, por exemplo, realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal – para a qual, aqui, registro a minha homenagem –, em 2005, prendeu 81 pessoas, entre elas, repito, policiais com suspeita de fraudar dez concursos públicos em diversas unidades da Federação.

Ouçó o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Prezado amigo, Senador Paulo Paim, V. Ex^a chama a atenção para um fato que, usualmente, não se dá muita atenção: este gravíssimo problema que há na área de concursos públicos no País. Mas eu dou a mesma importância para as maquinações e os crimes que se cometem na área da licitação pública. Costumamos dar maior importância aos crimes que ocorrem na área da licitação pública, porque, talvez, envolvam obras monumentais com maior volume de recursos. Mas o que está acontecendo na área dos concursos públicos, Senador Paulo Paim, é uma vergonha. V. Ex^a colocou o dedo numa ferida brava, realmente, pois é algo que se está alastrando no País; quadrilhas estão se formando, constituindo-se para operar criminosamente dentro dessa questão dos concursos públicos. Graças a Deus V. Ex^a trouxe esse assunto à baila no plenário do Senado, porque precisamos nos debruçar sobre ele com muita atenção; a mesma atenção que dedicamos à questão da licitação, porque se trata de algo igualmente grave!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a fala porque conhece bem essa área. E pode me ajudar. V. Ex^a era Advogado-Geral da União?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Fui Procurador da Fazenda Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC) – Procurador da Fazenda Nacional. Portanto, conhece essa área e, conseqüentemente, dá um testemunho das suas preocupações, inclusive já fez até um alerta, em passado recente, na Comissão de Direitos Humanos.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho mais dados aqui que impressionaram: dos 14 servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, presos pela Polícia Federal, pelo menos seis confessaram o pagamento de até R\$40 mil para receberem, três dias antes, o gabarito da prova do concurso e o tema da redação. Olhem a injustiça que se faz! E, aí, voltamos para uma questão que preocupa a todos nós, porque não há quem não se preocupe com a questão social. Todos sabemos o esforço que faz um assalariado para trabalhar, freqüentar o cursinho à noite e prestar um concurso, tudo isso sem saber que está tudo carimbado, que está tudo acertado, e que não tem a mínima chance de ser aprovado. E ainda ficam com o dinheiro dele.

Ouçó V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a e todos nós devemos lembrar que, nesta semana mesmo, foi suspensa a realização de um concurso para Polícia Rodoviária Federal por suspeita de fraude. Se não me engano, foi detectado o foco no Rio de Janeiro, mas sei lá, pode ter acontecido em vários lugares do País. Milhares de candidatos inscritos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deslocaram-se de seus Estados de origem.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – (...) se deslocaram de seus Estados, porque normalmente as vagas são aqui no Distrito Federal ou em outros Estados. Ou seja, é uma despesa que as pessoas fazem, milhares de jovens, de pessoas ávidas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Este é um dos motivos que suscitou este pronunciamento. O aparte de V. Ex^a só enriquece.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Exatamente. Era só para ilustrar o seu pronunciamento e lembrar que – não faz muito tempo, nesta semana – foi suspenso um concurso que envolvia a participação de milhares de jovens brasileiros, ávidos por obterem uma qualificação como essa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Sr. Presidente, mais recentemente, neste ano, tivemos o caso do concurso da Câmara dos Deputados, em que também se verificaram irregularidades na correção de provas discursivas para o cargo de Analista Legislativo. Está lá o impasse criado. E aí, como é que fica? Em setembro, a Câmara Municipal de São Paulo anulou um concurso com mais de 110 mil inscritos para contratar 197 pessoas. Motivo: suspeita de quebra de sigilo do conteúdo das provas. Todos pagaram, todos se deslocaram, todos gastaram e, no fim, ninguém foi aprovado, porque foi notado que também houve malandragem, desvio, prova antecipada.

Ainda mais: nos últimos dias, o que me levou também a este pronunciamento, os jornais noticiaram, quase que simultaneamente, a suspensão de três concursos por suspeita de fraude: o exame da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado pela OAB de São Paulo – exatamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior –, cujo cancelamento, inédito na história da instituição, prejudicou o início de carreira de 25 mil inscritos. Vinte e cinco mil estudantes dedicaram suas vidas, pois se formaram, pagaram, foram fazer o concurso e souberam que não haveria concurso, porque houve denúncia de malandragem.

O concurso de Agente da Polícia Rodoviária – está aqui o caso que V. Ex^a citou –, com 122 mil inscritos em todo o País, foi adiado para março de 2008. Os candidatos vieram para cá e, só depois, ficaram sabendo que, por suspeita de quebra de sigilo de gabarito da prova, o concurso foi adiado. Por fim, poderia lembrar o concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que V. Ex^a também citou. Lá, 78 mil inscritos, disputando pouco mais de cem vagas, souberam que o concurso foi cancelado porque o gabarito da prova estava supostamente no mesmo cofre em que estava o gabarito da prova da Polícia Rodoviária Federal. Todos foram suspensos, e as pessoas lá, esperando para fazer a prova.

Senadores e Senadoras, também quero salientar a indignação dos milhares de brasileiros que gastam fortunas na preparação para concursos públicos, com cursinhos preparatórios, compra de livros, apostilas e, como já falamos aqui – e o Senador Geraldo Mesquita Júnior me ajudou nessa análise –, muitas vezes se deslocam milhares e milhares de quilômetros para prestarem o concurso. No entanto, depois disso tudo, os aprovados não são chamados sequer para tomar posse, porque houve suspeita de fraude e o concurso é anulado. E anulado, ninguém mais toma posse.

Sr. Presidente, isso não é sério e não poderia acontecer neste País!

Os editais dos concursos publicam determinada quantidade de vagas e, posteriormente, não as preenchem no período de validade do concurso, abrindo-se aí – esta é outra denúncia que constatamos – um novo processo seletivo para o mesmo cargo, sem convocar os aprovados. Por exemplo, concurso “x”. Fica provado que não houve malandragem, não houve fraude, não houve troca de provas, não houve nada. A pessoa passa direitinho; eram duzentas vagas, mas eles convocam apenas cem, não convocam mais os outros cem, que também tinham direito, e abrem novo concurso. Cria-se, então, uma indústria de receber dinheiro da população. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente. Se eram duzentas vagas e passaram trezentos, temos que preencher as duzentas vagas para, só então, abrir novo concurso.

Os candidatos, Sr. Presidente, em razão das vagas oferecidas nos editais, muitas vezes até largam seus atuais empregos para se dedicarem à preparação para o concurso público. Mas, após serem aprovados, não têm nenhuma garantia de serem nomeados. É como se fosse uma brincadeira, uma grande brincadeira que fizeram. O rapaz, a moça, o homem, a mulher, o idoso, enfim, não importa, estudou, passou, tudo direitinho, e depois a vaga desaparece. Há inúmeros casos em que os primeiros colocados não assumem.

Houve uma denúncia, para mim, surpreendente e que me chegou às mãos. A pessoa me contou que tinha sido o terceiro colocado em um concurso com cinco vagas, mas, quando chegou a hora de assumir a vaga, contrataram uma pessoa terceirizada e não o colocaram, porque sabiam que ele estava controlando. E alguém que ficou lá em 8º ou 15º lugar assume.

Há mais uma denúncia aqui: caso semelhante está ocorrendo aqui no DF. Podemos exemplificar o concurso público para agente penitenciário, de 2004, que disponibilizava, Sr. Presidente, aproximadamente sessenta vagas, mas até o presente momento não foram convocados os aprovados naquele concurso. Essa postura do Poder Público, com certeza absoluta, tem que ser revista.

Em razão dessa situação, para não ficar só na denúncia, apresentei, ainda em 2004, Senador Mesquita Júnior – não sei por que a matéria não avança –, uma proposta de emenda à constituição, a PEC 48, de 2004, que obriga o Poder Público a nomear todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas fixado em edital. Se o edital diz que são duzentas vagas; não houve – prefiro usar aqui o termo “malandragem” – nenhuma malandragem, não houve nenhum desvio de conduta, como é que se passam dois anos, faz-se novo edital e não se chamam os que

passaram corretamente? Não pode. Essa PEC tinha que ser aprovada.

Senhoras e senhores, combatemos também o leque de possibilidades de fraudes nos concursos públicos.

Sr. Presidente, essas são apenas algumas situações que, de alguma forma, chegaram ao nosso conhecimento. A imprensa também sabe. Não é difícil imaginar que eles representam apenas aquilo que chamamos sempre a ponta do *iceberg*. Abaixo da superfície é possível, e até mesmo provável, que esquemas semelhantes aos demonstrados pela Polícia Federal do DF em 2005 estejam funcionando a todo vapor em todo o País.

Diante desses fatos e dessas reflexões, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que chegou o momento de nós contribuímos para dar um basta a esta situação.

O flagelo da fraude nos concursos vem se tornando uma ameaça cada vez mais nociva a uma conquista democrática que valoriza o mérito, a competência e o profissionalismo que, paulatinamente, vem aprimorando o serviço público brasileiro.

O que proponho, portanto, ao Palácio do Planalto e aos ministérios e órgãos públicos competentes, Sr. Presidente, é a criação de um órgão federal incumbido de fiscalizar, da primeira à última etapa, todos os concursos públicos realizados neste País.

Só não apresento um projeto de lei porque não quero dizer que é vício de iniciativa, mas tomei a liberdade de apresentar uma proposta autorizativa como uma contribuição ao Governo Federal para que crie um órgão para fiscalizar do primeiro ao último momento e que, inclusive, imponha penas duras contra aqueles que, de uma forma ou de outra, enganam o povo brasileiro com a chamada fraude dos concursos públicos.

Proponho ainda que essa instituição, Sr. Presidente, acompanhe não somente o funcionamento das instituições que elaboram as provas, porque o cuidado pelo sigilo das questões tem sido contestado em várias ocasiões, mas que fiscalize efetivamente o processo de correção das provas e os critérios utilizados em cada etapa. Que se investigue a composição das listas de aprovados que, muitas vezes, oferecem os primeiros indícios de que aquele concurso específico foi objeto de irregularidades.

Enfim, proponho que se crie um organismo que acompanhe todas as etapas dos concursos públicos realizados no País, com vistas a coibir a atuação das quadrilhas que se aproveitam justamente da falta de fiscalização rigorosa em muitas das fases do processo seletivo.

Como as leis que determinam a criação de órgãos da Administração Pública, de acordo com o art. 61 da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República, apelo à sensibilidade do Executivo para que acate este discurso muito mais que um projeto autorizativo como uma carta de intenção. Embora possa ser ingênua para alguns, para mim ela tem alma, tem coração, porque visa somente a justiça para milhares e milhares de brasileiros que sonham em passar num concurso público.

Sr. Presidente, é dever de todos nós zelar pela lisura do processo seletivo para os cargos e empregos públicos. E é nesse sentido que faço este apelo, pois, além de ser um dever do Estado brasileiro, é condição fundamental para que tenhamos um serviço público de qualidade e à altura do que todos nós desejamos para o nosso País e para toda a nossa gente.

Senador Mão Santa, concluo a minha fala com este pronunciamento só dizendo a V. Ex^a que, ainda ontem, encaminhei à Mesa voto de aplauso ao Prof. Dr. Marcos Ávila. Sei que outros Senadores foram na mesma linha. Contudo, vejo-me na obrigação, porque conheço o Dr. Marcos Ávila, de fazer uma rápida justificativa.

O escritor Jorge Amado descobriu a excelência oftalmológica da capital goiana já no final da vida. Ele estava em Paris. Vítima de cegueira parcial, ele precisou fazer um exame comum e veio da França para o gabinete do Prof. Dr. Marcos Ávila. O médico lhe receitou uma visita a esse centro oftalmológico, e lá ele foi. Ali se tratavam também outros notáveis, como o ex-Presidente da República, hoje Senador, José Sarney, que é também paciente do Dr. Marcos Ávila. O nosso querido arquiteto Oscar Niemeyer, que hoje completa 100 anos, que foi homenageado ontem e hoje, também é paciente do Marcos Ávila. Oscar Niemeyer, Sr. Presidente, que tem um problema com viagens de avião, chega a viajar quase dois mil quilômetros de carro para ser consultado pelo Dr. Marcos Ávila.

Sr. Presidente, eu poderia citar inúmeras pessoas ilustres que são pacientes do Dr. Marcos Ávila; mas quero dar um depoimento, se me permitir, para concluir, Senador Heráclito Fortes. Tive um problema de visão quando eu era Deputado. Do dia para noite, eu acordei sem enxergar nada. O médico-chefe da Câmara dos Deputados me disse: "Paim, pega o carro neste momento, vá para Goiás e procure lá o Dr. Marcos Ávila".

Cheguei lá e, para minha alegria, porque falei de figuras ilustres, eu vi lá mais de trezentas pessoas na fila, pessoas pobres e simples, às quais ele estava dando atendimento gratuito porque não podiam pagar.

Os que podem, pagam e pagam corretamente; os que não podem, são atendidos gratuitamente.

É este o depoimento: quando cheguei lá, eu não enxergava nada; depois do tratamento, recuperei 80% da minha visão. Lembro-me, depois que ele fez com que, praticamente, eu retomasse a visão do meu olho esquerdo, de ter dito para ele: a minha mãe tem um problema semelhante. Ele me disse: “Traga-me os exames dela”. Entreguei os exames para ele, que disse: “Olha, não a traga aqui porque você só vai gastar, e a situação dela não tem volta”. Minha mãe já faleceu, e, de fato, não tinha volta. Apresentei-lhe um problema semelhante, da minha irmã. E ele disse: “Esse caso você não me traz aqui, mas, em Porto Alegre, procure um aluno meu, assim, assim, assim”. Fui lá, e ela recuperou parte da visão, pelo menos, antes de falecer.

Então, faço esta pequena homenagem, descrevendo algumas situações, porque, de fato, o Dr. Marcos Ávila, que recebeu esse prêmio já comentado ontem aqui, merece todo o nosso carinho e nossas consideração, não por atender só Senador, Deputado, escritor, pintor, enfim, mas por atender também gratuitamente aqueles que não podem pagar. E ele tem recuperado a visão de muitos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo e, se permite, aplicando o Espírito das Leis, complementar o discurso de V. Ex^a. Fiz nascer uma lei que já foi aprovada aqui e teve repercussão no País todo, para que os concursos públicos fossem realizados em todas as capitais, porque não é justo, de acordo com o aparte que Geraldo Mesquita deu, pinçam-se as mais importantes capitais do Brasil.

Das distantes terras dos Municípios do Acre, das distantes terras de Roraima e do Piauí, é difícil o brasileiro deslocar-se para essas grandes capitais. Além da despesa do transporte, muitas vezes aéreo, há a hospedagem e o estresse da mudança de ambiente. Os concursos deveriam ser feitos nas capitais dos seus Estados, nas unidades universitárias que existem em todos eles, desde que houvesse inscrições em número maior de 200 em cada Estado.

Esse projeto já foi aprovado no Senado e está dormindo na Câmara dos Deputados.

Então, acordo o Presidente: “Acorda, Chinaglia!” Todo o povo – tenho mais de três mil *e-mails* – está congratulando-se com essa idéia, que nasceu desta Casa, que tem os lumináres da República, que é o Senado Federal.

O projeto já foi aprovado nesta Casa, tramitou e falta apenas o Presidente Chinaglia aprová-lo, dar grandeza ao Parlamento e votar a matéria. A proximidade corrigirá muito mais essas corrupções que há no concurso público.

Nossos parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentá-lo pelo projeto, que é fundamental para que as pessoas não tenham de se deslocar dos Estados de origem. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Vamos trabalhar juntos para acelerar a votação naquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Use sua liderança com o Presidente da Câmara para acordar e trabalhar.

Convido para usar da palavra, de acordo com a ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre, um dos Senadores que, sem dúvida, mais se aproximam da vida, da firmeza e do compromisso de Rui Barbosa, diante do seu encantamento pela lei e pela Justiça.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é muita bondade de V. Ex^a, a quem cumprimento nesta manhã de sexta-feira na Presidência do Senado. Quero saudar os companheiros aqui presentes: o Senador Heráclito, o Senador Paim, os dedicados servidores desta Casa, que nos acompanham sempre, o povo brasileiro e, em especial, o povo acreano. Quero dedicar minha fala, hoje, especialmente ao povo acreano.

Na noite da votação da CPMF, abdi quei da minha fala em proveito do andamento da sessão, que já se estendia por demais, e usei apenas um minuto para reiterar minha disposição de votar contra a prorrogação da CPMF. E eu disse, naquela ocasião, que o fazia de forma responsável, Senador Paim. Tomei essa decisão oficialmente, digamos assim, no dia 3 de dezembro. Vim, aqui, a esta tribuna, explicitar minhas razões – e vou repeti-las aqui – e mantive meu voto, não sem torcer e aguardar que o Governo acolhesse proposta que não só eu fiz, mas que alguns Parlamentares aqui fizeram, no sentido de viabilizar a aprovação da prorrogação daquele tributo.

A proposta que eu fiz, Senador Paim, acaba de lembrar: eu me comprometi aqui em votar a favor da prorrogação da CPMF desde que o Governo, Senador Mão Santa, se compromettesse com a tese da realização de um referendo popular, que ocorreria por ocasião das eleições municipais vindouras, no próximo ano, até por medida de contenção de despesas, porque eu entendia, como continuo entendendo, que a CPMF havia sido instituída, anos atrás, em caráter provisório, como

é do corpo e da essência do tributo, de forma precária, para suprir necessidade emergencial e para que o País se voltasse para a recomposição de condições mínimas para o funcionamento da área de saúde pública. De lá para cá, esse tributo vem sendo prorrogado, na conjugação de esforços do Poder Executivo com o Poder Legislativo, sempre de forma precária, provisória. Entendi, e continuo entendendo, que é chegada a hora, Senador Paim, de transferirmos essa decisão, em caráter definitivo, ao povo brasileiro.

Não agi com intransigência, não agi torcendo para que as coisas dessem errado. Isso é conversa fiada, Senador Paim! Torço, sou um daqueles que, ao seu lado, torcem para que as coisas andem bem no nosso País, para que as soluções surjam para milhões de brasileiros e brasileiras que estão aí, à míngua, à margem de um processo de desenvolvimento. Torço, Senador Paim, com toda a sinceridade, torço, torço para que o Presidente Lula acerte o prumo, acerte o rumo das coisas no nosso País. Os eventuais excessos que ele comete, ou faz, ou diz, relevamos. Ora, se relevamos as bobagens que o Presidente Chávez faz na Venezuela com vista ao processo de integração regional do nosso Continente, por que não fazê-lo com relação ao nosso próprio Presidente, Senador Paim?

Relevamos tudo isso e torcemos para que as coisas no nosso País se encaminhem cada vez mais no sentido de melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Mas não podemos compactuar com isso, Senador Paim, sermos, de certa forma, até cúmplices de algo que vem sendo feito de forma amarrotada no nosso País. O gasto público, no Brasil, de fato, é desorganizado, Senador Paim; ele precisa passar por um processo de organização, de eleição de prioridades. A carga tributária do nosso País, Senador Paim, já não é elevada, é excessiva. Quando se diz “excessiva” é porque ela está acima da capacidade e do esforço do povo brasileiro de reunir poupança interna e recursos, para que as demandas sejam atendidas. Quando se diz “excessiva” é porque ela está acima realmente.

Portanto, é uma questão de princípio, é uma questão de se acreditar em alguma coisa. Em que acredito, Senador Paim? Que precisamos conjugar dois esforços: reduzir nossa carga tributária em níveis suportáveis pela população brasileira, mas com o máximo disciplinamento com relação ao gasto público. Precisamos introduzir um terceiro fator: precisamos combater, como se combate, na guerra, o inimigo; precisamos combater o processo de corrupção, que está nas entranhas do nosso País; precisamos combater o desperdício, que é uma coisa brutal. Talvez, cerca de 25% da nossa produção de grãos seja desperdiçada

por falta de condições melhores na infra-estrutura de estradas, de portos etc.

Precisamos dar cabo dessas operações, Senador Paim. Creio que, com isso, o País se torna mais leve, a população se torna mais ativa e possamos abrir a porta de saída. Fala-se tanto na porta de saída do Bolsa-Família, por exemplo. Essa seria uma porta de saída, para que a população migre do Bolsa-Família para um emprego digno, justo.

Portanto, em que pese a firmeza das minhas convicções, não estou barganhando cargo, não estou barganhando absolutamente nada, Senador Paim; em que pese também achar que, em tempos normais, partidos que participam, por exemplo, da coalizão governamental, parlamentar, inclusive; se participam do esforço para a eleição, devem participar também do esforço do planejamento, da participação na execução das tarefas governamentais. Isso é legítimo, é muito justo, não há nada de fisiologismo nisso, mas em tempos normais, numa relação, numa interlocução política elevada, permanente, e não circunstancial, e não emergencial.

Mesmo pensando assim, quando coloquei o pé na discussão da CPMF e quando me recolhi para pensar, para refletir sobre a decisão que deveria tomar, cortei a possibilidade de voltar a tratar desses assuntos de liberação de emendas, de nomeação de cargos, porque creio que não é apropriado. Num momento como aquele, em que estávamos discutindo assunto tão importante, aí, sim, poderia parecer, realmente, fisiologismo, poderia parecer oportunismo. Não o fiz. Cortei. Cortei a relação e a possibilidade de tratar de assuntos dessa natureza naquele momento específico, porque são questões que devem ser tratadas ao longo da interlocução política, ao longo do mandato, ao longo da execução, ao longo do período governamental.

Tomei a minha decisão serenamente; tomei a minha decisão com responsabilidade.

Não tive, repito, a oportunidade de tecer maiores considerações, de justificar mais ainda, porque o povo acreano, o povo brasileiro precisa ouvir a nossa justificativa. É um dever nosso chegar aqui e justificar o nosso voto.

Estou tendo a oportunidade, nesta sexta-feira, de fazê-lo, Senador Paulo Paim, talvez com mais informações, com mais detalhes além daqueles que eu já trouxe aqui, usual e normalmente.

Estou preparado, Senador Paim, para me sentar a uma mesa de negociação, se esse for o desejo do Poder Executivo e desta Casa, e conversar sobre reforma tributária. O Brasil está precisando disso.

O Senador Mão Santa, por diversas vezes, nesta tribuna, declinou o nome dos setenta e tantos tributos que temos no País. É um sistema tributário perverso, Senador Paim, injusto, porque pune a ponta mais fraca. Ele pune a ponta mais fraca.

Naquela noite, circulou muito a conversa de que a CPMF é imposto que penaliza somente as elites, os ricos. Não é, não, Senador Paim. Veja o exemplo do sujeito que vai à birosca para comprar um quilo de café, Senador Paim. Esse quilo de café traz uma cadeia imensa de incidência da CPMF e aquela pessoa acaba, talvez, pagando mais ainda. Isso é conversa fiada.

Empresário e gente rica, neste País, talvez sejam os que menos paguem CPMF. O empresário movimenta conta de pessoa jurídica e, ao comprar algum produto, algum insumo para movimentar a sua indústria, é claro que repassa o valor recolhido para o preço do produto, Senador Paim. Quem não sabe disso? Todos nós sabemos disso.

Então, esse é um argumento falacioso e que não se sustenta. É um argumento que não se sustenta. Todos pagam CPMF e talvez os mais necessitados são os que paguem mais esse tributo.

Estou disposto a sentar-me com quem quer que seja e, principalmente, com pessoas como V. Ex^a, que, não me canso de repetir, é um Senador que, neste Parlamento, defende causas, não coisas.

Existem aqueles que se dedicam à vida pública para lutar por coisas, Senador Paulo Paim, mas V. Ex^a é um Parlamentar que se dedica a lutar por causas. Isso é uma coisa importante e fundamental, que faz a maior diferença.

Sento em companhia de V. Ex^a e de quem o quiser para discutirmos uma reforma tributária que estimule a produção e o emprego, mas não estou disposto, Senador Paulo Paim, a discutir, pontualmente, tributo nesta Casa. E digo de novo – e estamos longe de voltar a discutir o assunto – que tributo solteiro, tributo avulso não estou disposto a validar nesta Casa.

Toda vez que tivermos uma oportunidade de reduzir a carga tributária neste País, deveremos encarar essa tarefa com a maior responsabilidade. Uma reforma tributária eu discuto, mas se retornar a questão pontual, isolada, solteira, avulsa de qualquer tributo, nesta Casa, já declaro meu voto contrário. Eu já estou declarando o meu voto contrário. Estou declarando o meu voto contrário, Senador Paim. E voto naquela circunstância e naquela condição que eu disse da outra vez. Até voto, mas desde que a decisão do Parlamento seja submetida a um referendo popular. Do contrário, estou disposto a discutir apenas uma reforma tributária.

Perdemos todas as oportunidades de discutir uma profunda reforma tributária, Senador Mão Santa.

Sempre estou disposto a sentar-me e a discutir com responsabilidade, mas quanto a tributo solteiro, a tributo avulso, nesta Casa, eu só voto a favor da sua manutenção, da sua criação, se a decisão do Parlamento for submetida a um referendo popular, enquanto não realizarmos a tal da reforma tributária, porque é uma injustiça que cometemos contra a população.

O nível da nossa carga tributária é excessivo, não elevado. Elevado é algo que, talvez, seja até suportável, mas ele está acima do suportável. Então, por princípio, se houver tentativa de se institucionalizar, criar-se, ou prorrogar-se qualquer tributo, aqui, de forma solteira, avulsa, eu voto contra. E votarei a favor mediante a condição de levarmos a questão ao conhecimento do povo brasileiro, como um todo, para que ele decida: “Além dessa carga insuportável, você quer mais esse tributo?” O povo brasileiro que decida.

Tenho agido de forma responsável, Senador Paulo Paim, mas talvez até tenha cometido erros, nesta Casa. Com certeza, cometi vários, mas o meu esforço é no sentido de agir sempre com responsabilidade e de forma serena.

O meu voto não foi um voto de vingança, porque não tenho contra quem me vingar, apesar, Senador Paim, de ser alvo no meu Estado.

Pedi ao Fonseca que me trouxesse as notícias que circulam, hoje, na imprensa do meu Estado. Desculpem-me os companheiros da imprensa da minha terra, mas há muito tempo tenho sido alvo de uma campanha que já chega às raias do desumano. É negócio cruel. Negócio cruel.

Tenho sido alvo de uma campanha difamatória, dia sim e outro dia também. Faço exceções, pois não é toda a imprensa acreana. Lá, há exceções, raras exceções de pessoas que ainda tentam fazer uma imprensa altiva, uma imprensa responsável, uma imprensa, de certa forma, até independente, se isso é possível, mas uma parte considerável da imprensa acreana, Senador Paim, no seu conjunto, constitui-se quase que uma unidade orçamentária governamental. Ela vive, exclusivamente, de recursos públicos que lhe são transferidos de uma forma ou de outra. Por conta disso, como sou *persona non grata* para o atual Governo, para o atual esquema de poder do meu Estado, sou alvo, dia sim e outro dia também, e todos os dias da semana, de um tratamento que não se concede a um animal. Eu sou traidor, sou bandido, sou safado, sou corrupto – esse é o tratamento que me dedica boa parte da imprensa acreana todo dia. Já estou calejado, já estou acostumado.

O que foi publicado, hoje, é uma repetição grosseira do que acontece todo dia: “Geraldinho Mesquita ajuda a subtrair 416 milhões do Acre”. É uma manchete que induz a população a considerar e ter isso como uma verdade absoluta.

Fico até preocupado. Se eu, realmente, ajudei a subtrair todo esse valor, quero saber, daqui para trás, onde foi colocado todo esse recurso, Senador Paim Já não falo das condições da saúde pública no interior do Estado, que estão além do precário, vamos ficar só na capital mesmo. A gente assiste a uma cena dramática na capital do nosso Estado: velhinhos, Senador Paim, indo para a fila da fundação hospitalar, às 3 horas da manhã, para tentarem marcar uma consulta para daqui a cinco meses, ou para fazerem um exame radiográfico e, ao chegarem lá, o aparelho está quebrado. Então, eu já fico até preocupado: para onde foi essa dinheirama toda, que eu, aqui, como diz a imprensa, estou ajudando a subtrair do meu Estado?

Faço este relato, talvez até dramático, Senador Paim, porque é um negócio muito dolorido para mim, pessoalmente, e para a minha família. É uma campanha solerte; é uma campanha difamatória; é uma campanha pesada. Há jornalistas que não merecem esse título. Repito aqui, para ficar muito claro: tem exceção no meu Estado; há um setor da imprensa que ainda tenta ser responsável, independente, mas, grande parte da imprensa do meu Estado elegeu-me como alvo prioritário de um processo, ou pelo menos de uma tentativa, de desmoralização pública. Todos os dias, Senador Paim, não há um dia que não sai uma nota, uma coluna, um artigo de algum jornalista, desses que não merecem o título de jornalista, escalado para me difamar. Quando não há fato, cria-se fato, inventa-se um fato qualquer.

Quero ler, aqui, para V. Ex^{as}. No dia da votação da CPMF, ligou-me o jornalista Roberto Vaz, titular de um *site* denominado Ac24horas, dizendo-me: “Senador, recebi, aqui, a informação de um parlamentar da base do Governo...” Eu não sei quem é; quer dizer, a coisa sai assim de forma totalmente irresponsável: dizendo que eu estaria condicionando o meu voto, Senador Paulo Paim, favorável à CPMF – V. EX^a é testemunha de que o meu voto já está declarado há muito tempo –, ao fato de o PT não indicar o segundo candidato ao Senado em 2010.

Senador Paulo Paim, não sei nem se vou ser candidato a alguma coisa! Confesso a V. Ex^a que esta minha experiência parlamentar tem sido doída, tem sido traumática, tem sido complicada para mim e para minha família. Muito complicada. Já lhe externei a minha tristeza, o meu pesar por isso tudo estar acontecendo.

Não sei nem se vou ser candidato a nada, Senador Paulo Paim. Imagine se vou estar preocupado se o PT vai indicar um, ou dois, ou dez, ou vinte candidatos ao Senado! Não tenho nada com isso, Senador Paulo Paim. V. Ex^a, que me conhece, sabe que eu não condicionaria um voto a uma situação dessa. O povo acreano sabe disso, mas a tentativa – parece até uma notícia simples, uma notícia boba – é para mostrar: “Olha, está vendo como ele é mesquinho? Está vendo como ele é pequeno? Está vendo como ele se coloca de forma safada, talvez?”. Entendem? Então, é a essa coisa que estou submetido no meu Estado.

Mas, apesar disso, Senador Paulo Paim, vou até onde Deus me permitir levar este mandato; vou levar, porque tenho compromisso com o povo acreano.

Tenho tentado agir aqui procurando ser o mais coerente possível com tudo aquilo que eu pensava, e penso, ao longo do tempo. Os meus compromissos são os mesmos. Mudei de partido? Mudei de partido, mas os meus compromissos são os mesmos, Senador Paulo Paim. Tenho feito um esforço danado aqui para manter os meus compromissos com as minhas idéias, com o que sempre pensei na vida, inclusive trabalhadas e articuladas dentro de um esquema em que estive inserido, é verdade. A Frente Popular do Acre era uma coisa bonita quando surgiu. Fiz parte disso, da sua constituição. Meu pai foi um esteio forte da constituição da Frente Popular. Envolvi-me com essa operação porque julgava que era a oportunidade de mudarmos a face do Acre. E, de repente, vejo tudo aquilo mudar completamente de rumo. Ideais, que diziam respeito à sorte de todo o povo acreano, começaram a migrar para iniciativas que visavam apenas à promoção pessoal de um ou de outro. E saí disso aí. Mas confesso que ali trabalhei, junto com outras pessoas, que continuo achando que estão equivocadas e que poderiam rever tudo isso. Mas trabalhei ali, trabalhei em outras circunstâncias também a possibilidade de mudarmos a face do Acre, de contribuirmos para o desenvolvimento do nosso País de forma democrática, de forma a priorizar os interesses e as aspirações da grande maioria do povo acreano.

Senador Paulo Paim, desculpe-me, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, confesso, de público, que eu não conhecia V. Ex^a. Mas, quando nos encontramos aqui, um diretor do Diap disse-me: “Este é um Senador sério, do qual V. Ex^a pode se aproximar, que, com certeza, será um parceiro seu nas lutas no campo social”. É onde nos identificamos, com certeza. O seu desabafo, da tribuna, neste momento... Quero dizer que sequer con-

sigo imaginar uma imprensa agindo da forma como o senhor está relatando. Confesso que no meu Estado, o Rio Grande do Sul, não tem nenhum político que faça uma denúncia desse porte contra a imprensa gaúcha. Quero, inclusive, neste momento, pelo relato que V. Ex^a dá, com certeza, cumprimentar toda a imprensa do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Fiquei perplexo com o seu relato. Todos sabemos o poder que tem a imprensa nacional e, muito mais, a local. Pelo relato que V. Ex^a faz, não é nem uma discordância no debate, no campo das idéias, são ataques pessoais, faltando com a verdade, pelo relato que faz. Posso dar um testemunho, e falo aqui com a maior tranquilidade, Senador Mesquita Júnior: a única coisa que me pediram, nessa questão da CPMF, é que eu falasse com V. Ex^a, porque sabem da amizade que temos. “Eu falo, sim, com o Senador Geraldo Mesquita Júnior.” Quando lhe falei, V. Ex^a sentou-se comigo, por uma ou duas vezes, e disse-me: “Paim, é exatamente aquilo que eu falei da tribuna”. Recebeu-me de forma muito diplomática, com o maior respeito, e disse-me: “Paim, é só botar uma emendazinha aqui, dizendo que essa questão vai passar pelo referendo nas próximas eleições”. Essa foi a única condição que V. Ex^a botou, e argumentou o porquê, não para mim pessoalmente, argumentou da tribuna, e repetiu para mim todos os argumentos. Então, quero dar este testemunho. Lamento, Senador Mesquita Júnior. Fica aqui a minha solidariedade. Entendo o seu desabafo. Eu faria o mesmo desabafo, porque a única coisa que a gente tem, quando percebe, devido a uma situação local, que há uma verdadeira batalha de um exército contra uma pessoa, pelo relato que V. Ex^a dá, é vir à tribuna e falar aqui. Então, minha solidariedade a V. Ex^a. Eu, que estou tão preocupado com esta questão, que é a preocupação de todos nós, a reforma tributária, e falamos também da CPMF, percebo, mais uma vez, a sua conduta e a sua recomendação, eu diria, como uma contribuição. “Querem discutir até mesmo a CPMF, desde que seja no conjunto da reforma tributária, e essa questão, se for provisória – V. Ex^a repetiu o que sempre disse a todos –, desde que passe pelo referendo”. Então, V. Ex^a não deixa nenhuma dúvida: está reafirmando aqui a sua posição. Lamento muito. Fica aqui – e é só o que eu posso fazer – a minha total solidariedade, pela forma que eu aprendi a conhecê-lo e respeitá-lo nesta Casa. Meus cumprimentos!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. É sempre uma honra receber um aparte de V. Ex^a. Um companheiro a quem dou maior valor, valor absoluto, na relação que estabeleci aqui com V. Ex^a.

Senador Heráclito, se deseja o aparte, é com muito prazer que eu o concedo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Para mim, é um prazer muito grande poder participar, com este meu modesto aparte, do pronunciamento de V. Ex^a. Confesso que fiquei reticente em apartear-lo, porque, sendo V. Ex^a de um Estado onde o PT governa e estando aqui um Senador do PT, fiquei preocupado em criar alguma saia justa. Mas eu já conheço Paulo Paim de diversos carnavais, sabia de antemão que ele não se calaria diante do que V. Ex^a disse aqui. Daí por que eu lamentar o que V. Ex^a acaba de nos mostrar e ver que a revolta do Senador Paulo Paim é uma revolta apartidária, é a revolta de um cidadão que sempre defendeu a liberdade de imprensa e que não permite, até por temperamento, que esse tipo de manobra, que esse tipo de política seja feita. V. Ex^a, nesses quase seis anos de convivência aqui, já mostrou a todos os colegas a conduta, o caráter, e que não é um homem para fazer parte da novela das 8h, ter duas caras, uma aqui outra lá. Não adianta. Preferimos acreditar que V. Ex^a é o Geraldo Mesquita daqui e o de lá, ou seja, um só. Infelizmente, estes fatos acontecem, principalmente nos Estados mais pobres: setores de imprensa serem dominados pelos mais ricos, pelos poderosos. Mas eu saio daqui confortado, principalmente com o depoimento, com a solidariedade que V. Ex^a recebe de Paulo Paim. Sou apenas um besourinho a meter o bedelho nesse mel. Mas faço isso porque aprendi a admirá-lo, e ninguém foi mais limpo, mais correto com o Governo do que V. Ex^a na sua posição. E o Governo, que gosta de se apropriar das idéias alheias, que talvez não queira o plebiscito porque não partiu dos porões do Palácio, podia muito bem resolver a questão: marcar para o início do próximo ano a reforma tributária. Acabou. Já não precisa mais de plebiscito. Faça-se a reforma tributária. Pronto, faremos. Um compromisso para não atrapalhar inclusive as eleições municipais. Faremos durante 90 dias. Só se trataria aqui, Senador Paulo Paim, de reforma tributária. Haveria concordância geral, não há nenhuma dificuldade, é só querer. E querer é poder. Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Vou concluir. Estou abusando do tempo. Desculpe-me o desabafo, Senador Mão Santa, mas este aqui é o meu espaço de falar. Confesso meu desconforto. Tenho um pequeno nicho de espaço para falar em meu Estado, mas é uma coisa que não consegue fazer frente ao volume que sai dessa campanha, solerte mesmo, de tentativa de desmoralização pública, Senador Paulo Paim. Em meu Estado, sou alvo de uma

campanha de desmoralização pública diária, permanente, mês a mês, até agora.

Tenho resistido. Certa feita, a coisa tomou uma proporção tão agigantada, que detectei ameaças de... A tentativa é a seguinte, Senador Paulo Paim: “Bota na manchete, bota na imprensa, e o Geraldo que se vire para dizer que não é”, entende? Sem espaço na mídia, sem a menor condição. É uma coisa desigual demais.

No final do ano retrasado, tomei um susto. Chegou ao meu conhecimento, por amigos, que havia a tentativa de se fazerem acusações da maior gravidade contra a minha pessoa, Senador Paulo Paim. Todas absolutamente inexistentes e falsas. Coisa pesada. Vou revelar aqui. Minha família vai ficar contrariada comigo, mas vou revelar. Fui recomendado pelos meus amigos, pela minha família, pelos meus pais, a não revelar nunca esse fato aqui. Vou revelá-lo. Chegou ao meu conhecimento que estava se urdindo, estava se armando a tentativa de me imputar um crime de pedofilia, Senador Paulo Paim. V. Ex^a acredita num negócio desse? Ia sair nos jornais. Uma senhora levaria a filha e tal... E a acusação seria essa. Como é que eu ia desmanchar um rolo desses, Senador Paulo Paim? Quando eu soube disso, reuni minha família: “Olha, a coisa está chegando a um ponto que eu não sei se vou agüentar”. Reuni todos. Tenho uma filha, que é professora da UnB, e perguntei a ela: “Mariana, você imagine, imagine...”. Ela disse: “Não, papai, vá em frente porque a gente lhe conhece, a gente sabe do seu caráter”. Eu disse: “Mariana, você imagine andar no corredor da UnB e, de repente, sair uma manchete de jornal, a pessoa lhe mostrar uma manchete, como é que você vai reagir, minha filha, a um negócio desses?”

Naquele momento, Senador Paulo Paim, quase joga a toalha. E o objetivo era o de me fazer jogar a toalha. Na época, procurei o Senador Romeu Tuma, que é um homem digno e pode confirmar isso: “Senador, eu sei de onde está partindo, mas não tenho como provar. Gostaria que V. Ex^a acionasse a Polícia Federal, seja quem for, para examinar de onde está saindo isso”. Perguntem ao Senador Romeu Tuma. Pedi que ele entrasse no circuito, investigasse, colocasse a Polícia Federal, porque é um negócio muito cruel, Senador Paulo Paim. Várias acusações que fizeram a mim não têm o menor fundamento. A estratégia é esta: é manchetar, porque depois... Lembro até de uma frase do ex-Presidente Collor, que dizia: “Olha, depois que você tira as penas da galinha...”. Difamação é isto: você tira as penas de uma galinha viva e depois não consegue repor, Senador Paulo Paim. Até porque é desigual essa relação, não consigo o mesmo espaço na mídia para

dizer as verdades. Para grande parte da população, a coisa repetida várias vezes acaba se tornando verdade. É aí que a coisa se complica.

Portanto, estou aqui, e peço desculpas, mais uma vez, pelo desabafo. Esta talvez seja minha única trincheira, e eu a estou usando. Há poucos dias, recebi a ameaça de que existe um dossiê contra mim, que o mundo vai desabar sobre a minha cabeça. Que desabe, Senador Paim! Esse povo pode me quebrar em pedaços, mas não me verga. Esse povo não me verga! Não me verga! Não tenho ódio no coração, não me passa raiva no coração, absolutamente nada. Eu tenho é pena dessa gente que ocupa parte da sua cabeça e do seu coração com algo tão maligno, quando poderia estar trabalhando em prol do desenvolvimento do nosso País e na busca de melhores condições para o nosso povo. E se ocupa de uma coisa dessa.

Senador Mão Santa, só Deus sabe como estou aqui. Mas vou resistir, Senador Paulo Paim, até onde Deus me der forças. Vou resistir. Vou agüentar essa parada, porque, apesar de tudo o que dizem de mim, sou um homem sério, uma pessoa responsável. Não traí ninguém. Mantenho-me fiel aos compromissos que assumi desde que botei o pé na estrada, na vida pública e na vida política. Não traí ninguém. Se alguém traiu a população do Acre, não fui eu, Senador Mão Santa. Não fui eu. A população do Acre sabe e é testemunha disso.

Desse modo, está aqui a minha disposição. Vou anunciar outra coisa, Senador Heráclito Fortes: essa experiência no Acre abriu meus olhos para a questão da TV pública. Em primeiro lugar, penso que é algo desnecessário, além de ser um perigo que uma estrutura de poder tenha à sua disposição espaço de mídia, de produção de informação de forma privilegiada. Isso é um perigo.

Tenho o maior respeito pela jornalista Tereza Cruvinel. Tenho saudade da sua coluna. Ela está muito bem substituída, mas tenho saudade da sua coluna, com aquela escrita caprichada, enxuta, objetiva, com a crítica bem colocada. Tenho saudade. Abro a página, e cadê a coluna da Tereza Cruvinel? Tenho o maior respeito por aquela jornalista. Agora, a Tereza Cruvinel me perdoe, mas já estou aqui declarando meu voto contrário à instituição da TV pública. Agora, hoje, dia 14 de dezembro, estou declarando meu voto contrário, Senador Paulo Paim, porque acho isso um perigo. Acho um perigo, Senador Mão Santa, o Estado se apropriar de uma estrutura de comunicação social que possa eventualmente produzir uma aberração, como essa que está sendo produzida com relação a mim ou a qualquer um, Senador Paulo Paim. Já imagi-

nou alguém, com o máximo poder e com uma estrutura como essa, desancar V. Ex^a? É um poder desigual, é algo desigual, que não podemos admitir que ocorra. O Estado já tem TV Educativa e algumas estruturas que podem ser aproveitadas.

Já estou, aqui, de público, declarando meu voto contrário à medida provisória que institui a TV pública – para não dizerem, depois, lá na frente, “ele está querendo barganhar votos”. Não estou, não. Não quero absolutamente nada. Estou declarando isso, aqui, de forma consciente, porque essa experiência que vivo no Acre me aponta para essa necessidade de rejeitar qualquer tentativa nesse sentido.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, muito obrigado pela sua tolerância. V. Ex^a é o amigo de sempre, o companheiro de sempre. Além dos companheiros que estão aqui no plenário, V. Ex^a é aquele companheiro que nos aconselha, que chega junto. Tenho o maior respeito por V. Ex^a, pela defesa apaixonada que faz do seu Piauí e do povo brasileiro.

Portanto, trouxe, aqui, de forma amargurada, triste, constrangido, essas informações, para que esta Casa tome conhecimento, particularmente o povo da minha terra, que não me ouve com frequência a partir da imprensa do meu Estado, porque, repito, grande parte dela é quase uma unidade orçamentária. Como não sou personalidade grata ali, atualmente há pessoas escaladas, infelizmente – pessoas que nem merecem o título de jornalista –, para me desancar, para tentar me difamar e desmoralizar. Não sei se vão conseguir, mas vou resistir até as últimas, Senador Paulo Paim.

Um último aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me, vou aproveitar o momento, recebi agora um *clipping* do Rio Grande do Sul. Diria que, no Rio Grande do Sul, sinto-me um privilegiado, porque lá 99% da imprensa me dá todo o espaço para que eu coloque minha posição, como aquele que faz o contraditório. Só há um jornalista que me dá uma cutucada toda vez que me pega. Digo que é até bom que haja esse jornalista que toda vez procura... Naquela sessão que durou a noite toda, ele só soube dizer que, há cinco anos, eu tinha votado uma vez contra e quatro a favor e que não entendia bem essa posição. Foi mais ou menos isso o que ele disse. Então, foi até um pequeno elogio. Fico bravo com isso, confesso que fico meio chateado, indignado. Agora, se recebesse o nível de ataques que V. Ex^a recebe, nem sei o que iria fazer. Ele cita V. Ex^a, que é meu amigo, Senador Heráclito Fortes. Fizemos um debate aqui no mais alto nível. O Heráclito me deu a oportunidade de dizer que, por quatro vezes, já votei a favor, inclusive

no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele me deu essa oportunidade, falou gentilmente comigo e permitiu que eu mostrasse que, no Governo Fernando Henrique, ele perdeu uma vez e ganhou na outra...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Um pecador arrependido, portanto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/ PT – RS) – Então, tenho de dividir com o Heráclito a oportunidade que me deu e o carinho deste diálogo que estamos fazendo aqui agora. Mesmo a esse jornalista, quero render meus elogios, perto do que V. Ex^a está falando, porque, uma vez ou outra, é quem dá uma cutucadinha... Se não, a imprensa gaúcha tem dado oportunidade a todos, ao que fala contra e a favor da CPMF. Fiquei ainda mais solidário a V. Ex^a a partir deste momento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado.

Encerro, pedindo a Deus que proteja todos nós e o povo brasileiro, e desejando a todos um feliz final de semana.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, foi muito honroso para mim. Às vezes, sou contestado, quando aplico o espírito da lei desta Mesa, e este é o momento. Jamais poderia ter limitado a voz de V. Ex^a, pelo que manda o Regimento, vinte minutos.

Queremos dizer que nos foi honroso, quando o Presidente Garibaldi saiu e pediu, pessoalmente, para que eu presidisse a sessão.

Mas queria dizer, Geraldo Mesquita – e adentrou aqui Pedro Simon, cristão –, que só se atira pedra nas árvores que dão bons frutos. É V. Ex^a. Mas quero conhecer pelos frutos a boa árvore, quero conhecer pessoalmente seu pai. Estão atirando pedra, porque V. Ex^a dá bons frutos, e nos consideramos um deles. Somos frutos da observação do caráter de V. Ex^a, da sua firmeza no Direito. Injustiça? Todos nós... Cristo foi injustiçado. Não sou da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, mas ouvi uma acusação contra V. Ex^a e estava lá, dando um atestado de que V. Ex^a é um dos melhores homens que conheci na minha vida pública. Tive o prazer de percorrer, com minha esposa, as ruas, as casas, os bares, de abraçar o povo e vi que atingir o caráter de V. Ex^a é uma tentativa vã, é como querer jogar pedra na lua. Antes do seu desabafo, para o qual jamais limitaria o tempo, eu já o saudava como um dos que mais se aproximava aos encantos da lei e da justiça pregada e defendida por Rui Barbosa.

Continuando a nossa sessão, é com muita honra que chamo aquele mais extraordinário Líder do Piauí, Heráclito Fortes. Seu voto, enterrando a CPMF, foi um

despertar do Governo, para enterrar a mentira dos problemas de saúde.

Heráclito Fortes iniciou um pronto-socorro necessário a Teresina, em 1989.

E lá está só com promessas de ajuda do Governo Federal. Aliado a esse pronto-socorro, que vai completar 20 anos, uma maturidade que não nasceu ainda, há também o Hospital Universitário, que é mais velho ainda. Foi por isso que eu e Heráclito tentamos acordar o Governo Federal e o Estado, para acabar com as mentiras.

V. Ex^a disporá do tempo que julgar conveniente, para defender o Piauí e o povo do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que, logo que comecei a militar na política do Piauí, a Cohab, Companhia de Habitação do Estado, era uma empresa eminentemente elitista.

As casas construídas eram distribuídas, muitas vezes, não para os que mais precisavam, mas sim para os que tinham alguma coisa a dar em retorno ao governante do dia. Talvez alguns dos conjuntos habitacionais construídos em Teresina de maneira errada tenham sido responsáveis até pelo inchaço da cidade, porque se traziam do interior desempregados que, na perspectiva de conseguir emprego, vinham para a capital e continuavam desempregados, só que sob um teto conseguido através do prestígio político seu e de familiares.

V. Ex^a foi Deputado Estadual e se lembra de que, naquela época, dizia-se, inclusive, que alguns prefeitos de muito prestígio montavam ali sua segunda casa, seu segundo lar, arrumando casas para abrigar suas escapulidas, como se diz no Piauí.

Pois bem! No Governo de V. Ex^a – e quero aqui fazer justiça –, o Deputado Prado Júnior, seu conterrâneo de Parnaíba, mudou e revolucionou a Cohab do Piauí, modificando completamente o conceito, passando a fazer casas para a população carente, inclusive apartamentos em zona nobre de Teresina, aproveitando terrenos do Estado. Foi a bairros, fez conjuntos habitacionais sem recursos – quero fazer justiça, porque, àquela época, o sistema financeiro estava completamente desequilibrado e desmontado –, Deus sabe lá como, e avançou muito.

Eu imaginava que o Partido dos Trabalhadores fosse aproveitar aquele modelo e fazer uma revolução em habitação popular, no Estado do Piauí, já que era uma das grandes promessas feitas à época da campanha.

Ontem fui surpreendido pela matéria do *blog* do jornalista Tomaz Teixeira que outros jornais repercutiram: Perversidade, Governo do PT leiloou carros de pobres no Detran e agora vai tomar apartamentos e casas dos mutuários em atraso com a Engerpi. Fiquei pensando: quem é a Engerpi? É a Cohab, só que com botox, a mesma Cohab. Trocaram de nome e, em vez de colocar ali um ingrediente de atendimento social, colocaram uma forte dose de perversidade.

Veja só, meu caro Mão Santa, de maneira sarcástica, impiedosa, desumana, o Governo ameaça despejar quem está em atraso no dia 7 de janeiro. Ou seja, acabou com o peru de natal, acabou com a tranquilidade dos que estão com débito atrasado, sem levar em conta o estado de desemprego que vive não só o Nordeste, mas também o Piauí, e sem levar em conta os que estão em dificuldades junto à rede bancária, por inadimplência, por conta de quem, Senador Mão Santa? Do governo do Estado. O famoso consignado, aquela antecipação criminoso que foi feita, em que o governo assumiu o compromisso junto à rede bancária de honrar as dívidas contraídas e, agora, gera esse impasse no Estado. Como presente, anuncia para o dia 7 de janeiro – logo 7 de janeiro! –, Senador Geraldo Mesquita, um despejo. Que Natal!

Sabe bem V. Ex^a que uma situação como essa se torna uma calamidade, atinge vizinhos, parentes. É desumano. E veja só, Senador Paulo Paim, vem do Partido dos Trabalhadores.

O justo seria propor um entendimento com uma equipe de assistentes sociais, conversar para saber a origem do débito. Nós que sabemos, de antemão, Senador Mão Santa, que o piauiense não é um devedor prazeroso, não é da sua índole. Nós não temos, Senador Geraldo Mesquita, no Piauí, histórico de falências fraudulentas praticadas por piauienses. Quando ocorrem, podem ir ao cadastro que é gente de fora. Piauiense tem dificuldades, deve, faz composição, paga, é uma tradição reconhecida, inclusive, pelo sistema bancário nacional.

E vem, às vésperas do Natal, o governo do PT, Senador Mão Santa, marcar data, dia 7 de janeiro, um despejo dos que estão em atraso com a Engerpi.

Eu queria lhe propor, Senador Mão Santa, que nós entremos com uma medida cautelar para garantir teto a essa gente.

Aliás, ao ler essa matéria, senti uma falta enorme da Francisca Trindade, que, mais do que ninguém, teve sensibilidade muito aguçada para as questões dos sem-teto em Teresina.

Lembro-me de que eu era prefeito e travei brigas fantásticas com a Trindade, dentro do espírito demo-

crática, para discussão de calçamento de ruas. Assisti discussões fantásticas, Senador Mão Santa, dela e do Acelino Ribeiro. Brigas no meio da rua, todos os dois defendendo um lado, mas todos os dois querendo o bem de Teresina. Veja bem! Em um momento como este se desrespeita a memória desta figura extraordinária que fez da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitário (Famcc) uma entidade respeitada em todo o Piauí.

Hoje vemos, nas matérias dos jornais, a Presidente da Engerpi, que é a antiga Cohab, dizer que vai chamar a Famcc e a Famepi (Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí) para negociar, mas que não tem jeito: a partir do dia 7... Ainda diz mais – só para ser bem claro, Senador Mão Santa: Até o dia 4 de janeiro, as pessoas têm prazo para comparecer e demonstrar que tenham interesse de pagar; caso contrário, quem não comparecer, dia 7 de janeiro, deve estar preparado porque nós vamos entrar com ação judicial para retomada do imóvel.

É uma humilhação, é uma pressão desnecessária. Logo agora, no momento de Natal, que as famílias mais carentes juntam uma pequena economia para dar um Natal mais confortável aos seus, soltam uma ameaça dessa natureza? Para quê? Quero crer que o Governador do Estado, que tem viajado muito esses dias – até faço justiça, tratando da questão da CPMF – não tenha tido conhecimento de mais esse ato de leviandade de alguém de sua equipe.

De qualquer maneira, eu quero me solidarizar com os ameaçados e me colocar à disposição para as providências que se fizerem necessárias no campo legal, para ser porta-voz, nesta tribuna e onde acharem conveniente, das reclamações, das angústias de cada um.

Mas, Senador Mão Santa, o Senador Geraldo Mesquita Júnior acabou de falar, aqui, segundo a imprensa, quanto perderá o Acre pela não aprovação da CPMF. Não sei se o Senador Paulo Paim tem os números divulgados, evidentemente, no Rio Grande do Sul, de quanto o Rio Grande do Sul perderá pela não aprovação da CPMF?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – A informação que recebi é em torno de R\$1,5 bilhão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – R\$1,5 bilhão.

No Piauí, os números são divergentes: R\$1 bilhão e R\$700 milhões. Senador Mão Santa, se somarmos esses benefícios que o Governo anuncia, vamos ver que tem alguma coisa errada. E não seria preciso arrecadação apenas de R\$40 bilhões, mas de muito mais. É um chute perverso que o Governo está fazendo, para

enganar a população brasileira, até porque, dos aproximadamente R\$40 bilhões arrecadados pela CPMF – um pouco mais, um pouco menos –, pouco mais da metade, e a coisa é discutível, vai para a saúde.

Então, não é com blefe que se trata um assunto sério dessa natureza.

Desde ontem tento lembrar o nome do secretário de saúde do Piauí – rapaz, nem e-mail dele recebi para me ajudar. O secretário de saúde resolveu nos pegar para Cristo. E aí vem um grande impasse: ele diz que a saúde perde R\$120 milhões, e o Governador diz que é quase R\$1 bilhão. Vamos dizer que seja a metade – vá lá –, o que foi feito desse dinheiro no último ano?

Quanto o Piauí recebeu? E quanto aplicou e onde aplicou?

Comprometo-me com esse secretário de votar a favor da próxima proposta que houver de CPMF se ele se comprometer e permitir uma auditoria do tribunal de contas. Mas numa boa. Não é ameaça, numa boa, um gesto de boa vontade. É um acordo que faço com ele, democraticamente. Não é isso? Uma auditoria na sua secretaria sobre os gastos na área.

Não tenho compromisso algum com o erro. Se ele me convencer de que foi um bom secretário, aplicou bem os recursos e de que a responsabilidade de não avançar com a saúde no Piauí é nossa, vamos rever a posição. Ou não vamos, Senador Mão Santa? Não se trata de pedir ao tribunal; estou fazendo uma proposta a ele. E como o Tribunal de Contas não pode auditar recursos estaduais, criar-se-ia um mecanismo também de auditoria. Aí o secretário vê que o que ele está tentando fazer, de nos jogar a culpa ou tentar nos jogar contra a população do Piauí, é um erro, é uma balela.

Hoje em dia, com a comunicação rápida, os fatos saem com muita celeridade, as verdades se sobrepõem e os fatos saem com muita rapidez.

Senador Mão Santa, o secretário deveria ver o Estado do Piauí como se encontra no seu quadro geral. Está recebendo recursos federais por liminares na Justiça. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal estivesse sendo cumprida ao pé da letra, o Estado estaria em situação de falência. Mas eu acho que ele tem toda razão. Nós vamos tratar desse assunto.

É muito diferente a maneira agressiva e provocativa como o secretário nos trata da maneira como o Governador Wellington Dias o faz. Eu sou adversário do Wellington Dias, vamos continuar adversários, mas faço justiça: não é um homem arrogante, não é um homem prepotente; ouve as coisas, tem a capacidade de ouvir. Nós podemos concordar ou não, mas

ele sempre diz que o importante é não fechar a porta. Eu acho que está perfeito. Nós, políticos, não temos o direito de fechar a porta hora nenhuma.

Ontem mesmo, ele me comunicou e me pediu que examinasse a questão da incorporação do banco do Estado. Veja Senador Mão Santa, como sou atento a uma questão dessa natureza. Sou tão atento que já tinha pedido uma audiência pública para ganhar tempo. Para que eu quero audiência pública? Para que possamos esclarecer as operações.

Eu me preocupo com o futuro do Governador Wellington, inclusive um candidato ao Senado da República. Eu quero que ele tenha tranquilidade. Eu não quero que ele venha para cá... – porque os aliados são os piores inimigos que você tem. O homem público que quiser ter dificuldade no futuro tenha intimidade demais com aliados que conhece pouco ou arrume amante. Paga o preço mais cedo ou mais tarde, meu caro Mão Santa. São os próprios aliados que irão denunciá-lo depois. E eu sou justo. Eu não tenho o direito de não desejar ou de não querer que o Governo Wellington Dias, no futuro, durma em paz, durma tranqüilo. Daí por que eu acho fundamental, necessário, que essa transação seja feita de maneira clara.

O primeiro erro, Senador Geraldo Mesquita, foi desrespeitar o Senado da República. Fizeram uma sessão solene sem aprovação do Senado. O Senado, afinal de contas, Senador Pedro Simon, não é a casa-da-mãe-joana. Se o rito legal manda em primeiro lugar passar pelo Senado, não se pode inverter o processo. É preciso se respeitar a lei, mas o Governador age dessa maneira. Procurou-me, Senador Mão Santa, ontem, para um fato que vai acontecer. Sabe por quê? Porque tem consciência da necessidade da antecipação, para que, lá na frente, o prazo não trabalhe contra ele ou contra o Estado.

Pois bem, o secretário de saúde do Piauí, que ontem nos acusou, Mão Santa, na questão da CPMF, em momento algum, teve tempo de nos procurar para tratar dessa questão. E não é dizer que não esteja em Brasília não. Tive notícias dele várias vezes no Porcão, em mesas grandes, tratando assuntos da fome e da pobreza. Não sou contra ele ir para o Porcão não; é sinal de bom gosto. Aliás, ele está cumprindo exatamente o que o seu Partido fez depois que foi ao poder. E aquele artigo do Frei Betto que o Pedro Simon trouxe aqui mostra muito bem isto: a mudança de costume. Agora, deveria dividir o tempo: ter o tempo do Porcão e o tempo da saúde.

Se a CPMF era tão importante para o Estado, por que o secretário não desceu do pedestal para vir com números, com dados e mostrar a nós, Senadores?

E vamos e venhamos: o Governador tratou da parte política numa conversa que teve conosco, da decisão partidária, mas a parte técnica cabia ao secretário. Mas o secretário é muito ocupado, tem outras atividades ou não tem – não sei, não o conheço, não lembro o nome dele –, mas ele deveria, pelo menos, ter mandado um funcionário, não é verdade?

Ora, Mão Santa, o Presidente Lula foi à casa do Governador Arruda, embora tarde, mas foi.

Depois de ter xingado o DEM, num gesto de arrependimento, foi à casa do Governador. Esse Secretário não procurou ninguém e, agora, fica arrotando arrogância, colocando culpa, como se tivesse autoridade para fazê-lo, como se tivesse um currículo administrativo exemplar no Estado do Piauí!

Não é só V. Ex^a que tem suas ilhas de idiossincrasias, não; todos nós as temos. Infelizmente, é assim. E, quanto mais pobre o Estado, mais o fato se agrava.

Outro dia, houve um fato interessante. Na convenção do meu partido, concedi uma entrevista – confesso-lhe que cansativa – de uns quinze minutos. E um jornalista de um *blog* ouvia-me, calado, sem dizer nada. Quando terminei, ele disse: “Agora, quero que o senhor me dê uma entrevista”. Baixei o gravador. Aliás, já na hora da entrevista coletiva, ele colocava o gravador na frente, atrapalhando a televisão, mas tudo bem. Disse: “Quero que o senhor me dê uma entrevista”. Eu disse: “Não falo para o senhor. O senhor, nas últimas colunas, tem batido em mim com inverdades”. No dia seguinte, fui surpreendido: apareceu ele dizendo que ia me denunciar à Federação dos Jornalistas, porque eu era useiro e vezeiro em fazer isso. Achei muito engraçado.

Vejam bem que as coisas acontecem de maneira interessante: fui denunciado por um fato relacionado à campanha eleitoral. O hoje Prefeito de um Município do interior do Piauí foi crucificado ou crucificou-se, não sei, em dias que antecediam a eleição – isso chamou a atenção num Município do Estado. Esse candidato a Prefeito mandou confeccionar, numa gráfica, uma chapa, e nela constavam os nomes dos candidatos a Governador e a Vice-Governador, dos Senadores e dos Deputados que ele apoiava no Município. Meu nome estava ali. O PT encaminhou a denúncia, e o Ministério Público, como gosta sempre, deu seqüência a ela. Esse processo vem desde essa época, e, de lá para cá, todos os citados já saíram do processo ou porque perderam a eleição ou porque se candidataram a alguma outra coisa. Restou apenas um nome, o meu, pois, como Senador, tenho um mandato longo, um mandato de oito anos. Então, finalmente, fui chamado. Compareci normalmente, como manda a lei, e, depois, saí. A

imprensa foi avisada, por quem não sei. Não me cabia avisar a imprensa que ia fazer o depoimento por um motivo muito simples: o processo corria em segredo de justiça, e eu seria um idiota se o fizesse. Pois bem, depois de dois ou três dias, aparece na coluna do jornalista que entrei escondido, que tentei enganar a imprensa, que a autoridade responsável já tinha uma peça de acusação contra mim e que todos acusaram. Ainda hoje, continuo sem poder dizer o que aconteceu lá dentro, mas acho graça. Só afirmo o seguinte: tudo o que foi dito é mentira. E pergunto: de onde foi extraído aquilo?

De qualquer forma, isso chateia. V. Ex^a tem toda razão: isso chateia. Não sou homem de sair por porta de fundos nem coisa nenhuma. Mas ninguém procura saber o comportamento individual das pessoas, como sobrevivem, como trabalham. É isso mesmo. Lamentavelmente, isso acontece. Para felicidade nossa, no Piauí, é uma minoria, é uma minoria. Mas é isto mesmo: o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o do desmentido, dizia o velho Ulysses Guimarães.

O que lhe sugiro é que vá em frente, que atrás vem gente. E lhe dou a mesma receita do jabuti que dei ontem para o Arthur Virgílio. Por que o jabuti é vitorioso? Primeiro, porque não tem pressa; segundo, porque, quando vem tempo ruim, ele mete a cabeça dentro da carapaça e só a põe para fora de novo quando o tempo melhora. Aí, então, vai em frente. É a tese do jabuti.

Meu caro Senador Mão Santa, quantas vezes o Secretário de Saúde o procurou?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, admiro V. Ex^a como político, considero-o o mais forte e o mais lúcido Governador do Piauí. Se dependesse de mim, V. Ex^a deveria ser o próximo Governador do Estado do Piauí. V. Ex^a também é melhor Senador do que eu. E, agora, estou com inveja, porque o Heráclito é um filósofo também. Traz a história do jabuti e também fala de outra de que gosto – acho que é a melhor, tenho aprendido com ela. Gosto muito do que está em Provérbios 15:1, na Bíblia: “A palavra branda desvia o furor, mas a palavra dura suscita a ira”. É o Chávez. Essa filosofia do jabuti eu a aprendi agora, mas gosto de outra que V. Ex^a cita: “O homem é escravo...”

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – “O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quanto ao Secretário de Saúde, não vou nem dizer o que me falaram. Perguntei lá, mas não vou dizer, porque estamos falando da palavra dura. Mas me disseram tanta coisa ruim dele, que nem vou contar, porque, nesse caso,

eu estaria ferindo. Mas não interessa, não é médico, não sei. V. Ex^a me perguntou o nome, mas não estou lembrando. Mas quero dar um testemunho. Vou fazer, daqui a dois dias, 41 anos como médico. É muita ligação à Medicina! A Faculdade de Medicina que existe lá – eu era estudante no Ceará – recebia os professores, como Zenon e Dirceu, para instrumentalizar-se. O primeiro hospital de residência foi Jaime Pietá, irmão de Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos, que elegi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Prefeito de Guarulhos?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim. O irmão dele me esperou no Rio do Grande do Sul...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pietá.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu o elegi médico. Somos bons mesmo de política, não é? Fui médico nacional do residente e fiz o pedido: no Ceará, residência para aquela Maternidade Escola Assis Chateaubriand, hospital-clínica do Ceará. Em Teresina, era o Hospital Getúlio Vargas. Quer dizer, minha história é longa! E, quando surgiu outra Faculdade de Medicina, fui eu quem a criei. Sou médico e tenho uma história muito grande, mas V. Ex^a é um homem de visão. V. Ex^a está vendo a importância médica que tem Teresina – como Leônidas Melo. V. Ex^a sonhou com o pronto-socorro – não digo nem o de Teresina, mas os do Maranhão, do Ceará, os regionais. V. Ex^a sonhou, trabalhou e lutou. Então, jamais poderá ser acusado de diminuir. Sou testemunha disso; não sou só eu, não. Hoje mesmo, vou a São Paulo: amanhã, vou receber uma homenagem de uma organização parlamentar brasileira fundada por Ulysses. E por onde ando... Rapaz, está chato, porque, antigamente, só falavam Mão Santa e Adalgisa, mas, agora, dizem: “Você e o Heráclito...”. E não é só no Piauí, não, mas no Brasil! Até vou reclamar lá: “Rapaz, tinham de dar para os dois esse prêmio, porque por onde ando...” É porque defendemos mesmo, lutamos. Quero dizer para o Secretário uma filosofia que aprendi e que gosto de repetir: “Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar”. Quero, então, dizer que V. Ex^a tem muita luz, é até maior do que o sol, porque o sol só brilha no Piauí de dia – é forte, mas só brilha durante o dia –, e V. Ex^a brilha dia e noite e representa bem o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Minha preocupação com a saúde foi mais além, não foi somente com a construção do pronto-socorro. Houve a idéia do SOS Teresina, o famoso 192. V. Ex^a foi o primeiro Prefeito do Brasil que, depois do de Teresina, fez esse projeto. Lembro-me de um telefonema do Mão Santa para mim,

na primeira semana, perguntando: “Heráclito, como é que isso funciona?”. Lembra-se disso? Mandou uma pessoa de Teresina e fez o mesmo projeto. Daí para frente, Geraldo, seguiram o modelo o Prefeito de São Luís, que é o atual Governador Jackson Lago; o Prefeito de Fortaleza, que era o Juraci; o Prefeito de Belém. Foi uma febre nacional, porque era um modelo simples: eram carros, unidades móveis espalhadas pela cidade, com um sistema de comunicação. Então, na emergência, o atendimento era feito pelo veículo que estava mais próximo. Fizemos isso com quinze viaturas. Vocês imaginem...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me dizer que o plagiei. Eu governava Parnaíba; e, ele, Teresina. Coloquei ao mesmo tempo o Pronto-Ambulância: em três minutos, estava lá a ambulância.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade. Foi uma coisa fantástica! Foi bom para todo mundo. Evitava-se fila. Vamos dar um exemplo exagerado: isso evitava que uma senhora em trabalho de parto fosse para um hospital de queimados; essa paciente já ia para o local certo, porque o telefone funcionava, os paramédicos já faziam a comunicação. Havia a sofisticação de, na porta do hospital, já haver uma maca esperando. Foi um negócio fantástico! Uma moça chamada Clara, que, inclusive, depois veio para Brasília e trabalhou no Sarah Kubitschek, hoje, conduz esse serviço, que é barato, mas que utilíssimo para a população.

O que me chamou a atenção para isso? O Senador Mão Santa conhece a história. Uma vez, eu estava em um restaurante em Teresina chamado Canoeiro, jantando com umas visitas, e não havia uma ponte. Veja como são as coisas: por conta disso, fiz a famosa ponte dos cem dias. Uma mãe, em desespero, gritando do outro lado do rio, pedia que se acudisse seu filho que tinha sido esfaqueado numa briga. E ela, no desespero, num ato de bravura, pegou uma canoa e saiu remando. Foi algo que me chocou, que me comoveu.

Fizemos o SOS Rural, com uma preocupação com a saúde, sem dinheiro. E também fizemos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, uma coisa fantástica: criamos lá a operação Pega o Sujão. Era um concurso para estimular a juventude e as crianças a denunciarem, por flagrantes fotográficos ou por filmagem, pessoas sujando a cidade. Era um prêmio, era uma passagem, era isso, era aquilo. Você precisava ver a doença por limpeza que houve em Teresina, e criamos o Lâmpião da Limpeza, chamado Lampolim, que era uma figura muito engraçada, uma espécie de um Lâmpião nordestino, algoz de quem sujasse a cidade. Saímos de duzentas toneladas de lixo por dia para

quase quinhentas toneladas, mas diminuimos muitas doenças. E, lá no Piauí – não sei se no Acre isto existe –, há um bichinho desgraçado chamado potó, que parece que é flamenguista. Mas não aceitam no Flamengo gente daquele tipo! Parece o lacerdinha, mas ele é pintadinho, ele é preto e vermelho – às vezes, aparece o amarelo. A urina dele queima, faz um estrago danado, produto da sujeira. Naquela época, também havia o vírus da cólera. Teresina baixou mais do que todos os Estados.

Então, se a questão era preocupação com a limpeza, não é esse Secretário que vai me dar aula, nem que vai me dar conselho, Mão Santa. Mas topo – e tenho a certeza de que V. Ex^a topa –, se ele permitir que seja auditado. Ele achou remédio, convênios. Está feito o desafio, Secretário: aceite a auditoria. Não é negócio de ameaça, de ter de aceitar. Mas posso, inclusive, com apoio, pedir a aprovação aqui no Senado, pedir ao Tribunal de Contas. Não vou fazer isso; não vou deixá-lo em situação difícil. V. Ex^a me criticou, criticou o Mão Santa. Agora, eu quero lhe devolver. Se aceitar que se faça uma auditoria transparente nas suas contas, vamos pedir desculpas, vamos dar um jeito e vamos votar. Caso contrário, quero fazer minhas as palavras do Rei Juan Carlos: “*Por qué no te callas?*”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado pelo seu pronunciamento, Senador Heráclito Fortes.

Concedo, de imediato, a palavra ao eminente Senador Mão Santa, também digno representante do grande Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior; Parlamentares aqui presentes; brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui e que nos assistem pelo sistema extraordinário de comunicação – nota dez! – do Senado, pela TV Senado, pela Rádio AM e FM, pela Agência Senado, pelo Jornal do Senado; Senador Pedro Simon, tenho dito que este é o melhor Senado da História. Estamos aqui na sexta-feira, denunciando, discutindo os problemas do Brasil e debatendo. Em quantas sextas-feiras, durante 183 anos, esta Casa funcionou?

Revivemos a grandeza do Senado quando debatemos, discutimos e enterramos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). E ou-

vimos, hoje, a conseqüência das nossas atitudes. Não pense, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que também não sou vítima de pressão, de calúnia e de processo inimaginável. Dizem que havia uma folha fantasma no meu governo. O meu governo – a história sabe – está aí. Ele usou as armas dele. O Dr. Hugo Napoleão governou e não fez nenhuma acusação, jamais, mesmo depois que ele saiu. Muito pelo contrário, ele tem dito que foi o maior erro da vida política dele. E, agora, o PT faz acusações, com ameaças. Mas estamos aqui com a satisfação do cumprimento da missão.

Ulysses dizia, Geraldo Mesquita: “Sem a coragem, todas as outras virtudes desaparecerão”. E essa coragem, nós ainda a temos aqui para enfrentar. Mas a coragem também nos faz ter coragem para estudar, para buscar o caminho do saber e da verdade.

Então, estamos aqui para dizer para o Brasil que foi, por questão de consciência, que escrevemos aquela página. Primeiro, está aqui a Constituição do Brasil, Luiz Inácio. Rui Barbosa ali está, porque disse muita coisa bonita. Entre elas, talvez, a mais importante tenha sido: “Só há uma salvação: a lei e a justiça”.

Deus, em quem acreditamos, buscou o líder Moisés e lhe disse: “Tome as leis, para administrar o mundo”. Essa é uma inspiração divina. Pode até haver erro – *errare humanum est* – nas leis, na Justiça, mas a inspiração é divina.

E, nisso, chegamos à Constituição, que é o livro dessas leis para vivermos melhor, como Deus fez aquelas que entregou a Moisés.

O que diz a nossa Constituição, ô Paim, que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988? Rememorem entusiasmados e com crença, com coragem. Desobedecer a Constituição é como rasgar a bandeira brasileira. Ulysses disse: “Eu vi isso, não dá certo”.

Ô Pedro Simon, sei que o Luiz Inácio é Presidente da República há cinco anos, mas Franklin Delano Roosevelt foi Presidente dos Estados Unidos por quatro vezes e deu um ensinamento que quero transmitir a todos nós. Heráclito, aprendi que o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada. Olhe o que disse Franklin Delano Roosevelt: “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto, e, nesse particular, procuro aprender”.

Luiz Inácio, eu fui prefeito, e fui Governador de Estado. E, aqui, piauiense e brasileiro. Erros, tive muitos em meu governo, mas não os que querem me imputar. Não. Mas, hoje, eu estou muito mais preparado.

Eu me lembro de quando eu vim, no começo, com Tasso Jereissati, amigo de velha data, ali no corredorzinho. Fomos Governadores e vizinhos. Era mais

ou menos uma e meia, a hora da fome – o Tasso é muito executivo, empresário realizado, foi Governador, nunca tinha tido uma vida parlamentar –, estávamos saindo da CAE, quando ele disse: “Mão Santa – nesse corredor ali, da fome, quem sai –, o que é que você está achando?” Aí eu disse: “Tasso – do meu jeito –, isto aqui, eu acho que estamos em um mestrado, uma pós-graduação. Acabamos de ter uma aula. Temos uns colegas lá da CAE, não é? Vamos ali, tem o Diretor Sarney, que já está buzinando a campainha, e os colegas. Isto aqui está parecendo. Vamos enfrentar!”. Ele riu e disse: “Rapaz, sabe que é mesmo?”.

Então, eu quero dizer com isso, Luiz Inácio, que eu já aprendi muito aqui em cinco anos. Ô Pedro Simon, em seis anos eu me formei médico, mais dois de pós-graduação. Quando eu vi, eu estava operando tireóide. Cinco anos é tempo como o quê, ouviu, Pedro Simon? Eu estou, hoje, mais sabido. Mas tive, primeiro, que aprender. Quando há uma redação, eu vou ao Geraldo Mesquita: “vamos escrever isso”, ele escreve melhor do que eu. E quando é uma dúvida jurídica. Quando é um fato político, eu me aconselho com o Pedro Simon, porque ele é a estrada mais longa. Sobre coisas trabalhistas, com o Paim. Sobre problemas que aqui se desenrolam em defesa dos deficientes, Flávio Arns.

Então, considero muito o Franklin Roosevelt.

Luiz Inácio, me permita, quero lhe ensinar nossa experiência. Vossa Excelência é cercado de aloprados por todo lado! Aquela carta foi vergonhosa! Eu estava pronto para ler a do Erasmo Carlos, que é muito melhor – a música do Erasmo Carlos –, se tumultuasse a sessão. A carta foi ridícula! Meia-noite, uma hora da manhã! Eu só tive conhecimento do inteiro teor dela ontem à tarde. Poucas linhas, que não foram bem escritas para ficar na história, Luiz Inácio, e Vossa Excelência passa para os aloprados fazerem o acordo! Foi um erro. Tínhamos que receber a carta. Ô Pedro Simon, eu sei que você pode ter, mas eu disse para o Heráclito: quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Fernando Henrique Cardoso tem muita luz, é muito competente, tem muita sabedoria. Leio todos os livros dele. Ele escreveu um grandão e uns pequenos para jovens. Para aprenderem.

Luiz Inácio, esqueça esse negócio! O Fernando Henrique e o Itamar são os pais do controle da inflação! Isso é DNA. Esqueça isso! Reconheça o mérito!

Agora, eu reconheço nele o grande estadista. O controle da inflação foi deles. Se foi Itamar ou se foi Fernando Henrique Cardoso, só sabendo o DNA. Eles eram associados. Então, eles cumpriram. A in-

flação era o maior monstro, que tirava de todos. Era o pior imposto, o mais perverso, e eles combateram. Fernando Henrique Cardoso foi um grande estadista. Eu vi, ô Pedro Simon.

Não precisa o Lula... Ele tem a luz dele, o Luiz Inácio. Quando eu vi a última entrevista, Presidente Luiz Inácio, Fernando Henrique disse: “Olha a segurança”. Ele disse: “E aí a segurança?” O nosso Luiz Inácio tinha que ser mais humilde. O estadista Fernando Henrique Cardoso estudou Norberto Bobbio, que disse: o mínimo que se tem que exigir do Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Eu vi, Pedro Simon, a última entrevista do estadista Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio tinha que ser mais humilde. O outro estudou mais, e estudo não é feio, não; não tem que se envergonhar. Eu li tudo o que esse Fernando Henrique escreve, porque quero aprender. Ele tem um livrão, grossão, que eu li e dou, orgulhoso, aos meus filhos. Ele só cita dois piauienses...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nobre Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Freitas Neto – dou já o aparte –, que foi seu Ministro, extraordinário homem, e eu. Ele salienta a minha combatividade e as reivindicações pelo Piauí. E ele tem um para os jovens, que eu mandei para minha filha, Gracinha, ler, e meu filho depois.

Então, com a palavra Pedro Simon, o nosso ícone.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Apenas, meu querido, para dizer uma coisa. Tem uma parte do que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu que ele mandou a gente esquecer. “Olha, esqueça aquilo que eu escrevi. Era a época em que eu estava na oposição, em que não pensava. Agora, no Governo, penso diferente”. Então, ainda não sei o que é para esquecer. O que V. Ex^a está fazendo, está lendo tudo?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Estou lendo os dois últimos volumes, depois da experiência dele de Presidente da República. Um livro grosso e um aos jovens.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ao meu amigo Fernando Henrique Cardoso, com muito carinho – não vou usar a linguagem do Rei da Espanha endereçada ao Presidente da Colômbia: “Por que não te calas?” –, eu diria ao Presidente Fernando Henrique: “Por que você não fica quieto, Fernando Henrique?” Ele podia ficar quieto. Ele agora está falando muito bem no jornal de hoje: “Está na hora de nos unirmos, de nos entendermos, de encontrarmos uma saída”. Mas, por que não tentou encontrar? Serra tentou. Tentou se sentar à mesa. Não conseguiu. Tentou. Mas, o

meu amigo Fernando Henrique, quando ele diz: “Agora o povo está cansado de que se aumente imposto”. É verdade. Mas quem fez esse imposto foi ele. “Agora o povo quer diálogo.” É verdade. Mas ele não deu. “O povo quer reforma tributária.” É verdade. Mas, nos oito anos de mandato dele, ele boicotou, não deixou sair a reforma tributária. Então, acho que o Fernando Henrique poderia ficar um pouco quieto. Ele faria um bom serviço para a imagem dele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu digo, como Voltaire: discordo plenamente do que V. Ex^a disse agora, mas daria até a minha vida, lá adiante, na guilhotina, para ter o direito de dizê-lo.

Acho que não. Acho que, quanto a esse negócio de ele ter mudado, eu sigo Petrônio Portella, meu líder, que me induziu a entrar na política, bem novinho.

Ele disse: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”. Se ele fez isso...

Quero dizer o que penso, Pedro Simon: primeiro, da minha admiração por V. Ex^a, que é extraordinária; segundo, que quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros.

Cada presidente teve seu papel histórico. Tivemos nosso bravo D. Pedro I. A Independência era problema dele. Extraordinário, homem bravo, heróico, que tem de ser mais amado e difundido. Ele é maior do que esses Júlios Césares, esses Átilas, esses conquistadores, como Alexandre. Ele saiu daqui, proclamou a Independência e foi retomar outro reino, que era de sua família. Com um companheiro, só saiu daqui e retomou Portugal, onde foi o Imperador Pedro IV. Mas Pedro I, aqui no Brasil, proclamou a Independência. Pedro II fez a unidade desse Brasil grandão, estadista que foi. A mulher que, em poucos instantes governou, a Isabel, libertou os escravos – e assim se sucederam.

A oposição mostrou nossa grandeza agora. Querendo os militares cooptar Rui Barbosa, para terem um terceiro militar na República, ele disse: “Estou fora!” E eles ainda lhe ofereceram a chave do cofre, como Ministro da Fazenda. Ele disse então: “Não troco as trouxas das minhas convicções por um ministério”, inspirando a Oposição valorosa e grandiosa cuja história escrevemos aqui. E assim se sucedem as Repúblicas, como a de Getúlio Vargas.

Pedro, já li os dois volumes do diário dele. Ô homem trabalhador! “O homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega y Gasset. Ele enfrentou uma guerra para entrar, porque os paulistas queriam tirá-lo, e a Segunda Guerra Mundial. Ô homem trabalhador! Toda essa organização – o Dasp, o serviço público – foi obra dele.

Meu amigo Geraldo Mesquita, busque *Chefia e Liderança*, publicado lá pelo Dasp que Getúlio criou. Ele teve a missão de fazer as leis trabalhistas. O voto secreto era uma dependência, porque, antigamente, havia um coronel ali, e o voto tinha de ser secreto.

Depois, Juscelino: desenvolvimento, prosperidade, otimismo; em seguida, alguns militares fizeram algo; nosso Sarney e sua abertura política e a redemocratização; Collor: abertura econômica e sua visão da globalização; Fernando Henrique Cardoso: o estadista. A inflação era um monstro.

Cada um resolve seus problemas; todos tiveram suas grandezas e suas boas intenções. A riqueza do País são as experiências desses homens.

Pedro Simon, já fui – e vou, toda vez – à Disney World com minha Adalgisinha. A primeira vez que fui, Geraldo Mesquita, eu era Deputado Estadual e fui indicado por Lucídio Portella. Havia um curso de planejamento familiar: Bogotá, México, e terminava lá.

A primeira vez que fui, eu era bem novinho. E toda vez eu vou. Sabe o que mais me atrai no parque, Pedro Simon – V. Ex^a já foi à Disneylândia, do Walt Disney, à primeira, aquela do Pato Donald, do Mickey, aquela tradicional? –, a história dos presidentes da república. Um tipo de museu de cera. Logicamente que todos os bonecos não podem falar. Há trechos de discursos de Abraham Lincoln, de Kennedy, de Franco Delano Roosevelt. Mas o que me entusiasma, Pedro Simon, é que, cada vez que termina a sessão, ouvem-se palmas do povo americano, que, de pé, aplaude seus ex-presidentes.

Essa carta do Fernando Henrique Cardoso ficou na história. A sabedoria está no caminho do meio, na virtude. Buscou o debate. A outra não está. Ele devia ter colocado V. Ex^a como Richelieu. O erro foi aí.

Mercadante é um rapaz bom, é o mais preparado do PT – conhecemos todos – para o debate qualificado. V. Ex^a é do PMDB, e ele veio a mim.

Votei em Luiz Inácio – não sei se V. Ex^a votou e se muitos dos que estão aqui votaram. Eu disse, durante os banquetes, durante os almoços em que comparecíamos: “Ô Mercadante, você quer ajeitar? Estamos bem representados. Basta você convidar um: Pedro Simon”. E ele tentou. Aí, a política do seu Estado deve... Está aí o Sr. Mercadante!

Esse que foi o erro. Luiz Inácio não gosta, mas estudei e aprendi que houve um Luiz XIII. É difícil. Mas ele tinha um Richelieu do lado dele. Richelieu morreu, mas deixou o Cardeal Mazarino. E V. Ex^a podia ter sido Richelieu!

Essa é a história.

Queremos dar uma contribuição, e fico com Rui Barbosa, com a lei; fico com Ulysses, fico com V. Ex^a.

Sou produto de V. Ex^a. Os erros são meus mesmo, os defeitos são meus, muitas das virtudes busquei e aprendi com os companheiros. Acredito em Deus, a quem confesso minhas crenças; acredito no amor, na família, no estudo, que busca o saber, e no trabalho.

Então, está aqui, ô Pedro Simon! Do jeito que eu lhe indiquei, digo: vá, Luiz Inácio, buscar o Mão Santa! Ele tem uma história. Ouça-o.

No início, orientei o Mercadante a lhe buscar. Chegue hoje e diga: “O Mão Santa está preparado”. Luiz Inácio, ouça o Mão Santa. Está aqui o que eu ia mandar. Ô Paim, art. 659: isso é para brincar? Isso é palhaçada?

V. Ex^a foi Constituinte, Paim? Está aqui o nome do Paim. Nós não fomos, Geraldo Mesquita, mas acreditamos nesses homens, no altruísmo, na representatividade deles. V. Ex^a deve ter assinado aqui também, Pedro Simon, porque há muitos nomes. Vou colocar os óculos – que nunca coloco – para ler o que está escrito tem aqui. O erro está aí, não é aqui, não. Estamos trazendo o País para a Constituição. É isso, ô Luiz Inácio.

O meu Presidente querido disse que não gosta de ler, que dá uma canseira ler uma página, que é melhor fazer uma hora de esteira. Eu o respeito, mas só este artigo, ô Paim, só um. Ô Mantega, aprenda isso: a carta não foi de Luiz Inácio, foi do aloprado Mantega.

No último subitem, há uma vergonha, uma ignomínia: estarão incluídos nesta CPMF – está ali o Dr. Luiz Roberto – os aposentados inválidos.

Mantega, se manca seu rei dos aloprados! Agora eu o identifico!

Pedro Simon já está envergonhado.

O último item eu vi outro dia: “Estarão incluídos os aposentados”.

O Dr. Luiz Roberto é médico inativo: “aposentados inválidos”, e o que ficaria para a saúde, minha gente?

Aloprado-rei, vá às favas! Aqui é a Casa dos pais da Pátria! V. Ex^a enganou o Lula, o Luiz Inácio, o nosso Presidente. Para cima de mim?

Eu o convido, ô Pedro Simon. Sou médico há 41 anos: um item desse era um cheque em branco. Acabou a saúde!

Não estou contra os aposentados. Aqui, fizemos a lei – Paim, Gilberto e V. Ex^a – dando 16,7% para os velhinhos aposentados. Esses aloprados, esses Mantegas da vida fizeram o Luiz Inácio vetar e baixar para 4%.

Dificuldade, Sr. Pedro Simon, tem um velhinho aposentado, e lhe tiraram o que traduzia, depois de estudos, a inflação, as dificuldades. Os velhinhos estão morrendo sem remédio, alguns até se suicidando, porque é gente de vergonha. Isso é que é dificuldade!

Agora, sei quem é o aloprado-chefe. Aquele item? Para cima de mim, não, Pedro Simon. Eu citaria a música do Ricardo Chaves. “Acabou-ô-ô-ô, acabou-ô-ô-ô, acabou-ô-ô-ô”, Luiz Inácio, fazer o Senado de besta.

De acordo com a art. 159, “do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados” – atentai bem, Luiz Inácio, e Pedro Simon escreveu e subscritou –, “53% serão destinados ao Governo Federal.

Como são divididos os restantes 47% do dinheiro de todos os brasileiros? Serão divididos da seguinte forma: 53% para o Governo Federal; dos 47% restantes, 21,5% aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios; e 3% aos Fundos Constitucionais.

O que houve, Sr. Pedro Simon?

Fui prefeitinho, eu sei, e não vai acabar nada, não. E não vai! V. Ex^a tem de ir lá e dizer: “Ouça o Mão Santa, ele nos representa”. Votei em V. Ex^a. Apontei V. Ex^a para ser Ministro, está aí o Aloizio Mercadante, homem de bem.

Olha, Pedro Simon, não vai acabar nada, não, eu sei. V. Ex^a me viu estudando Adam Smith e disse que era professor, que já tinha lido tudo. Isso foi o estímulo para eu ler.

Não vai acabar nada, não, Luiz Inácio. O dinheiro está aí; o dinheiro não vai acabar. Sabe por quê? Porque vai melhorar. Eu sei, Pedro Simon. Fui prefeitinho e Governador de Estado. Esse dinheiro vai circular. A mãe de família vai comprar mais pãezinhos, vai comprar o remédio, vai pagar uma professorinha para ensinar os filhos, o que o Governo não lhe dá. Então, ele entra no ICMS. Desse, 25% vão para todos os Prefeitos do Brasil e 75%, para esses Governadores – muitos não sabem nem o que estão fazendo.

Olha, Pedro, V. Ex^a se lembra da inflação, do Sarney, do gatilho?

Vou contar a minha experiência. Foi apenas uma vez, mas houve um mês que deu 80%. Um mês de inflação! Eu disse: “Estou lascado, não vou pagar a folha”.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Foram 84%.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Diz o Geraldo que foram 84%.

Pedro Simon, eu, Prefeito: “Estou lascado, 84% sobre o salário mínimo. Não vou pagar a folha”.

Todo mês eu tinha de refazer a folha, atualizá-la. Nas madrugadas, eu revia os números, para ser justo: “Para quem ganha mais, um aumento menor; para quem ganha menos...” Ao final, pensava: “Não vou pagar, estou lascado!”

Estou aqui por que, Paim? Por que, Pedro Simon? Luiz Inácio? O dinheiro circulava mais. Não teve inflação? Todo mundo comprava mais, os empregados da Prefeitura ganhavam mais e vinha mais ICMS. Todo mês eu via que o dinheiro circulava e vinha mais dinheiro para os Prefeitos, vinha mais dinheiro para os Governadores. É o ICMS.

Nos Estados Unidos – e V. Ex^a trabalha na Fazenda, é Procurador –, quando compramos a mercadoria, o imposto está ao lado. Então, esse dinheiro vai; esse dinheiro que é tirado das mãos dos aloprados gastadores, perdulários, vai para a mão da maior economista, vai circular e vai aumentar o ICMS das Prefeituras. Isso é tão verdade – V. Ex^a é de um Estado rico –, que as maiores cidades vivem mais do ICMS do que dos Fundos de Participação. Não é verdade?

Então, não vai. Eu sou o que sou. Tenho as minhas limitações, mas nisso estou seguro, estou crente.

O que me convenceu mais ainda: Geraldo Mesquita Júnior é Procurador da Fazenda. Ele pesquisou, estudou, citou nomes de economistas que já esqueci, mas eu acredito em você. Eu citei alguns. Citou-os e disse que isso não significa 3% na receita do Governo – você disse 4%, mas eu vi 3%. Ele disse que, segundo informações e estudos – em que acredito –, a própria máquina, corrigindo os sonegadores, a corrupção e a incompetência, tira essa diferença.

Precisa de outro fiscal? Está aí. Acredito. É a profissão dele. Então, é isso, Luiz Inácio, acabou, acabou, acabou aquele negócio de dizer que aqui tem trezentos picaretas. Pode ter acolá; aqui não tem, não.

Então, está aqui o que houve. Ô Pedro, eu – e fui eu, eu aqui – fiz o primeiro trabalho, no Brasil, apontando – César Fortes era o meu assessor e pesquisou – que há 76 impostos.

Eu já os li, aqui, um por um, e parecia um jogo de futebol. Setenta e seis impostos! Provamos que, em cada ano, o brasileiro trabalha cinco meses para pagar os impostos e um mês para pagar os juros – a metade do ano.

Ô Pedro, muitos mineiros falaram aí, mas não sabem o que dizem. “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que falam”. Eu sei, Pedro Simon.

Na época de Tiradentes, a derrama era de 20%. Agora, é o dobro. Como é que pode estar direito?

Não houve a derrama? Todo mundo não homenageia a redução de impostos? O que valeu o sacrifício de Tiradentes se dobrou? Ó, então, é isso? E mais, sabe o que houve?

Essas contribuições são 76 e já o mostrei, Luiz Inácio.

Contribuição não é imposto, não vai para os Estados, não vai para os Prefeitos. Então, foi garfando os Prefeitos, e o Luiz Inácio tem mais de 60% dos impostos. Os Prefeitos baixaram para 14%. Nós pedimos 1%, mas não sei se chegou aos cofres da Prefeitura. Não é verdade?

Ó Pedro: “De verdade, em verdade, eu vos digo”, Cristo falava e eu falo. Então, é isso. Isso vai dar mais dinheiro para os Prefeitos. E por que me revoltei contra isso?

Pedro Simon, V. Ex^a tem a sua história maior, mais bela, mas aqui há as cicatrizes do meu rosto, também.

Ó Paim, eu vim a este Senado, antes, falei aqui e falei na Comissão. Falei uma vez aqui, antes de ser Senador, como Governador, na Comissão.

Lembro-me de que José Agripino, pela maneira fidalga, educada, impressionou-me muito, assim como esse Antonio Carlos Valadares e outros Senadores. Paim, olha a vergonha, Geraldo Mesquita! “Chinaglia, vá trabalhar!” Olha a vergonha! E eu fui chamado para a saúde. Eu médico.” Quanto é que você gasta aí, Mão Santa?” Chamei o Secretário de Fazenda. “Sete por cento”. Só sete, Heráclito, confessei. Aí eles disseram: “Nós vamos fazer uma emenda constitucional que determinará que os governos têm de gastar 12% e os Prefeitos 15%. O que você acha?” Eu sou da saúde; eu sou da saúde. Confirmam a minha vida. Aí, eu disse: “Olha, eu acho certo. Mas não façam abruptamente, não. Não façam abruptamente. É 7%, vamos aumentando”. E eles fizeram isso.

Paim, Luiz Inácio, esse aloprado aí enganou o Luiz Inácio! Pedro Simon, 27 Estados. Rapaz, foi tempo que eu governei. Fui chamado naquela CAE, que hoje eu estou. Geraldo Mesquita, são 27 Estados, e 17 Governadores só gastam 7%. Então, isso é um deboche. Prefeito é na mesma proporção; 70%. A medida foi, vamos dizer, legalizada. A Medida nº 29 nunca foi cumprida, Paim, há tanto tempo.

Pergunto o seguinte: Pedro Simon, por que se fala em João Calmon, Pedro Calmon e Darcy Ribeiro? Eles fizeram uma lei para a educação, 25%. Eu a cumpri, como Prefeito, como Governador. Por que não fazemos uma lei decente, Paim? Decente! V. Ex^a que me supera nisso, que nos surpreendeu naquele tempo – hoje não me surpreende mais em nada –, quando,

naquele imbróglio, que tirou direitos dos velhinhos, naquela emenda constitucional, e está aí.

Pedro Simon, vi V. Ex^a enaltecer aquela mulher, Heloísa Helena, muito. Ela me telefonou, mas só tinha cinco minutos naquele dia. Aliás, eu fui muito feliz, porque até Saulo Ramos elogiou o meu discurso. Eu baixei o Dornelles, que era do outro lado. Ele disse: “Rapaz, você foi muito feliz, resumir isso em cinco minutos é difícil”. A *Globo* botou o meu pronunciamento. Mas a Heloísa me telefonou. Naquele momento não deu, mas agora eu quero lhe passar. Pedro Simon, sabe o que ela disse? “Mão Santa, eu queria estar aí.” A Heloísa é danada, é ligeira. E continuou: “Você não falou o que eu disse”. Olha, os investidores da Bolsa de Valores são dispensados de pagar a CPMF. São os ricos do mundo, que eu só os vejo na televisão. Eu não sei se V. Ex^a foi – eu quero até que o Heráclito me leve, porque ele é mais civilizado, para conhecer esse negócio de Bolsa de Valor, porque eu só vejo pela televisão. Eles são dispensados, os ricos, os donos do dinheiro do mundo!

A Heloísa Helena disse: “Mão Santa, você votou comigo, foi contra, mas nós perdemos”. Quer dizer, ô Heráclito, pelo amor de Deus, leve-me num negócio de Bolsa de Valores, porque eu tenho minhas limitações. Pois eles não pagam. Não são os ricos? Não são os ricos? Então, talvez uma medida provisória, Pedro Simon. Mas a Heloísa Helena disse que eu votei contra – perdemos – mas votei e ele queria falar e tal.

Antes de encerrar, faço alusão ao *Jornal do Brasil*, o melhor jornal do País, porque se tornou grande quando o melhor jornalista deste Brasil, do meu Piauí, Carlos Castelo Branco escrevia a “Coluna do Castelo”. Então, aí ele se tornou grande. Por aqui passou o piauiense Carlos Castelo, o “Castelinho”, o maior e mais corajoso da história do Brasil. Focalizem grandão, como se fosse para o Tião Viana, para o Mercadante, esse pessoal, para a Ideli... Ponham um *outdoor* aqui do grande jornal: “Fim da CPMF vai aquecer economia. Especialistas festejam dinheiro do imposto no bolso do consumidor”. Foi isso o que eu disse.

Então, estas são as nossas palavras.

Estamos aqui abertos para essa discussão. Coloque-me à disposição. Ó Pedro, e quando chamarem, diga lá ao Luiz Inácio que o Mão Santa se dispõe a participar de uma comissão e a fazer uma lei boa e justa para a saúde.

Então, aquele foi um mal, com todo o respeito a V. Ex^a. A sua experiência lhe permitiu dizer o que V. Ex^a disse: “12 horas”. Teríamos lido a carta e a rasgado, e V. Ex^a, mais ainda, pois era engodo.

Portanto, podemos hoje, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, dizer como Cícero: “O Senado de Roma e o povo de Roma tiram Calígula, tiram Nero”. E nós erguemos e fortalecemos o povo do Brasil. O Senado e o povo do Brasil, juntos, pela nossa democracia!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa. Sua fala reproduz a manchete do *Jornal do Brasil*.

Ontem, assistia ao noticiário da TV Bandeirantes, e tive a oportunidade de ouvir o comentário do Joelmir Beting, quando perguntado sobre se a queda da CPMF traria o desastre, ele disse que não, pelo contrário, que o ingresso de todo esse dinheiro na economia vai movimentar a economia, vai gerar mais consumo, e o consumo vai gerar mais emprego, mais trabalho. Ou seja, a economia se fortalecerá com isso. Então, é conversa, balela, dizer que esse dinheiro vai desaparecer e se evaporar. Não vai, não. Esse dinheiro vai circular na economia de forma muito boa, fortalecendo a economia, gerando mais empregos inclusive, aumentando o consumo.

Parabenizo V. Ex^a por trazer este assunto à baila.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, ilustre representante do grande Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido amigo e Presidente, o Senador Mão Santa encerrou o seu pronunciamento dizendo: “Querem fazer uma lei para resolver, estou à disposição. Eu dou a minha colaboração”.

Volto a esta tribuna, porque acho muito importante, pois, o assunto que tratei aqui ontem está sendo ampliado hoje.

“O PSDB agora admite ressuscitar a CPMF”. Primeiro precisou matar, agora admite ressuscitar. Acho importante.

Líder do PSDB: “PSDB agora pensa em recriar a CPMF”. Precisou matar, agora quer recriar. Tudo bem. É importante.

O ilustre ex-Presidente da República, ô Mão Santa, meu grande amigo Fernando Henrique, quando

chegou aqui, sem direitos políticos, professor, lutando para se manter, ganhou prestígio político foi lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul. Nós o levávamos para debater na Assembléia Legislativa, com o MDB, e ele divulgava suas idéias, divulgava os seus livros, que eu li; e, a pedido dele, agora eu os esqueci. Mas ele está dizendo aqui, o Fernando Henrique, criador da CPMF, diz a notícia, defensor da sua extinção, diz a notícia. “A cidadania cansou de pagar imposto”, diz o criador da CPMF. Agora, a cidadania cansou de pagar imposto. E, segundo ele, agora é a hora de se parar com picuinha para se fazer as reformas tributária e fiscal.

Até anteontem, às 22h, ele insuflava o Líder do PSDB para derrotar. E, agora, “está na hora de nós votarmos a reforma tributária”. Ele foi Presidente oito anos, e não deixou. A reforma tributária esteve pronta para ser votada no plenário, um acordo espetacular. Os 27 Governadores, o Ministro da Fazenda e os Prefeitos chegaram a um entendimento: “Esta é uma proposta justa de equacionar a reforma tributária”. O Presidente mandou tirar da Ordem do Dia. Não deixou votar. Mas ele diz que agora é a hora. Ele tem razão. Agora é a hora de fazer o que ele não deixou fazer. “É momento de Governo e Oposição, pensando no Brasil, deixarem de lado as picuinhas e se concentrarem na análise de liberação do que é necessário.”

Como é bonito! Que frase bonita! Perfeita, meu amigo Fernando Henrique. Quarenta e oito horas depois. Perfeito! Não parece que foi V. Ex^a que, contra o Serra, contra o Governador de Minas, contra o Governador do Sul, impediu de votar. Mas agora quer. Está certo. Agora quer. Para repor a decisão do Senado foi muito importante, para repor em termos mais adequados a relação entre o Executivo e o Legislativo, bem como para mostrar que em qualquer democracia digna desse nome, a Oposição, ao votar contra uma proposta do Governo, não fecha os olhos aos interesses de toda a Nação.

Falo nisso para repetir, Sr. Presidente.

A imprensa publica também que o Presidente Garibaldi pensa em convocar o Senado, extraordinariamente, o Congresso, extraordinariamente, em conjunto com o Presidente da Câmara, para, em janeiro e fevereiro, estudar essa matéria.

Agora não é o problema de se falar em recriar a CPMF, como o Líder do PSDB pensa em recriar o CPMF, ou como quer o PSDB ressuscitar a CPMF. Não é por aí. Agora é a hora de nós termos coragem de fazer a reforma tributária.

Vamos aproveitar o que sobrou da mensagem do Lula. Ele queria, primeiro, designar toda a CPMF para a saúde, o que nós quisemos a vida inteira e nunca con-

seguimos, inclusive nos cinco anos de Governo dele, e agora ele propõe; segundo, só por um ano a CPMF; e, terceiro, nesse ano, fazer a reforma tributária.

Qual é a diferença hoje? A diferença hoje é que a CPMF morreu. Havia uma desconfiança do Parlamento de que era balela do Lula, que ele não ia cumprir, que não ia sair nada. Eu não concordo, mas vamos dizer que era isso.

Meu amigo Mão Santa, agora morreu a CPMF. O Governo está angustiado para encontrar uma saída. Se até anteontem, na votação, o Governo tivesse tido força e tivesse passado a CPMF, nunca mais ia olhar para a cara do Senado, nem para o Congresso, porque o Lula, com a CPMF, não precisaria mais do Congresso. Embora a palavra dele seria de que ele ia fazer a reforma. Mas se havia essa dúvida ontem, hoje não há mais. V. Ex^a há de concordar comigo. Hoje, o Governo está angustiado para encontrar uma saída. Nós temos duas saídas: ou rir ou ir jantar em um restaurante e comemorar a derrota. E, como diz o Líder do PSDB, não dava para dar porque era muito dinheiro para uma época de eleição. É uma maneira de informar.

Quando eu, Líder do MDB, com 33 Deputados estávamos lá, e o Governo não tinha voz, não tinha comando, o pessoal disse para mim: “Mas Deputado, o senhor vai dar o pólo petroquímico para o Governo da Arena? Eles vão ganhar do senhor. Eles vão liquidar. Eles vão subir”. Quando nós tínhamos de deixar perder o Governo. E nós demos o pólo. Lutamos. E o Governo da Arena ganhou a eleição, baseada no pólo. E eu não me arrependo. Acho que fiz a minha parte.

Mas, de qualquer maneira, vitória do PSDB. O Líder do PSDB está dizendo no jornal que ele se inspirou muito no Covas. E que o Covas, vivo, estaria do lado dele. Eu digo: fui muito mais amigo do Covas do que o Senador Líder do PSDB. Fui seu amigo das horas boas e das horas ruins. Lembro-me de que fui várias vezes ao Palácio visitá-lo. Lembro-me de uma das vezes, foi a última vez. No dia seguinte, de manhã cedo, ele foi para o hospital, para morrer. Fui lá, ele me levou, da ala residencial, de pijama, de roupão, até o elevador, para eu descer. Lembro a lágrima nos olhos dele, quando ele se despediu de mim. Lembro do que ele falou. Covas foi um homem extraordinário.

Fernando Henrique deve a vida política dele a Mário Covas. Se dependesse de Fernando Henrique, ele seria Ministro das Relações Exteriores do Collor. E cairia junto com Collor. Foi o Covas que reuniu o PSDB e defendeu o discurso. O PSDB não concordou. Esse é o Covas. Não concordou em ir para o Governo, como Tasso Jereissati, que era o Presidente do Partido e queria ir para o Governo. Depois do discurso do Covas,

ele deu o voto de Minerva, dizendo: “Um partido dividido, é melhor estar na oposição do que no governo”. Aquele é o Covas. O Covas, tenho certeza absoluta, sentaria à mesa para discutir.

O que estávamos propondo... A imprensa foi má comigo. “Simon queria prorrogar, queria aprovar a mensagem do Lula”. Não é verdade. O Simon queria que nós sentássemos para analisar. E diz o Senador Mão Santa que leu, e que o último texto não era aquilo. Que o Lula dizia uma coisa, e no texto não dizia aquilo. Nós íamos mudar, nas 10 horas, íamos mudar. O Tasso leu ali, e disse: “Agora eu tive oportunidade de ler. Isso eu não aceito”. Vamos sentar à mesa e vamos mudar.

O compromisso do Lula era 100% para a saúde. Um ano, reforma tributária nesse ano. Se a mensagem dele tinha dúvida, íamos esclarecer, ou então não aprová-la.

A minha proposta, de transferir por 10 horas, era para encontrar um termo de entendimento. Se não tivesse termo de entendimento, eu ia votar contra. A minha disposição era votar contra. Antes de o Lula mandar a mensagem, eu ia votar contra. Agora, quando veio a mensagem, eu digo: “Não, vamos ter que tentar”.

Repito: aconteceu isso com o Fernando Henrique, Presidente da República. Estávamos, aqui, em uma reunião, de madrugada. Íamos votar revoltados porque o Fernando Henrique pensou em extinguir o monopólio do petróleo em uma lei. E nós íamos votar contra. Ele mandou uma carta para nós. E olha que toda a imprensa estava falando que já haviam mudado até o nome da Petrobras. Havia uma notícia mundial de que terminaria o monopólio do petróleo. E, no meio de toda aquela desconfiança que se tinha com relação ao Fernando Henrique, ele mandou uma mensagem para cá: “Assumo o compromisso de que não vou mexer...” Eu vim para esta tribuna e disse: acredito no Presidente. Ele está assumindo. Nós votamos, e nunca mais se falou em privatizar a Petrobras. Nunca mais se falou em privatizar a Petrobras.

Podíamos ter feito isso aqui. Era uma noite histórica, Presidente. Era uma noite... O Governo errou? Errou. Por amor de Deus, o erro foi grosseiro! Não dá nem para dizer que o Governo errou; não dá para entender o que o Governo queria. O Lula, batendo no Senado, na Oposição, não sei o quê, e recebe um Senador, escondido, lá no Palácio. Piada! Piada! O Governo, tendo os Senadores da sua base, que podiam votar, jogou-se nos braços do PSDB. E o PSDB disse que o Lula não era confiável. Mas o PSDB também não. O PSDB foi lá, sentou com o Ministro, que responde: “Não chegamos a um acordo, porque o PSDB não queria acordo nenhum”. E hoje estou convicto de

que o PSDB não queria acordo nenhum, como também o PFL, hoje Democratas: queriam fazer a derrota do Governo. E o Governo errou ridiculamente. Olha, um troço grosseiro, primário. Mas o Senado tinha que sair por cima.

O Governo entrou na última hora. Erro quando digo isso: o Governo entrou depois da hora, porque era para votarmos aqui na terça-feira. Transferimos a reunião de terça-feira para quarta-feira, para fazer a negociação. E veio na quarta-feira, às 10 horas da noite, quando 25 Senadores já tinham falado.

Repito, nota para o Governo: zero. Mas o Governo hoje pode dizer: “Mas eu apresentei, entreguei”. E nós temos de reconhecer que recebemos em tempo. “Ah, mas na última hora...!” Cá entre nós, temos alguma autoridade, Presidente, para falar em “antes da hora”, “na última hora”? Cansamos de votar o Orçamento aqui, parando relógio – para dizer que o tempo não avançava –, lá atrás, até se chegar a um entendimento. Nós cansamos de, no último dia, votar mensagem que tinha de passar por duas votações aqui, mais a da Câmara e mais... porque o acordo era feito – um acordo em cima da Nação, do interesse.

Agora, não. E a vaidade do Líder do PSDB e do próprio PSDB: “Não, agora não. Temos de responder”. “Tinham que fazer essa proposta”, diz o Líder do PFL... Aliás, acho uma coisa muito interessante: quando falam... sou procurado muito, para falar nas rádios do Brasil inteiro e meço as palavras, quando falo nos meus adversários nos Estados deles. Eu meço as palavras, porque acho muito indelicado... O Líder do PFL, do Democratas, lá no Rio Grande do Sul disse: “O Senador Pedro Simon teve a coragem de fazer uma proposta absurda, não sei o quê...” Eu achei grosseiro da parte dele, porque não foi verdadeiro.

Nós tínhamos condição de decidir. Cansei, na minha vida, aqui neste Senado, na Assembléia do Rio Grande do Sul, no Congresso Nacional, cansei de, à última hora, fazer um grande entendimento.

Estou recebendo, meu irmão telespectador da TV Senado, muitas mensagens depois do meu pronunciamento aqui ontem.

Aliás, a minha vida foi muito interessante. Vejo como o povo brasileiro está sem rumo, sem expectativa, angustiado. Ontem, para mim, foi um dia fantástico. Fiz um discurso desta tribuna, na votação do Garibaldi, e anunciei a mágoa que eu tinha de o Lula dizer que eu não era confiável. Expliquei por que ele achava que eu não era confiável, talvez porque na hora do Waldomiro, do escândalo e da imoralidade, em que lhe pedi para demitir, e ele não demitiu; pedi para fazer uma comissão parlamentar de inquérito, e ele e o Pre-

sidente Sarney, Presidente do Senado, boicotaram e não deixaram criar. E o Supremo mandou criar! É isso, Presidente? Eu falei magoado, falei meio ressentido, fiz um desabafo aqui.

Olha, Presidente, foi uma montanha de mensagens que recebi, todo mundo do meu lado. O senhor tem razão, foi uma maravilha, não sei o quê... ótimo, ótimo, eu recebi! Eu estava... não que aquilo modificasse, mas, de certa forma, o povo estava entendendo.

Quando vieram me procurar – e vieram me procurar –, para eu fazer o apelo, entendi que o Governo estava sem credibilidade; que o Governo não estava com autoridade, na última hora, para pedir aquilo. Não estava! Eu poderia, meu querido companheiro Heráclito Fortes, aceitar e ficar na soberba, até me sentir meio feliz; poderia estar rindo do Governo. Eu não tinha nada que me meter, por que vou me meter? Não tem nada que ver comigo! O meu voto era tranqüilo, ia votar contra. Por que ia votar contra? Porque o Governo não apresentou proposta, não houve nenhum entendimento.

A matéria como estava não me servia, eu podia fazer aquilo. Mas eu sou assim; a minha consciência me diz. Várias pessoas: “Não entra, não fala, não te mete nisso, vota contra e não fala mais nada”. Mas a minha obrigação foi falar. Há uma expectativa, abriu-se uma porta, vamos botar o Governo contra a parede e fazer a reforma tributária.

Eu poderia ter ficado calado; poderia estar rindo por dentro, mas era minha obrigação, e fiz. O que recebi de mensagem... De repente, de anjo virei o diabo. Aliás, disse para alguns e digo aqui também: acho que a gente deve medir; se é um cidadão, um Deputado, um Senador, um político que fala pela primeira vez e diz uma besteira, mete o pau. Mas tenho 77 anos de idade, 55 para 60 anos de vida pública: me dessem uma chance. Não, foi uma guerra, romperam. “O senhor era a esperança que tínhamos, agora não temos mais nada. O senhor se deixou levar.” Foi um massacre! Eu recebi 1.800 mensagens de 23h30min até ontem à tarde. Eu vim para esta tribuna e fiz os esclarecimentos. Olhei para o telespectador, falei para ele e disse: gostaria que você dissesse. Mais de 1.500 até agora: “Não, o senhor tem razão”. É verdade.

Veja como, em primeiro lugar, o telespectador é sincero, sério. Ele está bem-intencionado, mas está tonto. Por que está acontecendo isso? Não temos referência. O Brasil hoje não tem referência; não tem Dr. Ulysses, Teotônio, Tancredo, Dom Helder Câmara, não tem. Alguém pode até dizer: “Não, Simon, tu és uma referência, todo mundo te respeita”, não sou coisa nenhuma. Durante dez horas, Deus; de repente, virei o

diabo, e, de repente, os caras já estão me respeitando. O que é isso? É falta de referência.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei, com o maior prazer.

Agora, o que estou dizendo, o que recebo... Em primeiro lugar, agradeço, meus amigos, as mensagens que vocês estão me mandando; muitos mandaram a primeira e estão mandando a terceira, dizendo que aceitam minhas explicações. Mas o que quero dizer é uma coisa só: vamos aproveitar.

Não pensem que vim aqui mostrar a manchete do PSDB ou do Líder do PSDB, para criticar ou gozar ou debochar – votaram aqui, derrubaram e agora querem de novo –, não; quero mostrar que há disposição. Se há, vamos aproveitar. Se o Presidente do Congresso diz que quer fazer uma convocação extraordinária em janeiro e fevereiro, para votar a reforma tributária... A reforma tributária, não a CPMF, como quer o Senador Arthur Virgílio. Para mim, a CPMF morreu. Criar de novo, eu voto contra, morreu. Agora, fazer uma reforma tributária, nem que seja, meu amigo Heráclito, o mínimo das coisas mais fundamentais... Aí o Governo vai ter que... Aquilo que o Senador José Sarney disse é verdade: eram 24; hoje, tem quase 40. Os Estados e Municípios estão recebendo, da Constituinte de 1988 até hoje, metade do retorno do que recebiam. Metade!

Os Estados e os Municípios, hoje, são uns pobres mendigos que vêm aqui mendigar, pedir esmola para o Governo Federal. Por isso que até os grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, não podem falar muito, porque se falarem estão liquidados.

Vamos fazer uma reforma tributária, o mínimo necessário para valer, porque se não fizermos em janeiro e fevereiro, não fazemos mais. O Governo vai encontrar fórmulas para compensar o dinheiro que vai perder, radicaliza as posições e não sai mais.

Se o Governo está dizendo que topa, se o Presidente do Congresso diz que topa, se o PSDB e o PFL dizem que topam, se o Senador Mão Santa falando aqui, falou, falou, e, quando concluiu, disse que concorda, vamos fazê-la. Vou sair daqui e vou ao gabinete do Presidente do Senado e vou fazer meu apelo dramático a ele. As suas declarações de hoje são muito boas, Presidente, faça uma reunião, convoque até o Natal as lideranças do Senado, chame o Presidente da Câmara, vamos nos reunir aqui, se for o caso, vamos ao Presidente da República e vamos convocar janeiro e fevereiro para fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda razão para estar em estado de graça, porque, pelo menos, ficou provado: V. Ex^a tem amigos, não só aqui, que dividem cadeiras com V. Ex^a no plenário, mas, principalmente, na imprensa. Quando o procurei foi porque assisti a cenas que me arrepiaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E a mim também, quando V. Ex^a me contou.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A Base sem nenhuma credibilidade e querendo pegar alguém, com tal condição, para vender aquilo que eles já não possuíam mais. Fiquei observando, tenho o dom, gosto de política. V. Ex^a sabe que sou um bom observador. De repente, um jornalista lhe chamou à esquerda. V. Ex^a foi e confirmou que faria o tal apelo. Mas, então, o meu susto aumentou, porque um outro jornalista, que já dividia comigo a preocupação e querendo lhe preservar, me chamou e disse: “Estão querendo colocar o nosso amigo Pedro numa fria.” Ele me relatou a conversa – evidentemente, não dou nomes –, que era exatamente neste sentido: a única pessoa que se pensou com credibilidade, o Pedro. Vieram aqui. Sei quem veio. Vi de longe a conversa. Depois comemoraram: ele topou. Tanto é verdade, ficaram tão desejosos da sua fala, que tiraram da fila oradores. Quando V. Ex^a se levantou, fizeram um tumulto para deixá-lo passar e lhe cobriram de um apoio adremente preparado. Não tinham o direito de fazer o que fizeram com V. Ex^a: usar a sua boa-fé, sua fé franciscana, principalmente num dia em que V. Ex^a passou apanhando desse partido. V. Ex^a era a única pessoa a quem eles realmente poderiam recorrer naquela hora e que provocaria repercussão. E tanto é verdade que repercutiu. Mas, Senador Pedro Simon, qual foi a minha preocupação? A conversa que se gerava aqui não era sobre melhorar a CPMF, não. Eram conversas pouco ortodoxas e que giravam em torno de nomeações, de orçamento. O que eu temia era que, nas próximas 12 horas, solicitadas por V. Ex^a, houvesse alguma rendição e que esta fosse mal interpretada.

Mas eu quero lhe ser justo. A preocupação com V. Ex^a não partiu só de mim, não. Partiu de alguns jornalistas sérios – homens e mulheres – deste País que têm por V. Ex^a o maior apreço. Agora, Senador Simon, por que o Governo não propôs uma discussão exclusiva em torno da CPMF durante todo esse tempo? Na Câmara, segmento do seu Partido, paralisou por quase 60 dias, enquanto não desse Furnas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E levou.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E levou. Quanto custa Furnas? Meia CPMF? Uma CPMF? Não interessa. Pode ser 0,38 – que é o valor da CPMF. Mas não se faz política desse jeito. Vieram para cá promessas: “Vou resolver a dívida externa de tal Estado”, dando expectativa diferenciada o que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. Nomeação de cargo aqui – fulano recebeu ou deixou de receber. E onde estava a discussão da CPMF? E o compromisso lá atrás, na primeira renovação? “Vamos avançar em termos da reforma tributária.” Não. E V. Ex^a matou a charada. O Governo é especialista em culpar os outros. E, aí, dizem: “Não, a Reforma Tributária não sai porque o governador “tal” não quer”. Claro. O Governo fechou o funil, diminuiu o espaço dos Estados, e os Estados ficam como urubus em carniça, cada um querendo levar um naco maior. Por que o Governo, de maneira humilde, não abre um pouco da sua volúpia em controlar dinheiro para, num momento como este, fazer a pressão que fez? E não se convence que nós somos uma unidade federativa e fortalece os Estados?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só houve um momento em que o Governo Federal olhou para os Estados e Municípios: foi o Congresso Nacional na Constituinte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Congresso Nacional, na Constituinte, teve grandeza. Melhorou os Estados e os Municípios.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E não se colocou em prática grande parte do que foi aprovado, não é verdade?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A partir da Constituinte até hoje diminuiu pela metade. O Governo Federal não quer, não apenas esse, o seu Governo, o do Fernando Henrique, não querem que o governador tenha autonomia.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eles querem os governadores vindo aqui de prato na mão pedir esmola, os prefeitos também. Isso é verdade. Por isso que achei, quando se falou em fazer reforma tributária em um ano, que íamos sentar e fazer uma grande Reforma Tributária. Não que o Governo faria de graça, porque, assim como o Fernando Henrique não quis dar, gostou de ficar com o dinheiro para ele, o Lula também ficou gostando de ficar com o dinheiro para ele. Aí eles são iguais, pensam igualzinho. Nós é que temos de pressionar, o Congresso é que tem de pressionar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas pelo menos vamos fazer justiça ao Fernando Henrique. Ele nem deu dinheiro para os Estados, nem deu dinheiro para investimento. Ele paralisou o País e continuou a política iniciada pelo Itamar, do ajuste fiscal. Só que o Lula elegeu-se dizendo que esse ajuste era para pagar o FMI e que ia fazer a Reforma Tributária, que a questão tributária era o pior de todos os males. E não fez nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Fernando Henrique também não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas veja bem, o Presidente Fernando Henrique assumiu num momento grave.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Coisa mais grave fez o Fernando Henrique, botou fora um patrimônio que levamos séculos para fazer, as nossas estatais.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Para fazer o ajuste fiscal. Concordo até com V. Ex^a, mas, veja bem, a própria Vale do Rio Doce está aí mostrando que ou se privatizava ou ela ia continuar sendo o patinho feio que sempre foi. O sistema telefônico, onde você passava cinco anos para conseguir uma linha. Se você examinar os lucros indiretos que o País teve, através dos impostos que entraram, vai ver que o negócio não foi tão ruim assim, Senador Pedro Simon. Tem defeitos na privatização? Tem. Eu concordo com V. Ex^a. Agora, imagine essas privatizações, essa Vale do Rio Doce, essas telefônicas na mão do PT!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a vai falar assim, eu tenho que dizer – me perdoe a sinceridade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Lula tem defeitos? Tem defeitos, mas tem milhões de brasileiros que estão comendo e nunca comeram.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É evidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E é verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Milhões de brasileiros que passavam fome, que estavam na miséria e, com o Bolsa-Família, pela primeira vez, estão comendo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, também é positivo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem o outro lado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas aí, veja bem, não se está exigindo contrapartida. Nós estamos acostumando uma geração errada. Não se cobra a presença do aluno na escola, não se cobram as notas do aluno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sou o primeiro que tenho dito isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como é?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sou o primeiro que tenho dito isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, mas é isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Começa a dar dinheiro para o cara viver de favor, de esmola, e não ser cidadão, querendo ter um trabalho para viver com o trabalho dele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso é que tem que ser feito, e o Lula está errando. Mas eu digo o seguinte: mas, se olhar só uma parte, ele pode dizer: essa gente está comendo e nunca comeu. É verdade. São milhões de brasileiros que estão comendo que nunca comeram.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sabe o apreço que eu tenho por V. Ex^a, sei que há um curto-circuito histórico entre V. Ex^a e o ex-Presidente Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, o curto-circuito é um só. É que eu era Líder do Itamar, nós nos organizamos, fizemos um governo espetacular, quer dizer, um grande governo; Fernando Henrique foi um grande Ministro da Fazenda, nós o preparamos para ser o continuador, e eu esperava isso.

Ele se bandeou para o outro lado e mandou esquecer tudo que ele escreveu. Há uma diferença enorme entre o Fernando Henrique Ministro da Fazenda e o Fernando Henrique Presidente da República. Ele esqueceu, seguiu para o outro lado, e eu fiquei no meu. Eu ouvi o Fernando Henrique dizer que tínhamos de criar a CPI das empreiteiras, que isso ficou provado, está provado, como um mais um são dois, e ele não deixou criar.

Quando houve a reforma da Constituição, que estava prevista há cinco anos, a reforma geral da Constituição, eu era Líder do Governo. Aí entrou a emenda da reeleição, e eu fui lá no Governo. O Itamar, o primeiro que ele chamou foi o Fernando Henrique. Perguntei

como íamos votar essa emenda. O Itamar respondeu assim: “Olha, eu fui Senador na Assembléia Nacional Constituinte, votei contra. Eu acho que nós devemos ser contra, porque a tradição do Brasil é ser contra”. O primeiro que falou foi o Fernando Henrique: “Mas claro que nós temos de ser contra, pelo amor de Deus, Simon. Nós somos contra, radicalmente contra.” Eu vim aqui e disse que o Governo era contra. Mesmo o Governo sendo contra, como os Governadores eram a favor, como os Prefeitos eram a favor, a emenda não passou por nove votos – tinha que ser 3/5. Por nove votos não passou. Imaginem se o Governo Federal fosse a favor: passava brincando.

Fernando Henrique, Presidente da República. E aí? Uma emenda para reeleição. E o Sr. Fernando Henrique, que era radicalmente contra, radicalmente a favor. E, se é a favor, eu não discuto. Mas compraram a emenda da reeleição, V. Ex^a sabe. Compraram a emenda da reeleição escandalosamente, comprando Parlamentar e comprando Senador. Aquilo que V. Ex^a diz que aqui era uma vergonha, que estavam querendo comprar, fizeram no Congresso Nacional. Fizeram lá na Câmara, comprando as emendas para ganhar a reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço, Senador Simon, um caso concreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nenhum caso concreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece, porque o nome foi dado. Eu lhe trago aqui.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu gostaria de ver.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece, porque o nome foi dado, é o Fulano de Tal, que falou e recebeu tanto. Todo mundo soube, Senador – perdão.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Veja bem, denúncia, sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior cego é o que não quer enxergar, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não, não. Não conheço um caso concreto de ação partida do Governo Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a pode dizer diferente: “Eu não conheço fato concreto partido do Fernando Henrique”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também eu não o conheço. Agora, do Governo, sim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era o Ministro...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Governo, sim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não. O que se comenta é que Governadores ou um Governador de determinado Estado, querendo domínio numa região, teria trabalhado nessa direção. Também nunca ficou claro. No Governo Fernando Henrique, não houve dólar na cueca, não houve aloprado. Pelo menos isso V. Ex^a há de convir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É, evoluiu. A coisa evoluiu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro e concordo com V. Ex^a. Mas eu não quero nem sair do sentido do seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como eu sou claro: quando Lula disse que não tenho a confiança dele, eu digo o que aconteceu. Uma hora ele me convidou para participar do Governo; outra hora, eu não tenho a confiança dele. Mas foi o caso do Waldomiro, em que eu atuei.

Fernando Henrique me convidou para ser Líder do Governo. Ele insistiu. Tanto que o Líder do Governo dele foi o meu vice-Líder no Governo Itamar, que eu indiquei para ele. Bote fulano de tal. “Mas não posso ficar, Fernando”.

No momento em que ele não aceitou a CPI dos empreiteiros, eu caí fora. Duas coisas ele não aceitou: a CPI dos empreiteiros... E nós fizemos no Governo Itamar uma coisa espetacular. Criamos uma comissão – não esta que o Lula criou agora, a de ética do Governo, que é uma piada – formada pelas pessoas mais notáveis, com poder absoluto para tomar as decisões e mostrar o que estava certo e o que estava errado.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso extinguiu a comissão. Eu fui lá falar com ele. Ele me disse: “Simon, mas que barbaridade! Estou vendo agora. Assine sem saber o que era. Como colocaram isso para eu assinar? É uma barbaridade!” Perguntei: E aí? E ele me disse: “Vou mandar baixar nota oficial e publicar de novo a recondução”. Muito bem! Mandou? Nunca mandou. Aí entrei com projeto de lei aqui. Não deixou criar. Foi com esse ato e com a não criação da CPI dos empreiteiros que eu caí fora; não aceitei a Lide-rança e fui embora.

Estou dizendo a V. Ex^a, muito claro, o que aconteceu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sempre soube que havia uma diferença na relação entre os dois. V. Ex^a agora está dizendo qual o motivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Três meses depois de ele ser Presidente da República. Até então, trabalhei para ele. Ele era o candidato. Era para ser ele. Itamar e eu, reunidos, achamos que devia ser o Antônio Britto. O Fernando Henrique falou, e chamamos o Antônio Britto. O Antônio Britto não aceitou – parece piada –, não aceitou em hipótese alguma.

Aí o Itamar e eu achamos que era o Fernando Henrique. Fernando Henrique disse o seguinte: “Mas eu não posso ser. Não há, na História, Ministro da Fazenda que vire candidato no Brasil. Ministro da Fazenda é homem ruim. E eu sou um bom cabo eleitoral” – dizia ele –, “mas vamos escolher um nome. Se o Britto não quer, vamos escolher outro”. O Itamar, inclusive, falou no meu nome. E o Fernando Henrique até concordou. Aí nós dissemos: “Não, é tu, Fernando. Se o Antônio Britto não deu certo, tem de ser tu”. E apoiamos o nome dele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Veja como este País é notável: pega-se um homem como Fernando Henrique, que, Ministro da Fazenda é algoz, e faz Presidente da República por causa da estabilização do plano econômico. É verdade. V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a tem toda razão. Agora, é um estadista. Fernando Henrique tem seus defeitos, como todos nós temos. Agora, é um homem público internacionalmente respeitado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por amor de Deus, quem sou eu para dizer o contrário? Quem sou eu para dizer o contrário?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Acho que o grande erro, Senador Simon, e este erro é do PT, é focar essas questões no governo do Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O grande erro do Presidente Fernando Henrique foi não ficar calado. Não vou dizer, com a insistência do Rei da Espanha para o Presidente da Venezuela: “Por que não te calas?”, mas posso dizer ao Fernando Henrique: “Por que não fica quieto, Fernando Henrique? Por que se mete nessas coisas, Fernando Henrique?”

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas veja bem, tinha de ser para os dois lados.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Fica quieto no teu lugar!”

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador, tinha de ser para os dois lados. Não há um santo dia aqui em que os representantes do Lula não façam

comparação desairosa à época do Fernando Henrique. No entanto...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se fizerem isso, tem V. Ex^a, que é brilhante, tem gente aqui para defender o Fernando Henrique melhor do que ele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O temperamento de V. Ex^a também não permitiria que ficasse calado. O temperamento de V. Ex^a é, inclusive, alguns pontos acima do dele. Não aceitaria. No entanto, enquanto o PT diz isso, vai buscar nos quadros do Fernando Henrique...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O cara é meu amigo, a quem quero muito bem. Não sei se ele fez por maldade, que ele não tem, mas desviou todo o meu discurso. Desviou todo o meu discurso. Vai sair daqui e telefonar para o Fernando Henrique, dizendo: “Olha, desmontei o discurso do Simon”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é verdade. V. Ex^a me conhece e sabe que esse não é o meu papel. O meu papel é...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não estou dizendo que V. Ex^a fez de propósito, mas atingiu isso. Estou aqui há dez minutos falando do Fernando Henrique, e não tem nada que ver.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não. Fique tranqüilo V. Ex^a, porque o meu papel eu cumpro aqui. Nunca fiz, na minha atividade parlamentar, esse tipo de coisa, e creio que V. Ex^a também nunca tenha feito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas digo a V. Ex^a com todo o carinho: não é hora de falar no Fernando Henrique. Há momento para tudo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só falei no Fernando Henrique... Por que trouxe ele para o debate? Para dizer que ele está dizendo que agora é a hora de fazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por que eu trouxe o Fernando Henrique para o debate? Vamos deixar claro. Para dizer que o Fernando Henrique, em todo esse debate...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ..., agora, diz o seguinte: é hora de fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas, Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aí que eu quero chegar. Quer dizer, quem liderou, quem comandou o negócio de não votar? Fernando Henrique. Quem está dizendo agora que é hora de votar? Fernando Henrique. Então, vamos votar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, eu estou há uma hora tentando um aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem era o comandante aqui contra? O Líder do PSDB. Quem está dizendo, com todas as letras, que agora é hora de fazer? O Líder do PSDB. Então, o que eu quero dizer é: vamos fazer!

Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, quem começou a atacar o Fernando Henrique foi a base do Governo. O Fernando Henrique só entrou depois de atacado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso é verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, permite-me um aparte? Senador Simon, sinceramente, quero dizer que, no meu entendimento, V. Ex^a, nesse episódio, não só para mim, mas perante o País, cresceu ainda mais. V. Ex^a falou muito bem. Podia ficar sentado. V. Ex^a assumiu a responsabilidade das lideranças que estão faltando no País. V. Ex^a foi à tribuna, após o apelo de mais de trinta Senadores que conversaram com V. Ex^a – e eu estava junto –, para pedir somente mais doze horas. Não deram. E, hoje, todo mundo admite que V. Ex^a tinha razão. Como é que V. Ex^a se saiu mal? V. Ex^a se saiu bem, meu Senador! Eu fui à tribuna, ontem, dizendo: Vamos retomar a discussão. E não só eu, todos os Senadores foram. O Líder do PSDB foi à tribuna ontem pedindo para retomar a discussão. V. Ex^a lê parte da carta de Fernando Henrique, pedindo para retomar a discussão. Mas quem foi o primeiro que, naquela sessão histórica, já na madrugada, teve a autoridade – e V. Ex^a tem – de pedir bom senso? V. Ex^a pediu só doze horas. Não foram dadas as doze horas. Eu confesso: concordei com V. Ex^a. Fui falar com o Líder Romero Jucá e lhe disse que V. Ex^a tinha toda a razão; pedi, inclusive, que a bancada saísse do plenário. Claro que eu não tinha autoridade para convencê-lo disso, para dar o tempo que V. Ex^a pediu. Então, eu só quero aqui fazer este reconhecimento. O Brasil todo reconhece que V. Ex^a tinha razão. Por isso, provavelmente, será bem aceita essa outra proposta que V. Ex^a apresenta neste momento: vamos trabalhar em janeiro, fevereiro, março e discutir a reforma tributária. Fazendo assim, talvez venhamos a ter até mais dinheiro para a saúde do que o que estava previsto na CPMF. Quero cumprimentá-lo: V. Ex^a foi brilhante aquele dia e está sendo brilhante hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma coisa importante, Senador: foram quantos os votos a favor da emenda?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Foram 45.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se os 45 tivessem se retirado, não haveria quórum, não teria sido votado. A oposição está fazendo um carnaval porque ganhou, mas ganhou porque o Governo foi democrático e deixou que isso acontecesse. Se toda a bancada se retirasse... “Não querem dar as dez horas? Tudo bem, que não dêem, mas então vamos encerrar a sessão, não vai ser votada a matéria”. Isso poderia ter sido dito.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Claro! Foi democrático e meio incompetente. Se tivesse se retirado, tinha atendido o pedido de V. Ex^a e, talvez, depois de doze horas, um acordo teria sido alcançado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, porque o Governo não tinha votos suficientes para aprovar – precisava de 3/5, que eram 49 votos –, mas tinha número suficiente para, retirando-se, acabar com o quórum – ficariam 35 aqui, número que não era suficiente para dar quórum à votação.

Estou falando tudo isso para admitir a vitória da oposição, mas para dizer também que essa vitória só foi possível porque o Governo precisava de 3/5 dos votos. A oposição fez quantos votos?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Nós precisávamos de 49, mas fizemos 45, e a oposição fez 35.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se os 45 se retirassem, não tinha quórum.

Baseado nisso tudo, baseado no fato de que o Fernando Henrique, meu querido Senador, está disposto, está dizendo que a hora de fazer reforma tributária é agora, baseado no fato de que o Líder do PSDB está dizendo também que a hora, agora, é de fazer a reforma tributária, é que acho que devemos partir para fazê-la. Vamos fazer, mas vamos fazer agora, porque, se não fizermos agora, ela não sai mais. Se até o Natal o Garibaldi, nosso Presidente, não chamar o Presidente da Câmara e os líderes para dizer “Vamos fazer” e fizer a convocação extraordinária para janeiro e fevereiro, depois não será possível.

Outra coisa. Se não me engano, vi o Líder do PSDB dizer: “Mas não só para fazer isso, mas para mais coisas”. Eu acho que não deve ser para mais coisas; deve ser só isso, só a reforma tributária. CPMF não. CPMF morreu. Pode até vir um imposto sobre cheques no lugar, isso é outra coisa.

Eu acho que isso tem de ser feito.

Meu Presidente Garibaldi, eu vou agora ao seu gabinete lhe fazer este apelo: na semana que vem, convide o Presidente da Câmara, convide os líderes, vá V. Ex^a falar com o Presidente da República para

ver se nós podemos convocar extraordinariamente o Congresso.

Não sei por que, mas me lembrei agora de quando o Governo extinguiu o MDB e a Arena. O MDB estava tonto, estava enlouquecido. O Dr. Ulysses não sabia o que pensar, e todo mundo querendo espatifar o MDB. O velho Teotônio veio a mim e deu a idéia: “Simon, se nós sairmos agora daqui e só voltarmos em março – naquela época o recesso era janeiro e fevereiro –, não sobrar nada. Nós temos de tomar uma posição antes de sair daqui”. Então, numa quinta-feira, convocamos todos do MDB e toda a imprensa a comparecer no Salão Verde da Câmara. Teotônio nunca me perdeu... O velho Ulysses não queria mais nada. Estava no gabinete dele, sentado numa cadeira – foi quando começou a depressão –, não queria mais nada. Aí, o Dr. Teotônio falou: “Simon, lança tu! Deixa o velho lá, ele não quer”. Eu disse, então: “Não. Para ter valor, para ter repercussão, quem tem de falar é o Dr. Ulysses”. Fomos lá buscá-lo. Ele falou meia dúzia de palavras, e eu falei depois, dizendo o seguinte: “O apelo que nós fazemos aos Senadores, aos Prefeitos, aos Deputados Federais, Deputados Estaduais e aos líderes do MDB é para que ninguém assine ficha em qualquer partido, para que ninguém pule para qualquer partido. Vamos esperar o sucedâneo”. E marcamos uma data: “Em 16 de janeiro nós estaremos aqui, e, aí, vamos fazer uma assembléia geral e vamos decidir. Se é para terminar, vamos terminar. Se é para somar, vamos somar. Vamos fazer”. E aí nasceu o PMDB. Se não houvesse aquela decisão, no final, na última hora antes do recesso, não tinha acontecido nada. Marcamos uma convenção extraordinária para janeiro, no auge do calor e das férias, e nunca houve uma convenção do PMDB tão fantástica como foi aquela, quando se decidiu fundar o PMDB, quando se decidiu que iríamos ficar todos juntos.

De certa forma, é isso que está acontecendo agora. Se o Garibaldi e o Presidente da Câmara fizerem a convocação, se o Governo e a oposição se reunirem e decidirem que vamos nos reunir em janeiro e fevereiro para fazer a reforma tributária, ela sai. Se deixarmos para fevereiro e março, nós não temos nenhuma chance.

O sentido do meu discurso é esse.

Falei no Fernando Henrique, mas não era nem para falar. O meu querido Senador me levou para um lado que eu não deveria ter ido. Se puder, até tiro do meu discurso. Mas o que quero falar do Fernando Henrique é que ele está certo quando diz: “Agora é a hora da reforma tributária”. O que quero falar para o Líder do PSDB é que ele está certo quando diz: “Agora é a hora da reforma tributária”. Quero sugerir ao Presi-

dente do Senado que ele diga aos jornais: “Pretendo convocar o Congresso Nacional para fazer a reforma tributária”. É isso que acho. Vamos fazer!

O Governo mandou uma mensagem que não foi aceita, mas vamos pegar o que sobrou. O que é que sobrou? Fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a permite que eu me redima?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. V. Ex^a não tem de se redimir. Eu é que fui...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, quero me redimir. Não tenho o direito de tirar para a direita ou para a esquerda um discurso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não; o erro foi meu, foi a minha incompetência. V. Ex^a foi levando, eu fui e errei. Quem errou fui eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não me deixe sair daqui, numa sexta-feira... Já ouvi uma Líder dizer que, no dia da votação, tomou uma sopa amarga. Não quero passar a sexta-feira com amargura. Não faça isso comigo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fique tranqüilo. Quem errou fui eu. Isso que estou dizendo agora deveria ter dito meia hora atrás.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero ser franco com V. Ex^a: o grande erro cometido foi por mim, naquela noite, quando o alertei para um fato que vi. Não sabia que o Senador Paulo Paim também tinha sido usado pelos colegas dele.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu não fui usado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Foi usado, porque eu vi como o fato se deu. Não me obrigue a dizer o que eu ouvi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora vou falar: V. Ex^a não vai mudar o meu discurso de novo. É o final do meu discurso. Não quero falar nada disso, não estou preocupado com isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero só lhe fazer uma proposta, Senador Pedro Simon: não vamos esperar janeiro não; vamos iniciar a reforma tributária amanhã. Nós não podemos ter recesso com o País na dúvida. Amanhã! Que o Governo proponha isso. E, antes da reforma tributária ser aprovada, votase uma lei taxando em 0,001% o imposto do cheque. Vamos ser práticos!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando eu falo em convocação para janeiro e fevereiro, é amanhã, mas vamos ser práticos: como tem o Natal e o Ano Novo, vamos para casa e, em janeiro, voltamos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro, mas que a convocação seja feita amanhã!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo com V. Ex^a.

Garibaldi, meu irmão Garibaldi, Presidente, o destino colocou na tua mão essa oportunidade. Aproveite-a. Fale hoje com o Presidente da Câmara. Os dois se reúnem, convocam as Lideranças e vão ao Presidente da República: está convocado. Não vamos ganhar jectom; não tem mais ajuda de custo; não dá para dizer que estamos fazendo isso para ganhar dinheiro; não tem mais isso. Que se convoque sessão extraordinária do Congresso no dia 5 de janeiro ou no dia 10 de janeiro, pelo tempo que for necessário, para fazer a reforma tributária. Esse é o apelo que faço.

Obrigado. Meu carinho a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Simon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Geraldo Mesquita, veja como eu me preocupo com o Simon: quero alertá-lo para o fato de que quem está presidindo a sessão não é o Garibaldi, é o Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Mas eu entendi perfeitamente, Senador Heráclito, que o Senador Simon se dirigiu, com muita propriedade, ao Presidente Garibaldi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Garibaldi está se dirigindo para o Rio Grande do Norte. Nós podíamos conversar com ele na segunda-feira. Acho isso altamente positivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso falar com ele por telefone.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por telefone, exatamente, fantástico!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, na minha questão de ordem, em primeiro lugar, eu esclareço que a mim ninguém usa. Eu faço de forma muito consciente...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sou testemunha disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... cada gesto, neste Parlamento, há mais de vinte anos. Quando fui falar com o Senador Pedro Simon para ele vir ao plenário pedir que fosse adiado, eu o fiz de forma muito consciente. E mantenho a mesma posição. Mas acho que meu Líder, Senador Romero Jucá, com todo respeito que tenho a ele, errou. Se não tivéssemos votado naquela noite, com certeza, teríamos constru-

ído um grande entendimento e votado nem que fosse na semana que vem. Esta é a minha opinião. Então, ninguém me usou. Eu assumo toda a responsabilidade dos meus atos quando falei com o Senador Pedro Simon.

Segundo aspecto desta questão de ordem... Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, porque muitos aqui pedem questão de ordem dez vezes, mas eu, dificilmente, peço.

Eu queria, a exemplo do que outras pessoas fizeram, encaminhar à Mesa um voto de aplauso ao querido, sempre, Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, que completa amanhã 100 anos. E aqui faço toda uma justificativa, que não preciso ler, porque toda a Casa sabe. Ontem, inclusive, o Presidente Sarney fez um belíssimo pronunciamento. Eu estava no exercício da Presidência, nessa cadeira, e pedi que o seu pronunciamento fosse uma homenagem de todo o Senado ao grande Niemeyer.

Agora, faço uma homenagem a V. Ex^a, se me permitir. V. Ex^a hoje é o nosso coordenador, Presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul. E também hoje, o Senador Sérgio Zambiasi, ex-Presidente, a quem rendo também as minhas homenagens, lembrou que estamos completando hoje, 14 de dezembro de 2007, um ano de Mercosul. E V. Ex^a, com muita competência, está presidindo aquela importante Comissão.

Então, aqui faço um relato da importância do Mercosul e registro aqui uma homenagem a todos que contribuíram para que o Mercosul chegasse nesse um ano e V. Ex^a foi fundamental nesse processo.

Vou continuar a minha questão de ordem, Sr. Presidente. Como saiu uma matéria num jornal, entendendo que devo fazer este esclarecimento, se V. Ex^a me permitir.

Aprendi muito neste Parlamento, aprendi muito mesmo durante todos os anos em que aqui estive. Aprendi, com certeza absoluta, no convívio que tive na Constituinte com homens inesquecíveis como Ulysses Guimarães e Mário Covas. Reconheço que aprendi também com um ex-Presidente e um Presidente: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Todos esses são homens que, da sua forma, marcaram a História do nosso País.

E pude observar muitos dos seus ensinamentos, alguns eram até percebidos pela sua forma de falar, pela forma de olhar e pela forma muito competente de fazer, na tribuna, a defesa das suas teses. Lembro-me, aqui, de Jarbas Passarinho, com quem convivemos na Constituinte.

Sr. Presidente, anos depois compreendi que todo homem público tem que ter a capacidade de enten-

der o seu tempo e o seu contexto histórico e, assim, extrair suas opiniões lá do fundo da alma, lá do fundo do coração, como sei que V. Ex^a fez, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando tomou a sua decisão. A sua consciência tem que estar em paz.

Por isso, Sr. Presidente, digo que não tive nenhum problema em ter votado, na minha visão, pela manutenção da CPMF. Desde que ela foi criada, tivemos quatro votações para decidir se ela continuaria ou não. Votei uma vez contra e as outras três a favor, se não me engano, duas na época do Governo Fernando Henrique, porque entendi, sob a minha ótica, o quanto que ela era importante para o social e, inclusive, para o combate à sonegação, fato sobre o qual não há nenhuma discordância entre nós, tanto que me lembro da própria Relatora dizer que se fosse 0,0001% teríamos chegado ao entendimento.

Já adianto a todos que se a proposta voltar ao debate no bojo da reforma tributária, como colocou muito bem aqui o Senador Pedro Simon, que garanta 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota e isenção para quem ganha até R\$2,8 mil, desvinculação da DRU nas receitas para a educação e a reforma tributária – e assino embaixo do debate que houve – que pode começar amanhã e terminar em 2008 – endosso mais, Senador Geraldo Mesquita Júnior, numa homenagem a V. Ex^a, inclusive com plebiscito –, não tenho nenhuma dúvida de que votaria a favor, e porque conheço esta Casa, digo que se for nesses moldes, no bojo da reforma tributária, teremos aqui, com certeza, mais de 60 votos a favor da reforma tributária. E não quero que digam que estou falando, sob uma visão do futuro, em nome dos 81 Senadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito uma frase do teatrólogo francês Marcel. Ele disse o seguinte, e isto serve, com certeza, para todos nós: “Um homem que nunca muda de opinião, em vez de demonstrar a qualidade de sua opinião, demonstra a pouca qualidade de sua mente”. Todos nós podemos mudar de opinião no andar dos anos e com muita consciência; isso não é demérito nem para quem votou contra a CPMF nem para quem votou a favor.

Era esse o esclarecimento, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Explico, porque vou mandar essa cópia para um jornalista, meu amigo do Rio Grande do Sul, que, mesmo quando ele quer me elogiar, ele faz três elogios, mas dá uma alfinetada. Mas rendo uma homenagem a eles, por quê? Porque V. Ex^a, no seu Estado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é só alfinetada em 90% dos casos.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos grandes avanços que conquistamos na Administração Pública com a Constituição de 1988 foi, sem dúvida alguma, o advento do inciso II do artigo 37 da Carta Magna, que determina:

...a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

A instituição da obrigatoriedade de aprovação em concurso público para ocupar cargo ou emprego público representou, assim, um passo importantíssimo no sentido de nos constituirmos em uma democracia na qual o mérito, e não o compadrio ou os favorecimentos de qualquer espécie, fosse a base formadora do corpo de servidores do Estado brasileiro.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o sucesso desse modelo depende, de forma primordial, da idoneidade e da lisura dos processos seletivos para os cargos e empregos públicos.

Um ambiente livre de fraudes e irregularidades é fundamental para que a profissionalização que se pretendeu com a nova regra chegue a bom termo e renove, efetivamente, a administração pública do País.

Infelizmente, porém, a atração exercida sobre a população pelos cargos públicos, motivada por vantagens como a estabilidade e uma aposentadoria confortável, só pode ser comparada à atração que esse universo exerce sobre os fraudadores de concursos, que formam quadrilhas organizadíssimas, com ramificações em vários Estados e com membros infiltrados nas instituições que elaboram as provas, nos cursinhos preparatórios e até nas forças policiais.

A “Operação Galileu”, por exemplo, realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal em 2005, prendeu 81 pessoas, entre elas policiais, suspeitas de fraudar dez concursos públicos em diversas unidades da Federação.

Dos 14 servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal presos pela Polícia Civil, pelo menos seis confessaram o pagamento de até 40 mil reais para receberem, três dias

antes da prova, o gabarito do concurso e o tema da redação.

Mais recentemente, neste ano, tivemos o caso do concurso da Câmara dos Deputados, em que se verificaram irregularidades na correção das provas discursivas para o cargo de analista legislativo.

Em setembro, a Câmara Municipal de São Paulo anulou um concurso com mais de 110 mil inscritos, para contratar 197 pessoas, por suspeita de quebra de sigilo do conteúdo das provas.

E, nos últimos dias, os jornais noticiaram, quase que simultaneamente, a suspensão de três concursos por suspeita de fraude: o Exame da Ordem, realizado pela OAB de São Paulo, cujo cancelamento, inédito na história da instituição, prejudicou o início da carreira profissional de 25 mil inscritos; o concurso de agente da Polícia Rodoviária Federal, com 122 mil inscritos em todo o País, adiado para março de 2008 por suspeita de quebra de sigilo do gabarito da prova; e, por fim, o concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com 78 mil inscritos disputando 137 vagas de técnico e analista, cancelado porque o gabarito da prova estava, supostamente, no mesmo cofre em que estava o gabarito para a prova da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também salientar a indignação dos milhares de brasileiros que gastam fortunas na preparação para concursos públicos, como cursinhos preparatórios, compra de livros, apostilas e muitas vezes esses candidatos se deslocam milhares de quilômetros para prestar o concurso. E depois de tudo isso, os aprovados não são sequer chamados para tomar posse.

Isso, Sr. Presidente, não é sério. Os editais dos concursos publicam determinada quantidade de vagas e posteriormente não as preenchem no período de validade dos concursos, abrindo novo processo seletivo para o mesmo cargo, sem convocar os aprovados no concurso anterior.

Os candidatos, Sr. Presidente, em razão das vagas oferecidas no edital, muitas vezes largam até os seus atuais empregos para se dedicarem ao concurso público, e, após serem aprovados, não possuem a garantia de serem nomeados para ocupar a vaga disponível.

Caso semelhante está ocorrendo aqui no Distrito Federal, podemos exemplificar o concurso público para agente penitenciário de 2004, que disponibilizava aproximadamente 60 vagas, e que até o presente momento não foram convocados os aprovados no certame. Essa postura do poder público deve ser revista.

Em razão de situações como essas, apresentei em 2004 uma emenda à Constituição (PEC 48/2004) que obriga o poder público a nomear todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas fixados em edital.

Com isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, combatemos também o leque de possibilidades de fraude nos concursos públicos.

Sr. Presidente, esses são apenas os casos que, de alguma forma, chegaram ao conhecimento público. Não é difícil imaginar que eles representem apenas a ponta visível do iceberg. Abaixo da superfície, é possível, é até mesmo provável que esquemas semelhantes ao desbaratado pela Polícia Civil do DF em 2005 estejam funcionando a pleno vapor.

Diante desses fatos e dessas reflexões, Senhoras e Senhores Senadores, acredito que chegou o momento de o Brasil dar um “basta” a essa situação.

O flagelo da fraude nos concursos vem se tornando uma ameaça cada vez mais nociva a uma conquista democrática que valoriza o mérito, a competência e o profissionalismo e que, paulatinamente, vem aprimorando o serviço público brasileiro.

O que proponho, portanto, ao Palácio do Planalto e aos Ministérios e Órgãos Públicos competentes, Senhor Presidente, é a criação de um órgão federal incumbido de fiscalizar, da primeira à última etapa, todos os concursos públicos realizados neste país.

Proponho que se crie uma entidade que acompanhe o funcionamento das instituições que elaboram as provas, pois o cuidado pelo sigilo das questões tem sido contestado em várias ocasiões; que fiscalize o processo de correção das provas e os critérios utilizados nessa etapa; que investigue a composição das listas de aprovados, que muitas vezes oferecem os primeiros indícios de que aquele concurso específico foi vítima de irregularidades; enfim, proponho que se crie um organismo que acompanhe de perto todas as etapas dos concursos públicos realizados no País, com vistas a coibir a atuação das quadrilhas que se aproveitam, justamente, da falta de fiscalização rigorosa em muitas das fases do processo seletivo.

Como as leis que determinam a criação de órgãos da administração pública, de acordo com o artigo 61 da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República, apelo para a sensibilidade do Presidente Lula para analisar com carinho essa questão.

Sei que este Governo tem a preocupação de zelar pela lisura do processo seletivo para os cargos e empregos públicos e é nes-

te sentido que faço este apelo pois, além de ser um dever do Estado brasileiro, é condição fundamental para que tenhamos um serviço público de qualidade e à altura do Brasil que desejamos construir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, eu tive o privilégio de estar ao lado de Ulisses Guimarães, Mário Covas, Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre tantos outros homens públicos que marcaram a história do nosso País.

Pude absorver muitos de seus ensinamentos, alguns até eram percebidos nos seus gestos e olhares. Creio que eles foram os grandes articuladores daqueles memoráveis dias.

Anos depois eu compreendi que todo homem público tem que ter a capacidade de entender o seu tempo e o seu contexto histórico, e assim extrair suas opiniões do fundo da alma.

A sua consciência tem que estar em paz. Por isso eu digo, senhor presidente, que não tive nenhum problema em ter votado pela manutenção da CPMF.

Desde que ela foi criada tivemos quatro votações para decidir se ela continuaria ou não. Votei uma vez contra e, as outras três a favor, porque entendi o quanto ela é importante para a área social e para o combate a sonegação.

Já adianto a todos que se a proposta do governo que prevê repasse de 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota, isenção para quem ganha até dois mil e oitocentos reais,...

...desvinculação da DRU nas receitas para a educação, e a reforma tributária em 2008, for votada novamente, ela passará com o meu voto e, com certeza, com os votos de mais de 60 senadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito uma frase do teatrólogo Frances Marcel Achard, que diz:

“Um homem que nunca muda de opinião, em vez de demonstrar a qualidade da sua opinião demonstra a pouca qualidade da sua mente”.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº 1454 , DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de aplauso ao Professor Dr. Marcos Ávila pelo título de Doutor *Honoris Causa* a ele outorgado, a ser entregue no dia de hoje, no Salão Nobre do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

JUSTIFICAÇÃO

O escritor Jorge Amado descobriu a excelência oftalmológica da capital goiana já no final da vida, quando estava em Paris. Vítima de cegueira parcial, ele precisou fazer um exame comum a tecnologia que a França ainda não dominava plenamente.

O médico lhe receitou então uma visita ao Centro Brasileiro de Cirurgia de Olhos (CBCO), na capital goiana. Ali se tratam notáveis como o senador e ex-presidente José Sarney e o arquiteto Oscar Niemeyer – Que por medo de avião percorre de carro o trajeto de 1,4 mil quilômetros entre o Rio de Janeiro e Goiânia –, além de milhares de pacientes anônimos de todo o Brasil e do exterior.

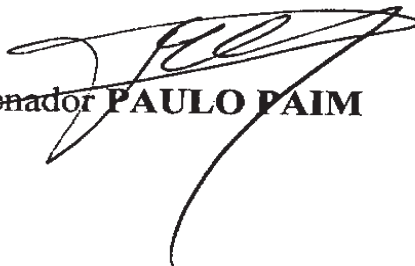
Às segundas-feiras, dia de maior movimento na clínica, são atendidas em média 300 pessoas. “Cerca de 60% dos nossos pacientes são de fora de Goiânia”, diz o oftalmologista Marcos Ávila, um mineiro de Uberlândia que há 11 anos escolheu Goiânia para fundar o CBCO,

segundo a tendência de interiorização da medicina de qualidade iniciada nos Estados Unidos na década de 80.

Marcos Ávila, ensinou por cinco anos na Retina Foundation e Harvard University, em Boston (EUA), publicou 42 artigos científicos no exterior e 32 no Brasil. É membro de 13 sociedades médicas internacionais e 15 nacionais, foi presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (1999/2001).

É o fundador do CBV (Centro Brasileiro da Visão), e principal investigador de sete estudos internacionais em oftalmologia. Orientador de teses de mestrado e doutorado das universidades federais de Goiás (UFG), do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB). Presidiu, em setembro, o XXXIV Congresso Brasileiro de Oftalmologia em Brasília (DF).

Sala das Sessões,



Senador PAULO PAIM

Paim diz que CPMF pode ser aprovada em março

O senador Paulo Paim conversou hoje pela manhã com alguns senadores da oposição que garantiram a ele que a proposta apresentada pelo governo para a aprovação da CPMF "era irrecusável". Segundo Paim, eles disseram ainda que a carta do presidente Lula "infelizmente chegou tarde" o que teria dificultado a adesão da oposição. Para o senador petista, a proposta pode ser aprovada em março de 2008, por acordo e rompendo os interstícios. "Creio que essa possibilidade existe. Ela é real e já estou trabalhando", completou.

A proposta do governo foi defendida por Paim na tribuna e prevê repasse de 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota; isenção para quem ganha até dois mil e oitocentos reais, desvinculação da DRU nas receitas para a educação, e reforma tributária em 2008.

Cleto Lucena, Senr Borges,
Paolo Paes, Toró gerosat

Yoi me tempo, No mee
Turmo, ~~Albuquerque~~
Ginaldo Mesquita,
Espedito Junior

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de louvor ao Parlamento do Mercosul, completando 1 anos da sua Sessão Inaugural ocorrida no dia 14 de dezembro de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje, 14 de dezembro, se completa 1 ano da "Sessão Inaugural" do Parlamento do Mercosul, esse feito foi o marco da Cúpula Social do Mercosul.

O parlamento é uma Comissão de Transição, com membros das Comissões Parlamentares Conjuntas nacionais realizam o processo de instalação técnica e material do Parlamento do Mercosul. A Comissão iniciou seus trabalhos imediatamente após a "Sessão Inaugural" conduzindo os trabalhos até o pleno funcionamento do Parlamento, no primeiro semestre de 2007.

A decisão atende orientação do "Programa de Trabalho Mercosul 2004-2006", adotado pelo Conselho do Mercado Comum com o objetivo de criar uma consciência de cidadania do Mercosul, e da Decisão nº 49/04, também do Conselho do Mercado Comum, assinala uma das mais importantes estratégicas decisões da história política recente da América do Sul.

Em razão da belíssima iniciativa pela instalação deste parlamento, referindo-se as questões do Mercosul e avivando os princípios fundamentais da Constituição Federal, especificamente a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Fazemos votos para que este parlamento, como está acontecendo, alcance ainda mais os objetivos propostos com o apoio do Senado Federal.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso ao Parlamento do Mercosul.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de aplauso ao arquiteto **Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares** pela comemoração do seu centésimo aniversário a ser celebrado no dia 15 de dezembro de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido na então capital do Brasil numa rua que mais tarde receberia o nome de seu avô Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, passou sua juventude como um jovem carioca típico da época: boêmio, sem a menor preocupação com os rumos de sua vida. Concluiu o ensino secundário aos 21 anos, mesma idade com que casa com Annita Baldo, filha de imigrantes Italianos da província de Pádua, com quem teve somente uma filha, Anna Maria Niemeyer. Niemeyer tem cinco netos, treze bisnetos e quatro trinnetos.

Após o casamento sente o peso da responsabilidade que havia assumido para si e decide trabalhar e continuar seus estudos. Começa a trabalhar na oficina tipográfica do pai e entra para a Escola Nacional de Belas Artes, de onde sai formado como engenheiro arquiteto em 1934. Na época passava por dificuldades financeiras, mas mesmo assim decidiu trabalhar sem remuneração no escritório de Lucio Costa e Carlos Leão. Ele

se sentia insatisfeito com a arquitetura que via na rua e acreditava poder encontrar respostas a suas dúvidas de estudante com eles.

Em 1945, já um arquiteto com algum nome, filia-se ao PCB. Sempre foi um forte defensor de sua posição como stalinista. Durante alguns anos da ditadura militar do Brasil auto-exilou-se na França. Um ministro da Aeronáutica da época diria que "lugar de arquiteto comunista é em Moscou". Visitou a União Soviética, teve encontros com diversos líderes socialistas e foi amigo pessoal de alguns deles. Fidel Castro teria dito a respeito dele: "Niemeyer e eu somos os últimos comunistas deste planeta".

Niemeyer abre um concurso para o projeto urbanístico de Brasília, a nova capital e o vencedor é o projeto de seu antigo patrão e grande amigo, Lucio Costa. Niemeyer ficaria com os projetos dos prédios e Lucio Costa com o plano da cidade.

Em poucos meses, Niemeyer projeta dezenas de edifícios residenciais, comerciais e administrativos. Entre eles a residência do Presidente (Palácio da Alvorada), o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), a Catedral de Brasília, os prédios dos ministérios, a sede do governo (Palácio do Planalto) além de prédios residências e comerciais. A própria forma da cidade, em forma de avião, dá elementos que se repetem em todos os prédios, dando-lhes uma unidade formal. A catedral é especialmente bela, com diversos simbolismos modernos. A sua entrada se dá pelo subsolo, um corredor mal-iluminado que contrasta com um saguão com iluminação natural forte que deixa transparecer o céu único de Brasília.

Por trás da construção de Brasília, uma campanha monumental para construir uma cidade inteira a partir do nada, no centro árido do país,

estava a intenção de Kubitschek de alavancar a indústria do país, integrar suas áreas distantes, povoar regiões inóspitas e levar o progresso para onde havia somente vaqueiros (diversos historiadores comparam a construção de Brasília com a marcha do oeste norte-americana). Niemeyer e Lucio Costa aproveitaram para pôr em prática os conceitos modernistas de cidade: ruas sem trânsito (Niemeyer diria que é um desrespeito ao ser humano que ele tome mais de 20 minutos no transporte de uma região a outra), prédios erguidos por pilotis (apoiados em colunas e permitindo o espaço em baixo livre), integração com a natureza. Uma ideologia socialista também se ensaiou: em Brasília todos os apartamentos deveriam ser do governo que os cedia para seus funcionários, não havia regiões mais nobres, ministros e operários dividiriam o mesmo prédio. Brasília deveria ser uma cidade contida em si, não se expandir além dos projetos originais, previa-se que assim que ficasse cheia, outras em moldes parecidos seriam construídas em diversas regiões.

Brasília é projetada, construída e inaugurada no intervalo de tempo de um mandato presidencial, 4 anos. Após sua construção, Niemeyer é nomeado coordenador da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília. Em 1963 é nomeado membro honorário do Instituto Americano de Arquitetos dos Estados Unidos, no mesmo ano em que ganha um prêmio soviético de paz, o Prêmio Lênin da Paz.

Em 1964 viaja para Israel a trabalho e volta para um Brasil completamente diferente. Em março o presidente João Goulart, (Jango), que assumira após o presidente eleito Jânio Quadros renunciar, havia sido deposto por um golpe dos militares. Os militares assumem o controle do país que se torna uma ditadura.

O projeto urbano de Lucio Costa utiliza alguns preceitos do urbanismo *modernista* principalmente a hierarquia viária preconizada por Le Corbusier em *Sur les Quatre Routes* e a disposição dos prédios em blocos afastados, dispostos sobre grandes áreas verdes, de seus projetos da década de 20. O plano também é bastante semelhante aos estudos de Hilberseimer. A escala monumental e alguns elementos compositivos utilizados no projeto de Le Corbusier para Chandigarh também podem ser identificados na capital brasileira.

A construção de Brasília suscitou grandes discussões internacionais desde sua construção. Mesmo antes do projeto, os preceitos do urbanismo modernista já estavam sendo criticados por sua grande dependência no automóvel (em detrimento do pedestre), sua monumentalidade, e sua falta de uma escala próxima do homem. Hoje, apenas uma pequena parte da população total vive na área planejada. O crescimento da cidade não foi previsto e a instalação da nova população se deu de forma *espontânea* nas cidades satélites.

Foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006 o Complexo Cultural da República João Herculino, o maior centro destinado à cultura no Brasil. O Complexo, de 91,8 mil metros quadrados teve um gasto de R\$ 110 milhões do Governo do Distrito Federal, conta com o Museu Nacional Honestino Guimarães e a Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Pois não, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje não é meu dia com o Rio Grande do Sul: levo pancadas do Simon e, agora, novamente, sou vítima indireta do desentendimento do Paim com o jornalista gaúcho. Mas ele sabe muito o porquê e a intenção do meu pronunciamento. É tanto que comecei repetindo – e lamentei que o Mão Santa naquele momento estivesse ausente – uma frase que o Petrônio usava muito: “Só não muda quem não se dá o direito de pensar”.

Mas eu queria fazer uma correção, Senador Paulo Paim: o Senador Romero Jucá, em nenhum momento, defendeu a prorrogação; a prorrogação foi defendida por Senadores do seu partido. Quando os Senadores do seu partido estavam defendendo a prorrogação, por doze horas ou por qualquer coisa, Romero gritava: “Vamos fazer agora”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Só isso que V. Ex^a agora disse. Não foi o Senador Romero Jucá; foram os companheiros do seu partido que tiveram uma conversa e, depois, fizeram o apelo ao Simon. Quero apenas deixar isso claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá quis votar, disse para nós que era orientação do Planalto. Nós não queríamos votar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a falou no Líder Romero Jucá e quero, por justiça, porque está ausente, fazer esse reparo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para que não fique dúvida e para ajudar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá quis votar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós é que não queríamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá disse o seguinte: a orientação é votar. Tentei fazer uma rebelião na bancada, mas não consegui...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e se mantiveram.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade. O episódio que estou contando aqui, a que assisti, que me fez ir, talvez até erradamente, em defesa do Senador Pedro Simon, foi quando vi a maneira como se estava envolvendo o Senador Pedro Simon numa questão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Puxando para retirar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que não era para discutir CPMF, mas para discussões que iriam descambar para outros rumos que não seriam bons nem para o Senado nem para o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas V. Ex^a tem certeza de que a minha posição era para defender aqueles quatro pontos?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro, entendi, tanto é que a minha preocupação foi com ele, quando foi escolhido para ser o mensageiro da prorrogação, quando cabia a qualquer líder da base. Mas foram buscar uma fera ferida, que, durante o dia, apanhara demais do partido que, naquele momento, o afogava.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Heráclito Fortes, Senador Paulo Paim, tudo esclarecido? Peço a gentileza de V. Ex^{as}, se permitirem, que o Senador Mão Santa use a palavra pela ordem para que possamos encerrar nossa sessão de sexta-feira.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, recebi um convite honroso da Ordem dos Parlamentares do Brasil, instituição criada por Ulysses Guimarães, em 1976.

Ele diz:

“Ilustre Senador, a Ordem dos Parlamentares do Brasil, pelo seu Presidente Nacional, tem a honra de levar ao conhecimento de V. S^a que, em reconhecimento aos excelentes serviços prestados como representante de nosso povo, evidenciou o seu nome no canteiro da obra da construção da Nação e, como médico, vem conduzindo o seu mandato de forma digna e elegante, fazendo-se merecedor da admiração pública, motivos pelos quais o Supremo Conselho Federal de Honrarias e Mérito teve o seu prestigioso nome escolhido para ser agraciado com o Prêmio Destaque Político de 2007 Doutor Ulysses Guimarães, idealizador e fundador da OPB e patrono do Estado Democrático do Brasil.”

Esse prêmio é significativo, porque Ulysses Guimarães representa muito para nós. V. Ex^a, cujo pai foi político, talvez tenha convivido mais com ele. Emocionam-me três ensinamentos de Ulysses Guimarães que quero repetir aqui para fazer jus a este troféu que vou receber.

Um deles é referente às oposições. Temos de ter noção da exatidão e da grandeza de uma oposição. Governo, desde a pedra lascada, já existia. A oposição foi um aperfeiçoamento da democracia. Está ali Rui Barbosa, que se engrandeceu na oposição. Joaquim Nabuco também. A oposição escreveu conosco e com coragem uma das páginas mais belas quando tivemos coragem de enterrar a CPMF.

Ulysses Guimarães, como líder das oposições, deu três ensinamentos. O Senador Paulo Paim e todos nós nos lembramos. Numa época mais difícil de ser oposição, colocaram os “cachorros” em cima na Bahia, a polícia, o Exército. Ele era o anticandidato e, com autoridade, disse: “Respeitem o Líder das Oposições do Brasil.”

Atentai bem.

Outro ensinamento, o nº 2, ele, que está encantado no fundo do mar: “Ouça a voz rouca das ruas.” É isso que hoje podemos dizer. O Senado do Brasil e o povo do Brasil vão garantir uma democracia melhor.

E o terceiro item de que me lembro. V. Ex^a, S. Presidente, hoje demonstrou com bravura: enfrentou esse que se diz que é o quarto poder e que, às vezes, fica até como primeiro poder que é a imprensa, que está ali fustigando e tudo, e V. Ex^a tem demonstrado coragem em enfrentar todas essas forças que querem destruí-lo. Ele disse: “Faltando a coragem, morrem todas as virtudes.”

Eram essas as nossas palavras e que V. Ex^a continue com a coragem que tem demonstrado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

Minoria-PSDB - Tasso Jereissati* (S)
PDT - Patrícia Saboya*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Maioria-PMDB - Mão Santa*
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-DEM - José Agripino*
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PRB - Euclides Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PDT - Jefferson Peres*
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PT - Augusto Botelho*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shlessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Edinaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA			
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	202	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	170
ALOIZIO MERCADANTE			
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	114	Registro da matéria intitulada “Na moita com o MST”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição do dia 9 de novembro de 2007.....	228
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	171	Homenagem ao Senador Mario Couto pela sua postura tanto na tribuna, como nas reuniões do PSDB. Aparte ao Senador Mario Couto.	373
Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada.....	202	Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.....	397
Requerimento nº 1.457, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2007, a fim de participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.....	358	ANTONIO CARLOS JUNIOR	
ALVARO DIAS			
Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, comemorado no dia 13 de dezembro.....	1	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	114
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa	

	Pág.		Pág.
va do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	147	Respeito ao Senador Pedro Simon pela sua história no Senado Federal.....	204
Reflexão sobre o resultado da votação da PEC da CPMF, ocorrida em 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.	362	Manifestação favorável ao fim da Desvinculação de Recursos da União (DRU).....	210
Considerações sobre o resultado de relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil.....	362	Comentários a respeito da votação da Desvinculação de Recursos da União DRU.	211
ARTHUR VIRGÍLIO		Registro dos editoriais intitulados “A resposta do presidente da FIESP” e “Mendonça de Barros ataca fundo soberano”, edições do dia 5 de dezembro de 2007, e “O comício da saúde”, de 7 de dezembro de 2007, todos publicados no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	224
Esclarecimentos acerca da indicação do nome do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	27	Requerimento nº 1.460, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Exmº Senhor Senador José Agripino, agradado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.....	358
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	114	Requerimento nº 1.461, de 2007, que requer Voto de Aplauso aos juristas e desembargadores Sidnei Agostinho e Jorge Mussi, os novos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Senador Arthur Virgílio.....	359
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	134	Requerimento nº 1.462, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Magistrados, pelo lançamento da primeira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.	359
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	152	Requerimento nº 1.463, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Diário Tucano, informativo das Bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ter posto em circulação, no dia 13 de dezembro de 2007, a sua edição nº 1.000.	360
Resposta ao pronunciamento do Senador Paulo Paim acerca da CPMF.....	154	Requerimento nº 1.464, de 2007, que requer Voto de Aplauso pelo lançamento, no dia 12 de dezembro de 2007, em Brasília, do livro “Histórias do Piloto e Ajudante de Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, do piloto-aviador Hernani Fittipaldi.....	360
Alerta de que alguns pronunciamentos da sessão do dia 12 de dezembro de 2007, não estão sendo completamente transmitidos na TV Senado.	157	Requerimento nº 1.465, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Professor Doutor Marcos Ávila, distinguido com o Título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.....	361
Comentário sobre a derrubada, pelo Superior Tribunal Federal, de medida provisória que havia sido reeditada pelo Presidente Lula.	164	Requerimento nº 1.466, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Márcio Montarroyos, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2007, no Rio de Janeiro.	361
Considerações acerca das negociações da CPMF e de propostas feitas pelo Presidente Lula.	185	Apresentação de requerimento de Voto de Aplauso ao Diário Tucano, do PSDB, por sua milésima edição, e ao Senador José Agripino pelo título de cidadão do Rio de Janeiro.	413
Resposta ao Senador Pedro Simon e ao seu pronunciamento em favor da prorrogação do imposto da CPMF.....	198	Comentários sobre a votação da PEC da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.	419
Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada	200		

	Pág.	III	Pág.
Apresentação de quatro requerimentos de Votos de Aplausos, um ao Professor Doutor Marcos Ávila, outro à Associação Nacional dos Magistrados, o terceiro ao Desembargador Jorge Mussi e o último ao lançamento do livro “Histórias do Piloto e Ajudante-de-Ordens do Presidente Getúlio Vargas”, escrito por Ernani Fittipaldi.....	419		
Considerações sobre a “oportuna” Nota à imprensa, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a respeito da decisão do Senado Federal de não-prorrogação da CPMF.	419		
AUGUSTO BOTELHO			
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	10		
Destaque para alguns dos serviços que a Marinha tem desenvolvido para garantir a defesa da soberania brasileira.	10		
Elogios ao Programa Mais Saúde, também conhecido como o PAC da Saúde, lançado pelo Governo Federal no mês de dezembro de 2007... ..	99		
Preocupação com a perspectiva de fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oxford, o mais conhecido e produtivo centro fora do País.	238		
Registro da convocação de todos os médicos do Brasil, feita pelo Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos, para um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).....	238		
CÉSAR BORGES			
Críticas ao projeto do Governo Federal de transposição das águas do rio São Francisco. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.	97		
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	115		
Parecer nº 1.264, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar.....	124		
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato		das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	181
		Apelo à Casa no sentido de que o debate sobre a CPMF seja desprovido de emoções e partidarismos.....	375
		Homenagem pelo transcurso do Dia do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor, comemorado em 11 de dezembro.	375
CÍCERO LUCENA			
		Comentários sobre a sanção de lei reivindicada por toda categoria de engenheiros e de profissionais da área, em vários órgãos do Estado da Paraíba, que não tinham um plano de cargos e de carreiras igualitários. Aparte ao Senador César Borges.	377
		Defesa do uso do diálogo em Plenário, para que possam ser feitas melhores análises com relação às propostas de modificações da política tributária do País. Aparte ao Senador Paulo Paim.	380
		Considerações acerca de afirmativas que o Governo Federal fez com relação à CPMF. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	407
CRISTOVAM BUARQUE			
		Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.....	39
		Apresentação da proposta de criação de CPI para a investigação das causas do “apagão educacional brasileiro”.....	39
		Pedido de inversão de ordem na pauta, para a votação do Projeto de Emenda Constitucional nº 5, de 2005, que trata do direito de criar representatividade no Congresso Nacional aos brasileiros que moram no exterior.....	135
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	194
		Considerações em favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU.	212
DELCIDIO AMARAL			
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os	

IV

	Pág.		Pág.
prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	189	art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.	440
Reflexão sobre as providências governamentais após a queda da CPMF. Aparte ao Senador Paulo Paim.	379	EFRAIM MORAIS	
Comentários sobre os acontecimentos da sessão do dia 12 de dezembro de 2007, na qual a CPMF foi derrubada.	384	Congratulações ao Senador Garibaldi Alves Filho pela eleição à Presidência do Senado Federal, e ao Senador Tião Viana pelo trabalho que desenvolveu enquanto Presidente Interino da Casa.	40
Preocupação com a queda da CPMF, que segundo S. Exa., poderá acarretar cortes de investimentos do Governo Federal. Aparte ao Senador Valter pereira.	410	Requerimento nº 1.455, de 2007, que requer que seja concedida licença dos trabalhos da Casa no período de 17 a 19 de dezembro de 2007, para que S. Exa. possa participar da Segunda Sessão do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai.....	357
EDISON LOBÃO		EPITÁCIO CAFETEIRA	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal	133	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	151
EDUARDO SUPLICY		Congratulações ao Senador Pedro Simon, por suas atitudes e postura correta em sua trajetória pela Casa.	204
Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal. ...	38	EXPEDITO JÚNIOR	
Registro da resposta do neto do ex-Governador Mário Covas, o Deputado Bruno Covas, ao Senador Arthur Virgílio acerca da importância da prorrogação da CPMF. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	100	Requerimento nº 1.447, de 2007, que requer a aprovação de Voto de Aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade no dia 15 de dezembro de 2007.	109
Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que “altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal”, dando direitos iguais ao seringueiro e ao trabalhador rural.	135	Devolução do requerimento nº 1.447, de 2007, à Mesa.	134
Explicações para a quebra na transmissão do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio na TV Senado, ocorrido em 12 de dezembro de 2007.....	158	Comentários acerca do resultado das votações da CPMF. Aparte ao Senador Mario Couto.	372
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	175	Apoio à construção de um entendimento entre a Oposição e o Governo pela governabilidade. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	406
Parecer nº 1.266, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do		FÁTIMA CLEIDE	
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constitui-	

	Pág.		Pág.
ção Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	131	Votação contrária à continuidade da Desvinculação de Recursos da União DRU.....	211
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	172	Comentários em defesa dos votos que retiravam os recursos da CPMF destinados ao Programa Bolsa-Família.	215
Requerimento nº 1.452, de 2007, que requer apresentação de condolências à família de João Calazans, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pingo D'Água – MG, assassinado no dia 11 de dezembro de 2007.	224	Requerimento nº 1.451, de 2007, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Louvor a Senhora Raimunda Nonata da Silva, pela aprovação com destaque no vestibular do Centro Universitário Luterano de Santarém, no Estado do Pará.	223
FLÁVIO ARNS		Registro do artigo intitulado “Mundo, mundo, vasta mundo”, publicado no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição do dia 7 de outubro de 2007.....	229
Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007, que institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.	46	Manifestação sobre o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti e a respeito da votação da PEC da CPMF.....	405
Alerta para a dificuldade que o sistema de saúde do Brasil vem enfrentando pela falta de material radioativo.	117	Comentários sobre a criação da polícia militar temporária no Estado do Pará.	405
Voto de louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a despeito das graves conseqüências à sua saúde acarretadas pela mucopolissacaridose, doença rara, que causa cegueira, surdez, além de diversos outros comprometimentos.	121	Transcrição de carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, divulgado pelo plantão de <i>O Globo</i> , solicitando a união da Oposição e do Governo Federal, para a realização de uma Reforma Tributária no País.	411
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	190	Voto de Aplauso para a cidadã Raimunda Nonata da Silva, por sua aprovação no vestibular da Universidade do Pará, aos 81 anos de idade.....	418
Requerimento nº 1.453, de 2007, que requer que o Senado Federal manifeste Voto de Louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a despeito das graves conseqüências à saúde acarretadas pela Mucopolissacaridose, doença rara que causa cegueira, surdez além de diversos outros comprometimentos.....	356	FRANCISCO DORNELLES	
FLEXA RIBEIRO		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	149
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.....	18	Comentários a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU.....	211
		Críticas ao comentário do Ministro Mantega, em que afirmava que iria retirar do Congresso Nacional o Orçamento de 2008. Aparte ao Senador Paulo Paim.	382
		GARIBALDI ALVES FILHO	
		Discurso de posse na Presidência do Senado Federal.....	24
		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
		Requerimento nº 1.458, de 2007, que requer a necessária autorização para participar da Sessão	

	Pág.		Pág.
Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2007, na Cidade de Montevidéu, no Uruguai.....	358	da União para o Amapá. Anúncio da liberação de recursos para diversos municípios do Estado do Amapá e do encontro marcado com o Presidente da França, para o ano de 2008, a fim de lançar a pedra fundamental da construção da ponte sobre o rio Oiapoque e de outras obras importantes ao Estado.	94
Comentários acerca das fraudes em Concursos Públicos. Aparte ao Senador Paulo Paim.	483		
Denúncia de campanha difamatória contra S.Exa., realizada pela imprensa acreana.....	486		
Defesa de uma urgente reforma tributária para o País.	486	HERÁCLITO FORTES	
GERSON CAMATA			
Comentários acerca da importância da Marinha e dos benefícios em se aprovar o Projeto de Lei da Deputada Rita Camata, que eleva os percentuais de participação da Marinha no País. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	13	Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	5
Cumprimentos ao Senador Tião Viana pela sua atuação enquanto Presidente Interino da Casa, e ao Senador Garibaldi Alves Filho por sua eleição à Presidência do Senado Federal.	34	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	173
Registro da lamentável experiência do Estado do Espírito Santo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no episódio da venda da Garoto, a segunda maior fábrica de chocolate do Brasil.	117	Considerações acerca de pedido feito pelo Senador Pedro Simon para que a votação da CPMF seja adiada.	203
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	145	Críticas à atitude do Governo Federal por não ter apresentado a tempo opções consideráveis para a votação da CPMF. Aparte ao Senador Paulo Paim. ...	379
Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.....	355	Críticas a maneira desrespeitosa como trataram o Senador Pedro Simon, na sessão do dia 12 de dezembro de 2007. Aparte ao Senador Paulo Paim.	382
Comentários acerca da baixa no custo de vida da população brasileira devido à queda da CPMF. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.....	362	Críticas à comparação feita pelo Senador Delcídio Amaral, em que afirmou que o Brasil é como uma empresa. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.....	385
Cumprimentos ao novo Bispo da Diocese de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, Dom Zanoni Demettino Castro.....	369	Comentários sobre a situação dos músicos cubanos que estão sendo extraditados do Brasil, e apelo ao Governo Federal para que mantenha os direitos e garantias desses músicos baseado nas leis brasileiras.....	398
Alerta para a necessidade de um controle de qualidade rigoroso para as obras do Programa Nacional do Livro Didático, em razão de algumas arbitrariedades encontradas na coleção de livros didáticos “Nova História Crítica”.	438	Apresentação de requerimento para realização de audiência pública para discutir a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Banco do Estado do Piauí (BEP), e de outros que se encontram em estudo pelo Banco do Brasil, bem como a transferência a este banco da gestão dos recursos relativos à folha de pagamento dos servidores de Estados como, por exemplo, Bahia e Maranhão, com a presença dos Ministros da Fazenda e do Banco Central do Brasil	400
GILVAM BORGES		Explicações ao Senador Valdir Raupp sobre matéria que não pode ser votada, a respeito de empréstimos bancários.....	413
Registro da visita do Presidente Lula ao Estado do Amapá, no dia 7 de dezembro de 2007, destacando o decreto que transfere terras		Considerações acerca das Manifestações Governamentais no que diz respeito ao processo de votação da CPMF. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	422

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a votação da PEC da CPMF e da DRU, e as conseqüências disso para o Governo, para o Congresso Nacional e para o Brasil	428	das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	148
Considerações acerca das atitudes do Governo Lula com relação ao Senado Federal, à votação da CPMF e aos atletas cubanos que se recusam a voltar ao seu país. Aparte ao Senador Paulo Paim.	481	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada	200
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelas alegações difamatórias que S. Exa. vêm recebendo da imprensa acreana. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	490	Questionamentos sobre as conseqüências da não-prorrogação da CPMF.....	403
Críticas ao Governo do Estado do Piauí pelas ameaças de despejo feitas às pessoas que estão em atraso com a Empresa de Gestão de Recursos do Piauí –ENGERPI.	493	INÁCIO ARRUDA	
Protestos contra o comportamento do Secretário de Saúde do Piauí, o Senhor Assis Carvalho, que vêm divulgando que S. Exa. é o responsável por uma futura retirada de recursos federais destinados à saúde no Estado, em decorrência da rejeição da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).	493	Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.....	36
Comentários acerca de acontecimentos envolvendo o Senador Pedro Simon durante a votação da CPMF, no dia 12 de dezembro de 2007, em Plenário. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	506	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	144
Esclarecimentos acerca de acontecimentos envolvendo os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim na sessão de votação da CPMF. Considerações sobre a tentativa de adiar a votação da CPMF. Senador Heráclito Fortes.....	524	Votação, em nome da Bancada PCdoB, a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União – DRU.	213
Esclarecimentos acerca de acontecimentos envolvendo os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim na sessão de votação da CPMF. Considerações sobre a tentativa de adiar a votação da CPMF.....	524	JARBAS VASCONCELOS	
IDELI SALVATTI		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	156
Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	35	JAYME CAMPOS	
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, que denunciou a prisão de duas mulheres em cela com mais de 30 homens ocorrida no Município cearense de Itarema, e alerta para a instalação de uma comissão para apurar denúncias de maus tratos contra mulheres	105	Manifestação sobre o momento de compromisso com o povo brasileiro, vivido pelo Senado Federal, em razão da votação da PEC da CPMF.....	389
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato		JEFFERSON PÉRES	
		Encaminhamento à votação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	114
		JOÃO PEDRO	
		Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	17

VIII

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.445, de 2007, que requer Votos de Aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, que comemora os seus 25 anos de fundação, e que esta deferência seja comunicada à Senhora Isa Assef, diretora-presidente da FUCAPI, para que seja compartilhada com seus funcionários.....	109	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	160
Requerimento nº 1.446, de 2007, que requer que o Conselho Editorial aprecie o nome do ex-Senador Fábio Lucena para fazer parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, publicação que homenageia os parlamentares que tiveram assento no Senado Federal ao longo de sua história.	109	Considerações acerca das negociações da CPMF e de propostas feitas pelo Presidente Lula.	184
Registro da realização no Amazonas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da 5ª Feira de Agricultura Familiar....	119	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada.	200
Encaminhamento à votação da da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	132	Manifestação favorável ao fim da Desvinculação de Recursos da União (DRU).	210
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	146	Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.	401
Justificativa para apresentação de requerimento de Votos de Aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, que comemora seus 25 anos de fundação.....	374	JOSÉ NERY	
Análise acerca da decisão tomada na discussão do dia 12 de dezembro de 2007, a respeito da CPMF.	374	Considerações contrárias ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU.....	205
JOÃO RIBEIRO		JOSÉ SARNEY	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	195	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	182
JOSÉ AGRIPINO		Homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer pela comemoração do seu aniversário de 100 anos, no dia 15 de dezembro de 2007.....	424
Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	33	KÁTIA ABREU	
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	163
		LEOMAR QUINTANILHA	
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato	

	Pág.		IX Pág.
das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	193	Comentários sobre a votação do dia 12 de dezembro de 2007, acerca da CPMF. Aparte ao Senador Mario Couto.	373
LÚCIA VÂNIA		Proposta para que seja feito um estudo de reforma salarial para os engenheiros do País. Aparte ao Senador César Borges.	377
Requerimento nº 1.459, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007, que cria a Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante no despacho inicial.	358	Saudação ao Senador Arthur Virgílio pelo seu trabalho como Líder da Oposição, e especialmente por alertar o País para a necessidade de uma reforma tributária. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ..	422
MAGNO MALTA		Congratulações ao arquiteto Oscar Niemeyer pela comemoração do seu aniversário de 100 anos, no dia 15 de dezembro de 2007. Aparte ao Senador José Sarney.	427
Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho para a Presidência do Senado Federal.	32	Comentários acerca da importância de modelos de união como o MERCOSUL. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	478
Preocupação com a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	118	Considerações acerca do livro <i>Espírito das Leis</i> de Montesquieu.	479
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	167	Elogios ao Senador Heráclito Fortes e sua postura como político representante do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	496
Votação a favor da aprovação da Desvinculação de Recursos da União DRU.	213	Considerações positivas para economia do País, com o fim da CPMF.	497
Comentários acerca da disparidade entre os órgãos de segurança pública do País, e da necessidade do reaparelhamento e treinamento intensivo da Polícia Federal. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	387	Leitura do convite enviado pela Ordem dos Parlamentares do Brasil, instituição criada por Ulysses Guimarães, para recebimento do prêmio Destaque Político de 2007.	524
Apelo em favor da votação da emenda de S.Exa. à PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, de autoria do Senador Demóstenes Torres.....	395	MARCELO CRIVELLA	
Considerações sobre a CPMF.	395	Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	11
MÃO SANTA		Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	37
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	19	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	131
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	191	Parabenização ao oftalmologista Cláudio Luiz Lottenberg, que foi reencaminhado como Presidente do Hospital Albert Einstein, em São Paulo.	134
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	169

	Pág.		Pág.
Comentário favorável ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU.	205	dia 12 de dezembro de 2007, em função do debate sobre a CPMF.	371
MARCO MACIEL		MARISA SERRANO	
Pedido de inversão da pauta para que o item nº 32 da Ordem do Dia de 12 de dezembro de 2007, referente à um projeto de autoria do Presidente da República de extrema importância para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), possa ser apreciado imediatamente.	118	Parecer nº 1.267, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.	448
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.	126	NEUTO DE CONTO	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	178	Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim e a instalação de comissão para apurar denúncias de maus tratos contra mulheres.	105
MARCONI PERILLO		Agradecimentos ao Senador Tião Viana pelo trabalho desenvolvido enquanto ocupou a Presidência da Casa e homenagem ao Presidente eleito, Garibaldi Alves Filho. Reflexão sobre o momento que a Casa está vivendo.	105
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	188	OSMAR DIAS	
Registro da matéria intitulada “Quarenta e Zero”, publicada na revista <i>Istoé</i> , edição do dia 5 de setembro de 2007.	230	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	165
MARIO COUTO		PAPALÉO PAES	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	132	Requerimento nº 1.444, de 2007, que requer que sejam prestadas justas homenagens ao Ilustríssimo Senhor Moisés Zagury, por ocasião de seu falecimento, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.	99
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	180	Parecer nº 1.265, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados).	217
Reflexão sobre o dia de glória da democracia, manifestado no Senado Federal na sessão do		PAULO PAIM	
		Leitura de carta recebida de um cidadão do Estado do Ceará, relatando a prisão de duas	

Pág.	Pág.
mulheres em cela com mais de 30 homens, no Município de Itarema.....	104
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	195
Comentários sobre o imposto da CPMF.	175
Requerimento nº 1.454, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Professor Dr. Marcos Ávila pelo título de <i>Doutor Honoris Causa</i> a ele outorgado, a ser entregue no dia 13 de dezembro de 2007, no Salão Nobre do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR.....	357
Congratulações ao pronunciamento do Senador César Borges, que busca um entendimento acerca do que é melhor para o País em relação à política tributária. Aparte ao Senador César Borges.....	376
Manifestação sobre a votação da PEC da CPMF.	378
Congratulações ao Senador Jayme Campos por sua conduta partidária e honestidade em relação ao tema da CPMF. Aparte ao Senador Jayme Campos.	391
Considerações acerca de uma PEC paralela que garanta 100% dos recursos da CPMF destinados à saúde.	481
Homenagem ao Doutor Marcos Ávila, por atender gratuitamente pessoas necessitadas.....	481
Defesa da criação de órgão para fiscalização de Concursos Públicos.	481
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelas alegações difamatórias que S. Exa. vêm recebendo da imprensa acreana. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	489
Cumprimentos ao Senador Pedro Simon por seu pronunciamento acerca da necessidade da reforma tributária, e por ter assumido a responsabilidade de pedir um tempo na votação da CPMF para ler e pensar sobre proposta do Governo Federal. Aparte ao Senador Pedro Simon.	510
Considerações sobre a votação da CPMF.	512
Homenagem ao centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, e de um ano da criação da Comissão Parlamentar do MERCOSUL.....	512
PEDRO SIMON	
Comentários sobre a eleição do Senador Garibaldi Alves Filho para a Presidência do Senado Federal.	29
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	195
Explicação pessoal em defesa aos comentários feitos pelo Senador Arthur Virgílio quanto à aprovação de S. Exa. à prorrogação da CPMF.....	199
Reflexão sobre o posicionamento de S.Exa. durante a votação da prorrogação da CPMF, na sessão do dia 12 de dezembro de 2007.	391
Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2007, que acrescenta § 2º do art. 52 da Constituição Federal.....	474
Críticas a algumas considerações feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, acerca da situação da economia brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa.	499
Defesa da convocação extraordinária do Congresso Nacional para deliberação sobre a reforma tributária no País.....	503
RAIMUNDO COLOMBO	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	192
RENATO CASAGRANDE	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	176
Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada e da maneira como o Senador Arthur Virgílio se manifestou a respeito do apoio do Senador Pedro Simon à prorrogação desse imposto.....	201
Considerações sobre a votação da CPMF ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.....	399
Homenagem a Dom Aldo Gerna, Bispo da Diocese de São Mateus, no Estado do Espírito	

	Pág.		Pág.
Santo, que será substituído por Dom Zanoni De-mettino Castro.	399	ROSALBA CIARLINI	
ROMERO JUCÁ		Manifestação de orgulho do povo do Rio Gran-de do Norte pela eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	38
Apresentação da Proposta de Emenda à Cons-tituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da Repúbl-ica, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	183	Preocupação com a paralisação das obras de transposição das águas do rio São Francisco.....	96
Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada.	201	ROSEANA SARNEY	
Requerimento nº 1.450, de 2007, que requer sejam votadas separadamente, por artigos, a PEC nº 89, de 2007.	205	Proposta de Emenda à Constituição nº 101, de 2007, que acrescenta inciso ao art. 5º da Cons-tituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.	92
ROMEU TUMA		SÉRGIO GUERRA	
Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, co-memorado em 13 de dezembro.....	6	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciati-va do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	187
Reflexão acerca da eleição do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado Federal.	41	SÉRGIO ZAMBIASI	
Apoio à proposta da criação de CPI para a investigação das causas do chamado “apagão edu-cacional brasileiro”. Senador Romeu Tuma.	41	Homenagem ao Dia do Marinheiro e ao Dia de Tamandaré, patrono da marinha brasileira, co-memorado no dia 13 de dezembro.	2
Requerimento nº 1.448, de 2007, que requer ao Ministro de Estado da Justiça, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens. ...	110	Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2007, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesor-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências.....	352
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constitui-ção Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	133	Homenagem pelo transcurso dos 35 anos de sucesso da Universidade Luterana do Brasil – UL-BRA, com sede em Canoas, Porto Alegre	370
Requerimento nº 1.456, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 14 a 20 de dezembro de 2007, para fins de participar da 8ª sessão do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai.....	357	Celebração de um ano de criação do Parla-mento do MERCOSUL.	476
Comentários acerca da votação da CPMF, no dia 12 de dezembro de 2007, e da carta enviada pelo Governo Federal com a informação de que os recursos provenientes do imposto iriam para a saúde. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	381	SERYS SLHESSARENKO	
Preocupação com a segurança pública em todo o País e a escalada da criminalidade.....	386	Requerimento nº 1.449, de 2007, que requer adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, que “altera a reda-ção do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispendo sobre a organização de Municípios” de autoria do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e ou-tros Senadores e Senadoras, para que possa ser analisada em reexame pela Comissão de Consti-tuição, Justiça e Cidadania	139
		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº	

	Pág.		Pág.
50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	161	prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	150
Críticas ao resultado da votação da CPMF. Aparte ao senador Paulo Paim.	381	Considerações contrárias ao Requerimento nº 1.450, de 2007, que propõe que a CPMF seja votada separadamente da DRU.....	207
SIBÁ MACHADO		VALDIR RAUPP	
Homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado no dia 13 de dezembro.	15	Apresentação do nome do Senador Garibaldi Alves Filho como indicado do PMDB à Presidência do Senado.....	21
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	131	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	177
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	158	Defesa do pronunciamento do Senador Pedro Simon, que solicitou que a votação da CPMF fosse adiada.	204
Comentários sobre a importância da Desvinculação de Recursos da União (DRU) para o Brasil. ...	212	VALTER PEREIRA	
TASSO JEREISSATI		Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	141
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).	186	Considerações acerca de pedido para que a votação da CPMF seja adiada.	205
Ponderações acerca da proposta do Governo Federal, feita em carta do Ministério da Fazenda, sobre a CPMF.....	206	Manifestação sobre a votação da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.	410
TIÃO VIANA		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	132	Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).....	156
Encaminhamento à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os		Reflexão sobre a votação da PEC da CPMF, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.....	431